



**LEONARDO MARQUES
ALEXSANDER GEBARA
(ORGANIZADORES)**

HISTÓRIA DAS MERCADORIAS





LEONARDO MARQUES
ALEXSANDER GEBARA
(ORGANIZADORES)

HISTÓRIA DAS MERCADORIAS
TRABALHO, MEIO AMBIENTE E CAPITALISMO MUNDIAL
(SÉCULOS XVI-XIX)

CASA LEIRIA
SÃO LEOPOLDO/RS
2023

História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)

Leonardo Marques e Aleksander Gebara (organizadores)

Imagem da capa: Imagem sem título (Transporting Sugar Hogsheads by Boat), Slavery Images: A Visual Record of the African Slave Trade and Slave Life in the Early African Diaspora.

Apoio: PROEX/PPGH-UFF/CAPES.

Os textos e imagens são de responsabilidade de seus autores.

EDITORA CASA LEIRIA – CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Einsfeld Mattos (UFRGS)

Ana Patrícia Sá Martins (Uema)

Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo (UERN)

Glicia Marili Azevedo de Medeiros Tinoco (UFRN)

Haide Maria Hupffer (Feevale)

Isabel Cristina Arendt (Unisinos)

José Ivo Follmann (Unisinos)

Luciana Paulo Gomes (Unisinos)

Luiz Felipe Barboza Lacerda (Unicap)

Márcia Cristina Furtado Ecoten (Unisinos)

Rosangela Fritsch (Unisinos)

Tiago Luís Gil (UnB)

H673 História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX) [recurso eletrônico] / organização Leonardo Marques, Aleksander Gebara. – São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.

Disponível em: <<http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/historia/historiadasmercadorias/index.html>>

ISBN 978-85-9509-084-2

1. História – Comércio de mercadorias. 2. História – Mercadorias – Capitalismo mundial. 3. Comércio de mercadorias – História. I. Marques, Leonardo (Org.) II. Gebara, Aleksander (Org.).

CDU 94:339

Catálogo na Publicação
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos – CRB 10/973



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

HISTÓRIA DAS MERCADORIAS
TRABALHO, MEIO AMBIENTE E CAPITALISMO MUNDIAL
(SÉCULOS XVI-XIX)

SUMÁRIO

9 **Introdução: uma pequena coleção de história das mercadorias**

Alexsander Lemos de Almeida Gebara

Leonardo Marques

ESTIMULANTES

21 **1. Capitalismo, classe e a fronteira da mercadoria: em defesa da dialética, contra a aritmética verde (Prólogo)**

Jason W. Moore

41 **2. O açúcar e a expansão da economia-mundo na era moderna: fronteiras da mercadoria, transformação ecológica e industrialização**

Jason W. Moore

79 **Infiltrando impérios: o tabaco e o mercado Atlântico global (séculos XVI-XVIII)**

Gustavo Acioli Lopes

125 **Duas colônias cafeeiras: escravidão e meio-ambiente no Suriname e em Saint-Domingue, c.1750-1790**

Rafael de Bivar Marquese

181 **Dentro e fora do exclusivo colonial: a circulação do cacau-chocolate na era mercantilista (séculos XVI a XVIII)**

André Luiz Sales Melo

ALIMENTOS

217 **A farinha de mandioca e a formação do mundo Atlântico na época moderna**

Lara de Melo dos Santos

235 **A produção, o comércio e o consumo do charque/ *tasajo* no Atlântico escravista: Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande do Sul (1780-1900)**

Jonas Vargas

ÓLEOS

- 271 **Luzes da cidade das baleias: o comércio de derivados de baleias no Rio de Janeiro no século XIX (Brasil e Estados Unidos no Atlântico global)**
Wellington Castellucci Jr.
- 317 **O óleo de palma e a África Ocidental no período da hegemonia Britânica**
Alexsander Lemos de Almeida Gebara

TECIDOS

- 355 **Tecidos de linho, contas de vidro: a Europa Central e o tráfico transatlântico de escravos (séculos XVI-XVIII)**
Elisa Michahelles Dourado
- 393 **Estampas em tecido e papel: textos materiais ingleses e a sofisticação das marcas (Rio de Janeiro, 1808-1831c.)**
Rosângela F. Leite

MINERAIS

- 419 **A prata de Potosí e o mundo global das trocas (séculos XVI ao XVIII)**
Rossana Barraagán Romano
- 465 **Por um punhado de pesos ou de peças: fluxos globais de prata e de escravos no Atlântico Sul seiscentista**
Caio Mathias Vaz Pereira
- 493 **Uma mercadoria especial: o ouro e a atividade mineradora no período colonial**
Angelo Alves Carrara
- 525 **A fronteira do ouro e a degradação do Outro nos confins do Brasil colonial (Capitania de Mato Grosso, século XVIII)**
Leonardo Marques

- 593 **Metais preciosos no pensamento ilustrado ibero-americano: uma análise comparativa das representações sobre o ouro e a prata em Minas Gerais, Nova Granada e Nova Espanha**
Felipe Mesquita Antunes
- 627 **A fronteira do inferno: a Sicília, o enxofre, e a ascensão da indústria química britânica, 1750-1840**
Daniel Cunha
- 665 **Sobre os autores**

INTRODUÇÃO: UMA PEQUENA COLEÇÃO DE HISTÓRIA DAS MERCADORIAS

*Alexsander Lemos de Almeida Gebara
Leonardo Marques*

Na famosa frase de abertura do *Capital*, Marx escreveu que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Ao tomar a mercadoria como ponto de partida, no entanto, Marx não elaborou uma história das mercadorias e sim uma teorização em torno de como ela passou a reger as relações entre as pessoas, mediada pela forma-dinheiro e o trabalho abstrato. As implicações dessa transformação foram inúmeras, a começar pela própria naturalização desse mundo, que se refletiu em “formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias”, ou seja, as categorias da economia política de nossa época. O “misticismo do mundo das mercadorias” é dissipado, no entanto, sugere Marx, quando olhamos para formas de produção distintas, o que ele mesmo faz a partir de uma breve comparação com outras épocas históricas em diversas passagens da obra. As incursões precursoras de Aristóteles na discussão sobre o valor, por exemplo, esbarraram nos limites de seu próprio mundo, um mundo em que a forma-mercadoria ainda não era “a forma universal do produto do trabalho”, assim como “a relação entre os ho-

mens como possuidores de mercadorias” também não era a “relação dominante”. No mundo da mercadoria, no entanto, “a relação social dos produtores com o trabalho total” aparece “como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores”. O produto do trabalho torna-se um “hieróglifo social”, a mercadoria. Nesta, como em diversas outras passagens dos três volumes do *Capital*, a história é mobilizada enquanto parte de seu esforço de teorização geral do capitalismo, mas não se trata propriamente de uma história das mercadorias ou do capitalismo.¹

A distinção entre análises teóricas e históricas do capitalismo foi um dos problemas centrais para a elaboração da noção de “capitalismo histórico” de Immanuel Wallerstein, que a opôs a dois procedimentos comuns entre marxistas: partir de uma definição lógico-dedutiva do que seria a essência do capitalismo para então observar seu desenvolvimento em lugares e momentos específicos ou tomar como referência características do sistema no presente para comparar com um passado que é, então, mitificado. Diferentemente de tais procedimentos, o sociólogo sugeriu considerar “o capitalismo como sistema histórico, abrangendo o conjunto de sua história como realidade concreta e única”.² Para tanto, um dos instrumentos elaborados por Wallerstein e Terence Hopkins foi a análise da cadeia mercantil, uma referência à “rede de trabalho e processos produtivos cujo resultado final é uma mercadoria acabada”. Quando lançaram o conceito, em um curto artigo de meados da década de 1980, os dois autores queriam apenas demonstrar a existência de uma economia-mundo capitalista em operação antes do século XIX, tomado por muitos como o momento-chave da globalização do capitalismo. A preocupação dos dois autores era menos com a circulação e o consumo da mercadoria do que com a sua produção. A proposta (e o texto é um chamado para pesquisas futuras e não um ponto de chegada) era, a partir da mercadoria acabada, per-

1 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*; livro primeiro – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113; p. 135-136; p. 147; p. 149-151.

2 WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 9.

correr todo o processo produtivo de modo a chegar na matéria prima bruta que foi a sua base, o que sugerem fazer a partir das cadeias mercantis da indústria naval e do trigo. Por meio da análise dessas cadeias, Wallerstein e Hopkins esperavam poder observar o desenvolvimento de uma divisão internacional do trabalho, a expansão da economia-mundo capitalista, seus ritmos, reestruturações e fontes de transformação.³

O conceito lançado por Wallerstein e Hopkins teve certa popularidade na academia anglo-americana nos anos seguintes, mas este não era, evidentemente, o primeiro esforço de análise centrado na trajetória de mercadorias específicas. Na primeira metade do século XX, a “staple thesis” de Harold Innis buscou explicar a história do Canadá e muitas de suas características regionais a partir da centralidade de produtos específicos de exportação, como as peles de castor e o bacalhau. O foco da abordagem de Innis era no setor exportador, mas conectando impactos locais e fluxos globais de um produto principal (não por acaso, combinado por alguns autores a partir dos anos 1960 com a teoria da dependência latino-americana).⁴ Mais próximo de nós, e despertando sentimentos diversos entre muitos historiadores desde a década de 1930, temos a abordagem de ciclos, que tem um importante precedente na obra de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico*, mas que se consolidou efetivamente com a publicação de *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, em 1937. A obra de Azevedo era organizada em torno de mercadorias específicas: “a Índia e o ciclo da pimenta”, “o império do açúcar”, “idade de ouro e diamantes”. Simonsen incorporou a abordagem e, como Azevedo, deu grande atenção às diferentes etapas da história de uma mercadoria, da produção ao consumo. A despeito das inúmeras críticas, algumas justas, outras nem tanto, impressiona o escopo da análise e a capacidade de inte-

3 HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

4 WATKINS, Mel. *Staples and Beyond: Selected Writings of Mel Watkins*. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2006.

grar processos que historicamente transcenderam fronteiras políticas tradicionais.⁵

A força das intervenções de Hopkins, Wallerstein e outros pesquisadores ligados ao Fernand Braudel Center estava no questionamento radical do nacionalismo metodológico nas ciências sociais. Não por acaso, em conexão com debates surgidos em torno do centro, foi publicado o livro que tem sido visto como o grande precursor de estudos centrados em mercadorias específicas: *Sweetness and Power*, de Sidney Mintz. Olhando especificamente para a trajetória do açúcar, Mintz buscava contar uma história unificada do proletariado britânico e dos africanos escravizados do Caribe, dando uma nova e mais extensa resposta à pergunta que ele mesmo elaborou uma década antes: pode o escravo da *plantation* ser considerado um proletário? Em torno do mesmo período, Eric Wolf publicou *A Europa e os povos sem história*, uma grande história do mundo moderno e contemporâneo a partir de sua reformulação da noção de modo de produção, e que contém alguns capítulos centrados na trajetória de mercadorias específicas, como em sua discussão do comércio de peles na América do Norte ou no mapeamento das cadeias globais da mercadoria que foram possibilitadas pelo capitalismo industrial. Pouco depois, Michael Taussig publicou uma resenha dos dois livros no qual criticava a ausência de uma discussão sobre o fetichismo da mercadoria, o processo de inversão que vimos Marx apresentar na abertura do *Capital*; as relações entre homens tornando-se relações entre coisas, a mercadoria como um hieróglifo social, princípio de organização do mundo contemporâneo. Ao ignorar tal processo, os livros supostamente reproduziram a lógica da própria mercadoria.⁶ Deixando de lado o evidente exagero de algumas colocações de Taussig, o

5 AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história*. Lisboa: Clássica, 1929; SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

6 MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986; MINTZ, Sidney W. Was the *Plantation* Slave a Proletarian? *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1 jul. 1978; WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: EDUSP, 2005; TAUSSIG, Michael. History as Commodity: In Some Recent American (Anthropological) Literature. *Critique of Anthropology*, v. 9, n. 1, p. 7-23, 1 abr. 1989.

seu comentário levantava uma questão importante. No movimento de reconstituir historicamente a trajetória do capitalismo por meio de suas mercadorias, permanecia vivo o desafio de apreender o processo que levou ao domínio da mercadoria, dos mecanismos de abstração que passaram a reger o mundo, tal como teorizado por Marx e por uma importante bibliografia dedicada a desenvolver uma teoria crítica do valor.⁷ O problema, contudo, é que boa parte desse esforço de teorização com frequência reproduz o mesmo problema que foi detectado por Wallerstein, qual seja, uma projeção crua do *Capital* sobre a história. Nesse sentido, o tipo de análise oferecida por Wallerstein, Mintz, Wolf, dentre tantos outros, permanece fundamental; a despeito de seus problemas, elas não deixam de representar um passo importante na construção do que Dale Tomich tem chamado de “história teórica”.⁸

Curiosamente, a incorporação da abordagem da cadeia mercantil por parte dos historiadores nas últimas décadas foi marcada por um empobrecimento teórico decorrente de uma certa aversão às perspectivas marxistas, às teorias da dependência e à abordagem de sistemas-mundo, como discutido alhures.⁹ Felizmente, um bom número de trabalhos levou a abordagem da cadeia mercantil – ainda que nem sempre escrevendo histórias individuais de mercadorias – por caminhos extremamente estimulantes, como é o caso dos trabalhos de Dale Tomich, Philip McMichael, Stephen Bunker e Jason W. Moore, dentre outros, que ofereceram diferentes interpretações sistêmicas do capitalismo enquanto uma forma de reorganização e apropriação da natureza. Com efeito, ao potencialmente colocar processos produtivos no centro da análise, as histórias das mercadorias podem demonstrar como as mercadorias “são nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho. [...] Ao produzir, o homem pode apenas proceder

7 Para uma discussão mais detida dessa questão, ver MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: Sage, 2022.

8 TOMICH, Dale. The Limits of Theory: Capital, Temporality, and History. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 38, n. 4, p. 329-368, 2015.

9 Para uma discussão mais longa desse problema, ver MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49, p. 640-697, 29 dez. 2021.

como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza”.¹⁰

Para historiadores, em particular, a abordagem pode nos ajudar a transcender um conjunto de problemas que têm marcado a disciplina desde o seu nascimento, a começar por seu forte nacionalismo metodológico. Ao propor que se percorra todas as etapas da existência histórica de uma mercadoria, a história das mercadorias nos permite superar o contraste entre dinâmicas “internas” e “externas”, que por tanto tempo vicejou na historiografia brasileira e internacional. O capitalismo historicamente se desenrola a partir de uma relação dinâmica entre o todo e suas partes, como vários pesquisadores que travaram um diálogo crítico com a perspectiva de sistemas-mundo vêm observando há décadas, e as trajetórias de mercadorias específicas evidenciam.¹¹ Além disso, a abordagem oferece a possibilidade de uma análise integrada das relações históricas de “produção, distribuição, troca e consumo, isto é, a totalidade das relações de produção e reprodução sociais”, de modo a efetivamente superar oposições estereis, como a que tradicionalmente opôs produção a circulação em alguns círculos marxistas.¹² Finalmente, ela oferece uma oportunidade para análises integradas de processos ecológicos, econômicos, políticos, geopolíticos e socioculturais; uma história total, numa certa acepção do termo.

Ao organizarmos o presente volume, não pedimos que os autores seguissem diretrizes específicas, apesar das ricas tradições presentes nas raízes da história das mercadorias. A única condição colocada era que a análise fosse centrada na trajetória de alguma mercadoria específica, podendo fazer uso de diferentes recortes cronológicos e espaciais, bem como das tradições teóricas nas quais se sentissem mais confortáveis. A intenção em um primeiro momento, portanto, era

10 MARX, *Capital*, op. cit., p. 120-121.

11 Ver MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2020.

12 TOMICH, Dale, *The Limits of Theory*, op. cit., p. 343.

expor a diversidade das formas possíveis de escrita de histórias da mercadoria e mapear algumas das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos na academia brasileira. Consequentemente, nas páginas a seguir, o leitor poderá acompanhar não apenas a história de diferentes mercadorias, organizadas em cinco grandes grupos (estimulantes, alimentos, óleos, tecidos e minerais), mas também algumas das diferentes abordagens teórico-metodológicas que têm inspirado esses estudos, que vão da análise global de localidades específicas a esforços para rastrear a extensão global de cadeias mercantis em determinados recortes temporais, com jogos de escalas e comparações formais e integradas.

Com autoras e autores em diferentes momentos de suas formações e trajetórias, esperamos que este resultado final seja tanto uma introdução para quem se interessa pelo tema, quanto um estímulo a novas pesquisas e trabalhos, focados na compreensão da conformação da economia-mundo capitalista.

Referências

- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história*. Lisboa: Clássica, 1929.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.
- MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 28, n. 49, p. 640-697, 29 dez. 2021.
- MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: Sage, 2022.
- MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2020.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986.
- MINTZ, Sidney W. Was the *Plantation Slave* a Proletarian? *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 2, n. 1, p. 81-98, 1 jul. 1978.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- TAUSSIG, Michael. History as Commodity: In Some Recent American (Anthropological) Literature. *Critique of Anthropology*, v. 9, n. 1, p. 7-23, 1 abr. 1989.
- TOMICH, Dale. The Limits of Theory: Capital, Temporality, and History. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 38, n. 4, p. 329-368, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WATKINS, Mel. *Staples and Beyond: Selected Writings of Mel Watkins*. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2006.
- WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: EDUSP, 2005.

ESTIMULANTES

**O AÇÚCAR E A EXPANSÃO DA ECONOMIA-
MUNDO NA ERA MODERNA: FRONTEIRAS
DA MERCADORIA, TRANSFORMAÇÃO
ECOLÓGICA E INDUSTRIALIZAÇÃO**

Jason W. Moore

**CAPITALISMO, CLASSE E A FRONTEIRA DA
MERCADORIA: EM DEFESA DA DIALÉTICA,
CONTRA A ARITMÉTICA VERDE
(PRÓLOGO)**

Jason W. Moore

1. CAPITALISMO, CLASSE E A FRONTEIRA DA MERCADORIA: EM DEFESA DA DIALÉTICA, CONTRA A ARITMÉTICA VERDE (PRÓLOGO)

Jason W. Moore

Escrevendo em meio ao maior boom econômico na história do capitalismo, um historiador texano chamado Walter Prescott Webb acreditava que o colapso era iminente. O ano era 1952. Webb argumentava que o capitalismo moderno foi possível por causa da Grande Fronteira, aberta em 1492. A *Europa*, chamada por ele de “Metrópole”, era pobre em 1492; ela enriqueceu por meio dos *windfall profits* (algo como “ganhos inusitados”) que a “descoberta” forneceu ao capitalismo moderno. Tais *windfall* incluíam terras férteis, florestas, campos e riquezas minerais. Como todo *windfall* desse tipo, eles não eram fruto do trabalho duro, como na fábula de Adam Smith sobre burgueses parcimoniosos e trabalhadores. Para Webb, os *windfall* foram golpes de sorte biológicos e geológicos. A essência de sua teoria *windfall* do capitalismo moderno era a seguinte:

Nada promove mais o capitalismo que um *windfall*, tal como, tal como a descoberta de um poço de petróleo em uma terra sem valor; o crescimento de uma cidade em torno de acres sem valor ou a herança de algum parente. Nós temos visto pessoas humildes se tornarem e se comportarem como capitalistas da noite para o dia. Esse é de longe o modo mais fácil de se conseguir uma fortuna... o nosso ponto de partida pode ser o seguinte: ... o capitalismo moderno tem se desenvolvido de modo inédito desde a abertura da Grande Fronteira e o capitalismo como um sistema econômico nunca teve grandes reveses até tal fronteira fechar.¹

1 WEBB, Walter Prescott. The Great Frontier: A Disappearing Boom. *The Georgia Review*, v. 8, n. 1, p. 17-28, 1954.

Webb não era radical. Ele pensava expressamente em termos racialistas e não tinha simpatia por determinismos ambientais – ainda que não tanto quanto denunciado por críticos posteriores.² Na melhor das hipóteses, ele era ingênuo a respeito dos *windfalls*. Estes dificilmente foram acidentais, ainda que os enormes ganhos não fossem previstos. A América não foi “descoberta”. Foi uma invasão: uma estratégia militarizada de acumulação que avançou as fronteiras da mercadoria por força das armas. Na pior das hipóteses, Webb foi um defensor do imperialismo, afinado com a ortodoxia de sua época. Ele argumentou, por exemplo, que o avanço das liberdades individuais e da democracia foi fruto dos *windfalls*. Mas Webb também não era um modernizador liberal que acreditava na ideologia do Progresso. Ele percebeu o que correntes majoritárias do pensamento radical e liberal não conseguiram: a audaciosa expansão “econômica” do capitalismo ao longo de quatro séculos de desenvolvimento mundial estava intimamente ligada a sua capacidade de se apropriar do trabalho biogeográfico da vida planetária. Tais apropriações eram os *windfalls*. Elas beneficiaram principalmente os maiores acumuladores de capital, concentrados acima de tudo nos centros imperialistas: a Metropole de Webb.

Essa não é uma teoria radical. Da mesma forma que Polanyi uma década antes, Webb conceitualizou a longa história mundial da era moderna e suas contradições econômicas sem uma teoria de exploração de classe.³ Ainda assim, a sua contribuição foi significativa. Assim como a formulação precoce de Polanyi a respeito das abstrações reais da modernidade – as “mercadorias fictícias” da terra, trabalho e dinheiro alienadas de suas relações socioecológicas – a Grande Fronteira de Webb abriu as portas para a desfeticização das contradições geográficas do capitalismo.

Diferentemente do famoso “duplo movimento” de Polanyi, contudo, poucos trilharam o caminho aberto por Webb. Ele foi frequentemente desprezado como um determinista

2 Ver, especialmente, a reflexão instigante de Dan Flores: FLORES, Dan. Thinking about Bioregional History. In: MCGINNIS, M. V. (org.) *Bioregionalism*. New York: Routledge, 1999. p. 43-60.

3 POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon, 1954 [1942].

ambiental.⁴ Há alguma verdade na caracterização, mas apenas em parte. Webb com frequência foi além de sua análise binária do Homem contra a Natureza, mediada pela Civilização. Enquanto a crítica de Polanyi se baseava em abstrações reais, as ficções econômicas da terra, do trabalho e do dinheiro, Webb seguiu um caminho distinto. Ele escreveu a respeito das influências geográficas específicas sobre modos de produção na teia da vida. Tais influências não eram determinismos, mas *determinações*: influências. Nesse sentido, Webb rompeu decisivamente com o determinismo ambiental. As principais forças por ele descritas emanavam não da Natureza, e sim da Metrópole. O resultado era uma “teoria do produto invertida”, que essencialmente invertia a ênfase de Innis nas particularidades socioecológicas de fronteiras da mercadoria como o bacalhau, as peles, o trigo e a madeira.⁵

Ao juntar dialeticamente dois insights, eu elaborei inicialmente uma geografia histórica da fronteira da mercadoria como “modo de expansão”.⁶ A fronteira era uma *lógica civilizacional* – a conquista sem fim da terra implicava e necessitava da acumulação sem fim do capital. E era uma geografia histórico-mundial: a fronteira não era a ilha da Madeira, a Bahia ou Barbados; era tudo isso e mais. A fronteira mercantil do açúcar foi a geografia histórica do arquipélago transatlântico do Rei Açúcar, formado pela dialética entre a conquista da terra e acumulação de capital.⁷ Essa é uma diferença crucial entre meu método geográfico e interpretações rivais que adotaram o significant “fronteira da mercadoria”. Fronteiras da merca-

4 TOBIN, Gregory. Walter Prescott Webb. In: WUNDER, John (ed.). *Historians of the American Frontier*. Westport, CT: Greenwood Academic Press, 1989. p. 713-729.

5 JONES, Eric L. The Environment and the Economy. In: BURKE, Peter (ed.). *The New Modern Cambridge History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. v. 13: Companion Volume. p. 15-42; INNIS, Harold A. *Essays in Canadian Economic History*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

6 MOORE, Jason W. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 23, p. 409-433, 2000.

7 MOORE, Jason W. Madeira, Sugar and the Conquest of Nature in the “First” Sixteenth Century, Part I: From “Island of Timber” to Sugar Revolution, 1420-1506. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 35, n. 4, p. 345-390, 2009; MOORE, Jason W. Madeira, Sugar and the Conquest of Nature in the “First” Sixteenth Century, Part II: From Local Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 33, n. 1, p. 1-24, 2010.

doria são abreviações das dinâmicas de classe e imperiais que “produzem” espaços na teia da vida; tais teias da vida, por sua vez, permitem e constroem as oportunidades para a acumulação de capital. Essa abordagem rejeita o regionalismo metodológico que era – e, infelizmente, permanece – hegemônico nas ciências sociais históricas.⁸ A ecologia-mundo capitalista não é uma abstração teórica e sim um lugar realmente existente.⁹ Por um quarto de século, essa orientação metodológica estimulou pesquisas que buscaram unificar a ascensão do capitalismo no Velho e no Novo Mundo – pesquisas que combinaram as interpretações de Brenner e Wallerstein na história ambiental mundial e na mudança climática.¹⁰

8 O desafio fundamental a tal regionalismo metodológico – e ponto de partida para qualquer análise histórico-mundial de processos regionais – é TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1990; a minha elaboração pode ser encontrada em MOORE, Jason W. *Ecology and the Rise of Capitalism*. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Department of Geography, University of California, Berkeley, 2007. A maioria das apropriações do conceito de fronteira da mercadoria o limpam de seu marxismo, de sua natureza histórico-mundial e de duas contradições ecogeográficas ativas, que simultaneamente **reconstroem** as condições de acumulação mundial e estendem a composição capitalizada da vida planetária. Elaborei esses argumentos por mais de uma década antes de condensá-los em MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life*. London: Verso, 2015. Surpreendentemente, a maioria dos usos do conceito de fronteira da mercadoria tem recolocado meus argumentos de forma tão fundamentalmente hostil a minha perspectiva que se tornaram frequentemente irrecognhecíveis, como nas reformulações anódinas de fronteiras “expansionistas” e a “economia global”; ver, *inter alia*, BECKERT, Sven *et al.* Commodity frontiers and global histories: the tasks ahead. *Journal of Global History*, v. 16, n. 3, p. 466-469, 2021; BECKERT, Sven *et al.* Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda. *Journal of Global History*, v. 16, n. 3, p. 435-450, 2021. Exceções importantes, que abraçam o materialismo histórico e a leitura ecológico-mundial da fronteira da mercadoria como uma dinâmica de classe, incluem CAMPLING, Liam. The tuna “commodity frontier”: business strategies and environment in the industrial tuna fisheries of the Western Indian Ocean. *The Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 2-3, p. 252-278, 2012; NIBLETT, Michael. *World Literature and Ecology: The Aesthetics of Commodity Frontiers, 1890-1950*. New York: Palgrave Macmillan, 2020; JAKES, Aaron G.; SHOKR, Ahmad. Finding value in Empire of Cotton. *Critical Historical Studies*, v. 4, n. 1, 107-136, 2017.

9 MOORE, Jason W. Amsterdam is Standing on Norway Part I: The Alchemy of Capital, Empire, and Nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648. *The Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010; MOORE, Jason W. Amsterdam is Standing on Norway Part II: The Global North Atlantic in the Ecological Revolution of the Long Seventeenth Century. *The Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 2, p. 188-227, 2010.

10 BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past & Present*, v. 70, p. 30-75, 1976; WALLERSTEIN,

Essas observações histórico-mundiais prepararam o caminho para o que mais tarde eu chamaria de Natureza Barata, na qual o poder imperial e a mercantilização se fundiram para permitir a ampla apropriação de trabalho não pago pelo capitalismo, a verdadeira base de seu prodigioso desenvolvimento industrial.¹¹ A fronteira da mercadoria, em outras palavras, ofereceu uma forma de ilustrar o insight agudo de Marx sobre a ascensão da indústria em grande escala: “apenas a enorme queda nos preços do algodão permitiram à indústria do algodão se desenvolver como se desenvolveu”.¹²

A tese de Webb oferece um caminho para expandir a interpretação de Marx a respeito do problema da fronteira para além da metafísica burguesa de von Thünen’s, que, infelizmente, ainda retém muita força.¹³ Os planos geométricos de Von Thünen abstraíram as relações de classe e imperiais que estavam no centro da concepção de Marx e Engels a respeito da divisão de trabalho entre cidade e campo. Não por acaso, em seu estudo pioneiro sobre Chicago e o capitalismo agrário nos Estados Unidos do século XIX (escrito na primeira grande fase de neoliberalização acadêmica), Cronon optou por von Thünen em vez de Marx, o que teria sido impensável uma dé-

Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974. For my synthesis, see MOORE, Jason W. Nature and the Transition from Feudalism to Capitalism. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 26, n. 2, p. 97-172, 2003; MOORE, Jason W. The Modern World-System as Environmental History? Ecology and the Rise of Capitalism. *Theory & Society*, v. 32, n. 3, p. 307-377, 2003; MOORE, Jason W. Über die Ursprünge unserer ökologischen Krise. *Prokla*, n. 185, p. 599-619, 2016; MOORE, Jason W. Empire, Class & The Origins of Planetary Crisis: The Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, n. 28, p. 740-763, 2021; PATEL, Raj; MOORE, Jason W. *A History of the World in Seven Cheap Things*. Berkeley: University of California Press, 2007.

11 MOORE. *Capitalism in the Web of Life*, op. cit.

12 MARX, Karl. *Theories of Surplus Value*, Vol. III. Moscow: Progress Publishers, 1971. p. 368.

13 THÜNEN, Johann Heinrich von. *Isolated States: An English Edition of Der Isolierte Staat*. Peter Hall (ed.). London: Pergamon, 1966. A referência clássica sobre a influência de von Thünen na história ambiental é CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton and Company, 1991. A crítica de David Harvey a von Thünen permanece indispensável: HARVEY, David. The spatial fix – Hegel, von Thünen, and Marx. *Antipode*, v. 13, n. 3, p. 1-12, 1981; em relação à produção da fronteira norte-americana, ver PAGE, Brian; WALKER, Richard. *Nature's Metropolis: The Ghost Dance of Christaller and von Thünen*. *Antipode*, v. 26, n. 2, p. 152-162, 1994.

cada antes. O problema é maior do que uma pequena desavença acadêmica. O conceito de fronteira sem uma teoria de formação de classe – que Marx esboçou no *Capital* um século antes – era uma ideia facilmente apropriada pelo neo-Malthusianismo. Podemos ver isso já em 1965, com *The Hungry Planet* de Borgstrom e sua tese sobre os “acres fantasma”.¹⁴ Vem daquele momento a confluência do pensamento neo-malthusiano com o ambientalismo pós-1968, com ideias em torno da “exaustão ecológica” e as metáforas em torno de pegadas, obedientemente recicladas por historiadores.¹⁵ A tendência neo-malthusiana também não tem sido questionada, e muito menos superada, nas apropriações recentes da fronteira da mercadoria. Em um texto programático recente, encontramos um argumento em defesa do conceito sem referência à história da formação de classe, sem qualquer teoria de exploração de classe, sem interpretações da contradição socioecológica e sem um conceito de acumulação de capital.¹⁶ Em suma, aqui está uma versão rigorosamente “recuperada” da tese da fronteira da mercadoria – como situacionistas diriam – totalmente em sintonia com o triunfo neoliberal na academia.¹⁷

Em contraste com Innis e Polanyi, mas próximo de Braudel – na verdade, prefigurando Braudel –, Webb situou as fronteiras do capitalismo no ambiente total.¹⁸ Em seu clássico estudo, *The Great Plains*, Webb esboçou uma abordagem geo-histórica. Ele apreendeu as relações sociais como um conjunto necessariamente maleável e dinâmico de negociações com e nas redes da vida. Os modelos agrícolas estadunidenses do

14 BORGSTROM, Georg. *The Hungry Planet: The Modern World at the Edge of Famine*. New York: The MacMillan Company, 1965.

15 CATTON, William R. *Overshoot: The Ecological Basis of Revolutionary Change*. Urbana: University of Illinois Press, 1982; POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

16 BECKERT, et al., *Commodity frontiers and the Transformation of the Global Countryside*, op. cit.

17 MCDONOUGH, Tom (ed.). *Guy Debord and the Situationist International: Texts and Documents*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2004.

18 BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. 2nd ed. New York: Harper & Row, 1972 [1966]. v. 1; MOORE, Jason W. *Capitalism as World-Ecology: Braudel and Marx on Environmental History. Organization & Environment*, v. 16, n. 4, p. 431-458, 2003.

século XIX do Leste e do Sul não podiam sobreviver à aridez, ventos severos e invernos brutais das grandes planícies continentais, uma enorme zona que ia de Nebraska a Utah, das Dakotas ao meio do Texas. Conforme o capitalismo se deslocava para novos ecótonos, “cada instituição levada [para as fronteiras das Planícies] era destruída e reconstruída ou profundamente transformada.”¹⁹ O resultado dessa destruição e recomposição fronteiriça foi a “civilização das Planícies”²⁰

O clima e topografia da região moldaram o modo de produção das Planícies; este, por sua vez, transformou os ambientes das Grandes Planícies.²¹ Comparado aos modelos de Turner e von Thünen, a tese da fronteira de Webb capturou as relações sociais dinâmicas de “lugar” e “processo” como irredutivelmente socioecológicas.²² A fronteira das Planícies era uma adaptação poderosa aos ambientes climáticos, hidrográficos e geológicos dos Estados Unidos continental, ainda que tais adaptações criassem possibilidades prometeicas de transformação de uma época: um grande movimento de “arame farpado e moinhos de vento”, que produziu a mistura peculiar da região entre pecuária, produção simples de merca-

19 WEBB, Walter Prescott, *The Great Plains*. 2nd. ed. Lincoln: University of Nebraska Press, 2022 [1931]. p. 12.

20 WEBB, *The Great Plains*, op. cit, p. 19.

21 Alguma confusão geralmente emerge em torno do termo “modo de produção”. Marx usou o termo em ao menos três formas distintas. Cada uma opera em um nível distinto de abstração: 1) para se referir “aos métodos e técnicas efetivamente usados na produção de um valor de uso específico”; 2) para se referir “à forma característica do processo de trabalho sob as relações do capitalismo”, qm eu a relação capital-trabalho constitui “uma representação abstrata de um conjunto razoavelmente definido de relações”; e 3) para se referir “holisticamente e com fins comparativos... à toda a gama de relações de produção, troca, distribuição e consumo, bem como aos arranjos institucionais, jurídicos e administrativos, a organização política e o aparato estatal, a ideologia e as formas características de reprodução social (classe). Esse conceito abrangente, mas altamente abstrato, é de várias formas o mais interessante, mas também cria as maiores dificuldades”. HARVEY, David. *The Limits to Capital*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 25-26. A concepção socioecológica de Webb-Worsterde modos regionais de produção opera no segundo nível de abstração.

22 CRONON, William; MILES, George A.; GITLIN, Jay (ed.). *Under an Open Sky: Rethinking America's Western Past*. New York: W. W. Norton and Company, 1993. O texto fundador é TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. Trabalho apresentado no encontro anual da American Historical Association, Chicago, 12 jul. 1893. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

dorias e extração. “Os homens abandonaram”, escreveu Webb, “os velhos métodos de cercamento da terra e busca por água e desenvolveram novos”.²³

Webb não chamou a nova formação social das Planícies de um modo regional de produção, mas era exatamente isso que ela era – um ponto que Worster desenvolveu posteriormente com sucesso.²⁴ Vale notar que nem Worster, nem marxistas (nem mesmo “marxistas ecológicos”!) destacaram a proximidade da ideia com o que Marx e Engels escrevem na *Ideologia Alemã*.²⁵ Aqui, Marx e Engels nos ensinam algo fundamental sobre a sociedade de classes e a luta de classes na teia da vida. “Modos de produção” e “modos de vida” estruturados pela classe formam uma unidade contraditória. “Toda escrita histórica”, argumentam, “deve partir das bases naturais [‘geológica, oro-hidrográfica, climática e assim por diante’] e suas modificações ao longo da história pela ação dos homens”.²⁶ Deixe-me repetir: toda escrita histórica deve partir de uma apreensão das condições ambientais e suas modificações pelas sociedades de classe. É impossível exagerar o paralelo com as observações de Marx sobre o processo de trabalho no

23 WEBB, *The Great Plains*, op. cit., p. 4.

24 WORSTER, Donald, Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. *The Journal of American History*, v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1990.

25 Para o marxismo ecológico, ver FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000; BURKETT, Paul. *Marx and Nature*. New York: St. Martin's Press, 1999. O resultado é uma forma de materialismo histórico que é altamente vulnerável ao fetichismo da substância, ver MALM, Andreas. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. London: Verso, 2016. Essa interpretação integra as teias da vida como essência. Ela fundamentalmente instala um fetichismo dos recursos, na linha Innis, no circuito do capital. Malm corretamente reconhece a centralidade de teias específicas da vida para o desenvolvimento do capitalismo, mas por meio de uma filosofia externa das relações que coloca o carvão como uma coisa em si, ver MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2018. A crítica clássica do fetichismo de recursos e sua forte relação com o pensamento malthusiano pode ser encontrada em HARVEY, David. Population, Resources, and the Ideology of Science. *Economic Geography*, v. 50, n. 3, p. 256-277, 1974.

26 MARX, Karl; ENGELS, Frederick. The German Ideology. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected Works, Vol. 5: Marx and Engels 1845-1847*. London: Lawrence & Wishart, 2010. p. 19-539. Grifo nosso.

Capital.²⁷ Modos de produção, como o indivíduo abstrato trabalhando nas teias da vida, entram em (e co-produzem) um “metabolismo social... interdependente” que simultaneamente transforma a “natureza externa” e as redes de relações de trabalho e poder.²⁸ Toda relação de classe, Marx e Engels nos lembram, faz “da produção da vida, tanto a sua própria por meio do trabalho e de vida nova pela procriação, como uma relação dupla: por um lado, como natural, por outro, como relação social”²⁹ A característica “social” dessas relações se junta – e não se separam – das “condições naturais em que o homem se encontra”; as relações sociais são “sociais no sentido que denota a co-operação de vários indivíduos”, conforme a co-operação se forma e re-forma por meio de demandas reprodutivas diárias e intergeracionais.³⁰ Disso decorre uma observação importante, com implicações não apenas para a interpretação da história do capitalismo, mas também para a estratégia socialista. A co-operação nasceu dessa “relação dupla”. Os “modos de co-operação” são “forças produtivas” capturadas pelo capital e pelo império, mas também por eles desenvolvidas, aprofundando as condições socioecológicas da solidariedades proletária.³¹

Percorremos um longo caminho a partir das formulações de Webb. Há muito pouco de esquerda naquelas formulações. Mas o materialismo histórico pode mobilizar dois grandes *insights* decorrentes da formulação de Webb a respeito dos momentos e padrões ativos da Grande Fronteira. Ambos são

27 MARX, Karl. *Capital*, Vol. 1. New York: Vintage, 1977. p. 283.

28 Citações, respectivamente, de MARX, *Capital*, op. cit., p. 283; MARX, Karl, *Capital*, Vol. 3. New York: Vintage, 1981. p. 949. Comparado ao determinismo da lei natural encontrado nas interpretações da ruptura metabólica, a formulação de Marx sobre uma “ruptura” – ele nunca usa o termo “ruptura metabólica” – não é determinado pelas “leis naturais da vida em si” (ver FOSTER, *Marx's Ecology*, op. cit.). Marx, no entanto, escreve que “o processo interdependente de metabolismo social [é] um metabolismo *prescrito* pelas leis naturais da vida em si”, MARX, op. cit., p. 949. *Prescrito* se refere às “condições naturais” de um dado modo de produção em um ambiente específico; a escrita histórica parte dessas condições naturais e suas modificações – bem como suas adaptações para tais condições naturais dadas, e.g. vulcanismo, monções, flutuações solares.

29 Marx and Engels, *The German Ideology*, op. cit., p. 43.

30 Marx and Engels, *The German Ideology*, op. cit., p. 43.

31 Marx and Engels, *The German Ideology*, op. cit., p. 43. Grifo nosso.

centrais para a conversa em torno da ecologia-mundo. Primeiro, modos de produção são não apenas produtores, mas também produtos da teia da vida. Eles são entidades produtoras de natureza, que, como nos lembra Marx, transformam – simultânea e desigualmente – não apenas a “natureza externa”, mas também o metabolismo social e seus arranjos políticos e de classe.³² O segundo é a teoria histórico-geográfica de Webb a respeito da acumulação de capital. A tese de Webb de que o grande “boom” da acumulação mundial derivou dos lucros de *windfall* na Grande Fronteira sobreviveu ao teste do tempo – ainda que a maioria dos cientistas sociais a tenham ignorado. No entanto, elementos de sua crítica podem ser encontrados nas teorias radicais da dependência e na perspectiva de sistemas-mundo a respeito da pilhagem imperialista. Wallerstein inspirou-se explicitamente na teoria dos lucros de *windfall* de Webb no *Moderno Sistema Mundial*.³³ Comparado às concepções neoliberais da fronteira da mercadoria, atualmente predominantes, Wallerstein enxergou a expansão geográfica do capitalismo por meio da dialética do imperialismo e da formação de classe mundial na teia da vida.³⁴

A leitura de Wallerstein a respeito da transição para o capitalismo – que inclui uma interpretação da crise feudal como uma “conjuntura sociofísica” – aponta para uma nova síntese, que amplia e reorienta elementos-chave da tese de Webb.³⁵ Wallerstein argumentou que a sobrevivência do capitalismo dependia de uma ampla reorganização imperialista da “ecologia mundial”.³⁶ Os dois primeiros capítulos do *Moderno Sistema Mundial* estão organizados em torno dessa tarefa interpretativa. Essa era marcou a cristalização da estratégia da Natureza Barata.³⁷ Seu momento fundamental foi a fronteira mercantil do açúcar. O açúcar, escreveu Wallerstein, “foi um produto muito lucrativo e exigente, substituindo o trigo,

32 LEWONTIN, Richard; LEVINS, Richard. Organism and environment. *Capitalism Nature Socialism*, v. 8, n. 2, p. 95-98, 1997.

33 WALLERSTEIN, *The Modern World-System I*, op. cit., p. 77-78.

34 MOORE, *The Modern World-System as Environmental History?*, op. cit.

35 WALLERSTEIN, *The Modern World-System I*, op. cit., p. 35.

36 WALLERSTEIN, *The Modern World-System I*, op. cit., p. 44.

37 MOORE, *The Modern World-System as Environmental History?*, op. cit.

porém exaurindo o solo, de modo a demandar sempre novas terras (para não falar da força de trabalho exaurida por seu cultivo)... [Consequentemente] o cultivo de açúcar começou em ilhas mediterrâneas, depois se deslocou para as ilhas do Atlântico, de lá cruzou o Atlântico para o Brasil e as Índias Ocidentais. A escravidão seguiu o açúcar.”³⁸ O açúcar nunca foi um processo puramente regional; ele perseguia solos férteis. “O eterno problema [do açúcar] foi a exaustão ecológica e a necessidade de encontrar zonas virgens para explorar; mas os lucros eram, consequentemente, altos.”³⁹

Significativamente, Wallerstein deu um toque marxista a uma antiga – e muito conservadora – tese historiográfica.⁴⁰ O problema não era o esgotamento do solo em si, mas como a sua exaustão se articula com a destruição da força de trabalho para produzir lucros. Como nota Marx no *Capital*, o desenvolvimento da indústria em larga escala esgota as “fontes originais de toda a riqueza: o solo e o trabalhador”.⁴¹ E, evidentemente, as fazendas de açúcar estavam entre as expressões mais prefigurativas da indústria em larga escala.⁴² Não haveria Revolução Industrial sem a longa Revolução da *Plantation*.⁴³

A minha formulação original da fronteira da mercadoria sintetizou Marx, Wallerstein e Webb. Virei a ideia clássica de Marx no *Capital* de cabeça para baixo: a ascensão do capitalismo dependeu da mobilização específica das “fontes ori-

38 WALLERSTEIN, *The Modern World-System I*, op. cit., p. 88.

39 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980. p. 162.

40 Argumentos sobre a exaustão do solo têm uma longa história, especialmente na historiografia da agricultura de *plantation*. Ver CRAVEN, Avery Odelle. *Soil Exhaustion as a Factor in the Agricultural History of Virginia and Maryland, 1607-1860*. Urbana: University of Illinois Press, 1926. As afinidades dos argumentos sobre a exaustão do solo com o neo-malthusianismo são fortes. Ver VOGT, William. *Road to Survival*. New York: William Sloane and Associates, 1948. O debate gira em torno de como conceitualizar a exaustão do solo. A discussão, em suma, é se a exaustão do solo é acima de tudo técnica ou demográfica, ou, alternativamente, se é uma relação metabólica de exploração de classe e formas específicas de dominação como o racismo.

41 MARX, *Capital*, Vol. 1, op. cit., p. 638.

42 MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1986.

43 SHERIDAN, Richard B. *The Plantation Revolution and the Industrial Revolution, 1625-1775*. *Caribbean Studies*, v. 9, n. 3, p. 5-25, 1969.

ginais de toda a riqueza”. Ao fazê-lo destaquei a centralidade do trabalho não-pago, do proletariado da *plantation*, e do que hoje chamo de biotariado: os solos, rios e florestas necessários ao Rei Açúcar.⁴⁴ Nesta primeira formulação, levei a sério os *insights* geográficos de Wallerstein sobre a “exaustão ecológica” serializada do solo e da força de trabalho. Combinados com sua ênfase na reorganização da “ecologia mundial” do capitalismo, a minha conceitualização provisória da fronteira da mercadoria podia então ser situada em dois processos histórico-mundiais: as dinâmicas de “formação mundial de classe” e os projetos imperialistas para “controlar fluxos [de]... mais valor” entre centro e periferia.⁴⁵

A fórmula da Grande Fronteira de Webb e sua teoria dos lucros *windfall* como o motor decisivo – ou ao menos indispensável – da prosperidade capitalista tem duas grandes virtudes, como vimos. Ela ressoa com a crítica anti-imperialista do capitalismo e de sua apropriação de naturezas extra-humanas por meio da conquista e dominação imperiais. E sua “teoria invertida do produto” permitiu uma concepção socioecológica do capitalismo sem o fetichismo da substância encontrado em Innis, posteriormente incorporada por gerações de analistas “verdes” de sistemas-mundo.⁴⁶

44 Sobre o biotariado, ver MOORE, Jason W. The Opiates of the Environmentalists? Anthropocene Illusions, Planetary Management and The Capitalocene Alternative. *Polen Ekologi*, 9 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.polenekoloji.org/opiates-of-the-environmentalists-anthropocene-illusions-planetary-management-the-capitalocene-alternative/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

45 Na verdade, “centro, semiperiferia e periferia” são, nessa interpretação, apenas “resumos” de fluxos de excedente politicamente mediados em escala-mundo, e a luta de classes em torno desses fluxos: “Centro e periferia, portanto, são apenas frases para localizar uma parte crucial do sistema de apropriação de excedentes pela burguesia. Para simplificar radicalmente, o capitalismo é um sistema no qual o mais valor do proletário é apropriado pelo burguês. Quando esse proletário está localizado em um país distinto daquele do burguês, um dos mecanismos que têm afetado esse processo de apropriação é a manipulação do controle de fluxos (de mais valor) através de fronteiras estatais. Isso leva a padrões de “desenvolvimento desigual” que estão *resumidos* nos conceitos de centro, semiperiferia e periferia. *Esta é uma ferramenta intelectual para analisar as múltiplas formas de conflito de classe na economia-mundo capitalista*”. WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 293, ênfase minha.

46 Dentre os mais instigantes dessa corrente estão BUNKER, Stephen G.; CICCANTELL, Paul S. *Globalization and the Race for Resources*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2005.

Minhas ideias sobre a fronteira da mercadoria surgiram de uma pequena observação: a expansão geográfica no início do capitalismo não podia ser explicada exclusivamente por dinâmicas de mercado, rivalidades geopolíticas ou luta de classes. O determinismo ambiental também não explicava nada, fosse pelo rigor do clima, doenças catastróficas, exaustão do solo, e assim por diante – que geralmente expressavam um neo-malthusianismo ambiental. O movimento espetacular de conquista e mercantilização iniciado em torno da década de 1470, havia abarcado algo em torno de 4 milhões de quilômetros quadrados em fins do século 17, mais do que dobrando o território de hegemonia “europeia”.⁴⁷ (O que se entende por “Europa” é complexo pois várias fronteiras fundamentais da mercadoria – aquelas que dependiam de artefatos navais, madeira, potassa, ferro, cobre e mesmo a agricultura de cereais – se desenvolveram em zonas celtas e eslavas que não devem ser simplesmente presumidas como parte da Europa.) As interpretações predominantes – incluindo marxistas – simplificaram as contradições metabólicas da transição ou reduziram as teias da vida a um substrato material passivo, como no fetiche popular da “pegada ecológica”.⁴⁸

As contradições sócio-ecológicas daí resultantes eram lucrativas – e problemáticas. Elas permitiram a consolidação da ecologia-mundo capitalista, mas exauriram as “fontes originais de toda a riqueza – a terra e o trabalhador.”

Nenhuma dessas interpretações se adequavam à minha interpretação do complexo açucareiro, que chamou a minha atenção na década de 1990. A contradição metabólica estava por toda parte nessa historiografia extraordinária: na fertilidade do solo, mas também na exaustão da força de trabalho, manifesta na terrível mortalidade da escravidão. Daí começou uma longa jornada, ainda em curso: a emergência de um “vasto, porém fraco” capitalismo dependeu novo, e profundamente contraditório, metabolismo de poder, lucro e vida. Esse metabolismo contraditório é o que torna

47 WALLERSTEIN, *The Modern World-System I*, op. cit., p. 68.

48 WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. *Our Ecological Footprint*. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 1998.

o capitalismo uma ecologia-mundo.⁴⁹ Em minha leitura de Marx, potencializada por James O'Connor, não há qualquer contradição social ao lado, e separada, de uma contradição ecológica.⁵⁰

Em vez disso, considero a famosa passagem de Marx sobre o processo de trabalho e o metabolismo como uma afirmação ontológica e uma diretriz metodológica: o processo de trabalho é, de forma desigual e combinada, um antagonismo metabólico. Os vários antagonismos do capitalismo contém uma contradição metabólica, que não deve ser reificada e simplesmente “adicionada” aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais. A dialética fornece uma visão alternativa para as formas vazias da Aritmética Verde.⁵¹ A teoria da fronteira da mercadoria, em outras palavras, não defende a adição de um novo fator – “o ambiente” – à luta de classes, geopolítica e mercados; ela defende que a luta de classes, geopolítica e mercados são, de saída, relações com e dentro das teias da vida. O metabolismo é um momento pulsante, produtor e desestabilizante da lei do valor na teia da vida. A dialética nos permite ver aquela pulsação da vida e colocar os insights daí resultantes para trabalhar a favor da luta planetária pelo socialismo na teia da vida.

Referências

- BECKERT, Sven *et al.* Commodity frontiers and global histories: the tasks ahead. *Journal of Global History*, v. 16, n. 3, p. 466-469, 2021
- BECKERT, Sven *et al.* Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda. *Journal of Global History*, v. 16, n. 3, p. 435-450, 2021.

49 Ver FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism: How our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It*. London: Verso, 2022.

50 O'CONNOR, James *Natural Causes: Essays in Ecological Socialism*. New York: Guilford Press, 1998.

51 MOORE, Jason W. Metabolic Rift or Metabolic Shift? Dialectics, Nature, and the World-Historical Method. *Theory & Society*, v. 46, n. 4, p. 285-318, 2017.

- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. 2nd ed. New York: Harper & Row, 1972 [1966]. v. 1.
- BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past & Present*, v. 70, p. 30-75, 1976
- BORGSTROM, Georg. *The Hungry Planet: The Modern World at the Edge of Famine*. New York: The MacMillan Company, 1965.
- BUNKER, Stephen G.; CICCANTELL, Paul S. *Globalization and the Race for Resources*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2005.
- BURKETT, Paul. *Marx and Nature*. New York: St. Martin's Press, 1999.
- CAMPLING, Liam. The tuna “commodity frontier”: business strategies and environment in the industrial tuna fisheries of the Western Indian Ocean. *The Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 2-3, p. 252-278, 2012.
- CATTON, William R. *Overshoot: The Ecological Basis of Revolutionary Change*. Urbana: University of Illinois Press, 1982
- CRAVEN, Avery Odelle. *Soil Exhaustion as a Factor in the Agricultural History of Virginia and Maryland, 1607-1860*. Urbana: University of Illinois Press, 1926.
- CRONON, William; MILES, George A.; GITLIN, Jay (ed.). *Under an Open Sky: Rethinking America's Western Past*. New York: W. W. Norton and Company, 1993.
- CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W. W. Norton and Company, 1991.
- FLORES, Dan. Thinking about Bioregional History. In: MCGINNIS, M. V. (ed.). *Bioregionalism*. New York: Routledge, 1999. p. 43-60.
- FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- FRASER, Nancy. *Cannibal Capitalism: How our System is Devouring Democracy, Care, and the Planet – and What We Can Do About It*. London: Verso, 2022.

- HARVEY, David. Population, Resources, and the Ideology of Science. *Economic Geography*, v. 50, n. 3, p. 256-277, 1974.
- HARVEY, David. *The Limits to Capital*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 25-26.
- HARVEY, David. The spatial fix – Hegel, von Thünen, and Marx. *Antipode*, v. 13, n. 3, p. 1-12, 1981.
- INNIS, Harold A. *Essays in Canadian Economic History*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.
- JAKES, Aaron G.; SHOKR, Ahmad. Finding value in Empire of Cotton. *Critical Historical Studies*, v. 4, n. 1, 107-136, 2017.
- JONES, Eric L. The Environment and the Economy. In: BURKE, Peter (ed.). *The New Modern Cambridge History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. v. 13: Companion Volume. p. 15-42.
- LEWONTIN, Richard; LEVINS, Richard. Organism and environment. *Capitalism Nature Socialism*, v. 8, n. 2, p. 95-98, 1997.
- MALM, Andreas. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. London: Verso, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. The German Ideology. In: MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Collected Works, Vol. 5: Marx and Engels 1845-1847*. London: Lawrence & Wishart, 2010. p. 19-539.
- MARX, Karl. *Capital*, Vol. 1. New York: Vintage, 1977.
- MARX, Karl, *Capital*, Vol. 3. New York: Vintage, 1981.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus Value*, Vol. III. Moscow: Progress Publishers, 1971.
- MCDONOUGH, Tom (ed.). *Guy Debord and the Situationist International: Texts and Documents*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2004.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin, 1986.
- MOORE, Jason W. Amsterdam is Standing on Norway Part I: The Alchemy of Capital, Empire, and Nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648. *The Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010.

- MOORE, Jason W. Amsterdam is Standing on Norway Part II: The Global North Atlantic in the Ecological Revolution of the Long Seventeenth Century. *The Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 2, p. 188-227, 2010.
- MOORE, Jason W. Capitalism as World-Ecology: Braudel and Marx on Environmental History. *Organization & Environment*, v. 16, n. 4, p. 431-458, 2003.
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life*. London: Verso, 2015.
- MOORE, Jason W. *Ecology and the Rise of Capitalism*, 2007. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Department of Geography, University of California, Berkeley, 2007.
- MOORE, Jason W. Empire, Class & The Origins of Planetary Crisis: The Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, n. 28, p. 740-763, 2021
- MOORE, Jason W. Metabolic Rift or Metabolic Shift? Dialectics, Nature, and the World-Historical Method. *Theory & Society*, v. 46, n. 4, p. 285-318, 2017.
- MOORE, Jason W. Nature and the Transition from Feudalism to Capitalism. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 26, n. 2, p. 97-172, 2003.
- MOORE, Jason W. Madeira. Sugar and the Conquest of Nature in the “First” Sixteenth Century, Part I: From “Island of Timber” to Sugar Revolution, 1420-1506. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 35, n. 4, 345-390, 2009
- MOORE, Jason W. Madeira. Sugar and the Conquest of Nature in the “First” Sixteenth Century, Part II: From Local Crisis to Commodity Frontier, 1506-1530. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 33, n. 1, p. 1-24, 2010.
- MOORE, Jason W. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 23, p. 409-433, 2000.
- MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2018.

- MOORE, Jason W. The Modern World-System as Environmental History? Ecology and the Rise of Capitalism. *Theory & Society*, v. 32, n. 3, p. 307-377, 2003.
- MOORE, Jason W. The Opiates of the Environmentalists? Anthropocene Illusions, Planetary Management and The Capitalocene Alternative. *Polen Ekologi*, 9 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.polenekoloji.org/opiates-of-the-environmentalists-anthropocene-illusions-planetary-management-the-capitalocene-alternative/>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- MOORE, Jason W. Über die Ursprünge unserer ökologischen Krise. *Prokla*, n. 185, p. 599-619, 2016.
- NIBLETT, Michael. *World Literature and Ecology: The Aesthetics of Commodity Frontiers, 1890-1950*. New York: Palgrave Macmillan, 2020
- O'CONNOR, James *Natural Causes: Essays in Ecological Socialism*. New York: Guilford Press, 1998.
- PAGE, Brian; WALKER, Richard. Nature's Metropolis: The Ghost Dance of Christaller and von Thünen. *Antipode*, v. 26, n. 2, p. 152-162, 1994.
- PATEL, Raj; MOORE, Jason W. *A History of the World in Seven Cheap Things*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon, 1954 [1942].
- POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- SHERIDAN, Richard B. The *Plantation* Revolution and the Industrial Revolution, 1625-1775. *Caribbean Studies*, v. 9, n. 3, p. 5-25, 1969.
- THÜNEN, Johann Heinrich von. *Isolated States: An English Edition of Der Isolierte Staat*. Peter Hall (ed.). London: Pergamon, 1966.
- TOBIN, Gregory. Walter Prescott Webb. In: *Historians of the American Frontier*. WUNDER, John (ed.). Westport, CT: Greenwood Academic Press, 1989. p. 713-729.

- TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History*. Trabalho apresentado no encontro anual da American Historical Association, Chicago, 12 jul. 1893. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- VOGT, William. *Road to Survival*. New York: William Sloane and Associates, 1948.
- WACKERNAGEL, Mathis; REES, William. *Our Ecological Footprint*. Gabriola Island, BC: New Society Publishers, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 293.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press, 1980.
- WEBB, Walter Prescott. The Great Frontier: A Disappearing Boom. *The Georgia Review*, v. 8, n. 1, p. 17-28, 1954.
- WEBB, Walter Prescott, *The Great Plains*. 2nd. ed. Lincoln: University of Nebraska Press, 2022 [1931].
- WORSTER, Donald, Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. *The Journal of American History*, v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1990.

2. O AÇÚCAR E A EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO NA ERA MODERNA: FRONTEIRAS DA MERCADORIA, TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA E INDUSTRIALIZAÇÃO

Jason W. Moore

Este artigo busca restaurar e operacionalizar o conceito de fronteira para o estudo da expansão capitalista mundial e sua tendência estrutural à degradação ambiental. Estudiosos do sistema-mundo têm dado atenção considerável para as formas de expansão da economia-mundo. A maior parte desses estudos tem focado no estudo de ondas longas, da reorganização das unidades produtivas, da formação de estados, dentre outros processos importantes. A dimensão ecológica, ainda que lembrada ocasionalmente, não tem recebido a mesma atenção. Aqui eu traço o desenvolvimento e expansão da produção e comércio da cana de açúcar para ilustrar a centralidade das dinâmicas ambientais como uma forma de repensar a história da expansão capitalista na era moderna. A história da produção açucareira e seu comércio é bem conhecida. A despeito da ampla literatura existente, no entanto, a história ambiental do açúcar não tem recebido a atenção que merece, o que também vale para a relação entre transformações ecológicas e a lógica expansionista do capitalismo mundial. Meu objetivo é o de explorar formas de repensar a expansão capitalista da era moderna como um processo *socioecológico*.

Quando falo de fronteiras, minha inspiração são os estudos de sistemas-mundo em torno da noção de “incorpora-

ção”.¹ O termo fronteira tem sido usado à exaustão, mas raramente de forma eficiente na ciência social histórica. Ainda assim, acredito que o termo possa ser satisfatoriamente reconceitualizado dentro do paradigma de sistemas-mundo. O conceito de fronteira tem sido empregado por sociólogos históricos envolvidos em estudos regionais, mas não tem sido teorizado adequadamente. Thomas D. Hall, por exemplo, define uma fronteira como uma área “na qual... a incorporação ocorre”.² Em seu estudo brilhante sobre o Sul dos Apalaches, Dunaway faz o mesmo, tratando a fronteira simplesmente como uma zona de incorporação.³ Essa conceitualização não distingue a incorporação, por um lado, das Américas e, por outro, da Ásia e da África, onde estruturas estatais fortes impediram a incorporação completa até os séculos XIX e XX. Enquanto estudos de incorporação têm focado em processos mundo-sistêmicos mais amplos e em transformações sociais em regiões particulares, eu gostaria de chamar a atenção para as formas como a produção e a distribuição de mercadorias *específicas*, e de produtos primários em especial, tem reestruturado o espaço geográfico nas margens do sistema de forma a demandar uma expansão ainda maior. Para tanto, defendo a utilização do conceito de *fronteira da mercadoria*.

Fronteiras da mercadoria

A ideia de fronteira da mercadoria deriva do conceito de cadeia mercantil, oriundo da abordagem de sistemas-mundo, que “faz referência a uma rede de processos de trabalho e pro-

1 Ver HOPKINS, Terence K. *et al.* Incorporation into the World-Economy: How the World-System Expands. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 5-6, p. 761-902, 1987; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s-1840s, with a new prologue*. Baltimore, MD, Berkeley, CA: Project MUSE; University of California Press, 2014. Cap. 3.

2 HALL, Thomas D. *Social change in the Southwest, 1350-1880*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1989. p. 24.

3 DUNAWAY, Wilma A. *The first American frontier: transition to capitalism in southern Appalachia, 1700-1860*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

dução cujo resultado final é uma mercadoria acabada”.⁴ Ainda que a abordagem habitual para o estudo das cadeias mercantis seja começar com o produto acabado, o esforço de traçar a expansão da fronteira requer um foco nos materiais relativamente inacabados, “brutos”; uma análise completa demandaria percorrer o caminho inverso, o que está além do escopo do presente artigo. O objetivo das análises de cadeias mercantis é duplo: 1) determinar as fronteiras e a configuração em mudança da divisão interdependente do trabalho na economia-mundo; e 2) analisar as transformações entre centro, periferia e semiperiferia ao longo do tempo de acordo com a retenção de mais valor em cada uma dessas zonas. Enquanto agentes estatais buscam moldar a divisão de trabalho do sistema para sua própria vantagem, os mecanismos de organização essenciais são as cadeias mercantis, cujas operações são por definição transnacionais. Esta abordagem permite contornar conceitualizações tradicionais de expansão da fronteira, que aceitam o estado-nação ou a esfera imperial como a unidade de análise primária em vez da economia-mundo como um todo.

A existência de várias fronteiras da mercadoria nas Américas – açúcar, prata, madeira, gado, alimentos, algodão, tabaco, peles, peixes etc. – nos permite, primeiro, traçar não apenas a expansão do capitalismo, mas a natureza desigual dessa mesma expansão. Isso ajuda a corrigir a impressão de vários críticos da perspectiva de sistemas-mundo, que corretamente argumentam que a transição para o capitalismo tomou diferentes formas em diferentes lugares, mas que equivocadamente acreditam que a análise de sistemas-mundo é incapaz de teorizar essa diversidade. Em segundo lugar, é possível conectar processos relativamente abstratos, tais como as ondas longas, com processos relativamente específicos, como a produção de mercadorias e as relações de trabalhos de lugares particulares. O conceito de fronteira da mercadoria, além disso, ilumina as formas como a produção mercantil em lugares específicos molda e é moldada pela expansão socioespacial da lei do valor – a

4 HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.

acumulação primitiva em movimento – sob a qual as pessoas são forçadas a “vender para sobreviver”.⁵ Essa abordagem permite uma análise mais profunda de como a economia-mundo e os ecossistemas locais interagem para determinar o ritmo da expansão capitalista.⁶ Em terceiro lugar, como as fronteiras da mercadoria, em especial o açúcar, demandaram numerosos investimentos de capital, que não estavam disponíveis nos lugares imediatos da produção, o conceito fornece uma teorização mais específica do simultâneo aprofundamento e alargamento da divisão social do trabalho no sistema. Em suma, a fronteira da mercadoria dá sentido ao conceito de “efeito multiplicador” em termos da expansão espacial e do alcance global da lei do valor. E, quarto, como as fronteiras da mercadoria mais significativas eram baseadas na exploração do meio ambiente – açúcar, mineração de prata e ouro, tabaco, grãos, dentre outras – o conceito permite explorar as inter-relações entre produção em um lugar e a expansão do espaço capitalista em geral. Devo frisar, ainda, que fronteiras da mercadoria constituem a base de uma categoria mundo-histórica mais ampla⁷ – o modo fronteiro da expansão capitalista – cuja arena fundamental foram as Américas. Voltarei brevemente a este conceito na conclusão.

5 MOORE, Jason. *Commodity Frontiers and the Expansion of the World-Economy: Towards a Theory of Frontier Expansion*. Trabalho apresentado no Winter Workshop of University of California Intercampus Graduate Curriculum: Modernity's Histories in Global Context, University of California, Irvine, CA. 1-2 fev. 1997.

6 Sobre a relação entre ondas longas e o avanço da colonização na fronteira, ver EARLE, Carville; CAO, Changyong. Frontier Closure and the Involution of American Society, 1840-1890. *Journal of the Early Republic*, v. 13, n. 2, p. 163-179, 1993.

7 É claro que houve muitas instâncias de expansão capitalista, no Novo Mundo e alhures, que não dependeu diretamente da produção de mercadorias. Certamente, as missões religiosas, a colonização militar, as comunidades utópicas etc. não podem ser incluídas na produção de mercadorias de forma simples. Além disso, a colonização preemptiva foi uma característica importante do imperialismo desde o século XVI. HALL, *Social Change in the Southwest*, op. cit.; DUNAWAY, *The First American Frontier*, op. cit. Dito isso, o ímpeto primário do colonialismo preemptivo veio da competição em torno dos frutos da exploração de recursos e as lucrativas rotas comerciais. Até mesmo as missões religiosas eram espaços de produção de mercadorias. Ver MONROY, Douglas. Brutal Appetites: The Social Relations of the California Missions. In: CORNFORD, Daniel A. (org.). *Working people of California*. [S. l]: University of California Press, 1995. p. 29-56; SWEET, David G. *The Ibero-American Board Mission in Native American History: Reflections at the Quincentennial*. Santa Cruz, CA: Merrill College; University of California, 1991. Não publicado.

A fronteira tem sido uma categoria ambígua porque se refere simultaneamente a um certo tipo de movimento sócio-espacial e a um certo tipo de lugar – isto é, o termo “fronteira” refere-se tanto aos “espaço-de-fluxos” quanto aos “espaços-de-lugares”. As duas dimensões do modo fronteiro podem ser capturadas na seguinte formulação: a fronteira é uma *zona além da qual a expansão é possível* de uma forma cujo limite se dá principalmente pela geografia física e pelas contradições do capitalismo, e não pela oposição de poderosos impérios-mundo. A fronteira é um tipo específico de espaço definido pelo movimento para frente do sistema (capitalista). A continuidade da expansão é possível contanto que existam terras não-mercantilizadas e, em menor medida, trabalho “para além” da fronteira. Em espaços nos quais as barreiras externas à expansão do capitalismo são inicialmente mais importantes que as internas – como na África ou na Ásia da era moderna – devemos falar de bordas e não de fronteiras.

As fronteiras da mercadoria foram profundamente transformadoras da terra e do trabalho porque foram, com frequência, altamente *industriais*. Em especial, a produção e o refino do açúcar, assim como a mineração da prata, estavam entre as atividades mais industriais da economia-mundo da era moderna.⁸ Como tem defendido por muito tempo a escola de sistemas-mundo, várias fases de industrialização ocorreram, e qual delas foi a mais importante em termos qualitativos é ainda uma questão em aberto.⁹ A maioria das discussões sobre industrialização, contudo, tem negligenciado o papel do que chamo de *industrialização de fronteira*. Nas Américas da era moderna, os dois geradores mais significativos de valor foram a prata e o açúcar. Ambos eram altamente industriais quando considerados por qualquer padrão de sua época. Eles não apenas demandavam grandes investimentos de capital, mas no

8 MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986; BAKEWELL, P. J. A mineração na América espanhola colonial. In: BETHELL, LESLIE (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*, vol. 2. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 99-150.

9 HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Patterns of Development of the Modern World-System. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 1, n. 2, p. 111-145, 1977; NEF, John Ulric. *The conquest of the material world*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

caso do açúcar um processo de trabalho altamente racionalizado era também necessário. A natureza extrativa e agrícola da industrialização de fronteira sob as condições de acumulação sem fim do capital significava que a exaustão ecológica era não apenas característica da vida nessas áreas, mas que era, também, um ímpeto central para a expansão capitalista e suas flutuações cíclicas. A exaustão ecológica no espaço da produção era complementada por efeitos multiplicadores de destruição ambiental, que levavam, entre outras coisas, ao desmatamento, erosão maciça do solo, assoreamento, mudança climática e outros efeitos no caso do açúcar, e desmatamento e envenenamento de rios nas montanhas no caso da mineração da prata.¹⁰ Além disso, ao enfatizar a industrialização de fronteira como um processo concomitante com a consolidação da economia-mundo capitalista no “longo” século XVI (1450-1640), defendendo que a crise ecológica global não está exatamente enraizada na chamada Revolução Industrial, mas na lógica do próprio capital – com ou sem os Moinhos Satânicos.

A fronteira do açúcar

Poucas fronteiras da mercadoria demonstraram uma lógica expansionista e de transformação ambiental como a do açúcar. A produção e a venda de cana de açúcar teve papel central no desenvolvimento do capitalismo entre os séculos XIV e XIX. Quão significativo foi o complexo açucareiro para o capitalismo da primeira modernidade? James Blaut plausivelmente sugere que a importância econômica do açúcar deve ser colocada ao lado da prata do Novo Mundo. “A economia açucareira foi o maior setor produtivo [na primeira modernidade capitalista], deixando de lado a produção agrícola familiar, e de longe a maior geradora de valor”.¹¹

10 Ver abaixo, e, para mineração, Bakewell, A mineração na América; DUNAWAY, Wilma A. The Incorporation of Mountain Ecosystems into the Capitalist World-System. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 19, n. 4, p. 355-381, 1996.

11 BLAUT, James M. *The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history*. New York: Guilford Press, 1993. p. 198; ver também FURTADO, Celso. *The economic growth of Brazil: a survey from colonial to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1963. p. 71.

A fronteira do açúcar foi uma estrutura histórica intensamente transformadora porque a sua monocultura rapidamente exauriu a fertilidade do solo, em um processo de troca ecológica altamente desigual e rápido. Dessa perspectiva, a fronteira do açúcar foi o caso paradigmático de “fratura metabólica” que caracterizou a mudança nas relações natureza-sociedade após o início da transição para o capitalismo. Com a criação de um mercado mundial e uma divisão transatlântica do trabalho no século XVI, os problemas ecológicos localizados da era feudal deram lugar ao problema globalizante da fratura metabólica sob o capitalismo, no qual os produtos do campo (especialmente, mas não apenas, nas periferias) fluíram para as cidades, que, por sua vez, não tinham qualquer obrigação em devolver os rejeitos para o ponto de produção. Os nutrientes eram drenados de um ecossistema na periferia para outro no centro. Em suma, a terra era progressivamente explorada ao ponto de sua exaustão prejudicar os lucros, forçando o capital, então, a buscar novas terras, cuja incorporação inaugurava uma nova fase de desenvolvimento capitalista em escala global.¹²

Esta troca ecológica desigual se tornaria particularmente evidente no século XVIII, quando trabalhadores britânicos consumiam produtos do açúcar enquanto escravos caribenhos passavam fome, principalmente porque pouca comida de verdade era cultivada nas várias ilhas açucareiras, e as importações de alimentos flutuavam de acordo com os ciclos econômicos e ecológicos.¹³ Parte de nossa tarefa, ao lidarmos com as complexidades das transformações ecológicas produzidas pelo complexo açucareiro, é nos apropriarmos dos insights da ecologia agrícola e usá-los em um enquadramen-

12 FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999; MOORE, Jason W. Nature and the Transition from Feudalism to Capitalism. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 26, n. 2, p. 97-172, 2003.

13 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit.; CARRINGTON, Selwyn H. H. The American Revolution and the British West Indies. In: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. (org.). *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Studies in interdisciplinary history. Cambridge, Cambridgeshire; New York: Cambridge University Press, 1987; DAVIS, Ralph. *The rise of the Atlantic economies*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1973. Cap. 15.

to ecológico de sistemas-mundo. Uma perspectiva de história agroecológica nos ajuda a focar na “totalidade de cultivos, animais, humanos, solos e florestas interdependentes,” o que permite uma compreensão mais profunda das conexões entre o aprofundamento da integração de mercado, da expansão espacial e da degradação ecológica.¹⁴

A fronteira mercantil do açúcar ilustra a natureza fundamentalmente inquieta do capitalismo mundial. Pense por um momento nas mudanças de longo prazo que marcaram a geografia da produção açucareira. A produção capitalista do açúcar emergiu em fins da Idade Média no Mediterrâneo – especialmente em Creta e Chipre.¹⁵ Durante os primeiros estágios da expansão portuguesa na segunda metade do século XV, o *locus* da produção de açúcar deslocou-se para as ilhas Atlânticas, em especial para a Madeira.¹⁶ Em fins do século XVI e princípios do XVII, a produção mudou novamente, desta vez para o litoral do Brasil. Em meados do século XVII, o Caribe, em especial Barbados, se tornou o centro mundial da produção açucareira; Cuba e Jamaica se tornaram proeminentes em fins do século XVIII e princípios do século XIX. E, em fins do Oitocentos, a produção de açúcar se tornou verdadeiramente globalizada.¹⁷ Parte dessa intensa movimentação pode ser explicada por inovações tecnológicas e mudanças nas fontes de trabalho. O fator primordial, no entanto, foi a mudança am-

14 MERCHANT, Carolyn. *Ecological revolutions: nature, gender, and science in New England*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989, p. 149-197, p. 153; WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

15 SOLOW, Barbara L. Capitalism and Slavery in the Exceedingly Long Run. In: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. (org.). *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Studies in interdisciplinary history. Cambridge, Cambridgeshire; New York: Cambridge University Press, 1987.

16 VERLINDEN, Charles. *The beginnings of modern colonization: eleven essays with an introduction*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1970.

17 DEERR, Noël. *The history of sugar*. London: Chapman and Hall, 1949; GALLOWAY, J. H. *The sugar cane industry: an historical geography from its origins to 1914*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1989; MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit.; para uma interpretação excepcional de inspiração na perspectiva de sistemas-mundo a respeito da produção caribenha do século XIX, ver TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar, Second Edition: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Binghamton: SUNY Press, 2016; TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

biental, que com frequência demandava mudanças, principalmente nas tecnologias. A dimensão ecológica nunca deve ser abstraída.

A produção açucareira era caracterizada pelos altos investimentos em capital e trabalho. O açúcar foi particularmente importante na criação da escravidão capitalista. Diferentemente do trigo, e muito parecido com o algodão, a cana de açúcar demandava trabalho ao longo de todo o ano, o que desencorajava o trabalho livre, mesmo quando este podia ser obtido a baixo custo, fenômeno raro em qualquer fronteira.¹⁸ A produção de açúcar era profundamente industrial, com um nível de coordenação do processo de trabalho e de intensidade de investimentos de capital que tinha poucos paralelos no sistema-mundo da era Moderna. “A *plantation* de açúcar transformou sociedades coloniais da mesma forma que a fábrica... mudou a sociedade inglesa”.¹⁹ Em grande medida, a natureza industrial da produção açucareira foi determinada pela ecologia da cana de açúcar, que demandava o corte e processamento em 48 horas; a cana seca rapidamente após ser cortada. Consequentemente, o processo de trabalho na produção de açúcar era altamente racionalizado e regulado. “A consciência do tempo era determinada pela natureza da cana de açúcar e seus requerimentos de processamento, mas permeava todas as fases da vida na *plantation*”. A sua produção demandava tanto trabalho qualificado quanto não-especializado, em uma amostra do processo inicial de trabalho capitalista, que inclui dinâmicas como a desqualificação. “A especialização por habilidades e cargos, e a divisão do trabalho por idade, gênero e condições [de trabalho, isto é, a escravidão] em equipes, turnos e turmas, junto com o stress em torno da pontualidade e da disciplina, são características geralmente mais associadas à indústria do que à agricultura – ao menos no século XVI”.²⁰

18 CARVILLE, Earle. The Myth of the Southern Soil Miner: Macrohistory, Agricultural Innovation, and Environmental Change. In: WORSTER, Donald (org.). *The Ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Studies in environment and history. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1988.

19 DAVIS, *The rise of Atlantic economies*, op. cit., p. 215.

20 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit., p. 47; p. 51.

O açúcar tem uma longuíssima história, mas para os objetivos do presente artigo a nossa contagem começará em sua fronteira do século XV, com a incorporação das ilhas atlânticas no emergente sistema-mundo capitalista. A primeira grande área de produção açucareira fora do Mediterrâneo foi a ilha da Madeira, colonizada por portugueses nos anos 1430. O desenvolvimento da produção açucareira na ilha antecipou vários elementos da história dessa fronteira da mercadoria na era moderna. Ao menos uma década antes dos colonos efetivamente se estabelecerem na ilha, que era desabitada, eles soltaram vacas, porcos e ovelhas naquele espaço, uma prática que seria repetida nos Açores, em Cabo Verde e, mais tarde, em Barbados. Conseqüentemente, a ecologia da ilha foi radicalmente transformada antes mesmo da colonização humana, o que nem sempre trouxe vantagens aos colonos. A tentativa de colonização da ilha de Porto Santo (parte do arquipélago da Madeira) foi atrasada pelo desembarque acidental de coelhos na ilha nos anos 1420. Os coelhos devoraram toda a cobertura vegetal da ilha, produzindo erosão pelos ventos e chuvas.²¹ Naquele mesmo momento, as vastas florestas protegeram a ilha da Madeira de destino semelhante.

Ao longo da era moderna, a produção de açúcar geralmente chegou após um período de desenvolvimento agrícola baseado em pequenas propriedades, praticado com investimentos reduzidos de capital. Com frequência, os primeiros colonos dedicaram-se à produção de trigo ou de outros grãos, muitas vezes em combinação com algum cultivo mercantil como o tabaco, que demandava poucos investimentos de capital. Ao fazê-lo, aqueles colonos criaram condições sociais e ambientais para o cultivo do açúcar. Podemos chamar esse estágio da expansão capitalista de uma fronteira de *excedente* de grãos em vez de uma fronteira da mercadoria. Na fronteira de excedente, os colonos não eram pressionados a “vender para sobreviver” pelo mercado capitalista. Em vez disso, eles pra-

21 CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the plantation complex: essays in Atlantic history*. 2nd ed. Cambridge: New York, 1998, p. 75; JOHNSON, H. B. Portuguese Settlement, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (org.). *Colonial Brazil*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1987, p. 3; SOLOW, *Capitalism and slavery*, op. cit.; VERLINDEN, *The Beginnings of Modern Colonization*, op. cit.

ticavam uma agricultura de “subsistência/excedentes”, cuja função histórico-mundial era organizar os recursos humanos e naturais em preparação para o estágio mais intensivo de produção de mercadorias.²² O cultivo de açúcar tendia a fracassar nos lugares que não haviam sido preparados por uma fronteira de grãos excedentes – como na Hispaniola do século XVI.²³ A transição de uma fronteira de grãos excedentes para uma fronteira mercantil do açúcar foi um momento da acumulação primitiva em curso. Na Madeira, isso ocorreu sob o impulso do capital genovês e flamengo, conforme colonos eram substituídos pelas *plantations* açucareiras, cuja produção anual cresceu de 80 toneladas para mais de 1.000 entre 1456 e 1494.²⁴

A transição do trigo para o açúcar teve duas grandes consequências, que se repetiram muitas vezes ao longo dos séculos seguintes. Primeiro, os alimentos tinham que ser importados, ampliando e aprofundando, assim, a divisão interdependente do trabalho na economia-mundo. No caso da Madeira, o trigo era enviado dos Açores; no caso das ilhas do Caribe dos séculos XVII e XVIII, a América do Norte e a Irlanda foram fornecedoras de alimentos.²⁵ Segundo, a transição para a produção açucareira demandava unidades maiores de produção, em si mesmas um indicador-chave de sua incorporação pela economia-mundo.²⁶ O aumento nas dimensões da

22 MOORE, *Commodity Frontiers and the Expansion of the World-Economy*, op. cit.

23 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit.; WATTS, David. *The West Indies: patterns of development, culture, and environmental change since 1492*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1987. p. 103-104.

24 DIFFIE, Bailey W. *Foundations of the Portuguese empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977, p. 307; SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 8.

25 DAVIS, *The Rise of Atlantic Economies*, op. cit., caps. 1, p. 15-16; CARRINGTON, *The American Revolution*, op. cit.; SHERIDAN, Richard. *Sugar and slavery; an economic history of the British West Indies, 1623-1775*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974; TRUXES, Thomas M. *Irish-American trade, 1660-1783*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1988.

26 “Parece evidente que a capacidade de resposta é, ao menos em parte, uma função do tamanho da unidade responsável pela decisão. Uma unidade maior tem mais chances de ter um impacto em si mesma e em suas próprias perspectivas para a acumulação capital pela alteração de suas decisões produtivas à luz do que acredita serem condições alteradas em algum mercado. Segue que, para que empreendimentos em uma zona comecem a responder dessa forma, ela podem ter que se tornar maiores. A criação dessas unidades de decisão maiores pode

unidade-padrão de açúcar em comparação com as fazendas de trigo e tabaco parece ter sido um fator ambientalmente negativo em si mesmo.²⁷ Consequentemente, o aprofundamento da incorporação da ilha no sistema-mundo capitalista emergente foi também um momento de intensificação da degradação ambiental.

Antes que qualquer agricultura de maior vulto pudesse começar, a enorme cobertura florestal da Madeira teria que ser derrubada. No contexto de um mundo Mediterrâneo ávido por madeira, as exportações possibilitadas pelo desmatamento se revelaram altamente lucrativas.²⁸ Mas o corte comercial de madeira era lento e os colonos ansiavam por terras. As florestas foram, então, queimadas, e a proliferação de animais europeus, em combinação com a agricultura intensiva, garantiu que as “florestas jamais se recuperassem” na ilha.²⁹

A baixa pluviosidade da Madeira implicava na necessidade de construir estruturas para a irrigação, caso se quisesse cultivar cana de açúcar na ilha. Construir uma infraestrutura agroecológica capaz de sustentar um setor exportador de açúcar demandava tempo. Passaram-se vinte anos, após a introdução da cana na ilha, até que se comesçassem as exportações de açúcar, nos anos 1450.³⁰ A construção desta infraestrutura foi tão global quanto transformadora. Conhecimentos técnicos e capital foram fornecidos por genoveses, Portugal cuidou dos custos de proteção e africanos escravizados (importados por genoveses e portugueses) realizaram a maior parte do trabalho. A demanda por trabalho era gigantesca e teve um enorme custo em vidas humanas. De acordo com Alfred Crosby, “boa parte da terra era íngreme demais para práticas normais de

ocorrer tanto no lugar de produção direta (e.g., com a criação de uma *'plantation'*) ou em um espaço de apropriação mercantil da produção”. WALLERSTEIN, *The Modern World System III*, op. cit., p. 130.

27 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 167.

28 CIPOLLA, Carlo M. *Before the Industrial Revolution: European society and economy, 1000-1700*. 1st ed. New York: Norton, 1976. p. 229-230; ÖZVEREN, Eyüp. The Shipbuilding Commodity Chain, 1590-1790. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (org.). *Commodity chains and global capitalism*. Contributions in economics and economic history. Westport, CT: Greenwood Press, 1994.

29 CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 76.

30 GALLOWAY, *The Sugar Cane Industry*, op. cit., p. 50.

cultivo e devia ser terraceada. A mais cansativa e perigosa de todas foi a tarefa de instalar um vasto sistema de transporte da água, das colinas ventosas e encharcadas para os campos cultivados bem abaixo”.³¹

Sob o ímpeto de um mercado mundial em expansão para o açúcar, da consolidação de grandes propriedades, financiadas por genoveses, e do fornecimento de trabalhadores pelo tráfico de escravos, a Madeira tornou-se a maior produtora de açúcar da economia-mundo em fins do século XV. No final dos anos 1490, no entanto, o mercado mundial de açúcar estava saturado. O excesso de produção coincidiu com a erosão do solo, que diminuiu a produtividade. Isso levou a um deslocamento do centro de produção açucareira para o Brasil na segunda metade do século XVI.³² O *locus* da produção se deslocaria novamente no século seguinte para as ilhas do Caribe.

A expansão do cultivo de açúcar andou de mãos dadas com a produção monocultora, em um exemplo cristalino do impulso da agricultura capitalista “na direção da simplificação radical da ordem ecológica natural”.³³ Tal simplificação era inerentemente destrutiva. Sob as condições da produção generalizada de mercadorias e o imperativo de acumulação sem fim do capital, as monoculturas são especialmente instáveis graças às pressões competitivas do mercado mundial. Essa competição implica que ecossistemas que, em outros contextos, poderiam se regenerar, não conseguem fazê-lo aqui. Além disso, as práticas agrícolas europeias, como a agricultura em fileiras e o cultivo do açúcar em trincheiras, exacerbaram problemas de erosão do solo devido ao vento e à água. O cultivo

31 CROSBY, *Imperialismo ecológico*, op. cit., p. 77-78; ver também WATSON, Andrew M. *Agricultural innovation in the early Islamic world: the diffusion of crops and farming techniques, 700-1100*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1983. p. 103.

32 DUNCAN, T. Bentley. *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in seventeenth-century commerce and navigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1972. p. 31; GALLOWAY, *The Sugar Cane Industry*, op. cit., p. 54; GRAHAM, Richard. *Brazil in the Old Colonial System*, by Fernando A. Novais. Brazil and the World System. United States: University of Texas Press, 1991, p. 24-6; SCHWARTZ, *Slave Plantations*, op. cit., p. 8-9.

33 WORSTER, *Transformações da terra*, op. cit.; ver também HAILA, Yrjö; LEVINS, Richard. *Humanity and nature: ecology, science, and society*. London; Concord, MA, USA: Pluto Press, 1992. cap. 5.

em fileiras seria substituído pelo uso de buracos para a cana apenas após um longo período de convivência com a erosão do solo.³⁴

O avanço da fronteira do açúcar para as Américas em meados do século XVI marcou uma mudança qualitativa na escala e no escopo da degradação ecológica capitalista. Um dos principais agentes dessa degradação foi a *plantation*. Em grande medida, foi o clima das Américas – em especial o alto índice de chuvas – que tornou possível essa forma de empreendimento agrícola. “A descoberta de que o açúcar crescia bem no Novo Mundo sem irrigação fez das *plantations* de cana americanas o protótipo de, virtualmente, todo o desenvolvimento e crescimento posterior das *plantations* do mundo”.³⁵

O crescimento estável (ainda que descontínuo) do mercado de açúcar, vale repetir, era a força motora dessa expansão dramática da escravidão africana, do desenvolvimento do assim chamado comércio triangular e do crescimento do transporte transatlântico de mercadorias em larga escala. Esses padrões foram reforçados pelo desenvolvimento da produção e exportação de açúcar no Brasil, onde o complexo açucareiro foi a “instituição social central” da vida colonial durante o século XVII.³⁶ Na década de 1650, o Brasil ficaria para trás diante do Caribe como o novo centro da produção mundial de açúcar. Foi nesse período que o consumo de açúcar disseminou-se amplamente no centro europeu. Em fins do século XVIII, um amplo conjunto de produtos de açúcar havia se tornado parte da dieta de famílias da classe trabalhadora inglesa.³⁷

Discutirei os efeitos ecológicos do complexo açucareiro de forma temática em vez de cronológica para tentar transmitir o tamanho da transformação ambiental que caracterizou o período.

34 SALE, *Conquest of Paradise*, op. cit., p. 165; WATTS, *The West Indies*, op. cit., passim, esp. 402-405.

35 SAUER, Carl Ortwin. *Selected essays, 1963-1975*. Berkeley, CA: Turtle Island Foundation, 1981. p. 49-50.

36 LOCKHART, James. *Early Latin America: a history of colonial Spanish America and Brazil*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1983. p. 204; MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit., p. 43-46.

37 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit.

Em primeiro lugar, deixe-me resumir brevemente as pressões econômicas básicas do complexo açucareiro. Como era (e continua a ser) o caso no sistema-mundo moderno, o verdadeiro dinheiro no açúcar era feito não pelos fazendeiros, mas sim por comerciantes e financistas.³⁸ Como na maioria das atividades econômicas na periferia, a competição no setor açucareiro era intensa.³⁹ Donos de engenhos estavam geralmente muito endividados e participação na classe dos fazendeiros era altamente instável.⁴⁰ Essa instabilidade reforçava as tendências já poderosas dos fazendeiros capitalistas de explorar excessivamente a terra e o trabalho, o que levava ao declínio produtivo, e, conseqüentemente, à expansão da fronteira do açúcar na direção de terras virgens, o que, por sua vez, demandava novos suprimentos de capital e trabalho. Sim, tratava-se de um círculo vicioso! Fazendeiros americanos estavam atrelados a um “sistema internacional de peonagem” remanescente do que vigorava no leste europeu da era moderna.⁴¹ Financistas, e não fazendeiros, eram os principais beneficiários do complexo açucareiro na fronteira. Não por acaso, os agentes dessa peonagem em sucessivas eras históricas estavam localizados nos respectivos centros da finança mundial – Gênova, Amsterdã e Londres.

Qual era a atitude dos colonos europeus no Novo Mundo? Richard Pares resume a abordagem inicial em termos de um enorme desperdício: “os pioneiros contavam com uma su-

38 BLAUT, *The Colonizer's Model*, op. cit., p. 191-92; BRAUDEL, Fernand. *The wheels of commerce*. 1st U.S. ed. New York: Harper & Row, 1982. p. 190-194; p. 272-278; DEERR, *The History of Sugar vol. II*, op. cit., p. 291; EDEL, Matthew. *The Brazilian Sugar Cycle of the Seventeenth Century and the Rise of West Indian Competition*. *Caribbean Studies*, v. 9, n. 1, p. 24-44, 1969.

39 “Zonas centrais... tendem, por definição, a monopolizar os monopólios de altos lucros enquanto as zonas periféricas abrigam processos produtivos que operam dentro de mercados verdadeiramente competitivos e, conseqüentemente, caracterizados por atividades de lucros baixos”, WALLERSTEIN, Immanuel Maurice; HOPKINS, Terence K. *The World-System: is there a Crisis?* In: HOPKINS, Terence K. (org.). *The age of transition: trajectory of the world system 1945-2025*. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books, 1996. p. 4.

40 DUNN, Richard S. *Sugar and Slaves: the Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1713*. New York: Norton, 1973; LOCKHARD; SCHWARTZ, *Early Latin America*, op. cit., p. 207; SHERIDAN, *Sugar and Slavery*, op. cit.

41 WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The capitalist world-economy: essays*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1979. p. 41.

posta inesgotabilidade da fertilidade do gado, das tartarugas e dos pássaros, e dos imensuráveis recursos das florestas: de fato, eles parecem ter ido à loucura diante de tanta vida selvagem comestível e de um continente coberto por lenha. Com o tempo, esse desperdício foi longe demais”.⁴²

Immanuel Wallerstein apontou que o açúcar, como a madeira, era a “produção em contínuo ‘crescimento’” da economia-mundo da era moderna.⁴³ A comparação é apropriada. Lembre-se que a Europa “era uma civilização literalmente feita de madeira”. Os estados e capitalistas europeus tinham acesso a um volume de madeira para combustível muito maior do que o de seus contemporâneos no Oriente Médio e na China.⁴⁴ Florestas eram a alma do centro europeu, e eram também fundamentais para o complexo açucareiro. A derrubada de florestas era não apenas uma pré-condição do cultivo de açúcar, mas a madeira era necessária para suprir a enorme demanda por combustível usado nos caldeirões, que transformavam o caldo de cana em açúcar semi-refinado. A madeira era necessária também para a construção das casas, galpões e outras estruturas. Era necessária aos ferreiros que produziam os fornos, caldeirões e ferramentas usadas no processamento da cana. Era necessária para produzir barris e outros recipientes para o transporte de açúcar. E, evidentemente, era necessária para a construção dos navios que carregavam o açúcar para o mercado.

A marcha estável do cultivo do açúcar destruiu florestas em áreas adjacentes aos campos de cana, evidentemente, mas ela também consumiu florestas distantes. É impossível saber a extensão da responsabilidade que o açúcar teve nos 260 milhões de *cords* de madeira que foram cortadas na Nova Inglaterra entre 1630 e 1800.⁴⁵ Enquanto a maior parte da madeira

42 PARES, Richard. *Merchants and planters*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1960. p. 20.

43 WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O sistema mundial moderno, vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974. p. 163.

44 SALE, Kirkpatrick. *The conquest of paradise: Christopher Columbus and the Columbian legacy*. 1st ed. New York: Knopf, 1990. p. 84-85

45 *Ibidem*, p. 291. (n. t.) “Cord” é uma unidade de medida usada nos EUA e Canadá para a comercialização de madeira cortada, equivalente a 128 pés cúbicos.

era cortada para ser usada como combustível, a demanda por madeira produzida pelo açúcar não deixava de ser significativa. Florestas norte-americanas foram cortadas para a construção de navios e das estruturas das fazendas de açúcar, além do seu uso como combustível, mas estas não eram as únicas atividades ligadas ao açúcar que produziram desmatamento. Florestas foram derrubadas para preparar a terra em que o trigo seria cultivado e animais criados, ambos enviados em números significativos para as Índias Ocidentais.⁴⁶

A relação entre açúcar e desmatamento foi evidente desde o início de seu cultivo no Novo Mundo. Em Hispaniola, os primeiros esforços para o cultivo do açúcar foram iniciados em 1505; nos anos 1530, a ilha já contava com 34 engenhos.⁴⁷ No final do século XVI, “a exaustão das reservas de madeira se tornou um problema sério” na ilha.⁴⁸ Originalmente coberta por “florestas tropicais densas”, Barbados foi virtualmente desmatada por completo em trinta anos após o início da colonização nos anos 1630. Na década de 1660, aproximadamente quinze anos depois do início das exportações de açúcar, “Barbados tinha menos madeira do que a maioria dos distritos da Inglaterra... colonos reclamavam de uma escassez de madeira”.⁴⁹ Colonos de Barbados chegaram a tentar anexar a ilha vizinha de St. Lucia “para ter acesso a novas fontes de madeira”.⁵⁰ Em Antígua, “os primeiros fazendeiros derrubaram as florestas de acácias e paus-de-campeche que cobriam o interior da ilha, convertendo-as em campos de cana”.⁵¹ Entre 1690 e 1751, as florestas que, no passado, cobriram dois terços de

46 CRONON, William. *Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003. Cap. 6; MERCHANT, *Ecological Revolutions*, op. cit.; SILVER, Timothy. *A new face on the countryside: Indians, colonists, and slaves in South Atlantic forests, 1500-1800*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1990. p. 117-118; WILLIAMS, Michael. *Americans and their forests: a historical geography*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1989.

47 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit., p. 33-34.

48 SAUER, *Selected Essays*, op. cit., p. 352.

49 DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 26-7, 67.

50 SILVER, *A New Face*, op. cit., p. 117.

51 DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 34.

Antígua, haviam praticamente desaparecido.⁵² As ilhas de São Cristóvão, Neves (St. Kitts e Nevis) e Montserrat começaram a sofrer com a exaustão do solo pouco depois da introdução da monocultura do açúcar nos anos 1750, ainda que o impacto total não fosse sentido até o boom de açúcar dos anos 1820.⁵³ Na Martinica e Guadalupe francesas, a exaustão do solo “começou a se tornar evidente para valer nos anos 1730”.⁵⁴ Na Jamaica, “as terras mais férteis... eram amplamente florestadas... e muitos anos se passaram até que os colonos conseguissem derrubar as florestas para cultivar naquelas terras”.⁵⁵ Na ilha açucareira de São Tomé, próxima à costa da África, “a floresta foi cortada tão rapidamente para a expansão da indústria do açúcar que, em meados do século XVI, toda a cobertura natural do litoral havia sido eliminada e este transformado em campos de cana”.⁵⁶

A limpeza de florestas para o cultivo do açúcar com frequência foi realizada com base no fogo, que fazia mais do que simplesmente matar árvores. A derrubada de florestas implicou na virtual erradicação dos animais que nelas viviam. Em São Cristóvão, porcos selvagens (deixados pelos primeiros visitantes espanhóis), “animais terrestres nativos”, macacos e tartarugas foram sujeitos à “remoção total”. Em Barbados, o desmatamento levou à extinção de numerosas espécies de flora e fauna, em especial pássaros, “cuja escassez... continua até os dias de hoje”.⁵⁷ Na Nova Inglaterra, a extinção de pássaros resultou no declínio da fertilidade das terras das florestas; podemos presumir que impactos semelhantes foram sentidos no Caribe.⁵⁸ Conforme a base ecológica da existência da flora e fauna nativas era destruída, novas espécies eram introduzidas em um exemplo clássico do assim chamado “imperialis-

52 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 434-435.

53 TOMICH, *Slavery in the Circuits of Sugar*, op. cit., p. 140.

54 DAVIS, *The Rise of Atlantic Economies*, op. cit., p. 253-254.

55 DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 167.

56 GARFIELD, Robert. *A history of Sao Tome Island, 1470-1655: the key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press, 1992. p. 82.

57 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 166; p. 219-220.

58 MERCHANT, *Ecological Revolutions*, op. cit., p. 36.

mo ecológico”.⁵⁹ Hoje, aproximadamente dois terços da flora e fauna de Barbados não são nativos.

Florestas também foram destruídas nos inúmeros conflitos interimperialistas do período. Durante a Segunda Guerra Holandesa (1666-1667), os franceses incendiaram as áreas de São Cristóvão controladas pelos ingleses; “em torno da mesma época, marinheiros franceses incendiaram toda a ilha de St. Croix”. Campos de cana, para não falarmos das cidades e vilas, eram frequentemente incendiadas durante aqueles conflitos.⁶⁰ Os impactos ecológicos da guerra, ainda que distantes das políticas de terra arrasada que encontramos hoje (ver, por exemplo, a Guerra do Golfo de 1991 ou os ataques aéreos dos EUA contra a Sérvia em 1999), ainda são pouco conhecidos para aquele período.

Animais, especialmente porcos selvagens, foram eliminados pelas autoridades imperiais por razões sociais e políticas. Em alguns momentos eles eram simplesmente inconvenientes. Por exemplo, quando Barbados foi inicialmente colonizada em fins dos anos 1620, a ilha “era praticamente controlada” por porcos selvagens, que foram sistematicamente exterminados em poucos anos.⁶¹ Em outros casos, as autoridades imperiais buscaram destruir bois e porcos nas várias ilhas para fins políticos. Forças espanholas “trucidaram os rebanhos que [os bucaneiros] atacavam” em St. Domingue. “As autoridades inglesas enviaram bucaneiros para matar o gado [na Jamaica] de modo a destruir os recursos usados pelo movimento de resistência espanhol”.⁶²

A demanda por combustível nos caldeirões que ferviam a cana de açúcar era imensa. “Qualquer esforço para produzir açúcar sem uma pronta reserva de madeira não teria sucesso, a despeito de quão favoráveis fossem outros fatores ambientais como clima e solo”.⁶³ Em princípios do século XV,

59 CROSBY, *Imperialismo ecológico*, op. cit.,

60 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 240-258; p. 394.

61 *Ibidem*, p. 156.

62 PARES, *Merchants and Planters*, op. cit., p. 20.

63 MILLER, Shawn W. *Fuelwood in Colonial Brazil: the Economic Consequences of Fuel Depletion for the Bahian Reconcavo, 1549-1820*. In: WHEATLEY, Helen (org.). *Agriculture, resource exploitation, and environmental change*. Brookfield, VT: Variorum, 1997. (An Expanding World: the European Impact on World History, 1450 to 1800, 17). p. 137.

importadores de açúcar começaram a construir refinarias no noroeste europeu em função da disponibilidade de combustível em zonas próximas.⁶⁴ No Brasil, a madeira esteve atrás apenas dos escravos como o principal gasto de um senhor de engenho, abarcando algo em torno de 12% a 21% dos custos operacionais no século XVIII.⁶⁵ A alta dos combustíveis produzida pela erosão do solo contribuiu para um grande número de falências no período, que, de qualquer forma, foi caracterizado por um declínio nas exportações brasileiras de açúcar.⁶⁶ Ao longo do século XVII, um grande engenho baiano demandava o trabalho integral de oito escravos apenas para a extração de lenha. A cota diária de cada escravo era de aproximadamente 1.600 libras de madeira. Durante a safra, cada grande engenho da região consumia entre 12 e 13 mil libras diárias de lenha. Em termos da demanda por terra, algo entre 1,5 e 2 acres de floresta eram necessários para processar um único acre de cana de açúcar. Conseqüentemente, um “desmatamento considerável” marcava o Recôncavo Baiano em meados do século XVII.⁶⁷ Barbados havia exaurido suas fontes nativas de combustível de tal modo que, em 1667 (a produção açucareira foi iniciada apenas entre 1643 e 1646), fazendeiros foram forçados a importar carvão da Inglaterra. Eles também importaram grandes volumes de madeira da América do Norte Britânica para construir as estruturas das

64 GALLOWAY, *The Sugar Cane Industry*, op. cit., p. 36. Provavelmente mais importante do que a proximidade das fontes de combustível, como nota Galloway (1989), era que a proximidade do refino do açúcar dos mercados no noroeste europeu permitiam aos comerciantes evitar os riscos associados ao transporte, no qual boa parte do açúcar acabava sendo prejudicado pela água. Os riscos envolvidos no refino e comercialização na Europa eram consideravelmente menores que aqueles associados ao cultivo e transporte.

65 SCHWARTZ, Stuart B. *Plantations and peripheries, c. 1580-c. 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. (The Cambridge History of Latin America, 2). p. 93; BARROS DE CASTRO, Antonio. *The Colonial Economy, Capitalist or Not? Some Empirical Data from Brazilian Sugar Plantations*. Paper apresentado no seminário em Historic Geography of Social and Economic Structures of the Modern World-System. Binghamton, NY, Fernand Braudel Center, Binghamton, 1977. p. 9.

66 EDEL, *The Brazilian Sugar Cycle*, op. cit., p. 42.

67 SCHWARTZ, *Sugar Plantations*, op. cit., p. 141; p. 302; MILLER, *Fuelwood in Colonial Brazil*, op. cit.

plantations.⁶⁸ No México, durante o século XVI, “a demanda por combustível nos empreendimentos espanhóis, especialmente de açúcar..., avançou significativamente por sobre as reservas indígenas de madeira”. Ao mesmo tempo, em uma dinâmica que persiste até hoje, a expropriação espanhola das terras agrícolas mais férteis – em parte para o cultivo de açúcar, especialmente em torno de Cuernavaca – empurrou as populações indígenas para terras marginais, que foram rapidamente esgotadas.⁶⁹

Ainda que fazendeiros eventualmente encontrassem uma fonte alternativa de combustível usando o bagaço de cana ou empregando o “trem jamaicano” (necessários pelo desmatamento das ilhas açucareiras do Caribe), a madeira continuou sendo o combustível favorito. Ao longo da era moderna, no entanto, o bagaço era inútil como fonte de combustível porque os cilindros dos moinhos eram muito leves e acabavam por deixar os restos da cana ainda muito úmidos.⁷⁰ Foi apenas quando tiveram que enfrentar as pressões advindas da exaustão ecológica que os fazendeiros desenvolveram formas mais “eficientes” de uso do ambiente natural. Onde as florestas eram abundantes, os fazendeiros preferiam a madeira em vez do bagaço. Senhores em Cuba usaram a madeira como a principal fonte de combustível em muitas áreas até meados do século XIX; no Nordeste do Brasil, até princípios do XIX; e no Peru o bagaço da cana raramente foi usado até a introdução do engenho *Louisiana Number 1* no começo dos anos 1870.⁷¹ Ademais, a demanda por combustível no setor açucareiro não apenas acabou com florestas, mas a própria queima de madeira “resultou na transferência de muitos nutrientes vegetativa-

68 DEERR, *The History of Sugar*, vol. I, op. cit., p. 166; WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 173; p. 186; p. 206; p. 397-398.

69 FRANK, Andre Gunder. *Mexican agriculture, 1521-1630: transformation of the mode of production*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1979. p. 33-35.

70 SAUER, *Selected Essays*, op. cit., p. 352.

71 MORENO FRAGINALS, Manuel. *The Sugarmill: The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba, 1760-1860*. New York: Monthly Review Press, 1976. p. 38-39; GALLOWAY, *The Sugar Cane Industry*, op. cit., p. 97-99; KNIGHT, Rolf. *Sugar plantations and labor patterns in the Cauca valley, Colombia*. Toronto: University of Toronto, 1972. p. 29-30.

mente armazenados do ambiente imediato para a atmosfera”, assim enfraquecendo a capacidade reprodutiva do ecossistema local.⁷²

Com o desaparecimento da floresta, os solos se tornavam altamente vulneráveis à erosão do vento e das chuvas. A própria cana é bastante resistente a climas rigorosos. O solo em que ela cresce, contudo, não tem a mesma sorte. Na Barbados do século XVII,

Rios começaram a assorear e, em alguns casos, ficaram completamente secos, os habitat estuarinos foram completamente destruídos pelo assoreamento e animais desapareceram; e com a perda da densa cobertura florestal, toda a hidrologia e, conseqüentemente, todo o clima da área foi lentamente alterado, com enormes custos para espécies terrestres e aquáticas.⁷³

Em Barbados, a erosão dos campos de cana começaram a entupir o porto de Bridgetown no começo dos anos 1660, após apenas duas décadas de cultivo de açúcar.⁷⁴ Em fins do século XVII, os fazendeiros barbadianos “reclamavam sem parar do declínio das safras, das pragas de insetos e vermes, das secas, da esterilidade do solo e dos custos crescentes”.⁷⁵ Em torno do ano de 1685, a produção de muitas unidades açucareiras havia caído em até metade de anos anteriores.⁷⁶ Essa exaustão teve papel central no deslocamento da produção de açúcar de Barbados para as ilhas maiores de Jamaica e St. Domingo, que “tinham terras suficientes para poder abandonar as fazendas de açúcar em esgotamento e reiniciar o plantio em terras virgens”.⁷⁷

A fronteira do açúcar, ao esgotar o solo, demandava ainda maiores quantidades de fertilizantes e trabalho. O desafio

72 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 166-67.

73 SALE, *The Conquest of Paradise*, op. cit., p. 165.

74 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 222.

75 DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 203-4.

76 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 397.

77 DAVIS, *The Rise of Atlantic Economies*, op. cit., p. 254; ver também DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 205; PONTING, Clive. *A green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*. 1st U.S. ed. New York: St. Martin's Press, 1992. p. 206.

colocado pela queda na produtividade do solo foi enfrentado, em parte, com a introdução de mais animais para fornecer fertilizantes, o que produziu mais desmatamento para pastos, mas, também, maior erosão do solo. No Brasil quinhentista, a expansão do setor açucareiro forneceu o impulso para a pecuária em larga escala, com o gado sendo usado nos engenhos de açúcar como força animal.⁷⁸ Na Barbados de meados do século XVII, os custos de fertilizantes animais aumentaram ao ponto dos pequenos produtores que não produziam açúcar darem início à criação de animais não como fonte de carnes ou couros, mas de esterco.⁷⁹ A existência de um grande contingente de animais – especialmente cavalos, a principal fonte de energia de muitos engenhos de açúcar na época – criou um ambiente favorável à disseminação de doenças. Em 1655-56, “uma epidemia virulenta quase matou toda a população de cavalos de Barbados”, processo que produziu uma crise nos engenhos de açúcar e induziu a mudança para o vento como fonte de energia. É importante notar que a transição para a energia eólica só foi possível porque a ilha havia sido amplamente desmatada.⁸⁰

Conforme a fertilidade do solo diminuía, a demanda por trabalho aumentava – e escravos eram a dimensão mais cara de todo o processo produtivo.⁸¹ Dessa perspectiva, as dinâmicas ecossociais da fronteira do açúcar fornecem uma imagem excelente de como “a produção capitalista... apenas desenvolve as técnicas e o nível de combinação do processo social de produção ao simultaneamente sabotar as fontes originais de

78 CROSBY, *Imperialismo ecológico*, op. cit., p. 90; FURTADO, *The Economic Growth*, op. cit., p. 58-66; ALDEN, Dauril (org.). *Free Labor in a Slave Economy: the Lavradores de Cana of Colonial Bahia*. Colonial roots of modern Brazil; papers of the Newberry Library Conference. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 167-168.

79 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 222-23; BATIE, Robert C. Why Sugar? Economic Cycles and the Changing of Staples in the English and French Antilles, 1624-1654. In: BECKLES, Hilary; SHEPHERD, Verene (org.). *Caribbean slave society and economy: a student reader*. New York: New Press, 1991. p. 50.

80 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 193, 198.

81 DUNN, *Sugar and Slaves*, op. cit., p. 197; SCHWARTZ, *Plantations and Peripheries*, op. cit., p. 93.

toda a riqueza – o solo e o trabalhador”.⁸² Quando o fazendeiro comprava mais escravos para compensar pelo declínio da produtividade, as pressões para explorar o solo e os escravos se intensificaram. No Brasil, logo na década de 1580, “esperava-se que um engenho perderia entre 5% e 10% de seus escravos”.⁸³ Durante o século XVIII, as importações de escravos para o Brasil quadruplicaram em relação ao século anterior, a despeito da estagnação da produção de açúcar.⁸⁴ No século XVII, escravos em Barbados eram colocados para trabalhar carregando o solo que havia sido levado pela água de volta aos campos de cana.⁸⁵ O declínio da fertilidade do solo também significava que os cultivos de “soqueira”, no qual a raiz da cana é deixada no solo para produzir uma segunda planta, produziam cada vez menos. Em fins do século XVIII, em Barbados, “nenhum fazendeiro fazia o corte de soqueira em mais de um ano... Como o corte de soqueira... custava muito menos que o cultivo de novas canas, podemos ver a exaustão do solo ao longo dos anos aumentava enormemente os custos de trabalho dos fazendeiros”. O impacto da exaustão do solo podia ser encontrado por todas as Índias Ocidentais:

A cada década eram necessários mais escravos para produzir a mesma quantidade de açúcar, no mesmo número de acres, ou, onde o cultivo era avançado e a produção aumentava, isso se dava apenas com um pesado volume de trabalho adicional. Consequentemente, ainda que, entre 1720 e 1755, a população escravizada e o açúcar de Antígua, São Cristóvão, Neves e Montserrat tenham aumentado em 100%, isso só foi possível por causa da rápida exploração das terras (até então) de posse francesa em São Cristóvão – a produção de Nevis e Montserrat permaneceram estagnadas. Entre 1710 e 1773, em Barbados, a população escrava aumentou em 30%... e a produção de açúcar caiu em mais de 20%. Em nenhuma das colônias mencionadas há indícios de que os senhores estivessem mudando para outros cul-

82 MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. New York: Vintage Books, 1977. p. 638.

83 LOCKHART; SCHWARTZ, *Early Latin America*, op. cit., p. 206.

84 SMITH, Alan K. *Creating a world economy: merchant capital, colonialism, and world trade, 1400-1825*. Boulder: Westview Press, 1991. p. 35.

85 WATTS, *The West Indies*, op. cit., p. 297.

tivos – eles ainda produziam açúcar, mas com maior dificuldade.⁸⁶

Finalmente, a produção do açúcar produziu mudança climática. Escrevendo em princípios do século XVI, Cristóvão Colombo notou que “nas Canárias, na Madeira e nos Açores... desde a remoção das florestas que cobriam aquelas ilhas, elas não têm mais tanta neblina e chuvas quanto antes”.⁸⁷ Além do desmatamento, os ecologistas Yrjo Haila e Richard Levins sugerem que dois processos podem afetar o clima em zonas açucareiras. Escrevendo sobre Cuba no século XIX, mas acredito que com relevância para as ilhas caribenhas do açúcar na Era Moderna, eles argumentam que

A queima da cana de açúcar antes da safra lançou tantas cinzas na atmosfera cubana que provocou crescentes chuvas justamente quando isso era menos desejado, pois interferia no transporte da cana cortada para os engenhos... [É possível] que Cuba tivesse um clima parcialmente continental porque as águas rasas e barrentas na Costa Norte se comportavam como a terra geralmente se comporta em relação à luz do sol. Consequentemente, a erosão pode contribuir para o aquecimento da terra.⁸⁸

Os efeitos da produção de açúcar também não se restringiam apenas às áreas em que ele era cultivado. Em 1614, por exemplo, Amsterdã banuiu o “uso de carvão nas refinarias [de açúcar]” por causa da poluição do ar.⁸⁹ Na Nova Inglaterra, a derrubada de florestas, em parte resultante das demandas da construção de navios para o mundo do açúcar, alterou significativamente o clima regional em fins do século XVIII. Dentre outras coisas, o desmatamento contribuiu para uma frequência crescente de enchentes e incêndios florestais, a secagem

86 PARES, *Merchants and Planters*, op. cit., p. 41-2; para a relação geral entre capitalismo, ecologia e trabalho, ver MARX, *Capital*, op. cit., p. 648-649; ver também MOORE, Jason W. Marx and the Historical Ecology of Capital Accumulation on a World Scale: Comment on Hornborg. *Journal of World-Systems Research*, v. VI, n. 1, p. 133-138, 1 jan. 2000.

87 Citado em CROSBY, *Imperialismo ecológico*, op. cit., p. 96-97.

88 HAILA; LEVINS, *Humanity and nature*, op. cit., p. 153.

89 BRAUDEL, *Wheels of Commerce*, op. cit., p. 193.

dos solos, que tornava as flutuações sazonais mais rigorosas, e a redução dos fluxos de água.⁹⁰

Da mesma forma que o complexo açucareiro escravizava trabalhadores e degradava o solo, ele também escravizava regiões (periféricas) ao aprofundar a sua dependência do centro. A periferação teve tanta relação com a troca desigual *ecológica* quanto com a extração de excedentes. O comentário de Marx sobre a relação entre a Irlanda e a Inglaterra no século 18 se aplica igualmente à relação entre Barbados e a Inglaterra na era moderna: “a Irlanda é atualmente apenas um distrito agrícola da Inglaterra, separada por um grande corpo de água”.⁹¹ Como bem nota Sidney Mintz, a expansão da produção de açúcar e o crescimento da escravidão nas Índias Ocidentais briânicas coincidiu com a formação de um proletariado assalariado industrial na Inglaterra.⁹² Este é precisamente o processo histórico-mundial que Marx comentou no primeiro volume do *Capital*: “a escravidão velada dos trabalhadores assalariados na Europa precisava da escravidão sem véu do Novo Mundo como seu pedestal”.⁹³

Uma ecologia histórico-mundial do complexo açucareiro – que estude as inter-relações entre desmatamento e erosão do solo no Novo Mundo, a poluição do ar causada por unidades de refino de açúcar em zonas centrais como Amsterdã, o impacto do aumento do consumo de açúcar na saúde dos consumidores e na formação de um proletariado industrial, o papel do açúcar como fonte de calorias baratas para trabalhadores em zonas centrais como a Inglaterra, a degradação ecológica resultante da importação maciça de gado e sua criação no Novo Mundo, a ecologia humana da escravidão e da saúde e segurança de trabalho, e muitos outros elementos de uma dialética mundo-sistêmica da mudança ecossocial – ainda

90 MERCHANT, *Ecological Revolutions*, op. cit., p. 326; CRONON, *Changes in the Land*, op. cit., p. 122-126.

91 MARX, *Capital*, op. cit., p. 860.

92 MINTZ, *Sweetness and Power*, op. cit., p. 43-44; ver também MINTZ, Sidney Wilfred. *Era o escravo de plantação um proletário?* O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados: coletânea de artigos de Sidney W. Mintz. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2003.

93 MARX, *Capital*, op. cit., p. 925.

está por ser escrita. Tentei elencar em linhas gerais algumas das dimensões mais conspícuas das transformações ecológicas do complexo açucareiro e conectar tais mudanças aos imperativos de expansão geográfica sem fim do capital.

Conclusão

A fronteira mercantil do açúcar foi o setor de vanguarda da expansão capitalista da era moderna por dois motivos principais. Primeiro, o crescimento estável do mercado mundial de açúcar ao longo da era moderna significou que as terras existentes para o cultivo foram superexploradas e que novas terras eram sempre necessárias, em parte para substituir as esgotadas, em parte para expandir a produção. Segundo, e de certa forma mais importante, a fronteira do açúcar colocou em movimento um amplo conjunto de atividades, como o tráfico de escravos, a pecuária, a construção de navios e a produção de alimentos. Particularmente importantes foram as formas pelas quais a fronteira do açúcar estimulou o desenvolvimento de um complexo de fronteiras da mercadoria nas Américas, simultaneamente produzindo um alargamento e aprofundamento do mercado. Na América do Norte, por exemplo, o complexo açucareiro do Caribe levou à expansão da fronteira da madeira para alimentar uma indústria naval em expansão e exportar lenha para as ilhas do açúcar para a construção de estruturas e outros fins; alimentou uma fronteira do gado nos estados do Sul; e facilitou a emergência de uma agricultura de trigo para exportação nas colônias da Virgínia e Maryland, para citar alguns poucos casos.

A característica ecológica da agricultura capitalista é “a simplificação radical da ordem ecológica natural”.⁹⁴ Em qualquer lugar, tal simplificação radical é insustentável por um período que vai de 50 a 75 anos. A superexploração leva à exaustão ou a simplificação torna os cultivos vulneráveis a doenças, nos dois casos levando à queda da produtividade e lucros. Como

94 WORSTER, *Transformações da terra*, op. cit., p. 35. Estou ciente de que a ideia de Worster de uma “ordem ecológica natural” é problemática. No entanto, entrar neste debate nos levaria longe demais aqui.

Karl Polanyi argumentou há 50 anos atrás, a lógica interna do capital é a de mercantilizar a terra e o trabalho, que fornecem a base para a acumulação contínua, conseqüentemente sabotando as fundações humanas e naturais do sistema. O açúcar ilustra essa dinâmica.⁹⁵ Ao dependerem da disponibilidade de terra não-mercantilizada, os fazendeiros de açúcar, sob pressões do mercado capitalista, eram forçados a mercantilizar e, por extensão, degradar a terra, preparando o caminho para a expansão posterior. O complexo de fronteiras mercantis de produtos primários nas Américas, geralmente surgidas em resposta ao açúcar e ocasionalmente à prata, estava enredado nas mesmas dinâmicas, ainda que nem sempre de modo tão evidente.

O conceito de fronteira da mercadoria deveria ser enquadrado em uma tipologia mais ampla da expansão espacial do capitalismo. A expansão espacial sem fim é produto de um sistema baseado na acumulação sem fim do capital. Ao longo da era moderna, havia duas modalidades de expansão espacial: uma amplamente redistributiva e baseada no comércio; outra essencialmente transformadora, baseada na organização da produção de mercadorias. O primeiro modo de expansão espacial foi aquele do imperialismo de “feitorias”, presente na África e na Ásia.⁹⁶

O segundo modelo de expansão espacial eu chamo de modo por fronteira. O modo de expansão por fronteira, cuja principal arena foram as Américas, era distinto porque possível de ser transformado ecológica e sociologicamente em uma escala impossível de ser reproduzida no resto do mundo, mesmo na maior parte da Europa. Nas Américas, capitalistas e suas agências de estado podiam começar da “estaca zero”. As forças que limitaram a expansão espacial em outras partes não eram tão importantes no Novo Mundo, e foi aqui que transformações sociais como a industrialização podiam ser vistas pela primeira vez em suas formas mais avançadas. O modelo de fronteira não era um filho do capitalismo, mas a

95 POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

96 CURTIN, Philip D. *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1984; PEARSON, M. N. *The Portuguese in India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

condição de seu nascimento e consolidação. “As Américas não foram incorporadas em uma economia-mundo capitalista já existente. Não poderia ter existido uma economia-mundo capitalista sem as Américas”.⁹⁷ Em suma, sem as Américas não havia capitalismo; sem capitalismo, não havia Américas.

O caso da fronteira mercantil do açúcar serve para elucidar e especificar as formas pelas quais a especialização capitalista, sob condições de uma produção de mercadorias cada vez mais generalizada e os imperativos da acumulação sem fim do capital, desestabilizou ecossistemas locais. Ecossistemas locais, que poderiam ter se regenerado com o tempo, não tiveram condições de fazê-lo. A desestabilização levou à queda na produtividade e nos lucros, o que, conseqüentemente, levou a uma busca renovada por terras virgens, geralmente encontradas fora dos limites da economia-mundo capitalista.

A fronteira do açúcar foi um momento fundamental na transição para o capitalismo no longo século XVI. Ela foi um exemplo clássico da “fratura metabólica” do capitalismo, na qual o ciclo de nutrientes entre cidade e campo é progressivamente rompido, o que leva à exaustão ecológica no campo e a uma piora da “poluição” nas cidades. Todos os sistemas históricos têm sido, em alguma medida, afetados por uma fratura metabólica. Mas o capitalismo ampliou essa ruptura como nunca antes, enquanto parte e parcela de uma polarização historicamente inédita entre centro e periferia.

Como sugere o caso da fronteira do açúcar, é impossível exagerar o significado da fratura metabólica na história da expansão geográfica da economia-mundo. A abertura de uma fratura metabólica em escala-mundo no século XVI significou que o capital não poderia sobreviver como um “sistema de ciclo fechado”, para emprestar uma expressão da ecologia. Enquanto sistemas de ciclo fechado “continuamente reciclam seus próprios nutrientes”, o capitalismo é um “sistema de fluxos” que “depende de um fornecimento externo de nutrientes que... não pode... produzir”. A dependência do capitalismo de recursos

97 QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International social science journal*, v. 44, n. 134, p. 549-557, 1992. p. 549.

externos aumenta ao longo do tempo, pois volumes cada vez maiores de energia são necessários para a sua reprodução. Consequentemente, o sistema vive uma “densidade energética” geometricamente expansiva que hoje está rapidamente atingindo os limites naturais, conforme o capital se apropria de uma parcela cada vez maior da energia do mundo para si mesmo, deixando uma parcela cada vez menor para os outros residentes (não-humanos) do planeta.⁹⁸ Enquanto o capitalismo não englobar o planeta como um todo, esses limites naturais podem ser superados pela expansão geográfica e, em menor medida, pela mudança para a agricultura de capital intensivo, ainda que a possibilidade desta dependa do sucesso daquela.

Dessa perspectiva, os *insights* de Rosa Luxemburgo sobre a função indispensável de um “ambiente não-capitalista” para a acumulação do capital, e a sua penetração e destruição pelo capital e estados imperiais, podem ser aplicados para a relação histórica entre capital e natureza.⁹⁹ “A acumulação

98 FISCHER-KOWALSKI, Marina; HABERL, Helmut. Metabolism and colonization. Modes of production and the physical exchange between societies and nature. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 6, n. 4, p. 415-442, 1 dez. 1993. p. 416-417.

99 LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*: estudo sôbre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 364. Como Marx, Luxemburgo não enfrentou diretamente a questão das enormes barreiras ecológicas para a acumulação expandida. Ainda assim, analise sua observação a respeito da importância dos recursos naturais: “Em geral, a forma de produção capitalista encontra-se limitada, até agora, principalmente aos países da zona temperada, enquanto, por exemplo, no Oriente e no Sul, verificaram-se apenas pequenos progressos. Por conseguinte, se a produção capitalista se restringisse aos elementos de produção fornecidos dentro desses estreitos limites ter-lhe-ia sido impossível chegar a seu nível atual e não teria conseguido desenvolver-se. Desde sua origem, o capital impulsionou todos os recursos produtivos do globo. Em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro; tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais. A questão referente aos elementos materiais da acumulação do capital longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia, produzida de forma capitalista, transforma-se em outra questão: para utilizar produtivamente a mais-valia realizada, torna-se mister que o capital progressivamente disponha de maior quantidade de terra para poder fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção. A súbita apropriação de nossas matérias-primas em quantidade ilimitada, para fazer frente a todas as alternativas e interrupções eventuais em sua importação de antigas fontes, como a todos os aumentos súbitos de demanda social, é uma das condições prévias, imprescindíveis, do processo de acumulação em sua elasticidade”. *Ibidem*, p. 307-8.

capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas”.¹⁰⁰ O mesmo argumento aplicado por Luxemburgo às organizações sociais não-capitalistas pode ser usado nos ecossistemas que até aqui estiveram além do alcance direto do capital. Dessa forma, o imperativo de expansão espacial do capitalismo – um dos poucos imperativos efetivamente compreendidos por coevos na era moderna – pode ser visto como contendo uma dimensão ecológica profunda.¹⁰¹ Na verdade, como este estudo da fronteira do açúcar sugere, a degradação ecológica pode ser vista como a principal força por trás da expansão geográfica cíclica da economia-mundo entre os séculos 15 e 19, quando o planeta inteiro finalmente entrou na órbita do capital. Tendo atingido seus limites globais, as implicações para o futuro do sistema-mundo capitalista são cristalinas.

Referências

- ALDEN, Dauril (org.). *Free Labor in a Slave Economy: the Lavra-
dores de Cana of Colonial Bahia. Colonial roots of modern
Brazil; papers of the Newberry Library Conference.*
Berkeley: University of California Press, 1973
- BAKEWELL, P. J. A mineração na América espanhola colonial.
In: BETHELL, LESLIE (org.). História da América Latina:
América Latina Colonial, vol. 2. São Paulo: EdUSP, 1999.
p. 99-150.
- BARROS DE CASTRO, Antonio. *The Colonial Economy, Capitalist
or Not? Some Empirical Data from Brazilian Sugar Plan-
tations.* Paper apresentado no seminário Historic Geog-
raphy of Social and Economic Structures of the Modern
World-System. Binghamton, NY, Fernand Braudel Cen-
ter, Binghamton, 1977.

100 Ibidem, p. 363, Ênfase minha.

101 HOPKINS; WALLERSTEIN, *Patterns of Development*, op. cit.

- BATIE, Robert C. Why Sugar? Economic Cycles and the Changing of Staples in the English and French Antilles, 1624-1654. *In*: BECKLES, Hilary; SHEPHERD, Verene (org.). *Caribbean slave society and economy: a student reader*. New York: New Press, 1991.
- BLAUT, James M. *The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history*. New York: Guilford Press, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *The wheels of commerce*. 1st U.S. ed. New York: Harper & Row, 1982.
- CARRINGTON, Selwyn H. H. The American Revolution and the British West Indies. *In*: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. (org.). *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Studies in interdisciplinary history. Cambridge, Cambridgeshire; New York: Cambridge University Press, 1987.
- CARVILLE, Earle. The Myth of the Southern Soil Miner: Macrohistory, Agricultural Innovation, and Environmental Change. *In*: WORSTER, Donald (org.). *The Ends of the earth: perspectives on modern environmental history*. Studies in environment and history. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1988.
- CIPOLLA, Carlo M. *Before the Industrial Revolution: European society and economy, 1000-1700*. 1st ed. New York: Norton, 1976.
- CRONON, William. *Changes in the land: Indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 2003.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the plantation complex: essays in Atlantic history*. 2nd ed. Cambridge: New York, 1998.
- DAVIS, Ralph. *The rise of the Atlantic economies*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1973. Cap. 15.

- DEERR, Noël. *The history of sugar*. London: Chapman and Hall, 1949.
- DIFFIE, Bailey W. *Foundations of the Portuguese empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.
- DUNAWAY, Wilma A. *The first American frontier: transition to capitalism in southern Appalachia, 1700-1860*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- DUNAWAY, Wilma A. The Incorporation of Mountain Ecosystems into the Capitalist World-System. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 19, n. 4, p. 355-381, 1996.
- DUNCAN, T. Bentley. *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in seventeenth-century commerce and navigation*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- DUNN, Richard S. *Sugar and Slaves: the Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1713*. New York: Norton, 1973.
- EARLE, Carville; CAO, Changyong. Frontier Closure and the Involvement of American Society, 1840-1890. *Journal of the Early Republic*, v. 13, n. 2, p. 163-179, 1993.
- EDEL, Matthew. The Brazilian Sugar Cycle of the Seventeenth Century and the Rise of West Indian Competition. *Caribbean Studies*, v. 9, n. 1, p. 24-44, 1969.
- FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 2, p. 366-405, 1999.
- FRANK, Andre Gunder. *Mexican agriculture, 1521-1630: transformation of the mode of production*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1979.
- FURTADO, Celso. *The economic growth of Brazil: a survey from colonial to modern times*. Berkeley: University of California Press, 1963.
- GALLOWAY, J. H. *The sugar cane industry: an historical geography from its origins to 1914*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1989.
- GARFIELD, Robert. *A history of Sao Tome Island, 1470-1655: the key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press, 1992.

- HAILA, Yrjö; LEVINS, Richard. *Humanity and nature: ecology, science, and society*. London; Concord, MA: Pluto Press, 1992.
- HALL, Thomas D. *Social change in the Southwest, 1350-1880*. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1989.
- HOPKINS, Terence K. *et al.* Incorporation into the World-Economy: How the World-System Expands. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 5-6, p. 761-902, 1987.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1 jul. 1986.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Patterns of Development of the Modern World-System. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 1, n. 2, p. 111-145, 1977
- JOHNSON, H. B. Portuguese Settlement, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (org.). *Colonial Brazil*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1987.
- KNIGHT, Rolf. *Sugar plantations and labor patterns in the Cauca valley, Colombia*. Toronto: University of Toronto, 1972.
- LOCKHART, James. *Early Latin America: a history of colonial Spanish America and Brazil*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1983.
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. New York: Vintage Books, 1977.
- MERCHANT, Carolyn. *Ecological revolutions: nature, gender, and science in New England*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1989, p. 149-197.
- MILLER, Shawn W. Fuelwood in Colonial Brazil: the Economic Consequences of Fuel Depletion for the Bahian Reconca-vo, 1549-1820. In: WHEATLEY, Helen (org.). *Agriculture, resource exploitation, and environmental change*. Brookfield, VT: Variorum, 1997. (An Expanding World: the European Impact on World History, 1450 to 1800, 17).

- MINTZ, Sidney Wilfred. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Penguin Books, 1986.
- MONROY, Douglas. Brutal Appetites: The Social Relations of the California Missions. In: CORNFORD, DANIEL A. (org.). *Working people of California*. [S. l]: University of California Press, 1995. p. 29-56
- MORENO FRAGINALS, Manuel. *The Sugarmill: The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba, 1760-1860*. New York: Monthly Review Press, 1976.
- MOORE, Jason. *Commodity Frontiers and the Expansion of the World-Economy: Towards a Theory of Frontier Expansion*. Trabalho apresentado no Winter Workshop of University of California Intercampus Graduate Curriculum: Modernity's Histories in Global Context, University of California, Irvine, CA. 1-2 fev. 1997.
- MOORE, Jason W. Nature and the Transition from Feudalism to Capitalism. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 26, n. 2, p. 97-172, 2003.
- NEF, John Ulric. *The conquest of the material world*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- ÖZVEREN, Eyüp. The Shipbuilding Commodity Chain, 1590-1790. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (org.). *Commodity chains and global capitalism*. Contributions in economics and economic history. Westport, CT: Greenwood Press, 1994.
- PARES, Richard. Merchants and planters. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1960.
- PONTING, Clive. *A green history of the world: the environment and the collapse of great civilizations*. 1st U.S. ed. New York: St. Martin's Press, 1992.
- SALE, Kirkpatrick. *The conquest of paradise: Christopher Columbus and the Columbian legacy*. 1st ed. New York: Knopf, 1990.
- SAUER, Carl Ortwin. *Selected essays, 1963-1975*. Berkeley, CA: Turtle Island Foundation, 1981.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Plantations and peripheries, c. 1580-c. 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. (The Cambridge History of Latin America, 2).
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985.
- SHERIDAN, Richard. *Sugar and slavery; an economic history of the British West Indies, 1623-1775*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.
- SILVER, Timothy. *A new face on the countryside: Indians, colonists, and slaves in South Atlantic forests, 1500-1800*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1990.
- SOLOW, Barbara L. Capitalism and Slavery in the Exceedingly Long Run. In: SOLOW, Barbara L.; ENGERMAN, Stanley L. (org.). *British capitalism and Caribbean slavery: the legacy of Eric Williams*. Studies in interdisciplinary history. Cambridge, Cambridgeshire; New York: Cambridge University Press, 1987.
- SWEET, David G. *The Ibero-American Board Mission in Native American History: Reflections at the Quincentennial*. Santa Cruz, CA: Merrill College; University of California, 1991. Não publicado.
- TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar, Second Edition: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Binghamton: SUNY Press, 2016.
- TRUXES, Thomas M. *Irish-American trade, 1660-1783*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1988.
- VERLINDEN, Charles. *The beginnings of modern colonization: eleven essays with an introduction*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1970.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice; HOPKINS, Terence K. The World-System: is there a Crisis? In: HOPKINS, Terence K. (org.). *The age of transition: trajectory of the world system 1945-2025*. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books, 1996.

- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O sistema mundial moderno, vol. II: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The capitalist world-economy: essays*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1979.
- WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s-1840s, with a new prologue*. Baltimore, MD, Berkeley, CA: Project MUSE; University of California Press, 2014.
- WATSON, Andrew M. *Agricultural innovation in the early Islamic world: the diffusion of crops and farming techniques, 700-1100*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1983.
- WATTS, David. *The West Indies: patterns of development, culture, and environmental change since 1492*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1987.
- WILLIAMS, Michael. *Americans and their forests: a historical geography*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 1989.
- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

INFILTRANDO IMPÉRIOS: O TABACO E O MERCADO ATLÂNTICO GLOBAL (SÉCULOS XVI-XVIII)

Gustavo Acioli Lopes

Introdução

Tabaco, *tobacco*, *tabak*, *tambaakoo* (*dan ba gu*): essas são as formas de designar popularmente a *Nicotianae tabacum L.* em, respectivamente, português, inglês, alemão/holandês e chinês. A semelhança da sonoridade indica a origem comum do nome dado a essa que é uma das mais antigas *commodities*, a qual, passados pouco mais de um século dos primeiros contatos dos europeus com o Novo Mundo, já havia sido introduzida nas quatro partes do mundo, tornando-a, assim, tão conhecida quanto as bebidas cafeinadas viriam a ser mais de um século depois.¹ Pretendo tratar do lugar do tabaco do Brasil no mercado atlântico, mas relacionando-o ao que se passava em escala global² em relação à difusão e ao consumo do tabaco. Abordarei esta disseminação do tabaco, para utilizar termos que andam fora de moda, da esfera da produção à esfera da circulação, ou seja, da produção ao consumo, porém, invertendo esta sequência, embora os resultados que apresento sejam limitados pela historiografia disponível e, sobretudo, pelas fontes a que tive acesso, ciente de que, como afirma uma

1 COURTWRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Nova York: Harvard University Press, 2001. p. 19.

2 STROBEL, Christoph. *The Global Atlantic, 1400 to 1900*. Nova York; London: Routledge, 2015. p. 3.

historiadora, “mapear a difusão de bens e tendências [de consumo] é um desafio complexo”.³

Cada vez mais, tem sido dado destaque ao caráter transimperial das relações diversas entre os agentes históricos, procurando-se argumentar que as barreiras típicas da chamada política mercantilista não eram suficientes para isolar os territórios ultramarinos no Novo Mundo, impedindo-os de manterem relações com agentes econômicos não autorizados e/ou entre as próprias colônias sob o domínio de alguns Estados europeus.⁴ Embora não me pareça acertado desconsiderar os limites impostos pelas autoridades do Velho Mundo aos contatos e conexões entre os seus respectivos súditos ultramarinos, o objeto deste artigo, ou seja, o tabaco do Brasil, nos três séculos da colonização, presta-se sobremaneira a uma demonstração das formas como a rigidez das normas exaradas pelas coroas ibéricas e as das potências do Noroeste europeu⁵ não logravam manter suas colônias e seus colonizadores estanques em relação uns aos outros. E, como logo se verá, o caso do tabaco do Brasil é ainda mais pertinente, posto que ele penetrava nos fluxos mercantis de vários outros circuitos econômicos concorrentes de Portugal, tanto de forma ilegal (o famoso contrabando), quanto por meios legais, isto é, com a aquiescência (mesmo a contragosto) dos agentes políticos e econômicos ingleses, franceses e espanhóis.

De erva santa a commodity

O tabaco é uma erva originária da América⁶. Os europeus assimilaram dos nativos (rapidamente) o nome (embora

3 FERNÁNDEZ-PIÑEDO, Nadia. In: GARCIA, Manuel Perez, Lucio de Sousa. *Global History and New Polycentric Approaches: Europe, Asia and the Americas in a World Network System*. Singapore: Palgrave, 2018. p. 293-318. p. 294.

4 Por ex., BORUCKI, Alex, Trans-imperial History in the Making of the Slave Trade to Venezuela, 1526-1811, *Itinerario*, vol. XXXVI, issue 2, 2012. p. 29-54; ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (ed.). *Beyond Empires. Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800*. Leiden; Boston: Brill, 2016.

5 Ainda que os Países Baixos fossem um caso à parte.

6 As duas variáveis de tabaco são a *Nicotiana rustica* e a *N. tabacum*. cuja origem é a América do Sul. Outro produto americano, assimilado dos povos nativos, cujo consumo seria adotado pelos europeus foi o cacau, mas apenas tardiamente,

também se registre a denominação *petum*) e o uso desta erva com propriedades psicotrópicas. O tabaco era bastante difundido entre os ameríndios de várias partes do continente, sendo utilizado, sobretudo, para fins cerimoniais, como fumo, cuja fumaça se comunicava com o mundo dos espíritos.^{7;8}

Devido a essas origens, a ascensão do tabaco no mercado europeu teve que vencer a oposição eclesiástica e a de alguns monarcas, mas contou com o apoio entusiástico de vários escritores que o consideravam uma panaceia para a saúde, embora a salubridade e moralidade do consumo de tabaco tenha sido tema de acesos debates. A partir da Península Ibérica, o tabaco difundiu-se para o restante da Europa, embora pareça ter sido bem menos aceito na Rússia, graças à veemente oposição do czar e da Igreja Ortodoxa,⁹ o que não impediu de que sua comercialização se tornasse um monopólio do Estado no final do séc. XVII.¹⁰

A despeito dos debates, o tabaco logo se tornou bastante consumido por todas as camadas da sociedade, passando por

se comparado ao tabaco; para o caso do cacau do Brasil, cf. CHAMBOULEYRON, Rafael, Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, v. 51, n. 1, p. 1-35, 2014; MARTINS, Diego de Cambraia; MELO, André Luiz Sales, A Mercantilização do Fruto de Ixcacao: o Cacau do Grão-Pará e o Consumo do Chocolate na Europa (Séculos XVII e XVIII). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, 2021; MAHONY, Mary Ann. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRNAK, Zephyr. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. p. 174-203.

7 MCCABE, Ina Baghdiantz. *A History of Global Consumption: 1500-1800*. Londres; Nova York: Routledge, 2014. p. 68-70.

8 Entre os Yawalapíti, o uso do tabaco – aïri – era um atributo dos homens e, em particular, dos xamãs; ver CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 35-39; ver, também, FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1963. p. 333, sobre função do “fumo” entre os Tupinambás, baseando-se nas descrições de SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil*. [1587]. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. p. 295; e HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 118-119; p. 271; p. 441.

9 ROMANIELLO, Mathew. Through the Filter of Tobacco: The Limits of Global Trade in the Early Modern World. *Comparative Studies in Society and History*, v. 49, n. 4, p. 914-937, 2007. DOI 10.1017/S0010417507000801.

10 PRICE, Jacob. Tobacco Use and Tobacco Taxation: a battle of interests in Early Modern Europe. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 165-184. p. 165-166.

um processo que Mintz, abordando a história do açúcar, denominou de *extensification*.¹¹ Temos indícios de sua popularidade desde o início do século XVII, com o surgimento e proliferação da produção de cachimbos, como na Inglaterra e na Holanda; pode-se atestar que o seu consumo tinha se tornado um hábito popular entre os holandeses a partir dos inventários de pessoas de posses modestas, nos quais, com grande frequência, encontram-se cachimbos.^{12; 13} Na Inglaterra, tornou-se um produto de consumo em massa em meados do mesmo século,¹⁴ estimulando a produção de cachimbos de barro, que se concentrou em Bristol.¹⁵

Ao contrário de outros gêneros coloniais, como o açúcar, que foram introduzidos inicialmente, e assim permaneceram por algum tempo, no consumo dos mais abastados,¹⁶ o tabaco penetra nas sociedades europeias através das camadas populares e, ao mesmo tempo, dos estamentos superiores do Antigo Regime europeu, embora tendo sido adotado, primeiramente, pelos “homens do mar”, que fumavam, inclusive, nos navios que cruzavam o Atlântico¹⁷. Em terra, os soldados

-
- 11 MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: NY: Penguin Books, 1985. p. 122.
- 12 MCCANTS, Anne. Exotic Goods, Popular Consumption, and the Standard of Living: Thinking about Globalization in the Early Modern World. *Journal of World History*. v. 18, n. 4, p. 433-462, Dec. 2007. p. 451; p.455
- 13 Os primeiros cachimbos europeus eram copiados dos cachimbos dos povos americanos; posteriormente, os nativos da América do Norte passaram a adquirir dos europeus cachimbos e outros acessórios para o uso do tabaco; GENET, Alexander von. Nicotian Dreams: The prehistory and early history of tobacco in eastern North America. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 66-87. p. 71; p. 73.
- 14 SHAMMAS, Carole. Changes in English and Anglo-American consumption from 1550 to 1800. In: BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the world of goods*. Londres; Nova York: Routledge, 1994. p. 179-181; p. 199.
- 15 EVANS, Chris; RYDÉN, Goran. *Baltic Iron in the Atlantic World in the Eighteenth Century*. Leiden, Netherlands; Boston: Brill, 2007. p. 46-48.
- 16 MINTZ, 1985, op. cit., p. 179-181; p. 199.
- 17 Diz um autor do séc. XVIII, que os marinheiros foram os que mais disseminaram a prática de fumar tabaco, porque sofriam de doenças próprias da humidade, causadas pelos “vapores de sus caminõs”, isto é, do mar, e, por isso, “les pareció muy acomodado un medicamento qual este és para ir deflamando y despidiendo las tales humidades”. LAVEDAN, Antonio. *Tratado de los usos, abusos, propiedades y virtudes del tabaco, café, té y chocolate*. Madrid: Imprenta Real, 1796. p. 20-21. Quanto ao açúcar, há alguma discordância na historiografia sobre a partir de que período este adoçante deixou de ser um bem de luxo; ver MINTZ,

em campanha nas plagas europeias levavam e traziam o hábito de fumar para ou das áreas conflagradas, como forma de suportar a monotonia e a tensão,¹⁸ experiência que se repetiu na China em meados do século seguinte.¹⁹ Sua penetração entre os estamentos superiores se dá pelas cortes, para as quais o tabaco foi levado por cortesãos e nobres, a partir da Península Ibérica²⁰.

O papel dos ibéricos, em particular dos portugueses, foi fundamental para a difusão inicial do tabaco a partir do Atlântico. Em cerca de um século, o tabaco americano já havia penetrado na Ásia, África e no Levante. Portugueses e espanhóis foram os responsáveis por transmitir esta planta – pelo Índico e Pacífico – a algumas sociedades da Ásia, suas sementes e o hábito do consumo do tabaco.²¹ Logo, Índia e China tornaram-se produtoras da *Nicotiana tabacum*, mas, sobretudo, da *Nicotiana Rustica*, reduzindo a necessidade de importá-la. Na China, bem cedo se tornou uma produção mercantil, para ser consumido na forma de fumo, ficando conhecido como a “fumaça de seda dourada”.²² Não obstante, ainda em fins do séc. XVIII, o imperador chinês exigia que se lhe enviasse tabaco em pó português – dos tipos *amostrinha* e *cidade*²³ -, que compunham o “saguete imperial do tabaco”, o que era tido por “costume antigo”, realizado todos os anos in-

1985, op. cit. e STOLS, Eddy. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World* (2004): 1450-1680. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004. p. 237-288.

18 MATTHEE, Rudy. Exotic substances: The introduction and global spread of tobacco, coffee, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas. *Drugs and narcotics in history*. Londres: Cambridge University Press, 1997. p. 26.

19 BENEDICT, Carol. *Golden-Silk Smoke. A History of Tobacco in China, 1550-2010*. Berkeley: University of Carolina Press, 2011. p. 25.

20 É bastante conhecida a história que relata a introdução do tabaco em França pelo embaixador Jean Nicot, de cujo sobrenome deriva o nome científico da erva. Cf. MCCABE, 2014, op. cit., p. 70. A afirmação de Rodríguez Gordillo de que “A Sevilla correspondió gran parte del protagonismo en la aceptación del tabaco en España. Desde ella también se difundió al resto del Viejo Mundo” é apenas parcialmente aceitável; RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. *La Creación del Estanco del Tabaco en España*. Madrid: Fundación Altadis, 2002. p. 30-31.

21 BENEDICT, 2011, op. cit., p. 19.

22 BENEDICT, 2011, op. cit., p. 101-102.

23 Isto é, tabaco em pó, aromático – rapé – que era produzido em Portugal.

falivelmente²⁴. Tal costume denota o quanto os imperadores chineses e sua corte deveriam estimar o consumo de tabaco português, ou seja, feito em Portugal com a matéria-prima do Brasil, pois não pedia “o emperador em todos os anos na recolhida dos barcos [em Macau], outros gêneros para o seu serviço mais que o tabaco”²⁵. Tal preferência não seria surpresa, dada crescente demanda da corte imperial chinesa dos Qing por bens ocidentais²⁶. Mesmo em quantidades decrescentes, Portugal continuou exportando tabaco em pó – feito com o melhor fumo do Brasil – para o Estado da Índia (Goa) até o início do séc. XIX,²⁷ então, era este tabaco que chegava à corte imperial chinesa por meio de Macau²⁸; ²⁹. Da China ao mundo islâmico, predominou o hábito de fumar ta-

-
- 24 “Chapa do Mandarim governador de Hian-Xan pela qual ele recomenda se lhe reserve uma porção do melhor tabaco para os saguates imperiaes”. Kian King, 26/08/1796. PT/TT/DCHN/2/3/000188, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). As “chapas” eram correspondências trocadas entre as autoridades portuguesas em Macau e os ministros do império chinês; cf. PING, Jin Guo; ZHILIANG, Wu (org.). *Correspondência oficial trocada entre as autoridades de Cantão e os procuradores do Senado, 1749-1847*. Macau: Fundação Macau, 2000. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4625281>. Acesso em: 19 mar. 2023 (agradeço a Tiago dos Reis Miranda pela orientação sobre este tipo de documentação). “Saguata”, segundo o BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v. vol. II, p. 366, termo de origem asiática, que significa “presente”.
- 25 PING, Jin Guo; ZHILIANG, Wu (org.). *Chapa do Hopu” ao Nobre Senado sobre a entrega de tabaco, 1774*. Macau: Fundação Macau, 2000. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=7971796>. Acesso em: 19 mar. 2023. Sobre os presentes em tabaco do Brasil dados à corte imperial dos Qing, cf. BENEDICT, 2011, op. cit., p. 112-113; p. 117.
- 26 Durante os reinados dos três mais longevos imperadores da dinastia Qing, houve um aumento na demanda da casa imperial por bens ocidentais, sobretudo no período de Qianlong; cf. PEREZ-GARCIA, Manuel; JIN, Lei, The economic “micro-cosmos” of Canton as a global entrepôt: Overseas trade, consumption and the Canton System from the Kangxi to Qianlong eras (1683-1795). *Atlantic Studies*, 2021, p. 11-12. Sobre auge da dinastia Qing, ver SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna: Quatro Séculos de História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 66-128. Infelizmente, para os propósitos deste artigo, “In fact, there is a scholarly lacuna on the introduction of western commodities in Qing China, which arrived mainly through the Macao-Canton economic axis, and the distribution of such goods to coastal and inner areas of China”; PEREZ-GARCIA; JIN, 2021, op. cit., p. 2.
- 27 NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- 28 LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968.
- 29 Embora Macau já não tivesse a pujança econômica que tivera até meados do séc. XVII; Cf. SOUZA, George Bryan. *The Survival of Empire. Portuguese Trade*

baco, para o qual foi criado um tipo específico de cachimbo: o “cachimbo d’água”, cuja origem deveu-se à Índia e ao Oriente Médio.³⁰ No entanto, entre a elite letrada e mercantil chinesa, o hábito de aspirar o tabaco em pó foi adotado desde, pelo menos, meados do século XVIII, como um traço de distinção social (como na Europa), sendo preferido o “rapé” do Brasil, que superava a concorrência dos que eram produzidos em outros países europeus ou na América inglesa.³¹

Foram, também, os portugueses que introduziram o cultivo de tabaco em algumas ilhas do Caribe e na Venezuela, durante a União Ibérica, assim como eram os intermediários do comércio entre as Índias de Castela e os ingleses, desde fins do século XVI. Graças a esse comércio, o mercado inglês já era abastecido por tabaco muito antes de suas colônias começarem a produzi-lo.³²

Na primeira metade do século XVII, deslanchou a produção de tabaco nas colônias espanholas, francesas e, sobretudo, inglesas, o que levaria o tabaco brasileiro (tal como ocorrera com o açúcar) a perder espaço nos mercados do Noroeste europeu. Não pensemos, contudo, que isso excluiu em pouco tempo o tabaco do Brasil (ou de Cuba) dos mercados do noroeste da Europa. Devido a certas qualidades do tabaco daquelas colônias, ingleses e franceses tiveram que abrir exceções à entrada de tabaco brasileiro e cubano, pois eles satisfaziam demandas específicas dos consumidores [ampliar].³³

O mesmo ocorreu na Espanha, que buscou abastecer sua fábrica de Sevilha, criada ainda no início do séc. XVII para atender ao estanco espanhol, apenas com tabaco de suas co-

and Society in China and the South China Sea, 1630-1754. Cambridge University Press, 2004. p. 46 e ss.

30 BENEDICT, 2011, op. cit., p. 26; p. 111; p. 125.

31 BENEDICT, 2011, op. cit., p. 113-114; p. 118; p. 124-125.

32 NORTON, Marcy; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. The Multinational Commodification of Tobacco, 1492-1650: An Iberian Perspective. In: MANCALL, Peter (ed.). *The Atlantic World and Virginia, 1550-1624*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2007.

33 PRICE, Jacob. *France and the Chesapeake: A History of the French Tobacco Monopoly, 1674-1791 and of its Relationship to the British and American Tobacco Trades*. Michigan: Ann Arbor, 1973.

lônias nas Índias Ocidentais.³⁴ No entanto, a coroa teve que permitir a importação de tabaco do Brasil pelos contratadores do estanco, matéria-prima fundamental para a produção de rapé, especialidade desta, que foi a primeira manufatura no mundo dedicada ao tabaco de fumo e, particularmente, de rapé, para cuja finalidade importavam-se os rolos de “Brasil”.³⁵

Outro indicador da importância do consumo na Europa é a precoce e crescente taxaço do tabaco por vários Estados europeus no século XVII, que, desde o último quartel do Seiscentos, instituíram, também, contratos de monopólio sobre a venda do produto, fazendo com que os estados ficassem igualmente “viciados” em tabaco, como bem colocou Jean Stubbs.³⁶ A carga de direitos sobre o comércio de tabaco não afetou negativamente o seu consumo, o que indica que já se observava, então, a inelasticidade da demanda pelo produto.³⁷ Entre 1697-1730, a renda auferida pelos Estados com o arrendamento do monopólio da comercialização do tabaco em seus territórios aumentou vinte vezes.³⁸ Na França, Espanha e Portugal, a arrecadação sobre o comércio do tabaco (por meio do arrendamento do monopólio da venda) tornou-se um item fis-

34 RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. El descubrimiento y arraigo del tabaco (1492-1700). In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIRÔA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM, 2015. p. 34-35.

35 SOLBES FERRI, Sergio. Abastecimiento y distribución de tabacos en el Marco del Estanco General Español (siglos XVII y XVIII). In: ÁLVAREZ, L. A.; MUÑOZ, L. G.; LUXAN, S. de; *Tabaco e Historia Económica*. Estudios sobre fiscalidad, consumo y empresa (siglos XVII-XX). Madrid: Fundación Altadis, 2006. p. 130-131; p. 138-141; LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. El marco institucional del tabaco en el Imperio Español. La especial integración de Cuba en el estanco español, 1684-1727. In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIRÔA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM, 2015. p. 65-68; RODRÍGUEZ GORDILLO, 2002, op. cit., p. 35.

36 STUBBS, Jean. El Habano: The Global Luxury Smoke. In: CURRY-MACHADO, J. (ed.). *Global Histories, Imperial Commodities, Local Interactions*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 252.

37 Como afirmou Adam Smith: “O açúcar, o rum e o tabaco são mercadorias que em lugar algum constituem produtos de primeira necessidade. Todavia, seu consumo acabou por se tornar praticamente universal, o que os torna objetos extremamente apropriados à tributação”. SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1776]. v. II. p. 1203.

38 PRICE, 1973, op. cit., p. xviii.

cal de peso, principalmente no séc. XVIII.³⁹ As iniciativas paralelas dos Estados europeus em relação ao comércio do tabaco constituíram um “sistema atlântico do tabaco”, ou seja:

[...] la consolidación de un sistema complejo de producción, traslado y distribución del producto entre ambas orillas, que surge a fines del siglo XVI, se desenvuelve durante el XVII y cambia sustancialmente en el siglo XVIII, dentro de un marco institucional que tiende a las prácticas monopolísticas o a la creación de fuertes barreras de entrada entre los distintos espacios imperiales.⁴⁰

Pode-se dizer que, tal como o açúcar, o tabaco, apesar de suas condições peculiares de produção, tornou-se uma *commodity* produzida em massa a partir do século XVII. Assim, desde meados do referido século, produzia-se tabaco para exportação em várias áreas da América, mas as folhas com as melhores reputações no mercado atlântico e produzidas em maior quantidade e com regularidade eram as do Brasil, Virgínia/Maryland (na chamada Baía de Chesapeake) e Cuba.⁴¹

Mercados consumidores e o Atlântico global

Como explicar a rápida difusão do hábito de consumir tabaco, a ponto de tornar-se o primeiro produto colonial a ser consumido massivamente na Europa e, pode-se afirmar, a primeira *commodity* global?⁴² John Goodman propõe duas razões:

39 PRICE, 1995, op. cit., p. 167; HESPANHA, António Manuel. A Fazenda. In: HESPANHA, António Manuel (coord.); José Mattoso (dir.). *História de Portugal*, v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, [1993]. p. 199; p. 202, p. 210-211.

40 LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; GÁRATE OJANGUREN, Monserrat. La creación de un sistema atlántico del tabaco (siglos XVII-XVIII). El papel de los monopolios tabaqueros. Una lectura desde la perspectiva española. *Anais de História do Além-Mar*, v. XI, p. 145-176, 2010. p. 147.

41 A produção da Venezuela foi estimulada de forma tardia e a maior parte do tabaco “verinas” era vendido aos holandeses, por meio de Curaçau; tratava-se, segundo Jacob Price de um produto “exótico” e bastante caro; PRICE, 1995, op. cit., p. 171-172; GÁRATE, Montserrat. El tráfico de tabaco em las compañías mercantiles privilegiadas en la Espanha del XVIII. In: ENCISO, Augustin G; SANCHEZ, Rafael T. (org.). *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*. Navarra: EUNSA, 1999. p. 391-414. p. 394-396.

42 GURBERT, Guillaume P. de. Tobacco: the commodification of the Caribbean and the Origins of the Globalization. In: SANSAVIOR, Eva; SCHOLAR, Richard (org.).

primeiro, fumar tabaco produzia a sensação de saciedade da fome e da sede (o que era relatado por marinheiros desde o século XVI), o que outros “psicotrópicos” também faziam, mas o tabaco tinha a vantagem de não entorpecer a mente, a ponto de gerar alucinações. Assim, ao menos entre as pessoas de condições mais modestas, o tabaco supria a carência de alimentos, situação comum no período.⁴³ Razão esta que Braudel, por sua vez, considera como central, uma vez que o tabaco era uma “compensação” para os que careciam de alimentação suficiente.⁴⁴

Por outro lado, a convivência com diversas doenças, para as quais a medicina da época tinha dificuldade de encontrar uma cura, também contribuiu para a difusão do consumo de tabaco, pois a erva foi apontada por autoridades no assunto como uma “panaceia” medicinal. O tratado mais famoso a defender as propriedades profiláticas do tabaco foi de autoria de Nicolau Monardes, físico (isto é, praticante das artes medicinais) e envolvido com o comércio escravista e das Índias de Castela, sendo o primeiro a aclimatar o tabaco na Europa.⁴⁵ Além disso, o fumo se encaixava bem na teoria dos humores, por ser considerado um produto cujo consumo levava à redução da umidade e do frio no interior do corpo, entrando na profilaxia de doenças que se pensava serem favorecidas por estas características.^{46; 47}

Caribbean Globalizations, 1492 to the Present Day. Liverpool: Liverpool UP, 2015. p. 155-172. p. 162; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 2. p. 234-235.

43 GOODMAN, Jordan. *Tobacco in History*. The Cultures of Dependence. Londres; Nova York: Routledge, 1994. p. 36-54.

44 BRAUDEL, 1995, op. cit., p. 232.

45 RODRÍGUEZ GORDILLO, 2002, op. cit., p. 32-33; NORTON, Marcy. *Sacred Gifts, Profane Pleasures: A History of Tobacco and Chocolate in the Atlantic World*. New York: Cornell UP, 2008. p. 63-64.

46 GOODMAN, 1994, op. cit., p. 38-41; p. 43-44.

47 Sobre o grande número e diversidade de livros e textos (publicados ou manuscritos) a abordar o tabaco, cf. FIGUEIROA-REGO, J. “Habrà viejo mas morlaco? Vayase á tomar tabaco”. *Moral y medicina: conceptos y usos (siglos XVII-XVIII). Millars. Espai i Història*, v. 2, n. 49, p. 161-184, 2020. DOI 10.6035/Millars.2020.49.8. p. 173-177. Também no mundo islâmico, houve controvérsias sobre as supostas propriedades profiláticas do tabaco; cf. MACLEAN, Gerald; MATAR, Nabil. *Britain and the Islamic World, 1558-1713*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 206-207.

Não fica claro, porém, como estes argumentos favoráveis ao tabaco, expressos por meio de livros impressos, destinados aos letrados e praticantes das artes médicas, chegavam à imensa maioria da população iletrada. Por isso, alguns autores consideram pouco relevante a influência da posição dos médicos sobre o consumo do tabaco.⁴⁸ Assim, a reputação do tabaco dever-se-ia, pelo contrário, ao gradual abandono pelos médicos da teoria dos humores em favor da busca por novos “materiais experimentais e agentes curativos”.⁴⁹ Por sua vez, mesmo no caso de Monardes, não seria a cultura europeia o único referencial para a adaptação do tabaco às sociedades do Velho Mundo, mas a apropriação da cultura ameríndia, que proporcionou elementos para que ele conhecesse e promovesse o consumo da erva americana.⁵⁰

Na China, há indicativos de que a fama medicinal do tabaco também foi um estímulo ao seu consumo e produção. Em poucas décadas, uma região chinesa já produzia um tabaco de alta qualidade, chamado de “tabaco da flor amarela”.⁵¹ Os mesmos supostos atributos profiláticos do tabaco favoreceram a introdução do fumo no Império Otomano.⁵²

No entanto, não se deve esquecer o prazer (ou caráter “recreativo”) no consumo do tabaco. Ele se insere num conjunto de outras “drogas” leves que penetraram no mercado e, assim, no cotidiano dos europeus (e de outros povos) dos séculos XVI ao XVIII. A grande oferta de café, chá e tabaco – estes “mantimentos coloniais”⁵³ – à população ocidental constituiu,

48 CLARENCE-SMITH, William G. The global consumption of hot beverages, c. 1500 to c. 1900. In: NÜTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank (ed.). *Food and globalization: consumption, markets and politics in the modern world*. Oxford: Berg, 2008. p. 46; NORTON, 2008, op. cit., p. 127.

49 MATTHEE, Rudi. Exotic substances: the introduction and global spread of tobacco, coffee, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries. *Drugs and narcotics in history*, v. 33, p. 24-51, 1995. p. 29.

50 NORTON, 2008, op. cit., p. 113-117.

51 BENEDICT, 2011, op. cit., p. 28.

52 BARAM, Uzi. Clay Tobacco Pipes and Coffee Cup Sherds in the Archaeology of the Middle East: Artifacts of Social Tensions from the Ottoman Past. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 3, n. 3, 1999. p. 142; MCLEAN; MATAR, 2011, op. cit., p. 203-207.

53 MCCANTS, 2007, op. cit., p. 443.

segundo Courtwright, uma “revolução dos psicoativos”.⁵⁴ Esses novos bens começaram sua “carreira” na Europa como itens medicinais, mas terminaram por predominar como recreativos, embora as duas características não fossem distintas até o século XVIII. Ao serem introduzidas nos hábitos de consumo do Velho Continente, as “drogas” coloniais, incluindo o tabaco, passaram por um processo de “europeização”, uma vez que os europeus atribuíram um sentido às mesmas que se coadunava com os conhecimentos e hábitos prévios da Europa, o que facilitou sua aceitação pela população.⁵⁵

Portanto, ao contrário do café e do açúcar, que, inicialmente, eram bens consumidos apenas pelos estamentos privilegiados e os indivíduos mais abastados do Antigo Regime, o tabaco era consumido por todos os grupos sociais^{56; 57}. Além de socialmente generalizado, ao menos até o final do séc. XVIII não há evidências significativas de restrições ao consumo do tabaco por mulheres, que adotaram o hábito de fumar. Além disso, parece não ter havido qualquer sanção social ao consumo feminino do tabaco, embora o hábito de fumar fosse predominantemente masculino, enquanto às mulheres (ao menos as mais abastadas) não se reprovava o consumo de rapé,^{58; 59} como na França, onde “[a]s damas, por sua vez, contribuíram para o desenvolvimento do uso [do tabaco]: elas inventaram, de fato, bombons de tabaco, feitos com as folhas reduzidas a pasta, para serem consumidas sem sujar as narinas e as rou-

54 COURTWRIGHT, 2011, op. cit., p. 1-8.

55 GOODMAN, Jordan. Excitantia: or, how enlightenment Europe took to soft drugs. In: GOODMAN, Jordan; SHERRATT, Andrew; LOVEJOY, Paul E. *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. London: Routledge, 1995. p. 126-148. p. 126; p. 131.

56 GOODMAN, 1994, op. cit., p. 56-61; COURTWRIGHT, 2001, op. cit., p. 16.

57 Na Madri da primeira metade do século XVIII, o consumo per capita de açúcar ainda era desproporcionalmente maior entre a nobreza, o clero e a “alta classe média”; FERNÁNDEZ-PIÑEDO, 2018, op. cit., p. 302-303.

58 GOODMAN, 1994, op. cit., p. 47; p. 59; p. 61; SMITH, Woodruff D. *Consumption and the Making of Respectability*. Londres: Routledge, 2002. p. 166.; WALVIN, James. *Slavery in small things: slavery and modern cultural habits*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 2017.

59 Embora houvesse uma relação, ao menos na Inglaterra e Holanda, entre fumar e masculinidade. SMITH, 2002, op. cit., p. 161-162, 165-7; WALVIN, 2017, op. cit., p. 61; p. 65. Entre os povos indígenas da América, apenas os homens utilizavam o tabaco.

pas”⁶⁰. Em Portugal, além de consumi-lo, as religiosas conventuais produziam tabaco no interior dos conventos, a despeito da proibição régia.⁶¹

Mercados consumidores e variedades de tabaco

Deve-se levar em consideração que o tabaco não era (e não é) um produto homogêneo, variando de qualidade, tanto em cada uma das áreas produtoras, quanto em relação à sua origem geográfica^{62:63}. Esse aspecto é relevante para se entender que a demanda por tabaco era influenciada pelo uso final ao qual se destinava a erva beneficiada: fumar (fumo de rolo),

60 Les dammes contribuèrent à leur tour a en développer l'usage: elles inventèrent, en effet, des bonbons de tabac, faits avec les feuilles réduites en pâte, afin de le priser sans se salir les narines et les vêtements. COMES, Oracio. *Histoire, Géographie, Statistique du Tabac*. Nápoles: Typographie Coopérative, 1900. p. 72.

61 FIGUEIROA-REGO, 2020, op. cit., p. 168-169.

62 BAUD, Michiel; KOONINGS, Kees. A lavoura dos pobres: Tobacco Farming and the Development of Commercial Agriculture in Bahia, 1870-1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 31, n. 2, p. 287-329, 1999. p. 307; ESCUDERO, Antonio Gutiérrez. Hispaniola's Turn to Tobacco: Products from Santo Domingo in Atlantic Commerce. In: ARAM, Bethany; YUN-CALILLA, Bartolomé. *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824*. Circulation, Resistance and Diversity. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014. p. 226.

63 De fato, a despeito de ser uma commodity colonial, o açúcar também não era um produto indiferenciado, pois a superioridade do açúcar do Brasil era reconhecida no mercado europeu. MAURO, Frederic. *Portugal, Brasil e o Atlântico*. Lisboa: Estampa, 1997. v. I, p. 253. já no séc. XVIII, é o açúcar do Caribe francês que tem a melhor reputação. ARNOLD, Torsten dos Santos. Atlantic Sugar and Central Europe: Sugar Importers in Hamburg and their Trade with Bordeaux and Lisbon, 1733-1798. In: WIMMLER, Jutta; WEBER, Klaus (ed.). *Globalized Peripheries*. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1860. Suffolk, GB: Boydell & Brewer, 2020. p. 99-116. p. 102. As línguas europeias ocidentais também registraram a variedade de tipos de açúcar. MINTZ, 1985, op. cit. p. 31. Mesmo o ferro, importado do Norte da Europa como matéria prima para a manufatura inglesa do séc. XVIII, variava de qualidade e atendia a demandas distintas segundo sua origem: sueco ou russo, cf. EVANS; RYDÉN. 2007, op. cit., p. 52-54; p. 64-69.

aspirar (pó/rapé/*simonte*) ou para mascar,⁶⁴ o que, por sua vez, condicionava as formas de produção⁶⁵.

Neste aspecto, sobressai-se uma diferença significativa entre a produção de norte a sul da América: em Chesapeake, os produtores beneficiavam o tabaco em folha, devido a que era destinado, sobretudo, ao consumo na forma de fumo e, posteriormente, rapé. Os mercadores anglo-saxões conseguiram manter as folhas em boas condições até chegarem ao seu destino final na Europa. No Brasil, o tabaco era beneficiado na forma de rolos, pois deveria atender à produção em Portugal, e em outras partes da Europa, de um produto para fumar ou mascar, embora também costumasse ser adicionado aos outros tipos de tabaco para produzir rapé. De Cuba, o tabaco era exportado em folha ou já na forma de pó (*simonte*), sendo, desde fins do Seiscentos, destinado a abastecer a fábrica de Sevilha, onde se beneficiava o tabaco em pó para o estanco castelhano⁶⁶. Apesar da ampla oferta de tabaco colonial na Europa, o tabaco cubano enfrentava bem a concorrência, dada a

64 KLOOSTER, Win. The Tobacco Nation: English tobacco dealers and pipe-makers in Rotterdam, 1620-1650. In: CRUZ, Laura; MOKYR, Joel (org.). *The birth of modern Europe: culture and economy, 1400-1800*. Essays in honor of Jan de Vries. Leiden; Boston: Brill, 2010. p. 17-34; BAUD; KOONINGS, 2020, op. cit., p. 288-289; NATER, Laura. Colonial Tobacco: Key Commodity of the Spanish Empire, 1500-1800. In: TOPIK, S. MARICHAL, C.; FRANK, Z. (org.). *From Silver to Cocaine*. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000. Durham; Londres: Duke University, 2006. p. 94; p. 103-104.

65 HAHN, Barbara. Tobacco's Commodity Route. In: FOLLET, Richard et al. (org.). *Plantation Kingdom: The American South and Its Global Commodities*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016. p. 65-67. Segundo a autora, no que se refere ao tabaco do Sul da América inglesa, não havia distinção biológica significativa entre os tipos de tabaco.

66 SOLBES, 2006, op. cit, p. 130-131; p. 135; NATER, Laura. Colonial Tobacco: Key Commodity of the Spanish Empire, 1500-1800. In: TOPIK, Steven; CARLOS Marichal; ZEPHYR, Frank. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006a. p. 102; NATER, Laura. Engranajes del imperio: el caso de los monopolios de tabaco en el siglo XVIII. In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago; ALVAREZ, Luis; MUÑOZ, Lina. *Tabaco e Historia Económica*. Estudios sobre Fiscalidad, consumo y Empresa. (Siglos XVII-XX). Madrid: Fundación Altadis, 2006b. p. 207-208; LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago. El marco institucional del tabaco en el Imperio Español. La especial integración de Cuba en el estanco español, 1684-1727. In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIRÔA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM, 2015. p. 46-47; p. 54-56.

sua qualidade de “tabaco *gourmet*” e, mesmo sendo bem mais caro que os demais, atendia à demanda dos mais abastados.⁶⁷

Para entender, portanto, como o tabaco do Brasil, leia-se, sobretudo da Bahia e Pernambuco (a primeira e a segunda capitanias em volume de produção⁶⁸), teve sua penetração nos mercados europeus reduzida, não basta que tenhamos em conta as políticas imperiais dos Estados do Noroeste europeu, que buscavam excluir, sistematicamente, a produção das colônias dos outros impérios. Essa política, sem dúvida, foi responsável por estimular o início e aumento da produção fumageira nas Antilhas e na América do Norte. No entanto, deve-se considerar que o tipo de produto manufaturado – ou seja, para fumar, para aspirar ou para mascar – em cada um dos Estados europeus, detentores ou não de um império ultramarino, condicionava a demanda de seus mercados, direcionando-a para tipos distintos de tabaco e, assim, para distintas origens geográficas da matéria-prima. Além disso, os países importadores também eram reexportadores, o que significa que atendiam à demanda de outros países, como era o caso de Portugal, que exportava para a Espanha, cidades italianas e para o Norte da Europa, e do Reino Unido, que se tornou o maior abastecedor dos contratadores do tabaco na França.⁶⁹

O tabaco do Brasil, depois de perder espaço nos mercados das ilhas britânicas e da França, ainda contou com o consumo no mercado europeu, pois, na primeira metade do séc. XVIII, cerca de 55% do tabaco importado do Brasil saía de Portugal para outros mercados.⁷⁰ Um dos principais era o es-

67 NATER, 2006, op. cit., p. 206-207.

68 No tocante às exportações para África, a Bahia foi responsável por cerca de dois terços, cabendo o terço restante a Pernambuco na primeira metade do séc. XVIII; no que se refere às exportações para o reino, a Bahia exportou, aproximadamente, 90% do tabaco do Brasil no mesmo período. Cf. LOPES, Gustavo Acioli. *A Fênix e o Atlântico*. A Capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654-1750). São Paulo: Alameda, 2018. p. 146-149; NARDI, 1996, op. cit., p. 224; SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 164.

69 PRICE, 1973, op. cit.

70 SALVADO, João Paulo, Uma revolução de escala? O impacto do estanco no comércio de tabaco brasileiro (Lisboa, primeira metade do século XVIII). In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; FIGUERÔA-REGO, João (org.). *El Tabaco y la Esclavitud en la Rearticulación Imperial Ibérica (s. XV-XX)*. Évora, PRT: CIDEHUS-Universidade de Évora, 2019. p 21-22.

panhol, onde entrava por meio do estanco e das reexportações realizadas pelo monopólio em Portugal (que incluía o mercado interno e o fornecimento oficial à Espanha) e por contrabando nas fronteiras terrestres e marítimas, que ocorria, de forma direta ou indireta, mesmo durante as guerras luso-castelhanas que se seguiram à restauração bragantina⁷¹ e a despeito da “guerra aduaneira” entre Castela e Portugal.⁷² Também continuava a ser enviado à Holanda⁷³ e era importado e redistribuído por Hamburgo para a Europa setentrional e Oriental, dados os vínculos mercantis entre aquela cidade e Lisboa no séc. XVIII.⁷⁴ O mercado francês recebia quantidades significativas de tabaco brasileiro em meados do séc. XVII e continuava a ser abastecido com rolos desta origem em fins do século, mas bem menos na centúria seguinte.⁷⁵

No Mediterrâneo, foram, sobretudo, Livorno e Gênova as “cidades” distribuidoras do tabaco brasileiro, de onde era redistribuído para as demais cidades italianas ou reenviado a Espanha^{76: 77}. Na Itália, desde a segunda metade do séc. XVII, consumia-se o “Brasil” em várias formas, comprado em tabacarias⁷⁸. As qualidades específicas do tabaco brasileiro, tais como sua durabilidade (devido ao processo de beneficia-

71 NARDI, 1996, op. cit., p. 124-125; SALVADO, 2019, op. cit., p. 21-22.

72 SALVADO, João Paulo. O Tabaco do Brasil e a “Nação Espanhola” de Lisboa, c. 1700-c.1740. *Millars. Espai i Història*, v. 49, n. 2, p. 41-71, 2020. p. 45; p. 57.

73 Os holandeses notabilizaram-se por produzir tabaco em pó misturado com especiarias e perfumado; MCCABE, 2014, op. cit., p. 75-76.

74 ARNOLD, Torsten dos Santos. Central Europe and the Portuguese, Spanish and French Atlantic, Fifteenth to Nineteenth Centuries. *European Review*, v. 26, n. 3, p. 421-429, jul. 2018. p. 4-5; p. 7; ARNOLD, 2020, op. cit., p. 102-105; p. 109.

75 PRICE, 1973, op. cit., p. 5; p. 42.

76 PRICE, 1973, op. cit., p. 172-173; NATER, 2006, op. cit., p. 53; p. 65; FIGUEIRÔA-REGO, João. Redes e interesses do tabaco no oceano global. Notas de investigação (séculos XVII e XVIII). In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; FIGUEIROA-REGO, João (org.). *O tabaco e a escravatura na rearticulação imperial ibérica (sécs. XV-XX)*. Évora: CIDEHUS, 2018. p. 40-71. p. 50-51; p. 54; SOLBES FERRI, 2006, op. cit., p. 140-141; p. 144; NARDI, 1996, op. cit., p. 126; BRILLI, Catia. Coping with Iberian monopolies: Genoese trade networks and formal institutions in Spain and Portugal during the second half of the eighteenth century. *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, v. 23, n. 3, 2016., p. 2; p. 9-10.

77 Em meados do séc. XIX, cultivava-se na Itália a *Nicotiana rustica*, dando-lhe o nome de Tabaco Brasil”. COMES, 1900, op. cit., p. 96.

78 COMES, 1900, op. cit., p. 97; o autor cita como fonte uma obra italiana do séc. XVII.

mento) e o sabor forte, levavam a que a demanda pelo “tabaco Brasil” se mantivesse na Europa e em outras áreas do Atlântico, levando a tentativas de imitar a produção brasileira de tabaco enrolado no Caribe espanhol (em Cuba, era chamado “falso Brasil”) e francês e na Venezuela, mas sem sucesso⁷⁹, assim como não foram as tentativas de produzir tabaco “Virgínia” no Brasil.⁸⁰ Tal como no mercado da África Ocidental, as tentativas de introduzir outro tipo de tabaco ou imitações dos rolos do Brasil foram infrutíferas, como não tiveram êxito as iniciativas no Paraguai de substituir o tabaco *Brasil*, produzido em rolos e exportado para Buenos Aires e para Castela, pelo *negro torcido*, que os *cosecheros* produziam na segunda metade do séc. XVIII.^{81; 82} Parte do tabaco brasileiro também entrava, de forma legal ou ilegal, através do comércio que os portugueses realizam no Prata ao longo do séc. XVIII, criando mais uma área de consumo do fumo brasileiro.⁸³

Portanto, as propriedades peculiares do tabaco brasileiro de “primeira escolha” (como se dizia à época) permitiram a Portugal continuar fornecendo tabaco para o consumo dos súditos de outros Estados europeus⁸⁴. Ainda que não fosse um

79 Há, pelo menos, um indício de que se imitasse o beneficiamento do tabaco brasileiro em Batávia, onde os holandeses “cortão [o tabaco] miudamente, e concertão com alguma confeição, que pelo cheiro parece melaço do mesmo que botão no Brasil”. Aditamentos ao projeto de venda de tabaco de folha do Brasil no Estado da Índia Oriental. S/l, s/d. (séc. XVIII). GÁRATE, 1999, op. cit., p. 399-400; p. 413; LÚXAN, 2015, op. cit., p. 66-68.

80 NARDI, 1996, op. cit., p. 114-116.

81 WIMMER, Linda. *African Producers, European Merchants, Indigenous Consumers: Brazilian Tobacco in the Canadian Fur Trade, 1550-1821*. (Ph.D. Thesis) University of Minnesota, Minneapolis, MN, 1996. p. 227; COONEY, Jerry W. La Dirección General de La Real Renta de Tabacos and the Decline of the Royal Tobacco Monopoly in Paraguay, 1779-1800. *Colonial Latin American Historical Review*, v. 1, n. 1, p. 101-115, 1992. p. 101-104; p. 113.

82 A produção do negro torcido foi estimulada pela Dirección General de la Real Renta de Tabacos do Paraguai; ver, por ex., Auto del Gobernador del Paraguay, sobre bandos enviados por el subdelegado de la Real Renta de Tabacos. Assunção, 05/01/1781; Bando de Pedro Melo de Portugal, Governador y Capitan General da Provincia del Paraguai. Assunção, 27/05/1782. Disponíveis em: <http://historia.anasnc.senatics.gov.py/uploads/r/archivo-nacional-de-asuncion/2/2/22343/PY-ANA-SH-147n2-5-6.pdf>; <http://historia.anasnc.senatics.gov.py/uploads/r/archivo-nacional-de-asuncion/2/3/23279/PY-ANA-SH-147n29-190-199.pdf>.

83 NARDI, 1996, op. cit., p. 330-334.

84 Não encontrei séries sobre os preços das variedades de tabaco no mercado europeu, mas dados para o final do séc. XVII apontam que o tabaco “Brazil”

produto tão cobiçado quanto o de Cuba, é pouco provável que fosse adequado apenas para “mascar”,⁸⁵ e não se pode afirmar que não fazia concorrência àquele, ao menos no mercado espanhol, pois havia demanda específica pelo “tabaco Brasil” para a produção das melhores variedades de tabaco em pó⁸⁶.

Por sua vez, a África Ocidental, mais precisamente no golfo do Benin ou Costa dos Escravos (Costa da Mina para os portugueses), constituiu-se num mercado no qual o tabaco brasileiro não encontrava rivais. Como tem sido bastante destacado pela historiografia (com ênfase, às vezes, excessiva;⁸⁷, o tabaco do Brasil, em particular o da Bahia e Pernambuco, era preparado especialmente para ser vendido na Costa da Mina, utilizando-se para isso melação e outros ingredientes. Naquela costa, o tabaco era utilizado para comprar aos demais europeus bens que seriam empregados na aquisição de escravos ou os rolos eram diretamente trocados por cativos, além de serem utilizados para pagamento de taxas ou como presentes às autoridades locais⁸⁸. Os agentes da *Royal African Company* utilizavam o “tabaco português” nos seus próprios negócios de aquisição e venda de cativos, adquirindo os rolos dos capitães de negreiros vindos do Brasil: em outubro de 1718, compraram 49 rolos ao capitão Manoel Reis; dois meses depois, fizeram negócio com dois capitães portugueses (não nomeados), recebendo 20 rolos em troca de quatro escravos⁸⁹. Alguns desses rolos de tabaco foram confiados, segundo um registro, a

era o segundo mais caro no mercado holandês; cf. PRICE, Jacob. *The Tobacco Adventure to Russia: Enterprise, Politics, and Diplomacy in the Quest for a Northern Market for English Colonial Tobacco, 1676-1722*. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, v. 51, n. 1, p. 1-120, 1961. p. 7.

85 NATER, 2006a, op. cit., p. 104.

86 Os espanhóis chamavam esta variedade de simonti; ao tabaco, eram acrescidos produtos para conferir um aroma agradável; GORDILLO, 2002, op. cit., p. 38; GORDILLO, 2015, op. cit., p. 35; p. 37-38.

87 VERGER, Pierre F. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 1987. p. 20; p. 32-34; NARDI, 1996, op. cit., p. 224; p. 381-394.

88 Um exemplo documentado: Conta da corveta Nossa Senhora da Nazareth, Santo Antônio e Almas. Bahia, novembro de 1769. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Feitos Findos*, Códice 2043. p. 29.

89 Journals of Accounts, William's Fort, 14/10/1718 (daqui em diante Whydah Journal) (1718-1721). PRO. T.70/592-93; Whydah Journal, PRO. T.70/592-93: 10/12/1718.

uma certa “portuguesa Maria Lavadeira”, que recebeu 14 rolos de “tabaco português” em troca do fornecimento de dois “homens”, claro que escravizados⁹⁰.

Este mercado, quase cativo, na África Ocidental para o tabaco brasileiro é um elemento que distingue a produção e o comércio desse gênero entre os demais produtores e condicionou a produção. Uma vez que a coroa portuguesa estabeleceu que apenas o fumo de terceira (chamado ‘soca’) fosse comercializado na Costa da Mina, pois os de melhor qualidade estavam reservados ao mercado metropolitano, quantidades crescentes de tabaco de qualidade inferior foram produzidas e enviadas para aquela costa, embora também se comercializasse tabaco de primeira⁹¹. Tabaco de outras procedências, comercializado pelos demais negreiros europeus na África Ocidental, não logravam satisfazer a demanda da região, como reconhecia um oficial da Companhia dinamarquesa em Accra⁹²: “O tabaco enviado com o navio [da Companhia], o qual era apenas uma imitação do tabaco português, não pôde ser vendido aos africanos, e está, conseqüentemente, sendo vendido para os europeus pelo preço de custo na Europa”.⁹³. Ainda que o tabaco da América inglesa também tenha sido utilizado pelos negreiros ingleses no tráfico transatlântico, o volume carregado para a África foi muito inferior ao que saía do Brasil para a África Ocidental.⁹⁴ Os negreiros franceses também reconheciam a superioridade do tabaco brasileiro e a impossibilidade de substituí-lo por fumo de outra procedência.⁹⁵

90 Whydah Journal, PRO. T.70/592-93: 23/01/1719.

91 VERGER, op. cit.; NARDI, 1996, op. cit.; LOPES, 2018, op. cit.

92 Trata-se da Companhia das Índias Ocidentais-Guiné; GREEN-PEDERSEN, p. 197; GOBEL, Erik. *The Danish Slave Trade and Its Abolition*. Leiden, NLD: Brill, 2016. p. 11-13.

93 Governor Waeroe to the Directors of the West India and Guinea Company, Christiansborg, 30/04/1734. In: JUSTESEN, Ole (ed.). *Danish Sources for the History of Ghana, 1657-1754*. v. 1. Copenhagen: The Royal Academy of Sciences and Letters, 2005. p. 497. Christiansborg era a principal fortificação dinamarquesa na Costa do Ouro; GOBEL, 2016, op. cit., p. 5; p. 27.

94 PRICE, 1995, op. cit., p. 171; KELLEY, Sean M. New World Slave Traders and the Problem of Trade Goods. *The English Historical Review*, v. 134, n. 567, p. 302-333, 2019.

95 RUDERMAN, Anne Elizabeth. *Supplying the Slave Trade*. How Europeans met African demand for European Manufactured products, Commodities and Re-exports, 1670-1790. 2016. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade

A mesma preferência pelo tabaco do Brasil (que era chamado por ingleses e franceses na América do Norte de tabaco negro) observava-se em outras paragens, entre os povos nativos da América do Norte. Entre eles, o tabaco, que já era consumido muito antes do contato com os europeus, era utilizado, sobretudo, para fins espirituais, sociais e políticos, como em reuniões entre as lideranças das tribos ou para ser dado de presente.⁹⁶ O tabaco brasileiro foi inserido no comércio de peles com os indígenas na América do Norte pelos franceses e tornou-se habitual oferecê-lo como parte do conjunto de bens trocados. Mesmo as áreas habitadas pelos indígenas estando relativamente próximas às colônias continentais inglesas, que produziam tabaco em quantidade crescente desde a década de 1630,⁹⁷ o tabaco *Virginia* não satisfazia a preferência dos nativos. De tal forma que franceses e ingleses, que mantinham um constante comércio de aquisição de peles aos povos indígenas da costa Leste da América do Norte, precisavam comprar regularmente, desde, pelo menos, meados do século XVII, rolos de tabaco brasileiro. Para isso, os ingleses tinham que recorrer aos seus agentes no Porto e em Lisboa, frisando em suas ordens que apenas tabaco de primeira qualidade deveria ser enviado, de forma a satisfazer o gosto dos indígenas, dos quais eram adquiridas peles de castor. Ao longo do século XVIII, o tabaco brasileiro compunha de 15 a 20% dos bens adquiridos pelos indígenas (Athabaskan; Algonquianos) em transações com a Companhia da Baía de Hudson, tornando-se o bem mais adquirido por aqueles grupos de nativos.⁹⁸

de Yale, New Haven, 2016; SILVA JR., Carlos Francisco da. *Enslaving Commodities: Tobacco, Gold, Cowry Trade, and Trans-Imperial Networks in the Bight of Benin (c. 1690s–c. 1790s)*. *African Economic History*, v. 49, n. 2, p. 1-31, 2021. p. 8-11.

96 YERBURY, J. C. *The Subarctic Indians and the Fur Trade, 1680-1860*. Vancouver, Canadá: University of British Columbia Press, 1986. p. 32; WIMMER, 1996, op. cit., p. 193-198; p. 206-208; GENET, 1995, op. cit., p. 66-67; p. 69; p. 71-72.

97 KULIKOFF, *Tobacco and Slaves*. Carolina: University of Carolina Press, 1986. p. 23-24.

98 RAY, Arthur J. *Indians as Consumers in the Eighteenth Century*. In: JUDD, Carol M.; RAY, Arthur J. (ed.). *Old Trails and New Directions: Papers of the Third North American Fur Trade Conference*. Toronto: University of Toronto Press, 1980. p. 263-264; YERBURY, 1986, op. cit., p. 22-23; p. 26; p. 32; WIMMER, 1996, op. cit., p. 209-210; p. 212-213; p. 224; CARLOS, Ann; LEWIS, Frank D. *Trade, Consumption, and the Native Economy: Lessons from York Factory, Hudson*

A disseminação na Europa do consumo de café também contribuiu para ampliar o consumo de tabaco, pois era comum que nos ‘cafés’ se fumasse, hábitos que foram combinados primeiramente no Império Otomano, onde o consumo de café se estabeleceu no início do séc. XVI; em suas cidades surgiram os primeiros estabelecimentos para a venda de café ao público, tendo os ingleses levado o tabaco para o mundo islâmico e, em particular, para Istambul no séc. XVII.^{99; 100} Desde então, estendeu-se à Europa ocidental, onde os ‘cafés’, cheios da fumaça do tabaco, também se tornaram a norma em Londres ou Amsterdã, onde eram o lugar principal dos negócios financeiros¹⁰¹ e Paris¹⁰², assim como os frequentadores das “casas de cerveja” inglesas também tornaram-se habituais consumidores de tabaco, formando um *cluster* de consumo a partir da complementaridade dos produtos.^{103; 104} Porém, o tabaco também

Bay. *The Journal of Economic History*, v. 61, n. 4, p. 1037-1064, Dec. 2001. p. 1041-1042; p. 1049-1053.

- 99 Assim como na Europa, no mundo islâmico, isto é, no Império Otomano, o hábito de fumar tabaco também gerou controvérsias e oposição da parte de autores diversos; MCLEAN; MATAR, 2011, op. cit., p. 206-209.
- 100 QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005. p. 9; p. 160; MATTHEE, 1997, op. cit., p. 36; HATTOX, Ralph S. *Coffee and Coffeehouses: The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East*. Seattle, WA: University of Washington Press, 1985. p. 11; p. 96-98; p. 102; p. 10; BARAM, 1999, op. cit., p. 142; MCLEAN; MATAR, 2011, op. cit., p. 203; p. 206-207.
- 101 CARRUTHERS, Bruce G. *City of capital*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999. p. 169-170; SMITH, Woodruff D. From Coffeehouse to Parlour: The consumption of coffee, tea and sugar in northwestern Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 149-164. p. 154-155.
- 102 Em meados do século XVIII, segundo SMITH, 1995, p. 152, Londres e Paris tinham cerca de 600 cafés cada.
- 103 Essa combinação entre café e fumo tem um fundo fisiológico: os fumantes metabolizam a cafeína mais rápido, tendo, portanto, que renovar as doses de café com mais frequência (COURTWRIGHT, 2001, op. cit., p. 19-20). Consumption cluster é uma expressão utilizada por Jan de Vries para indicar a complementaridade entre certos produtos, o que faz com que o consumo de um seja, habitualmente, combinado ao de outro; VRIES, Jan de. *The Industrious Revolution. Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. p. 25-32. A complementaridade entre bebidas e tabaco já havia sido indicada anteriormente: cf. FAY, C. R. *English Economic History, mainly since 1700*. Cambridge: W. Heffer, 1940. p. 144.
- 104 MATTHEE, 1997, op. cit., p. 40-41; SHAMASS, 1993, op. cit., p. 181; SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Tastes of Paradise: A Social History of Spices, Stimulants, and Intoxicant*.

era consumido nas residências ou lugares específicos para o seu consumo, como em reuniões específicas para fumar, como nas *tabagies* francesas¹⁰⁵.

A partir de princípios do século XVIII, o hábito de fumar o tabaco, que era o mais comum entre todos os grupos sociais, passou a ser suplantado, entre os estamentos e grupos abastados, pelo de aspirar pelo nariz o tabaco em pó ou rapé. Essa forma de consumo, que surgiu na Espanha, mas difundiu-se nas cortes e círculos abastados a partir da França, foi adotada precisamente para distinguir os usuários abastados de tabaco dos demais. O uso de rapé era muito mais ritualizado que o do fumo, também dando lugar ao uso de apetrechos mais sofisticados e significativamente mais caros: as caixas de rapé. Ao mesmo tempo, o uso de rapé foi visto como um símbolo de distinção pessoal e uma marca do individualismo expressa nos hábitos de consumo, os quais se tornaram indicadores de distinções de classes e de gênero. Junto ao consumo do café e do chá, o tabaco compõe uma nova esfera de intimidade e sociabilização que emerge na Idade Moderna.¹⁰⁶ Portanto, para compreendermos a demanda atlântica pelo tabaco das Américas, é preciso vê-la em associação com a difusão do consumo de outros bens coloniais, assim como da adoção no Ocidente de novos hábitos sociais.

Estados, colonização e a produção do tabaco nas Américas

Em meados do séc. XVII, a concorrência no mercado europeu entre as folhas nicotianas da América aumentaria significativamente. Com o deslanche dos impérios holandês, inglês e francês, a competição interestatal seria acirrada, dando lugar a políticas que a historiografia consagrou como Mercantilismo¹⁰⁷.

Nova York: Pantheon, 1992. p. 96; p. 110; WALVIN, 2017, op. cit., p. 61-63; VRIES, 2008, op. cit., p. 25.

105 “Les Français fumèrent si bien, qu'on organisa les locaux exprès pour fumer, dits Tabagies”. “Os franceses fumavam tão bem, que organizaram locais especialmente para fumar, conhecidas como Tabagies. COMES, 1900, op. cit., p. 72.

106 GOODMAN, 1994, op. cit., p. 70-80; MATTHEE, 1997, op. cit., p. 38-39; p. 46.

107 Embora bastante criticada, a concepção da existência do Mercantilismo na Idade Moderna não foi de todo descartada: o trabalho clássico é HECKSCHER, Eli

Como afirmam dois historiadores da América inglesa, “Dizer, [...], que os governos durante o período colonial eram insuficientemente poderosos para orquestrar a economia [colonial] não é dizer que eles não tentavam. Havia uma estratégia para o desenvolvimento colonial”¹⁰⁸. Incentivado pelas políticas protecionistas dos diversos Estados europeus, o tabaco passou a ser produzido sistematicamente nas colônias inglesas e francesas. Nas pequenas Antilhas inglesas (Barbados, St. Kitts, Nevis, Antigua e Montserrat), os pequenos produtores começaram a colonização produzindo algodão e tabaco, mas com pouco êxito mercantil, até que a “revolução do açúcar” viesse transformar a economia e sociedade, a partir de Barbados, nos anos 1640.¹⁰⁹ Foi nas colônias inglesas continentais de Virgínia e Maryland que o tabaco vingou e tornou-se o esteio da colonização anglo-saxã no Continente¹¹⁰. Logo, Inglaterra e França adotariam

F. *La Época Mercantilista*. Historia de la Organización y las Ideas Económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. [1931]. (Trad.). México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1983; este foi criticado em seus pressupostos por WILSON, Charles. Mercantilism: Some Vicissitudes of an Idea. *Economic History Review*, 2nd Ser., v. X, Dec. 1957; mais ainda por COLEMAN, D. C. Mercantilism revisited. *The Historic Journal*, v. 23, n. 4, 1980. p. 791, embora, para o autor, o “mercantilismo é uma destas entidades não-existentes que tiveram que ser inventadas com o fim de impedir que o estudo da história caísse no abismo do antiquarianismo” (a tradução é minha); a abordagem mais recente, que retoma a racionalidade do Mercantilismo enquanto política e pensamento econômico, encontra-se em MAGNUSSON, Lars. Introduction. In: MAGNUSSON, Lars (ed.). *Mercantilism*. v. 1: The Rise of Mercantilist Discourse. London; New York: Routledge: 1995. p. 1-48. Um balanço crítico recente encontra-se em PINCUS, Steve, Rethinking Mercantilism: Political Economy, the British Empire, and the Atlantic World in the Seventeenth and Eighteenth Centuries. *The William and Mary Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 3-34, jan. 2012.

- 108 MCCUSKER, John J.; MENARD, Russel R. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill, NC: Institute of Early American History and Culture, 1991.p. 35. A tradução é minha.
- 109 DUNN, Richard. *Sugar and Slaves*. Chapel Hill; Londres: University of Carolina Press, 2000. p. 18-20; p. 46-54; p. 59-80; MCCUSKER, John J.; MENARD, Russell R. The Sugar Industry in the Seventeenth Century. A new perspective on the Barbadian “Sugar Revolution”. In: SCHWARTZ, Stuart B. (org). *Tropical Babylon: Sugar and the Making of Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2004. p. 289-330. p. 289-330.
- 110 A historiografia sobre o a fumicultura na baía de Chesapeake é bastante extensa; ver, entre outros, KULIKOFF, 1986, op. cit.; para duas excelentes sínteses, cf. MCCUSKER; MENARD, 2004, op. cit., p. 117-143; WALSH, Lorena S. Slave Life, Slave Society, and Tobacco Production in the Tidewater Chesapeake, 1620-1820. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. *Cultivation and Culture*. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville and London: UP of Virginia, 1993, p. 170-199.

políticas que restringiam a entrada de tabaco ibérico em seus territórios. Os espanhóis, por sua vez, lograram a melhor produção de tabaco em Cuba, que viria a dar origem ao *El Habano*, o melhor charuto do mercado atlântico (STUBBS).

Ao final deste processo de difusão da produção e controle do comércio do tabaco, formou-se o “sistema atlântico do tabaco”:¹¹¹

[...] la consolidación de un sistema complejo de producción, traslado y distribución del producto entre ambas orillas, que surge a fines del siglo XVI, se desenvuelve durante el XVII y cambia sustancialmente en el siglo XVIII, dentro de un marco institucional que tiende a las prácticas monopolistas o a la creación de fuertes barreras de entrada entre los distintos espacios imperiales.

Em termos quantitativos, as colônias da baía de Chesapeake ultrapassaram as demais nesse período: de um milhão de libras exportadas em 1630, saltou para 20 milhões (c. 667.000 arrobas) em 1670.¹¹² Para se ter uma ideia em termos comparativos, no último quartel do século XVII, o Brasil exportava 100.000 arrobas anuais.¹¹³

O desenvolvimento da fumicultura em Cuba permitenos perceber como as vicissitudes da produção colonial em uma das conquistas europeias nas Américas relacionava-se ao que se desenvolvia em outras, bem como ao que se passava nos mercados atlânticos ou globais. Em Cuba, o tabaco ocupou terras que antes eram dedicadas ao açúcar, primeira produção estabelecida na ilha. À medida que algumas capitânias do Brasil passaram a produzir e exportar açúcar em quantidades inauditas, o açúcar brasileiro, melhor e mais barato, teve ampla penetração no mercado castelhano. Assim, os produtores de Cuba, não podendo competir com o açúcar do Brasil, voltaram-se para a produção do tabaco, com bastante sucesso.^{114; 115}

111 LÚXAN; GÁRATE, 2010, op. cit., p. 147.

112 KULIKOFF, 1986, op. cit., p. 31-32.

113 NARDI, 1996, op. cit., p. 89.

114 NÁTER, 2006a, op. cit.

115 Esta mesma dinâmica, porém, entre os múltiplos produtores de café dentro do mercado global, é demonstrada de forma cristalina por MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no Longo Século

A convergência escravista

Referindo-se à produção fumageira no Brasil colonial, Jacob Gorender concluiu que era uma “cultura híbrida”,¹¹⁶ dado que se empregava o braço escravo, mas também era cultivada por pessoas livres, em pequena escala, no que alguns autores consideram ser uma produção camponesa.¹¹⁷ Na América inglesa, para a qual há uma enorme historiografia (a “escola de Chesapeake”), o trabalho compulsório predominou desde o início, começando com os servos temporários, que foram a principal mão de obra na fumicultura da região até fins do século XVII. Devido a uma série de fatores, que levaram ao aumento do preço do trabalho servil, enquanto os preços do tabaco declinaram e permaneceram estagnados a partir de 1680, e ao aumento da demanda por trabalho intensivo na colheita e beneficiamento, o braço africano foi introduzido continuamente na “costa do tabaco”, até ser predominante entre os trabalhadores forçados no início do século seguinte.^{118; 119} Essa transição foi facilitada pelo aumento da oferta de africanos es-

XIX. *Saeculum*, *Revista de História*, João Pessoa, n. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013; MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRIBERG, Keila (org.). *O Brasil imperial, v. 2, (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383. Outro exemplo deste tipo de influências multilaterais pode ser encontrado em relação ao açúcar “chinês”: quando a WIC promoveu as guerras de conquista de Pernambuco e capitânicas vizinhas, reduzindo a oferta de açúcar, a VOC passou a exportar substanciais quantidades de açúcar de Taiwan para a Europa; depois da Restauração Pernambucana (1654), o aumento da oferta de açúcar brasileiro na Europa reduziu a competitividade do açúcar “chinês” por meio da VOC; cf. ISRAEL, Jonathan. *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Nova York; London: Clarendon, 1989. p. 174; STROBEL, 2015, op. cit., p. 133.

- 116 GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1988. p. 85-86.
- 117 PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México, D. F.: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998. p. 40-41.
- 118 KULIKOFF, 1986, op. cit.; MCCUSKER, John J.; MENARD, Russel R. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014. p. 134-143. A expressão tobacco coast encontra-se na p. 116; HAHN, 2016, op. cit., p. 70; segundo a autora, ao concentrar-se na primeira folha e num processo de beneficiamento mais intenso (the Chesapeake system), os produtores de tabaco tiveram sua demanda por trabalho forçado incrementada.
- 119 WALSH, Lorena S. *Motives of Honor, Pleasure, and Profit: Plantation Management in the Colonial Chesapeake, 1607-1763*. Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History & Culture, 2010.

cravizados pelos “mercadores independentes” ingleses, que conseguiram suplantar o monopólio da Royal African Company sobre o comércio escravista britânico: do final do séc. XVII a cerca de 1715, o número médio de escravos africanos introduzidos na América inglesa continental aumentou quase 300%¹²⁰. A associação entre trabalho escravo de africanos e produção de tabaco transparecia, inclusive, nos objetos associados ao consumo do tabaco na Inglaterra, fosse nos anúncios de venda do produto, fosse nas caixas de rapé – *snuffbox* – que traziam imagens que remetiam à presença africana na Virgínia e Maryland. No entanto, a violência da escravidão era velada pela estetização e “domesticação” no ato do consumo dos objetos e dos derivados do tabaco.¹²¹

Em Cuba e Venezuela, o predomínio era da produção familiar, embora a visão do tabaco como um cultivo de pessoas livres por excelência (o contra-ponto cubano; ORTIZ) não se sustente. Há várias indicações de que os *vegueros* cubanos utilizavam trabalho de cativos africanos, fornecidos pela Real Feitoria de Tabacos de Havana, contra pagamentos em tabaco no séc. XVIII, e a demanda por cativos era constante. A própria Feitoria empregava escravos nos moinhos de produção de tabaco em pó.¹²²

No Brasil, por sua vez, os dois tipos de produção estiveram presentes e conviveram, mas com tendência à consolidação da escravidão na Bahia, ao longo do século XVIII. As evidências, presentes em inventários e testamentos, indicam que o trabalho escravo esteve presente na grande maioria das unidades produtoras de tabaco baiano, ainda que a quantida-

120 PETTIGREW, William A. *Freedom's Debt: The Royal African Company and the Politics of the Atlantic Slave Trade, 1672-1752*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014. p. 14-15. De 1683-1698, média de 5.500 cativos; de 1699-1714, média de 15.000.

121 ALAYRAC-FIELDING, Vanessa. From Oroonoko Tobacco to Blackamoor Snuffboxes: Race, Gender and the Consumption of Snuff in Eighteenth-Century Britain. *Humanities*, v. 10, n. 3: 92, 2021.

122 SANZ ROZALÉN, Vicent, Tabaco, escravidão e campesinato na construção identitária cubana. In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIROA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM; Universidade dos Açores, 2015. p. 205; p. 209-215; COSNER, Charlotte. *The Golden Leaf: How Tobacco Shaped Cuba and the Atlantic World*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2015. p. 43-48.

de de cativos por propriedade variasse de alguns poucos (na maioria das unidades) às dezenas e mesmo mais de uma centena.¹²³ Ainda que para Pernambuco, o segundo maior produtor de fumo do período colonial, as poucas evidências existentes apontem para uma produção com trabalho livre, talvez isso se deva, precisamente, à falta de documentos com dados quantitativos e qualitativos sobre os produtores de tabaco.¹²⁴ Portanto, na maioria dos casos, o trabalho compulsório, em particular de africanos e seus descendentes, esteve associado à fumicultura, sobretudo no século XVIII, o que torna inadequado considerar a fumicultura como o apanágio dos “camponeses” ou produtores familiares.

Revolução Industrial, escravidão e commodities coloniais

O mundo Atlântico do século XVIII experimentou uma “explosão do comércio colonial”. Este renovado ímpeto do comércio de manufaturas, por um lado, e bens coloniais, por outro, teve como contrapartida um primeiro pico de deportações de africanos e africanas para a América, onde foram submetidos ao trabalho escravo.^{125; 126} Não são, portanto, fortuitas as abordagens do desenvolvimento econômico do Ocidente, em particular o salto industrial da Inglaterra em fins do setecen-

123 WIMMER, 1996, op. cit., p. 65-95; SILVA, Ana Paula Albuquerque. *Produção Fumageira: Fazendas e Lavradores no Recôncavo da Bahia, 1774-1830*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. p. 89-93; NARDI, 1996, op. cit., p. 59-61; p. 69; BARICKMAN, Bert J. *Um Contra-Ponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 186-188; p. 214-217; p. 237-241; SCHWARTZ, 1988, op. cit., p. 221-222; SCHWARTZ, S. O Brasil colonial, c. 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: FUNAG, 2004. (História da América Latina, 2). p. 339-402. p. 373-378.

124 PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998. p. 35-38; p. 41-42; p. 65-68; p. 107; p. 111; LOPES, 2018, op. cit., p. 117-126.

125 BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravidão no Novo Mundo, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 451 e ss.

126 Foram mais de seis milhões de indivíduos, dos quais aproximadamente um terço foi desembarcado no Brasil; ELTIS e RICHARDSON, 2008, p. 39-42. Uma consulta ao TSTD (slavevoyages.org) em 27/10/2021 apresenta números ligeiramente diferentes destes.

tos, que relacionam este portentoso fenômeno à extração e produção de recursos nas Américas e ao comércio de africanos escravizados.¹²⁷

Por sua vez, Jan de Vries consagrou o conceito de Revolução Industrial, utilizando-o para explicar as transformações econômicas na Europa moderna a partir da perspectiva da economia familiar. Entre os estímulos ao aumento do trabalho e produção familiar dirigidos ao mercado, ele inclui os bens de consumo modernos, tais como os relógios de bolso.¹²⁸ Posteriormente, Anne McCants¹²⁹ argumentou que os gêneros coloniais, entre eles o tabaco, também aguçaram a disposição familiar para aumentar sua capacidade de consumo, pois as famílias de posses modestas passaram a consumir, sobretudo no século XVIII, açúcar, café, chá e tabaco, o que também foi demonstrado por Carole Shamass.¹³⁰ Aos consumidores europeus, devem-se acrescentar os africanos (África Ocidental) e os nativos americanos (América do Norte), pois, como visto, também estes passaram a consumir o tabaco (do Brasil), item inserido em seu cotidiano desde o século XVII. Ann Carlos e Frank Lewis argumentam que há indícios de que os nativos da América do Norte, que se engajaram continuamente no comércio com os ingleses e franceses (como mencionado acima), também demonstraram comportamento análogo aos europeus, no que toca ao aumento do consumo de bens não produtivos ou, seja, “de luxo”, tais como tabaco e álcool, no séc. XVIII.¹³¹

As três principais áreas produtoras de tabaco nas Américas – a baía de Chesapeake, Cuba e Bahia/Pernambuco – compartilhavam aspectos comuns. A fumicultura prosperou nestas regiões devido, entre outros fatores, à disponibilidade

127 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. (Trad.) Rio de Janeiro: Americana, 1975; BLACKBURN, 2003, op. cit., p. 451 e ss.; INIKORI, Joseph E. *Africans and the Industrial Revolution in England. A study in the international trade and economic development*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.

128 VRIES, Jan de. Between purchasing power and the world of goods: understanding the household economy in early modern Europe. In: BREWER, J.; PORTER, R. (org.). *Consumption and the World of Goods*. Nova York: Routledge, 1993. p. 107-154. p. 107-115; VRIES, 2008, op. cit.

129 MCCANTS, 2007. op. cit.

130 SHAMASS, 1993, op. cit.

131 CARLOS; LEWIS, 2001, op. cit., p. 1038-1039.

de solo arenoso (a que os colonos portugueses chamavam de “salão”) situados em terras às margens ou próximas aos rios (o Paraguaçu, na Bahia; o Hapahanoc, o York e o James, em Virgínia e Maryland; o Herradura, em Cuba). Ao mesmo tempo, as técnicas de cultivo eram bastante semelhantes, do plantio à colheita.¹³² Se, porém, os produtores de Cuba e da Virgínia compartilhavam as mesmas técnicas de cultivo e, sobretudo, de beneficiamento das folhas do tabaco, os produtores da Bahia e Pernambuco desenvolveram as suas próprias, que vieram a resultar no tabaco em rolo, que vários outros, incluindo Cuba, tentavam imitar, sem sucesso.¹³³

Mapa 1. Pernambuco, áreas anexas e seus rios.

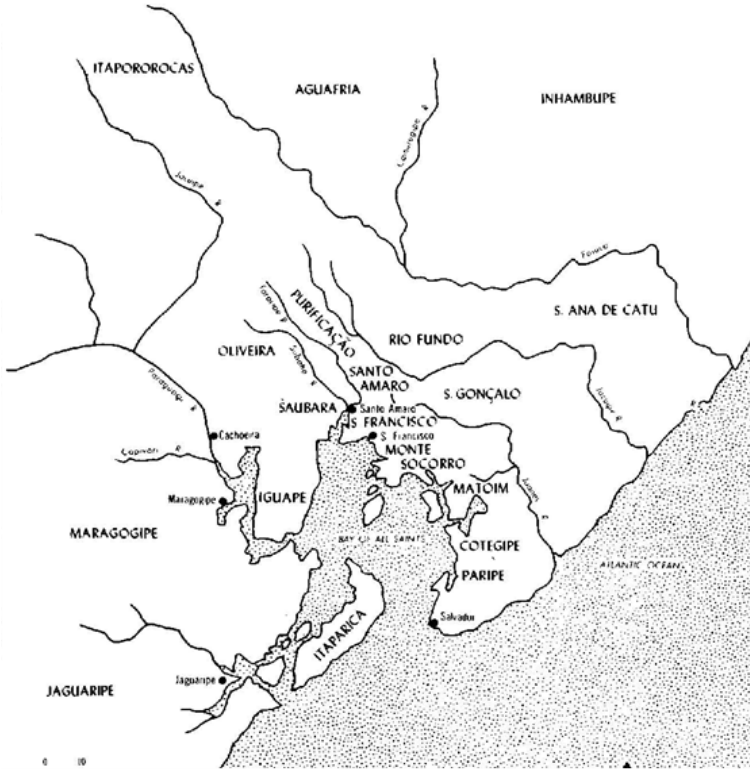


Fonte: LOPES, 2014, op. cit., p. 36.

132 WALSH, 2010, op. cit., p. 131; p. 155-158; COSNER, 2015, op. cit., p. 23-28.

133 COSNER, 2015, op. cit., p. 23-28.

Mapa 2. Recôncavo baiano (Cachoeira, centro da produção de tabaco, ao lado do rio Paraguaçu)



Fonte: SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

Mapa 3. Cuba: regiões de produção de tabaco (áreas escuras próximas ao rio Herradura)



Fonte: COSNER, Charlotte. *The Golden Leaf. How Tobacco Shaped Cuba and the Atlantic World*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2015.

No entanto, como vimos, a maioria do tabaco exportado das colônias para o Atlântico era fruto, em maior ou menor grau, do trabalho compulsório de africanos. Não é possível estimar quantos dos escravos no Brasil trabalharam na produção do tabaco no século referido, mas sabemos que sua presença era significativa entre a população das áreas produtoras de tabaco da Bahia.¹³⁴ A utilização de escravos/as africanos/as foi significativa na fumericultura cubana e, mais ainda, na da América inglesa continental, onde tornou-se o esteio da massiva produção na Virgínia e Maryland.¹³⁵ Portanto, ainda que se abordem as transformações econômicas pela ótica do consumo (a que alguns autores têm dado preferência)¹³⁶, essa dimensão não pode ser desvinculada da esfera da produção, pois é na articulação entre ambas que residem os “segredos internos” da formação econômica daquele período, embora a importância do trabalho escravos para a produção dos “psicotrópicos coloniais” não fosse nenhum segredo para os contemporâneos da era do cachimbo, do rapé e do charuto.

134 SCHWARTZ, 2004, op. cit., p. 373-378; BARICKMAN, 2003, op. cit., p. 186-188; p. 214-217; p. 237-241.

135 WALVIN, 2017, op. cit., p. 58; p. 79.

136 Vejam-se as críticas teórico-metodológicas de Jan de Vries acerca da ênfase historiográfica no “lado da demanda” e sobre a “revolução do consumo”; VRIES, 1993, op. cit., p. 89; p. 98-104.

Mapa 4. Baía de Chesapeake: rios e condados ao longo dos rios Hapahanoc e James (séc. XVII)



Fonte: WALSH, 2010, op. cit.

Referências

- ALAYRAC-FIELDING, Vanessa. From Oroonoko Tobacco to Blackamoor Snuffboxes: Race, Gender and the Consumption of Snuff in Eighteenth-Century Britain. *Humanities*, v. 10, n. 3: 92, 2021. <https://doi.org/10.3390/h10030092>.
- ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (ed.). *Beyond Empires*. Global, Self-Organizing, Cross-Imperial Networks, 1500-1800. Leiden; Boston: Brill, 2016.
- ARNOLD, Torsten dos Santos. Central Europe and the Portuguese, Spanish and French Atlantic, Fifteenth to Nineteenth Centuries. *European Review*, v. 26, n. 3, p. 421-429, jul. 2018. doi:10.1017/S106279871800011X.
- ARNOLD, Torsten dos Santos. Atlantic Sugar and Central Europe: Sugar Importers in Hamburg and their Trade with Bordeaux and Lisbon, 1733–1798. In: WIMMLER, Jutta; WEBER, Klaus (ed.). *Globalized Peripheries*. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1860. Suffolk, GB: Boydell & Brewer, 2020. p. 99-116.
- BARAM, Uzi. Clay Tobacco Pipes and Coffee Cup Sherds in the Archaeology of the Middle East: Artifacts of Social Tensions from the Ottoman Past. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 3, n. 3, 1999.
- BARICKMAN, Bert J. *Um Contra-Ponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BAUD, Michiel; KOONINGS, Kees. A lavoura dos pobres: Tobacco Farming and the Development of Commercial Agriculture in Bahia, 1870-1930. *Journal of Latin American Studies*, v. 31, n. 2, p. 287-329, 1999.
- BENEDICT, Carol. *Golden-Silk Smoke*. A History of Tobacco in China, 1550-2010. Berkeley: University of Carolina Press, 2011.
- BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 v.
- BORUCKI, Alex, Trans-imperial History in the Making of the Slave Trade to Venezuela, 1526-1811, *Itinerario*, vol. XXXVI, issue 2, 2012. p. 29-54.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 2.
- BRILLI, Catia. Coping with Iberian monopolies: Genoese trade networks and formal institutions in Spain and Portugal during the second half of the eighteenth century. *European Review of History: Revue européenne d'histoire*, v. 23, n. 3, 2016. DOI: 10.1080/13507486.2015.1117425.
- CARRUTHERS, Bruce G. *City of capital*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.
- CARLOS, Ann; LEWIS, Frank D. Trade, Consumption, and the Native Economy: Lessons from York Factory, Hudson Bay. *The Journal of Economic History*, v. 61, n. 4, p. 1037-1064, Dec. 2001.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- CHAMBOULEYRON, Rafael, Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, v. 51, n. 1, p. 1-35, 2014.
- CLARENCE-SMITH, William G. The global consumption of hot beverages, c. 1500 to c. 1900. In: NÜTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank (ed.). *Food and globalization: consumption, markets and politics in the modern world*. Oxford: Berg, 2008. p. 37-55.
- COLEMAN, D. C. Mercantilism revisited. *The Historic Journal*, v. 23, n. 4, 1980.
- COMES, Oracio. *Histoire, Géographie, Statistique du Tabac*. Nápoles: Typographie Coopérative, 1900.
- COONEY, Jerry W. La Dirección General de La Real Renta de Tabacos and the Decline of the Royal Tobacco Monopoly in Paraguay, 1779-1800. *Colonial Latin American Historical Review*, v. 1, n. 1, p. 101 -115, 1992.

- COSNER, Charlotte. *The Golden Leaf*. How Tobacco Shaped Cuba and the Atlantic World. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2015.
- COURTWRIGHT, David T. *Forces of habit: drugs and the making of the modern world*. Nova York: Harvard University Press, 2001.
- DUNN, Richard. *Sugar and Slaves*. Chapel Hill, NC; Londres: University of Carolina Press, 2000.
- ELTIS, D.; RICHARDSON, D. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, D.; RICHARDSON, D. (org.). *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. Londres: Yale University Press, p. 1-60.
- ESCUADERO, Antonio Gutiérrez. Hispaniola's Turn to Tobacco: Products from Santo Domingo in Atlantic Commerce. In: ARAM, Bethany; YUN-CALILLA, Bartolomé. *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824*. Circulation, Resistance and Diversity. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014. p. 216-229.
- EVANS, Chris; RYDÉN, Goran. *Baltic Iron in the Atlantic World in the Eighteenth Century*. Leiden, Netherlands; Boston: Brill, 2007.
- FAY, C. R. *English Economic History, mainly since 1700*. Cambridge, UK: W. Heffer, 1940.
- FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1963.
- FERNÁNDEZ-PIÑEDO, Nadia. In: GARCIA, Manuel Perez, Lucio de Sousa. *Global History and New Polycentric Approaches: Europe, Asia and the Americas in a World Network System*. Singapore: Palgrave, 2018. p. 293-318.
- FIGUEIROA-REGO, J. "Habr a viejo mas morlaco? Vayase   tomar tabaco". Moral y medicina: conceptos y usos (siglos XVII-XVIII). *Millars. Espai I História*, v. 2, n. 49, p. 161-184, 2020. DOI 10.6035/Millars.2020.49.8.

- FIGUEIRÔA-REGO, João. Redes e interesses do tabaco no oceano global. Notas de investigação (séculos XVII e XVIII). In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; FIGUEIROA-REGO, João (org.). *O tabaco e a escravatura na rearticulação imperial ibérica (sécs. XV-XX)*. Évora: CIDEHUS, 2018. p. 40-71.
- GÁRATE, Montserrat. El tráfico de tabaco em las compañías mercantiles privilegiadas en la Espanha del XVIII. In: ENCISO, Augustin G; SANCHEZ, Rafael T. (org.). *Tabaco y Economía en el siglo XVIII*. Navarra: EUNSA, 1999, p. 391-414.
- GENET, Alexander von. Nicotian Dreams: The prehistory and early history of tobacco in eastern North America. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 66-87.
- GOBEL, Erik. *The Danish Slave Trade and Its Abolition*. Leiden, NLD: Brill, 2016.
- GOODMAN, Jordan. Excitantia: or, how enlightenment Europe took to soft drugs. In: GOODMAN, Jordan; SHERRATT, Andrew; LOVEJOY, Paul E. *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. London: Routledge, 1995. p. 126-148.
- GOODMAN, Jordan. *Tobacco in History*. The Cultures of Dependence. Londres; Nova York: Routledge, 1994.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1988.
- GURBERT, Guillaume P. de. Tobacco: the commodification of the Caribbean and the Origins of the Globalization. In: SANSAVIOR, Eva; SCHOLAR, Richard (org.). *Caribbean Globalizations, 1492 to the Present Day*. Liverpool: Liverpool UP, 2015. p. 155-172.
- HAHN, Barbara. Tobacco's Commodity Route. In: FOLLET, Richard *et al.* (org.). *Plantation Kingdom: The American South and Its Global Commodities*. Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 2016.

- HATTOX, Ralph S. *Coffee and Coffeehouses: The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East*. Seattle, WA: University of Washington Press, 1985.
- HECKSCHER, Eli F. *La Época Mercantilista*. Historia de la Organización y las Ideas Económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. [1931]. (Trad.). México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho*. São Paulo: Edusp, 2007.
- HESPANHA, António Manuel. A Fazenda. In: HESPANHA, António Manuel (coord.); MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. 4.º v.: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, [1993].
- INIKORI, Joseph E. *Africans and the Industrial Revolution in England*. A study in the international trade and economic development. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
- ISRAEL, Jonathan. *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Nova York; Londres: Claredon, 1989.
- JUSTESEN, Ole (ed.). *Danish Sources for the History of Ghana, 1657-1754*. v. 1. Copenhagen: The Royal Academy of Sciences and Letters, 2005.
- KELLEY, Sean M., New World Slave Traders and the Problem of Trade Goods. *The English Historical Review*, v. 134, n. 567, p. 302-333, 2019.
- KLOOSTER, Win. The Tobacco Nation: English tobacco dealers and pipe-makers in Rotterdam, 1620-1650. In: CRUZ, Laura; MOKYR, Joel (org.). *The birth of modern Europe: culture and economy, 1400-1800*. Essays in honor of Jan de Vries. Leiden; Boston: Brill, 2010. p. 17-34.
- KULIKOFF, *Tobacco and Slaves*. Carolina: University of Carolina Press, 1986.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968.
- LAVEDAN, Antonio. *Tratado de los usos, abusos, propiedades y virtudes del tabaco, café, té y chocolate*. Madrid: Imprenta Real, 1796.

- LOPES, Gustavo Acioli. *A Fênix e o Atlântico*. A Capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654-1750). São Paulo: Alameda, 2018.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. El marco institucional del tabaco en el Imperio Español. La especial integración de Cuba en el estanco español, 1684-1727. In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIRÔA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM, 2015., p. 41-68.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; GÁRATE OJANGUREN, Monserrat. La creación de un sistema atlántico del tabaco (siglos XVII-XVIII). El papel de los monopolios tabaqueiros. Una lectura desde la perspectiva española. *Anais de História do Além-Mar*, v. XI, p. 145-176, 2010.
- MACLEAN, Gerald; MATAR, Nabil. *Britain and the Islamic World, 1558-1713*. New York: Oxford University Press, 2011.
- MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism*. v. 1: The Rise of Mercantilist Discourse. London; New York: Routledge: 1995.
- MAHONY, Mary Ann. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRNAK, Zephyr. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. p. 174-203.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no Longo Século XIX. *Saeculum, Revista de História*, João Pessoa, n. 29, p. 289-321, jul./dez. 2013.
- MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. GRIBERG, Keila (org.). *O Brasil imperial*, v. 2, (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.
- MARTINS, Diego de Cambraia; MELO, André Luiz Sales, A Mercantilização do Fruto de Ixcacao: o Cacau do Grão-Pará e o Consumo do Chocolate na Europa (Séculos XVII e XVIII). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 27, n. 1, 2021.

- MATTHEE, Rudy. Exotic substances: The introduction and global spread of tobacco, coffee, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries. *In*: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas. *Drugs and narcotics in history*. Londres: Cambridge University Press, 1997.
- MATTHEE, Rudi. Exotic substances: the introduction and global spread of tobacco, coffee, cocoa, tea, and distilled liquor, sixteenth to eighteenth centuries. *Drugs and narcotics in history*, v. 33, p. 24-51, 1995.
- MAURO, Frederic. *Portugal, Brasil e o Atlântico*. Lisboa: Estampa, 1997.
- MCCABE, Ina Baghdiantz. *A History of Global Consumption: 1500-1800*. Londres; Nova York: Routledge, 2014.
- MCCANTS, Anne, Exotic Goods. Popular Consumption, and the Standard of Living: Thinking about Globalization in the Early Modern World. *Journal of World History*. v. 18, n. 4, p. 433-462, Dec. 2007.
- MCCUSKER, John J.; MENARD, Russel R. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill, NC: Institute of Early American History and Culture, 1991.
- MCCUSKER, John J.; MENARD, Russel R. *The Economy of British America, 1607-1789*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014.
- MCCUSKER, John J.; MENARD, Russell R. The Sugar Industry in the Seventeenth Century. A new perspective on the Barbadian “Sugar Revolution”. *In*: SCHWARTZ, Stuart B. (org). *Tropical Babylon: Sugar and the Making of Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2004. p. 289-330.
- MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: NY: Penguin Books, 1985.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. Lavoura, Comércio e Administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- NÁTER, Laura. Colonial Tobacco: Key Commodity of the Spanish Empire, 1500-1800. In: TOPIK, Steven; Carlos Marichal; Zephyr, Frank. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006a. p. 93-117.
- NÁTER, Laura. Engranajes del imperio: el caso de los monopolios de tabaco en el siglo XVIII. In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago; ALVAREZ, Luis; MUÑOZ, Lina. *Tabaco e Historia Económica*. Estudios sobre Fiscalidad, consumo y Empresa. (Siglos XVII-XX). Madrid: Fundación Altadis, 2006b. p. 205-229.
- NORTON, Marcy. *Sacred Gifts, Profane Pleasures: A History of Tobacco and Chocolate in the Atlantic World*. New York: Cornell UP, 2008.
- NORTON, Marcy; STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. The Multi-national Commodification of Tobacco, 1492-1650: An Iberian Perspective. In: MANCALL, Peter (ed.). *The Atlantic World and Virginia, 1550-1624*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2007.
- PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998.
- PEREZ-GARCIA, Manuel; JIN, Lei, The economic “micro-cosmos” of Canton as a global entrepôt: Overseas trade, consumption and the Canton System from the Kangxi to Qianlong eras (1683–1795). *Atlantic Studies*, 2021. DOI: 10.1080/14788810.2021.1895037.
- PETTIGREW, William A. *Freedom's Debt: The Royal African Company and the Politics of the Atlantic Slave Trade, 1672-1752*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014.
- PINCUS, Steve, Rethinking Mercantilism: Political Economy, the British Empire, and the Atlantic World in the Seventeenth and Eighteenth Centuries. *The William and Mary Quarterly*, v. 69, n. 1, p. 3-34, jan. 2012.

- PING, Jin Guo; ZHILIANG, Wu (org.). “*Chapa do Hopu*” ao Nobre Senado sobre a entrega de tabaco, 1774. Macau: Fundação Macau, 2000. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=7971796>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- PING, Jin Guo; ZHILIANG, Wu (org.). *Correspondência oficial trocada entre as autoridades de Cantão e os procuradores do Senado, 1749-1847*. Macau: Fundação Macau, 2000. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4625281>. Acesso em: 19 mar. 2023
- PRICE, Jacob. The Tobacco Adventure to Russia: Enterprise, Politics, and Diplomacy in the Quest for a Northern Market for English Colonial Tobacco, 1676-1722. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, v. 51, n. 1, p. 1-120, 1961.
- PRICE, Jacob. *France and the Chesapeake: A History of the French Tobacco Monopoly, 1674-1791 and of its Relationship to the British and American Tobacco Trades*. Michigan: Ann Arbor, 1973.
- PRICE, Jacob. Tobacco use and tobacco taxation: a battle of interests in Early Modern Europe. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 165-184.
- QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.
- RAY, Arthur J. Indians as Consumers in the Eighteenth Century. In: JUDD, Carol M.; RAY, Arthur J. (ed.). *Old Trails and New Directions: Papers of the Third North American Fur Trade Conference*. Toronto: University of Toronto Press, 1980. p. 255-271.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. El descubrimiento y arraigo del tabaco (1492-1700). In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIRÔA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vincent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM, 2015. p. 29-40
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. *La Creación del Estanco del Tabaco en España*. Madrid: Fundación Altadis, 2002.

- ROMANIELLO, Mathew, Through the Filter of Tobacco: The Limits of Global Trade in the Early Modern World. *Comparative Studies in Society and History*, v. 49, n. 4, p. 914-937, 2007. doi:10.1017/S0010417507000801.
- RUDERMAN, Anne Elizabeth. *Supplying the Slave Trade*. How Europeans met African demand for European Manufactured products, Commodities and Re-exports, 1670-1790. 2016. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Yale, New Haven, 2016.
- SALVADO, João Paulo, Uma revolução de escala? O impacto do estanco no comércio de tabaco brasileiro (Lisboa, primeira metade do século XVIII). In: LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de; FIGUERÔA-REGO, João (org.). *El Tabaco y la Esclavitud en la Rearticulación Imperial Ibérica (s. XV-XX)*. Évora, PRT: CIDEHUS-Universidade de Évora, 2019. p. 1-22.
- SALVADO, João Paulo. O Tabaco do Brasil e a “Nação Espanhola” de Lisboa, c.1700-c.1740. *Millars. Espai i Història*, v. 49, n. 2, p. 41-71, 2020.
- SANZ ROZALÉN, Vicent, Tabaco, escravidão e campesinato na construção identitária cubana. In: LUXÁN, Santiago de; FIGUEIROA-REGO, João de; SANZ ROZALÉN, Vicent (org.). *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: CHAM; Universidade dos Açores, 2015.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang. *Tastes of Paradise: A Social History of Spices, Stimulants, and Intoxicant*. Nova Yorque: Pantheon, 1992.
- SCHWARTZ, S. O Brasil colonial, c. 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: FUNAG, 2004. (História da América Latina, 2). p. 339-402.
- SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHAMMAS, Carole. Changes in English and Anglo-American consumption from 1550 to 1800. In: BREWER, John; PORTER, Roy. *Consumption and the world of goods*. Londres; Nova Yorque: Routledge, 1994. p. 177-205.

- SILVA, Ana Paula Albuquerque. *Produção Fumageira: Fazendas e Lavradores no Recôncavo da Bahia, 1774-1830*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- SILVA JR., Carlos Francisco da. Enslaving Commodities: Tobacco, Gold, Cowry Trade, and Trans-Imperial Networks in the Bight of Benin (c. 1690s–c. 1790s). *African Economic History*, v. 49, n. 2, p. 1-31, 2021.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1776].
- SMITH, Woodruff D. From Coffeehouse to Parlour: The consumption of coffee, tea and sugar in northwestern Europe in the seventeenth and eighteenth centuries. In: GOODMAN, J.; LOVEJOY, P.; SHERATT, A. (org.). *Consuming Habits: Drugs in History and Anthropology*. Londres; Nova York: Routledge, 1995. p. 149-164.
- SMITH, Woodruff D. *Consumption and the Making of Respectability*. Londres: Routledge, 2002.
- SOLBES FERRI, Sergio. Abastecimiento y distribución de tabacos en el Marco del Estanco General Español (siglos XVII y XVIII). In: ÁLVAREZ, L. A.; MUÑOZ, L. G.; LUXAN, S. de; *Tabaco e Historia Económica*. Estudos sobre fiscalidade, consumo y empresa (siglos XVII-XX). Madrid: Fundación Altadis, 2006. p. 121-148.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil*. [1587]. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879.
- SOUZA, George Bryan. *The Survival of Empire*. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630-1754. Cambridge University Press, 2004.
- SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna: Quatro Séculos de História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- STOLS, Eddy. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World* (2004):

- 1450-1680. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004.
- STROBEL, Christoph. *The Global Atlantic, 1400 to 1900*. Nova York; London: Routledge, 2015.
- STUBBS, Jean. El Habano: The Global Luxury Smoke. In: CURRY-MACHADO, J. (ed.). *Global Histories, Imperial Commodities, Local Interactions*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013. p. 248-276.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Corrupio, 1987.
- VRIES, Jan de. Between purchasing power and the world of goods: understanding the household economy in early modern Europe. In: BREWER, J.; PORTER, R. (org.). *Consumption and the World of Goods*. Nova York: Routledge, 1993. p. 107-154.
- VRIES, Jan de. *The Industrious Revolution*. Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.
- WALSH, Lorena S. Slave Life, Slave Society, and Tobacco Production in the Tidewater Chesapeake, 1620-1820. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. *Cultivation and Culture*. Labor and the shaping of slave life in the Americas. Charlottesville and London: UP of Virginia, 1993, p. 170-199.
- WALSH, Lorena S. *Motives of Honor, Pleasure, and Profit: Plantation Management in the Colonial Chesapeake, 1607-1763*. Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History & Culture, 2010.
- WALVIN, James. *Slavery in small things: slavery and modern cultural habits*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 2017.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. (Trad.) Rio de Janeiro: Americana, 1975.
- WILSON, Charles. Mercantilism: Some Vicissitudes of an Idea. *Economic History Review*, 2nd Ser., v. X, Dec. 1957.

WIMMER, Linda. *African Producers, European Merchants, Indigenous Consumers: Brazilian Tobacco in the Canadian Fur Trade, 1550-1821*. (Ph.D. Thesis) University of Minnesota, Minneapolis, MN, 1996.

YERBURY, J. C. *The Subarctic Indians and the Fur Trade, 1680-1860*. Vancouver, Canada: University of British Columbia Press, 1986.

DUAS COLÔNIAS CAFEIRAS: ESCRAVIDÃO E MEIO-AMBIENTE NO SURINAME E EM SAINT-DOMINGUE, C.1750-1790¹

Rafael de Bivar Marquese

Malouet nas Guianas

A Guiana Francesa, localizada entre a desembocadura do Vale Amazônico português e a colônia holandesa do Suriname, representou, ao longo do século XVIII, um duro campo de provas para o colonialismo francês. Em realidade, a história desenhada pelos poderes imperiais europeus para a região fora desde o início marcada por diversos fracassos, a começar por Walter Raleigh e seu mirabolante projeto de emular o Império espanhol por meio da conquista e exploração do “El Dorado” que haveria nas Guianas.² Não menos fantasioso, porém muito mais trágico, foi o plano de colonização que os franceses colocaram em marcha na região do Kourou, na costa ao norte de Caiena, ao término da Guerra dos Sete Anos. Em 1763, as autoridades metropolitanas, buscando contrabalançar a perda do Canadá e, ao mesmo tempo, estimuladas diretamente por

1 Este texto, parte de um projeto mais amplo financiado pelo CNPq, foi publicado anteriormente em inglês em *Comparative Studies in Society and History*, vol. 64, n.3, 2022, pp.722-755.

2 PADGEN, Anthony. The Struggle for Legitimacy and the Image of Empire in the Atlantic to c. 1700. In: CANNY, Nicholas; LOUISM Roger (ed.). *The Origins of the Empire: British Overseas Enterprise to the Close of the Seventeenth Century*. New York: Oxford University Press, 1998. (The Oxford History of the British Empire, 1). p. 33-35; ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven, CT: Yale University Press, 2005. p. 24.

ilustrados notáveis como Turgot que argumentavam a respeito da viabilidade do trabalho de colonos brancos europeus em zonas tropicais, promoveram grande arregimentação de famílias na Alsácia e na Renânia. A escala do empreendimento foi vasta. Entre 1763 e 1764, cerca de 14.000 europeus partiram da França em direção a Kourou. Em poucos meses, todavia, dois terços deles estavam mortos, em razão de uma epidemia de febre tifoide (trazida em seus próprios navios), da fome generalizada e da má administração de todo o empreendimento.³

Os administradores ilustrados franceses logo voltariam à carga com a tentativa de aplicação de um plano do barão de Bessner, militar de origem alemã que participara ativamente no recrutamento dos colonos renanos e alsacianos. Desenhado em 1768, o novo projeto ao menos não chegou a implicar o brutal custo humano da aventura do Kourou. Bessner acreditava que, valendo-se dos jesuítas já presentes na colônia francesa, seria possível atrair para os novos empreendimentos coloniais os cerca de 100.000 índios dispersos pelo interior das Guianas e, com isso, recriar o modelo pretérito das missões do Paraguai. Bessner também previa o recrutamento, para a Guiana Francesa, das comunidades quilombolas do Suriname que, após 1762, haviam firmado tratados com as autoridades holandesas. Segundo ele, seria possível contar com até 20.000 ex-escravos da colônia vizinha para a consecução de seu plano de impulsionar a economia da Guiana Francesa com trabalho livre.⁴

No final de 1775, Victor-Pierre Malouet foi nomeado por Antoine-Gabriel de Sartine, secretário de Estado da Marinha, para servir como comissário daquela pasta na Guiana, com a função de verificar *in loco* a viabilidade do plano de Bessner, notadamente a parte relativa ao aproveitamento da mão de obra dos quilombolas do Suriname. Nascido na França, em 1740, Malouet se formou em direito pela Universidade de

3 ROTHSCCHILD, Emma. A Horrible Tragedy in the French Atlantic. *Past & Present*, n. 192, p. 67-108, 2006.

4 LOWENTHAL, David. Colonial Experiments in French Guiana, 1760-1800. *The Hispanic American Historical Review*, v. 32, n. 1, p.22-43, Feb. 1952; DUCHET, Michèle. *Antropología e historia en el siglo de las Luces*. Trad. esp. México: Siglo XXI, 1971. p. 117; GHACHEM, Malick W. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012. p. 145-146.

Paris. Entre 1767 e 1774, serviu à Marinha francesa na opulenta colônia de Saint-Domingue, onde, por via matrimonial, ingressou na próspera classe dos proprietários açucareiros.⁵ Malouet fazia parte do círculo de “administradores-filósofos” que vinham promovendo um amplo redesenho da administração colonial francesa após o fiasco da Guerra dos Sete Anos, ao qual pertencia o próprio Bessner. Daí a missão que lhe foi dada por Sartine.⁶ Poucos meses após chegar a Caiena, Malouet pôde visitar o Suriname, onde esteve por 36 dias. Lá, imediatamente constatou a total impraticabilidade do plano de Bessner. A começar pelo fato de todas as informações que circulavam na França na pena dos autores ilustrados – como a do Abade Raynal –, e que tanto haviam seduzido as autoridades metropolitanas, estarem muito longe da verdade. “*Tudo o que eu li sobre os negros-marrons do Suriname*”, escreveu, “*é absolutamente falso*”.⁷ Os 20.000 quilombolas que haviam feito o tratado de paz com os holandeses, na verdade, não passavam de 3.000; eles jamais demonstraram qualquer intenção de deixar as terras que tão duramente haviam conquistado; os Boni, ainda em guerra contra os holandeses, eram poucos, e sua transferência para a Guiana Francesa representaria sério risco às relações entre os dois impérios ultramarinos europeus.⁸

O que o Suriname tinha a oferecer à Guiana Francesa, segundo Malouet, era outra coisa. As condições geoecológicas das duas colônias, com dificuldades bem específicas para a agricultura de exportação, eram rigorosamente iguais. Desde

5 BOUSCAYROL, René. Origines et prime jeunesse de Victor Malouet. In: EHRARD, Jean; MORINEAU, Michel (ed.). *Malouet (1740-1814)*. Actes du Colloque des 30 novembre et 1er décembre 1989. Riom, FR: Association Riomoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989; PERRICHET, Marc. Malouet et les Bureaux de la Marine. In: EHRARD, Jean; MORINEAU, Michel (ed.). *Malouet (1740-1814)*. Actes du Colloque des 30 novembre et 1er décembre 1989. Riom, FR: Association Riomoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989.

6 DUCHET, 1971, op. cit., p. 118; TARRADE, Jean. *L'administration coloniale en France à la fin de l'Ancien Régime: Projets de Réforme*. Revue Historique, v. 87, n. 229, p. 103-122, 1963; TARRADE, Jean. Malouet et les Colonies: Legislation et Exclusif. In: EHRARD, Jean; MORINEAU, Michel Morineau (ed.). *Malouet (1740-1814)*: Actes du Colloque des 30 novembre et 1er décembre 1989. Riom: Association Riomoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989.

7 MALOUE, Victor-Pierre. *Collection de Mémoires et Correspondances Officielles sur l'Administration des Colonies*. Paris: Baudouin, 1802, 5 v. v. 2, p. 67.

8 MALOUE, 1802, op. cit., v. 3, p. 37.

1766, aliás, algumas autoridades francesas vinham pensando na possibilidade de replicar, em sua Guiana, o modelo de cultivo das terras baixas empregado no Suriname.⁹ Tal foi a perspectiva que informou a viagem de Malouet: deixar de lado o plano sem fundamento de Bessner e observar com cuidado os segredos da agricultura escravista do Suriname. Somente assim seria possível diminuir o hiato que separava, dentro do Império Francês, Saint-Domingue – a mais próspera colônia de *plantation* das Américas – da Guiana, “*uma colônia mal constituída, inútil, onerosa ao Estado [...], selvagem e miserável*”.¹⁰ Tanto é assim que, para ele,¹¹ o resultado mais positivo da viagem fora a contratação do engenheiro hidráulico suíço Jean Samuel Guisan. Com vasta experiência na construção e gestão de *plantations* no Suriname, Guisan acompanhou Malouet em sua volta à Guiana Francesa. Lá radicado, escreveu e publicou, em francês, um importante manual agrônômico no qual sintetizou todo o saber agrônômico escravista elaborado no Suriname.¹²

Malouet encontrara um Suriname conturbado entre os meses de agosto e setembro de 1777. Esse era o momento final de uma longa campanha contra os grupos quilombolas do leste da colônia – portanto, próximos da fronteira com a Guiana francesa – , a chamada Guerra Boni. Divergências políticas e pessoais sobre como conduzir tal conflito haviam antagonizado o governador da colônia, Jean Nepveu, ao coronel Fourgeoud, o comandante militar das operações contra os Boni. Os custos da guerra estavam igualmente se tornando proibitivos ao orçamento colonial.¹³ E este não foi o único problema econômico registrado por Malouet. Ele ficou particularmente assombrado ao notar o enorme peso das dívidas dos *planters* do Suriname com os mercadores e financistas metropolita-

9 TARRADE, Jean. *Le Commerce Colonial de la France a la Fin de L'Ancien Régime. L'évolution du régime de 'l'Exclusif' de 1763 à 1789*. Paris: PUF, 1972. 2 v. p. 334.

10 MALOUEU, 1802, op. cit., v. 2, p. 43, p. 368;

11 MALOUEU, 1802, op. cit., v. 2, p. 204-205

12 GUIBAN, Jean Samuel. *Traité sur les terres noyées de la Guyane*. 1788. Cayenne: Imprimerie du Roi, 1825.

13 DE GROOT. Silvia W. The Boni Maroon War, 1765-1793, Surinam and French Guyana. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 18, p. 30-48, jun. 1975; MALOUEU, 1802, op. cit., v. 3.

nos. Segundo seus cálculos, apenas 5% dos proprietários nada deviam aos capitalistas da Holanda; 25% deles deviam de um terço a um quarto do valor total de seus ativos; 37%, metade; o terço restante de proprietários, três quartos ou mais do valor total de ativos.¹⁴

Como conjugar essa avaliação sobre a má saúde financeira dos negócios escravistas no Suriname com o fato de a colônia ser tomada como um modelo para dinamizar a Guiana Francesa? Para Malouet, tratava-se de um problema conjuntural, pontual. Tanto era assim que ele não constatara, na paisagem das *plantations* dispostas ao longo dos rios, nenhum sinal visível de que a colônia estava em crise. Pelo contrário: Malouet registrou em vivas páginas toda sua admiração pela excelência das técnicas agrônômicas do Suriname, que haviam conquistado, para a agricultura de *plantation*, as inóspitas terras baixas e pantanosas da região, submetidas ao constante efeito de fortes marés. Como proprietário absenteísta de Saint-Domingue, ele tampouco deixou de anotar o contraste entre a facilidade que havia para o cultivo na principal colônia francesa e os enormes trabalhos de engenharia hidráulica necessários à produção agrícola no Suriname.¹⁵ Em suas palavras, “*um colono de Santo Domingo [...] enriquece-se em solo fértil sem ser obrigado a fazer nada além de capinar; mas os colonos do Suriname são forçados a renovar o milagre da criação; a dividir os elementos mesclados; a separar um solo argiloso da água que o mantém quase em solução; a erguer edifícios imensos sobre um pântano, e estabelecê-los sobre bases sólidas: enfim, enormes obras anteriores às da cultura propriamente dita*”.¹⁶ A comparação entre “*as terras do Suriname com aquelas de Saint-Domingue*” salientava ainda um importante contraste adicional. Se as terras açucareiras em Saint-Domingue eram mais produtivas, por outro lado o café rendia mais no Suriname, “*pois não empregamos senão as terras inferiores das*

14 MALOUE, 1802, op. cit., v. 3, p. 87.

15 Michèle Duchet (DUCHET, 1989, op. cit., p. 63) informa que, logo após seu casamento, quando adquiriu um engenho de açúcar como parte do dote, Malouet também comprou uma fazenda de café. Contudo, não conseguiu obter maiores detalhes sobre suas atividades como produtor de açúcar e de café em Saint-Domingue.

16 MALOUE, 1802, op. cit., v. 3, p. 93.

montanhas; os Holandeses, ao contrário, empregam as melhores terras".¹⁷ E, tanto no caso do açúcar como no do café surinameses, concluía Malouet, a erosão não constituía problema.

A crise da dívida vinha atingindo mais o setor cafeeiro, cujos senhores, empolgados pelos preços bons na década de 1760, haviam contraído grandes empréstimos na Holanda. A virada negativa nos preços do café em 1770, somada a gastos desnecessários (como a construção de casas de vivendas muito luxuosas), é que dera origem à crise. Se a questão das dívidas não fosse solucionada, avaliava Malouet, a prosperidade geral do Suriname correria sérios riscos, como bem o demonstrava o fato de o tráfico negreiro transatlântico estar praticamente interrompido em 1777. A saída para o problema, no entanto, era relativamente simples: bastaria o mercado cafeeiro mostrar sinais de recuperação. De fato, *"os capitalistas teriam de reduzir os juros sobre os adiantamentos que fizeram e, em vez de 6%, demandar apenas a metade. Mas não ousamos nos iludir com essa condescendência da parte deles: o aumento do preço do café é a forma mais segura de tirar o colono do constrangimento em que se meteu"*.¹⁸ O Suriname, portanto, permanecia como exemplo positivo a ser seguido na Guiana Francesa.

Café, escravidão e a economia-mundo capitalista

Malouet, porém, interpretou mal as imposições ambientais para a operação das duas colônias de café. O que ele considerava como a vantagem do Suriname – a complexa engenharia hidráulica que permitira transformar pântanos em terras férteis para a produção de café – em realidade matou sua competitividade frente à economia espacial da cafeicultura em Saint-Domingue. Ao mesmo tempo, as leituras de Malouet sobre a resistência escrava no Suriname desempenharam um papel importante na reorganização da política francesa para a questão da escravidão na década de 1780.

17 MALOUEY, 1802, op. cit., v. 3, p. 99-100.

18 MALOUEY, 1802, op. cit., v. 3, p. 135.

Apesar dos problemas na avaliação coeva de Malouet, a potencialidade do exercício comparativo que ele trouxe infelizmente não foi acompanhada pela historiografia do século XX. Uma breve observação sobre isso será suficiente para esclarecer meu ponto. O melhor estudo sobre o assunto ainda é o artigo de Michel-Rolph Trouillot, publicado há quase quarenta anos. Ao se engajar criticamente com o modelo de análise do sistema-mundo, com uma proposta bastante original sobre como examinar os condicionamentos recíprocos entre forças globais e respostas locais, Trouillot realizou uma análise estupenda, em muitos aspectos insuperável, da dinâmica da cafeicultura escravista em Saint-Domingue. Ao tratar do arranque produtivo da colônia francesa, mencionou o que estava se passando no Suriname, ao registrar o pioneirismo holandês no cultivo em larga escala do artigo, bem como o fato de aquela colônia ter encontrado “*uma série de problemas inesperados nas décadas de 1760 e 1770*”.¹⁹ As relações entre o que deu em Saint-Domingue e no Suriname, contudo, acabaram sendo deixadas de lado no enquadramento proposto por Trouillot. O mesmo comentário vale para o melhor estudo sobre o sistema de *plantation* do Suriname. Em seu excelente livro, que serve de base para minha análise da cafeicultura daquela colônia, Alex van Stipriaan efetuou diversas comparações pontuais entre o desempenho econômico e demográfico das várias possessões europeias nas Índias Ocidentais, dentre as quais o da cafeicultura no Suriname e em Saint-Domingue. Esse historiador, no entanto, limitou-se a salientar o contraste entre a crise que se abateu sobre a primeira e o rápido crescimento da segunda a partir da década de 1770, sem investigar se houve relação entre uma coisa e outra.²⁰ Em resumo: devido ao procedimento de isolar as unidades imperiais em análise, as historiografias que trataram de ambas as economias cafeeiras não foram capazes de apreender as forças históricas mais abrangentes

19 TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 5, n. 3, p. 331-388, Winter 1982.p. 342.

20 VAN STIPRIAAN, Alex. *Surinaams Contrast*. Roofbouw en overleven in een Caraïbische plantagekolonie, 1750-1863. Leiden, NLD: KITLV, 1993.p. 132-134.

que moldaram cada espaço por meio de suas relações mútuas dentro da economia mundial.

Para justificar a relevância do estudo comparado aqui proposto são necessárias algumas palavras sobre o projeto mais amplo ao qual se vincula este trabalho. Trata-se de um livro sobre a história global do café, que se organiza em torno da investigação de quatro complexos cafeeiros globais que se sobrepuseram temporalmente na longa duração: 1º) a economia montada pelo Império otomano na segunda metade do século XVI, articulando os produtores camponeses do Lêmen aos consumidores urbanos do Mediterrâneo oriental; 2º) a economia escravista construída pelos poderes metropolitanos europeus nas Índias Ocidentais a partir da segunda década do século XVIII, voltada ao abastecimento dos consumidores urbanos do noroeste da Europa; 3º) a economia escravista do Vale do Paraíba, no Império do Brasil, cujo deslanche se deu na segunda década do século XIX, secundada pela colônia holandesa de Java e pela colônia inglesa do Ceilão, todas as três articuladas aos consumidores proletarizados do Atlântico Norte; 4º) a nova economia de *plantation* do Oeste de São Paulo (novamente, no Brasil), fundada a partir das décadas finais do século XIX na mobilização em larga escala de trabalho imigrante europeu, seguida de longe pelos demais produtores da América Latina, ambas tendo no mercado norte-americano seu principal destino. Em cada um desses complexos cafeeiros globais, observam-se combinações específicas de terra, trabalho, capital e poder político.²¹ A hipótese do projeto é a de que a escravidão de *plantation* foi decisiva para a construção da economia global do café ao funcionar como a relação social básica que estruturou o segundo e o terceiro complexos cafeeiros, além de seus legados terem conformado de forma crucial o quarto.²²

Essa escravidão, contudo, não foi sempre a mesma, o que nos chama a atenção para a própria historicidade da *plantation*.

21 CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

22 Para uma exploração inicial sobre como os legados da escravidão modularam a economia cafeeira pós-escravista, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil*. Ensaios de História e Historiografia. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 165-208.

As combinações aparentemente paradoxais dessa forma de organização social e econômica de exploração dos trópicos – em especial a articulação com mercados capitalistas metropolitanos e o emprego de trabalho sob coerção (escravo, predominantemente) em larga escala em grandes propriedades rurais – levaram os cientistas sociais a debaterem, desde a primeira metade do século XX, se a *plantation* foi uma manifestação plena do mundo capitalista moderno, uma forma pré-capitalista associada ao latifúndio da Europa pré-moderna ou um produto específico da colonização do Novo Mundo. Da década de 1950 em diante, consolidaram-se *grosso modo* três vertentes de tratamento do assunto. A primeira, com base em distintos aportes teóricos, esforçou-se em construir um modelo tipológico abstraído feições geográficas e históricas particulares com o objetivo de identificar as características comuns (instituições, padrões culturais) a todas as *plantations*, independentemente de tempo, espaço e modalidades de trabalho; a segunda vertente procurou compreender o tema dentro da mecânica de funcionamento dos modos de produção, enquanto a terceira encarou a *plantation* – escravista ou não – como uma das formas de produção vigentes na periferia da moderna economia-mundo capitalista. Não obstante seus inegáveis méritos, cada qual dessas vertentes produziu versões parciais e estanques do fenômeno, não raro conduzindo a abstrações anistóricas.²³

Afastando-se dessas três vertentes, procurarei tratar a trajetória da *plantation* cafeeira como um processo histórico mediado pelas “*condições espaciais metahistóricas*” e pelos “*espaços históricos da organização humana*”.²⁴ Tal perspectiva permite a integração, em um campo analítico unificado, tanto de problemas como ecologia, terra, técnica e trabalho como de re-

23 Essa literatura, evidentemente, é vastíssima. Para bons exemplos a respeito dessas três abordagens, ver, respectivamente, MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric R. *Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas* [1957]. In: MINTZ, S. W. *O Poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed.UFPE, 2003; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 77-98 e WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York: Academic Press, 1974. p. 87-100.

24 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre História. Trad port. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 73-89.

lações e processos sociais. A *plantation* aparece, assim, como um conjunto de relações que operam em escalas temporais e espaciais diversas – da longa à curta duração, da arena da economia-mundo ao plano nacional, regional e local. Com tal enquadramento, torna-se possível reconstruir as condições concretas e específicas da agência dos sujeitos sociais e suas consequências. Espaço e tempo, afinal, são pressupostos de toda e qualquer ação humana. As relações sociais têm necessariamente expressão espacial, ao mesmo tempo em que os espaços constroem e possibilitam a agência humana. O enfoque proposto cuida dos processos ativos que conformaram os ambientes das *plantations* a partir de relações sociais historicamente determinadas e, reversivamente, dos meios pelos quais esses ambientes determinaram as relações sociais inscritas na exploração econômica das *plantations*.²⁵

A fazenda de café constitui a unidade de observação, mas não a unidade de análise da pesquisa. Noutras palavras, sigo a perspectiva do sistema-mundo para dar conta das articulações dos *loci* de produção cafeeira com os circuitos globais de circulação e consumo do artigo, examinando as múltiplas constelações de terra, trabalho, capital e poder político presentes na formação e transformação do mercado mundial do café como partes constituintes essenciais da economia-mundo capitalista.²⁶ Neste sentido, a categoria “fronteira da mercadoria”, proposta por Jason W. Moore,²⁷ revela-se crucial para

25 LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Engl. transl. Oxford: Blackwell, 1991. p. 68-168; MITCHELL, Don. *The Lie of the Land*. Migrant Workers and the California Landscape. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1996. p. 1-12; TOMICH, Dale W. et al. *Reconstructing the Landscapes of Slavery*. A Visual History of the Plantation in the Nineteenth Century Atlantic World. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2021.

26 HOPKINS, Terence K. The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations. In: HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel (eds.). *World-Systems Analysis*. Theory and Methodology. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1982. p. 9-38; TALBOT, John M. The Coffee Commodity Chain in the World-Economy: Arrighi's Systemic Cycles and Braudel's Layers of Analysis. *Journal of World-System Research*, v. XVIII, n. 1, p. 58-88, 2011.

27 MOORE, Jason. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*. v. XXIII, n. 3. p. 409-433, 2000; MOORE, Jason. Ecology, Capital, and the Nature of Our Times: Accumulation and Crisis in the Capitalist World-Ecology. *Journal of World-Systems Research*, v. 17, n. 1, p. 108-147, 2011.

apreender o problema da mobilidade espacial da cafeicultura. Com essa categoria, Moore apresenta um programa original de síntese da história econômica, da sociologia histórica e da história ambiental, que permite caracterizar o capitalismo como uma “*ecologia-mundo*”, na qual a produção da natureza e a produção do capital operam como dois lados da mesma moeda. A ênfase nas fronteiras da mercadoria (uma derivação do conceito de cadeia mercantil, crucial para se observar a divisão do trabalho e os circuitos de acumulação na arena da economia-mundo) lança luz sobre a tendência estrutural do capitalismo em degradar o meio ambiente, antes mesmo da Revolução Industrial. Ao investigar os meios pelos quais a produção e distribuição de mercadorias específicas – de produtos primários, em especial – estruturaram espaços geográficos às margens do sistema-mundo de tal modo a requerer expansão adicional, Moore explicita as conexões entre a transformação ecológica e o caráter expansivo do capital. A incorporação constante de novas fronteiras para as cadeias mercantis do capital foi, desde o século XVI, impulsionada por uma lógica de exploração máxima dos recursos naturais; neste sentido, o capitalismo como sistema histórico mundial desde o início se reproduziu pela produção constante de novas fronteiras da mercadoria e, portanto, de degradação ambiental.

Como isso pode ser útil ao estudo da cafeicultura na longa duração? As múltiplas fronteiras da mercadoria desse produto, todas elas envolvendo de uma forma ou de outra a compulsão do trabalho, ou a ela se relacionando via mercado mundial, permitem acompanhar não apenas a expansão do capital, mas, sobretudo, suas descontinuidades no tempo e no espaço. A contínua formação de novas fronteiras da mercadoria do café significou profundas transformações da terra e do trabalho em escala global. A sobre-exploração e a simplificação dos ecossistemas, implicando necessariamente a sobre-exploração e a degradação do trabalho, tiveram como consequência a tendência de queda constante da produtividade e da lucratividade dos empreendimentos cafeeiros. A mercantilização da terra e do trabalho na paisagem americana e asiática ditada pela lógica do capital envolveu, por conseguinte, a ex-

pansão contínua das fronteiras da mercadoria do café. É esse processo que pretendo examinar valendo-me da perspectiva metodológica do sistema-mundo e da teoria de tempos históricos plurais que a embasa (Marquese 2020: 15-70).²⁸

Neste artigo, concentro-me no segundo complexo cafeeiro global, o da economia escravista caribenha, no qual a colônia holandesa do Suriname e a colônia francesa de Saint-Domingue ocuparam papel central. Vejamos, de início, suas respectivas posições nas exportações cafeeiras globais na segunda metade do século XVIII.²⁹

Tabela 1: Estimativa das exportações mundiais de café (toneladas), 1755-1790.

| | Suriname | Saint-Domingue | World Total |
|--|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1755 | 3.175 11,75% | 3.150 11,66% | 27.000 100% |
| 1765 | 6.904 20,92% | 5.145 15,59% | 33.000 100% |
| 1771 | 7.160 | 9.819 | --- |
| 1772 | 6.946 | 13.716 | --- |
| 1773 | 7.350 | 15.531 | --- |
| 1774 | 6.716 | 17.945 | --- |
| 1775 | 10.116 19,45% | 18.952 36,44% | 52.000 100% |
| 1776-1780 (annual average in the five-year period) | 7.400 | 22.000 | --- |
| 1781-1785 (annual average in the five-year period) | 5.200 | 24.000 | --- |
| 1786-1790 (annual average in the five-year period) | 6.400 9,69% | 32.000 48,48% | 66.000 100% |

Sources: TROUILLOT, 1982, op. cit., p. 337 (Saint-Domingue, 1755); TARRADE, 1972, v.1, op. cit., p. 413 (Saint-Domingue, 1765, 1771-1775); TARRADE, 1972, v.2, p. 747 (Saint-Domingue, 1776-1790); Van Stipriaan, 1993, op. cit., p. 430-341 (Suriname, 1755-1790); SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p.411-462. (World Total).

28 MARQUESE, 2020, op. cit., p. 15-70.

29 Todas as estatísticas relativas ao produto anteriores ao final do século XIX são bastante imprecisas (TOPIK, Steven. *The World Coffee Market in the Eighteenth and Nineteenth Centuries, from Colonial to National Regimes*. London School of Economics/Working Papers of the Global Economic History Network, n. 04/04, May 2004). O que se apresenta na Tabela 1, portanto, deve ser tomado apenas como uma simples aproximação da ordem dos números.

Em meados do século XVIII, o principal produtor mundial era o Iêmen, no Mar Vermelho, com uma economia de base camponesa capaz de ofertar cerca de 12.000 toneladas /ano.³⁰ Em realidade, por quase duzentos anos (c.1550-1720) essa região, que inventou a produção comercial do café, teve o monopólio da oferta mundial do produto. Até meados do século XVII, seus compradores exclusivos estavam nos mercados urbanos do Império otomano, com suas exuberantes *coffeehouses*.³¹ Após essa data, por meio de uma cópia direta do modelo otomano, estabeleceu-se no noroeste europeu uma sólida cultura de cafés públicos.³² Em fins do século XVII, portanto, havia na Europa um mercado consumidor estabelecido, ainda que de escala relativamente modesta. O gargalo para seu crescimento residia na oferta, isto é, no monopólio iemenita. O que nos conduz ao problema dos preços nas praças mercantis do Iêmen nas duas primeiras décadas do século XVIII. Em meio à Guerra de Sucessão Espanhola (1703-1713), ingleses, franceses e holandeses haviam obtido autorização do imã do Iêmen para estabelecerem feitorias comerciais em Moka. Com a volta à paz, os preços pagos pelas companhias europeias explodiu, em razão da forte competição entre elas e, também, com os mercadores do Cairo que carregavam o produto para o Império Otomano. As transações em Moka, além do mais, só eram fechadas em prata. As disputas entre franceses, ingleses e holandeses elevaram em muito os preços em Mocha entre 1713 e 1725, mas os preços nas praças europeias (Londres, Amsterdã, Marselha) não acompanharam seu ritmo.³³

30 TUCHSCHERER, Michel. Coffee in the Red Sea Area from the Sixteenth to the Nineteenth Century. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 5-66.

31 HATTOX, Ralph S. *Coffee and Coffeehouses*. The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East. Seattle: University of Washington Press, 1985.

32 MCCABE, Ina Baghdiantz. *Orientalism in Early Modern France*. Eurasian Trade Exotism and the Ancien Regime. London: Berg, 2008; COWAN, Brian. *The Social Life of Coffee*. The Emergence of the British Coffeehouse. New Haven, CT: Yale University Press, 2005.

33 GENÇ, Mehmet. Contrôle et taxation du commerce du café dans l'Empire otoman, fin XVIIe – première moitié du XVIIIe siècle. In: TUCHSCHERER, Michel (ed.), *Le commerce du café avant l'ère des plantations coloniales*. Cairo: Institut

Tal foi o impulso decisivo para a construção do sistema de *plantation* cafeeiro holandês e francês, que se deu de forma relativamente rápida. Entre as décadas de 1720 e 1740, o arbusto do café foi aclimatado com sucesso em lugares tão diversos como as ilhas de Java e Bourbon (atual Reunião), no Oceano Índico, e no Suriname, na Martinica e em Saint-Domingue, nas Índias Ocidentais. Com exceção de Java, em todas elas adotou-se logo de saída, para a produção do artigo, o modelo das *plantations* escravistas, em uma ruptura de fundo com os padrões camponeses vigentes no Lêmen.³⁴ A transformação na estrutura da oferta se deu de forma relativamente rápida. Em apenas trinta anos, as zonas das *plantations* escravistas comandadas pelo capital mercantil europeu conseguiram, somadas, dominar mais da metade da produção mundial de café. Ao eclodir a Guerra dos Sete Anos (1755), Suriname e Saint-Domingue eram responsáveis, cada qual, por cerca de 10% da oferta mundial do artigo. Nos dez anos seguintes (1755-1765), as duas colônias das Índias Ocidentais avançaram no mercado, tornando-se responsáveis, juntas, por cerca de 35% daquela oferta. A partir deste momento, houve uma bifurcação decisiva: enquanto Suriname estacionou (o patamar de volume ofertado em 1765 permaneceu praticamente o mesmo até o começo da década de 1790), Saint-Domingue verificou um notável salto. Sua produção de café sextuplicou nos 25 anos que antecederam o início da revolução escrava, levando-a a dominar metade da oferta mundial do artigo. Como se pode ler na tabela, o momento de inflexão se deu no quinquênio que se seguiu a 1771, quando Saint-Domingue foi responsável, sozinha, por cerca de 60% no aumento da oferta global de café que ocorreu naqueles anos.

Essas trajetórias podem guardar alguma surpresa, notadamente se levarmos em conta as condições institucionais mais amplas em que se desenvolveram as economias escravistas de *plantation* nas Américas. Após a quebra do mono-

Français D'Archéologie Orientale, 2001. p.161-180. p. 171; GLAMANN, Kristof. *Dutch-Asiatic Trade, 1620-1740*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1958. p. 196; CHAUDHURI, Kirti. *The Trading World of Asia and the English East Indian Company, 1660-1760*. Cambridge, UK: CUP, 1978. p. 362-364.

34 TALBOT, 2011, op. cit.

pólio da W.I.C., em 1738, os colonos do Suriname dispunham de ampla oferta de africanos escravizados, saberes técnicos transmitido da metrópole que lhes permitia transformarem as zonas de maré das Guianas em terras extremamente férteis para os cultivos tropicais (os métodos de drenagem dos *pol- ders*), e acesso fácil à abundância de capitais metropolitanos. A criação, na década de 1750, do instrumento financeiro dos fundos *negotiate*, sobre o qual tratarei mais detidamente daqui a pouco, permitiu canalizar esses capitais para as atividades agroexportadoras coloniais, dentre as quais se sobressaiu a produção de café. De fato, entre 1750 e 1770, no pico do tráfico negreiro transatlântico para a colônia, os investimentos cafeeiros – expressos em termos de área cultivada e emprego de africanos escravizados – ultrapassaram os investimentos açucareiros.³⁵ Foi justamente essa opulência que atraiu a atenção das autoridades francesas da Guiana em meados da década de 1760, e que levou à viagem de inspeção de Victor-Pierre Malouet em 1777.

No entanto, a aposta dele, de que a recuperação dos preços do café permitiria uma rápida saída da crise econômica enfrentada pelos cafeicultores do Suriname, não demorou a se mostrar errada. Os preços do café na praça de Amsterdã começaram a se recuperar, em forte tendência de alta, exatamente a partir de 1777. A cafeicultura do Suriname, contudo, permaneceu estagnada, perdendo espaço justamente para Saint-Domingue. Com terra, trabalho e capital abundantes, por que a produção de café do Suriname estancou na década de 1770? Por que a de Saint-Domingue cresceu? Houve relação entre os

35 POSTMA, Johannes Menne. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990. p. 212; OOSTINDIE, Gert; VAN STIPRIAAN, Alex. Slavery and Slave Cultures in a Hydraulic Society. Suriname. In: Stephan Palmié (ed.). *Slave Cultures and the Cultures of Slavery*. Knoxville, TN: The University of Tennessee Press, 1995. p.78-99; VAN STIPRIAAN, 1993, op. cit.; HOONHOUT, Bram. *Subprime plantation mortgages in Suriname, Essequibo and Demerara, 1750-1800*. On manias, Ponzi processes and illegal trade in the Dutch *negotiatie* system. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em History of European Expansion and Globalisation) – Faculty of Humanities, Leiden University, Leiden, NLD, 2012; KLOOSTER, Wim; OOSTINDIE, Gert. *Realm Between Empires: The Second Dutch Atlantic, 1680-1815*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2018. p. 70.

dois processos? Quais as implicações dessa divergência para o conjunto das relações sociais escravistas nas duas colônias?

Suriname

“É uma vista encantadora, a de um belvedere no rio Comwisne”, escreveu Malouet, entusiasmado, em 1777. A suntuosidade das construções, as alamedas plantadas com árvores frutíferas paralelas aos canais construídos com o saber hidráulico avançado dos holandeses, a beleza vivaz das plantações de cana e café, o movimento perpétuo das chalupas pelo rio, as numerosas escravarias das várias *plantations*, tudo lhe lembrava “*as mais ricas paisagens da Europa*”.³⁶

Havia, contudo, um custo humano brutal para a produção desse mundo que tanto o encantou. A enorme quantidade de trabalho manual necessário para a construção dessa segunda natureza decorreu das condições geoecológicas específicas do Suriname, que imprimiram uma marca própria à exploração das *plantations* cafeeiras da região. O terreno das Guianas – de Caiena a Demerara – pode ser dividido, grosso modo, em duas grandes zonas, as terras altas e a planície costeira. Foi nesta última que, no período colonial, concentraram-se as atividades agrícolas de exportação, ao contrário do que fora o padrão indígena anterior. Tratava-se de uma faixa relativamente estreita de terra, com largura entre 30 e 100 km. Constituídas pelo efeito conjugado de depósitos fluviais e marítimos, as terras baixas formavam uma região pantanosa, com densa cobertura florestal, muito úmida e sujeita a fortes marés.³⁷ O sistema de parcelamento, concessão e privatização das terras adotado pelos poderes coloniais holandeses respondeu claramente às imposições do terreno, ao procurar garantir a todas as unidades rurais a serem formadas acesso aos cursos d’água para, simultaneamente, permitir a drenagem dos solos via construção de *polders* e dar-lhes acesso ao transporte fluvial.³⁸

36 MALOUIET, 1802, op. cit., v. 3, p. 97.

37 CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 15-17.

38 VAN STIRPRIAN, 1993, op. cit., p. 74-81.

Dai a forma alongada e retangular das *plantations*, todas perpendiculares aos rios e riachos e paralelas umas às outras. A organização espacial geral da colônia, bem como sua apreensão cognitiva por meio da representação cartográfica, podem ser observadas em diversos mapas contemporâneos, dentre os quais se destaca a **imagem 1.1**. Produzido no exato momento do arranque cafeeiro da colônia do Suriname (1758-1767), o mapa representa igualmente a abertura de uma nova fronteira mercantil a oeste (a rosa dos ventos encontra-se simetricamente invertida), a colônia de Berbice.

Imagem 1.1: Landkaart van de Volkplantingen Suriname en Berbice, 1758-1767, 32 x 38,5 cm, Universiteit van Amsterdam, The Memory of the Netherlands Database. <https://www.geheugenvannederland.nl/en/geheugen/view?coll=ngvn&identifier=SURIO1%3AKAARTENZL-104-03-34>



Cabe um exame mais detalhado das informações contidas no mapa. Na **imagem 1.2**, vemos a rede de *plantations* dispostas ao longo do rio Suriname (que corre no sentido sul-norte) e seus afluentes Para Kreek e Paulus; no sentido oeste/

sudoeste-leste, até o encontro com a foz do rio Suriname, o rio Kommewijne (o “*Comwisne*” de Malouet) com seus afluentes Kottika e Perika. A calha do rio Suriname foi a primeira zona a ser explorada para a agroexportação, com o estabelecimento de engenhos de açúcar a partir do final do século XVII.³⁹ As *plantations* do rio Kommewijne e afluentes foram abertas depois, a partir da década de 1740, e foi nelas que se concentrou o boom cafeeiro assinalado na **tabela 1**.⁴⁰

Imagem 1.2: A zona de plantation do Suriname



Fonte: Detalhe da imagem 1.1.

O mapa também sugere que, no que se refere à disposição no espaço, não havia distinções de fundo entre os engenhos de açúcar e as fazendas de café. De fato, ambas ocupavam as mesmas regiões, tendo que enfrentar os mesmos desafios am-

39 FATAH-BLACK, Karwan. *White Lies and Black Markets*. Evading Metropolitan Authority in Colonial Suriname, 1650-1800. Leiden, Países Baixos: Brill, 2015.

40 VAN STIRPRIAN, 1993, op. cit., p. 47-50.

bientais. Como bem assinalam Gert Oostindie e Alex van Stipriaan,⁴¹ toda atividade agroexportadora da colônia dependeu dos *polders*: “*sem essa tecnologia*” bem desenvolvida na metrópole, esclarecem, “*as condições naturais do Suriname não eram adequadas para a agricultura de plantation; de posse dela, as capacidades produtivas da colônia se tornavam invejáveis.*” Nesse ambiente específico, no entanto, as imposições da administração da paisagem sobre a administração do trabalho acabavam sendo brutais. É o que indica a descrição contida no manual agrônômico de Jean Samuel Guisan, o engenheiro hidráulico suíço que foi contratado por Malouet em 1777. A derrubada e queima da cobertura florestal era a primeira operação a feita, algo comum a todas as zonas de cultivo tropical. O problema vinha a seguir, com a necessidade de revolver uma quantidade enorme de terra para a construção dos diques de contenção à margem dos rios e riachos. Ao contrário do que ocorria na agricultura tropical de solo firme, todos os tocos e madeiras podres tinham que ser retirados do campo para evitar infiltrações ou rupturas, um risco real diante da força das marés (muitas *plantations* se encontravam abaixo do nível do mar) e das fortes chuvas sazonais. Depois, seguia-se com a abertura das fossas longitudinais e perpendiculares para a drenagem de todo o terreno; a divisão dos talhões regulares, onde se daria o plantio; a construção de caminhos elevados entre eles, para o transporte de insumos e colheitas; a construção de um sistema de comportas para controlar todo o fluxo de água.⁴² Alex van Stipriaan⁴³ dá uma ideia mais precisa da escala desses trabalhos ao descrever a rede de caminhos da *plantation* Nooyt Gedagt: montada em uma concessão obtida em 1748, ela ficou pronta dez anos depois, contando com um eixo central com 2,4 km, dois caminhos sobre os diques laterais com 1,7 e 2 km cada, e um total de 20 caminhos perpendiculares que, juntos, somavam 6 km de extensão.

Antes mesmo de os pés de café entrarem em produção plena (o que demorava cinco anos após o plantio das árvores), portanto, os escravos das *plantations* cafeeiras do Suriname

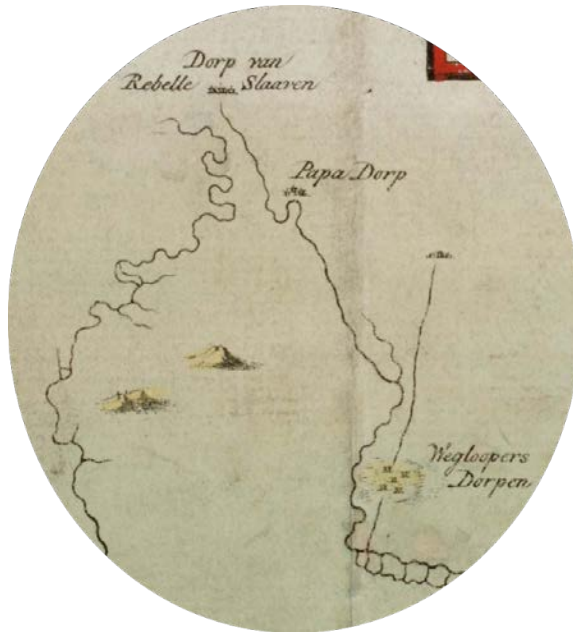
41 OOSTINDIE; VAN STIPRIAAN, 1995, op. cit., p. 80.

42 GUIBAN, 1825, op. cit., p. 22.35.

43 VAN STIRPRIAN, 1993, op. cit., p. 84.

eram compelidos a esforços duríssimos na construção de uma infraestrutura prévia para viabilizar as operações propriamente agrícolas. Foram essas exigências que deram o impulso para as fugas que levaram à constituição das comunidades quilombolas fora da zona das *plantations*. Isso se iniciou bem antes do *boom* cafeeiro, ou seja, quando da montagem dos engenhos de açúcar ao longo da calha do rio Suriname, ainda nas décadas finais do século XVII. Como bem documenta o antropólogo Richard Price⁴⁴ em seu trabalho sobre a visão histórica dos Saramakas (uma das duas comunidades quilombolas anotadas no detalhe do mapa – **imagem 1.3**), “o peso do trabalho de construção de canais é citado como o motivo específico para a fuga nas tradições de vários clãs Saramaka. [...] Essas histórias amplamente difundidas são testemunhas coletivas da percepção dos escravos de que essa forma particular de trabalho coletivo supervisionado – mover toneladas de argila encharcada com pás – foi a mais árdua das tarefas que eles foram obrigados a realizar.”

Imagem 1.3: Comunidades quilombolas do rio Saramaka



Fonte: Detalhe da imagem 1.1.

44 PRICE, Richard. *First-Time*. The Historical Vision of an Afro-American People. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1983. p. 48.

Depois de mais de meio século de uma guerra intermitente com os quilombolas, no começo da década de 1760 as autoridades coloniais holandesas se viram forçadas a estabelecer tratados de paz os Djuka, os Saramakas e os Matawai. Uma das razões para tanto foi a necessidade de estabilizar a segurança interna da sociedade escravista surinamesa, em um momento de grande fluxo de investimentos metropolitanos destinados à formação de novas fazendas cafeeiras na calha do rio Kommewijne. Inspirados pelo acordo que autoridades inglesas haviam firmado com os quilombolas da Jamaica em 1739, esses tratados do Suriname também previam a mobilização das comunidades pacificadas para a repressão de novos grupos quilombolas que porventura viessem a se formar.⁴⁵ O que não demorou a ocorrer. Em 1765, justamente a leste das novas fazendas de café do Kommewijne, portanto perto da fronteira com a Guiana Francesa, uma patrulha Djuka capturou quilombolas que estavam atacando fazendas daquela região (ver a anotação no mapa de 1767 – **imagem 1.4**). Esses foram os primeiros movimentos da séria guerra contra os Boni, um conjunto de grupos quilombolas formados a partir de fugas de propriedades da nova zona cafeeira.⁴⁶ Eram todos esses quilombolas, pacificados ou em guerra, que Bessner pretendia atrair para a Guiana Francesa no começo da década de 1770; foram os atos finais do conflito contra os Boni que Malouet pôde testemunhar em 1777.⁴⁷ E foi também esta a campanha que acabou imortalizada no relato clássico de Gabriel Stedman⁴⁸, com as gravuras tocantes de William Blake a ilustrá-lo e conferir-lhe um sentido antiescravista próprio.

45 FATAH-BLACK, op. cit.

46 DE GROOT, Silvia W. The Boni Maroon War, 1765-1793, Surinam and French Guyana. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 18, p. 30-48, jun. 1975.

47 HOOGBERGEN, Wim. *The Boni Maroon Wars in Suriname*. Leiden, Países Baixos: Brill, 1990. p. 105.

48 STEDMAN, Gabriel. *Narrative of a Five Years Expedition Against the Revolted Negroes of Surinam, in Guiana and the Wild Coast of South America, from the year 1772 to 1777*. London: J. Johnson, 1796. 2 v.

Imagem 1.4: Quilombolas do rio Marawini River (fronteira com a Guiana Francesa).



Fonte: Detalhe da imagem 1.1.

As imposições das condições ambientais, expressas nas demandas de construção de diques e canais, determinaram igualmente a escala da força de trabalho nas fazendas de café do Suriname. A pesquisa que tenho desenvolvido sobre a

cafeicultura escravista nos séculos XVIII e XIX está indicando uma grande variação na estrutura de posse escrava em lugares como Martinica, Jamaica, Cuba e Brasil, o que é de se esperar, sabendo-se que a produção de café é viável economicamente tanto em pequenas como em grandes propriedades rurais.⁴⁹ Ao contrário do que ocorreu nessas outras regiões escravistas das Américas, as unidades cafeeiras do Suriname pouco variaram em termos de área e mão de obra empregada. As exigências para a construção e manutenção de diques e canais implicavam o emprego de escravarias numerosas, relativamente invariantes em termos demográficos. Não havia, no Suriname, fazendas de café com menos de 50 escravos. Na década de 1770, suas *plantations* cafeeiras contavam em média com cerca de 158 escravos e 295 hectares cada, número que as aproximavam da escala humana dos engenhos de açúcar.⁵⁰

Tais características conferiram uma feição padronizada às *plantations* cafeeiras, o tema central dos mapas que representavam os passos da montagem de uma unidade ou seu layout quando em plena operação. Vejamos um exemplo disso no mapa da *plantation* Adrichem (**imagem 2**), localizada no canal de Matapica (entre o Kommewijne e o mar). Fundada em 1751, quando de sua cartografia, em 1775, ela contava com cerca de 500 acres (202 hectares) e 151 escravos.⁵¹ O que mais chama a atenção nessa representação cartográfica é a estrita geometrização do espaço, dada pela vasta rede de caminhos que dividiam os talhões e pela regularidade de suas dimensões. O complexo ecossistema anterior à privatização da terra havia sido brutalmente simplificado. O assombroso trabalho humano de transformação de uma região pantanosa tropical em uma *plantation* em plena operação é visualmente oblite-

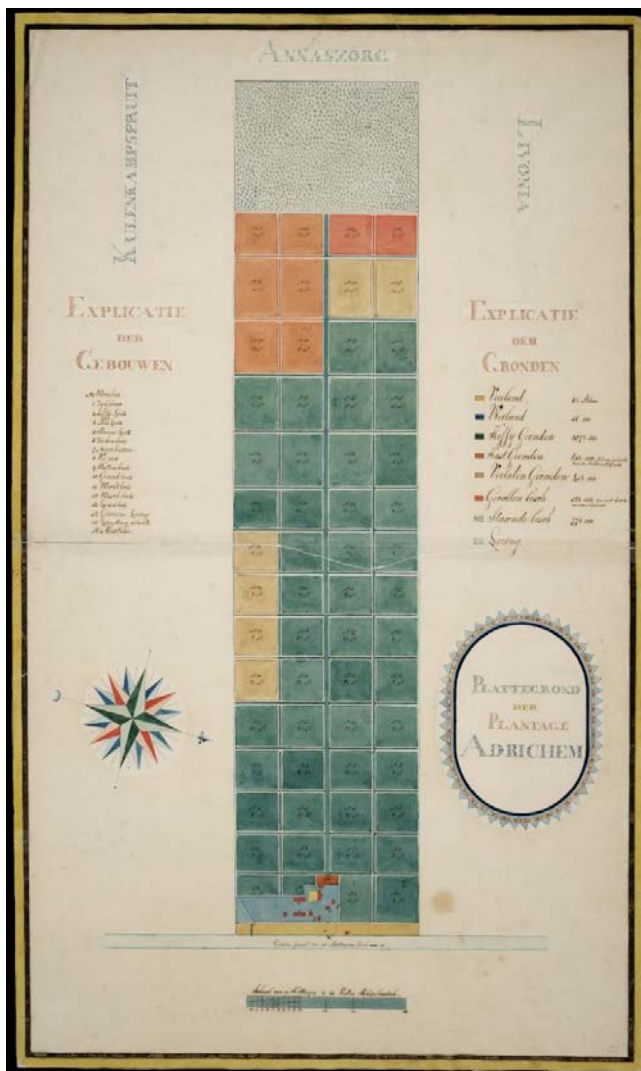
49 MARQUESE, Rafael de Bivar. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraiba en perspectiva comparada, 1750-1850. In: José Antonio Piqueras (ed.). *Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantación*. Madrid: Siglo XXI, 2009. p.215-252; HARDY, Marie. *Le monde du café à la Martinique du début du XVIIIe siècle aux années 1860*. 2014. 536 f. Tese (Doutorado em História) – Université des Antilles et de la Guyane, 2014.

50 VAN STIRPRIAN, 1993, op. cit., p. 104.

51 VAN DER VOORT, J. P. *De Westindische plantages van 1720 tot 1795*. Financiën en handel. Eindhoven, NLD: De Witte, 1973. p. 288; CRESPO SOLANA, Ana. *América desde otra frontera*. La Guyana Holandesa (Surinam), 1680-1795. Madrid: CSIC, 2006. p. 188.

rado pelo jogo de cores empregado, que serve para distinguir cafezais, roças escravas, terrenos já gastos, pastos e reserva de mata, mas também ajuda a transmutar valor mercantil em beleza. O espaço geométrico da *plantation* e de seu mapa, em resumo, constitui a própria essência do que é a exploração do trabalhador e da natureza.

Imagem 2: *Plattegrond der Plantage Adrichem, 1775, 94,5 x 58 cm, Universiteit van Amsterdam, The Memory of the Netherlands Database.*



Fonte: <https://www.geheugenvannederland.nl/en/geheugen/view?coll=ngvn&identifier=SURI01%3AKAARTENZL-101-12-14>.

O resultado final da modalidade de gestão da paisagem empregada nas *plantations* cafeeiras do Suriname pode ser observado, ainda, em uma belíssima aquarela a voo de pássaro sobre um par de unidades contíguas. A disposição das reservas de mata ao fundo da tela, com os canais das duas *plantations* a marcar o ponto de fuga da representação, afirma notavelmente o discurso da domesticação da natureza tropical pela força do capital mercantil europeu.

Imagem 3: *Gezicht op de koffieplantage Leeverpoel in Suriname*, s/d, 43 x 63 cm, (Rijksmuseum, Amst.).



Fonte: <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/RP-T-1959-119>.

O padrão modular de construção das *plantations* escravistas de café do Suriname foi reforçado, a partir de meados do século XVIII, por uma importante inovação financeira. A montagem do complexo açucareiro na virada do século XVII para o XVIII contara com o financiamento de mercadores privados das praças metropolitanas, que mantinham, pelo sistema de comissionamento, contas correntes abertas com os planters do Suriname. A partir da década de 1750, apareceu um sistema de crédito completamente novo, resultado do excesso de capitais na Holanda, da abertura de novas áreas

para a formação de *plantations* no Suriname e, em especial, da conjuntura de preços favoráveis ao café. No que consistia esse sistema? Um empresário estabelecia, na Holanda, “um plano de negócios” (“*Negotiatie*”), em realidade um fundo que previa pagamento de juros anuais fixos (5 a 6%) para quem nele investisse, na forma de títulos no valor de 1.000 florins cada. Constituído o fundo, o mercador-empresário que tomara a iniciativa se tornava seu diretor. Ele, então, punha esse capital à disposição de diferentes planters do Suriname, que ofereciam sua *plantation* como garantia. O adiantamento tinha feições de crédito hipotecário, mas, em realidade, “esses empréstimos *negotiatie* eram como títulos financeiros. Cada ano, uma quantia fixa de dinheiro deveria ser paga ao titular do título de *negotiatie*, independentemente dos lucros ou prejuízos da *plantation*”.⁵² Como medida de segurança para os investidores, apenas 5/8 do valor da propriedade (estipulada por um avaliador supostamente independente) poderia ser contratado para fins do empréstimo hipotecário. O planter, além de cobrir os juros anuais fixos e de negociar seu produto apenas com o diretor do fundo, deveria, após 10 anos de contratação do empréstimo original, iniciar a amortização da dívida, pagando anualmente 10% de seu montante, para que em 20 anos os portadores dos títulos recebessem de volta seu valor integral.⁵³

Na década que se seguiu à Guerra dos Sete Anos, foram instituídos para todo o Caribe holandês e também inglês (o capital holandês sempre foi ecumênico) 240 fundos *Negotiate*, dos quais metade voltados exclusivamente ao Suriname.⁵⁴ Foi esse enorme afluxo de capitais que permitiu a montagem de várias novas fazendas de café ao longo do rio Kommewijne, de seus afluentes e canais. A economia cafeeira deu um salto adiante: entre 1750 e 1775, o valor obtido com sua exportação

52 HOONHOUT, 2012, op. cit., p. 11.

53 VAN DER VOORT, 1973, op. cit., p. 91-100; VAN STIPRIAAN, Alex. Debunking Debts: Image and Reality of a Colonial Crisis: Suriname at the End of the 18th Century, *Itinerario*, v. 19, n. 1, p. 69-84, 1995.

54 VAN DER VOORT, 1973, op. cit., p. 100-110; CRESPO SOLANA, 2006, op. cit., p. 146.

foi três vezes superior ao que se obteve com o açúcar.⁵⁵ Nos anos 1770, cerca de 38.000 escravos estavam trabalhando nas fazendas de café do Suriname, contra 17.000 nos engenhos de açúcar.⁵⁶ O crédito fácil deu origem a um novo grupo de cafeicultores, sem experiência anterior, capitais ou conhecimento técnicos adequados, mas que se valiam do know-how de administradores e engenheiros já estabelecidos na colônia para rapidamente levantarem suas propriedades.⁵⁷ É nesse sentido que o sistema modular das *plantations* do Suriname reforçava o sistema *negotiate* e era por ele reforçado. Nos termos de Fernand Braudel: o terceiro nível da economia moderna, o das altas finanças capitalistas, passara a intervir diretamente no primeiro nível, o chamado “rés-do-chão” da produção de mantimentos.⁵⁸

No intervalo de poucos anos, muitas *plantations* cafeeiras tiveram seus ativos artificialmente reavaliados para cima para ampliar o fluxo de crédito. Sem grandes transformações de monta no que se refere à escala espacial e humana, elas passaram a valer, na primeira metade da década de 1770, quase duas vezes e meia a mais do que valiam vinte anos antes. O fluxo contínuo de crédito hipotecário, contudo, capitalizou em demasia as *plantations* cafeeiras recém-formadas,⁵⁹ antes mesmo que pudessem expressar seus rendimentos efetivos (lembramos, uma vez mais, que novos plantios de café demoram cinco anos para entrar em plena produção). As condições próprias do meio ambiente local não demoraram a mostrar seu outro lado. A técnica holandesa dos *polders* era primorosa, mas muito custosa: as demandas ambientais para a produção de café na região impunham pesados gastos iniciais com

55 SOUTY, F. J. L. Agriculture et système agricole au Suriname de la fin du XVII^e siècle à la fin u XVIII^e siècle. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, v. 49, n. 156, p.193-224, 1982. p. 212; DE VRIES, Jan; VAN DER WOUDE, Ad. *The First Modern Economy. Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. p. 473.

56 VAN STIPRIAAN, 1993, op. cit., p. 311.

57 VAN STIPRIAAN, 1993, op. cit.

58 BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Trad. port. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 v. v. 2; TALBOT, 2011, op. cit.

59 EMMER, P. C. Capitalism Mistaken? The Economic Decline of Surinam and the Plantation Loans, 1773-1850; A Rehabilitation. *Itinerario*, v. 20, n. 1. p. 11-18, 1996.

a construção de diques e canais e, posteriormente, com sua manutenção. Não por acaso, o fator de produção mais caro no Suriname era a terra, e não o trabalho (**Tabela 2**).

Tabela 2: Valores relativos dos fatores de produção em proporção ao capital total das fazendas de café do Suriname, 1750-1779

| | Average value of the plantations (in guilders) | Slaves | Hdraulic Installations (channels, dikes, pumps) | Land (coffee, slave plots, pasture, non-cultivated fields) | Remaining (buildings, machinery, animals etc) |
|-----------|--|--------|---|--|---|
| 1750-1759 | 98.859 | 32,7% | 11,7% | 42,7% | 12,9% |
| 1760-1769 | 175.760 | 32,2 | 13,9 | 43,2 | 10,7 |
| 1770-1779 | 288.938 | 29,5 | 16,5 | 44,9 | 9,1 |

Fonte: VAN STIPRIAAN, 1993, op. cit., p. 125, table 22.

Quando, entre 1775 e 1779, os empréstimos contrai-dos após a Guerra dos Sete Anos começaram a vencer, com a obrigação da amortização anual de 10% de seu valor, a crise se instalou. Foi exatamente nesse momento que Malouet visitou o Suriname. Para ele, o crédito fácil, ao estimular gastos suntuários desnecessários, tinha grande parcela de culpa, mas o problema real estava na queda dos preços do café verificada na década de 1770. Malouet, contudo, não se perguntou por que eles haviam caído. Seu prognóstico de 1777 também não se realizou: os preços do café voltaram a subir exatamente naquele ano, mas a crise da cafeicultura do Suriname tornou-se permanente. Devemos voltar nossas lentes agora para o outro lado de nossa história, a colônia francesa de Saint-Domingue, onde Malouet era proprietário escravista.

Saint-Domingue

A praça de Amsterdã passou a cotar o café da principal colônia francesa separadamente do café de Moka, Java e do Suriname em 1756. Ao entrarem no mercado cafeeiro global, os senhores de escravos de Saint-Domingue administraram

uma planta produtiva bem distinta do Suriname. A geografia econômica de Saint-Domingue foi marcada, durante o domínio francês, pela contraposição entre as planícies dominadas pelos engenhos de açúcar (como a grande planície ao norte, em torno do Cap Français; a região do Cul-de-Sac, com saída por Port-au-Prince; a planície menor de Les Cayes, ao sul) e os chamados *mornes*, isto é, os terrenos montanhosos no interior da colônia. A geomorfologia irregular dos *mornes*, somada à pluviosidade elevada e o clima mais temperado, fez com que suas terras fossem deixadas de lado pelos que investiram na atividade açucareira a partir do início do século XVIII. Na segunda metade do século XVIII, tornaram-se o reino do café.⁶⁰

Às vésperas da revolução escrava, a atividade cafeeira se concentrava em quatro zonas distintas de Saint-Domingue (**Imagem 4**). A região mais importante e a primeira a se desenvolver, com o maior volume de produção, estava no chamado *Massif du Nord*, correndo da fronteira com Santo Domingo espanhol até as ricas paróquias cafeeiras de Borgne, Plaisance e Port-Margot.⁶¹ O porto de saída dessa região estava no Cap-Français. A seguir, uma zona mais nova, formada a partir da década de 1770, com *plantations* maiores e mais capitalizadas, na *Chaîne des Matheux*, servida pelos portos de Saint-Marc e Port-au-Prince.⁶² Finalmente, na península sul da colônia, duas sub-regiões, articuladas respectivamente pelos portos locais de Jacmel e Jérémie. As unidades cafeeiras, aqui, eram menores em termos de terra e trabalho escravo e não raro combinavam o cultivo comercial de café com o de algodão e mantimentos.⁶³

60 TROUILLOT, 1982, op. cit.

61 O famoso manual de Pierre-Joseph Laborie, publicado em 1798, talvez seja a melhor expressão da força da economia cafeeira do Norte de Saint-Domingue.

62 O historiador francês Gabriel Debien escreveu duas notáveis monografias sobre a história de fazendas dessa região. Ver DEBIEN, Gabriel. *Études Antillaises*. XVIIIe siècle. Paris: Armand Collin, 1956 e DEBIEN, Gabriel. La Fortune et la famille d'un colon Poitevin. Une Cafèière a Saint-Domingue (1770-1803). *Bulletin de la Société historique et scientifique des Deux-Sèvres*, Premier Trimestre 1977.

63 Veja-se os dados em MOREAU DE SAINT-MÉRY. M. J.-E., *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. Philadelphie: Chez L'Auteur, 1798. 2 v. v. 2, p. 509; p. 774.

Imagem 4: Mapa topográfico do atual Haiti, com a localização aproximada (em vermelho) das áreas cafeeiras de Saint-Domingue em 1789.



Fonte: Wikipedia Commons.

Houve, portanto, um contraste explícito entre Suriname e Saint-Domingue na questão da terra. Na colônia holandesa, em razão da contiguidade espacial de engenhos e cafezais nas terras baixas e da técnica comum de preparação prévia do solo pelas obras hidráulicas, os preços relativos da terra em uma e outra atividade eram praticamente iguais. Ainda não há, para Saint-Domingue, um estudo quantitativo detalhado e finalizado sobre o assunto tal como o que Alex van Stipriaan (1993) realizou para o Suriname. Por essa razão, o que se apresenta aqui traz apenas uma primeira aproximação ao problema. De saída, registre-se o acerto da avaliação de Michel Rolph-Trouillot,⁶⁴ que apontou para o fato de as terras dos *mornes* serem bem mais baratas do que as das planícies açucareiras. Uma análise preliminar dos registros notariais das paróquias cafeeiras de Port-Margot, Plaisance e Borgne, Norte de Saint-Domingue, indica que, entre 1776 e 1791, os preços das terras

64 TROUILLOT, 1982, op. cit., p. 344-345.

virgens para o cultivo de café giravam entre 200 e 400 *livres* coloniais por *carreau* (a unidade de área empregada em Saint-Domingue, equivalente a 1.13 hectares); quando já em cultivo cafeeiro, esse valor subia para 500 a 700 *livres*. Em Dondon, a mais antiga e valiosa paróquia cafeeira do Norte, esses preços eram mais altos, com as terras em plena produção de café valendo até 2.000 *livres* na década de 1780. Naquele momento, quando praticamente não havia mais terras virgens nas planícies açucareiras do Norte, um *carreau* plantado em cana valia 4.500 *livres*.⁶⁵

Noutros termos, as diferenças nos valores relativos das terras de planície (açucareira) e montanha (cafeeira) tornaram os *mornes* mais acessíveis aos colonos com poucos recursos, como era o caso dos negros e mulatos livres desejosos de entrar nas fileiras dos plantadores escravistas. Para Trouillot⁶⁶ e Stewart R. King,⁶⁷ esses setores acabaram por dominar a cafeicultura de Saint-Domingue pré-Revolução. Não é isso contudo o que estou encontrando nas transações notariais do norte da colônia, um ponto aliás também salientado em outros estudos.⁶⁸ Não obstante a presença de negros e mulatos livres em múltiplas transações envolvendo a atividade cafeeira nas paróquias do norte (sobretudo na compra e venda de terras), os valores de seus negócios eram consideravelmente inferiores comparados aos que envolveram colonos brancos. Seja como for, tanto em um caso como em outro nota-se uma série

65 Baseio-me na série de duplas minutas dos notários coloniais depositadas nos Archives Nationales d'Outre-Mer (ANOM), Aix-en-Provence, France, série SDOM. Os livros que estou analisando são os de Port Margot e Plaisance/Borgne. Para os preços das terras em cana de açúcar, ver FONDS Le Gentil de Paroy, ANOM-Fonds Privées, 164/3.

66 TROUILLOT, 1982, op. cit.

67 KING, Stewart R. *Blue Coat or Powdered Wig. Free People of Color in Pre-Revolutionary Saint-Domingue*. Athens, GA: The University of Georgia Press, 2001. p. 214.

68 MANUEL, Keith Anthony. *Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789*. 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – University of Florida, Gainesville, FL, 2005; GEGGUS, David. Saint-Domingue on the Eve of the Haitian Revolution. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (ed.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009. p. 14; p. 20; GARRIGUS, John D. Saint-Domingue's Free People of Color and the Tools of Revolution. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (ed.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009. p. 50.

de estratégias para a montagem de fazendas de café empregadas por quem não dispunha de capitais vultosos. Salienta-se, em especial, a prática de formar pequenas ou médias sociedades cafeeiras envolvendo dois senhores que concordavam em compartilhar, por um determinado período (em geral, 9 anos) e sob a administração direta de um deles, seus escravos, terras e instalações produtivas, já à disposição ou a serem adquiridos.

Esses registros notariais cobrem apenas o período posterior a 1776, quando os poderes metropolitanos criaram a norma que determinava o envio, a Versalhes, de cópias (duplas minutas) das transações efetuadas em Saint-Domingue. Por sua vez, a valiosíssima documentação privada coletada e analisada pelo historiador Gabriel Debien ao longo de sua carreira, e que contempla grandes fazendas de café, cobre em linhas gerais o mesmo período das duplas minutas dos registros notariais, ou seja, de meados da década de 1770 em diante⁶⁹ Daí a inestimável importância do manual cafeeiro publicado em 1768 por M. Brevet,⁷⁰ secretário da Câmara de Agricultura de Port-au-Prince e *planter* em Mirabalais.⁷¹

69 DEBIEN, Gabriel. Le plan et les débuts d'une cafière à Saint-Domingue. La plantation La Merveillère aux Anses-à-Pitre (1789-1792). *Revue de la Société Haïtienne d'Histoire*, n. 51, p. 12-33, 1943; DEBIEN, Gabriel. A Saint-Domingue avec deux jeunes économes de plantation (1774-1788). *Revue de la Société d'Histoire et Géographie d'Haïti*, v. 16, n. 58, juil. 1945; DEBIEN, Gabriel. *Études Antillaises*. XVIIIe siècle. Paris: Armand Collin, 1956; DEBIEN, 1977, op. cit.; ver também ROUSSEL, Claude-Youenn. *Esclaves, café et belle-mère de Brest a Saint-Domingue*. L'amiral Le Dall de Tromelin. Une correspondance coloniale inédite, 1769-1851. Paris: Éditions S. P. M., 2015.

70 BREVET, M. *Essai sur la culture du café, avec l'histoire naturelle de cette plante*. Port-Au-Prince: Chez les Associés à l'Imprimerie Royale, 1768.

71 Aparentemente, o manual de Brevet até este momento não foi utilizado pela historiografia: ele não é citado por Gabriel Debien em DEBIEN, Gabriel. *Les esclaves aux Antilles Françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)*. Basse-Terre: Société d'Histoire de la Guadeloupe; Fort-de-France: Société d'Histoire de la Martinique, 1974, por Michel-Rolph Trouillot em TROUILLOT, 1982, op. cit., por Jacques de Cauna em CAUNA, Jacques de. Vestiges of the Built Landscape of Pre-Revolutionary Saint-Domingue. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (eds.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009 e por David Geggus em GEGGUS, David. Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. (ed.). *Cultivation and Culture*. Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas. Charlottesville, VA.: University Press of Virginia, 1993. p.73-98, os maiores especialistas na economia de *plantation* de Saint-Domingue.

Neste que provavelmente é o primeiro trabalho agrônômico exclusivamente dedicado ao café (ele antecede em três décadas o famoso tratado de P-J. Laborie),⁷² Brevet procurou sintetizar as práticas correntes no quarto de século que antecedeu à publicação de seu livro, portanto o período formativo da cafeeicultura em Saint-Domingue. O manual indica bem a cisão com as práticas do Suriname. O perfil de investimento que Brevet desenhou para a montagem de uma fazenda de café ideal contava com no máximo 20 escravos e cerca de 15.000 pés de café. A cafeeicultura de Saint-Domingue se caracterizou pela ausência de um padrão modular. Ao lado de propriedades como esta desenhada por Brevet, foram montadas nas décadas de 1770 e 1780 unidades que eram equivalentes à escala espacial das grandes *plantations* cafeeiras do Suriname. Os dados contemporâneos de Moreau de Saint-Méry, bem como o estudo de David Geggus (1993), mostram claramente a impossibilidade de se estabelecer o que seria a fazenda “típica” de Saint-Domingue, haja vista que existiam, lado a lado, *plantations* com até 300 escravos e unidades com menos de 5 escravos.

As áreas ocupadas por pequenas, médias e grandes propriedades eram as mesmas, ou seja, os *mornes*. Brevet explicou que, assim, a cafeeicultura de Saint-Domingue repetia a experiência pioneira do Iêmen de se cultivar o café apenas em montanhas. Porém, ao contrário do que se dava por lá, o cultivo não ocorria em terraços preparados em curva de nível: o custo em termos de tempo de trabalho escravo seria proibitivo. Inversões cautelosas, ano a ano, sem grande empate de capital na compra de terras e preparo dos terrenos: o maior investimento previsto seria justamente a compra daqueles poucos escravos. Mais importante, contudo, era o trato da paisagem, com o avanço constante, “administrado”, sobre os recursos florestais. O plantio de um novo cafezal nos *mornes* só dava certo em terrenos de mata virgem recém derrubada. Os pés deveriam ser alinhado da base ao topo do morro, o que ajudaria a controlar os escravos pela visualização deles e pelas facilidades de capina e colheita [*tant pour le coup-d’oeil, que*

72 LABORIE, P. J. *The Coffee Planter of Saint Domingo*. London: 1798.

pour la facilité des sarclaisons, & pour le cueillir".⁷³ A erosão, inevitável, implicaria uma vida útil de 20 a 25 anos para os campos de café, a serem posteriormente convertidos em pasto. As reservas de mata virgem constituíam, assim, o esteio da expansão futura da atividade.⁷⁴

Temos um excelente documento visual sobre esse padrão de administração da paisagem cafeeira: o mapa de uma fazenda de café localizada na paróquia de Jérémie, no sul de Saint-Domingue, composto em 1775 (**Imagem 5**). Com grandes dimensões, o mapa da propriedade é moldurado com ramos e grãos de café. Ainda que os nomes dos vizinhos (a “viúva Reverdy” a norte, sul e oeste, o “senhor Raoult” a leste) e os limites da propriedade sejam cuidadosamente assinalados, o que temos aqui, mais do que um mapa cadastral, é uma representação deliberada, com fatura luxuosa, da riqueza do dono e de todos os elementos que a compõem. Estão cuidadosamente assinalados, em ordem, as edificações (a casa de vivenda [1] voltada para a estrada de Maholière a Jérémie; a entrada da fazenda é separada da estrada por uma alameda; nas costas da casa de vivenda, o setor de processamento do café – tulhas [2], terreiros [3] e o carretão circular [4]; um pouco afastadas, as cinco senzalas dispostas em pátio [9]); na sequência, os pastos que circundam as edificações (13); o campo de café (10); os campos em mantimentos (11); as roças escravas (12); as reservas de mata (14).

Uma observação mais cuidadosa permite entender a topografia do terreno e a história da paisagem desta *plantation*. A estrada de Maholière a Jérémie, que corta a propriedade, corre na crista de uma colina. As edificações estão localizadas acima da estrada. Portanto, os cafezais ao norte e ao sul da estrada estavam plantados em uma encosta montanhosa, ou seja, em terreno inclinado, como era a prática em toda a colônia (outra prova dessa topografia está nas três ravinas ao

73 BREVET, 1768, op. cit., p. 22.

74 Esse padrão de administração da paisagem seria transformado pela cafeicultura oitocentista brasileira por meio de sua amplificação e massificação. MARQUESE, Rafael de Bivar. African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape: Nineteenth Century Brazil. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 31, n. 2, p. 196-216, Spring 2008.

sul, descendo morro, e outra ao norte, na parte mais baixa da fazenda). A sequência de transformação agrária, como descrita por Brevet,⁷⁵ envolvia a conversão de matas de derrubada em cafezais que, depois de 20 a 25 anos de produção, eram abandonados. É o que notamos no mapa: novos cafezais foram plantados em mata de derrubada morro acima; as cintas de mata virgem ao norte e, sobretudo, ao sul da propriedade constituíam uma reserva para futuros plantios. As roças escravas e de mantimentos ocupavam um lugar relativamente marginal, em uma zona quebrada pelas ravinas, na fronteira sudoeste da propriedade.

Imagem 5: *Plan Géométrique de l'habitation de Mr. Guillaume François Vallée, 1775.* John Carter Brown Library, 123 x 140 cm.



Fonte: (<https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~6414~115902724:Plan-g%C3%A9ometrique-de-l-habitation-de>).

75 BREVET, 1768, op. cit.

Para além do que consta do mapa, não há informações adicionais sobre o estado geral da propriedade em 1775. Um cálculo aproximado usando a escala oferecida pelo mapa nos dá cerca de 68 *carreaux* de área total; a cinta de mata ao norte continha ao menos 30 *carreaux*; aparentemente, um quarto da área da fazenda era plantado em café, o que significaria cerca de 60.000 pés (um *carreau* em geral continha 3.500 arbustos). Por sorte, há um inventário dela feito 16 anos depois, em junho de 1791, quando seu valor total foi estimado em 304.800 *livres tournois*. Dois meses antes da eclosão da grande revolta escrava no norte da colônia, essa *plantation* contava com 71 *carreaux*, 59 escravos (25 adultos, 14 adultas, 12 meninos, 8 meninas), 80.000 pés de café em produção e 12.000 pés plantados há apenas um ano. Vemos aqui o sistema agrário em contínuo movimento e o rápido esgotamento dos recursos florestais. Essas reservas diminuíram consideravelmente em 16 anos para manter a produção de café avançando: o inventário de 1791 contou com 50% a mais de arbustos do que haveria na fazenda em 1775, mas apenas 6 *carreaux* em terras virgens.⁷⁶

Para finalizar a comparação entre a planta produtiva do Suriname e a de Saint-Domingue, vamos examinar rapidamente os valores de um complexo de fazendas de café pertencentes a um senhor que era, também, produtor de açúcar. Guy le Gentil, marquês de Paroy em 1754, ganhara, nessa mesma época e por herança materna, dois engenhos de açúcar em Limonade, na planície norte de Saint-Domingue. A escala de operação desses engenhos aumentou consideravelmente nas duas décadas seguintes: em 1755, eles contavam com 253 escravos; em 1774, a força de trabalho deles havia subido para 398 escravos. Na última data, a riqueza de Paroy teve um salto adicional, novamente, por relações familiares. Em 1774, ele herdou de seu meio-irmão quatro fazendas de café (*La Grande Place du Moka, La Petite Place du Moka, Les Ecrévisses, Bellevue des Monts*) na paróquia de La Grande Rivière. Com valor total de cerca de 648.000 *livres tournois*, elas contavam, somadas, com 300 escravos, 549 *carreaux* de terras e 430.000 pés de café. As

76 O documento está depositado na Universidade da Florida: ver “ÉTAT Estimatif des biens du M. Vallée de la Frenaye”, 15 Juin 1791, Jérémy Papers, Folder 5-145.

dimensões espaciais e humanas dessas fazendas eram relativamente uniformes, contendo exatamente metade dos escravos e da área de uma fazendas de café de perfil médio do Suriname naquele mesmo momento. Os números da **Tabela 3**, lidos com os dados da **Tabela 2**, indicam uma inversão crucial: na cafeicultura de Saint-Domingue, a terra era barata, enquanto os escravos constituíam o fator de produção mais caro.

Tabela 3: Valores relativos dos fatores de produção em proporção ao capital total das fazendas de café pertencentes ao marquês de Paroy, Saint-Domingue, 1774.

| Average value | Slaves | Land (coffee, slave plots, pasture, non-cultivated fields) | Remaining (buildings, machinery, animals etc) |
|-----------------------------------|---------------|--|---|
| 162.060 <i>livres tournois</i> | 64.03% | 21.03% | 14.94% |

Fonte: Archives Nationales d’Outre-Mer, Aix-en-Provence, FP 164/3.

Uma comparação ainda mais pontual, entre a fazenda *La Grande Place du Moka* e a fazenda *Bleyenhoop*, cujas contas de 1773 foram examinadas cuidadosamente por van Stipriaan (1995), reforça tal achado.⁷⁷

Tabela 4: Preços da terra e do trabalho em plantations cafeeiras, 1773-1774.

| | La Grande Place du Moka, Saint-Domingue | Bleyenhoop, Suriname |
|--|---|----------------------|
| Land prices in coffee (ha in guilders) | 207 | 1.475 |
| Adult slave (guilders) | 643 | 611 |

Fonte: Tabelas 2 e 3.

Van Stipriaan⁷⁸ também estimou as médias de produção de café por escravo nas duas colônias em 1789-1790. Os números são notavelmente semelhantes, 230 kg por escravo em Saint-Domingue, 219kg no Suriname, o que não é de es-

⁷⁷ Para a conversão livres tournois – guilders, utilizei <http://www.historicalstatistics.org/>. A livre tornois colonial era cerca de 1/3 inferior à metropolitana, a que é empregada nesse conversor.

⁷⁸ VAN STIPRIAAN, 1993, op. cit., p. 133.

tranhar, sabendo-se que a produtividade dos cafeeiros, a proporção de pés alocados para cada escravo de roça e a tarefa de colheita diária eram muito próximas nas duas colônias.⁷⁹ Malouet se equivocara ao considerar que as terras cafeeiras do Suriname eram mais produtivas do que as de Saint-Domingue. Os custos relativos dos fatores de produção, articulados em torno de economias espaciais específicas, seriam determinantes para o desempenho geral da cafeicultura em cada uma dessas duas colônias.

A crise cafeeira de 1770 e seus distintos resultados

A diferença entre os custos relativos poderia ser irrelevante caso os mercados cafeeiros do Suriname e de Saint-Domingue não fossem integrados. O caso britânico esclarece o que estou afirmando: em razão das Leis de Navegação e da política tarifária criada do século XVII, seu mercado açucareiro tornou-se fechado aos competidores do continente, o que permitiu aos *planters* do Caribe britânico manterem a viabilidade de seus negócios ao longo do século XVIII mesmo com custos de produção mais elevados.⁸⁰ Não foi o que ocorreu com os mercados cafeeiros. Desde o início de sua formação na virada do século XVII para o XVIII, a cadeia mercantil da segunda economia global do café foi regida por uma competição relativamente livre, em torno do fornecimento do produto, entre as diferentes regiões produtoras europeias. Isso se deveu em grande parte ao fato de os consumidores estarem nos centros urbanos do norte da Europa. Em termos de consumo per capita, o maior mercado era exatamente o holandês, que não por acaso era, desde o século XVI, a economia mais urbanizada da Europa.⁸¹ A produção cafeeira colonial holandesa, contudo, mostrou-se incapaz de satisfazer integralmente a deman-

79 GUI SAN, Jean Samuel, *Traité sur les terres noyées de la Guyane. 1788*. Cayenne: Imprimerie du Roi, 1825. p. 130-131; BREVET, 1768, op. cit., p. 54.

80 RYDEN, David Beck. *West Indian Slavery and British Abolition, 1783-1807*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

81 DE VRIES, Jan. *The Industrious Revolution. Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650 to the Present*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. p. 152-161; DE VRIES, Jan; VAN DER WOUDE, 1995, op. cit., p. 57-71.

da metropolitana. No período que estamos tratando, o café do Suriname tinha apenas metade da participação no mercado consumidor da Holanda; o restante tinha que ser importado de outras zonas coloniais.⁸² Além disso, Amsterdã era uma das portas de entrada do café ultramarino para os mercados crescentes do Báltico e dos Estados Germânicos, Hamburgo sendo a outra.⁸³

Antes do século XIX, o mercado consumidor francês para produtos coloniais foi relativamente restrito e, por essa razão, desde o início da colonização ultramarina a França teve que contar com a reexportação de seus artigos tropicais. Bordeaux, secularmente articulada aos portos do norte da Europa em razão das exportações de vinho, tornou-se, no começo do século XVIII, o grande entreposto do produto colonial francês, secundada a uma boa distância por outros portos atlânticos como La Rochelle, Nantes, Brest, Saint-Malo e Le Havre.⁸⁴ Não foi outro o destino do café colonial: nas décadas de 1770 e 1780, nada menos do que 85% do café produzido no Caribe francês foi reexportado para o norte da Europa.⁸⁵ Os principais mercados estavam na Alemanha e no Báltico, e os principais centros distribuidores do produto reembarcado em Bordeaux eram justamente Hamburgo e Amsterdã.⁸⁶

A livre competição cafeeira na praça de Amsterdã foi fatal para a cafeicultura do Suriname. O salto de Saint-Domingue após 1763, ao rebaixar os preços do café nas praças consumidoras europeias, alterou as condições de operação de suas rivais, algo que se expressa nitidamente pelas curvas dos preços. Com efeito, como se pode ler no **Gráfico 1**, que traz a histórica série de preços de Amsterdã elaborada por Nicolaas

82 VAN DER VOORT, 1973, op. cit., p. 90; VAN STIRPRIAAN, 1993, op. cit., p. 25; KLOOSTER; OOSTINDIE, 2018, op. cit., Table 16, p. 94.

83 COMBRINK, Tamira. Slave-based coffee in the eighteenth century and the role of the Dutch in global commodity chains. *Slavery & Abolition*, v. 42, n. 1, p. 15-42, 2021.

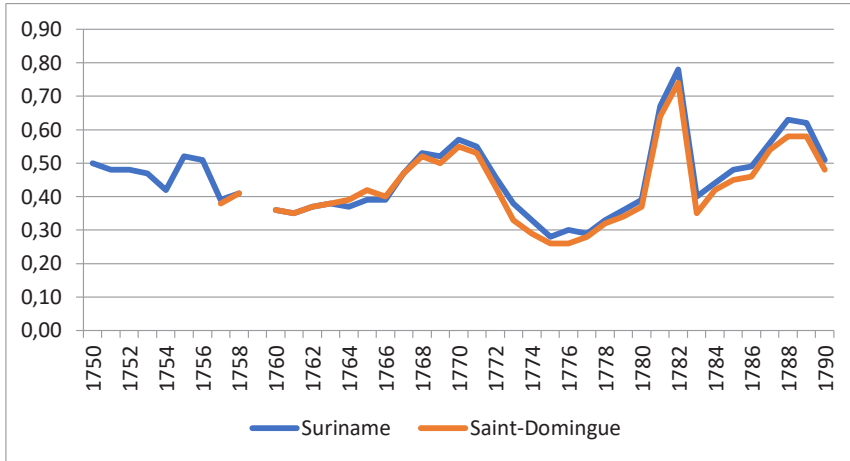
84 BUTEL, Paul. *Les négociants bordelais, l'Europe et les îles au XVIIIe siècle*. Paris: Aubier, 1974. p. 15-23.

85 TARRADE, 1972, op. cit., p. 753.

86 CARMAGNANI, Marcelo. *Las islas del lujo: productos exóticos, nuevos consumos y cultura económica europea, 1650-1800*. México, DF: El Colegio de México, 2012. p. 191; BUTEL, 1974, p. 47-49.

Posthumus,⁸⁷ a queda acentuada do valor do produto do Suriname e de Saint-Domingue verificada nas praças europeias entre 1770 e 1776 foi resultado direto da sobre-oferta da segunda região.

Gráfico 1: Preços anuais do café em Amsterdã, classificação Suriname / Saint-Domingue, 1750-1790, guilders em libra-peso.



Fonte: Nicolaas Posthumus, op. cit., p. 75-79.

Os senhores de escravos do Suriname, mesmo contando com trabalhadores escravizados relativamente mais baratos, tiveram que operar em condições ambientais que, na onda de investimentos especulativos das décadas de 1760 e 1770 propiciada pelos fundos *negotiate*, acabaram por sobrecapitalizar suas empresas,⁸⁸ notadamente no que se refere às inversões na terra.⁸⁹ Em razão do arranque das exportações de Saint-Domingue e da queda nos preços mundiais que ele acarretou, a expansão da cafeicultura escravista do Suriname travou após 1775. Malouet, em 1777, notou a relação entre a baixa dos preços e as altas dívidas, mas não relacionou a primeira variável ao que estava se passando na colônia onde ele próprio tinha seus investimentos. E por que Saint-Domingue não foi afetada pela queda de preços decorrente de sua sobreoferta? A respos-

87 POSTHUMUS, N. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1946. v.1, p. 75-79.

88 EMMER, 1996, op. cit., p. 16.

89 VAN STIRPRIAAN, 1995, op. cit., p. 77.

ta se encontra no caráter de sua economia espacial. Fundada nas condições geoecológicas próprias da colônia, a planta produtiva “flexível” de Saint-Domingue é o que explica em grande parte a trajetória de sua cafeeicultura: os cafeeicultores franceses foram capazes de aumentar de forma constante a oferta por meio da incorporação de mais terras (relativamente bem mais baratas) e de mais escravos (que custavam praticamente o mesmo que no Suriname).

O manual de Brevet fornece uma boa chave para entendermos como os cafeeicultores de Saint-Domingue enfrentaram a baixa nos preços por eles causada entre 1770 e 1777. Para estimar os retornos e as possibilidades de ampliação da atividade cafeeira, Brevet desenhou três cenários para a equação preço dos escravos / preço do café, supondo uma quantidade fixa de produção per capita. Primeiro cenário: se o produto fosse vendido em Saint-Domingue a 5 *sous* a libra, o prejuízo seria certo, impossibilitando o fazendeiro de honrar seus compromissos com seus credores locais. Segundo cenário: se os preços girassem em torno de 10 *sous*, seria possível ao produtor suportar a conjuntura aumentando modestamente seus investimentos, “*mas somente com grande economia, e pressupondo que não haja quaisquer acidentes*”. Terceiro: com o café a 15 *sous*, o fazendeiro poderia facilmente “*aumentar suas forças pela compra de escravos*”.⁹⁰ A série de preços nas praças de Saint-Domingue nos dez anos que se seguiram à publicação do manual de Brevet indica que em momento algum chegou-se próximo à situação desenhada no primeiro – e mais crítico – cenário (**Tabela 5**).

90 BREVET, 1768, op. cit., p. 55.

Tabela 5: preços do café em Saint-Domingue, 1768-1777.

| Ano | Preço em sous por libra-peso |
|------|------------------------------|
| 1768 | 19/20 |
| 1769 | 20/21 |
| 1770 | 22/23 |
| 1771 | 20/21 |
| 1772 | 16/17 |
| 1773 | 12/13 |
| 1774 | 10/11 |
| 1775 | 10/11 |
| 1776 | 9/10 |
| 1777 | 12/13 |

Fonte: Les Affiches Américaines

Sem a flexibilidade dada pela economia espacial de Saint-Domingue, pesadamente endividados com os fundos *negotiate*, os cafeicultores do Suriname se viram incapazes de enfrentar a queda dos preços nos mercados europeus produzida pela colônia rival. Como o gráfico 1 demonstra, a recuperação começou exatamente em 1777 e, ao contrário do que previra Malouet, a cafeicultura do Suriname ficou estagnada para sempre.⁹¹ A estagnação no volume tráfico transatlântico de escravos que ele observou naquele ano se agravou na década seguinte. De fato, o pico do tráfico para o Suriname ocorreu no ápice da febre cafeeira, na segunda metade da década de 1760, quando desembarcaram na colônia 26,741 africanos escravizados. Entre 1771-1775 esse número diminuiu para 22,676, porém nada comparável ao que veio a seguir, quando explodiu a bolha especulativa dos fundos *negotiate*: 10,827

91 Em suas memórias escritas para seus filhos em 1797, Guisan não deixou de reconhecer a relação direta entre os dois processos: “No final de 1772, constatou-se que as culturas de São Domingos haviam sido impulsionadas a tal grau de aprimoramento que esta espetacular e famosa colônia fornecia então toda a Europa com uma quantidade tão prodigiosa de produtos coloniais que seus preços caíram em todos os lugares. Isso trouxe um golpe fatal para o Suriname, onde grande parte dos plantadores ficou arruinada e sem recursos [...] o café não valia a pena, de modo que em muitas plantações eles não se deram mais ao trabalho de colhê-lo das árvores”. GUISAN, Jean Samuel. *Le Vaudois des Terres Noyées. Ingénieur a la Guiane Française 1777-1791*. Matoury: Guyane, 2012. p. 124.

desembarques entre 1776-1780, 7,305 entre 1781-1785, 5,694 entre 1786-1790 (www.slavevoyages.org). O colapso do tráfico transatlântico certamente contribuiu para a sedimentação espacial definitiva das comunidades quilombolas no interior do território, colocadas ao abrigo de uma economia escravista que perdera dinamismo e, com isso, a capacidade para expandir indefinidamente a linha de fronteira das *plantations*. Mesmo com os Boni foi possível chegar a uma situação de equilíbrio. Após buscarem refúgio em terras da Guiana Francesa, eles pouco atacaram as *plantations* do Suriname; em 1791, finalmente assinaram um tratado de paz no qual se colocaram sob a tutela da comunidade Djuka.⁹²

Malouet e a gênese da Revolução de Saint-Domingue

Devemos retornar agora ao encargo oficial que levou Malouet ao Suriname e como sua atuação após essa visita se relacionou à crescente tensão das relações escravistas em Saint-Domingue. Desde meados do século XVIII uma parcela importante da ilustração francesa – letrados e homens de estado – vinha discutindo com alguma intensidade o problema da escravidão negra no mundo colonial. Um dos temas que se fez mais presente nessa literatura foi a questão da resistência escrava e o que ela revelava sobre o papel negativo da escravidão em um mundo a ser regulado pelos direitos naturais.⁹³ Em linhas gerais, esse foi o quadro de referência tanto do projeto de colonização do Kourou como dos planos do barão de Bessner para recrutar quilombolas do Suriname para desenvolver com trabalho livre a Guiana Francesa. A leitura do plano de Bessner informou o letrado Jean-Joseph de Pechmejá, um dos muitos colaboradores da empreitada coletiva da *Histoire des Deux Indes* assinada pelo abade Raynal; na edição de 1770 dessa obra, foi Pechmejá quem escreveu as passagens

92 DE GROOT, 1975, op. cit., p. 46-47; HOOGBERGEN, 1990, op. cit., p. 162.

93 DUCHET, 1971, op. cit., p. 121-168; EHRARD, Jean. *Lumières et Esclavage. L'Esclavage colonial et l'opinion publique en France au XVIIIe siècle*. Paris: André Versaille, 2008; DOBIE, Madeleine. *Trading Places. Colonization and Slavery in Eighteenth-Century French Culture*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010. p. 199-251.

críticas relativas à escravidão nas Américas, incorporando, como prescrição, a proposta de mobilização dos quilombolas do Suriname.⁹⁴ A edição seguinte da *Histoire*, de 1774, subiu bastante esse tom crítico, ao combinar referências diretas à resistência escrava na Jamaica, no Suriname e também em Saint-Domingue (o caso Makandal, de 1757) ao prognóstico – retirado da pena do escritor utópico Sebastián Mercier – de que a ausência de reforma da escravidão negra conduziria os poderes coloniais europeus de volta ao mundo clássico, porém com resultados distintos: “*Onde está ele, esse novo Esp  rtaco, para o qual não haverá um Crasso?*”⁹⁵

A visita de Malouet ao Suriname foi informada por esse prognóstico. L  , ele pôde verificar a seriedade da guerra contra os Boni, os esforços de Nepveu para construir uma linha defensiva sólida a leste da colônia e, acima de tudo, a total inviabilidade do plano de Bessner difundido nas edi  es de 1770 e 1774 da *Histoire des Deux Indes*. Bessner e Raynal/Pechmejá, na opinião de Malouet, eram letrados de gabinete que pouca no  o tinham das realidades concretas das rela  es escravistas coloniais. Porém, se contar com quilombolas para colonizar a Guiana Francesa era um despropósito, a experiência escravista do Suriname explicitava os riscos que a escravidão corria no Império francês. Em um relatório sobre os quilombolas do Suriname enviado ao governo francês em agosto de 1777, Malouet⁹⁶ avaliou que “*os senhores que abusam em todas as colônias europeias do direito terrível do mais forte são os verdadeiros autores das desordens interiores; e os Governos que toleram esses abusos, que recusam toda prote  o ao escravo por um respeito injusto pela propriedade do senhores, comprometem verdadeiramente a propriedade e a segurança dos colonos*”. Certamente Malouet não estava prestando aten  o somente aos eventos no Suriname, mas igualmente ao que estava ocorrendo no próprio lugar onde ele tinha seus investimentos. A atividade quilombola era end  mica em

94 THOMSON, Ann. Colonialism, Race and Slavery in Raynal's *Histoire des Deux Indes*. *Global Intellectual History*, v. 2, n. 3, p. 251-267, 2017. p. 260.

95 RAYNAL, 1774 apud THOMSON, 2017, op. cit., p. 265.

96 MALOUEU, 1802, v. 2, op. cit., p. 61.

Saint-Domingue, especialmente em suas terras altas.⁹⁷ Se não houve nada em Saint-Domingue similar à escala das comunidades quilombolas do Suriname, e se, na colônia francesa, a expansão cafeeira estava reduzindo consideravelmente os espaços nas montanhas para as fugas escravas,⁹⁸ mesmo assim as experiências de Malouet em ambas as colônias estavam lhe mostrando o chão comum dos perigos que a resistência escrava trazia para a ordem colonial.

Ou seja, fazia-se necessária uma postura mais ativa dos poderes públicos metropolitanos para garantir os próprios interesses privados dos senhores de escravos coloniais. A conclusão de Malouet, expressa já anteriormente em textos que compusera em 1775 quando de sua experiência como membro da Marinha francesa estacionado em Saint-Domingue, era a de que o Estado deveria se intrometer no administração privada dos escravos para frear “*o despotismo doméstico e seus excessos*”. Malouet vinculava de forma direta o sobretrabalho e os castigos excessivos, sem a contrapartida da doutrinação religiosa dos escravos, às fugas e rebeliões escravas. Como deixou claro em carta privada escrita também em 1777, “*se não suavizarmos a condição do escravo, [...], como resultado, nossas colônias experimentarão as mesmas revoluções que o Suriname*”.⁹⁹

A resposta do Estado francês a essas e outras demandas semelhantes veio na década seguinte, com as *Ordonnances* de dezembro de 1784 e dezembro de 1785. Voltadas sobretudo à joia do Império – a colônia de Saint-Domingue –, essas novas normas legais estipulavam regras sobre a gestão das *plantations* pertencentes a proprietários absenteístas (como era o próprio Malouet) e abriam canais para os escravos reclamarem ao poder público (neste caso, um tribunal eleito localmente pelos próprios senhores) de maus-tratos sofridos. As *Ordonnances* reiteravam ainda como norma as disposições

97 FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti. The Saint-Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990. p. 46-75.

98 GEGGUS, David. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana: Indiana University Press, 2002. p. 74.

99 DEBIEN, Gabriel; KRAAL, Johanna Felhoen. *Esclaves et plantations de Surinam vus par Malouet, 1777. Overdruk uit de West-Indische Gids*, v. 36, n. 1, p. 53-60, 1955. p. 56; GHACHEM, 2012, op. cit., p. 150-154.

do *Code Noir* acerca das vestimentas e alimentação, garantiam folga do trabalho nos sábados à tarde, obrigavam a cessão de roças próprias aos escravos, sancionavam o livre acesso deles aos mercados dominicais e limitavam o poder desmedido dos senhores de punir os escravos. Tais documentos, contudo, encontraram fortíssima resistência dos proprietários coloniais. Os senhores de escravos de Saint-Domingue entenderam que essas medidas legais representavam a demolição do princípio da soberania doméstica, isto é, de que a determinação do trabalho e da disciplina escravas eram atribuição exclusiva de seus donos. Diante da nova política do Estado francês, os senhores elaboraram outra doutrina para justificar o domínio irrestrito sobre seus escravos. A escravidão seria por natureza despótica, argumentaram publicamente após 1785; sendo assim, toda e qualquer tentativa de interferência externa no governo doméstico dos escravos solaparia as bases da instituição ao impedir o comando efetivo do senhor sobre seus trabalhadores.¹⁰⁰

Essas disputas entre Estado e senhores, por um lado, e senhores e escravos, por outro, fizeram parte da crescente politização do tema da escravidão em Saint-Domingue nos anos que antecederam à eclosão da Revolução Francesa. Os escravos, em particular, realizaram uma leitura própria desses embates de 1784-1785, passando a ver, no rei, um aliado contra seus donos, o que muito ajuda a explicar suas fidelidades realistas quando da rebelião escrava do norte entre 1791 e 1793.¹⁰¹ Em resumo, a experiência – tal como Reinhart Koselleck a conceitua – dos quilombolas do Suriname deu uma contribuição importante para a formação da cultura antiescravista francesa, bem como estimulou respostas divergentes

100 MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 120-121; DEBBASH, Yvan. Au Coeur du “Gouvernement des Esclaves”: la souveraineté domestique aux Antilles Françaises (XVIIe-XVIIIe siècles). *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, v. 52, n. 266, p. 31-54, 1985. p. 43-46; TARRADE, Jean. L’esclavage est-il réformable? Les projets des administrateurs coloniaux à la fin de l’Ancien Régime. In: Marcel Dorigny (ed.). *Les Abolitions de l’Esclavage*. De L. F. Sonthonax à V. Schoelcher. Vincennes: P. U. de Vincennes; Éditions Unesco, 1995. p.133-152; GHACHEM, 2012, op. cit., p. 155-164.

101 DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge, UK: Belknap Press, 2004. p. 36-59.

dentro do campo pró-escravista ao qual pertencia Malouet. Enquanto os desembarques de africanos escravizados verificavam notável queda no Suriname, resultado de uma crise da cafeicultura nesta colônia, atenuando as tensões entre senhores e escravos, o *boom* da cafeicultura em Saint-Domingue (a variável central da crise da cafeicultura no Suriname) foi peça crucial no aumento dos desembarques de africanos escravizados na segunda metade da década de 1780– e, portanto, na introdução dos mesmos atores que, com sua ação revolucionária que logo buscaria inspiração ideológica no antiescravismo da Ilustração, derrubariam o colonialismo e a escravidão na antiga “pérola das Antilhas”.

Este artigo propôs uma comparação substantiva entre a economia cafeeira do Suriname e a de Saint-Domingue. Em vez de tomar as combinações específicas de terra, trabalho, capital e poder político como um conjunto independente e determinado apenas localmente, como faria uma comparação formal, tentei examinar como as trajetórias cafeeiras de Suriname e Saint-Domingue foram mutuamente formativas por meio das relações dinâmicas e específicas que cada espaço manteve com o sistema mundial. Devido às articulações particulares de cada região com a constelação mais ampla das forças históricas do capital e do colonialismo europeus, o que estava acontecendo na colônia holandesa mudava as condições gerais do que estava acontecendo na colônia francesa – e vice-versa. De fato, se por um lado o sucesso da economia cafeeira de Saint-Domingue foi decisivo para a crise da economia cafeeira no Suriname, por outro a experiência de resistência escrava na colônia holandesa deve ser inscrita no feixe das tensões que conduziram Saint-Domingue à explosão revolucionária de 1791.

Referências

BOUSCAYROL, René. Origines et prime jeunesse de Victor Malouet. In: EHRARD, Jean; MORINEAU, Michel (ed.). *Malouet (1740-1814)*. Actes du Colloque des 30 novembre et 1er décembre 1989. Riom, FR: Association Riomoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989.

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. Trad. port. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 v.
- BREVET, M. *Essai sur la culture du café, avec l'histoire naturelle de cette plante*. Port-Au-Prince: Chez les Associés à l'Imprimerie Royale, 1768.
- BUTEL, Paul. *Les négociants bordelais, l'Europe et les îles au XVIIIe siècle*. Paris: Aubier, 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CARMAGNANI, Marcelo. *Las islas del lujo : productos exóticos, nuevos consumos y cultura económica europea, 1650-1800*. México, DF: El Colegio de México, 2012.
- CAUNA, Jacques de. Vestiges of the Built Landscape of Pre-Revolutionary Saint-Domingue. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (eds.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009.
- CHAUDHURI, Kirti. *The Trading World of Asia and the English East Indian Company, 1660-1760*. Cambridge, UK: CUP, 1978.
- CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- COMBRINK, Tamira. Slave-based coffee in the eighteenth century and the role of the Dutch in global commodity chains. *Slavery & Abolition*, v. 42, n. 1, p. 15-42, 2021.
- COWAN, Brian. *The Social Life of Coffee. The Emergence of the British Coffeehouse*. New Haven, CT: Yale University Press, 2005.
- CRESPO SOLANA, Ana. *América desde otra frontera. La Guyana Holandesa (Surinam), 1680-1795*. Madrid: CSIC, 2006.
- DEBBASH, Yvan. Au Coeur du "Gouvernement des Esclaves": la souveraineté domestique aux Antilles Françaises (XVIIe-XVIIIe siècles). *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, v. 52, n. 266, p. 31-54, 1985.

- DEBIEN, Gabriel. Le plan et les débuts d'une caféière à Saint-Domingue. La plantation La Merveillère aux Anses-à-Pitre (1789-1792). *Revue de la Société Haïtienne d'Histoire*, n. 51, p.12-33, 1943.
- DEBIEN, Gabriel. A Saint-Domingue avec deux jeunes économes de plantation (1774-1788). *Revue de la Société d'Histoire et Géographie d'Haïti*, v. 16, n. 58, juil. 1945.
- DEBIEN, Gabriel. *Études Antillaises*. XVIIIe siècle. Paris: Armand Collin, 1956.
- DEBIEN, Gabriel. *Les esclaves aux Antilles Françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)*. Basse-Terre: Société d'Histoire de la Guadeloupe; Fort-de-France: Société d'Histoire de la Martinique, 1974.
- DEBIEN, Gabriel. La Fortune et la famille d'un colon Poitevin. Une Caféière a Saint-Domingue (1770-1803). *Bulletin de la Société historique et scientifique des Deux-Sèvres*, Premier Trimestre 1977.
- DEBIEN, Gabriel; KRAAL, Johanna Felhoen. Esclaves et plantations de Surinam vus par Malouet, 1777. *Overdruk uit de West-Indische Gids*, v. 36, n. 1, p. 53-60, 1955.
- DE GROOT, Silvia W. The Boni Maroon War, 1765-1793, Surinam and French Guyana. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 18, p. 30-48, jun. 1975.
- DE GROOT, Silvia W. A comparison between the history of Maroon communities in Surinam and Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 6, n. 3, p. 173-184, 1985.
- DE VRIES, Jan. *The Industrious Revolution*. Consumer Behaviour and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.
- DE VRIES, Jan; VAN DER WOUDE, Ad. *The First Modern Economy*. Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- DOBIE, Madeleine. *Trading Places. Colonization and Slavery in Eighteenth-Century French Culture*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010.

- DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge, UK: Belknap Press, 2004.
- DUCHET, Michèle. *Antropología e historia en el siglo de las Luces*. Trad. esp. México: Siglo XXI, 1971.
- EHRARD, Jean. *Lumières et Esclavage. L'Esclavage colonial et l'opinion publique en France au XVIIIe siècle*. Paris: André Versaille, 2008.
- ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven, CT: Yale University Press, 2005.
- EMMER, P. C. Capitalism Mistaken? The Economic Decline of Surinam and the Plantation Loans, 1773-1850; A Rehabilitation. *Itinerario*, v. 20, n. 1. p. 11-18, 1996.
- ÉTAT Estimatif des biens du M. Vallée de la Frenaye, 15 Juin 1791, Jeremy Papers, Florida University, Folder 5-145.
- FATAH-BLACK, Karwan. *White Lies and Black Markets. Evading Metropolitan Authority in Colonial Suriname, 1650-1800*. Leiden, Payses Baixos: Brill, 2015.
- FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti. The Saint-Domingue Revolution from Below*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990.
- FONDS Le Gentil de Paroy, ANOM, Aix-en-Provence, FP 164/3.
- GARRIGUS, John D. Saint-Domingue's Free People of Color and the Tools of Revolution. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (ed.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009.
- GEGGUS, David. Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. (ed.). *Cultivation and Culture. Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*. Charlottesville, VA.: University Press of Virginia, 1993. p.73-98.
- GEGGUS, David. *Haitian Revolutionary Studies*. Indiana: Indiana University Press, 2002.
- GEGGUS, David. Saint-Domingue on the Eve of the Haitian Revolution. In: GEGGUS, David P.; FIERING, N. (ed.). *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2009.

- GENÇ, Mehmet. Contrôle et taxation du commerce du café dans l'Empire ottoman, fin XVIIe – première moitié du XVIIIe siècle. In: TUCHSCHERER, Michel (ed.), *Le commerce du café avant l'ère des plantations coloniales*. Cairo: Institut Français D'Archéologie Orientale, 2001. p.161-180.
- GHACHEM, Malick W. *The Old Regime and the Haitian Revolution*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.
- GLAMANN, Kristof. *Dutch-Asiatic Trade, 1620-1740*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1958.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUISAN, Jean Samuel, *Traité sur les terres noyées de la Guyane*. 1788. Cayenne: Imprimerie du Roi, 1825.
- GUISAN, Jean Samuel. *Le Vaudois des Terres Noyées. Ingenieur a la Guiane Française 1777-1791*. Matoury: Guyane, 2012.
- HARDY, Marie. *Le monde du café à la Martinique du début du XVIIIe siècle aux années 1860*. 2014. 536 f. Tese (Doutorado em História) – Université des Antilles et de la Guyane, 2014.
- HATTOX, Ralph S. *Coffee and Coffeeshouses. The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East*. Seattle: University of Washington Press, 1985.
- HOOGBERGEN, Wim. *The Boni Maroon Wars in Suriname*. Leiden, Países Baixos: Brill, 1990.
- HOONHOUT, Bram. *Subprime plantation mortgages in Suriname, Essequibo and Demerara, 1750-1800*. On manias, Ponzi processes and illegal trade in the Dutch *negotiatie* system. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em History of European Expansion and Globalisation) – Faculty of Humanities, Leiden University, Leiden, NLD, 2012.
- HOPKINS, Terence K. The Study of the Capitalist World-Economy: Some Introductory Considerations. In: HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel (eds.). *World-Systems Analysis. Theory and Methodology*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1982. p. 9-38.
- KING, Stewart R. *Blue Coat or Powdered Wig*. Free People of Color in Pre-Revolutionary Saint-Domingue. Athens, GA: The University of Georgia Press, 2001.

- KLOOSTER, Wim; OOSTINDIE, Gert. *Realm Between Empires: The Second Dutch Atlantic, 1680-1815*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos sobre História. Trad port. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LABORIE, P. J. *The Coffee Planter of Saint Domingo*. London: 1798.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Engl. transl. Oxford: Blackwell, 1991.
- LOWENTHAL, David. Colonial Experiments in French Guiana, 1760-1800. *The Hispanic American Historical Review*, v. 32, n. 1, p.22-43, Feb. 1952.
- MALOUET, Victor-Pierre. *Collection de Mémoires et Correspondances Officielles sur l'Administration des Colonies*. Paris: Baudouin, 1802, 5 v.
- MANUEL, Keith Anthony. *Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789*. 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – University of Florida, Gainesville, FL, 2005.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. African Diaspora, Slavery, and the Paraíba Valley Coffee Plantation Landscape: Nineteenth Century Brazil. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 31, n. 2, p. 196-216, Spring 2008.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Espacio y poder en la caficultura esclavista de las Américas: el Valle del Paraíba en perspectiva comparada, 1750-1850. In: José Antonio Piqueras (ed.). *Trabajo libre y trabajo coactivo en sociedades de plantación*. Madrid: Siglo XXI, 2009. p. 215-252.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil*. Ensaios de História e Historiografia. São Paulo: Intermeios, 2020.
- MCCABE, Ina Baghdiantz. *Orientalism in Early Modern France*. Eurasian Trade Exotism and the Ancien Regime. London: Berg, 2008.

- MINTZ, Sidney W.; WOLF, Eric R. Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas [1957]. In: MINTZ, S. W. *O Poder Amargo do Açúcar*. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed.UFPE, 2003.
- MITCHELL, Don. *The Lie of the Land*. Migrant Workers and the California Landscape. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1996.
- MOORE, Jason. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy: Commodity Frontiers, Ecological Transformation, and Industrialization. *Review. A Journal of the Fernand Braudel Center*. v. XXIII, n. 3. p. 409-433, 2000.
- MOORE, Jason. Ecology, Capital, and the Nature of Our Times: Accumulation and Crisis in the Capitalist World-Ecology. *Journal of World-Systems Research*, v. 17, n. 1, p. 108-147, 2011.
- MOREAU DE SAINT-MÉRY. M. J.-E., *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Française de L'Isle de Saint-Domingue*. Philadelphie: Chez L'Auteur, 1798, 2 v.
- OOSTINDIE, Gert; VAN STIPRIAAN, Alex. Slavery and Slave Cultures in a Hydraulic Society. Suriname. In: Stephan Palmié (ed.). *Slave Cultures and the Cultures of Slavery*. Knoxville, TN: The University of Tennessee Press, 1995. p.78-99.
- PADGEN, Anthony. *Señores de todo el mundo: Ideologías del imperio en España, Inglaterra y Francia (en los siglos XVI, XVII y XVIII)*. Trad. esp. Barcelona: Península, 1997.
- PADGEN, Anthony. The Struggle for Legitimacy and the Image of Empire in the Atlantic to c. 1700. In: CANNY, Nicholas; LOUISM Roger (ed.). *The Origins of the Empire: British Overseas Enterprise to the Close of the Seventeenth Century*. New York: Oxford University Press, 1998. (The Oxford History of the British Empire, 1).
- PERRICHET, Marc. Malouet et les Bureaux de la Marine. In: EHRARD, Jean; MORINEAU, Michel (ed.). *Malouet (1740-1814)*. Actes du Colloque des 30 novembre et 1er dé-

- cembre 1989. Riom, FR: Association Riomoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989.
- POSTHUMUS, N. *Inquiry into the History of Prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1946.
- POSTMA, Johannes Menne. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.
- PRICE, Richard. *First-Time*. The Historical Vision of an Afro-American People. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1983.
- ROTHSCHILD, Emma. A Horrible Tragedy in the French Atlantic. *Past & Present*, n. 192, p. 67-108, 2006.
- ROUSSEL, Claude-Youenn. *Esclaves, café et belle-mère de Brest à Saint-Domingue*. L'amiral Le Dall de Tromelin. Une correspondance coloniale inédite, 1769-1851. Paris: Éditions S. P. M., 2015.
- RYDEN, David Beck. *West Indian Slavery and British Abolition, 1783-1807*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.
- SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical Statistics of Coffee Production and Trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 411-462.
- SOUTY, F. J. L. Agriculture et système agricole au Suriname de la fin du XVIIe siècle à la fin u XVIIIe siècle. *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, v. 49, n. 156, p.193-224, 1982.
- STEDMAN, Gabriel. *Narrative of a Five Years Expedition Against the Revolted Negroes of Surinam, in Guiana and the Wild Coast of South America, from the year 1772 to 1777*. London: J. Johnson, 1796. 2 v.
- TALBOT, John M. The Coffee Commodity Chain in the World-Economy: Arrighi's Systemic Cycles and Braudel's Layers of Analysis. *Journal of World-System Research*, v. XVIII, n. 1, p. 58-88, 2011.
- TARRADE, Jean. L'administration coloniale en France à la fin de l'Ancien Régime: Projets de Réforme. *Revue Historique*, v. 87, n. 229, p. 103-122, 1963.

- TARRADE, Jean. *Le Commerce Colonial de la France a la Fin de L'Ancien Régime*. L'évolution du régime de 'l'Exclusif' de 1763 à 1789. Paris: PUF, 1972. 2 v.
- TARRADE, Jean. L'esclavage est-il réformable? Les projets des administrateurs coloniaux à la fin de l'Ancien Régime. In: Marcel Dorigny (ed.). *Les Abolitions de l'Esclavage*. De L. F. Sonthonax à V. Schoelcher. Vincennes: P. U. de Vincennes; Éditions Unesco, 1995. p.133-152.
- TARRADE, Jean. Malouet et les Colonies: Legislation et Exclusif. In: EHRARD, Jean; MORINEAU Michel Morineau (ed.). *Malouet (1740-1814): Actes du Colloque des 30 novembre et 1er décembre 1989*. Riom: Association Riommoise du Bicentenaire de la Révolution Française, 1989.
- THOMSON, Ann. Colonialism, Race and Slavery in Raynal's *Histoire des Deux Indes*. *Global Intellectual History*, v. 2, n. 3, p. 251-267, 2017.
- TOMICH, Dale W. *et al. Reconstructing the Landscapes of Slavery*. A Visual History of the Plantation in the Nineteenth Century Atlantic World. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2021.
- TOPIK, Steven. *The World Coffee Market in the Eighteenth and Nineteenth Centuries, from Colonial to National Regimes*. London School of Economics/Working Papers of the Global Economic History Network, n. 04/04, May 2004.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: Coffee, Color, and Slavery in Eighteenth-Century Saint-Domingue. *Review. A Journal of the Fernand Braudel Center*, v. 5, n. 3, p. 331-388, Winter 1982.
- TUCHSCHERER, Michel. Coffee in the Red Sea Area from the Sixteenth to the Nineteenth Century. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (ed.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 5-66.
- VAN DER VOORT, J. P. *De Westindische plantages van 1720 tot 1795*. Financiën en handel. Eindhoven, NLD: De Witte, 1973.

VAN STIPRIAAN, Alex. *Surinaams Contrast*. Roofbouw en overleven in een Caraïbische plantagekolonie, 1750-1863. Leiden, NLD: KITLV, 1993.

VAN STIPRIAAN, Alex. Debunking Debts: Image and Reality of a Colonial Crisis: Suriname at the End of the 18th Century, *Itinerario*, v. 19, n. 1, p. 69-84, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I*. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. Nova York: Academic Press, 1974.

DENTRO E FORA DO EXCLUSIVO COLONIAL: A CIRCULAÇÃO DO CACAU-CHOCOLATE NA ERA MERCANTILISTA (SÉCULOS XVI A XVIII)

André Luiz Sales Melo

O presente capítulo discute a circulação de cacau entre os séculos XVI e XVIII, delineando as rotas que conectaram as principais zonas produtoras de cacau com as principais zonas consumidoras do chocolate, nomeadamente as longínquas regiões produtoras da Venezuela, dos Guayas e do Grão-Pará com os principais centros consumidores que foram a Nova Espanha e a Europa. Ou seja, o objeto principal deste capítulo é uma espécie de meio do caminho, as ligações entre portos como os de La Guaira, Maracaibo, Guayaquil e Belém com os de Veracruz, Acapulco, Curaçao, Cádiz e Lisboa. E desses últimos para Manila, Bayonne, Genova, Livorno, entre outros. Meu objetivo é discutir como uma análise focada nos fluxos mercantis do cacau pode revelar forças formadoras e transformadoras dos espaços latino-americanos e caribenhos que não estiveram necessariamente alinhadas às direções imperiais formais.

Ao observar de maneira mais ampla o mapa de circulação do cacau sul-americano do período, pude atentar para o desenho de certas linhas traçadas por tensões que levam em conta os limites entre o legal e o ilegal, o oficial e o contrabando, os desejos imperiais e as lógicas próprias do mercado. O capítulo se divide em quatro partes, uma primeira sobre o período de transição, em que há um esgotamento das zonas produtivas tradicionais da Mesoamérica, acarretando em um deslocamento da fronteira produtiva rumo ao Sul. A partir da segunda me-

tade do século XVII, as regiões de Caracas, Guayaquil e Belém surgem como exportadoras de cacau, entrando nesse mercado marítimo com intensa competição tanto com as zonas tradicionais, quanto entre elas. As demais partes do capítulo tratam de cada um de três prismas que guiam a análise da circulação do cacau no período em que essas três regiões foram as maiores exportadoras de cacau no mundo. São eles: a divisão entre o Pacífico e o Atlântico; a cisão do domínio ibérico dos mares; e os limites das divisões formais entre os impérios ibéricos.

Transição: o intercâmbio pré-colombiano e a colonização, sécs. XVI-XVII

O consumo pré-colombiano do chocolate estabeleceu determinadas rotas de comércio e circulação de tributo que ligavam distantes zonas da Mesoamérica. Quando os espanhóis chegaram à América, encontraram um panorama no qual, primeiro, as amêndoas de cacau possuíam papel central tanto no conjunto dos tributos imperiais mexicas, quanto como moeda, segundo, havia uma ampla difusão do consumo da bebida e, finalmente, as rotas de comércio e zonas produtivas estavam bem estabelecidas. Segundo Norton, o chocolate era uma bebida que unificava comunidades geograficamente e linguisticamente muito diversas, criando hábitos culturais comuns a toda a Mesoamérica¹:

Apesar das diferentes línguas, das inimidades de longa data, e das expansões geográficas separando as comunidades Mesoamericanas, cacau e chocolate eram um interesse em comum, até mesmo uma obsessão. A funcionalidade do cacau como moeda por toda a região sublinha sua abrangência pan-Mesoamericana. Da Nicarágua ao noroeste do México, havia uma semelhança fundamental entre os modos de consumo, contextos ritualísticos, e ressonâncias simbólicas do chocolate.²

1 NORTON, Marcy. Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 670-671, 2006.

2 NORTON, 2006, op. cit.

A autora também aponta que esta dimensão espacial alargada implicava em acessos diferenciados às amêndoas de cacau: os cacauzeiros se desenvolvem melhor em regiões de planície tropical, o que significa que regiões mais ao norte do atual México só podiam consumir chocolate por meio de trocas de longa distância.³ Portanto, grande parte dos consumidores astecas importavam cacau de zonas produtoras dos territórios maia, e o comércio se dava tanto por rotas terrestres, quanto marítimas. As zonas produtoras de cacau mais importantes no final do período pré-colombiano eram as regiões de Tabasco e Soconusco, situadas ao sul do México (e cada uma de um lado do istmo de Tehuantepec), que tinham acesso respectivamente ao Golfo do México e ao Pacífico.⁴

O modelo de colonização espanhola dado com a conquista estabeleceu que era fundamental manter a estrutura econômica vigente do império mexicano para que, mesmo com as baixas provenientes da guerra, o novo domínio não tardasse a se autossustentar e a dar lucros para colonos e a coroa. Isso significou uma política colonial de manutenção do sistema tributário asteca e a preservação do consumo do chocolate e da comercialização e plantio do cacau. A primeira fase de gestão econômica espanhola sobre o chocolate foi, então, marcada pela reprodução do modelo nativo da região, voltada para os consumidores locais e mantendo as rotas tradicionais. O período que vai desde a década de 1520 até aproximadamente 1550 foi marcado por um crescimento da atividade cacauzeira voltado para a sustentação econômica dos colonizadores ao mesmo tempo que preservou os significados tradicionais do produto, tanto culturalmente em seu consumo, quanto economicamente por sua circulação como moeda:⁵

Apesar do estabelecimento de uma casa da moeda real na Cidade do México (1539), os grãos de cacau continuaram a ser usados ao longo do século XVI em transações

3 NORTON, 2006, op. cit.

4 ALDEN, Dauril. The Significance of cacao Production in the Amazon Region during the late Colonial Period: an Essay in Comparative Economic History. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 120, n. 2, p. 104, 1976; NORTON, 2006, op. cit., p. 671.

5 NORTON, 2006, op. cit., p. 675-676.

de mercado como substitutos de moedas fracionárias de cobre; nas partes periféricas do vice-reinado do México, eles serviram como pagamento de salários até o final do século.⁶

A partir da segunda metade do século XVI o panorama começou a mudar. Para além do consumo tradicional dos nativos, aos poucos o chocolate passou a fazer parte da dieta cotidiana dos colonos espanhóis da Nova Espanha. Isso fez com que houvesse um aumento crescente da demanda de cacau exigida das áreas de cultivo tradicionais de Tabasco e Soconusco, resultando num intenso esgotamento produtivo da região. O cacau produzido ali não era suficiente para abastecer toda a Nova Espanha, além das dificuldades em acessar mercados para além do bispado de Oaxaca devido aos custos de transporte.⁷ Dois fatores também foram fundamentais para a baixa produtiva da região: a própria pressão produtiva colonial sobre essas áreas e o decrescimento demográfico dos trabalhadores nativos.⁸ A partir de 1550 se deu então a primeira transição da fronteira econômica do cacau-chocolate sob domínio colonial com dois significados geográficos: um deslocamento da zona produtiva para o Aul e uma rearticulação das rotas comerciais para o Pacífico.

O Quinhentos acompanha a promoção do crescimento de plantações cacaeiras em diversas regiões da Mesoamérica, como Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e até mesmo Costa Rica. Porém foi na região de Sonsonate, no sudoeste da Guatemala, onde se desenvolveram as plantações com maior capacidade produtiva. No espaço de algumas décadas, Sonsonate tornou-se a maior fornecedora de cacau para o consumo do chocolate para a população da Nova Espanha e para os colonos espanhóis no Novo Mundo:

Embora existissem distritos produtores de cacau na costa caribenha da Guatemala e Honduras e nas partes meridionais da América Central, como a região lacustre

6 ALDEN, 1976, op. cit. p. 105.

7 GRIJALVA, Manuel Miño. *El cacao Guayaquil en Nueva España, 1774-1812* (Política Imperial, Mercado y Consumo). México, DF: El Colegio del México, 2013. p. 179.

8 NORTON, 2006, op. cit., p. 676;.

da Nicarágua e a província de Nicoya na Costa Rica, eles eram muito menos importantes do que as planícies do Pacífico.⁹

Tal vantagem produtiva contou muito com a fertilidade do solo vulcânico guatemalteco e Sonsonate garantiu grandes quantidades de amêndoas de cacau entre os séculos XVI e XVII.¹⁰ A virada do século e o decorrer dos seiscentos acompanham um aumento crescente do interesse colonial sobre o chocolate. Das mesas de colonos castelhanos de Nova Espanha e demais domínios mesoamericanos, o chocolate expandiu sua influência entre colonos na América do Sul, Caribe e cruzou o Pacífico até as Filipinas. Mas de maneira ainda mais significativa o hábito do chocolate chegou à Espanha e posteriormente às mesas de várias outras nações europeias. O chocolate foi recebido inicialmente na Europa com certa desconfiança. Ao mesmo tempo que gerava fascínio como um produto exótico vindo do ultramar, por meio do império espanhol, os rituais mesoamericanos e os efeitos estimulantes da bebida muitas vezes causavam espanto e associações a uma ideia de selvageria. Mas com o tempo a bebida ganhou espaço definitivo na corte Habsburga e entre a nobreza espanhola. Depois de transformações em suas receitas e hábitos de consumo, o chocolate se tornou símbolo de sofisticação e poderio imperial.

Esse panorama dado ao longo de muitas décadas consequentemente acompanhou um crescimento significativo da demanda pela matéria-prima da bebida. E embora os solos férteis de Sonsonate tenham representado grande poder produtivo, diversos fatores contribuíram para a instabilidade das plantações da região. Dauril Alden aponta que o colapso do cacau guatemalteco se deu pelos seguintes motivos: preferência local por colheitas que dessem frutos mais rapidamente; queda drástica de mão de obra devido a epidemias e exploração excessiva do trabalho; erupções vulcânicas destrutivas; campanhas religiosas contra o cultivo do cacau e aumento da com-

9 ALDEN, 1976, op. cit. p. 105-106.

10 ALDEN, 1976, op. cit. p. 105-106.

petição devido à aparição de amêndoas mais baratas.¹¹ A partir do século XVII, portanto, a exportação de cacau da região não conseguiu acompanhar o crescente volume exigido pelos novos mercados, e ao mesmo tempo novas zonas produtivas continuaram a surgir cada vez mais para o sul das colônias hispânicas.¹² Em relação à quantidade exportada por Sonsonate, Alden mostra que em princípios do século XVII saíam da região entre 2.720 e 4.080 toneladas de cacau; no final do século saíam cerca de 680 toneladas; e no final do século XVIII cerca de meras 136 toneladas de cacau.¹³

Foi na primeira metade do século XVII, portanto, que se iniciou a transição das zonas produtivas do cacau para a América do Sul, quando o produto proveniente de duas áreas distintas (Guayas e Venezuela) começou a chegar aos mercados mesoamericanos, principalmente na Nova Espanha. Há uma certa dúvida sobre o marco temporal exato da entrada do produto sul-americano em território novo-hispano, porém já era possível constatar que ao final dos anos 1610 existiam fazendas de cacau em ambos os lados do Rio Guayas, e que na década de 1620 o cacau venezuelano já marcava presença na Nova Espanha. A princípio, o cacau sul-americano chegava em pequenas quantidades, mas conforme a Nova Espanha se estabilizava, se expandia demograficamente e o chocolate foi conquistando espaço na Europa, a proporção entre as importações do produto guatemalteco e dos sul-americanos foi se alterando.¹⁴

Em meados do século XVII, o cacau proveniente da América do Sul tornou-se o produto de maior entrada na Nova Espanha, dando início ao que pode ser chamado de ciclo sul-americano da cadeia mercantil do cacau-chocolate. Na primeira fase desse ciclo, que vai de meados do século XVII até as décadas de 1730-1750, os produtos *guayaquileños* e venezuelanos estão em grande competição pelo domínio dos centros consumidores de chocolate, representando duas vias distin-

11 ALDEN, 1976, op. cit., p. 106.

12 NORTON, 2006, op. cit., p. 676.

13 ALDEN, 1976, op. cit., p. 106.

14 ALDEN, 1976, op. cit., p. 106-108.

tas de desenvolvimento econômico colonial com repercussões geográficas significativas: uma via pacífica e uma via atlântico-caribenha. Sobre essa disputa influem os interesses da coroa e de outras cadeias mercantis, de modo a se configurarem determinadas tendências e privilégios que estão no cerne desta etapa da circulação do cacau sul-americano.

A divisão Pacífico-Atlântico

A divisão Pacífico-Atlântico pode ser assim chamada pois, a partir do momento em que o cacau vindo da Venezuela e o de Guayaquil começam a competir pelo grande mercado da Nova Espanha, surge um embate com elementos que vão além de disputas comerciais regionais. Há uma verdadeira disputa por rotas que tem como plano de fundo o próprio projeto colonial hispânico. De um lado, a primazia do cacau venezuelano (via atlântica-caribenha) em tese garantiria um controle muito maior, por parte dos órgãos fiscalizadores da metrópole, sobre os impostos pagos, quais navios e tripulantes estão a cargo da atividade e, principalmente, por quais mercadorias o cacau estava sendo trocado. De outro, o cacau *guayaquileño* (trocado fundamentalmente pelo Pacífico) podia significar desvios em outra cadeia mercantil que era a galinha dos ovos de ouro da Coroa, ou melhor, dos ovos de prata.

Tão logo a competição pelo mercado do chocolate na Nova Espanha se iniciou, uma série de solicitações, vinda de comerciantes e autoridades coloniais, foi feita à Coroa com o objetivo de frear a chegada do cacau proveniente de Guayaquil. Ao longo do século XVII o cacau vindo de Caracas e Maracaibo não teve dificuldades em se inserir no mercado novo-hispano, pois além de chegar em quantidades cada vez maiores, as amêndoas venezuelanas eram de qualidade bem apreciada pelos consumidores da região. Isso porque na Venezuela se produzia o cacau *criollo*, com frutos maiores e sabor mais doce e intenso. Fattacciu aponta que, entre 1620 e 1660, a quantidade de cacau saindo de La Guaira dobrou, chegando a cerca de 1.535 toneladas em Nova Espanha, tornando Caracas o maior fornecedor das amêndoas (status mantido até início

do século XVIII). Mas ao mesmo tempo o cacau *guayaquileño* representava um perigoso concorrente pois, apesar de produzir um fruto de menor qualidade (o cacau *forastero* era menor e mais amargo), sua velocidade de produção era maior e chegava a preços consideravelmente mais baixos no mercado novo-hispano, de uma maneira a até mesmo produzir uma divisão social do consumo desses frutos:¹⁵

O cacau crioulo continuou sendo mais valorizado e apreciado por seus frutos grandes e maior doçura, mas o preço mais baixo do cacau de Guayaquil, que em 1721 custava $2\frac{1}{4}$ reales (contra $3\frac{1}{2}$ do cacau de Caracas) tornou-o um concorrente cada vez mais bem-sucedido no mercado novo-hispânico. O mercado bem diferenciado alimentou a demanda por ambos os tipos de cacau, com as classes altas preferindo o cacau de Caracas e as classes baixas tendo acesso mais fácil ao cacau de Guayaquil.¹⁶

A vantagem do preço não deve ser menosprezada. O cacau *guayaquileño* não só ameaçava a presença do cacau venezuelano em Nova Espanha como o cacau de outras regiões mesoamericanas produtoras e consumidoras dentro de seus próprios territórios. Esse era o caso da Guatemala; o crescente consumo do cacau *forastero* pelos guatemaltecos era uma preocupação local tão grande que chegava a nublar o concorrente que viria a ser mais exitoso nos mercados novo-hispanos do século XVII, o cacau de Caracas:¹⁷

Os cacaus venezuelanos e caribenhos – que começaram a aparecer em plantações de tamanho considerável por volta de 1622 – também representavam uma séria ameaça às exportações centro-americanas. Mas os cacaus venezuelanos e de Maracaibo raramente, ou nunca, eram vistos em portos ou cidades da América Central. [...] Conseqüentemente, os funcionários e comerciantes mal informados da Audiencia guatemalteca muito raramente reclamavam da ameaça do cacau venezuelano. O cacau da região do rio Guayas era diferente.¹⁸

15 FATTACCIU, Irene. *Empire, Political Economy, and the Diffusion of Chocolate in the Atlantic World*. New York: Routledge, 2020. p. 22; GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 178.

16 FATTACCIU, 2020, op. cit., p. 22.

17 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 63-64.

18 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 63-64.

É possível que outra das vantagens competitivas do produto de Guayaquil tenha sido a própria rota do Pacífico, tendo em vista que cruzar o mar até a costa ocidental mexicana era uma rota tradicional de comércio do cacau pré-colombiano. De qualquer forma, a imagem de ameaça que o cacau *guayquileño* representava para comerciantes mexicanos e venezuelanos significou pressão constante para que autoridades imperiais intervissem. Diversas proibições foram estabelecidas desde o início do século XVII, expedidas nos anos de 1604, 1609, 1620 e 1631.¹⁹ No decorrer da centúria fica evidente a consolidação de um privilégio favorecendo o cacau de Caracas sobre os demais, tanto no mercado novo-hispano quanto no mercado metropolitano.

No entanto, a pressão exercida sobre as autoridades imperiais por parte dos comerciantes venezuelanos e seus representantes não justificava por completo as proibições e a primazia da rota atlântico-caribenha sobre a pacífica. Uma outra linha explicativa, levantada na obra *El cacao Guayaquil en Nueva España, 1774-1812*, do historiador Manuel Miño Grijalva, aponta para motivações que tangem a cadeia mercantil da prata. O império espanhol conseguiu no século XVI, com a descoberta das minas de prata nos Andes e a mobilização da população indígena para suas explorações, promover sua mais rentável atividade econômica colonial. Um fluxo intenso de prata andina se dirigia para a Espanha de modo a financiar as diversas guerras que compunham a tentativa de hegemonia da casa dos Habsburgos na Europa.

Mas para além do lucro direto com o recebimento da prata andina, o acesso do império espanhol ao oceano Pacífico proporcionou ainda a formação de um comércio extremamente lucrativo entre a prata e a seda da China, criando uma rota da seda alternativa e um fluxo comercial constante entre os extremos do Velho Mundo com o Novo Mundo no meio. O sucesso desta cadeia mercantil deve muito à confluência de dois processos: a descoberta das minas de Potosí e a reforma tributária da China. Após diversas tentativas mal sucedidas de padronização da moeda (como por exemplo o cobre e o papel

19 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 52.

moeda), a dinastia Ming decretou a substituição do pagamento de impostos em espécie por pagamento em prata, o que aumentou significativamente a demanda por prata na China do século XVI.²⁰ Quando do início da exportação massiva de prata do Peru, a China já estava dependente da importação de prata estrangeira (importando principalmente de Japão, Índia e sudeste asiático). Ao mesmo tempo em que a prata andina dava conta da demanda chinesa do metal, a construção de uma rota atravessando o Pacífico (via Acapulco-Manila) significou para a Espanha acesso direto aos mercados asiáticos, que eram restritos e caros na rota da seda eurasiática. A prata, então, chegava em Manila para ser trocada por três produtos principais: a porcelana, as especiarias e as roupas de seda. Essas últimas eram o carro chefe dos produtos chineses, a ponto do trânsito Cádiz-Veracruz-Acapulco-Manila ser considerado uma nova rota da seda. Esse laço comercial perdurou do século XVI ao XVIII, período em que a América Latina produziu cerca de 85% da prata mundial.²¹

A importância dessa cadeia mercantil para a sustentação do império ultramarino espanhol está no centro das motivações para a proibição do tráfico entre Guayaquil e Nova Espanha e para a construção do privilégio de Caracas no comércio de cacau. Ao analisar a trajetória da proibição, Manuel Miño Grijalva percebe que antes de objetivar o desenvolvimento do comércio de cacau caraquenho, as proibições pretendiam inibir o comércio de tecidos asiáticos entre as colônias hispânicas.²² Os tecidos de seda chegavam aos mercados latino americanos desbancando os europeus e para a Coroa era fundamental inibir esse fluxo para manter sob controle a mais fundamental cadeia mercantil para sua economia e poder que era a da prata. Isso resultou na proibição intercolonial entre Nova Espanha e Peru, e embora os alvos

20 MANN, C. C. Navios de dinheiro. *In*: MANN, C. C. *1493: como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje*. Campinas: Verus, 2012. p. 184-187; POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000. p. 189-190.

21 POMERANZ, 2000. *op. cit.*, p. 159.

22 GRIJALVA, 2013, *op. cit.*, p.54.

principais tenham sido as roupas chinesas e a prata, outras mercadorias foram suprimidas, entre elas o cacau. Para Grijalva “la verdad es que el comercio del cacao fue la víctima de una trama más amplia y compleja, pues los comerciantes peninsulares querían evitar la fuga de más de 12 millones de pesos que hacia 1602 se calculaba que salían en plata a Filipinas y luego a China”.²³

Nessa conjuntura, o Pacífico significava uma rota insegura para a economia colonial hispânica. O fluxo dos tecidos chineses para o Peru²⁴ significava pagamento em prata e o desvio de dinheiro para a Ásia.²⁵ Mas aos poucos o cacau passou a fazer parte dessa cadeia mercantil. De início ela era uma entre outras mercadorias vindas do mar do Sul, junto com a prata, para as transações com as mercadorias asiáticas. Posteriormente, os colonos hispânicos nas Filipinas também tornaram-se adeptos ao chocolate em suas dietas, e o cacau tornou-se um item importante para as trocas com Manila.²⁶ Isso fez com que até mesmo o cacau de outras regiões procurassem acessar os mercados asiáticos:

Cartas de Dⁿ.Ricardo mi herm^o. escritas en la havana año de 1732

[...] Yncluso te remito segun me pides una memoria de Generos de China q es de mi tendero hombre yntelixente y de bien y si te parase ynteresarme en mil p^s. por mi parte te lo Estimare siendo todo alla en combeniencia q yo te aseguro adelantar acaquanto pueda y caso te determinas sea en primera oca^{on}. pues es mui del caso p^a. Lograr buenos precios al amigo Medrano le prevengo en esta oca^{on}. sobre el Embarque caso le remitas algo pues Esta Balandra retorna en breve y es buena grande y el Capⁿ. intimo mio y si antes saliera la chata del Rey tambⁿ. su Capⁿ. traera qualquera cosa por mi Hermano mio todo es comensar y asi si quieres hazer algo mediante Dias espero Lograr as Buena q^{ta}.; en la fragata de Geronimo Lopez q llego a Este a 3 (B) Días Estran. no tener carta tuya lo q me tiene con cuidado en ella hago

23 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 53.

24 Guayaquil, embora pertencesse a Audiência de Quito, estava na órbita de influência do Vice-reino do Peru;

25 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 51-52.

26 CLARENCE-SMITH, William Gervase. *Cocoa and Chocolate, 1765-1914*. New York: Routledge, 2000. p. 23-24.

animo de aresgar serca de dos mil p^s. p^a. caracas y de ay su retorno en cacao p^a. ese Reyno [...] Havana y oct^{bre}. 16 de 1731

Ric^o. G.²⁷

A fonte acima nos mostra uma correspondência entre dois irmãos envolvidos com o comércio de mercadorias no ano de 1731. Ambos estavam envolvidos com o comércio de cacau proveniente de Caracas e Ricardo programava enviar cerca de 2 mil pesos para comprar cacau caraquenho. Ao mesmo tempo, Ricardo Geraldino remeteu a seu irmão Juan Geraldino uma memória dos “*Gêneros de China*” e pediu para que avaliasse com cuidado, pois os preços estavam bons e havia uma balandra de confiança com bastante espaço para carga disponível para um retorno rápido. A fonte não nos permite saber se os irmãos eram comerciantes regulares do cacau de Caracas, nem se a presença deles em Havana era devido a trabalho ou se eram residentes da ilha. Porém, ela sugere que mesmo na rota atlântico-caribenha o acesso aos produtos chineses despertava o interesse dos comerciantes e o cacau aparecia como uma mercadoria importante para o intercâmbio. Ao mesmo tempo, a rota atlântico-caribenha não representava insegurança para a cadeia mercantil da prata, pois, por um lado, os carregamentos de Caracas não se associavam com os comerciantes peruanos, por outro, o acesso aos mercados chineses era muito indireto; de Acapulco para Veracruz a capacidade de corrupção e escape da fiscalização mudava muito.

O comércio de cacau entre os séculos XVII e XVIII foi marcado pelo privilégio venezuelano de acesso aos principais mercados consumidores do chocolate. No entanto, a cadeia mercantil do chocolate nos mostra que privilégio não necessariamente significava domínio. Pois longe de ceder à proibição, o cacau de Guayaquil se desenvolveu nesse período: “Pero

27 Archivo General de la Nación, Instituciones Coloniales, Indiferente Virreinal, Cajas Cajas 1-999, Caja 0586, Expediente 001, 1730-1733, Alcance y contenido: Correspondencia entre dos hermanos: Ricardo Geraldino y Juan Geraldino. El tema tráficos navales, sobre cuestiones de pagos y comercio de distintos productos como: seda, encajes, grana, cacao; los sitios son diversos, todos ellos puertos, se menciona Filipinas, España, Acapulco, Caracas, Habana, Jamaica, Florida. Se describe algo de las circunstancias climáticas que han atravesado y de las que se esperan. p. 6 e 7.

las prohibiciones nunca cortaron el tráfico. Los navíos que llegaron entre 1691 a 1695 a la Nueva España procedentes de El Callao o Guayaquil transportando cacao y plata, no fueron pocos”.²⁸ Embora a produção tenha sofrido um baque significativo com a proibição do comércio entre os mares do Sul e Nova Espanha, Guayaquil soube sobreviver por meio do contrabando. Assim como a prata e o mercúrio, o cacau passou a fazer parte de uma rota ilegal, mas que era constante, tendo em vista que a grande demanda por cacau fazia as autoridades de Acapulco cerrarem os olhos para a entrada do produto.²⁹

O cacau *guayaquileño*, ao longo de quase 150 anos, conseguiu penetrar o mercado novo-hispano, e Grijalva aponta que o fator decisivo era de fato seu baixo preço. Pois ainda que o sabor e a qualidade não se comparassem aos de costume (ao contrário do proveniente de Caracas), a Nova Espanha passou por várias circunstâncias econômicas que resultaram na queda dos salários e aumento da pobreza. Em outros lugares, a diminuição do poder aquisitivo poderia ter significado a diminuição do consumo do chocolate, mas o autor aponta que, enquanto alimento de primeira necessidade, ele se tornava um produto indispensável na dieta local, resultando no sucesso a longo prazo do contrabando do Pacífico.³⁰

Enquanto a produção e o comércio de cacau em Guayaquil se desenvolveu a despeito das proibições de comércio entre a Nova Espanha e os mares do Sul, o cacau da Venezuela se impôs sobre os mercados com o incentivo do Estado imperial hispânico. Vimos que em parte isso se deu pela constante repressão ao cacau *guayaquileño*, evidenciado pela constante preocupação de colonos da Venezuela com os efeitos que uma possível liberação poderia causar no preço de seu produto.³¹ Porém, grande parte do sucesso do cacau de Caracas e Maracaibo se deu pela própria qualidade de seu produto e a alta produtividade das plantações escravistas de cacau. Pois, ao contrário do cacau *forastero* vindo do Pacífico, o cacau ve-

28 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 55.

29 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 56.

30 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 177.

31 GRIJALVA, 2013, op. cit., p. 55.

nezuelano não precisou se adaptar ao gosto novo-hispano, o que o permitiu ser o exportador número um, do século XVII ao XVIII, e mesmo com seu preço mais elevado. Grandes remessas de cacau saíam de La Guaira com registros anuais de 635 toneladas na década de 1690, 1.179 toneladas na década de 1720 e mais de 2.267 toneladas na década de 1730.³²

Ou seja, o modelo econômico, baseado na mão de obra escrava africana, e os privilégios comerciais, que garantiam o acesso exclusivo aos principais mercados consumidores de chocolate (Nova Espanha e Europa), se constituíram na receita do sucesso que levou à supremacia do cacau venezuelano até o último quarto do século XVIII. Mas a longevidade de tal hegemonia não foi fruto somente desses dois fatores, mas também da capacidade de adaptação dos comerciantes de Caracas. Isso porque durante todo esse período o cacau venezuelano não deixou de sentir a presença do cacau *guayaquileño*, mesmo que na sombra da ilegalidade, no mercado novo-hispano. No decorrer das décadas da primeira metade do Setecentos, o cacau *forastero* se popularizou e roubou grandes parcelas da clientela venezuelana, até se tornar o principal cacau importado pela Nova Espanha. Mas, concomitantemente a isso, o consumo europeu da bebida estava crescendo e se consolidando cada vez mais, principalmente na Espanha.

O vazio da perda de mercado na Nova Espanha foi logo preenchido por exportações para o Velho Mundo. Fattacciu afere que entre 1680 e 1689, 82% do cacau caraquenho estava indo para a Nova Espanha. E que, entre 1693 e 1699, em um universo de cerca de 4.263,7 toneladas de cacau exportadas de La Guaira, 79,8% tinham a Nova Espanha como destino e 20,2% a Espanha. Ou seja, em fins do século XVII, a principal zona consumidora do cacau de Caracas era majoritariamente a Nova Espanha. Já no quinquênio de 1730-1734, em um universo de cerca de 7.529,6 toneladas exportadas de La Guaira, 63,8% se dirigiram para a Nova Espanha enquanto 36,1% foram para a Espanha. Aqui o mercado novo-hispano ainda era o principal destino, porém o fluxo para Europa aumentou muito; e há de se notar que, da virada do século para a primeira

32 ALDEN, 1976, op. cit., p. 108.

metade da década de 1730, ainda houve o aumento do número de exportações para a Nova Espanha, indo de 3.401,9 toneladas (1693-1699) para 4.808,1 toneladas (1730-1734). Foi no quinquênio seguinte que ocorreu a virada: entre 1735-1739, de um total de 9.525,4 toneladas de cacau exportadas desde La Guaira, 42,4% tinham como destino Nova Espanha e 57,6% a Espanha. Naquele período se tornou evidente que os comerciantes de Caracas estavam em um processo de substituição de mercados e que a Europa se tornava seu alvo principal. Mas para além da inversão da porcentagem, é importante ressaltar que o volume exportado para a Nova Espanha também caiu: de cerca de 4.808,1 toneladas (1730-1734) para 4.036,97 toneladas de cacau (1735-1739), mesmo com o volume total de exportações aumentando, com mais 1.995,8 toneladas sobre o valor do quinquênio anterior. A década de 1730, portanto, foi quando ficou marcada a reviravolta do cacau ilegal *guayaquileño* sobre o cacau venezuelano na Nova Espanha. No decorrer do século a discrepância só aumentou, com 28,2% chegando na Nova Espanha enquanto 72% ia para a Espanha, em um universo de 12.791,3 toneladas de cacau exportados de La Guaira.³³

Quando analisamos o desenvolvimento da circulação do cacau sul-americano tendo em vista sua difusão pelos oceanos Atlântico e Pacífico, vemos uma linha se desenhando. Uma linha que divide leste e oeste, o seguro e o inseguro, o legal e o ilegal, Caracas e Guayaquil, e, por fim, o mercado consumidor de chocolate novo-hispano. O cacau de Caracas se beneficiou dos privilégios comerciais concedidos pela Coroa, teve acesso garantido a Veracruz, por onde fazia entrar um cacau de alta qualidade, que dominou o mercado por cerca de cem anos. Já o cacau *guayaquileño*, que se desenvolveu principalmente por meio do contrabando, acessava os mercados por meio do suborno de autoridades locais em Acapulco, e sua única vantagem comparativa era o preço reduzido de seu cacau de qualidade mais baixa.

Ao identificarmos essa linha é possível notar a tendência das escolhas coloniais para um ambiente econômico de

33 FATTACCIU, 2020, op. cit., p. 22-26; ALDEN, 1976, op. cit., p. 108.

controle e monopólio, com o intuito de impedir ao máximo o desvio das riquezas do Novo Mundo. Uma das formas que isso se projeta é no gerenciamento do fluxo das mercadorias, tendo em vista que o controle da prata foi fundamental para a proibição do comércio do cacau de Guayaquil; tal panorama mostra o lugar da cadeia mercantil do chocolate dentro das preferências econômicas do império. Porém, a própria linha nos apresenta um outro lado, em que nem sempre as escolhas metropolitanas determinavam o curso do desenvolvimento colonial. Pois foi dentro da ilegalidade intercolonial que Guayaquil se desenvolveu, disputou e se impôs sobre o rival privilegiado dentro dos mercados novo-hispanos. O desenrolar da cadeia mercantil do chocolate no século XVIII nos mostra que foi a crescente demanda mexicana por chocolate, e não as determinações da metrópole, o fator fundamental para a reviravolta de Guayaquil sobre Caracas.

A cisão do domínio Ibérico dos mares

Uma perspectiva oceânica da cadeia mercantil do chocolate nos guiou por uma divisão entre Pacífico e Atlântico em que um de seus aspectos mais marcantes foi o limite da legalidade, onde a rota Guayaquil-Acapulco foi proibida, e a rota La Guaira-Veracruz oficializada. Porém, uma perspectiva diferente pode mudar a escala de observação de maneira a tornar essa linha um tanto quanto turva. Pois ao olhar mais de perto para a circulação do cacau venezuelano, vemos um panorama de grande tensão. Isso porque o contexto caribenho foi de intensa disputa interimperial, e os embates entre as potências repercutiram de maneiras diretas e indiretas nas cadeias mercantis. Nesse sentido, é preciso ter em perspectiva a própria trajetória das disputas imperiais para refletir sobre a tendência, talvez contraditória, de contrabando dentro da rota privilegiada do cacau venezuelano. Desse ponto de vista, encontramos outro marco fundamental que, em vez de dividir leste e oeste, marcou o tempo das hegemonias imperiais marítimas.

A trajetória da cadeia mercantil do chocolate estava intimamente ligada à formação da hegemonia ibérica dos mares.

Para além das rotas para o Índico e a extração de pau-brasil, Portugal, por um lado, conseguiu ao longo do tempo construir no Atlântico Sul um sistema imperial extremamente rentável: um grande comércio de escravos que conectava feitorias na África e fazendas de açúcar e plantações de tabaco na América. Por outro lado, a colonização espanhola no Novo Mundo conseguiu derrubar e dominar dois impérios locais e estabelecer uma das atividades mais lucrativas da Idade Moderna: a exploração de metais preciosos, principalmente a prata no México e no Peru. Entre aproximadamente 1500 e 1640, Portugal e Espanha tinham acesso e possuíam poder e privilégio comercial praticamente pelo mundo marítimo inteiro. No entanto, este panorama nunca deixou de ser ameaçado por outras potências marítimas do noroeste europeu, principalmente por parte de holandeses, franceses e ingleses. Tais países tentaram por diversas vezes se infiltrar e simular os modelos coloniais e comerciais ibéricos. Mas, quando a partir de 1640 o domínio ibérico cede à pressão do noroeste europeu, e Holanda, França e Inglaterra tornam-se as principais potências transatlânticas, as empreitadas comércio-coloniais já não tem como base fundamental simular as experiências de Espanha e Portugal.

Teóricos dos chamados sistemas atlânticos reconheceram a divisão entre essas hegemonias (ibérica x noroeste europeu) como uma divisão também entre modelos comerciais. Piet Emmer chamará os modelos de 1º e 2º Sistema Atlântico, caracterizando-os de acordo com sua adesão (no caso do 1º Sistema Atlântico) ou oposição (no caso do 2º) à lógicas monopolistas e exclusivistas. Já Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, estabelecem um outro tipo de nomenclatura para diferenciar os modelos sistêmicos do mundo comercial atlântico na era moderna, nomeadamente os conceitos de Sistema Atlântico Ibérico e Sistema Atlântico do Noroeste Europeu, tirando o caráter hierárquico e cronológico que os termos *primeiro* e *segundo* dão ao modelo de Emmer. A mudança das experiências holandesas antes e depois de 1640 evidencia a virada das tendências nas empreitadas atlânticas. A tomada de entrepostos comerciais na costa da África, e a tomada de

Pernambuco, foi uma tentativa explícita de promover seu próprio esquema de comércio triangular, aos moldes lusitanos. Apesar do fracasso dado pela expulsão no nordeste brasileiro, as vitórias diante da Espanha abriram no Caribe um novo espaço para experiências comerciais. Nas ilhas caribenhas os holandeses não tentaram constituir um monopólio comercial, mas a financiar empreitadas de outras potências do noroeste europeu, assim como se estabelecendo como os principais fornecedores no comércio de escravos. Nessa posição os holandeses não só formavam novos espaços coloniais sob um novo modelo comercial, como também atraíram espaços tradicionalmente ligados ao modelo monopolista que eram dependentes do comércio transatlântico de escravos, como é o caso da Venezuela cacaeira.³⁴

No que se refere à circulação do cacau venezuelano, o impacto da presença holandesa no Caribe é enorme e a ilha de Curaçao surge como o destino principal do contrabando cacaeiro. Alguns fatores produtivos faziam do cacau, acima de outras mercadorias, um produto mais suscetível ao contrabando. Em primeiro lugar, por não ser um produto sazonal e ter colheita ao longo de todo o ano. As plantações eram costeiras, o que facilitava o contato com os contrabandistas de Curaçao. E também pelo fato da mão de obra necessária para a sua produção depender do tráfico transatlântico de escravos, dominado pelos holandeses a partir da segunda metade do seiscentos.³⁵ Pouco depois de se instalarem no Caribe, holandeses perceberam o potencial econômico e estratégico de desviar o cacau venezuelano das rotas oficiais, o que faz com que mesmo os números sobre sua exportação durante o século XVII sejam questionáveis:

Mas o volume das exportações venezuelanas para a Nova Espanha permaneceu surpreendentemente baixo durante o século XVII, com uma média de pouco mais

34 EMMER, P. C. The Dutch and the making of the second Atlantic system. In: SOLOW, B. L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. p. 75-96; BERBEL, M. R.; MARQUESE, R. B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. v. I, p. 44.

35 FATTACCIU, 2020, op. cit., p. 23.

de meio milhão de libras por ano. No entanto, tal número não é um indicador confiável da produção total, em parte porque se desenvolveu um mercado interno significativo para o produto local e também porque contrabandistas holandeses baseados na ilha de Curaçao carregavam quantidades supostamente grandes (mas não registradas) de cacau venezuelano para Mercados europeus desde a década de 1630 até o século XVIII.³⁶

Ou seja, a venda ilegal de cacau venezuelano para uma potência marítima rival durou quase tanto tempo quanto a própria hegemonia de Caracas sobre a cadeia mercantil do cacau-chocolate. Por esse ângulo, a rota atlântico-caribenha da circulação do cacau se mostrou também um tanto prejudicial aos interesses imperiais, mesmo que não do mesmo nível que na rota do Pacífico. Ainda assim, o império espanhol acabou se tornando dependente do sistema que se formava. Isso porque parte significativa do ciclo se fechava dentro de seu império: pois o cacau que saía de Curaçao para Amsterdã era reexportado para outras localidades da Europa, sendo a própria Espanha a principal zona consumidora dentro da Europa:

De fato, no final do século XVII, enquanto o cacau era produzido principalmente na província espanhola de Caracas, a Espanha dependia do florescente mercado negro holandês para seu suprimento de cacau. Várias empresas holandesas começaram a incluir o cacau em seus ramos de comércio e, em 1683, ele era tão destacado nas cotações do mercado de Amsterdã que a cidade se tornou o mais importante centro de chegada e exportação de cacau para vários países europeus. Portanto, a inclusão de dados sobre o comércio holandês pode ajudar a determinar uma estimativa confiável das entradas de cacau na Europa e na Espanha, levando em consideração também o fato de que 50% a 80% do chocolate importado para a Europa foi consumido na Espanha.³⁷

Os impérios monopolistas sempre tenderam a procurar por padrões de redes mercantis que pudessem evitar esse tipo de configuração. Para a realização do tráfico de mercadorias importava muito a origem e a religião dos comerciantes

36 ALDEN, 1976, op. cit., p. 107-108.

37 FATTACCIU, 2020, op. cit., p.22-23.

e capitães de navios, por isso, ser português, espanhol e/ou católico, era fator fundamental para garantir a segurança dos empreendimentos marítimos ibéricos. Mas se por um lado a longevidade do domínio marítimo das potências católicas sobre o Atlântico podia aparentar um relativo sucesso daquelas redes de confiabilidade, por outro foi nas brechas daquelas mesmas redes que se produzia o contrabando.

Em primeiro lugar, porque o que se entendia por Espanha era, na verdade, um emaranhado de comunidades unificadas por uma mesma bandeira, mas algumas delas com identidades e culturas tão próprias que ofuscavam um sentimento maior na direção de uma identidade espanhola única. Tais grupos formavam redes de confiabilidade próprias, e quando as empreitadas ultramarinas começaram, alguns deles se estabeleceram como grupos comerciais fortes. Era o caso dos Bascos, que se tornaram os principais agentes do comércio transatlântico de cacau. Ao mesmo tempo que os grupos bascos conseguiam se impor e monopolizar a circulação do cacau venezuelano, também eram os principais agentes do cacau ilegalmente comercializado de Guayaquil para a Nova Espanha, sem contar que controlavam também o galeão do percurso Acapulco-Manila. A brecha relacionada à questão étnica se dava na medida em que os bascos se entendiam enquanto grupo, por uma língua e costumes que extrapolavam as fronteiras hispânicas, com muitos bascos de origem francesa em suas redes comerciais. Era essa união de bascos de diferentes origens que fechava, especialmente, o circuito do contrabando para a Espanha. O cacau de La Guaira e Maracaibo parava em Curaçao; de lá atravessava o oceano chegando em Amsterdã; de Amsterdã se dirigia para vários destinos, porém o principal era o porto basco de Bayonne. Daquela cidade portuária, que fica muito próxima da costa norte da Espanha, o cacau se dirigia para os portos hispânicos sob controle basco e daí se inseria no país.³⁸

Em segundo lugar, a religião também aparecia como uma brecha significativa para o contrabando. Isso porque os judeus sefarditas (isto é, judeus originários da península ibérica) se mantinham, tal qual os bascos, um grupo social coeso

38 CLARENCE-SMITH, 2000, op. cit., p. 68.

capaz de gerenciar cadeias comerciais, e seu papel no comércio do cacau venezuelano era fundamental:

Os judeus sefarditas, no entanto, desempenharam um papel crucial no comércio mundial de cacau a partir do século XVII, ajudados por seu papel proeminente na fabricação de chocolate na Europa. Ativos nos principais portos ocidentais fora da Península Ibérica, os sefarditas usaram o porto basco francês de Bayonne para o comércio de contrabando com a Espanha. Eles exploraram contatos íntimos com ‘cristãos-novos’, judeus oficialmente convertidos ao catolicismo na Península Ibérica, que invadiram as possessões espanholas após a união das coroas de Portugal e Espanha em 1580. Os judeus sefarditas também eram grandes provedores de crédito, chegando a conceder empréstimos substanciais a plantadores de cacau espanhóis na Venezuela.³⁹

Os judeus sefarditas estavam presentes em cada uma das localidades da rota cacauífera: na península ibérica como cristãos novos, em Bayonne, em Amsterdã, assim como na ilha de Curaçao. Além disso, eram grandes provedores de crédito para os agricultores venezuelanos.⁴⁰

Simultaneamente ao comércio ilegal, os holandeses (mas também franceses e ingleses) investiram no desenvolvimento de culturas (cacau, café, algodão, anil, entre outras) em suas próprias colônias, aplicando as mesmas medidas mercantilistas de protecionismo e monopólio que os ibéricos. E a partir da década de 1730, especialmente no Suriname, a produtividade cresceu a nível transatlântico. Porém, a qualidade do cacau ali era bastante inferior ao cacau de Caracas e Maracaibo, fazendo com que houvesse grande diferença em seus preços na Europa. Esse cacau exportado para Amsterdã, como bem aponta Clarence-Smith, acabava seguindo o mesmo destino que o cacau contrabandeado, em que grande parte do seu volume entrava na Espanha via porto de Bayonne.⁴¹

39 CLARENCE-SMITH, 2000, op. cit., p. 68.

40 KLOOSTER, Win. *The Dutch moment: war, trade, and settlement in the seventeenth-century Atlantic world*. Itaca, NY: Cornell University Press, 2016. p. 180-181.

41 ALDEN, 1976, op. cit., p. 112; CLARENCE-SMITH, 2000, op. cit., p. 23; POSTMA, Johannes Menne. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990. p. 183.

Ainda assim, comparativamente, Curaçao, mesmo sem plantar nenhum pé de cacau, se destacou como a principal fornecedora do produto para Amsterdã, chegando a uma média de 647,5 toneladas por ano até 1730.⁴² Para além disso, o produto, quando comparado a outras *commodities* fundamentais da economia da ilha, se destacou como o carro-chefe das exportações. Pois, tirando as poucas exceções dos períodos de 1731-1740 e 1741-1750, o cacau teve a maior média anual em volume de exportações comparado ao couro, ao pau-brasil e ao tabaco. Entre 1701 e 1755, o cacau teve a maior média anual de exportações, computando cerca de 668,5 toneladas por ano. Na tabela abaixo, organizada por Wim Klooster, é possível ver os valores dessas relações:

Tabela 1: Seleção de itens enviados de Curaçao para os Países Baixos, 1701-1755
Médias Anuais (toneladas)

| Anos | Cacau | Couro | Pau-brasil | Tabaco |
|-------------|---------|---------|------------|--------|
| 1701-10 | 538,8 | 260,9 | 300,1 | 27,2 |
| 1711-20 | 759,8 | 246,7 | 471,4 | 92,2 |
| 1721-30 | 643,9 | 339,5 | 232,8 | 202,6 |
| 1731-40 | 267,4 | 408,5 | 340 | 219,6 |
| 1741-50 | 1.174,4 | 762,7 | 493,1 | 223,6 |
| 1751-55 | 585,27 | 1.021,5 | 733,8 | 221,6 |
| Média Geral | 668,5 | 459,9 | 400,8 | 159,3 |

Fonte: KLOOSTER, 2003, op.cit.

Vemos que, dentro do panorama mais abrangente da cadeia mercantil do cacau-chocolate no norte da América do Sul, os comerciantes venezuelanos tinham uma série de vantagens de mercado em relação a seus concorrentes de Guayaquil e Belém. Ser apoiado pelo maior império mercantil da pri-

42 ENTHOVEN, Victor. An Assessment of Dutch Transatlantic Commerce, 1585-1817. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Boston: Brill Leiden, 2003. p. 391; KLOOSTER, Win. Curaçao and the Caribbean Transit Trade. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Boston: Brill Leiden, 2003. p. 215.

meira fase da Era Moderna, o império Habsburgo, lhe garantia acesso direto aos principais mercados consumidores do chocolate, estando sempre um passo à frente de seus concorrentes, cujos comércios com Nova Espanha e Espanha eram proibidos. À primeira vista, tal panorama pode aparentar que no comércio marítimo do cacau venezuelano o ideal mercantilista do exclusivo colonial iria funcionar muito bem. Mas ao atentarmos para a comercialização do cacau dentro de seu contexto atlântico caribenho, percebemos que na maior parte de sua duração o produto de Caracas e Maracaibo contou tanto com as vias legais quanto com o contrabando para o desenvolvimento e a manutenção de seu fluxo. Mais do que isso, a trajetória da mercadoria possibilita analisar como as potências marítimas do noroeste europeu puderam, ao longo de décadas e mesmo séculos, interagir com, e se inserir na, hegemonia ibérica dos mares. Ao mesmo tempo, entender a coexistência dos sistemas atlânticos ibérico e do noroeste europeu, como proposta por Berbel, Marquese e Parron, é fundamental para compreender como o funcionamento de uma cadeia mercantil como a do cacau-chocolate compreendia mundos teoricamente isolados pelas rivalidades imperiais.

Os limites das divisões formais entre os próprios ibéricos

Há ainda uma terceira perspectiva que pode nos ajudar a compreender como o desenvolvimento das cadeias mercantis com frequência ultrapassou os limites mercantis entre os próprios beneficiários da divisão global dada pelo Tratado de Tordesilhas. Isso porque enquanto Guayaquil disputava com Caracas e Maracaibo os mercados novo-hispanos (caracterizando uma competição intercolonial hispânica), Belém disputava o mercado europeu, e mesmo espanhol, com o produto venezuelano (caracterizando uma competição interimperial ibérica).

Nos primórdios do desenvolvimento da exportação do cacau na Amazônia, os colonos portugueses e espanhóis estavam ligados a um projeto econômico comum tendo em vista que representavam uma mesma coroa, enquanto súditos dos

reis Habsburgos no período entre 1580 e 1640. Isso significou que mesmo antes de Belém se tornar um importante porto de exportação de cacau, os portugueses já estavam envolvidos com a cadeia mercantil que se formava entre Caracas, Nova Espanha e Europa. Rafael Chambouleyron, inspirando-se nas teses de Robert Ferry, nos mostra que esse envolvimento se dava principalmente numa das etapas mais cruciais para a formação de vantagens comerciais do cacau caraquenho sobre os mesoamericanos – o tráfico de escravos:

O que nos interessa aqui são as implicações da hipótese desenvolvida por Robert Ferry, que em um artigo posterior ele define como “a íntima conexão forjada entre o comércio de escravos africanos e o comércio transcaribenho de cacau”. Nos primeiros anos de exportação de cacau de Caracas para a Nova Espanha, esta ligação foi atravessada pela presença dos portugueses. Segundo Robert Ferry, em 1607, vários dos encomenderos que cultivavam cacau e participavam do comércio de escravos eram portugueses. A união das duas coroas, a partir de 1580, permitiu uma significativa fixação dos portugueses nas Índias de Castela, já estudadas pela historiografia. Por outro lado, desde o final do século XVI, os portugueses controlavam o comércio de escravos das Índias, incluindo (ainda que ilegalmente) os portos venezuelanos.⁴³

Chambouleyron também defende que a participação lusitana na empreitada hispânica do comércio de cacau é o que os permitia enxergar no Grão-Pará e Maranhão o potencial de produção do fruto. Para o autor, a experiência dos portugueses em Caracas e na Nova Espanha forjou um arcabouço de conhecimentos, ideias e rotas, de modo que, quando projetadas sobre o território da Amazônia portuguesa, se configuraram como uma herança do período da União Ibérica.⁴⁴

Porém, a cisão da mesma gerou um clima de intenso conflito que potencializou a rivalidade luso-hispânica não só na Europa, mas em cada canto do mundo em que se encon-

43 CHAMBOULEYRON, Rafael. Como se hace en Indias de Castilla. El cacao entre la Amazonia portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). *Revista Complutense de Historia de América*, v. 40, p. 23-43, 2014. p. 30-31.

44 CHAMBOULEYRON, 2014, op. cit., p. 24; p. 31.

trassem ou fizessem fronteira. Do sul ao norte da América do Sul houve disputas por domínio de territórios, influência sobre grupos indígenas, marcos demarcatórios e controle de redes mercantis. No caso da cadeia mercantil do cacau, as hostilidades se deram de maneiras específicas dependendo do ambiente. Na Nova Espanha, os portugueses foram perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício.⁴⁵ Na Amazônia, os conflitos se deram principalmente na disputa pela demarcação das fronteiras, que envolvia muitas vezes uma disputa pelo cacau selvagem no interior da floresta tropical, onde o nebuloso emaranhado dos rios amazônicos faziam com que portugueses e espanhóis expandissem suas áreas produtivas por cima das dos rivais. Mas o embate principal entre os ibéricos não se dava na Amazônia e em seu interior, mas no mar, ou melhor, no acesso às rotas marítimas. Por isso em alto mar havia sempre um clima de desconfiança:

Mucho ymporta ao servicio de Dios tener algunas noticias de Francisco Gómez Alvarez, Benito Enrriquez y Duarte Castaño que a ese puerto han hecho viages desde los de Maracaibo y Caracas con empleos de cacao de donde son Vecinos, y tanvien deseamos saver de Enrrique de Leon, Manuel de lacerda y Fernado de Amezquita, y para llegar a alcançar alguna Relaçion de sus Residencias conviene con grande secreto, buena maña y sacon y notable cautela hacer diligencia para ello, sin que la Viveça de los Portugueses pueda prevenir la intención, por que sus discursos se adelantaren mucho mas delos pensam^{tos}. del sancto oficio, diligencia que solo de la capacidad de V.r. se puede fiar, por obiar los gravissimos Y perjudiciales yncovenientes que delo contrario pueden sin falta alguna Resultar si por algun camino se llega a imaginar que solicitamos saver dellos. Vr. por los medios que su prudencia hallase por mejores ynquies y sepa donde estan algunos, o todos los Portugueses mencionados para avisarnos lo, segun lo que e nesta conformidad alcançarse a saver Comunicandolo con el mismo Resguardo y secreto con el lit^{do}. Estevan de Campos que no dexara de conocer a los mas, mas no pasa que mediatamente trate la mathe-ria y si acaso a qualquiera dellos estuviese de Presentes en esa ciudad o se esperase vendra a ella los prendera con secuestro de bienes en compañía del Lit^{do}. Francisco

45 CHAMBOULEYRON, 2014, op. cit., p. 31.

de Viruega Amarilla nuestro comissario segun la forma que se acostumbra sirviendo de mandamiento para su execucion aquesta carta de cuio Recivo se nos avisara Luego con toda brevedad gue Dios etta.(etcetera) Mexico 16 de Mayo 1646 – y esto mesmo se entienda con Vn Portugues llamado Pedro de Campos cuyo hermano Enrrique de Campos mataron en Caracas.

Pe.comisso.Luis de Velascos⁴⁶

A carta acima, escrita pelo comissário Luis de Velascos, nos apresenta o leque de preocupações da marinha hispânica no Caribe dentro desse momento de tensões pós restauração portuguesa. A correspondência foi enviada para tentar localizar ao mesmo tempo um grupo de comerciantes que estariam trazendo cacau de Caracas e Maracaibo, e um grupo de portugueses que andavam circulando na região. Velascos reforçava a seu destinatário a necessidade de prender esses homens com o devido confisco de seus bens. Não fica claro se esses bens eram necessariamente mercadorias ou sequer se esses portugueses estavam ligados ao comércio de cacau. O que a carta revela é, em primeiro lugar, que a vigilância desse ambiente marítimo dependia de uma rede de informações que precisava ser capaz de identificar sujeitos e o que os mesmos representavam. Em segundo lugar, nos revela que as preocupações do comissário para um ambiente seguro, nesse caso particular, dependia da segurança desses comerciantes de cacau, por um lado, e a prisão dos portugueses, por outro. E, por fim, o tom usado para se referir aos portugueses é bastante carregado, o que revela a tensão envolvendo a simples presença de portugueses em território de domínio hispânico.

Ainda assim, no século XVIII, quando o cacau de Belém começava a atingir níveis mais elevados de exportação, o maior problema dos fiscais hispânicos no Caribe era a presença de holandeses, franceses e ingleses. Isso porque, como parte de um forte império mercantilista, os comerciantes de

46 Archivo General de la Nación, Instituciones Coloniales, Indiferente Virreinal, Cajas 5000-5999, Caja 5025, Expediente 047 (Inquisición Caja 5025), Carta de Pedro Campos, para el comisario Luis de Velasco informando de los viajes de Francisco Gómez Alvarez, Benito Enrriquez y Duarte, los cuales han salido del puerto de Maracaibo y Caracas, con cargas de Cacao y desea saber en donde estan Enrrique de León, Manuel de la Cerda. México, 1646;

Belém não precisavam de uma rota por Curaçao. Ou melhor, nem sequer era uma opção, já que todo o cacau exportado dali deveria seguir obrigatoriamente para Lisboa, a partir de onde acessava o mercado consumidor europeu. No Setecentos, o cacau do Grão-Pará era o carro-chefe econômico da capitania, representando de 40 a 68% do total de exportações, sendo que poucos foram os anos que representou menos da metade. No auge das taxas de exportação dentro do sistema colonial, entre os anos de 1776 e 1822, o produto representou uma média de 50,39% de todas as *commodities* exportadas de Belém.⁴⁷ A cidade portuária exportou uma média de 835,9 toneladas/ano de cacau em um período de noventa anos. Na tabela abaixo podemos ver as médias anuais por década:

Tabela 2: Média Anual de Exportações de Cacau do Belém do Pará por década, 1730-1819 (em toneladas)

| Anos 1730 | Anos 1740 | Anos 1750 | Anos 1760 | Anos 1770 | Anos 1780 | Anos 1790 | Anos 1800 | Anos 1810 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 436,3 | 745,7 | 459,4 | 441,1 | 693,3 | 800,5 | 827,7 | 1619,7 | 1499,6 |

Fonte: ALDEN, 1976, op. cit., p.133-134.

Podemos então aferir três informações a partir desses números. A primeira delas é que, nas primeiras décadas do século XVIII, as exportações de cacau no Grão-Pará não só se consolidaram como atingiram um grau de produtividade crescente. Mas, em segundo lugar, houve uma queda no volume exportado nas décadas seguintes (anos 1750-1760). Essa baixa representava em grande parte os efeitos econômicos sentidos após a grande epidemia de varíola dos anos 1740. Por fim, notamos que, dos anos 1770 até os primeiros vinte anos do Oitocentos, há um constante crescimento da taxa anual de exportação do cacau de Belém, bastante acentuado no último quarto do século XVIII, mas ainda mais no início do XIX.⁴⁸

O cacau que saía de Belém tinha como destino direto a capital metropolitana e, de lá, podia ser reexportado para disputar os mercados da Europa. Mas diferente de seu vizinho

47 ALDEN, 1976, op. cit., p. 112; CLARENCE-SMITH, 2000, op. cit., p. 127.

48 ALDEN, 1976, op. cit., p. 120; p. 139.

ibérico, Portugal recebia grandes quantidades de cacau amazônico, mesmo com o chocolate não tendo se tornado uma bebida tão presente na dieta dos portugueses (muito por conta do chá ter assumido o papel da bebida quente e estimulante de consumo diário).⁴⁹ Ainda assim, a bebida possuía um grande valor de mercado tendo em vista sua inserção em diversas outras localidades europeias, tornando Lisboa uma grande reexportadora de cacau. Na tabela abaixo, podemos observar a relação entre o cacau importado por Portugal e o reexportado, em anos selecionados.

Tabela 3: Cacau reexportado de Lisboa enquanto porcentagem de todo cacau importado (em toneladas)

| Ano | Importação | Reexportações | % de reexportações/ importações |
|------|------------|---------------|------------------------------------|
| 1776 | 850,2 | 584,5 | 68.7 |
| 1777 | 1002,0 | 735,4 | 73.3 |
| 1796 | 703,8 | 571,4 | 81.1 |
| 1797 | 1079,1 | 326,1 | 30.2 |
| 1799 | 1227,3 | 1016,4 | 82.8 |
| 1800 | 2303,0 | 1195,8 | 51.9 |
| 1801 | 993,0 | 1122,4 | 113.0 |
| 1804 | 1568,7 | 1020,2 | 65.0 |
| 1805 | 1650,3 | 1366,4 | 82.7 |

Fonte: ALDEN, 1976, p. 131.

Mesmo em anos cuja importação foi bem maior que a exportação, o volume do cacau exportado não era desprezível. Mas para onde se dirigia esse cacau reexportado? O historiador Dauril Alden organiza dados sobre o destino das reexportações portuguesas do último quarto do século XVIII até o ano de 1822. A península itálica aparece disparada como a maior importadora do cacau de Belém, principalmente as cidades de Veneza, Gênova e a região de Nápoles. Com o valor anual mais baixo chegando a 76,3 toneladas (no ano de 1797), e o valor mais alto chegando a 1311,9 toneladas (no ano de 1806),

49 CLARENCE-SMITH, 2000, op. cit., p. 9.

a Itália durante o período de 46 anos recortados manteve valores de importação anuais muito regulares, raras vezes contabilizando menos de 450 toneladas. Outros mercados também aparecem como clientela do cacau reexportado de Lisboa, como Holanda, França e a região germânica, registrando valores um tanto quanto baixos nas décadas de 1770-80, mas crescendo bastante a partir de 1790 e século XIX adentro.⁵⁰

Mas a curva de importação anual mais notável é de outra região, a Espanha. Pois se até 1797 mal chegava a 18 toneladas em um ano, surpreende quando, no ano de 1799, atinge a marca de 56,3 toneladas importadas de Belém via Lisboa. Nas primeiras décadas do século XIX a importação espanhola do produto se estabiliza entre 48,1 e 349 toneladas anuais.⁵¹ Esse crescimento se deve a dois motivos importantes: a liberalização do mercado espanhol no final do setecentos e o crescimento exponencial do consumo do chocolate no país, quando passou de um produto de luxo para um produto semi-luxuoso. O rápido crescimento da entrada do cacau de Belém na Espanha, praticamente sem um período de transição, pode nos oferecer uma possibilidade explicativa para o período anterior a 1776.

Talvez não tenha existido um período de transição e expansão lenta do cacau do Grão-Pará porque ele já era presente no mercado hispânico. Ao procurar evidências de contrabando do cacau de Belém dentro do território espanhol, Alden observa que Humboldt registrou que uma prática comum na Espanha era a mistura de um quarto do cacau de melhor qualidade de Caracas com três quartos do cacau de menor qualidade de Guayaquil. Só que, de acordo com Alden, como durante boa parte do século XVIII o cacau de Guayaquil não tinha acesso ao mercado metropolitano, esse cacau de menor qualidade provavelmente seria de Belém:

Além disso, antes da abertura do comércio direto entre a costa do Pacífico da América do Sul e a Espanha em 1740, o cacau de Guayaquil não era embarcado para a Espanha, de modo que os tipos de baixa qualidade devem ter vindo de outra fonte. Há evidências que apon-

50 ALDEN, 1976, op. cit., p. 130.

51 ALDEN, 1976, op. cit., p. 130.

tam para a Amazônia portuguesa como nessa fonte. Em 1717, o governo espanhol emitiu um decreto proibindo a entrada em seus domínios de “cacao de Marañon que venian de Portugal [sic]”, isto é, cacau amazônico que veio de Portugal. Este foi o primeiro de uma longa série de advertências semelhantes. Em 1730, um relatório espanhol afirmava que quantidades consideráveis deste cacau estavam sendo contrabandeadas de Portugal para a Espanha, e outro, na década de 1740, afirmava que os portugueses vendiam seu cacau sob o nome cacau de Caiena.⁵²

Aqui podemos observar um movimento comum do contrabando comercial marítimo: o cacau *guayaquileño* passando como se viesse da Guatemala, e cacau de Belém passando como se viesse de Caiena.

Não é possível afirmar que o desenvolvimento da atividade cacaeira para exportação na Amazônia portuguesa se deu inteiramente pela demanda dos principais centros consumidores de chocolate, Nova Espanha e Espanha. Pelo contrário, os números apresentados por Alden indicam que o cacau que parte de Belém encontra sólidos mercados na Grã-Bretanha, na França, na Holanda, nas províncias germânicas e, principalmente, na península itálica. Além disso, por mais que os números de reexportação de cacau a partir de Lisboa sejam bastante expressivos, a maior parte do cacau ainda ficava no mercado português. A média da percentagem de reexportações sobre as importações do cacau em Lisboa entre 1776 e 1822 é de 63,1%, de acordo com os dados de Alden.⁵³ No entanto, enquadrando a circulação do cacau amazônico no panorama da cadeia mercantil do chocolate como um todo entre os séculos XVI e XVIII, é possível observar que a extração do cacau no interior da floresta equatorial sempre teve como um de seus motores as movimentações dos mercados mais intensos do chocolate, Nova Espanha e Espanha. Em primeiro lugar, porque a origem do estímulo à extração dos frutos selvagens amazônicos se deu dentro do contexto de União Ibérica e em um período que o destino do produto era fundamentalmente

52 ALDEN, 1976, op. cit., p. 118.

53 ALDEN, 1976, op. cit., p. 131.

a Nova Espanha. Em segundo lugar, temos as pistas que indicam a existência do contrabando de cacau da Amazônia para a Espanha durante o século XVIII, período em que o país se consolidou como uma das maiores consumidoras de chocolate no mundo. E, por último, o rápido aumento no número de reexportações de cacau para a Espanha nas últimas décadas do século XVIII pode indicar uma certa familiaridade do mercado hispânico com o produto amazônico.

Conclusão

Fazer uma análise levando em conta o contrabando exige muito cuidado. Até aqui apontamos para uma linha que questiona a funcionalidade do princípio do exclusivo colonial em diversas áreas sob domínio Habsburgo. No entanto, é importante ressaltar que a existência, às vezes mesmo que em grande escala, de desvio não significa necessariamente a inexistência de um modelo eficaz de extração de valor colonial pautado no monopólio dos mercados. O que este trabalho procura mostrar é que seguir a trajetória de mercadorias-chaves como o cacau pode ser significativo para mostrar a não rigidez deste modelo mais geral, apontando para o dinamismo, as escolhas e as possibilidades alternativas que se apresentaram no decorrer da história. Nesse sentido, o cacau, dentro desses três prismas analisados, aponta para a insistência a longo prazo que a lógica comercial própria de um produto colonial, vindo de regiões periféricas e excluídas do centro oficial de circulação de riquezas, faz para adentrar redes e rotas planejadas para se isolar. Essas três linhas apresentadas não servem meramente para mostrar que havia contrabando dentro do sistema mercantil ibérico. Mas para evidenciar que, simultaneamente a uma agência imperial que formou e transformou espaços mediante lógicas monopolistas, exclusivistas e protecionistas, houve também na cadeia mercantil uma lógica própria que formou e transformou mundos, de acordo com seus próprios ritmos e não limitada espaço-temporalmente por formalismos imperiais.

Referências

- ALDEN, Dauril. The Significance of cacao Production in the Amazon Region during the late Colonial Period: an Essay in Comparative Economic History. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 120, n. 2, p. 104, 1976.
- BERBEL, M. R.; MARQUESE, R. B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. v. I, 382 p.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Cacao, Bark-Clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region in the Seventeenth and Early Eighteenth Century. *Luso-Brazilian Review*, v. 51, n. 1, p. 1-35, 2014.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Como se hace en Indias de Castilla. El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). *Revista Complutense de Historia de América*, v. 40, p. 23-43, 2014.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase. *Cocoa and Chocolate, 1765-1914*. New York: Routledge, 2000. p. 23-24.
- EMMER, P. C. The Dutch and the making of the second Atlantic system. In: SOLOW, B. L. (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. p. 75-96.
- ENTHOVEN, Victor. An Assessment of Dutch Transatlantic Commerce, 1585-1817. In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from Atlantic Commerce. Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817*. Boston: Brill Leiden, 2003.
- FATTACCIU, Irene. Atlantic History and Spanish Consumer Goods in the 18th Century: The Assimilation of Exotic Drinks and the Fragmentation of European Identities. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 27 juin 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/63480>. Acesso em: 18 maio 2019.
- FATTACCIU, Irene. Cacao: From an exotic curiosity to a Spanish commodity. The diffusion of new patterns of consumption in eighteenth-century Spain. *Food & History*,

European University Institute, Florence, Italy, v. 7, n. 1, p. 53-78, 2009.

FATTACCIU, Irene. *Empire, Political Economy, and the Diffusion of Chocolate in the Atlantic World*. New York: Routledge, 2020.

GRIJALVA, Manuel Miño. *El cacao Guayaquil en Nueva España, 1774-1812* (Política Imperial, Mercado y Consumo). México, DF: El Colegio del México, 2013. p. 179.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2007.

KLOOSTER, Win. Curaçao and the Caribbean Transit Trade. *In: POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). Riches from Atlantic Commerce*. Dutch Transatlantic Trade and Shipping, 1585-1817. Boston: Brill Leiden, 2003.

KLOOSTER, Win. *The Dutch moment: war, trade, and settlement in the seventeenth-century Atlantic world*. Itaca, NY: Cornell University Press, 2016.

LANE, Kris E. *Pillaging the empire: piracy in the Americas, 1500-1750*. First published 1998 by M. E. Sharpe. New York: Routledge, 2015.

MANN, C. C. Navios de dinheiro. *In: MANN, C. C. 1493: como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje*. Campinas: Verus, 2012. p. 184-187.

MARQUES, Leonardo. Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 668-697, set./dez. 2021.

MARTINS, Diego de Cambraia. *A Economia Amazônica na Longa Duração (c.1680-1807)*. XXIX Simpósio de História Natural, ANPUH, Brasília, jun. 2017.

NORTON, Marcy. Tasting Empire: Chocolate and the European Internalization of Mesoamerican Aesthetics. *The American Historical Review*, v. 111, n. 3, p. 670-671, 2006.

POMERANZ, Kenneth. *A Grande Divergência*. A China, a Europa e a Formação da Economia Mundial Moderna. Coimbra: Edições 70, 2013. (Coleção História & Sociedade).

- POMERANZ, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- POSTMA, Johannes Menne. *The Dutch in the Atlantic Slave Trade 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.
- TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2, p. 221-240, 2004.
- TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.
- WALKER, Timothy. Slave Labor and Chocolate in Brazil: The Culture of Cacao Plantations in Amazonia and Bahia (17th-19th Centuries). *Food and Foodways*, Routledge, North Dartmouth, MA, v. 15, n. 1-2, p. 75-106, 2007.

ALIMENTOS

A FARINHA DE MANDIOCA E A FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO NA ÉPOCA MODERNA

Lara de Melo dos Santos

Em sua formulação original, a perspectiva de sistemas-mundo reuniu e corporificou diversos vetores de insurgência contra certas ideias vigentes na época em que foi concebida. Em uma espécie de texto-manifesto de sua teoria, publicado pela primeira vez na década de 1970, Immanuel Wallerstein atacava abertamente os pressupostos de investigação científica que, no campo das Ciências Sociais, seguiam respaldando os preceitos do “pensamento liberal dominante” desde o século XIX, caracterizados por circunscrições falhas, propositais ou irrefletidas, em relação às disciplinas ou às unidades de análise com que operava (a separação entre Economia e Sociologia como exemplo do primeiro caso, e o uso das noções de *sociedade* ou *Estado nacional* como exemplo do segundo) e dos quais resultava um entendimento limitado, para dizer o mínimo, de processos históricos fundamentais. No centro de suas preocupações estava o problema da constituição histórica do capitalismo, sobre a qual a noção de *sistema-mundo* foi capaz de produzir impactos contundentes.¹

Mesmo o marxismo clássico, explica Wallerstein, compartilhava com o pensamento liberal de certas premissas fundamentais acerca da natureza da capitalismo – nomeadamente, as de que ele consistia em um “sistema baseado na competição entre produtores livres que usam trabalho livre

1 WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

com mercadorias livres, livre significando sua disponibilidade para compra e venda em um mercado” – mas esta, que é também uma redução equivocada em termos de unidade de análise, já que, ao restringir à qualidade de “livres” os aspectos formadores do capitalismo, concorre também para uma compreensão limitada de seu processo de constituição.² Se fosse possível transcender a fixação a esta norma e interpretar, por exemplo, formas de trabalho não-assalariado ou bens não-mercadorificados não como “anomalias” ou “resíduos” que subsistem nas margens do sistema, mas como outras variedades de seus elementos constituintes, então seria possível perceber que a formação histórica do capitalismo passa ao largo de seu centro de convergência espaço-temporal do longo século XIX representado pela Inglaterra industrial. Em uma elaboração tanto mais elementar, simplesmente ultrapassar as fronteiras de um ‘nacionalismo metodológico’ que reduz a explicação de todos os processos ao interior de fronteiras nacionais levaria diretamente à mesma conclusão.

Ainda que sua consolidação na forma de uma teoria forte e acabada só tenha se concretizado com o trabalho de Immanuel Wallerstein e outros pesquisadores ligados ao Fernand Braudel Center, da Universidade de Binghamton, ideias análogas ou semelhantes podem ser identificadas em diversos trabalhos muito anteriores àquela publicação. Um exemplo deste tipo de abordagem foi levado adiante por Eric Williams, que na década de 1940 produziu um pioneiro e impactante estudo abordando a centralidade do complexo escravista atlântico para a formação do capitalismo industrial na Inglaterra.³ Na historiografia brasileira, referências obrigatórias ao desenvolvimento de análises sistêmicas, que explicitam a relação direta entre o funcionamento da colônia portuguesa e a constituição do capitalismo na Europa, são as obras de Caio Prado Jr, *Formação do Brasil contemporâneo – colônia* (1942) e Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959) e, depois deles, já em diálogo com a obra de Wallerstein, Fernando Novais, *Es-*

2 WALLERSTEIN, 1999, op. cit., p. 461.

3 WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Publicado pela primeira vez em 1944.

estrutura e dinâmica do Antigo Sistema colonial (1984). Nas últimas décadas, renovadas contribuições à perspectiva de sistemas-mundo tem se fortalecido por meio da chamada história das mercadorias, que permite melhor esclarecer os elos entre diferentes partes do globo com abordagens centradas na história de mercadorias específicas. Este texto pretende apresentar uma breve contribuição a este debate através da história da farinha de mandioca na construção e funcionamento do Mundo Atlântico na época moderna.

Tecnologias indígenas, mundo atlântico

Apesar de vários desacordos em relação à localização, à datação ou às circunstâncias de criação dos núcleos primordiais, a maior parte da produção científica que trata dos processos de domesticação da planta da mandioca na América converge na ideia de sua absoluta centralidade para a história da ocupação do continente pelos povos originários. De acordo com estes estudos, a partir de aproximadamente 6.000 A.P. (data mais frequentemente aceita como a dos primeiros cultivares), os sistemas agrícolas e alimentares organizados em torno da mandioca como gênero central difundiram-se, especialmente, nas terras baixas e quentes do continente, predominando sobre a cultura dos dois outros grandes gêneros americanos, o milho e a batata, em vastas porções do litoral atlântico e da grande bacia do Rio Amazonas – geralmente apontada, aliás, como uma das mais importantes áreas de domesticação.⁴

Nesta multiplicidade de contextos, a própria planta e suas formas de cultivo, admitiram enorme diversidade. Na verdade, a compreensão de que as diferentes variedades domesticadas da mandioca filiam-se todas a uma mesma es-

4 Sobre a domesticação da mandioca na América ver, por exemplo, ROOSEVELT, Anna Curtenius. *Parmana: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco*. Cambridge, MA: Academic Press, 2014. p. 8. CREPALDI, I. C. Origem, evolução e geografia da mandioca: uma revisão. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 10, p. 89-94, 1992; ISENDAHL Christian. The domestication and early spread of manioc (*Manihot esculenta* Crantz): a brief synthesis. *Latin American Antiquity*, v. 22, n. 4, p. 452-468, 2011.

pécie (*Manihot esculenta Crantz*) é mais ou menos recente e se deve ao trabalho do botânico norte-americano David J. Rogers, publicado em 1965. No século XIX, os naturalistas europeus chegavam a enumerar várias espécies e, até a publicação do trabalho de Rogers, os botânicos trabalhavam com a ideia de, pelo menos, duas espécies, a *manihot aipi*, também chamada ‘mandioca doce’, e a *manihot utilissima*, ou ‘mandioca amarga’, tamanho o contraste entre os cultivares.⁵ A principal diferença consiste na concentração de ácido cianídrico, um componente altamente tóxico que torna fatal o consumo da mandioca amarga (ou brava) em estado natural.

Muitos analistas acreditam que a toxicidade deve ter sido o principal fator do desenvolvimento do chamado ‘complexo de processamento da mandioca’, um conjunto de instrumentos constituído por raladores, prensas, pilões, panelas e torradores usados para depurar as variedades amargas da mandioca até a transformação em seus subprodutos mais frequentes, a farinha e o pão. Apesar de uma apresentação bastante variada no interior da grande área de abrangência da mandioca, de forma geral, o fabrico e o manejo de alguns destes dispositivos (por exemplo o *tipiti* dos povos da Amazônia) e, principalmente, as etapas do beneficiamento, foram vistas por outros pesquisadores como tarefas excessivamente demoradas e complicadas para a finalidade única da desintoxicação, que poderia ser atingida através de processos culinários muito mais simples, como o cozimento e a torrefação. Para uma parte expressiva da literatura especializada, a história do desenvolvimento do instrumental e das técnicas de processamento da mandioca estaria então, forçosamente, ligada a outros fatores.

Para o território hoje ocupado pelo Brasil, os mais antigos escritos produzidos pelos europeus no contexto de sua invasão ao continente, como se sabe, são relativos aos povos tupi então habitantes das regiões costeiras. Foi entre eles, mais es-

5 Em seu *História das plantas alimentares e de gozo no Brasil (1871-1878)* o alemão Theodor Peckolt, por exemplo, relacionou cinco espécies. Sobre o assunto ver CARNEIRO, R. L. The evolution of the tipiti: a study in the process of invention, *In: FEINMAN, Gary; MANZANILLA, Linda. Cultural evolution: contemporary viewpoints*, 2000. p. 67.

pecificamente entre os Tupinambá do litoral do Rio de Janeiro que, o francês Jean de Léry registrou, em meados do século XVI, o uso do termo *uhi antan* (ou “farinha de guerra”, na tradução que mais tarde lhe atribuíram os portugueses) que designava o subproduto processado da mandioca preparado especificamente para as ocasiões de longas jornadas.⁶ Isto porque, como é fácil constatar através de experiências realizadas no presente, uma vez colhida, a mandioca apodrece rapidamente, ao contrário do produto de seu processamento que, levado a este último estágio, gera uma farinha fina e leve, que pode ser armazenada indefinidamente. Suas principais características são níveis excepcionais de conservação e transportabilidade. Como as análises do material arqueológico mostram que praticamente todos os povos que lidaram com a mandioca praticavam estas formas específicas de preparo, e que tais características eram próprias delas, e apenas delas, então o que diversos analistas tem argumentado é que a conservação, e não qualquer outra finalidade, deve ter sido o principal objetivo associado ao desenvolvimento do instrumental e da tecnologia de processamento da mandioca em todas as partes da América pré-colombiana onde ela se desenvolveu.

É verdade que, muitas vezes, e até épocas já avançadas da exploração do continente, não era possível aos invasores fazer escolhas. Como bem mostrou Rebeca Earle, os europeus desenvolveram uma relação ambígua com os alimentos que encontraram no Novo Mundo e, ao mesmo tempo em que consideravam perigoso ou, no mínimo, repulsivo, o consumo dos gêneros americanos, podiam ficar bastante felizes quando com eles se deparavam em circunstâncias de escassez e fome.⁷ No caso da farinha de mandioca, com a qual, na imensa maioria das vezes, nutriam uma relação de aberto desgosto, parecem ter sido precisamente as propriedades mais celebradas pelos nativos as principais determinantes de seu uso também entre os conquistadores. No contexto da ocupação do continente americano

6 LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961.

7 EARLE, Rebeca. *The Body of the Conquistador: Food, Race and the Colonial Experience in Spanish America, 1492-1700*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

e da formação dos impérios atlânticos que caracterizou a era moderna, por causa de sua extraordinária capacidade de servir à viagens duradouras e de longa distância, o alimento indígena foi adotado, fundamentalmente, em duas funções: o militar e o do aprovisionamento das viagens marítimas.

Entre os espanhóis, o termo mais utilizado para denominar a variante ultraprocessada da mandioca era o *casabe* (ao que tudo indica, uma corruptela da designação que lhe atribuíam os povos Arawak do Caribe), mas a expressão através da qual o alimento de fato se tornou conhecido no mundo Atlântico através dos séculos foi, indiscutivelmente, a já mencionada translação do termo tupi para o português, “farinha de guerra”. Se o vocábulo se encontrava plenamente incorporado à língua dos conquistadores já na segunda metade do século XVI, como a menção em virtualmente todas as crônicas quinhentistas obriga admitir, a sua consolidação, nos séculos seguintes, parece expressar, na verdade, uma dupla incorporação, a do alimento e de seu significado na cultura original, porque, por este termo, os portugueses denominavam aquela que se tornaria efetivamente a principal fonte de sustentação de seus contingentes militares até fins do século XIX. O uso militar tornou-se comum em diferentes contextos.

O primeiro era o do aprovisionamento das expedições terrestres de interiorização no território. No Brasil, exemplos importantes são os da ‘Guerra dos Bárbaros’ e a dos Palmares, os dois maiores episódios das ‘guerras internas’ no século XVII, ambas sustentadas com fartas quantidades de farinha de mandioca para as tropas de combate. Antes disso, o registro da compra de “farinha da terra” para a “jornada do Rio Grande”, primeiro movimento coordenado de avanço sobre as terras do interior das capitanias do norte, em 1597, oferece a mais antiga amostra documental desta prática em uma ação específica, mas existem relatos de que, desde a década de 1550, “os armazéns régios incluíam a mandioca e o ‘milho da terra’, o abati dos tupis, entre os mantimentos fornecidos a funcionários e religiosos”.⁸ A partir de uma pesquisa em que trata exa-

8 Mandado do Contador e Provedor da Fazenda Real da capitania de Pernambuco ordenando ao almoxarife da Fazenda real da mesma capitania Mateus de

tamente deste primeiro contexto, a historiadora Kalina Silva argumentou como a experiência da Paraíba pode servir para reafirmar, por similaridade ao que se passava na América espanhola, a implicação, nas guerras de conquista, da agência e dos mantimentos nativos, “como a farinha de guerra, e os guias”.⁹

O mesmo princípio instruiu o uso da comida indígena no alimento das tropas regulares (isto é, as tropas pagas, de primeira linha, que faziam a defesa das cidades) tão logo elas começam a ser constituídas, em meados do século XVI. Aqui, o mais remoto exemplo documental vem da capitania do Rio Grande do Norte, onde, na virada para o século XVII, “dava-se diariamente a cada soldado um alqueire de farinha da terra [e] um quartinho de vinho”, embora o melhor indicativo da adoção generalizada da farinha de mandioca como mantimento das tropas coloniais possa ser encontrado na *Arte militar*, uma espécie de manual de guerra publicado pelo português Luís Mendes de Vasconcelos em 1612.¹⁰ Sobre a alimentação dos soldados, ele instrui, “deveria consistir de ‘trigo, farinha e biscoito’; na sua falta, farinha de centeio, de cevada, de milho”, e finalmente, última das opções, “uma que no Brasil se usa de pau, a de mandioca”, uma afirmação que confirma, na opinião de Evaldo Cabral, a precoce compreensão, no reino, da utilidade militar da farinha de mandioca.

Compreenda-se aqui esta ‘utilidade’ em sentido amplo, porque nos territórios portugueses no Atlântico sul a farinha de guerra exerceu frequentemente uma dupla função, a de alimento e a de pagamento. Para o caso do Brasil, um dos melhores exemplos refere-se não exatamente ao corriqueiro pagamento de rações de farinha aos militares, mas à sua fal-

Freitas de Azevedo que efetua pagamento a Brás Pires referente à aquisição de farinha da terra a fim de ser utilizada na jornada do Rio Grande. 2.11.1597. Projeto Resgate – Pernambuco (1590-1826), Cx. 1, Doc. 6. Sobre os ‘armazéns reais’, ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 91.

9 SILVA, K. Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do século XVI: táticas e estratégias Tupi na conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2020.

10 MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 221; p. 228.

ta: o episódio histórico que ficou conhecido como “motim das farinhas”, uma rebelião protagonizada pelas tropas regulares da cidade de Salvador em 1688 por causa do atraso no repasse da farinha que se lhes devia como pagamento, e que vem a oferecer uma medida da real importância desta prática na administração da segurança dos territórios coloniais. Em Angola, onde, segundo o historiador Jan Vansina, a farinha de mandioca constituía “o 3o ramo do comércio, após o tráfico e o tecidos de rafia”, o uso militar, no sentido estrito do abastecimento dos exércitos – que ganha muito importância no episódio de sua Reconquista, ainda segundo Vansina – teria impulsionado decisivamente o sistema de produção que ali se instala no final do XVI, com a finalidade específica de abastecer o tráfico de escravos.¹¹ Nesta época, a transposição da mandioca e de suas técnicas de cultivo e processamento para a África esteve diretamente relacionada à segunda importante função que ela exerce no mundo Atlântico, o seu uso como alimento de transporte, que os europeus também aprenderam com os indígenas e instituíram imediatamente após a conquista.

Entre os espanhóis, o primeiro a falar sobre isso foi provavelmente Gonzalo Fernández de Oviedo, que, em seu *Sumario de la natural historia de las Indias*, publicado em Sevilha em 1526, escreveu:

Este pan de cazabe se sostiene un año y más, y lo llevan de unas partes a otras muy lejos, sin se corromper ni dañar, y aun también por la mar en ben mantenimiento, y se navega com él por todas aquellas partes y islas e Tierra Firme, sin que se dañe si no se moja.

Para o caso da América portuguesa, o melhor exemplo é o do colono Gabriel Soares de Souza, talvez o único a estabelecer uma relação clara e simétrica entre o uso que faziam da farinha os nativos e os conquistadores. Depois de descrever mais de um dezena de usos possíveis para a mandioca (as raízes que, em suas palavras, “servem para mil coisas”), no seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587* ele explica:

11 VANSINA, Jan, Histoire du manioc en Afrique centrale avant 1850. *Paideuma*, n. 43, p. 255-279, 1997. p. 262.

Farinha de guerra se diz porque o gentio do Brazil costuma chamar lhe assim pela sua língua, porque quando determinam de ir fazer a seus contrários algumas jornadas fora de sua casa, se provê desta farinha, que levam às costas ensacada, em uns fardos de folha que para isso fazem. [...] Desta farinha de guerra usam os portugueses que não tem roças, e os navios que vem do Brazil não tem outro remédio de matalotagem para se sustentar esta gente até Portugal senão o da farinha de guerra”.¹²

Não existem, para este período, dados quantitativos que permitam avaliar o impacto da integração da farinha de mandioca às redes de navegação atlântica ou a sua importância em relação a outros produtos que cumpriam, nesse contexto, a mesma função. Algumas informações recolhidas ao acaso na pesquisa, no entanto, oferecem possibilidades de comparação. No final do século XVI, segundo Luiz Felipe de Alencastro, nos navios que tocavam os portos do Brasil, “a farinha de mandioca substituía o biscoito de trigo europeu e o inhame de São Tomé”, enquanto nas rotas que levavam os negreiros da cidade de Cartagena até o Peru através do istmo do Panamá, usava-se muito mais o milho, abundante na região, para alimento dos escravizados que permaneciam na cidade à espera do embarque. O *casabe* era comprado só perto da data de viagem, preferido para a travessia por causa de sua durabilidade, e das dificuldades de preparação do milho no navio”.¹³ Na época, o espanhol Nicolás Monardes escrevia que “o *casabe* podia ir até a Espanha e voltar.”¹⁴

Interpretada ao pé da letra, esta afirmação deveria nos levar a atribuir alguma importância à incorporação do *casabe* produzido no Caribe às rotas que fazem a ligação com Sevilha,

12 SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. p. 168.

13 Sobre o uso da farinha de mandioca em substituição ao inhame e ao trigo ALENCASTRO, 2000, op. cit., p. 255. Sobre o tráfico a partir de Cartagena, NEWSON, Linda; MINCHIN, Susie. Diets, food supplies, and the african slave trade in early seventeenth-century spanish America. *The Americas*, v. 63, n. 4, p. 517-550, 2007. p. 523.

14 MONARDES, Nicolás. *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales*. Sevilla: en casa de Fernando Diaz, 1580. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=BMiaWiCqFCMC&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q=yuca&f=false>. Acesso em: 20 abr. 2022.

embora sejam muito mais comuns as referências, para esta época, do seu uso nas rotas inter caribenhas. Neste sentido, o *casabe* foi importante particularmente no estágio da Conquista representado pela passagem à Terra Firme, alimento principal de muitas das expedições que partiam das Antilhas para o continente – como foi o caso da conquista do Vice-reino da Nova Espanha (atual território do México) a partir da ilha onde hoje fica em 1514, em que “a maior parte dos suprimentos era de porco e pão de mandioca” e o episódio da fundação da cidade de Santa María de Antigua del Darién, que só foi possível consolidar através de continuadas ‘importações’ de *casabe* produzido nas Antilhas.¹⁵

Para as embarcações que tocavam o litoral da América portuguesa, o alimento mais corriqueiro era, sem dúvida, a farinha de mandioca. Sobre o século XVI, as fontes mais frequentemente citadas para ilustrar este que é um fato consensualmente aceito pelos historiadores brasileiros são as reunidas na *História Trágico-marítima*, a célebre coletânea de relatos de naufrágios e acidentes marítimos ocorridos aos portugueses ao longo do século XVI. Nele, a farinha está presente em três ocasiões: os relatos das viagens das naus Santa Maria da Barca, em 1559, quando “uns poucos punhados de farinha de pau” salvaram a vida de passageiros e da tripulação no regresso de Cochim, na Índia; o da nau São Paulo, que viajou para Sumatra em 1560, e reservava a “farinha-de-pau do Brasil” apenas aos oficiais e “para o tempo de trabalho”, devido a escassez de alimentos que estavam sofrendo, e no do *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho*, que viajava de Olinda para Lisboa em 1565, restando-lhe, depois de vários insucessos, “nenhum mantimento mais que duas canadas de vinho e huns muito poucos punhados de farinha de pau”.¹⁶ Mais do que identificar, porém, isolada e ilustrativamente o uso da farinha de mandioca nas diferentes rotas traçadas pelos portugueses, o mais importante aqui talvez seja notar que, entre os doze relatos publicados, apenas três tratam de embarcações

15 CASTILERO-CALVO, Alfredo. The city in the Spanic Caribbean (1492-1650). In: EMMER, Pieter (ed.). *New Societies: The Caribbean in the Long Sixteenth Century*. Palgrave MacMillan, 2003. (General History of Caribbean, 2). p. 211.

16 BRITO, Bernardo Gomes. *História trágico-marítima*. Porto: Portucalense, 1942.

que, acidentalmente ou não, haviam tocado as costas da América, e não há de ser simples coincidência o fato de que todos eles carregaram entre os mantimentos precisamente a “farinha de pau” do Brasil. Em seu pequeno estudo sobre o “consumo transatlântico da farinha de mandioca”, o historiador Jaime Rodrigues explica que “se em fins do século XVI a prática já era corrente, ela foi mantida e institucionalizada nos séculos seguintes, a partir das capitânicas costeiras da América”, e passou a ser utilizada nas embarcações do tráfico negreiro, assim que ele se torna regular, mais ou menos na mesma época.¹⁷

Como explicam Judith Carney e Richard Rosomoff, nesta época, o início das atividades do tráfico criou em Angola uma dupla pressão sobre o sistema de produção de alimentos porque, além da forte demanda exigida pelo movimento dos negreiros, o escravismo desestruturava as redes de produção no interior, movendo os camponeses, na condição de escravizados, para os portos de embarque.¹⁸ Por isso, os negreiros empenhavam muita farinha de mandioca produzida no outro lado do Atlântico, no Rio de Janeiro. Era uma transação notável, registrada em várias crônicas da época.

Em seu *História do Brasil*, o frei Vicente do Salvador anotou que, durante a administração do governador Luís de Meneses (1608-1612), enquanto no resto da colônia os engenhos funcionavam à plena, a capitania do Rio possuía poucos estabelecimentos, “tratando mais de farinha de mandioca para Angola do que açúcar”, como observara também o marinheiro batavo Dierick Ruiters que, de sua passagem pelo Rio em 1618, registrou que muitos navios iam ao porto buscar farinha para trocar por negros em Angola.¹⁹ Mais ou menos na mesma época

17 RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 69-95, 2017. p. 85.

18 CARNEY, Judith; ROSOMOFF, Richard Nicholas. *In the shadow of slavery: African botanical legacy in the Atlantic world*. Berkeley, CA: University of California Press, 2010. p. 54.

19 SALVADOR, Vicente (frei). *História do Brasil (1560-1627)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. p. 421. O relato do navegante holandês foi mencionado por SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferia e diversidade regional. In: FRAGOSO, João Luís; GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial (1580-1720)*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 18.

ca, Brandônio escreveu que as naus vindas do Reino faziam escala no porto do Rio de Janeiro para amearhar a farinha de mandioca depois transportada para Angola, onde era vendida “por subido preço”.²⁰ Impressionado com a rentabilidade do negócio, o navegante francês François Pyrard de Laval fez registrar as cifras envolvidas na transação: o alqueire da farinha, comprado no Rio por 40 libras, valia 8 francos em Angola, onde os negociantes “tiram em comutação de suas mercadorias escravos, de que ali há tão grande número.”²¹

A magnitude dos volumes transportados, que pode ter chegado a 680 toneladas ao ano, fez com que o historiador Luís Felipe de Alencastro se referisse a este fenômeno como um “ciclo da mandioca”, ligando o Rio de Janeiro a Angola entre os anos 1590-1630.²² Apesar da consolidação, nas décadas seguintes, de uma produção estritamente local, cujo impulso decisivo esteve relacionado a uma política levada a cabo pelo governador Fernão de Souza, que previa a concessão de títulos de sesmarias como contrapartida da produção do gênero, até pelo menos as primeiras décadas do século XIX as demandas criadas pelo tráfico tornarão indispensável, em Angola, a importação sistemática de farinha de mandioca produzida no Brasil.

Em 1696, por exemplo, a Câmara de Salvador determinava que os traficantes de escravos que operavam a partir dali produzissem toda a farinha utilizada pelos tripulantes das embarcações, sob pena de multa de seis mil réis, reiterando a obrigação em 1701, 1716 e 1785.²³ Do outro lado do Atlântico, em 1735, o governador geral de Angola escreve ao rei solicitando sua intervenção junto aos “governadores dos

20 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 83.

21 LAVAL, Francisco Pyrard. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval às Índias Orientais (1601 a 1611)*. Tomo II. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862. p. 192.

22 ALENCASTRO, 2000, op. cit., p. 251.

23 Posturas 11, 21 e 34, publicadas no Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no Arquivo Municipal de Salvador. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 1988, citadas por SIMÕES FILHO, Afrânio. *Política de abastecimento: o celeiro público da Bahia (1785-1866)*. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. p. 41.

portos do Brasil para que os navios que viessem ali carregar escravos trouxessem mantimentos suficientes para suas arqueações”, sendo atendido através de duas provisões régias dirigidas simultaneamente às capitanias do Rio e da Bahia que, em 1741, estipulavam que as embarcações dirigidas aos portos de Angola levassem “a farinha necessária para o número de escravos” que transportavam.²⁴ Em sua extensa pesquisa sobre o tráfico negreiro operado a partir de Angola, Joseph Miller encontrou o mesmo tipo de expediente em datados de 1731, 1735, 1736, 1739, 1741, 1746, 1755, 1766, 1783, 1789, 1790, 1817 e 1824, descobrindo ainda a brutalidade operada pelos negociantes que procuravam tirar vantagem comercial daqueles momentos ao trazer suprimentos alimentares excedentes do Brasil, mas recusando-se a vendê-los para os mercadores africanos em terra, com o que produziam um estoque de escravos famintos, que poderiam ser comprados a preços mais baixos e alimentados depois de embarcados.²⁵

Seria no mínimo desafiador, em virtude da qualidade das fontes disponíveis, avaliar o peso relativo da farinha de mandioca para o funcionamento das rotas sul-atlânticas do comércio negreiro ao longo de toda a era moderna, mas considerar a preeminência dos portugueses neste circuito e o uso irrestrito que passaram a fazer da farinha de mandioca a partir de suas experiências na colônia americana para apontá-la como o principal gênero do comércio negreiro sul-atlântico na era moderna constitui, pelo menos, uma boa hipótese. Isso nos levaria a concluir também que, neste sentido, a América

24 Carta do governador e capitão general de Angola Rodrigo César de Meneses ao rei sobre a falta de mantimentos [...], 20.3.1735. AHU CU ANGOLA 001, Cx. 31, Doc. 2985; Carta do Vice-Rei respondendo ao rei D. João V a provisão Real que manda fazer com que os navios que navegam da capitania da Bahia para os portos de Angola levem a farinha necessária para o número de escravos das suas arqueações [...] 4.1.1741, *Projeto Resgate*, Coleção Bahia Avulsos (1604-1828), Cx. 70, Doc. 5900 e Carta do governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais Gomes Freire de Andrade ao rei D. João V informando o cumprimento da Ordem Régia que determinava a distribuição de farinha excedente naquela capitania pelos navios que navegavam para os portos do Reino de Angola para sustento dos escravos de suas arqueações e viagem, 15.6.1741, *Projeto Resgate*, Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830), Cx.33, Doc. 3516.

25 MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1997. p. 352.

portuguesa pode ter desempenhado para o Atlântico Sul papel análogo ao que a ilha de Madagascar ocupava no sistema comercial do Oceano Índico – o de centro abastecedor de uma rede transoceânica de comércio que interligava várias regiões do mundo.²⁶

Conclusão

Parte de uma pesquisa mais ampla sobre o papel da farinha de mandioca na formação do mundo Atlântico moderno, este texto foi desenvolvido a partir de duas ideias centrais e convergentes, porque levam à mesma conclusão por caminhos diferentes. A primeira, que tem espaço privilegiado no interior do campo que, nos últimos anos, tem se consolidado sob a rubrica da *história indígena de longa duração*, está relacionada ao propósito de esclarecer como alguns aspectos fundamentais das sociedades que viviam no continente antes da invasão europeia não apenas persistiram, mas foram plenamente incorporados às que se fundaram depois, no contexto da colonização.²⁷ Nesse sentido, o caso particular da farinha de mandioca e de suas tecnologias de produção constituem um bom exemplo de como milênios de anos em conhecimento e desenvolvimentos tecnológicos indígenas foram postos a serviço da constituição dos grandes impérios coloniais modernos, e, em especial, o português. Ao colocarmos o mesmo problema da perspectiva inversa, encontraremos, como argumentava a princípio, a farinha de mandioca e, com ela, um corpo milenar de saberes ameríndios, no centro da explicação sobre a constituição histórica do capitalismo.

26 HOOPER, Jane. *Feeding globalization: Madagascar and the provisioning trade (1600-1800)*. Athens, OH: Ohio University Press, 2017.

27 KATER, Thiago; LOPES, Rafael de Almeida. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/174977>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- BRITO, Bernardo Gomes. *História trágico-marítima*. Porto: Portucalense, 1942.
- CARNEIRO, R. L. The evolution of the tipiti: a study in the process of invention, *In*: FEINMAN, Gary; MANZANILLA, Linda. *Cultural evolution: contemporary viewpoints*, 2000. p. 61-91.
- CARNEY, Judith; ROSOMOFF, Richard Nicholas. *In the shadow of slavery: African bothanical legacy in the Atlantic world*. Berkeley, CA: University of California Press, 2010.
- CASTILERO-CALVO, Alfredo. The city in the Spanic Caribbean (1492-1650). *In*: EMMER, Pieter (ed.). *New Societies: The Caribbean in the Long Sixteenth Century*. Palgrave MacMillan, 2003. (General History of Caribbean, 2). p. 201-246.
- CREPALDI, I. C. Origem, evolução e geografia da mandioca: uma revisão. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 10, p. 89-94, 1992
- EARLE, Rebeca. *The Body of the Conquistador: Food, Race and the Colonial Experience in Spanish America, 1492-1700*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.
- HOOPER, Jane. *Feeding globalization: Madagascar and the provisioning trade (1600-1800)*. Athens, OH: Ohio University Press, 2017.
- ISENDAHL Christian. The domestication and early spread of manioc (*Manihot esculenta* Crantz): a brief synthesis. *Latin American Antiquity*, v. 22, n. 4, p. 452-468, 2011.
- KATER, Thiago; LOPES, Rafael de Almeida. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. *Revista de História*, São Paulo, n. 180, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://>

- www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/174977.
Acesso em: 20 abr. 2022.
- LAVAL, Francisco Pyrard. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval às Índias Orientais (1601 a 1611)*. Tomo II. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862. p. 192.
- LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1961.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Ed. 34, 2001. p. 221; p. 228.
- MILLER, Joseph C. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1997.
- MONARDES, Nicolás. *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales*. Sevilla: en casa de Fernando Diaz, 1580. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=B MiaWiCqFCMC&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q=yuca&f=false>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- NEWSON, Linda; MINCHIN, Susie. Diets, food supplies, and the african slave trade in early seventeenth-century spanish America. *The Americas*, v. 63, n. 4, p. 517-550, 2007.
- RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 69-95, 2017.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. *Parmana: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco*. Cambridge, MA: Academic Press, 2014.
- SALVADOR, Vicente (frei). *História do Brasil (1560-1627)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferia e diversidade regional. In: FRAGOSO, João Luís; GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial (1580-1720)*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

- SILVA, K. Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do século XVI: táticas e estratégias Tupi na conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2020.
- SIMÕES FILHO, Afrânio. *Política de abastecimento: o celeiro público da Bahia (1785-1866)*. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.
- VANSINA, Jan, Histoire du manioc en Afrique centrale avant 1850. *Paideuma*, n. 43, p. 255-279, 1997. p. 262.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. *In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org.). Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Publicado pela primeira vez em 1944.

A PRODUÇÃO, O COMÉRCIO E O CONSUMO DO CHARQUE/*TASAJO* NO ATLÂNTICO ESCRAVISTA: BUENOS AIRES, MONTEVIDÉU E RIO GRANDE DO SUL (1780-1900)

Jonas Vargas

Introdução

A salga da carne animal para a sua conservação e posterior consumo é conhecida desde a Antiguidade e tal prática foi dominada por diferentes povos em diversas partes do mundo. Contudo, no mundo atlântico, a constituição de polos regionais dedicados a tais atividades em larga escala, com a finalidade de obter lucros no comércio marítimo e com o emprego de um enorme contingente de trabalhadores, caracterizou a economia de poucas localidades. O auge em termos de toneladas fabricadas e exportadas foi atingido no século XIX e o principal espaço produtor de carnes bovinas curadas com sal estava estabelecido na fronteira meridional da Bacia do Rio da Prata, entre os impérios português e espanhol. As cidades de Buenos Aires e Montevideú, do lado hispânico, e Pelotas, no sul da Capitania de São Pedro do Rio Grande, do lado lusitano, foram os principais centros produtores dessa mercadoria.

Havia diferentes tipos de carnes secas e salgadas sendo produzidos no Atlântico escravista¹, mas o produto mais fa-

1 Algumas das variedades de carnes secas e curadas com sal ficaram mais conhecidas na época. As carnes bovinas salgadas conservadas em barris e fabricadas pelos irlandeses eram um desses tipos. A carne de porco salgada (o toucinho) também era amplamente fabricada, assim como as muitas variedades de peixes secos e salgados. Na América inglesa, os colonos consumiam o “pemmican”, feito com carne de bisão e produzido pelos indígenas.

bricado e comercializado na região estudada foi o charque, ou carne-seca, também chamado de *tasajo* pelos hispano-platinos.² A forma de preparo do charque/*tasajo* consistia no corte de finas mantas de carne, que eram impregnadas com sal, empilhadas e reempilhadas durante alguns dias, com fins de iniciar o processo de desidratação, e depois expostas em varais para continuar o processo de secagem ao ar livre. A mercadoria permanecia apta para o consumo durante meses, podendo passar de um ano, dependendo da forma de conservação.³ No século XVIII e primeira metade do XIX, essa mercadoria foi um dos principais componentes da alimentação dos escravizados das *plantations* cafeeiras e açucareiras e das tripulações marítimas, além da população mais pobre das cidades litorâneas.⁴

Em Pelotas, principal cidade produtora do Rio Grande do Sul, os estabelecimentos que fabricavam essa mercadoria eram chamados de “charqueadas”, enquanto que nas cidades de Montevideu e Buenos Aires recebiam o nome de “saladeros”. No início do século XIX, as três cidades juntas reuniam mais de 70 estabelecimentos dedicados à produção da mercadoria. No meado do século XIX, outra importante fabricante, a província argentina de Entre Rios, uniu-se às três localidades mencionadas (Figura 1). Juntas, elas abatiam, no início dos anos 1860, uma média de 1,2 milhão de cabeças de gado *vacum* por ano e chegavam a exportar mais de 100 mil toneladas anuais de charque, tornando a fronteira meridional da

2 Alguns autores também se referem a ela como carne salgada, muito embora esse termo fosse mais empregado para denominar as carnes em barris fabricadas pelos irlandeses.

3 Para uma descrição, ver CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

4 SLUYTER, Andrew. The Hispanic Atlantic's Tasajo Trail. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, p. 98-120, 2010; VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. 505 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013; PARENTE, Gabriel. *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América Portuguesa nas dinâmicas de um Império em movimento (Século XVIII)*. 2021. 630 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

América do Sul a maior produtora de carne bovina salgada do Atlântico.⁵

Figura 1 – Fronteira platina com o Brasil e os polos produtores de charque/tasajo (século XIX)



Fonte: BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, v. 19, n. 4, p. 399-411, 1993. p. 400.

Os mencionados complexos *saladeris* contribuíram para a dinamização da economia regional, pois tornaram possível um melhor beneficiamento da matéria-prima animal, que antes tinham os couros como principal mercadoria exportada.⁶

5 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit., p. 342.

6 É importante mencionar que esse tipo de carne desidrata com sal já era fabricado na região platina antes do processo de montagem desses estabelecimentos no final do setecentos. Contudo, tratava-se de uma produção bastante artesanal, para o consumo local e com excedentes negociados para as tripulações dos portos platinos. Além disso, a conservação pela salga também era conhecida pelos

Além disso, o surgimento dessas unidades produtivas proporcionou o aproveitamento quase total dos bovinos, pois elas também exportavam couro, graxa, sebo, chifres, cabelos e outros produtos derivados desses animais, trazendo mais lucros aos proprietários. Como as charqueadas/*saladeros* abatiam centenas de milhares de cabeças de gado por ano, a sua instalação provocou um aumento na demanda por bovinos. Novas fazendas de criação (estâncias) foram surgindo, dando início a um processo de acelerada migração para as fronteiras agrárias da região e de expansão das áreas dedicadas à pecuária, causando um avanço sobre terras indígenas e um impacto demográfico, econômico, social e ambiental que marcou a paisagem rural daquela fronteira.⁷

O bioma pampa, rico em vastas pastagens favoráveis à pecuária extensiva, formava a paisagem agrária da maior parte daquela região na qual as três cidades estavam encravadas nas margens atlânticas, próximas aos três principais portos marítimos da região. Além disso, como defendi em outra oportunidade, o desenvolvimento do setor foi conjunto e conectado, evidenciando trocas socioculturais e econômicas transfronteiriças. Enquanto os luso-brasileiros nutriam-se do gado oriental em todas as safras, os portos hispano-pletinos receberam africanos cativos de comerciantes portugueses. O *tasajo* do litoral argentino e o rio-grandense muitas vezes foi exportado por Montevideu, enquanto carnes uruguaias foram carregadas pelas vias fluviais internas até o porto de Rio Grande para serem negociadas. A crise de um lado favorecia a produção no outro e

indígenas. Acredita-se que o vocábulo “charque” vem do termo “ch’arki”, da língua quéchua (BIANGARDI, Nicolás. Más allá del saladero: una mirada sobre la producción de carne salada en el Río de La Plata del siglo XVIII. *Folia Histórica del Nordeste*, n. 37, p. 87-106, enero/abr. 2020).

7 GILBERTI, Horacio. *Historia Económica de la ganadería argentina*. Buenos Aires: Solar, 1981; MORAES, María Inés. *Las economías agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeños*. 2011. 427 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011; FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1820-1870)*. Santa Maria: UFSM, 2010; ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777- 1835)*. 2012. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2012.

vice-versa. A transposição de animais e soldados entre as fronteiras imperiais e, posteriormente, nacionais, e as muitas guerras da região colocavam essas economias em contato.⁸

A opção por uma abordagem relacionada à história das mercadorias busca escapar de um tipo de nacionalismo metodológico que muitas vezes tende a estudar a economia *saladeril* em um só país, um só império colonial ou com enfoques excessivamente regionais, sem um enquadramento em termos mais atlânticos.⁹ Nesse sentido, muito embora os produtores competissem pela oferta de gado bovino e por mercados consumidores, e uma perspectiva comparativa também inspire a análise, as diferenças entre os três setores produtivos serão menos acentuadas do que as suas semelhanças, pois penso esse espaço econômico fronteiriço de forma integrada e conectado a um sistema mercantil atlântico e escravista muito mais amplo. O enfoque analítico atlântico também permite vincular esse espaço produtor de carnes a uma fase da história do capitalismo, relacionada à escravidão mercantil e à expansão do tráfico negreiro. O presente capítulo analisa brevemente o comércio, a produção e o consumo dessa mercadoria desde a formação dos três principais pólos fabris, na virada do século XVIII para o XIX, até o início da sua decadência, já no início do século XX.¹⁰

A formação do complexo saladeril na fronteira sul e a expansão do comércio de charque/tasajo no Atlântico escravista

É sabido que a revolução escrava e o conseqüente processo de independência no Haiti retiraram a ilha da posição de

8 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit. Essa perspectiva também se relaciona com a de PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Berkeley, CA: University of California Press, 2015.

9 Ver, por exemplo, TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (ed.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. Um capítulo sobre as carnes não foi contemplado pelos organizadores. Estudando o comércio dessa mercadoria entre Buenos Aires e Cuba, Sluyter (2010) chamou esse circuito de “tasajo trail”, mas no presente texto busco evidenciar que ele era mais amplo.

10 O capítulo busca trazer somente uma síntese dos principais aspectos mencionados. Para uma análise mais aprofundada, ver Vargas, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.

maior produtora de açúcar do mundo. Como resultado desse declínio, novas regiões aproveitaram o espaço aberto no mercado atlântico, vindo somar-se a outras áreas açucareiras que expandiram ainda mais a sua fronteira agrícola, tanto na América portuguesa, quanto na colônia espanhola de Cuba. Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, o número de engenhos saltou de 104, em 1778, para 324, em 1800, chegando a 400, em 1810, e mais de 700, em 1828.¹¹ Na Bahia existiam 260 engenhos em 1790, número que atingiu a casa dos 500 em 1820. Segundo Schwartz, entre 1817 e 1828, foram instalados 110 novos engenhos e, na década de 1830, entraram em operação mais 220. Em 1777, Pernambuco e Paraíba juntas possuíam 390 engenhos, mas em 1818, apenas a primeira capitania saltou para 500 engenhos, chegando a 712, em 1844.¹²

Algo semelhante ocorreu com a cultura do café, que também tinha na pérola das Antilhas uma das suas grandes produtoras. Uma fase de aceleração e expansão agrária no início do século XIX teve o Vale do Paraíba como principal produtor. No Rio de Janeiro, o produto atingiu altos níveis de exportação a partir dos anos 1830, quando ultrapassou o açúcar na condição de principal mercadoria exportada pelo Brasil. As exportações pelo porto carioca saltaram de 160 arrobas, em 1792, para 318.032 em 1817, 1.304.450 em 1826 e 3.237.190 em 1835.¹³ Em São Paulo, a lavoura cafeeira começou a se expandir a partir do meado da década de 1810, com destaque para o município de Areias, seguido por Lorena, Guaratinguetá e Bananal, localidades que foram se desmembrando da primeira. Em 1836, cerca de dois terços da produção cafeeira

11 ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. v. 3. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 560.

12 ALDEN, O período final do Brasil, op. cit., p. 557-558; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 343-346; EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 147.

13 FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (c. 1750-c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 93. Para maiores detalhes dessa expansão, ver também MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-384.

paulista provinha dessa região, que se constituía no Vale do Paraíba paulista. Em 1854, a Província possuía 2.600 fazendas de café com 54 mil cativos, muito mais que os 10 mil escravizados nas unidades cafeicultoras de 1829.¹⁴

Como consequência dessa expansão, os setores de abastecimento agropecuários também se ampliaram contribuindo ainda mais com o aumento da demanda por cativos e viabilizando a montagem de novas *plantations*. Os números do tráfico transatlântico registram todo esse crescimento. Entre 1790 e 1830 entraram mais de 1.500 navios negreiros no porto do Rio de Janeiro, trazendo cerca de 700 mil africanos escravizados. Esta cifra, correspondente a somente quatro décadas, representava 20% do total de cativos importados ao longo de 350 anos de tráfico.¹⁵ Na mesma época, a Bahia recebeu mais de 395 mil africanos escravizados, enquanto Pernambuco importou cerca de 240 mil cativos entre 1790 e 1830.¹⁶

Em Cuba ocorreu o mesmo processo de expansão agroexportadora associada à importação de cativos, com o cultivo do fumo e do café, mas principalmente do açúcar. Em 1787, quando a livre entrada de escravizados foi permitida pela primeira vez, as exportações de açúcar atingiram 10 mil toneladas, índice que saltou para 40 mil em 1802. A expansão produtiva foi acompanhada da aceleração do tráfico transatlântico para a região. Se antes de 1789, Cuba teria importado 100 mil africanos escravizados, entre 1790 e 1821 este número aumentou para 240 mil cativos.¹⁷ Conforme Sluyter, pelo menos 656 mil africanos cativos entraram na ilha entre 1811 e 1867. Cerca de 40% dessa mão de obra estava empregada em plan-

14 LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 84-88.

15 FRAGOSO; FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto*, op. cit., p. 95.

16 ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão, *Revista Tempo*, v. 15, n. 29, p. 67-110, 2010. p. 69.

17 BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do Barroco ao Moderno (1492-1800)*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 602-604. A entrada de africanos cativos também ocorreu em outras regiões, como nos Estados Unidos, no Caribe anglo-francês e em outras partes da América Hispânica, por exemplo. No entanto, me detenho apenas à Cuba e ao Brasil pois eles foram o principal mercado consumidor do charque/tasajo exportado pelos fabricantes da fronteira platina.

tações açucareiras e tal processo fez da ilha a maior produtora de açúcar do mundo.¹⁸

A montagem do complexo de salga de carnes na fronteira da região platina e luso-brasileira ocorreu justamente nessa época e estava diretamente relacionada a esse processo, pois a mercadoria de origem animal supria a crescente demanda por alimentos tanto nas novas *plantations* luso-brasileiras e cubanas quanto nas embarcações mercantis e negreiras que cruzavam o Atlântico. Como diversos autores já evidenciaram, assim como o fumo e a cachaça, a carne-seca foi alimento presente nas embarcações marítimas envolvidas com o comércio negreiro para a América lusa e fundamental para a sua realização.¹⁹ Por conta de sua durabilidade, essa mercadoria contribuía com o suprimento das tripulações nas viagens de ida e de volta. No final do Setecentos, as carnes da fronteira platina integraram-se fortemente a esse sistema mercantil de abastecimento, colaborando tanto com a ampliação do tráfico negreiro que marcou o período quanto com a expansão açucareira e cafeeira, pois também alimentava as escravarias das *plantations*.²⁰ Analisando uma amostra de 50 navios que realizaram este comércio a partir do porto do Rio, entre 1827 e 1830, Manolo Florentino percebeu que 97% deles carregavam charque. As quantidades eram suficientes para garantir a alimentação dos africanos na viagem de volta, podendo cada embarcação carregar quase duas toneladas de charque em seus porões. Um planejado suprimento dos navios era decisivo no

18 SLUYTER, Andrew. *Black Ranching Frontiers: african cattle herders of the atlantic world, 1500-1900*. New Haven; London: Yale University Press, 2012. p. 173.

19 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 341-378; PARENTE, Gabriel. *As margens do Império*, op. cit., 2021.

20 SLUYTER, *The Hispanic Atlantic's Tasaño Trail*, op. cit.; VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.; CAMARDA, Maximiliano. *La región Río de la Plata y el comercio ultramarino durante las últimas décadas del siglo XVIII: actores, circulación comercial y mercancías*. 2015. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2015.

sucesso do empreendimento dos traficantes, podendo reduzir a taxa de mortalidade e aumentar os lucros dos mesmos.²¹

Nesse contexto, na década de 1780, comerciantes em Rio Grande e Montevideu tomaram a dianteira dos negócios com o charque. Em 1801, havia cerca de 30 *saladeros* em Montevideu, abatendo anualmente 120 mil reses e empregando mais de 1.000 homens livres e escravizados em suas fábricas. Depois de um longo tempo em que os seus comerciantes se destacaram por conta das exportações da prata potosina, Buenos Aires começou a produzir *tasaço* em larga escala somente a partir da década de 1810. Como as revoluções de independência no Vice-Reinado do Rio da Prata também provocaram o fim do tráfico transatlântico para a região em 1812, é provável que os *saladeros* de Buenos Aires tenham utilizado menos mão de obra escravizada, se comparados aos de Montevideu e interior da Banda Oriental. Entre 1822 e 1825, existiram cerca de 20 *saladeros* ao redor de Buenos Aires.²² Com o tempo, esses estabelecimentos foram aumentando de tamanho e há relatos de que, na segunda metade do Oitocentos, alguns deles empregavam mais de 200 trabalhadores assalariados, reunindo tanto moradores locais quanto imigrantes.²³ No lado português da fronteira, as primeiras charqueadas localizadas em Pelotas, que ainda era um pequeno povoado pertencente à vila de Rio Grande, datam da década de 1780. O complexo fabril pelotense foi o maior produtor de charque do Império do Brasil e utilizou mão de obra escravizada desde as suas origens até a sua grande decadência, na década de 1880, com pouca parcela de trabalhadores livres. Elas reuniam, em média, entre 60 e 70 trabalhadores escravizados, sendo que os maiores proprietários possuíam mais de 150 cativos. Entre 1830 e 1880 funcionaram de 30 a 40 charqueadas no município.²⁴

21 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 122-125; p. 174.

22 MONTOYA, Alfredo. *Historia de los saladeros argentinos*. Buenos Aires: Raigal, 1956. p. 31-39.

23 BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

24 MOREIRA, Paulo; VARGAS, Jonas. Charqueada escravista. In: GOMES, Flávio; SCHWACZ, Lilia (org.). *Dicionário Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Cia. das

Em sua fase inicial, esse espaço produtor de charque/*tasajo* foi beneficiado pela crise de outros importantes concorrentes, como a Irlanda e o nordeste da América lusa, que apesar de terem vivido o seu auge no terceiro quartel do Setecentos, nunca mais retomaram tais índices.²⁵ Percebendo esse espaço aberto no mercado e respondendo à demanda crescente pela mercadoria, os primeiros estabelecimentos tiveram origem no investimento tanto de comerciantes e estancieiros estabelecidos no local, como de negociantes vindos de outras partes do Império, no caso português, mas também de ingleses e franceses, no caso espanhol. Portanto, as redes mercantis no qual esses primeiros proprietários estavam inseridos foi fator fundamental no processo, pois lhes garantia um abastecimento regular de sal e gado a baixos custos, além da importação de mão de obra, no caso dos escravistas, sem contar a colocação da carne em determinados mercados.²⁶

Além disso, não se pode desconsiderar as medidas institucionais que também favoreceram o setor, uma vez que era do interesse das coroas ibéricas a ampliação do fornecimento dessa mercadoria para as tripulações navais de guerra e o abastecimento de tropas militares, além dos fins mercantis mencionados anteriormente. Nesse sentido, a abertura econômica promovida pelas coroas ibéricas no final do Setecentos contribuiu para o arranque do setor. Os charqueadores de Rio Grande, por exemplo, foram beneficiados por Lisboa, que, em 1780, passou a remeter sal diretamente do Reino, encerrando a política dos portos coloniais de estanco. O fim do monopólio sobre o sal foi concretizado em 1801.²⁷ Com a abertura dos portos, em 1808, as exportações do charque au-

Letras, 2018. p. 149-155. Para uma análise dos aspectos relativos à crise do setor e o uso do trabalho livre e do trabalho escravizado, ver VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit..

25 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit., p. 59-87.

26 Para detalhes dessas redes mercantis ver PRADO, *Edge of Empire*, op. cit.; VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.; CAMARDA, *La región Río de la Plata*, op. cit.

27 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit. O sal importado de Lisboa e Cádiz era o preferido dos produtores. Os platinos também se utilizavam das salinas da Patagônia, enquanto os pelotenses do sal de Cabo Frio e do Rio Grande do Norte. No entanto, o comércio dessa mercadoria ainda merece ser mais bem estudada.

mentaram ainda mais, acompanhando a expansão cafeeira e açucareira, mas também o crescimento das remessas de couro para o Atlântico Norte, intermediado por comerciantes fluminenses.²⁸ No Império espanhol, o fim do monopólio comercial de Cádiz, em 1778, também resultou em um aumento das exportações de couros, que apresentava uma alta de preços na Europa.²⁹ Além disso, a importação de africanos cativos acentuou-se. Conforme Borucki, entre 1777 e 1812, cerca de 70 mil africanos escravizados foram levados para os portos do Rio da Prata.³⁰ Como resultado desse processo, o comércio portenho dinamizou-se e uma poderosa classe de negociantes marítimos constituiu-se a partir destas trocas.³¹

Contando com o aporte de investidores locais, mas também com ingleses, franceses e catalães, o lado espanhol da fronteira platina apresentou um maior dinamismo econômico ao longo do século XIX. A escalada da produção de carnes curadas para exportação deu-se primeiramente em Montevideu, na década de 1780. A liberdade mercantil conectou os comerciantes da cidade à expansão do tráfico transatlântico de africanos escravizados que caracterizou o período, colocando a cidade no centro de importantes redes transimperiais, sobretudo com os luso-brasileiros.³² Se, por um lado, esse comércio viabilizou a entrada de mão de obra para os *saladeros*, por outro, a crescente entrada de africanos escravizados em Cuba também fez ampliar o mercado consumidor de *tasaço*, dominado por comerciantes catalães.³³ Além disso, as déca-

28 OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007; ARRUDA, José Jobson de A. A abertura dos portos e a ruptura do sistema colonial luso-brasileiro. In: COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro: capital do Império português (1808-1821)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p. 105.

29 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 144.

30 BORUCKI, Alex. 250 años de tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata: de la fundación de Buenos Aires a los “colonos” africanos de Montevideo, 1585-1835, *Revista Claves*, v. 6, n. 12, p. 255-290, enero/jun. 2021.

31 SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.

32 PRADO, *Edge of Empire*, op. cit.

33 SILVA, Hernán A. La estructuración del comercio y la navegación desde el río de la Plata a Cuba, *Anuario de Estudios Americanos*, Tomo LI, n. 2, p. 61-73, 1994; Camarda, *La región Río de la Plata*, op. cit.,

das de 1780 e 1790 também foram marcadas pela atuação direta dos comerciantes do Rio da Prata no tráfico transatlântico, em um cenário no qual mercadores catalães, estadunidenses e luso-brasileiros também estavam envolvidos.³⁴

Os trabalhadores escravizados estavam situados em todas as etapas dessa cadeia mercantil. No entanto, a mão de obra escravizada antecedia o início do processo de produção das carnes. O pampa, com suas extensas planícies desde o sudoeste do Rio Grande do Sul até a área rural de Buenos Aires, era rico em pastagens e reunia grandes rebanhos bovinos. A pecuária já era economicamente importante na região, desde o século XVII, mas o produto-rei sempre foi o couro, exportado em grandes quantidades. O surgimento das charqueadas e *saladeros* demandou mais gado bovino, o que provocou a migração para as fronteiras agrárias e o surgimento de milhares de estâncias de criação de animais, exigindo mais mão de obra cativa.³⁵ Aliás, a anexação da província Cisplatina favoreceu a expansão da escravidão na metade norte da Banda Oriental, assim como a maior presença de proprietários brasileiros naquelas terras.³⁶ A importância dos rebanhos uruguaios foi estrutural para o setor produtor de Pelotas. Anualmente, as charqueadas pelotenses abatiam entre 300 mil a 350 mil cabeças de gado, sendo que cerca de 100 mil eram provenientes de propriedades de criação localizadas no Uruguai.³⁷ Isto fazia com que brasileiros e uruguaios correntemente entrassem em confronto por terras e gado bovino na fronteira, provocando abusos e violências de ambos os lados.³⁸ A escravidão foi defi-

34 PRADO, *Edge of Empire*, op. cit. Para a participação de navios e capitais norte-americanos no entrelaçamento com todos esses negócios ver MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 117-1867*. New Haven, CT: Yale University Press, 2016.

35 BORUCKI, *250 años de tráfico*, op. cit.; ALADREN, *Sem respeitar fé nem tratados*, op. cit..

36 BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Pulmón, 2004.

37 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit., p. 287.

38 YOUNGER, Joseph. *Monstrous and illegal proceedings: law, sovereignty and revolution in the Río de La Plata borderlands, 1810-1880*. 2011. 394 f. Tese (Doutorado em História) – Department of History, Princeton University, Princeton, NJ, 2011; SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. *Brasileiros na fronteira uruguia: econo-*

nitivamente abolida no Uruguai em 1846, enquanto a Confederação Argentina fez o mesmo apenas em 1853.³⁹

Com gado, terra e mão de obra acessíveis a baixos custos, o arranque inicial do setor foi impressionante. Em 1787, quando o Rio Grande do Sul exportava charque somente para o Rio de Janeiro, foram comercializadas 1,3 mil toneladas do produto. Com a crise das charqueadas do norte da América portuguesa e a abertura desse mercado, esse índice saltou para 5,7 mil toneladas e, na década de 1800, a média anual das exportações já era de 9,4 mil toneladas, vindo a ultrapassar as 23 mil toneladas na década de 1840.⁴⁰ Conforme Prado Júnior, em sua análise sobre a expansão do setor no colonial tardio, “excluído o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades”.⁴¹ Na mesma época, Montevéu saltou de uma média anual de 374 toneladas entre 1792-1796 para 1,1 mil toneladas em 1798, ultrapassando as 5,5 mil toneladas anuais na década de 1800 e as 13,7 mil toneladas anuais na década de 1830.⁴² Buenos Aires, por sua vez, exportava uma média anual de 6,6 mil toneladas na década de 1830, de 13,3 mil nos anos 1840 e de mais de 20 mil toneladas anuais nos anos 1850.⁴³

O surgimento das charqueadas e *saladeros* naquela fronteira provocou grande impacto social, demográfico e econômico em toda a região. Primeiramente, como foi dito, a demanda por gado tornou muito lucrativa a venda de bovinos para os estabelecimentos, provocando a migração para as fronteiras

mia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio *et al.* (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

39 Contudo, Buenos Aires só aceitou a Constituição de 1853 em 1860. Para uma síntese dessa conjuntura, ver THOMPSON FLORES, Mariana. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p.196-202.

40 OSÓRIO, *O império português no sul da América*, op. cit.

41 PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 103.

42 MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *Historia Económica del Uruguay*. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, Tomo I, 1991, p. 85; p. 173.

43 ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. Del Reformismo colonial Borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de La Plata (1768-1854), *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, n. 20, p. 69-109, 2. sem. 1999.

do pampa e a proliferação de estâncias de criação, alterando a paisagem agrária da região. Todos os anos, durante o período de safra que ia de novembro até maio do outro ano, centenas de tropeiros conduziam diariamente os rebanhos do interior até os estabelecimentos do litoral. Tal expansão ocorreu em ambos os lados da fronteira e avançou violentamente sobre territórios indígenas. Aos poucos, tanto o pampa buenairense quanto a campanha oriental e rio-grandense viram a agricultura perder espaço para a pecuária.⁴⁴ Próximo aos *saladeros*, o impacto ambiental também se fez presente, por conta dos resíduos despejados nos rios. Estima-se que uma charqueada que consumisse 20 mil bovinos em uma safra beneficiava 200 toneladas de sal. Nos dias de abate, cada uma delas era capaz de despejar 6,5 toneladas de sangue nas vias fluviais.⁴⁵ Os relatos dos viajantes a respeito das condições de higiene próximas às charqueadas impressionam. Mal chegava ao canal de São Gonçalo e “nuvens de urubus voavam suspeitamente junto a tal coisa. Era a carne seca ou charque no processo de preparação”, anotou Smith.⁴⁶ Saint-Hilaire, por sua vez, escreveu: “Antes de chegarmos, sua situação foi-nos anunciada por nuvens de urubus, que escureciam o céu”.⁴⁷

Nos *saladeros* platinos não era rara a coexistência de fábricas de sabão, cola, azeites, que utilizavam os restos dos animais e poluíam o ar. No último quartel do Oitocentos, as autoridades administrativas de Buenos Aires tiveram que afastar os estabelecimentos da cidade, devido a questões sanitárias e

44 FARINATTI. *Confins Meridionais*, op. cit.; BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit..

45 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit., p. 206.

46 SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. São Paulo: Melhoramento, 1922. p. 135-142.

47 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. Na mesma época, o visconde de São Leopoldo deixou um registro semelhante: “Seria útil que se prescrevessem regulamentos coercitivos para a limpeza e asseio das charqueadas, pois que a demora do sangue, urina e resíduos dos animais, além de ser uma origem de infecção, torna esses lugares nojentos, e só serve de multiplicar uma praga de moscas e de daninhos ratos, tão grandes que chegam a intimidar os gatos” (PINHEIRO, José F. Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982).

poluição dos rios.⁴⁸ Em Pelotas, as charqueadas também possuíam as suas olarias, que necessitavam de um abastecimento contínuo de barro e lenha, provocando o desmatamento na região. Antes da era das grandes companhias frigoríficas que marcaram o início do século XX, as charqueadas/*saladeros* dessas três cidades constituíram-se em verdadeiras devoradoras de bovinos, maximizando as possibilidades de beneficiamento dos animais. A carne passou a ser tão aproveitada quanto os couros e, além disso, os sebos e as graxas também viram seus índices de exportação aumentarem. Ao longo do Oitocentos, os estabelecimentos foram ficando mais aprimorados e quase todas as partes dos bovinos viravam mercadoria, como os cabelos, chifres, garras, óleos e cinzas dos ossos. Todos esses artigos encontravam mercados no Atlântico Norte, onde eram beneficiados pelos principais centros industriais.⁴⁹

Portanto, a formação desse complexo produtor de carnes e a sua expansão também foram favorecidas pela Revolução Industrial. Um dos produtos mais demandados pelas cidades fabris inglesas eram os couros bovinos, que serviam de matéria-prima para a manufatura de diferentes mercadorias e eram bastante utilizados como correias nas máquinas. O crescimento do seu comércio contribuiu com uma maior entrada de capitais e navios nos portos platinos. Eles traziam africanos escravizados, sal e mercadorias importadas, carregando *tasajo* e couros nas suas viagens de volta. Do lado luso-brasileiro, nessa mesma época, os navios portugueses traziam sal e mercadorias diversas, retornando para a Europa com couros. Portanto, pode-se dizer que as exportações dos couros para o Atlântico Norte trouxeram muitos lucros aos produtores de carnes e conectaram ainda mais a região do Atlântico Sul à expansão capitalista industrial europeia, num mesmo sistema econômico atlântico que integrava o abastecimento de charque/*tasajo* com o comércio negreiro, a escravidão africana e a exportação açucareira e cafeeira. No meado do Oitocentos o setor das carnes preparadas da Bacia Platina e sua fronteira

48 SLUYTER, *Black Ranching Frontiers*, op. cit., p. 183-184.

49 AMARAL, Samuel. *The rise of Capitalism on the pampas: the estancias of Buenos Aires, 1785-1870*. Cambridge, UK: University of Cambridge Press, 1998.

brasileira parecia imbatível, mas a segunda metade do século evidenciou que os seus dias estavam contados.

Concorrência e adaptação aos mercados consumidores e a decadência do setor

O processo de formação dos estados nacionais na Bacia do Rio da Prata e sua relação sempre tensa com a fronteira sul do Império afetou diretamente a economia da região. Mas enquanto no Uruguai e na Argentina os estancieros e *saladeristas* dominavam a política nacional, a província do Rio Grande do Sul possuía papel periférico no sistema político monárquico. Uma das consequências dessa situação foi a deflagração de uma guerra civil na qual a província separou-se do Império, proclamando uma república (1836-1845). Alguns dos seus líderes, inclusive, projetavam uma confederação com províncias do Rio Prata, reatualizando um antigo sonho de Jose de Artigas. Na mesma época, colorados e blancos também travaram uma guerra civil no Uruguai (1839-1851), na qual os caudilhos do litoral argentino apoiaram os primeiros, enquanto Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, aliou-se aos segundos. Como o norte do Uruguai era pontilhado por propriedades pertencentes aos rio-grandenses, o conflito transbordou as fronteiras nacionais. A guerra que o Império e seus aliados travaram contra Rosas e o oriental Manuel Oribe (1851-1852) foi consequência direta dessas questões de fronteira. Desnecessário dizer que tais conflitos consumiram recursos, homens e rebanhos, afetando drasticamente a economia *ganadera* regional.⁵⁰

Nesse contexto, a década de 1850 foi marcada por um processo de lenta retomada da produção de *tasajo* no Uruguai. Além disso, é a partir dessa época que as estatísticas mercantis começam a ficar mais completas, permitindo uma análise da competição do charque e do *tasajo* pelos mercados atlânticos. Nessa época, o Rio de Janeiro se tornava um consumidor de charque ainda mais cobiçado pelos produtores, por conta

50 Para uma análise mais detalhada, ver SOUZA; PRADO. *Brasileiros na fronteira uruguaia*, op. cit.

da forte expansão cafeeira e escravista e do crescimento da população da Corte. Contudo, sem um abastecimento regular de *tasajo* e com os preços do produto em alta, a população pobre do Rio foi prejudicada pela crise de carestia de alimentos que afetou a cidade em 1854.⁵¹ Aproveitando essa conjuntura, as charqueadas pelotenses ampliaram a sua produção, sendo igualmente beneficiadas pelos tratados impostos pelo Império aos derrotados na guerra de 1851-1852, que favoreceram uma maior entrada do gado oriental pela fronteira rio-grandense. Foi o início de uma arrancada do charque pelotense, que atingiu seu auge na década de 1860.⁵²

A Argentina, que conseguiu recuperar sua economia mais rapidamente que o Uruguai, apresentou altos índices de exportação de *tasajo* em Buenos Aires. Somados os cinco anos entre 1850 e 1854, a cidade exportou mais de 100 mil toneladas⁵³, chegando perto das mais de 125 mil toneladas exportadas pelo Rio Grande do Sul no mesmo período. Na segunda metade da década de 1850, os orientais conseguiram retomar os altos índices de abate. A revisão dos tratados comerciais entre Brasil e Uruguai, realizada em 1857, foi uma das grandes estimuladoras desta retomada. Nesta ocasião, o *tasajo* uruguaio deixou de pagar as altas taxas de importação no Brasil e voltou a ser comprado em grande escala pelos comerciantes cariocas. Apesar do prejuízo trazido aos produtores rio-grandenses, interessava aos cafeicultores a redução do preço da mercadoria para baratear os custos das *plantations*. Além da diplomacia oriental e da influência política dos fazendeiros do sudeste, a medida também ajudava a combater as crises de abastecimento no Rio de Janeiro e em Salvador.⁵⁴

Como foi dito, no final dos anos 1850 a província argentina de Entre Rios também se juntou ao grupo das grandes produtoras de *tasajo*, colaborando com o aumento da oferta da

51 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850- 1880)*. 1991. 35 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. p. 58-60.

52 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.

53 ROSAL; SCHMIT. *Del Reformismo colonial*, op. cit., p. 86.

54 GRAÇA FILHO, *Os convênios da carestia*, op. cit., p. 58-60.

mercadoria. Nessa época, a demanda não era muito elástica e o tráfico transatlântico de escravizados já havia cessado, contribuindo para que o Atlântico Sul fosse tomado por grandes levas de charque/*tasajo* que excediam a procura dos mercados consumidores. Na safra de 1857-1858, as quatro regiões produtoras abateram 736 mil bovinos nas charqueadas/*saladeros*, mas esse índice saltou para 1,350 milhão em 1861-1862.⁵⁵ Não demorou muito e os produtores platinos diagnosticaram o problema como uma crise de superprodução.⁵⁶ Tal fenômeno fez despencar os preços do charque rio-grandense e, por conta disso, o governo brasileiro reabilitou as taxas de importação sobre o *tasajo*.⁵⁷

Foi nessa época que as elites políticas e econômicas vinculadas à pecuária começaram a se preocupar com a busca de novos mercados para o charque/*tasajo*. Tendo em vista que o *tasajo* era de qualidade superior, tinha melhor aparência⁵⁸ e conseguia ser vendido mais barato em muitos mercados, e como os comerciantes de Buenos Aires e Montevideu estavam inseridos em redes mercantis hispânicas, estadunidenses e anglo-francesas mais bem estabelecidas e abrangentes, este produto foi eliminando lentamente o charque pelotense dos mercados concorrenciais. Conforme Bell, ao longo da década de 1850 os produtores platinos “empurraram” os rio-grandenses para fora do mercado cubano. O comércio das carnes em Havana era controlado por monopolistas da ilha e tendo em vista a tradicional ligação entre a região do Prata e Cuba, foi mais fácil para os platinos se imporem.⁵⁹

55 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 348.

56 *Jornal O Constitucional*. Rio de Janeiro, 07.09.1862 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Ver também BARRAN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 118-130.

57 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.

58 Para considerações mais detalhadas a respeito da qualidade do charque e do *tasajo* e do seu processo de fabricação ver COUTY, Louis. *A Erva mate e o Charque*. Pelotas: Seiva, 2000 [1882].

59 BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1928*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998. p. 78; BARRAN; NAHUM. *Historia Rural del Uruguay moderno*, op. cit.

Anos depois, o charque pelotense deixou de ser o principal produto de origem bovina importado pelo Rio de Janeiro. Nos anos 1860, a cidade comprou de 35% a 25% das exportações rio-grandenses da mercadoria, mas tal índice caiu para 20% a 10% nas décadas posteriores. De acordo com Graça Filho, o charque continuou sendo comprado em enormes quantidades pelos cariocas, compondo 49,4% do valor dos comestíveis importados pelo Rio de Janeiro em 1863-1864 e 64% em 1869-70.⁶⁰ Entretanto, seus maiores carregamentos não provinham mais do Rio Grande, mas dos portos do Rio da Prata. Portanto, o *tasajo* se impôs também no mercado carioca colocando os pelotenses em situação difícil. A saída foi direcionar cada vez mais o seu charque para Bahia e Pernambuco, que agora tornavam-se mais fundamentais ainda para a economia charqueadora pelotense.⁶¹ Compilando dados estatísticos do período, Marcondes verificou que, entre os anos de 1869 e 1872, cerca de 80% do charque comercializado pelo Rio Grande do Sul desembarcava nos portos de Recife e Salvador, enquanto o Rio compunha somente cerca de 10% dos valores exportados.⁶²

Este processo de deslocamento dos mercados também pode ser compreendido por outros fatores de ordem política e econômica internacional. Conforme Barran e Nahum, a retração dos mercados consumidores, em momentos de crise agrícola e guerras, provocava significativas alterações nos volumes negociados, nos preços e na demanda. Como alternativa, e buscando escapar de certos reveses conjunturais, produtores e comerciantes transferiam suas exportações para mercados mais favoráveis. Nesse sentido, a quebra de engenhos de açúcar cubanos, provocada pela crise internacional de 1857,

60 GRAÇA FILHO, *Os convênios da carestia*, 1992, op. cit., p. 45; p. 64-65.

61 Neste contexto, os fretes para Pernambuco podiam custar quase o dobro do valor cobrado pelas cargas remetidas até o Rio e a estabilidade mercantil tornava-se dependente de um espaço consumidor que perdia cada vez mais cativos para o sudeste cafeeiro. Além disso, nos anos 1870, essa região enfrentou uma importante crise internacional dos preços do açúcar (EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*, op. cit.).

62 MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. In: *Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE)*. Campinas: CDRUM, 2009.

já havia alertado os produtores platinos sobre a instabilidade daquele mercado consumidor. Um decênio depois, a “Guerra dos 10 anos” (Cuba, 1868-1878) trouxe um novo problema, fazendo diminuir as importações de *tasajo* em Havana de 17 mil toneladas para 11 mil.⁶³ Na década de 1880, os Estados Unidos começavam a imprimir forte concorrência com as suas carnes exportadas para o mercado cubano⁶⁴, obrigando argentinos e uruguaios a deslocarem mais ainda as suas vendas para o Brasil.

Se na década de 1850 o Rio Grande do Sul exportava quantidades semelhantes aos portos platinos, a partir dos anos 1870 ele já não conseguia mais acompanhar os ritmos dos concorrentes. Analisando o Gráfico 1, percebe-se que nos anos 1850 as exportações de *tasajo* pelo porto de Buenos Aires atingiram uma média anual de 18 mil toneladas. Na década de 1860, quando as remessas oscilaram muito, a média aproximada era de 23 mil toneladas. Nos anos 1870, ela foi de 33 mil, nos anos 1880, onde também encontrou altos e baixos, o *tasajo* obteve uma média anual de 27 mil toneladas, e nos anos 1890, quando pela primeira vez ultrapassou 50 mil toneladas, a média manteve-se acima das 39 mil, o dobro do que o Rio Grande exportava no período.⁶⁵ Entretanto, recuperando-se da crise anterior, Montevideú também retomou altos índices de produção de *tasajo*.⁶⁶ Nos anos 1880 e 1890, os orientais ultrapassaram as exportações portenhas, demonstrando que os seus *saladeros* estavam abatendo um número enorme de bovinos – muitos dos quais, décadas antes, eram remetidos para Pelotas.

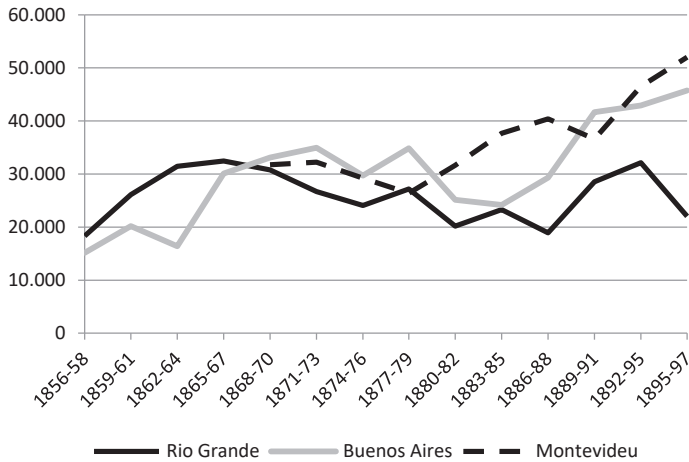
63 BARRAN; NAHUM. *Historia Rural del Uruguay moderno*, op. cit., p. 121; p. 254.

64 MILLOT; BERTINO. *Historia Economica del Uruguay*, op. cit., p. 152-153.

65 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 515-516.

66 BARRAN; NAHUM. *Historia Rural del Uruguay moderno*, op. cit., p. 247-253.

Gráfico 1 – Comparação das exportações de charque nos portos de Rio Grande, Buenos Aires e Montevideu (médias trienais, entre 1856-1897) – (em toneladas).⁶⁷



Portanto, a nova competição pelos mercados consumidores de charque/*tasajo* foi prejudicial aos pelotenses, que não conseguiram superar os diversos reveses enfrentados. O fim do tráfico negreiro e a conseqüente escassez de mão de obra nas charqueadas, o aumento do preço dos cativos, das terras e do gado e a incapacidade de produzir um charque de melhor qualidade e menores preços do que o *tasajo* foram os fatores mais evidentes. Com a abolição da escravidão no Brasil, as charqueadas de Pelotas não conseguiram mais se recuperar. Em 1880, Pelotas possuía 38 charqueadas, mas dois anos depois da abolição, em 1890, restavam apenas 18 estabelecimentos e, em 1900, eles somavam 11. Esses charqueadores não foram capazes de realizar uma transição satisfatória para o sistema capitalista de produção. Embora alguns buscassem alternativas de mercado, introduzindo algum novo maquinário e pagando bônus em dinheiro para os cativos com maior produtividade, a grande maioria possuía uma mentalidade

67 Barsky; Djenderedjian, op. cit., p. 515-516; MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *Historia Económica del Uruguay (1860-1910)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996. Tomo II; Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul (1848-1862); *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, n. 8, dez. 1922.

mais conservadora e avessa à incorporação de grandes inovações, algo fatal naqueles últimos dias.⁶⁸

Em contrapartida, os concorrentes platinos reuniam mais investimentos de capital, inovações científicas e tecnológicas e exerciam maior influência na política econômica dos seus países.⁶⁹ Em Pelotas, os charqueadores careciam de um bom sistema de crédito regional e de meios de transporte mais modernos. Por conta disso, eles chegaram atrasados no processo de modernização das pastagens, das raças bovinas e de melhorias nas formas de aproveitamento da carne bovina e da sua conservação.⁷⁰ Os charqueadores também não se organizaram em associações de classe. Em Montevideu, por exemplo, já em 1862 o Clube Nacional do Uruguai, formado por estancieiros, *saladeiristas* e comerciantes, manifestou-se com relação a esta questão buscando traçar estratégias para acesar os mercados europeus. Contudo, os britânicos recusavam-se a consumir o charque/*tasajo*, pois duvidavam da qualidade dos mesmos e identificavam-no como comida de trabalhadores escravizados.⁷¹ Em 1864, devido às condições higiênicas, a Inglaterra chegou a proibir a importação de *tasajo*.⁷² Os muitos

68 Para uma análise detalhada de todos esses processos, ver Vargas, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit. Para uma contribuição que estuda a crise a partir das flutuações das taxas de câmbio reais no comércio internacional, ver PEREIRA, Thales A. Z.; LAUTHARTE JR., Ildo. Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884). *Anais das 5as Jornadas Uruguayas de Historia Económica*, Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, 2011. p. 1-34.

69 Outro aspecto importante é que enquanto a economia sul-rio-grandense dependia muito das exportações do charque, Uruguai e Argentina possuíam uma matriz mais diversa, com destaque para a produção da lã que recebia muitos investimentos de capital. Ver, por exemplo, SABATO, Hilda. *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la fiebre del lanar (1850-1890)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.

70 BELL, *Campanha Gaúcha: a brazilian*, op. cit.; CORSETTI. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*, op. cit., 1983.

71 Para Bell, o problema de abrir os mercados europeus para o charque não tinha relação somente com a aparência do alimento, mas também, “pela sua associação com a escravidão”. Outro súdito britânico, o Sr. Richard Seymour, “chegou à conclusão, na década de 1860, que as pessoas pretas que trabalham nas plantações eram o único grupo capaz comer o charque” (BELL, Stephen. Social Networks and innovation in the South American industry during the pre-refrigeration era: Southern Brazil and Uruguay in comparison. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 4, 2000.

72 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 347-348.

anos de consumo de carnes de boa qualidade aumentaram a exigência do gosto dos ingleses não apenas das classes mais abastadas da sociedade, mas também do seu proletariado urbano. Conforme Barran e Nahum, os operários ingleses e os mineradores espanhóis se recusavam a consumir o produto, evidenciando uma aversão dos trabalhadores livres a algo que pudesse associá-los à escravidão.⁷³ Em Cuba, nos anos 1840, a divisão do consumo era evidente. Os contratos de fornecimento para os trabalhadores ferroviários estipulavam que se desse carne fresca aos brancos e charque aos negros.⁷⁴

Dos países europeus, a Inglaterra constituía-se num dos maiores consumidores de carne bovina e gado em pé. Em 1869, por exemplo, recebeu 289 mil carneiros e 62 mil bovinos da Holanda, 265 mil e 83 mil da Alemanha e 140 mil e 13 mil da Bélgica. Conforme Perren, o consumo de carne *per capita* na Inglaterra aumentou em 50% entre as décadas de 1840 e 1890.⁷⁵ Contudo, como a febre aftosa já estava presente na região, esse e outros males provocavam constantes medidas sanitárias contra a entrada do gado europeu. Entre 1868 e 1872, autoridades administrativas uruguaias perceberam essas oportunidades e ofereceram prêmios para quem descobrisse um novo sistema de conservação das carnes. Nos anos 1860, o sistema de extrato de carne, transformado por meio de um processo químico e vendido em enlatados, foi tentado tanto no Rio Grande quanto no Rio da Prata.⁷⁶ Apesar desses investimentos, foi somente a partir dos anos 1870 que verdadeiras soluções foram alcançadas, com destaque para os produtores

73 BARRAN; NAHUM. *Historia Rural del Uruguay moderno*, op. cit., p. 114.

74 FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho*. São Paulo: Unesp/Hucitec, v. II, 1989. p. 88-89. Sobre essa divisão social e racial do consumo de carne em Cuba ver também TORRE, Celia P. La alimentación en Cuba en el siglo XVIII. *Revista de Humanidades*, ITESM, Monterrey, n. 19, p. 101-116, 2005. Não encontrei nada próximo de uma aversão ao consumo do produto por parte das camadas mais ricas no Brasil. Focando mais na segunda metade do século XIX, Lopes defende que o consumo da mercadoria no Rio de Janeiro também era compartilhado pelas camadas média e altas da sociedade (LOPES, Maria-Aparecida. *Rio de Janeiro in the global meat market, c. 1850 to c. 1930: how fresh and salted meat arrived at the carioca table*. New York; London: Routledge; Taylor & Francis Group, 2022).

75 PERREN, Richard. *The meat trade in Birtain (1840-1914)*. London: Routledge; Kegan Paul, 1978. p. 3.

76 VARGAS, *Pelas margens do Atlântico*, op. cit.

platinos. Nesta época, as remessas de gado em pé se tornaram um negócio viável e os avanços científicos possibilitaram a introdução de raças bovinas que forneciam mais carne. Na Argentina, em 1885, o gado crioulo não atingia 60 kg de *tasajo* por animal, enquanto, em 1899, as novas raças já possibilitavam extrair quase 100 kg do produto por rês abatida. No entanto, o principal destino deste gado não eram os *saladeros*, mas sim o mercado europeu e o abastecimento de Buenos Aires.⁷⁷

O mercado britânico abriu-se para a importação de gado em pé dos Estados Unidos, mas também de carnes congeladas e refrigeradas vindas desse e de outros países.⁷⁸ No Rio da Prata, apesar das primeiras experiências com navios capazes de carregar carnes congeladas terem sido realizadas em Buenos Aires nos anos 1870, foi somente nas décadas posteriores que as remessas atingiram quantidades significativas e que as carnes refrigeradas começaram a ser exportadas.⁷⁹ Portanto, mudanças na demanda mundial por carne provocaram transformações no espaço produtor platino. As exigências dos consumidores começaram a determinar cada vez mais as variações das carnes, os seus mercados e os investimentos no setor produtivo. A carne refrigerada era mais apetitosa que a carne congelada e as melhores qualidades eram enviadas para a Inglaterra. Dos anos 1890 até a década de 1910, os Estados Unidos entraram forte no mercado britânico de carnes refrigeradas, assim como a Austrália e a Nova Zelândia, cabendo aos fabricantes platinos o papel de fornecedores das mesmas carnes, mas de qualidade inferior, destinadas às classes mais pobres. O Uruguai entrou na fase das carnes refrigeradas depois da Argentina, e o Rio Grande do Sul, sempre com poucos

77 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 344-364.

78 A entrada dos Estado Unidos no mercado mundial de carnes refrigeradas impactou fortemente não só o setor econômico aqui estudado, como a própria sociedade norte-americana. Ver, por exemplo, SPECHT, Joshua. *Red Meat Republic: a hoof-totable history of how beef changed America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

79 BARSKY; DJENDEREDJIAN. *Historia del capitalismo agrario pampeano*, op. cit., p. 374-375.

investimentos locais, seguiu logo depois, no fim da década de 1910.⁸⁰

Enquanto a Argentina começou a abandonar a produção de *tasajo* no início do século XX, as charqueadas rio-grandenses, já em moldes capitalistas, e os *saladeros* uruguaios continuaram produzindo charque/*tasajo*, mas seu principal mercado consumidor era o nordeste do Brasil e Cuba.⁸¹ Ao contrário do que muitos produtores temiam, o charque/*tasajo* continuou a ser fabricado em larga escala e até aumentou a sua produção após a abolição da escravidão em Cuba e no Brasil. Isso não significa dizer que a indústria saladeril não dependia do consumo dos cativos. Como foi dito, a escravidão e o tráfico atlântico foram fundamentais no processo de montagem dos complexos fabris aqui estudados e, articulados à expansão açucareira e cafeeira, criaram as condições de seu arranque. O fato é que na segunda metade do século XIX, a mercadoria tornou-se cada vez mais consumida pelas camadas sociais livres. Nesse sentido, além do que foi descrito até aqui, a ampliação da oferta de carne verde para as populações das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, também contribuiu para diminuir o consumo do charque/*tasajo*.⁸² Contudo, para Barran e Nahum foi a expansão dos frigoríficos e a democratização das geladeiras, um processo lento e que se estendeu por todo o século XX, que eliminou o charque da mesa das populações menos abastadas.⁸³

Considerações finais

O capítulo buscou realizar uma breve análise de alguns dos principais aspectos da produção, comércio e consumo do

80 VOLKMER, Márcia S. *“Onde começa ou termina o território pátrio”*: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

81 PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha*: frigoríficos, charqueadas, criadores. Porto Alegre: Movimento; IEL, 1980; SEOANE, Pedro. *La industria de las carnes en el Uruguay*. Montevideo: Tip. Industrial; Castelnuovo & Berchesi, 1926.

82 LOPES, *Rio de Janeiro in the global meat market*, op. cit.

83 BARRAN; NAHUM. *Historia Rural del Uruguay moderno*, op. cit., p. 116.

charque/*tasajo* no Atlântico escravista. O surgimento dos *saladeros*/charqueadas na virada do setecentos esteve relacionada com o crescimento da demanda por alimentos oriunda da expansão açucareira e cafeeira no Brasil e em Cuba, ao mesmo tempo que contribuiu com as bases dessa expansão, pois garantiu a oferta de uma proteína barata capaz de abastecer os navios negreiros e as novas *plantations*. Portanto, o charque/*tasajo* foi uma mercadoria fabricada por trabalhadores escravizados e livres que supria a alimentação das tripulações navais destinadas à compra de mais africanos cativos. Uma vez estabelecidos nas fazendas de café e engenhos de açúcar do Brasil e de Cuba, a mercadoria voltava a participar desse circuito, desta vez abastecendo essas *plantations*. Contudo, se esse foi o fator de arranque do setor produtivo, a sua reprodução só foi possível porque a mercadoria também alimentava as populações pobres litorâneas e, com o tempo, parece ter se tornado cada vez mais comum entre as camadas médias e até mesmo altas (pelo menos da cidade do Rio de Janeiro), sobretudo após a proibição do tráfico transatlântico de cativos no Brasil.

O espaço *saladeril* da fronteira sul foi impactado pela nova demanda por carnes de melhor qualidade e pela fiscalização sanitária que retraiu os mercados consumidores, mas cada uma das cidades produtoras enfrentou problemas internos. Em Pelotas, que dependia sempre do enfraquecimento dos concorrentes platinos para manter-se competitiva e que tinha no charque um produto fundamental na economia da província, a questão da mão de obra foi fatal, assim como a ausência de maiores investimentos de capital, melhorias nos transportes e na modernização da produção. No Rio da Prata, o *tasajo* era somente mais um dos produtos exportados (bem abaixo da lã, por exemplo) e pesava pouco nas suas economias. Além disso, o setor platino era mais dinâmico, atraindo capitais ingleses e franceses, organizando-se em associações de classe, investindo em mão de obra livre estrangeira e contando com o apoio de seus governos nacionais. Essa distinção trouxe um diferencial na nova fase capitalista dos frigoríficos. A segunda metade do Oitocentos foi cenário de uma moderni-

zação que começou com os extratos de carnes enlatadas, chegando até a exportação de carnes congeladas e, finalmente, o transporte refrigerado. Buenos Aires liderou a maior parte desses processos de mudança no ramo agropecuário, sendo seguida por Montevideu e, posteriormente, pelo Rio Grande do Sul, que teve a instalação do seu primeiro frigorífico somente na década de 1910.

Portanto, no longo prazo, o principal fator responsável pelo lento declínio da produção de charque foram as inovações tecnológicas no ramo da conservação das carnes que vinham a atender a demanda europeia por carne refrigerada. Esse fator atingiu os três complexos fabris e desviou para eles o gado de melhor qualidade, a mão de obra e parte dos capitais investidos. A retração do mercado carioca no início do século XX fez com que os saladeiristas platinos e os charqueadores disputassem dois mercados tradicionais: o nordeste do Brasil e Cuba. A produção de charque/*tasajo* foi diminuindo lentamente ao longo da primeira metade do século XX, conforme o abastecimento cotidiano de carne fresca foi se ampliando.

Referências

- ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777- 1835)*. 2012. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2012.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). *In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina*. v. 3. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- AMARAL, Samuel. *The rise of Capitalism on the pampas: the estancias of Buenos Aires, 1785-1870*. Cambridge, UK: University of Cambridge Press, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de A. A abertura dos portos e a ruptura do sistema colonial luso-brasileiro. In: COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro: capital do Império português (1808-1821)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão, *Revista Tempo*, v. 15, n. 29, p. 67-110, 2010.
- BARRAN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la expansión ganadera hasta 1895*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.
- BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, v. 19, n. 4, p. 399-411, 1993.
- BELL, Stephen. Social Networks and innovation in the South American industry during the pre-refrigeration era: Southern Brazil and Uruguay in comparison. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 4, 2000.
- BIANGARDI, Nicolás. Más allá del saladero: una mirada sobre la producción de carne salada en el Río de La Plata del siglo XVIII, *Folia Histórica del Nordeste*, n. 37, p. 87-106, enero/abr. 2020.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do Barroco ao Moderno (1492-1800)*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BORUCKI, Alex. 250 años de tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata: de la fundación de Buenos Aires a los “colonos”

africanos de Montevideo, 1585-1835, *Revista Claves*, v. 6, n. 12, p. 255-290, enero/jun. 2021.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo: Pulmón, 2004.

CAMARDA, Maximiliano. *La región Río de la Plata y el comercio ultramarino durante las últimas décadas del siglo XVIII: actores, circulación comercial y mercancías*. 2015. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2015.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

COUTY, Louis. *A Erva mate e o Charque*. Pelotas: Seiva, 2000 [1882].

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1820-1870)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *O Engenho*. São Paulo: Unesp/Hucitec, v. II, 1989.

- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (c. 1750-c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GILBERTI, Horacio. *Historia Económica de la ganadería argentina*. Buenos Aires: Solar, 1981
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850- 1880)*. 1991. 35 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- LOPES, Maria-Aparecida. *Rio de Janeiro in the global meat market, c. 1850 to c. 1930: how fresh and salted meat arrived at the carioca table*. New York; London: Routledge; Taylor & Francis Group, 2022
- LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. *Evolução da Sociedade e Economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *In: Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica (ABPHE)*. Campinas: CDROM, 2009.
- MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 117-1867*. New Haven, CT: Yale University Press, 2016.
- MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial*, vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *Historia Economica del Uruguay*. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1991. Tomo I.
- MILLOT, Julio; BERTINO, Magdalena. *Historia Económica del Uruguay (1860-1910)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1996. Tomo II.

- MONTOYA, Alfredo. *Historia de los saladeros argentinos*. Buenos Aires: Raigal, 1956.
- MORAES, María Inés. *Las economías agrarias del litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeños*. 2011. 427 f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011.
- MOREIRA, Paulo; VARGAS, Jonas. Charqueada escravista. In: GOMES, Flávio; SCHWACZ, Lilia (org.). *Dicionário Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PARENTE, Gabriel. *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América Portuguesa nas dinâmicas de um Império em movimento (Século XVIII)*. 2021. 630 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- PEREIRA, Thales A. Z.; LAUTHARTE JR., Ildo. Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884). *Anais das 5as Jornadas Uruguayas de Historia Económica*, Asociación Uruguaya de Historia Económica, Montevideo, 2011.
- PERREN, Richard. *The meat trade in Birtain (1840-1914)*. London: Routledge; Kegan Paul, 1978.
- PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*. Porto Alegre: Movimento; IEL, 1980
- PINHEIRO, José F. Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic networks and Revolution in Bourbon Río de la Plata*. Berkeley, CA: University of California Press, 2015.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. Del Reformismo colonial Borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del Río de La Plata (1768-1854), *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, n. 20, p. 69-109, 2. sem. 1999.
- SABATO, Hilda. *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la fiebre del lanar (1850-1890)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEOANE, Pedro. *La industria de las carnes en el Uruguay*. Montevideo: Tip. Industrial; Castelnuovo & Berchesi, 1926.
- SILVA, Hernán A. La estructuración del comercio y la navegación desde el río de la Plata a Cuba, *Anuario de Estudios Americanos*, Tomo LI, n. 2, p. 61-73, 1994.
- SLUYTER, Andrew. *Black Ranching Frontiers: african cattle herders of the atlantic world, 1500-1900*. New Haven; London: Yale University Press, 2012.
- SLUYTER, Andrew. The Hispanic Atlantic's Tasajo Trail. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, p. 98-120, 2010.
- SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. São Paulo: Melhoramento, 1922.
- SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.
- SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: KUHN, Fábio et al. (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.
- SPECHT, Joshua. *Red Meat Republic: a hoof-totable history of how beef changed America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.
- THOMPSON FLORES, Mariana. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*.

2012. 343 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (ed.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006.
- TORRE, Celia P. La alimentación en Cuba en el siglo XVIII. *Revista de Humanidades*, ITESM, Monterrey, n. 19, p. 101-116, 2005.
- VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. 505 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013
- VOLKMER, Márcia S. “*Onde começa ou termina o território pátrio*”: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928). 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- YOUNGER, Joseph. *Monstrous and illegal proceedings: law, sovereignty and revolution in the Río de La Plata borderlands, 1810-1880*. 2011. 394 f. Tese (Doutorado em História) – Department of History, Princeton University, Princeton, NJ, 2011

ÓLEOS

LUZES DA CIDADE DAS BALEIAS: O COMÉRCIO DE DERIVADOS DE BALEIAS NO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX (BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO ATLÂNTICO GLOBAL)¹

Wellington Castellucci Jr.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XIX, um óleo “escuro”, “malcheiroso”, “preto e grosso”, feito com a “borra assentada nos flandres das pipas” e de qualidade duvidosa, circulava pelas ruas do Rio de Janeiro. Desde o período colonial, parte do “óleo puro de baleia” era usado para abastecer as poucas lamparinas penduradas em vigas ou colocadas em pontos estratégicos das ruas esburacadas, estreitas e sujas da cidade carioca. A história da iluminação pública e da comercialização do óleo de baleia no Rio de Janeiro é um interessante capítulo da sua própria urbanização, quando a extensão daquele serviço esteve, em parte, relacionado à importação dessa matriz energética, procedente do exterior, especialmente dos Estados Unidos da América.

No início do século XIX, a indústria baleeira brasileira já havia colapsado e a crescente demanda interna por derivados de baleia passou a depender da sua importação. Por volta de 1817, a maior parte do óleo de baleia usado na iluminação de cidades e vilas do Brasil provinha do exterior.² O intuito desse

1 Pesquisa amparada pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPQ. Processo: 302611/2022-3.

2 ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. Feitorias, baleeiros, monopólio, comércio, iluminação. São Paulo: Edusp, 1968. p. 192.

capítulo é descrever a procedência dessa *commodity*, de grande apreço no mercado internacional no século XIX, e como ela era negociada no Rio de Janeiro, a praça comercial mais importante da América do Sul. Ali estava o porto que recebeu o maior número de escravos nas últimas décadas do tráfico legal de seres humanos, quando a Guanabara concentrou grande quantidade de escravos africanos e afro-americanos até a segunda metade do Oitocentos. Daquele porto também partiram expressivas remessas de café para os Estados Unidos e para outras nações da Europa, além de tabaco, açúcar e outros gêneros agrícolas valorizados internacionalmente.

Algumas agências comerciais, envolvidas na recepção e distribuição de derivados de baleia no Rio de Janeiro, estiveram umbilicalmente vinculadas ao infame comércio negreiro para aquela cidade. Elas também assumiram a vanguarda da compra de boa parte do café que chegava à cidade fluminense e era remetida para os Estados Unidos. Os vínculos entre o comércio de derivados de baleia, produtos agrícolas e tráfico de escravizados já era secular na Costa Leste estadunidense, desde o início da baleação Atlântica. No século XVII, empresários da indústria baleeira de New England estavam diretamente envolvidos no comércio internacional de africanos cativos, com vistas a abastecer o Caribe e o Sul dos Estados Unidos.³ No Brasil, durante o século XVIII, fase de expansão baleeira e do intenso tráfico negreiro, contratadores de armação de ba-

3 Citamos alguns estudos importantes: MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic slave trade to the America*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em História) – Department of History, Laney Graduate School, Atlanta, GA, 2013; Slavery and Justice. Report of the Brown University Steering Committee on Slavery and Justice. p. 9-10.; GRADEN, Dale T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, BA, UFBA/Centro de Estudos Afro-asiáticos, n. 35, p. 9-35, 2007; MARQUES, Leonardo. A Participação Norte-Americana no Tráfico Transatlântico de Escravos para os Estados Unidos, Cuba e Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 52, p. 91-117, jan./jun. 2010; KLEIN, Herbert S. Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico. *R. História*, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul. 1989; DAURIL, Alden. Yankee Sperm Whales in Brazilian Waters, and the decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801). *The Americas*, Cambridge University Press, v. 20, n. 3, p. 267-288, jan. 1964. p. 276; HEDGES, Jaimés Blaine. Spermaceti Candles warranted pure. In: HEDGES, Jaimés Blaine. *The Browns of Providence Plantations*. Colonial years. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1952. (Series Studies in Economic History). Ver os seguintes documentos existentes na JCB-John Carter Brown: “Sub-Series J: Schooner Wheel of Fortune”.

leia também traficavam escravos da África para a Bahia.⁴ O comércio de derivados de baleia esteve intrinsecamente associado a outras mercadorias negociadas, por meio do Atlântico e, durante o século XIX, contribuiu para consolidar um próspero comércio de longa distância entre Brasil e Estados Unidos da América.⁵

Um marco importante na história do Rio de Janeiro foi a chegada da família real lusitana, em 1808, que fugia da invasão napoleônica. Visando acomodar a corte e a sua burocracia, ocorreram uma série de mudanças estruturais, sendo uma delas a ampliação do sistema de iluminação pública. Com isso, nas primeiras décadas do século XIX, cresceu o comércio de derivados de baleia e de outros mamíferos marinhos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Além do óleo, extraído da gordura de várias espécies de mamíferos – ou “azeite de peixe” -, extratos e velas feitas com espermacete de cachalotes ingressaram nos mercados, ao lado de manufaturados feitos a partir dos ossos e barbatanas de baleias franca.

No decorrer do século XIX, outras matrizes energéticas seriam introduzidas, paralelamente ou em substituição àquelas, à medida que os derivados de mamíferos marinhos escasseavam em todo o mundo. Um deles foi o azeite de oliva, produto importado que ganhou espaço no Brasil devido às suas qualidades industriais e seu discreto odor. O óleo de milho e o gás também seriam experimentados antes do petróleo se tornar a nova matriz energética mundialmente comercializada e padronizada.

4 Carta Patente do rei (D. João V) confirmando a nomeação de André Marques para o posto de Capitão de Infantaria da Ordenação dos Moedeiros da Bahia. Lisboa, 9 de agosto de 1720. Arquivo Histórico Ultramarino. Conselho Ultramarino. Brasil – Bahia, AHU – Baía, CX.245, Doc. 9. AHU_ACL_CU_005, CX14, D.1177. Carta do (Provedor-mor da Fazenda Real) Bernardo de Sousa Estrela ao rei (D. João V) sobre a ordem real que manda o contratador dos dízimos reais Capitão André Marques observar inteiramente o referido contrato na forma e condições que lhe foi arrematado. Arquivo Histórico Ultramarino – Conselho Ultramarino. Brasil – Bahia, 05 de junho de 1725. AHU-Baía, CX.19, doc.13. AHU_ACL_CU_005, CX.22, D.1958.

5 MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. *Almanack*, Guarulhos, SP, n. 5, p. 51-60, 1. sem. 2013. p. 56.

Para entendermos a comercialização dos derivados de baleia na cidade fluminense oitocentista, precisamos articulá-la com a expansão baleeira estadunidense, ocorrida entre os finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, momento de ascensão norte-americana no Atlântico Sul. Começamos pelo histórico inicial da escuridão e dos primeiros clarões luminosos da cidade carioca. Depois, vamos entender como os derivados de baleia chegavam e eram distribuídos na cidade, sede da corte portuguesa nos primeiros anos do século XIX.

As sombras e os primeiros clarões

Até 1710, o Rio de Janeiro não possuía um sistema de iluminação pública, gerenciado pelo governo. As poucas lâmparas hasteadas em algumas esquinas das ruas cariocas eram mantidas com óleo de baleia custeado pelos moradores locais. Mesmo a partir de 1763, com a elevação do Rio à capital do Brasil em substituição a Salvador, a iluminação da cidade continuou precária. Ela consistia em lampadários suspensos na frente de edifícios religiosos, alguns nichos e oratórios iluminados durante a noite, mantidos pelas capelas e paróquias, os quais serviam de pontos de referência para os moradores dos bairros. Os poucos candeeiros de óleo de baleia ou as velas feitas de cera, postos à frente dos oratórios, permitiam a reza do terço dos devotos, antes que iniciasse as rondas dos quadrilheiros.⁶

Em 1794, o Vice-reinado adotou algumas medidas para melhorar a iluminação pública do Rio de Janeiro. Na época, o governo assumiu a responsabilidade da iluminação parcial da cidade, especialmente entre a rua Direita (atual Primeiro de Março) e o Campo de Santana (hoje Praça da República). Foram instalados cerca de cem lâmpões para a iluminação daqueles logradouros.⁷ Ainda assim, o sistema de iluminação continuaria com sérias limitações, pois além da fraqueza das embaçadas lâmparas, havia um enorme espaçamento entre

6 DUNLOP, Charles J. *Rio Antigo*. v. 1. Rio de Janeiro: Laemmert, 1955. p. 17.

7 FERREIRA, Milton Martins. *A evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro. Contribuições Tecnológicas*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009. p. 7.

elas, contando com apenas quatro lampiões nas ruas mais movimentadas e dois nas demais.⁸ Os bairros afastados do centro permaneciam na escuridão e sem perspectiva de mudanças a médio prazo.

A falta de iluminação na maior parte da cidade dificultava a locomoção e promovia insegurança nas pessoas em praticamente todo o perímetro urbano. “É raro o dia, em que não aparecem partes nesta Intendência de grandes roubos consumados, ou projetados na noite, que acaba, e vejo em grande risco a segurança dos bens, e a vida dos cidadãos”, reportou-se o chefe da Intendência ao Secretário de Estado no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1824.⁹

As queixas sempre associavam os crimes à situação crônica da iluminação pública. Na época, em resposta ao ofício do chefe da Intendência, o Brigadeiro Comandante do Corpo Militar de Polícia, observando às notícias de criminalidade nas noites cariocas, escreveu: “Bem conheço a necessidade de pôr a capital do Império a salvo de tantas injúrias, mas o corpo de sua criação destinado a tão útil fim, está no maior abatimento, e os seus praças fatigados pelo excessivo trabalho de dia e noite...”¹⁰

Ao cair do sol, ruas tornavam-se desertas, sem vida, escuras, quase silenciosas, exceto pelo latido de cães que zanzavam pela cidade, às vezes, atacando os passantes.¹¹ Sair à noite era uma aventura enfrentada pelos corajosos, pelos que tinham extrema necessidade, por escravos e escravas ganhadeiras, ou por aqueles desprovidos do receio de se chocarem com os conhecidos “tigres”. Todas as noites, os tigres (escravos noturnos) saíam das casas de seus senhores com barris sobre

8 DUNLOP, op. cit., p. 18.

9 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 17 fev. 1824. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%Aancia&hf=memoria.bn.br&pagfis=3830. Acesso em: 2 mar. 2022.

10 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 fev. 1824. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Intend%c3%aancia&pagfis=3842. Acesso em: 17 fev. 2022.

11 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 12 fev. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=cachorros&pagfis=13092. Acesso em: 26 fev. 2022.

as cabeças, abarrotados de dejetos humanos a serem descarregados nas lagoas ou praias, próximas do centro urbano.

Havia reclamações sobre os serviços prestados pelos tigres, pois, segundo voz pública, eles despejavam excrementos humanos na parte central do Largo do Rosário, onde crescia uma capineira em terreno baldio, abandonado pelo poder público. O Campo de Santana era o local destinado para despejo de dejetos humanos, desde meados do século XVIII, mas nem sempre esse era o destino dos excrementos. Escravos, refratários em levar as “fossas” móveis até aquele local, depositavam excrementos no Largo do Rossio, tornando-o um ambiente malcheiroso, motivo de sistemáticas reclamações dos residentes.

Esse problema persistiu até 1862, quando o governo transformou o Largo do Rossio em espaço de memória da monarquia. Somente na segunda metade do século XIX é que iniciaria a construção da rede de esgoto municipal para sanar parcialmente a situação. Os “tigres noturnos” continuaram a circular pela cidade até cerca de 1860, atormentando a vida de quem saía após a recolhida do sol.¹² Ao lado do risco de tomar banho de excrementos, ou de escorregar numa poça contendo resíduos humanos, a violência noturna continuava atormentando a vida dos moradores da cidade. Luiz Edmundo, memorialista carioca nascido na segunda metade do século XIX, relatou que no tempo de poucas luzes: “Depois de oito horas, cessa por completo o movimento das ruas. Nelas só fica para vigília da malandragem e do crime, a malta dos capoeiras, dos mariolas e das rascoas”. O seu relato revelava, de soslaio, uma visão angular pejorativa sobre as populações negras e condenatória a respeito das práticas culturais dos sujeitos oriundos da escravidão.”¹³

Frente à insegurança noturna, um dos atos de D. João VI ao chegar no Rio de Janeiro, foi a criação da Contadoria da Intendência Geral de Polícia. Uma de suas atribuições era cuidar da segurança pública da cidade. Como parte dessa respon-

12 COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. v. 3. 2. ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 26; p. 161.

13 EDMUNDO, op. cit., p.109.

sabilidade, caberia ampliar o sistema público de iluminação para amenizar a violência urbana.¹⁴ O órgão adotou algumas providências para expandir a iluminação do Rio. Uma delas foi o estímulo à participação do setor privado na gestão daquela demanda, algo que vigorou por algumas décadas. Em 7 e 26 de novembro de 1821, em dois editais, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, a Intendência tornava público “que a arrematação de iluminação da cidade há de se fazer infalivelmente no dia 27 do corrente mês, pelas 11 horas da manhã na Secretaria da mesma Intendência”. Neste dia, deveriam comparecer “os lançadores que quiserem lançar, para se verificar a mesma arrematação”.¹⁵

Até o final da primeira metade do século XIX, a Câmara Municipal publicou editais, convocando empresas interessadas na administração da iluminação, por prazo de um ano, podendo ser renovado por igual período. Os vencedores dos editais assumiriam a responsabilidade de colocar escravos incumbidos de alimentar as lamparinas, de cuidar dos “lampiões, como o ferro, pilar, viga, ou coluneta de pedra que o sustenta”. Incluía-se também o fornecimento do azeite, dos vidros, das torcidas, do custeio, fazer consertos e reparos necessários de tudo durante o prazo de arrematação. À administração pública caberia fiscalizar a rua, acompanhando a manutenção dos lampiões durante a noite.

Essas obrigações permaneceram inalteradas por anos, conforme a divulgação de um leilão, em 4 de dezembro de 1843.¹⁶ Dias após esse edital, o mesmo pregão foi publicado no jornal, sinal de que não era fácil encontrar agências dispostas

14 DUNLOP, op.cit., p.18.

15 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 nov. 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%Aancia&hf=memoria.bn.br&pagfis=1181. Acesso em: 17 fev. 2022; HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 7 nov. 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%Aancia&hf=memoria.bn.br&pagfis=1053. Acesso em: 17 fev. 2022.

16 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 4 dez. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=coluneta&pagfis=27048. Acesso em: 17 fev. 2022; HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 dez. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=torcidas&pagfis=27096. Acesso em: 17 fev. 2022.

a assumir a iluminação da cidade, conforme os termos da administração municipal.¹⁷ Apesar disso, as coisas não melhoravam e os anúncios no Diário do Rio de Janeiro diziam, na década de 1850, que bastava um “forte pé de vento, para lançar por terra alguns lampiões menos abrigados, e derrubar parte do azeite de vários outros...”.¹⁸

Durante a primeira metade do século XIX, cresceu bastante o consumo de “azeite de peixe” na cidade. Em 1826, a Contadoria da Intendência Geral da Polícia informava que para iluminar mensalmente as ruas do Rio de Janeiro eram necessárias 1.980 medidas de azeite de baleia.¹⁹ Ou seja, o equivalente a 5.270,76 litros de “azeite de peixe”. O aumento do consumo daquela matriz energética era resultado da ampliação do número de pontos de iluminação instalados, em decorrência de mudanças estruturais no período joanino e posterior a ele. Nos primeiros anos da chegada da família real, foram instaladas lamparinas em partes estratégicas da cidade, a exemplo do Paço Real e o caminho ao Palácio da Quinta da Boa Vista. Em 1816, outras partes centrais da cidade ganharam iluminação com o uso de candeeiros sustentados por varões de ferro, instalados em colunas de pedras espaçadas a cada “100 passos”.²⁰

Assim, nas primeiras décadas do dezenove, a cidade já contava com lamparinas nas principais praças e ruas, incluindo a estrada do Aterro, que conduzia ao palácio. Mesmo com tais avanços, a avaliação da época era de que a iluminação do Rio de Janeiro era ineficiente, pois além da pouca quantidade de lampiões, eles ficavam embaçados, refletiam mal a luz avermelhada ao queimar o óleo de baleia, eram acesos tardia-

17 O pregão também foi publicado em 13 de dezembro de 1843. HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 dez. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=torcidas&pagfis=27096. Acesso em: 17 fev. 2022.

18 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 nov. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=fausto&pagfis=35270. Acesso em: 18 fev. 2021.

19 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 5 out. 1826. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=bergantim&pagfis=6953. Acesso em: 16 mar. 2021.

20 FERREIRA, op. cit., p. 15.

mente e se apagavam cedo demais. Os bairros afastados do centro da cidade continuavam em completa escuridão.

Em 5 de junho de 1836, moradores de São Cristóvão, Segunda Cancela até o Pedregulho, enviaram à Câmara Municipal um abaixo assinado clamando pela instalação de postes e lamparinas naqueles logradouros. Eles estavam privados do atendimento dessa demanda fazia tempo. Diziam no documento, dirigido ao Imperador, que por aqueles lugares transitavam inúmeras pessoas a qualquer hora da noite. Além dos residentes e pequeno comércio ali estabelecido, passava gente envolvida no comércio para as províncias centrais. Os abaixo assinados se diziam “expostos aos insultos, e perigos que a escuridão da noite oferece, protegendo a multidão de malvados que vagam por toda a parte, além dos incômodos a que estão sujeitos no tempo das águas em um lugar que se torna intransitável por falta de calçadas”.²¹

O trabalho noturno de reposição de óleo de baleia nos recipientes das lamparinas era feito por cativos, alguns dos quais eram alugados por seus senhores ao poder Municipal. Africanos livres também exerceram essa função até, pelo menos, 1854, quando a iluminação da cidade passou a ser realizada à base do gás. Depois disso, a mão de obra negra, fosse escrava ou livre, continuou sendo responsável pela implantação e manutenção do novo sistema de iluminação pública do Rio de Janeiro. Mary Karasch destacou os papéis essenciais dos africanos livres na construção do novo sistema de iluminação a gás, assim como foram os principais responsáveis pela edificação do sistema de telégrafos.²² A respeito das suas condições materiais de existência, Charles Dunlop, memorialista e fotógrafo nascido em 1908, recordou-nos de que os escravos acendedores de lampiões “dormiam ao relento, pelas calçadas, trazendo o corpo e a roupa sempre besuntados de óleo,

21 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofício a Manuel Alves Branco, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, informando sobre o requerimento dos moradores do campo de São Cristóvão e segunda cancela até o pedregulho, que solicitavam serviços de iluminação para aquelas localidades*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1837. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427118/mss1427118.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

22 KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 275.

o que constituía um dos mais tristes espetáculos da cidade”.²³ Dunlop descreveu as condições materiais de existência dos escravizados, algo que indiretamente explicitava a precariedade do sistema público de iluminação da Guanabara.

Em meados do Oitocentos, além das horrorosas cenas de escravos maltratados publicamente, o Rio de Janeiro continuava com sérios problemas estruturais. Violência, falta de iluminação pública e ausência de abastecimento dos lampiões continuavam na pauta de reclamações dos moradores cariocas. Os relatos se referiam à péssima qualidade do óleo de baleia e de a maioria das lamparinas se apagar quase sempre antes da meia-noite, pois os escravos incumbidos daquela obrigação jamais faziam a reposição de azeite de peixe nos recipientes das lamparinas. Uma carta de um morador, com codinome “Indignado”, ao Diário do Rio de Janeiro, dizia em 16 de janeiro de 1839: “às 11 horas e meia noite a maior parte dos lampiões apenas refletem uma luz baça e moribunda, que à uma hora da madrugada se tem apagado, ficando as ruas em medonha escuridão...”²⁴

Outras matérias, publicadas posteriormente, noticiavam a precariedade dos postes e das lamparinas de rua, além da “péssima qualidade do azeite, como responsáveis pela precária iluminação da cidade”.²⁵ Segundo moradores da urbe, o óleo de baleia quando queimava expelia uma fumaça desagradável e fétida, podendo ser sentida de longe, motivo de dúvidas sobre sua qualidade. Na carta endereçada ao redator do jornal, referindo-se à omissão da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, frente ao suposto caos da iluminação pública, o “indignado” redigiu: “Porque consente que às vezes a iluminação seja feita com péssimo azeite, que exala insuportável cheiro?”²⁶

Os temores da noite também estavam relacionados a acontecimentos conjunturais importantes. Desde o século

23 DUNLOP, op. cit., p. 18.

24 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 mar. 1839. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Coelho&pagfis=21522. Acesso em: 16 fev. 2021.

25 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 nov. 1850, op. cit.

26 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 mar. 1839, op. cit.

XVIII, chegaram à cidade grande número de escravos africanos e pobres libertos sem expectativa de vida e inclusão social.²⁷ Muitos habitavam becos, ruas sujas e insalubres, compartilhando espaços com escravos ganhadores que viviam separados dos senhores, pedintes, desempregados e gente que vivia de pequenos furtos e oportunidades delituosas na dinâmica cotidiana.

Pairava no ar um sentimento de insegurança, desde que chegaram notícias da revolta escrava no Haiti, em 1794.²⁸ O sentimento de angústia ampliou-se após 1835, e a cidade passou a conviver com o medo sombrio do Haiti e a ameaça de algo semelhante ao ocorrido na Bahia.²⁹ Pessoas se ressentiam da segurança noturna e associavam à falta de iluminação das ruas a ação criminosa da “gente perigosa”. Em 16 de janeiro de 1839, em carta à redação do *Diário do Rio de Janeiro*, um leitor expressou a angústia de parte da população ao questionar se existiria maior contrassenso e *coisa* “mais escandalosa do que a péssima iluminação de algumas ruas d’esta cidade, a primeira da América Meridional, e capital do império do Brasil?”³⁰

Esta não foi uma reclamação isolada, pois, em 20 de junho de 1831, o major comandante do Quartel da rua Formosa expediu correspondência, respondendo à solicitação de informes sobre a iluminação pública e outras providências. Ele disse que, embora reunisse esforços para remediar os problemas da segurança pública, “nada se tinha podido obter acerca de melhoramentos da iluminação apesar de se haver dado parte diária da péssima administração em que se acha.”³¹ Em 1850, o problema ainda se arrastava, tendo chegado ao conhecimen-

27 KARASCH, op. cit.

28 JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L’Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

29 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

30 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 jan. 1839. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=a%20p%c3%a9ssima%20ilumina%c3%a7%c3%a3o&pagfis=21522. Acesso em: 12 fev. 2021.

31 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 jun. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=a%20p%c3%a9ssima%20ilumina%c3%a7%c3%a3o&pagfis=12521. Acesso em: 12 fev. 2021.

to do Ministério da Justiça uma resposta do administrador da iluminação pública. Informava-lhe de que a ausência de luz em certas ruas se devia “aos fortes ventos que derrubavam os candeeiros dos postes e a péssima qualidade do azeite de insuportável odor, comercializado na cidade.”³²

Difícil também era fiscalizar os escravos dos serviços de manutenção dos lampiões. À noite, eles aproveitavam as oportunidades e fugiam, passando a executar outros afazeres. Em maio de 1843, anunciaram um prêmio a quem desse notícias do moçambicano Sabino. Ele tinha 28 ou 30 anos, era baixo e forte, com uma queimadura na mão, e que “quando anda atira alguma coisa com a perna esquerda”. Sabino abandonou o serviço de iluminação e passou a vagar pelo Rio de Janeiro com camisa e calça de algodão de Minas, “suja de azeite de peixe”.³³

Sabino não foi o único fujão da iluminação pública carioca. Seu colega de profissão, o “preto Benguela” Atanásio, com estatura alta, com 30 anos e nariz afilado, também escapou na noite de 17 de julho de 1844. Vestia-se de “camisa de morim de forro, calça de picote riscado, japona de baião preto, forrada de baeta azul clara”. Semelhante a Sabino, Atanásio trazia no corpo marcas de acidentes no trabalho, uma “espécie de talho ao pé de um olho, pés e pernas grossas, as quais parecem sapecadas”. A dica para encontrá-lo era observar a corda do trabalho de iluminação pública que ele carregou e as suas roupas que “fediam a azeite de peixe”.³⁴ A esses casos seguiam outros, anunciados no Diário do Rio de Janeiro, do século XIX.

Além da iluminação das ruas, repartições públicas também precisavam de luz e os chefes de setores convocavam interessados em fornecer “azeite de iluminação pública” para órgãos de governo. O Arsenal da Marinha, a Intendência, o Corpo da Polícia e outros aparatos administrativos demanda-

32 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 nov. 1850, op. cit.

33 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 maio 1843, n. 122.

34 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 jul. 1844, n. 6671.

vam óleo de baleia e espermacete para iluminar os quartéis, os dormitórios e outros espaços da caserna.³⁵ Nos anos de permanência da família real lusitana no Brasil e nas décadas posteriores, foram construídos novos prédios públicos, abriram alamedas e construíram praças. Tudo isso demandou mais óleo de baleia para iluminar a cidade que buscava se aproximar dos padrões arquitetônicos e culturais europeus. Mas afinal, de onde procedia essa matriz energética que abasteceu a cidade carioca e alimentou suas lâmpadas, nos primeiros cinquenta anos do século XIX? Vamos entender como se dava o ingresso dessa preciosa matriz energética na cidade do Rio de Janeiro.

Baleação no atlântico e o Rio de Janeiro

No período colonial, quando a exploração da empresa baleeira esteve em mãos de contratadores monopolistas, Rio de Janeiro e Salvador mantiveram um constante sistema de trocas de derivados de baleias. Sempre que uma temporada de caça em uma dessas prósperas cidades litorâneas não era satisfatória, a outra enviava parte de sua produção para atender às demandas locais da outra. A qualidade do óleo que chegava em uma dessas praças gerou, por vezes, suspeitas. No século XVIII, por exemplo, houve denúncia de óleo adulterado que chegou à Bahia, procedente do Rio de Janeiro. Os denunciantes afirmavam que o óleo era preto, grosso e misturado a extratos de bagre, de tubarão e de outros peixes.³⁶

No século XVIII, o litoral brasileiro também foi vasculhado por expedições estrangeiras que caçavam baleias e leva-

35 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 21 abr. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=fausto&pagfis=26335. Acesso em: 18 fev. 2021.

36 Carta do Provedor-Mor da Fazenda, Manoel de Matos Pegado Serpa, para Francisco X. de Mendonça, na qual se refere ao contrato da pesca das baleias, arrematado por Ignácio Pedro Quintella, e a denúncia que o respectivo administrador Joaquim Caetano do Couto fizera de José da Silva Faria, caixeiro da venda dos azeites sequestrados pela junta do tesouro para garantir o alcance que se averiguasse dever o ex-contratador Francisco Peres de Sousa. Bahia, 8 de dezembro de 1765. Arquivo do Conselho ultramarino – Arquivo Ultramarino, Caixa: 37, n.º6982-6987.

vam os seus derivados para os seus países. Nações europeias estavam empenhadas em produzir óleo e espermacete de cachalote, matrizes energéticas essenciais para alavancar os seus processos industriais. Os britânicos, até então hegemônicos no Atlântico, atuaram intensamente no litoral brasileiro. Em 1777, 15 embarcações inglesas zarparam de Londres e Liverpool para caçar cetáceos no Sul do Brasil.³⁷

A presença inglesa repercutiu em correspondências trocadas entre autoridades coloniais e governo metropolitano. De Recife, partiu uma mensagem, em 28 de setembro de 1779, do Governador da Capitania de Pernambuco – José César de Meneses, endereçada ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Em provável alusão àquelas embarcações que saíram da Inglaterra dois anos antes, o Governador informava ao governo central sobre as providências tomadas. Ele ordenou, à Guarda Costeira da ilha de Fernando de Noronha, que não permitisse aos baleeiros britânicos colherem lenha e nem se reabastecerem de água e frutas naquele território insular, pois eles eram vistos como invasores, literalmente inimigos.³⁸

Embora matassem baleias no litoral do Brasil, os britânicos não atuaram como distribuidores no mercado brasileiro de derivados de baleias. Ao lado das restrições impostas pelo frágil monopólio colonial lusitano, os britânicos priorizavam carrear para casa a matriz energética fundamental às suas necessidades, visto que o país já iniciava a industrialização.³⁹ Também é presumível que as armações existentes na costa brasileira satisfizeram as demandas internas por óleo de baleias na era colonial, quando as safras foram produtivas. Além

37 AN, Códice 67, Vol.5. Referenciado por PESAVENTO, Fabio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 53.

38 MENESES, José César de, Governador da Capitania de Pernambuco. [Ofício]. Destinatário: Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Recife, 28 set. 1779. Conselho Ultramarino Brazil-Pernambuco. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=Martinho%20de%20Melo%20e%20Castro&pagfis=96818. Acesso em: 18 fev. 2021.

39 DOLIN, Eric Jay. *The Leviathan*. The History of Whaling in America. New York: Norton & Company, 2007.

disso, armações brasileiras também enviaram óleo de baleia para Portugal durante a sua fase de esplendor, a qual durou cerca de 190 anos.⁴⁰

Mas, no alvorecer do século XIX, a indústria baleeira brasileira declinava em quase todo o litoral. Após o Alvará de 1801, decretando o fim do monopólio da baleação na colônia, apenas algumas armações de pequeno porte permaneceram ativas na Bahia – e talvez em Pernambuco. Elas continuaram matando baleias em pequena quantidade, cuja baixa produção dos derivados limitava-se a atender às circunvizinhanças. Algumas medidas até foram adotadas pela administração colonial e depois pela monarquia, tentando reativar a indústria baleeira no Brasil Meridional, entre os anos de 1801 a 1825. Mas nenhuma delas surtiu efeito. Em 1817, o Brasil já era dependente da importação do óleo e demais derivados das baleias, muitas delas caçadas na costa brasileira pelos estrangeiros.⁴¹

Apesar disso, barcos de cabotagem brasileiros continuaram descarregando óleo de baleia na Guanabara, até meados da década de 1850.⁴² Alguns barris e cascos de “azeite de peixe” chegaram àquele mercado, especialmente após os anos de 1820. Em 4 de outubro de 1847, por exemplo, entraram, ao menos, 6 cascos de azeite de peixe.⁴³ Em 18 de novembro do mesmo ano, foram computados 47 barris de azeite.⁴⁴ E, em 29 de outubro de 1849, entraram 121 cascos de azeite de baleia, sendo esta a maior quantia para o período verificado nos re-

40 PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 2015. 297 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. p. 122.

41 ELLIS, op. cit., p. 192.

42 COMERLATO, Fabiana. O declínio da pesca da baleia nas armações catarinenses. *Fronteiras: revista catarinense de História*, Florianópolis, n. 10, p. 65-73, 2002.

43 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 4 out. 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=31515. Acesso em: 1 abr. 2021.

44 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 18 nov. 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=31666. Acesso em: 1 abr. 2021.

gistros de entrada.⁴⁵ Finalmente, em 6 de dezembro de 1855, foram registrados na Alfândega 115 cascos de “azeite de peixe” descarregados no cais da Guanabara.⁴⁶

Essa quantia, todavia, era insuficiente, considerando a crescente demanda da cidade. Ao longo de quase cinquenta anos do século XIX, grande parte dos derivados de baleia que chegou ao Rio de Janeiro foi despejada por embarcações estrangeiras. Em pequena escala chegaram navios de nacionalidades europeias e asiáticas, particularmente belgas, ingleses, franceses e até barcos da Rússia descarregaram velas de iluminação doméstica naquele porto.⁴⁷

Porém, o maior fornecedor de derivados de baleia para o Rio de Janeiro foram os Estados Unidos da América, cuja projeção no mundo Atlântico decorria das últimas décadas do século XVIII e se consolidou no início do século XIX. Em alguma medida, essa ascensão esteve relacionada à caça de baleias, praticada em costas brasileiras, durante 83 anos. Santa Catarina, Pernambuco, Bahia (Baía de Todos os Santos e Abrolhos) foram os destinos de muitos navios baleeiros estadunidenses. Entretanto, o Rio de Janeiro foi a parte litorânea mais frequentada por eles, registrando cerca de 57,47% das expedições.⁴⁸

Os norte-americanos iniciaram a expansão baleeira em meados do século XVII. Dados atualizados no “Database” do Mystic Seaport, revelam que, entre 1667 e 1850, navios estadunidenses realizaram 10.062 excursões baleeiras. Parte delas foi realizada na costa Leste norte-americana. Mas, em 1774, os seus navios já navegavam pelo litoral carioca. Um episódio marcante foi a apreensão da embarcação do judeu sefardita de New Port, Aaron Lopes, que caçava baleias naquelas

45 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 30 out. 1849. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=34033. Acesso em: 1 abr. 2021.

46 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 6 dez. 1855. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=saccas&pagfis=42186. Acesso em: 2 abr. 2021.

47 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 8 mar. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Russia&pagfis=12203. Acesso em: 2 mar. 2021.

48 CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Baleias e Império: os Estados Unidos e a Expansão Baleeira nos Mares do Atlântico Sul (1761-1844). *Revista de História*, São Paulo, n. 180, 2021. p. 29.

águas.⁴⁹ De 1761 a 1844, os estadunidenses realizaram 8.194 expedições baleeiras, das quais 650 foram à costa brasileira. Isso representa aproximadamente 7,93% do total das expedições, uma média de 7,83 viagens por ano.⁵⁰

Se associássemos as viagens destinadas ao Brasil juntamente com outras áreas atlânticas e pacíficas, os números cresceriam absurdamente. Os norte-americanos sempre realizaram expedições de caça simultâneas em várias áreas oceânicas. Um exemplo disso foram aquelas feitas nos Açores, em Cabo Verde, na costa africana e que depois navegaram para o litoral brasileiro. Em pelo menos 78,52% das expedições registradas à costa brasileira, os estadunidenses fizeram excursões, antes ou depois, a outros territórios de caça.

Os cálculos retirados do *Whalemen's Shipping List and Merchants' Transcript, 1843-1914* sustentam que entre 1841 e 1845, somente no litoral brasileiro e no meio do oceano Atlântico, navios estadunidenses mataram mais de 17.076 baleias – de várias espécies, e um número superior a 11.838 cachalotes. Imaginemos a quantidade de animais mortos pelos norte-americanos em seus 83 anos de expedições ao *South Atlantic*, com prevalência da costa brasileira! A partir de 1850, eles abandonaram, por completo, o litoral brasileiro e, em grande parte, o Atlântico, devido ao desaparecimento de baleias, fenômeno percebido na década anterior.⁵¹ No curso das décadas de 1840-1850, 70% das operações baleeiras estadunidenses seriam direcionadas ao Pacífico, onde ainda abundavam cachalotes e alguns milhares de francas.⁵²

49 BIGELOW, Bruce M. Aaron Lopez: Colonial Merchant of Newport. *The New England Quarterly*, v. 4, n. 4, p. 757-776, out. 1931. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/359587>. Acesso em: 26 nov. 2018; CHYET, Stanley F.; LOTHROP, Tho[ma]s. From a Prison in Brazil-1774. *The Americas*, Cambridge University Press, v. 35, n. 4, p. 573-580, abr. 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/981023>. Acesso em: 4 jul. 2018.

50 Consultar em: LUND, Judith N. *et al.* American Offshore Whaling Voyages: a database. *Mystic Seaport Museum*. [2022?]. Disponível em: <https://research.mysticseaport.org/databases/whaling-voyages/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

51 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 2 ago. 1842.

52 HILT, Eric. Investment and Diversification in the American Whaling Industry. *The Journal of Economic History*, Cambridge University Press, v. 67, n. 2, p. 292-314, jun. 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4501154>. Acesso em: 19 jun. 2018.

A ascensão da *american style pelagic era*⁵³ representou a superação da concorrência inglesa, hegemônica no Atlântico até o final do século XVIII. Em 1842, segundo o tabloide britânico, *London Globe*, para cada dez barcos baleeiros estadunidenses no Atlântico Sul, havia apenas um inglês. A decadência dos britânicos na disputa pela baleação atlântica foi notada pela incrível queda do número de marinheiros em suas embarcações. Se em 1821 haviam 4.888 marujos engajados nas naves, em 1840 eram apenas 2.558 tripulantes.⁵⁴ Conforme os comentaristas do tabloide, as razões para esse grande salto da baleação estadunidense repousava nos menores custos operacionais e na construção de navios bem mais baratos do que aqueles fabricados na Inglaterra.

Outra motivação seriam os impostos cobrados pelo governo inglês sobre o óleo e o espermacete, enquanto os norte-americanos estavam isentos de tributos sobre esses produtos.⁵⁵ A supremacia norte-americana ficou demonstrada, segundo aquele jornal, por meio dos resultados da produção de óleo, extraído da gordura dos mamíferos caçados naqueles anos. Em 1830, os norte-americanos haviam produzido 193.103 barris de óleo de baleias. Já em 1839, a produção saltou para 365.069 barris, quando a frota norte-americana, nos mares do Sul, já contava com cerca de 10.000 marinheiros empregados exclusivamente na baleação.⁵⁶

Além do domínio dos mares, outros dados nos ajudam a acompanhar a ascensão do comércio baleeiro estadunidense em várias praças comerciais do globo. Nos primeiros três anos da década de 1840, a exportação de derivados de baleias

53 RANDALL, R. Reeves; SMITH, Tim D. A Taxonomy of world Whaling Operations and Eras. In: ESTES, James *et al.* Whales, Whaling, and Ocean Ecosystems. Berkley, CA: University of California Press, 2006. p. 90.

54 THE BRITISH NEWSPAPER. *The British Newspaper Archive*. [2022?], London, England, 28 jan. 1842. p. 1. Disponível em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/search/results/1842-01-28?NewspaperTitle=Globe&IssueId=BL%2F0001652%2F18420128%2F&County=London%2C%20England>. Acesso em: 19 mar. 2021.

55 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 2 jun. 1842. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=baleeiros&pagfis=25287. Acesso em: 19 mar. 2021.

56 MOMENT, David. The Business of Whaling in America in the 1850's. *The Business History Review*, v. 31, n. 3, p. 261-291, Autumn 1957. p. 264.

manteve-se em patamares elevados, ainda que o óleo tenha sofrido, aparentemente, um pequeno declínio. Em 1840, os estadunidenses exportaram 143.519 barris de óleo de baleia comum, juntamente com outros pescados. Nesse ano foram 13.797 barris de espermacete e 1.893,259 libras de ossos de baleias, vendidos para o exterior. Um ano depois, eles exportaram 130.124 barris de óleo e outros pescados, 11.091 barris de espermacete e 1.271,363 libras de ossos. Já em 1842, foram mandados para fora do país 124.118 barris de óleo e de pescados diversos, 9.135 barris de espermacete e 918.280 libras de ossos de baleias.⁵⁷

Nas primeiras décadas do século 19, o pragmatismo norte-americano superou a primazia tecnológica britânica ao custo de sacrifícios humanos e da matança de milhares de mamíferos marinhos.⁵⁸ Em menos de cem anos, além de suplantarem um forte concorrente do Atlântico, eles encontraram terreno fértil para comercializar em praças sul-americanas, especialmente a brasileira. Nesse período, os empresários baleeiros estadunidenses direcionaram as atenções mercantis para a América do Sul após terem consolidado o domínio comercial em praças caribenhas no século anterior.⁵⁹ Ao lado dos derivados de baleia, a relação dos produtos desembarcados no porto carioca demonstra extrema similaridade com aqueles que eram exportados às ilhas do Caribe.

Apenas para exemplificar, em 18 de dezembro de 1846, a barca estadunidense *Carolina*, que zarpara de Boston, descarregou no Rio de Janeiro “157 cascos de azeite de peixe e 100 caixas de velas de espermacete”. Além de derivados de baleia, a *Carolina* trouxe “40 caixas de água-raz, 800 barricas de bacalhau, 199 barris de banha, 200 barris de breu, 75 barris de carne de vaca, 95 barris da dita de porco, 6.359 libras de

57 WHALEMEN'S SHIPPING LIST, AND MERCHANT'S TRANSCRIPT, New Bedford, v. 1, n. 24, 22 Aug. 1843. *National Maritime Digital Library*. Disponível em: <https://img.mysticseaport.org/images/wsl/18430822.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

58 KIERNAN, V. G. *Estados Unidos, o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2009. p. 40.

59 KIMBALL, Eric. *An Essential Link In a Vast Chain: New England And The West Indies, 1700-1775*. 2009. 588 f. Dissertação (Doutorado em História) – Graduate Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, PA, 2009.

cêra, 40 caixas de chá, 110 barricas de farinha e 10 barris de verniz...”⁶⁰

Na década de 1840, o comércio baleeiro de longa distância envolvendo New England e Brasil estava consolidado. O Rio de Janeiro figurava como um pujante mercado consumidor de derivados de baleia e centro distribuidor para as demais regiões brasileiras. O comércio com o Brasil tornou-se tão importante, que portos norte-americanos destinavam boa parte de suas exportações diretamente para aquela praça. Em 23 de janeiro de 1844, o *Whalemen's Ship List* trouxe informações sobre óleo, ossos e velas de espermacete, exportados por New York no ano anterior.

No quesito óleo de baleia, New York não enviou grande quantidade ao Brasil porque, provavelmente, navios estadunidenses em trânsito já cumpriam esse papel. A Prússia, a Holanda, a Bélgica e a Liga Hanseática tiveram prioridade nessa importação. Na ocasião, New York exportou o equivalente a \$1.315,411 em óleo de baleia comum e o Brasil comprou apenas \$9.733. O Brasil também não importou de New York nenhuma libra de ossos de baleias, mas os nova-iorquinos exportaram ossos para a França, a Bélgica e a Liga Hanseática.

Porém, com relação às *sperm candles* – velas de espermacete -, o Brasil se destacou de maneira extraordinária, frente às demais nações compradoras. Ao todo, New York exportou, em 1843, a cifra de \$318,997 em espermacete para vários países. Só o Brasil comprou \$64.532, o correspondente a 20,2%, ficando à frente da Inglaterra (\$5.056), Índias Dinamarquesas (\$49.521), Índias Britânicas (\$24.836), além de outras nações. A única praça comercial que superou o Brasil na compra de velas de espermacete foi Cuba, que importou 25,4%, um montante de \$81.160 em velas de espermacete.⁶¹ Juntos, mercados brasileiro e cubano, abiscoitaram mais de 45% de toda a exportação de velas de espermacete, feita por New York.

60 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 18 dez. 1846. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=agua-taz&pagfis=30577. Acesso em: 2 abr. 2021.

61 WHALEMEN'S SHIPPING LIST, AND MERCHANT'S TRANSCRIPT, New Bedford, v. 1, n. 46, 23 Jan. 1844. *National Maritime Digital Library*. <http://images.mystic-seaport.org/images/wsl/18440123.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

Esses números sugerem ponderações, pois representam dados de 1843 e de apenas um porto baleeiro de New England. Mas se forem associados a outros dados, contidos em fontes coligidas no Brasil, ajudam a entender a dinâmica do comércio Atlântico baleeiro norte-americano e esta dinâmica precisa estar articulada com as condições internas do Brasil. Ao findar os anos vinte do oitocentos, já não havia mais ilusões acerca de qualquer possibilidade de soerguer a indústria baleeira brasileira. Ela seguiu claudicante, especialmente na Bahia, em mãos de investidores privados de pequena monta, com baixa produção e distribuição regionalizada, e sem capacidade de enfrentar a monstruosa concorrência internacional, especialmente dos estadunidenses.⁶²

Do ponto de vista dos interesses comerciais brasileiros, era imprescindível a obtenção de uma matriz energética, cuja cidade carioca – além de outras – dependia para a sua iluminação, além das utilidades que outras partes da baleia eram empregadas. Nesse quesito, não interessava ao Brasil quem forneceria o óleo, e, menos ainda, os laços de fidelidades comerciais unilaterais, firmados durante as guerras napoleônicas com a Inglaterra.⁶³ O que importava era a obtenção de derivados de baleias, mesmo porque a Inglaterra já não reunia condições de suprir tais demandas do mercado brasileiro.

Portanto, uma série de mudanças conjunturais havia alterado o predomínio inglês sobre o Brasil e a América do Sul como um todo, ao passo que se ampliava a influência estadunidense sobre este continente. Vejamos como isso repercutiu na comercialização dos derivados de baleias, além de outros produtos, na cidade carioca, acompanhando a chegada dos navios e o descarrego das mercadorias.

62 CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Pescadores e baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos. Itaparica: 1860-1888. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, BA, n. 33, p.133-168, 2005.

63 PRADO, Fabrício. No Such Thing as Neutral Trade: U. S. Shippers in the Rio de la Plata at the turn of the Nineteenth Century. *Colonial Latin American Review*, v. 31, n. 1, p. 93-113, 2022.

O comércio dos derivados de baleia no Rio de Janeiro

A distribuição dos derivados de baleia no Rio de Janeiro começava pela atracação dos navios baleeiros no porto da cidade. Entre o ano de 1821 e 1856, segundo os registros da Alfândega da Guanabara, centenas de barcos baleeiros estadunidenses ingressaram no porto fluminense. Entre os que revelaram as procedências, alguns haviam caçado baleias na costa brasileira, precisamente em Búzios, Cabo Frio, Ilha Grande, Pernambuco e Abrolhos. Nesse arquipélago, os estadunidenses haviam estabelecido uma espécie de feitoria baleeira provisória, mas os moradores daquela região os expulsaram em 1858. Uma correspondência enviada ao Presidente da Província baiana, pelo capitão de Fragata e do Porto, dizia que “a tripulação de um iate americano, que se achava nas ilhas de Abrolhos pescando baleias, saltara em terra, e destruíra a plantação, que ali mandara fazer a estação naval desta Província, o que tudo julguei meu dever levar ao conhecimento de Vossa Excelência...”.⁶⁴ Afora esse episódio, não temos notícias de os baleeiros da América do Norte terem fincado possessões em terra firme brasileira.

A maioria absoluta dos derivados de baleias que ingressou no Rio de Janeiro procedia de mares distantes. Do extremo sul do Atlântico, baleeiras regressavam de longas jornadas na Patagônia, particularmente nas Ilhas Falklands e Sandwich do Sul. Navios também procediam de outras direções. Do Oceano Índico, a maior parte deles regressou de mares australianos. Da costa Pacífico, as naus haviam feito caçadas especialmente nos mares do Chile, próximo a Valparaíso, nas ilhas *Crusoe*, *pertencente ao arquipélago Juan Fernández*, além de áreas mais afastadas, a exemplo do *Hawaii*.

Outras naus chegavam de intensas caçadas nos Açores, na costa africana e nas ilhas do Cabo Verde. Uma amostragem parcial de 50 embarcações baleeiras estadunidenses que atracaram no cais do Rio de Janeiro, revelou a preponderância de expedições de longa distância: 7 chegaram da Patagônia, 5 da

64 APB – Presidência da Província da Bahia/Polícia do Porto. 1851-1875. Seção Colonial Provincial, maço 3150.

costa Pacífico e 15 vieram de portos de New England. Outras 19 não foram reveladas.

Chama-nos a atenção a surpreendente quantidade de navios procedentes de portos de New England. New York, New Bedford, Fairhaven, Baltimore, Philadelphia, New London, Boston, Southampton, além de outras figuravam como os atracadouros com maior número de registros. Alguns desses navios aportavam no Rio de Janeiro antes de seguirem para longas temporadas de caça em alto mar. Citemos, como exemplo, a chegada de um navio procedente de New Bedford: “balieira americana Falcon, de 355 tons., consignatário Maxwel & Como., vai a pesca, e nada carregou neste porto...”⁶⁵

Sempre que desciam do Atlântico Norte⁶⁶, navios aportavam no Rio de Janeiro para abastecer e realizar reparos, antes de rumarem ao Pacífico ou ao Índico. Sofia Haller, cuja pesquisa é ancorada em registros marítimos guardados nos arquivos de New England e em farta bibliografia, constatou a frequência das embarcações norte-americanas no porto carioca, quando se dirigiam à Patagônia. Ao lado de Montevideu, ela afirma, “o Río era un hito importante en la ruta del comercio atlántico, ya que poseía un puerto seguro en la bahía Guanabara, de fácil acceso y mundialmente conocido. Los capitanes extranjeros lo frecuentaban para reacondicionar y reparar los barcos, y para aprovisionarse de agua, madera y alimento”.⁶⁷

Registros alfandegários fluminenses convergem com as constatações de Haller e aludem a como se realizava o comércio Atlântico de longa distância, conectando o Nordeste dos Estados Unidos, Brasil e o Rio da Prata. Nos documentos, o Rio de Janeiro aparece como porto de pausa para navios que rumavam para jornadas oceânicas ligadas àquela conexão, além

65 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 22 fev. 1838. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=balieira&pagfis=20339. Acesso em: 8 nov. 2021.

66 Ver, por exemplo: HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 abr. 1838.

67 HALLER, Sofia Clara. *La Historia Marítima de la Patagonia Atlántica: Circulación de especies en el Contexto Social. Global (1800-1914)*. 2020. 267 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2020.

de outras. Ali pararam barcos que seguiram a Montevideu, Rio da Prata, Rio Grande do Sul e Bahia.⁶⁸ Essas evidências sinalizam que a distribuição de derivados de baleias fazia parte de um amplo sistema marítimo comercial, articulado por meios dos principais portos da América do Sul interagindo simultaneamente com os Estados Unidos. Para entendermos essa circularidade comercial oceânica, precisamos acompanhar as procedências das embarcações.

As baleeiras que regressavam de caçadas oceânicas aportavam no Rio de Janeiro trazendo ossos, óleo de baleia, de focas, de moças, de lobos e leões marinhos, amplamente caçados na Antártida e do peixe-boi, abatido nos pântanos e manguezais. O processamento dos extratos daqueles animais era feito em alto-mar, o líquido embarricado e estocado nos porões das naus para a posterior negociação em centros comerciais, como o Rio de Janeiro.

Já os navios procedentes de New England chegavam à Guanabara com os lastros cheios de diversos gêneros alimentícios, grãos, instrumentos de trabalho e pequenas máquinas fabris. Ao lado deles, descarregavam todos os tipos de derivados de baleias e esse é um aspecto importante a se abordar. Durante a ascensão baleeira estadunidense, foram estabelecidos portos estratégicos no Atlântico para o desembarque de barris cheios de óleo, de espermacete e ossos de baleias. Os Açores foi um desses portos que funcionou, por longo período, como base intermediária. Dali, outros navios mercantes carream os barris estocados para New England, ao passo que as baleeiras retornavam para novas caçadas oceânicas.⁶⁹

Ao chegarem na costa Leste estadunidense, os navios descarregavam ossos, óleo de baleia e espermacete, estocados em estado *in natura* no cais. Uma parte do espermacete era transformado em velas e dos ossos faziam objetos de consumo e decoração. Cidades como Newport, New Bedford e Providence possuíam várias fábricas de velas de espermacete do

68 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 fev. 1832.

69 CONNORS, Anthony J. *Went to the Devil*. A Yankee Whaler in the Slave Trade. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 2019. p.50.

cachalote.⁷⁰ Após a industrialização, as velas eram encaixotadas e embarcadas para serem comercializadas nos mercados sul-americanos e ilhas caribenhas.

Ao chegarem no cais da Guanabara, os navios descarregavam óleo de baleias comuns, graxa pura de espermacete e as caixas de velas. Em 1822 já se encontrava com facilidade, na rua do Rosário n.º 108, velas de espermacete a \$500 a libra.⁷¹ Também eram vendidas mandíbulas de baleias franca e de outras espécies, além de artigos manufaturados a partir dos ossos.⁷² Em certas ocasiões, o óleo de baleia já chegava ao Rio de Janeiro misturado ao de lobos, focas e peixe-boi. Aí estavam as raízes das históricas reclamações dos moradores cariocas no oitocentos.

Durante o período em que vigorou o comércio baleeiro estadunidense para o Rio de Janeiro, as operações de entrada, captação e distribuição desses gêneros para o mercado varejista estiveram em mãos de oito agências de consignados, todas estabelecidas na praça comercial fluminense.⁷³ Eram a “Maxwell Wright e Co.”, “Consig. Nathan Irmãos”, “Consig. Thomas W. Gardener”, “Consig. D. Berckhead”, “D. Gertrudes Maria Danby”, “Consig. Riedy Maintignoeux e Comp.”, “Forbes e Comp.”, “Colleman e Comp.”

Algumas agências desempenharam papéis importantes na exportação de gêneros de grande valor no mercado norte-americano. A Maxwell Wright era responsável pelo envio de café, açúcar e outros artigos aos Estados Unidos. Somente em 9 de dezembro de 1845, a Maxwell Cons. despachou para New York

70 RAPPLEYE, Charles. *Sons of Providence*. The Brown Brothers, the Slave Trade, and the American Revolution. New York: Simon & Schuster, 2007.

71 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 set. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=espermacete&hf=memoria.bn.br&pagfis=2195. Acesso em: 25 fev. 2022.

72 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 17 fev. 1824. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=espermacete&hf=memoria.bn.br&pagfis=3831. Acesso em: 25 fev. 2022.

73 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 8 abr. 1828. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Cynthin&hf=memoria.bn.br&pagfis=8767. Acesso em: 25 fev. 2022.

610 sacas de café.⁷⁴ Cinco anos antes, ele havia despachado para a mesma cidade, 1.800 sacas de café.⁷⁵ Além disso, a Maxwell Wright e a “Berckheard”, estiveram diretamente ligadas ao comércio Atlântico escravagista, recebendo lotes de africanos durante o dezenove, e colocando-os à venda em praça pública.⁷⁶

Situações excepcionais promoviam a oferta de derivados de baleias por meio de outros expedientes. Quando alguns navios chegavam ao Rio de Janeiro com avarias e sérios riscos de naufrágio, toda a carga era retirada do porão e levada à venda, sob fiscalização do poder público. Em 24 de agosto de 1842, o Capitão do Brigue americano *Delawere*, com sérias avarias e atracado no trapiche da Ilha das Cobras, resolveu realizar, às 11 horas daquele dia, o leilão *de* “uma grande porção de barbas de baleia que se venderão impreterivelmente por conta e risco de quem pertencer”.⁷⁷

Naquela oportunidade, foram leiloados apenas barbatanas dos animais abatidos. Porém, meses antes, em 11 de maio, um grande leilão foi motivado pela apreensão da carga de uma embarcação americana. O pregão daquele leilão não fazia menção à razão do aprisionamento do navio estadunidense, mas é de se suspeitar que o motivo teria sido o mesmo que levou outra embarcação norte-americana à sua quase apreensão na costa peruana, décadas antes. No caso do Peru, o barco foi acusado de invadir águas de soberania hispânica para caçar baleias, estando com os lastros abarrotados de azeite de peixe.⁷⁸ Agora a história se repetia no Rio de Janeiro

74 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 9 dez. 1845. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Kinglhoefer&hf=memoria.bn.br&pagfis=27088. Acesso em: 19 fev. 2022.

75 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 ago. 1840. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=berckhead&hf=memoria.bn.br&pagfis=23200. Acesso em: 19 fev. 2022.

76 GRADEN, 2007, op. cit.; MARQUESE, 2013, op. cit.

77 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 24 ago. 1842.

78 ROJAS, Roberto. Buques balleneros de Nantucket y sus vínculos con Rapa Nui entre 1830-1860. In: CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington; QUIROZ, Daniel. *Baleeiros do Sul*. II. Antropologia e História da indústria baleeira nas costas Sul-americanas. Salvador, BA: EDUNEB, 2018. Cap. 7, p. 141-159.

e, com a carga apreendida, o Inspetor Interino da Alfândega marcou o leilão, divulgando o conteúdo a ser comercializado:

Se hão de arrematar em praça no dia 11 do corrente, ao meio dia na porta d'Alfândega 4 barris com 134 canadas de azeite de peixe, avaliada a 500 rs, a canada, que foram apreendidos em Cabo Frio a bordo do Brigue barca Americano Balieeiro, sendo a arrematação livre de direitos ao arrematante.⁷⁹

Além dos leilões, a constante descarga de azeite, feita por embarcações que caçavam todo os tipos de mamíferos, impediam a aferição do grau de pureza dos azeites comercializados no Rio de Janeiro. Ademais, o azeite passava por intermediários, antes de chegar às mãos dos vendedores do varejo, o que abria espaço para a adição de outras substâncias, antes de serem repassados aos consumidores. Esses eram problemas que fugiam ao controle sobre a produção e a distribuição de derivados de baleias que remontavam a querelas de longas datas.

Na década de 1830, os norte-americanos inundavam os mercados brasileiros de derivados de baleias, especialmente óleo de cetáceos misturado com extratos da gordura de foca, de lobo marinho e do peixe-boi. A prática de misturar óleo de diferentes mamíferos ao da baleia era um costume que antecedia ao século XIX. Mas, a partir de meados dessa centúria, o incremento dessas variantes de óleo era uma tentativa de baratear os custos do “azeite de baleia” nos mercados brasileiros, pois com o avançar das décadas, à medida que escasseavam baleias no Atlântico Sul, o valor do seu óleo ficava mais elevado.

Outras substâncias energéticas também ingressaram no mercado carioca e cada uma delas destinava-se a um público específico. O óleo misturado de baleia atendia ao sistema de iluminação pública, ao abastecimento de repartições públicas e aos lares de pessoas pobres.⁸⁰ Já o óleo de espermacete

79 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 maio 1842.

80 SILVA, Lourenço Lustosa Fróes da. *Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

e as velas, tinham as classes mais abastadas como principais consumidores. Além desses dois produtos de caráter industrial mais refinado, a elite carioca costumava usar o azeite de oliva em suas lamparinas, pois, assim como o espermacete, ele queimava sem produzir fumaça e não exalava odor fétido.

Por volta da década de sessenta, o azeite de oliva ainda era uma matriz energética usada nos lares dos mais abastados. Uma evidência disso é uma correspondência do juiz de Direito do Rio, solicitando considerações do Ministério da Justiça, em 1866. Ao pedir melhoria na remuneração para alimentar a sua família e os escravos, ele listou alimentos e utensílios que precisava comprar, incluindo “duas velas de sebo para sala de jantar e cozinha a 80rs... Uma dita de composição para a sala de visitas... azeite doce para lamparinas para dois quartos.”⁸¹

Os anos posteriores à chegada da família real ao Brasil demarcaram mudanças nos modos de vida de parte da população fluminense. Aos poucos, a elite da capital do Império tentava se aproximar de padrões culturais europeus, especialmente os franceses. As magazines, que circulavam na cidade, ditavam a moda, divulgavam estilo de roupas, o uso de sapatos, além de outros adereços corporais para mulheres e homens.⁸² Nos ambientes domésticos também se operavam mudanças. Novos objetos de decoração foram incorporados à decoração das casas e locais de encontros para realização de eventos. Candelabros, lustres, lamparinas sofisticadas ganhavam espaços no mercado oitocentista.⁸³

A dinamização desse comércio se expandiu pelo centro da cidade e na primeira metade do Oitocentos, próximo ao porto e à Alfândega, lojas ocupavam as ruas que se irradiavam em várias direções. O centro era o coração pulsante do mercado carioca, e as operações comerciais giravam no seu entorno.

81 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 30 maio 1866. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=80rs&hf=memoria.bn.br&pagfis=20599. Acesso em: 27 fev. 2022.

82 MONTELEONE, Joana. Moda, Consumo e Gênero na Corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro, 1840-1889). *Revista História*, São Paulo, n. 178, a06017, 2019.

83 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *Império: A Corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. (História da Vida Privada, 2). p. 46-49.

Na “rua da Viola e na rua Direita”, transeuntes encontravam diversos gêneros alimentícios, óleo e outros gêneros da baleia. Na *Praia do Peixe* se negociavam escravos quotidianamente e na *rua do Sabão* vendia-se negros sapateiros.

Naquela época, o “azeite de peixe” comum, era francamente comercializado a granel no centro fluminense. Era vendido em *pipas*, em *canadas*, em *quartinhas* ou *quartilhos*, em *litros*, *cascos*, *galões*, *quintal*, a medida, a gosto e conforme a condição financeira de cada cliente. Na década de 1820, as edições do *Diário do Rio de Janeiro* lançavam propagandas, dizendo *haver* “um armazém do azeite de peixe na rua da Misericórdia.”⁸⁴ Outros anúncios do jornal apontavam onde encontrar a “venda de azeite de peixe no canto do Largo da Batalha.”⁸⁵

Lojas de “azeite de peixe” famosas eram pontos de referência dos lugares da cidade. Ao citá-las, um informante terminava facilitando ao transeunte a localização de ruas e casas comerciais que se buscava encontrar. “Quem tiver para vender uma cadeirinha, faça favor procurar a casa na rua da Misericórdia ao pé do azeite de peixe, um sobrado n.º 44 para tratar do ajuste.”⁸⁶ Outros logradouros, bem próximos dali, também tinham armazéns de vendas de azeite de peixe, ao lado de diversos produtos. “Na prainha no armazém de mantimentos n.º 10, adiante do armazém de peixe, e antes de chegar ao trapiche do sal, há para vender uma porção de açúcar branco en-sacado, assim como também, outra tapioca.”⁸⁷

Outras lojas mantinham um sortido comércio varejista, anunciando os seus produtos a brado para chamar atenção dos passantes. Por volta de 1829, no Largo de S. Domingues n.º 8, havia uma loja que negociava derivados de baleias, pipas e tonéis que “servirão com azeite e óleo de peixe, muito fortes e com bons arcos de ferro”. Além desses produtos, vendia-se

84 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 set. 1821.

85 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 8 out. 1821.

86 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 28 jan. 1823.

87 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 fev. 1823.

“pretos robustos, bem parecidos, sem vícios, sem moléstias, ágeis para tudo em que os quiserem empregar.”⁸⁸

A rua da Quitanda, a Prainha, onde tinha o *armazém do Cleto*, a praia de D. Manoel, a rua da Alfândega, o Largo da Batalha, a rua do Rosário e da Misericórdia, estavam todas imbricadas e faziam parte das cercanias da rua do Valongo e próximas do passadiço Imperial. Em 20 de março de 1824, um anúncio de “vendas”, no Diário do Rio de Janeiro, informava que “No Largo da Sé, junto ao Ferrado Inglês, continua-se a vender azeite de peixe, em grande, e em pequenas porções.”⁸⁹

Um mês depois, outro anúncio do jornal avisava a “quem quiser comprar azeite de peixe, muito bom, vá à rua da Misericórdia, n.º 55, a preço de 400 réis a medida.”⁹⁰ Os proprietários daqueles estabelecimentos travavam cerrada concorrência com outros vendeiros, pois bem pertinho dali, “na rua do lado da igreja de São Francisco de Paula, que vai para o Teatro, de frente da botica, n.º 10, vende-se azeite de peixe, e lobo a 360 a medida.” Qualquer dificuldade, o transeunte poderia tomar a loja de um barbeiro como ponto de referência.⁹¹ Ainda por volta dos anos de 1840, os moradores do Rio eram lembrados de que na rua da Saúde, *em Valongo n.º 28*, havia para vender uma série de bugigangas, incluindo “azeite de peixe em cascos de todos os tamanhos.”⁹²

Quem comprava óleo de baleia, fosse puro ou misturado, tinha de possuir recipientes de iluminação. Por isso, paralelo ao comércio dessa matriz energética, formou-se um sortido mercado de lâmpões, lamparinas e luminárias, vendidas em lojinhas espalhadas por quase toda a cidade. Ao alcance dos pobres havia no comércio de rua coisas tentadoras. Em

88 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 23 out. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%C3%B3leo%20de%20peixe&hf=memoria.bn.br&pagfis=10587. Acesso em: 10 fev. 2022.

89 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 mar. 1824.

90 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 maio 1824.

91 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 12 ago. 1824.

92 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 out. 1843.

1836, nos anúncios de vendas no *Diário de Notícias*, usuários de azeite de peixe compensariam o alto custo daquele produto com um expediente prometido por um vendedor que ofertava “(10) lampiões econômicos, que servem em lugar de velas, e gastam muito pouco azeite, dando melhor luz que estas; vendem-se a 1\$280 rs, 640, 480, na rua da Quitanda entre o Rosário, e a detrás do hospício, n.º138.”⁹³

Pessoas de elevado poder aquisitivo compravam lamparinas e azeite de oliva como matriz energética para a iluminação doméstica. Mas naqueles anos de penetração mercantil estadunidense, as velas de espermacete de cachalotes ganharam espaço no mercado, passando a adornar os sofisticados candelabros e lustres das casas dos ricos. Além disso, os abastados passaram a consumir produtos mais sofisticados, feitos com ossos de vários tipos de baleias. Bengalas, espartilho modelador corporal, pentes e escovas de cabelos, além de outros acessórios e adereços importados eram frutos dos ossos de cachalotes e das barbatanas de baleias franca. Em maio de 1837, a loja “Souza Brito e Guimarães”, localizada na rua do Ouvidor, anunciava, no *Diário do Rio de Janeiro*, a disponibilidade de vários objetos de uso pessoal, destinados a homens e mulheres, entre os quais “um bonito sortimento de bonés de veludo bordados de ouro, para meninos 4\$, espartilhos de baleia, e de aço para coletes de Sra. 480\$.”⁹⁴

Os salões de ópera, os círculos fechados para os chás das cinco, também passaram a ser iluminados com velas de espermacete e o óleo extraído da gordura do cachalote, como combustível das lamparinas. A elite carioca tomou gosto pelos requintes e sofisticação daquilo que já era consumido havia muito tempo nos Estados Unidos e em parte da Europa. Em vez de exalar mau cheiro e uma fumaça escura que incomodava às pessoas, a vela de espermacete tornava o ambiente aromatizado, com um inconfundível sabor de perfume de al-

93 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 1 out. 1836.

94 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 maio 1837. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=cercadura&pagfis=19439. Acesso em: 16 fev. 2021.

gas marinhas. O mesmo corria com a gordura do cachalote, ela queimava sem emitir sinal de bruma desagradável.⁹⁵

Para cada gosto, sofisticação e condição social havia um tipo de baleia a ser consumido pelas chamas que iluminavam as principais cidades brasileiras, particularmente o Rio de Janeiro. Para a elite, o cachalote, a “joia dos mares”. Aos pobres, “baleias comuns” (termo destinado às baleias: franca, jubarte, anã, brinde e outras espécies). Não era à toa essa denominação atribuída às baleias de barbas e que não possuem dentes. Em toda a era da baleação, embora caçadas incansavelmente em costas brasileiras e em outros mares, baleias comuns jamais gozaram de prestígio e reputação semelhante ao do cachalote (“Moby Dick”), fosse nos Estados Unidos ou no Brasil.

O virtuoso mercado de azeite de peixe e de lamparinas estimulou a expansão de prestação de serviços a ele agregados, abrindo uma interessante cadeia de produção na cidade. Profissionais especializados, libertos e escravos de ganho disputavam os serviços de atendimento domiciliar e público de manutenção das lamparinas. Eram conhecidos por *funileiros*, que prestavam assistência técnica para manter funcionando as lamparinas de casas e ruas. Surgiram também oficinas de funilarias em vários pontos da cidade, mas especialmente bem próximas das lojas de azeite e de vendas das lamparinas. Funileiros tinham tendas na *rua do Ouvidor*, na *rua de São Pedro*, na *rua dos piolhos*, também na *rua da Quitanda*, o *Rosário* e nas imediações do *Valongo*. Eles se estabeleceram naquelas imediações porque também eram, além de mecânicos, vendedores de belas e sortidas lamparinas para todos os gostos e condição financeira dos compradores.

Naquelas adjacências, existiam pequenas fábricas que processavam e transformavam algum tipo de azeite em velas de iluminação doméstica. Em 10 de março de 1835, alguém anunciou no Diário do Rio de Janeiro que estava à venda na

95 Ver, os seguintes autores: ASH, Christopher. *Whaler's Eye*. New York: Macmillan, 1962; London: George Allen & Unwin, 1964. Narrativa moderna da baleação do barco baleeiro fábrica flutuante Inglês Balaena. ELLIOTT, Gerald [Sir]. *Whaling 1937-1967: O Controle Internacional de Estoques de Baleias*. Sharon, MA: Kendall Monograph #10, 1997. TØNNESSEN, J. N.; JOHNSEN, A. O. *A História da Baleação Moderna*. Traduzido por R. I. Christophersen. Berkeley; Los Angeles: Universidade da Califórnia Press. 1982.

rua São José “uma prensa grande, e mui forte, com parafuso de ferro, que serve muito bem para alguma fábrica de azeite, ou de velas, ou outra semelhante manufatura.”⁹⁶

Na década de 1840, sinais de encarecimento de derivados de baleia balançaram esse virtuoso comércio. O desaparecimento de baleias no Atlântico afetou a disponibilidade de seus derivados na praça carioca e outras matrizes começaram a despontar como alternativa. Em 21 de novembro de 1846, um anúncio de jornal evidenciava que o óleo de baleia já era alternado com outros tipos de produtos para combustão. Nesse tempo, “um funileiro lampista, estabelecido na rua da Misericórdia, prometia aos consumidores, que tinha para vender sortimento de lampiões para gás e azeite, de diferentes tamanhos, também nova porção de candelabros e castiçais bronzeados [...] que se vendem por preço razoável.”⁹⁷

A carestia dos derivados de baleia não afetou somente a vida privada dos cariocas, particularmente os mais pobres. Na década de 1850, o serviço de iluminação pública também sentiu os efeitos da crise energética e, o que já era precário, piorou. Por dificuldades na aquisição de “azeite de peixe”, ingredientes de qualidade inferior passaram a ser utilizados para alimentar as lamparinas de rua. O sebo de animais, óleo de mamona e outros produtos figuravam como fonte energética adicionadas aos recipientes das lamparinas e suspeitamos de que isso já ocorria desde décadas anteriores.

Ao responder ao Ministro da Justiça, em 11 de novembro de 1850, o Administrador Geral da Iluminação da Capital disse, consternado, que os problemas da iluminação pública e do prédio da carceragem iam além dos fortes ventos que derrubavam as lamparinas pouco abrigadas da cidade. Se reportando à qualidade do combustível para as lamparinas, ele recordou que “enquanto não houver o verdadeiro azeite de

96 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 10 mar. 1835.

97 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 21 nov. 1846. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Funileiro&pagfis=30489. Acesso em: 18 fev. 2021.

peixe americano, é impossível conservar-se a iluminação com regularidade.”⁹⁸

Considerações finais

Os problemas de abastecimento, manutenção e reposição do óleo nas lamparinas de rua foram recorrentes durante toda a primeira metade do século XIX. A partir da década de 1830, novas matrizes energéticas foram timidamente introduzidas no mercado, passando a concorrer com o óleo de baleia e o espermacete no Rio de Janeiro. Nesse período, uma incipiente indústria nacional começou a introduzir no mercado óleo extraído do amendoim, da mamona, do sebo de animais domesticados, da palma, e do coco.

Na década de 1850, governos de vários países preocuparam-se em buscar alternativas ao óleo de baleia como principal matriz energética, pois os preços subiam e os animais desapareciam dos oceanos. Repercutia no Brasil a iniciativa nos Estados Unidos de produzir combustível a partir do beneficiamento do algodão, cujo óleo destinava-se ao consumo alimentar e para combustão das lamparinas. A invenção não era recente, pois desde 1836 já se produzia esse tipo de extrato. Porém, na década de cinquenta, o produto foi alavancado pela carestia do concorrente principal, além do seu baixo custo de produção. Uma matéria ambígua, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* afirmava haver temor de que o óleo do algodão levasse a indústria baleeira norte-americana ao fracasso. De um lado, se propagavam as suas virtudes, de outro, os riscos de desidratar o setor considerado “carro-chefe” da economia norte-americana. Em 1856, este produto chegava aos mercados brasileiros e era anunciado em matérias como essa:

Uma coisa de que se aqui tem feito muito caso é o óleo que se extrai da semente de algodão, e que é fabricado por ora por um só individuo da Nova-Orleans. Vieram aqui, trazidos da América, duas garrafas do refinado

98 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 nov. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=fausto&pagfis=35270. Acesso em: 18 fev. 2021.

azeite, sendo o de uma delas aplicável a luzes, e o de outra para comestível...⁹⁹

Àquela altura, já era introduzido no Rio de Janeiro o gás como um dos principais substitutos do azeite de mamíferos, que mais adiante assumiria maior grau de importância na iluminação pública da cidade carioca.¹⁰⁰ Em seguida, seria a vez do querosene em substituição do gás e, finalmente, a expansão da eletricidade iluminaria as ruas do Rio de Janeiro. As inovações tecnológicas e a introdução de novas matrizes energéticas tiveram de esperar algumas décadas no século XIX para ganhar o mercado carioca, pois, entre as décadas de 1820 e 1845, o azeite de baleia e de outros mamíferos marinhos imperavam como principais combustíveis usados nas lâmpadas das casas e na iluminação da cidade fluminense.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *Império: A Corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999. (História da Vida Privada, 2). p. 46-49.
- ASH, Christopher. *Whaler's Eye*. New York: Macmillan, 1962; London: George Allen & Unwin, 1964
- BIGELOW, Bruce M. Aaron Lopez: Colonial Merchant of Newport. *The New England Quarterly*, v. 4, n. 4, p. 757-776, out. 1931.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Baleias e Império: os Estados Unidos e a Expansão Baleeira nos Mares do Atlântico Sul (1761-1844). *Revista de História*, São Paulo, n. 180, 2021.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Pescadores e baleeiros: A atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos

99 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 7 abr. 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=43124. Acesso em: 30 jan. 2022.

100 FERREIRA, op. cit., p. 23-41.

- oitocentos. Itaparica: 1860-1888. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, BA, n. 33, p.133-168, 2005.
- CHYET, Stanley F.; LOTHROP, Tho[ma]s. From a Prison in Brazil-1774. *The Americas*, Cambridge University Press, v. 35, n. 4, p. 573-580, abr. 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/981023>. Acesso em: 4 jul. 2018.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. v. 3. 2. ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- COMERLATO, Fabiana. O declínio da pesca da baleia nas armazões catarinenses. *Fronteiras: revista catarinense de História*, Florianópolis, n. 10, p. 65-73, 2002.
- CONNORS, Anthony J. *Went to the Devil*. A Yankee Whaler in the Slave Trade. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 2019.
- DAURIL, Alden. Yankee Sperm Whales in Brazilian Waters, and the decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801). *The Americas*, Cambridge University Press, v. 20, n. 3, p. 267-288, jan. 1964.
- DOLIN, Eric Jay. *The Leviathan*. The History of Whaling in America. New York: Norton & Company, 2007.
- DUNLOP, Charles J. *Rio Antigo*. v. 1. Rio de Janeiro: Laemmert, 1955.
- ELLIOTT, Gerald [Sir]. *Whaling 1937-1967: O Controle Internacional de Estoques de Baleias*. Sharon, MA: Kendall Monograph #10, 1997.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil Colonial*. Feitorias, baleeiros, monopólio, comércio, iluminação. São Paulo: Edusp, 1968. p. 192.
- FERREIRA, Milton Martins. *A evolução da Iluminação na Cidade do Rio de Janeiro. Contribuições Tecnológicas*. Rio de Janeiro: Synergia, 2009.
- GRADEN, Dale T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. *Revista Afro-Ásia*, UFBA/Centro de Estudos Afro-asiáticos, Salvador, BA, n. 35, p. 9-35, 2007.

- HALLER, Sofia Clara. *La Historia Marítima de la Patagonia Atlántica: Circulación de especies en el Contexto Social. Global (1800-1914)*. 2020. 267 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2020.
- HEDGES, Jaimes Blaine. *Spermaceti Candles warranted pure*. In: HEDGES, Jaimes Blaine. *The Browns of Providence Plantations*. Colonial years. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1952. (Series Studies in Economic History).
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Ofício a Manuel Alves Branco, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, informando sobre o requerimento dos moradores do campo de São Cristóvão e segunda cancela até o pedregulho, que solicitavam serviços de iluminação para aquelas localidades*. Rio de Janeiro, 23 jun. 1837. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1427118/mss1427118.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 1 out. 1836.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 2 ago. 1842.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 2 jun. 1842. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=baleeiros&pagfis=25287. Acesso em: 19 mar. 2021.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 fev. 1832.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 3 maio 1843, n. 122.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 4 dez. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=colunneta&pagfis=27048. Acesso em: 17 fev. 2022

- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 4 out. 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=31515. Acesso em: 1 abr. 2021.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 5 out. 1826. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=bergantim&pagfis=6953. Acesso em: 16 mar. 2021.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 6 dez. 1855. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=saccas&pagfis=42186. Acesso em: 2 abr. 2021.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 7 abr. 1856. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=43124. Acesso em: 30 jan. 2022.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 7 nov. 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%Aancia&hf=memoria.bn.br&pagfis=1053. Acesso em: 17 fev. 2022.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 8 mar. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Russia&pagfis=12203. Acesso em: 2 mar. 2021.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 8 out. 1821.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 9 dez. 1845. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Kinglhoefer&hf=memoria.bn.br&pagfis=27088. Acesso em: 19 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 10 mar. 1835.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 maio 1842.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 11 nov. 1850. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=fausto&pagfis=35270. Acesso em: 18 fev. 2021

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 12 ago. 1824.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 12 fev. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=cachorros&pagfis=13092. Acesso em: 26 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 dez. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=torcidas&pagfis=27096. Acesso em: 17 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 fev. 1823.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 13 set. 1821.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 jan. 1839. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=a%20p%c3%a9ssima%20ilumina%c3%a7%c3%a3o&pagfis=21522. Acesso em: 12 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 maio 1837. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=cercadura&pagfis=19439. Acesso em: 16 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 mar. 1839. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Coelho&pagfis=21522. Acesso em: 16 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 out. 1843.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 16 set. 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=espermacete&hf=memoria.bn.br&pagfis=2195. Acesso em: 25 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 17 fev. 1824. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%Aancia&hf=memoria.bn.br&pagfis=3830. Acesso em: 2 mar. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 18 nov. 1847. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=31666. Acesso em: 1 abr. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 18 dez. 1846. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=agua-taz&pagfis=30577. Acesso em: 2 abr. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 abr. 1838.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 fev. 1824. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Intend%c3%ancia&pagfis=3842. Acesso em: 17 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 jul. 1844.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 jun. 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=a%20p%c3%a9ssima%20ilumina%c3%a7%c3%a3o&pagfis=12521. Acesso em: 12 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 20 mar. 1824.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 21 abr. 1843. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=fausto&pagfis=26335. Acesso em: 18 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 21 nov. 1846. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Funileiro&pagfis=30489. Acesso em: 18 fev. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 22 fev. 1838. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=balieira&pagfis=20339. Acesso em: 8 nov. 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 23 out. 1829. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%C3%B3leo%20de%20peixe&hf=memoria.bn.br&pagfis=10587. Acesso em: 10 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 24 ago. 1842.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 ago. 1840. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=berckhead&hf=memoria.bn.br&pagfis=23200. Acesso em: 19 fev. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 maio 1824.

- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 26 nov. 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=Intend%C3%A2ncia&hf=memoria.bn.br&pagfis=1181. Acesso em: 17 fev. 2022.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 28 jan. 1823.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 30 maio 1866. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=80rs&hf=memoria.bn.br&pagfis=20599. Acesso em: 27 fev. 2022.
- HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Diário do Rio de Janeiro*. 30 out. 1849. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=Cabotagem&pagfis=34033. Acesso em: 1 abr. 2021.
- HILT, Eric. Investment and Diversification in the American Whaling Industry. *The Journal of Economic History*, Cambridge University Press, v. 67, n. 2, p. 292-314, jun. 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4501154>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KIERNAN, V. G. *Estados Unidos, o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2009.
- KIMBALL, Eric. *An Essential Link In a Vast Chain: New England And The West Indies, 1700-1775*. 2009. 588 f. Dissertação (Doutorado em História) – Graduate Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, PA, 2009.
- KLEIN, Herbert S. Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico. *Revista História*, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul. 1989.

- LUND, Judith N. *et al.* American Offshore Whaling Voyages: a database. *Mystic Seaport Museum*. [2022?]. Disponível em: <https://research.mysticseaport.org/databases/whaling-voyages/>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- MARQUES, Leonardo. A Participação Norte-Americana no Tráfico Transatlântico de Escravos para os Estados Unidos, Cuba e Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 52, p. 91-117, jan./jun. 2010.
- MARQUES, Leonardo. *The United States and the Transatlantic slave trade to the America*. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em História) – Department of History, Laney Graduate School, Atlanta, GA, 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. *Almanack*, Guarulhos, SP, n. 5, p. 51-60, 1. sem. 2013.
- MENESES, José César de, Governador da Capitania de Pernambuco. [Ofício]. Destinatário: Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Recife, 28 set. 1779. Conselho Ultramarino Brazil-Pernambuco. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=015_PE&Pesq=Martinho%20de%20Melo%20e%20Castro&pagfis=96818. Acesso em: 18 fev. 2021.
- MOMENT, David. The Business of Whaling in America in the 1850's. *The Business History Review*, v. 31, n. 3, p. 261-291, Autumn 1957.
- MONTELEONE, Joana. Moda, Consumo e Gênero na Corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro, 1840-1889). *Revista História*, São Paulo, n. 178, a06017, 2019.
- PAZ, Marcelo de Oliveira. *Companhia da Pescaria das Baleias nas Costas do Brasil (1765-1801): a caça ao Leviatã dos mares*. 2015. 297 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- PESAVENTO, Fabio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Eco-

nomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PRADO, Fabrício. No Such Thing as Neutral Trade: U. S. Shippers in the Rio de la Plata at the turn of the Nineteenth Century. *Colonial Latin American Review*, v. 31, n. 1, p. 93-113, 2022.

RANDALL, R. Reeves; SMITH, Tim D. A Taxonomy of world Whaling Operations and Eras. In: ESTES, James *et al.* Whales, Whaling, and Ocean Ecosystems. Berkley, CA: University of California Press, 2006.

RAPPLEYE, Charles. *Sons of Providence*. The Brown Brothers, the Slave Trade, and the American Revolution. New York: Simon & Schuster, 2007.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

ROJAS, Roberto. Buques balleneros de Nantucket y sus vínculos con Rapa Nui entre 1830-1860. In: CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington; QUIROZ, Daniel. *Baleeiros do Sul*. II. Antropologia e História da indústria baleeira nas costas Sul-americanas. Salvador, BA: EDUNEB, 2018. Cap. 7, p. 141-159.

SERPA, Manoel de Matos Pegado. [*Correspondência*]. Destinatário: Francisco X. de Mendonça. Bahia, 8 dez. 1765.

SILVA, Lourenço Lustosa Fróes da. *Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

THE BRITISH NEWSPAPER. *The British Newspaper Archive*. [2022?], London, England, 28 jan. 1842. p. 1. Disponível em: <https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/search/results/1842-01-28?NewspaperTitle=Globe&IssueId=BL%2F0001652%2F18420128%2F&County=London%2C%20England>. Acesso em: 19 mar. 2021.

TØNNESEN, J. N.; JOHNSEN, A. O. *A História da Baleação Moderna*. Traduzido por R. I. Christophersen. Berkeley; Los Angeles: Universidade da Califórnia Press. 1982.

WHALEMEN'S SHIPPING LIST, AND MERCHANT'S TRANSCRIPT, New Bedford, v. 1, n. 24, 22 Aug. 1843. *National Maritime Digital Library*. Disponível em: <https://img.mysticseaport.org/images/wsl/18430822.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

WHALEMEN'S SHIPPING LIST, AND MERCHANT'S TRANSCRIPT, New Bedford, v. 1, n. 46, 23 Jan. 1844. *National Maritime Digital Library*. <http://images.mysticseaport.org/images/wsl/18440123.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

O ÓLEO DE PALMA E A ÁFRICA OCIDENTAL NO PERÍODO DA HEGEMONIA BRITÂNICA

Alexsander Lemos de Almeida Gebara

A ideia de que a África era um continente isolado do restante do mundo antes da ampliação da relação comercial com a Europa e as Américas, a partir do início do período moderno, não se sustenta há algum tempo. As relações entre o Magrebe (e conseqüentemente o Mediterrâneo) e as regiões subsaarianas são antigas, assim como a relação das costas africanas do Índico com uma ampla rede comercial que alcançava até mesmo a China.¹ Outra imagem comum sugeria que a única exportação africana ao longo do período moderno fora a de pessoas escravizadas, perspectiva que foi também superada. A despeito deste comércio ter sido certamente o maior em volume e valores, diversos outros produtos faziam parte das relações comerciais entre a África subsaariana e o restante do mundo entre os séculos XV e XIX – tecidos e metais preciosos, além do próprio abastecimento de alimentos da frota de negreiros, para ficar apenas em alguns poucos exemplos.² Segundo Ini-

1 ALPERS, E. A África e o oceano Índico. In: FERREIRA, R.; REGINALDO, L. *África, Margens e Oceanos, perspectivas de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2021.

2 Toby Green aponta para variadas relações entre a África, a Europa e as Américas ao longo do período moderno, até a Era das Revoluções. GREEN, Toby. *A fistfull of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2019. Além disso, é fundamental notar que as trocas não se limitaram ao comércio propriamente dito. O intercâmbio de plantas e doenças tem reconhecidamente um papel fundamental no desenrolar da história moderna e contemporânea. Ver CROSBY, Alfred. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. London: Preager, 2003. Para a discussão sobre o intercâmbio colombiano a partir da África, ver CARNEY, Judith. *In the Shadow of Slavery Africa's Botanical Legacy in the Atlantic World*. Berkeley: University of California Press, 2010. Finalmente, traços

kori, os dois primeiros séculos de comércio praticamente não incluíam escravizados.³

Evidentemente, estas conexões tiveram impactos profundos nas sociedades africanas, embora as avaliações historiográficas diverjam quanto ao alcance e caráter das transformações provocadas por elas ao longo do tempo.⁴ A despeito destas relações anteriores, no entanto, uma mudança fundamental e inegável no comércio exterior da África Ocidental ocorreu principalmente ao longo do século XIX, qual seja, o crescimento acelerado da exportação de oleaginosas, principalmente o óleo de palma. Parte das fontes históricas, em especial os discursos abolicionistas britânicos, sugerem que a ampliação do comércio “lícito” seria incompatível com a continuidade do tráfico de escravizados, o que o tornaria uma das soluções privilegiadas para se acabar com ele, mas o fato é que ambos continuaram ocorrendo em conjunto até ao menos o início da década de 1850. Naquela mesma década, um número de comerciantes de escravos usaram o comércio de óleo de palma como disfarce para empreendimentos negreiros organizados a partir de portos norte-americanos. O valor do mercado externo de óleo só supera o de escravizados a partir da década de 1840 na região.⁵

culturais também acompanham os demais trânsitos, inclusive moldando paisagens naturais, como no caso da diáspora do óleo de palma, influenciado pela grande presença africana nas Américas. Ver WATKINS, Case. African Oil Palms, Colonial Socioecological Transformation and the Making of an Afro-Brazilian Landscape in Bahia, Brazil. *Transoceanic Exchanges*, v. 21, n. 1, p. 13-42, Feb. 2015. *Environment and History*.

- 3 INIKORI, Joseph E. Africa and the globalization process: Western Africa 1450-1850. *Journal of Global History*, v. 2, n. 1, p. 63-86, 2007.
- 4 Em linhas gerais, para a história da África, o debate durante muito tempo se deu sobre o grau de importância de supostos fatores “externos” (comércio, política, etc.) nos desenrolares históricos do continente africano. Por um lado, há os que, como Rodney, em seu *Como a Europa subdesenvolveu a África*, de título auto explicativo, enfatizam o comércio de escravizados e o controle colonial como altamente influentes – senão determinantes para a história africana. Por outro, os que minimizam a importância das relações externas, enfatizando processos endógenos como forma de compreensão, como é o caso de John Thornton, que sugere que a oferta teria sido mais importante do que a demanda para a conformação do mercado atlântico de escravizados.
- 5 Ver NORTHROP, David. The Compatibility of the Slave and Palm Oil Trades in the Bight of Biafra. *The Journal of African History*, v. 17, n. 3, p. 353-364, 1976, mas também MANNING, Patrick. Slave Trade, “legitimate trade”, and imperialism revisited: the control of wealth in the bights of Benim and Biafra. In: LOVEJOY,

Mesmo assim, quando analisada apenas a expansão do comércio exterior de oleaginosas, nota-se um crescimento realmente impressionante, tanto em números relativos quanto em absolutos. Como pode ser visto na tabela 1⁶, o volume do comércio cresceu mais de 25 vezes entre 1810-1815 e 1850-1855, passando de 1.120 para 29.340 toneladas. Embora na segunda metade do século o crescimento tenha ocorrido em menor proporção, o volume atingiu praticamente a média de 45 mil toneladas por ano na última década.⁷

Tendo em vista este vertiginoso aumento de exportação, este capítulo procura apresentar em linhas gerais alguns dos principais dados e debates historiográficos sobre o desenvolvimento da produção e comércio do óleo de palma ao longo do século XIX, para contribuir com a literatura sobre o tema em português. Assim, buscará mostrar quais as principais regiões produtoras, as formas de produção, o funcionamento do comércio, e as interpretações sobre os impactos deste sobre as estruturas africanas e suas relações com o sistema-mundo capitalista.⁸

Regiões, formas de extração e consumo do óleo

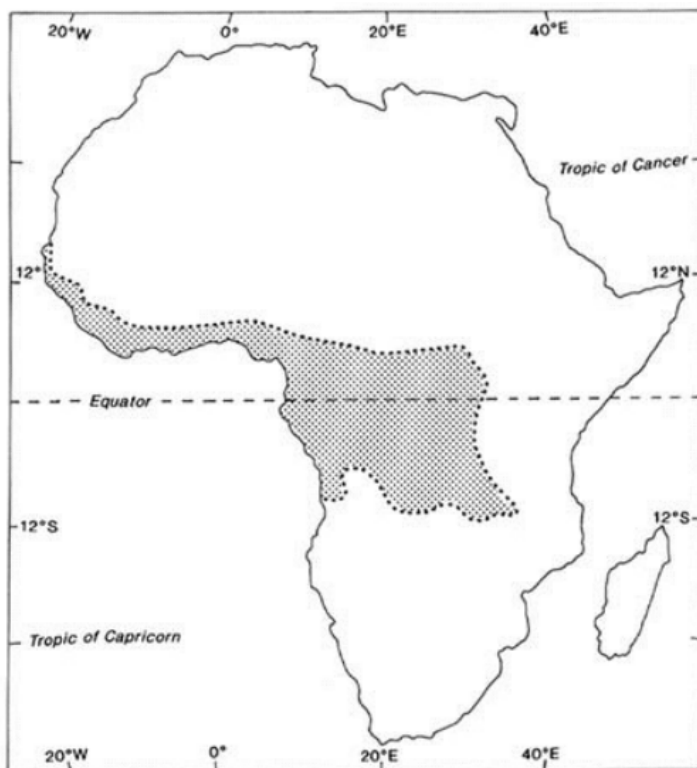
A palmeira (*Elaeis guineensis*), de cujo fruto é extraído o óleo, cresce naturalmente numa vasta região da costa ociden-

Paul (org.). *Africans in bondage: studies on slavery and slave trade*. Madison, WI: University of Wisconsin Press. 1986. Dividindo por áreas, o óleo teria ultrapassado em valor o mercado escravo na década de 1830 na Baía de Biafra, e na de 1850 na Baía de Benim.

- 6 Os números da exportação de óleo de palma divergem pouco entre os autores, pois praticamente todos utilizam as mesmas fontes, quais sejam, os registros de comércio britânicos com a costa ocidental da África, que são praticamente os mesmos apresentados pelo Governador de Lagos, C. A. Moloney em 1887. Os dados da tabela foram adaptados a partir de Martin Lynn, com as quantidades originalmente expressas em quintais. Cada quintal tem 50,8 kg, 20 quintais perfazem uma 'tonelada longa' (1.016 kg). A tabela tem números aproximados.
- 7 Apenas para termos parâmetros de comparação, a produção total de café no Brasil no primeiro ano da república atingiu 385 mil toneladas. Em outros termos, a produção de óleo de palma na África Ocidental era equivalente a cerca de 12% da produção brasileira de café, então a maior do mundo. (dados da produção de café em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafe-1>).
- 8 Este texto, especialmente no que diz respeito aos dados de produção e comércio, está fortemente assentado nos trabalhos de Martin Lynn, que produziu uma série de artigos e um livro fundamental, listados na bibliografia.

tal e central da África, conforme apresentado no mapa 1. A relação das populações da área com a planta remonta a milênios. Ela foi utilizada para a produção de tecidos de ráfia, como madeira para fogo, extração de vinho de palma (a seiva da palmeira extraída e fermentada para tornar-se alcoólica) e finalmente para a produção de óleo comestível⁹.

MAPA 1 – Adaptado a partir de Martin Lynn. *Commerce and economic change...*



Uma das primeiras descrições europeias sobre a produção do óleo aparece no relato do britânico Joseph Corry, que viajou para a região de Serra Leoa em 1805. Segundo ele:

9 A ideia de incidência ‘natural’ deve ser qualificada também. De fato, trata-se do resultado de dezenas de séculos de relação entre as sociedades humanas e a natureza da região tropical africana que acabaram determinando a presença no espaço e em quantidade das palmeiras ao longo do território. Ver: ROBINS, Jonathan. *Oil palm: a global history*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2021.

Os frutos, que são do tamanho aproximado de uma ave-lã, tem um caroço duro, envolto por uma substância oleosa, coberta por uma casca fina, e o óleo é produzido pela exposição delas ao sol, que por sua influência, libera os ‘sucos’; após esta exposição, as castanhas são colocadas numa panela com água, no processo de cozimento um líquido vem para o topo. Assim que retirado, rapidamente endurece e se torna rançoso; o caroço da fruta, depois desse processo, é batido num pilão e colocado em água, a casca do caroço afunda e seu conteúdo flutua para a superfície. Quando retirado é colocado num pote ao fogo e produz um outro tipo de óleo, usado como manteiga, e tem um grau maior de qualidade.¹⁰

Nesta sucinta descrição, Corry não especificou o tempo de exposição ao sol, e indicou que o resultado do processo é um ‘líquido rançoso’ que endurece quando resfriado. Ainda que tenha estranhado o produto final, pode-se inferir pela data que a descrição referia-se muito provavelmente à produção de óleo para consumo alimentar.¹¹ Diversos autores e fontes comerciais britânicas posteriores à Corry, em especial na segunda metade do século XIX, notam uma grande diferença de qualidade entre dois tipos de óleo, denominados de “macio” e “duro” (*soft e hard* em inglês), indicando respectivamente os tipos para alimentação e exportação.

Esta diferença pode ser notada com clareza no texto organizado pelo então governador de Lagos, Cornelius Alfred Moloney, publicado em 1887. Utilizando-se de descrições elaboradas por Africanus Horton¹², o texto mencionava separadamente a forma de produzir o “óleo de palma para consumo

10 Todos os textos originalmente em inglês são de minha tradução. Corry dizia-se abolicionista, mas seu plano era estabelecer *plantations* com mão de obra escravizada como forma pedagógica de incentivar a civilização da África, de acordo com a carta de fevereiro de 1807, enviada a Lord Howick, que seria primeiro ministro entre 1830-34 já como Conde (Earl Grey). CORRY, Joseph. *Observations upon the windward coast of Africa... in the years 1805 and 1806*. London: G. and W. Nicol, 1807. p. 39.

11 Neste caso também há a produção de óleo do caroço (*kernel*), que parecia ser incomum na maior parte da região da África Ocidental. Como se verá, a exportação dos caroços se tornaria importante também no comércio externo a partir de meados do século.

12 MOLONEY, Cornelius A. *Sketch of the Forestry of West Africa with Particular Reference to Its Present Principal Commercial Products*. London: S. Low, Marston, Searle, & Rivington, 1887. p. 38-41. James Beale nasceu em 1835 em Freetown, Serra Leoa, filho de pai Ibo, africano liberto pelo esquadrão africano de combate ao

doméstico” e “manufatura comercial de óleo de palma”. Segundo Horton, a primeira delas era feita através do cozimento das frutas recém colhidas ou coletadas, deixadas ao calor por 3 a 4 dias, e preparadas em pequenas quantidades de cada vez (em torno de 2 kg) até amolecerem. As cascas e caroços então eram retirados num pilão e a polpa era levada novamente ao fogo, liberando o óleo que subia à superfície e era recolhido. Em algumas descrições, a polpa restante então é novamente espremida com as mãos. Finalmente, o óleo resultante era levado ao fogo para a liberação do restante de água e impurezas. Trata-se de uma produção com trabalho intensivo e que implica em grande quantidade de combustível por volume de óleo produzido.

Já para a produção do “óleo duro”, a técnica era enterrar os cachos e esperar a sua fermentação por várias semanas. Isto amolecia os frutos e tornava o processo de separação das cascas e caroços muito mais fácil, gerando uma dupla economia na produção, tanto de combustível (pois diminuía a necessidade de cozimento para amolecer as frutas e não era necessário purificar o produto final), quanto de trabalho, visto que uma quantidade maior podia ser produzida de uma única vez. Assim, eram utilizados “cochos” de alguns metros de diâmetro, calçados com pedras para o processo de separação da polpa, e potes maiores para o cozimento e produção do óleo. O resultado, embora não fosse comestível, era exportável, dada a sua variada utilização na Europa. Finalmente, uma outra diminuição no custo do óleo duro vinha do transporte das zonas produtoras até a costa. Por ser sólido, esse transporte necessitava de contêineres menos especializados e gerava menos desperdícios no percurso.¹³ Segundo Lynn, o preço de exportação do “óleo duro” era cerca de apenas 20% mais baixo do que o “macio”, tornando-se, assim, o óleo “comercial” por excelência.

Quando se observa o comércio externo da África ocidental, nota-se também outro importante elemento, qual

tráfico. Estudou em Fourah Bay, também em Freetown, e depois cursou medicina na Inglaterra, onde adotou o nome Africanus Horton.

13 O processo de fermentação gera uma maior quantidade de ácidos graxos livres, o que resulta no óleo mais duro, e torna o óleo menos próprio para consumo alimentar.

seja, a partir da segunda metade do século XIX o caroço da palmeira também passa a ser produto de exportação. Com exceção de poucos casos como o descrito por Corry acima, o caroço era utilizado apenas como combustível na África. No último quarto do século, no entanto, o óleo do caroço passou a ser utilizado na Europa para a produção de margarina, aumentando conseqüentemente a sua demanda. Os números da exportação saltaram de 592 toneladas em 1855 para 34.186 em 1895.¹⁴

Segundo J. Robins, a elasticidade da demanda era muito grande e a “Europa poderia utilizar tanto óleo de palma quanto a África pudesse suprir, com uma condição: que fosse barato o suficiente para competir com outras fontes de gordura.”¹⁵ A utilização, por sua vez, era extremamente variada.

Além do conhecido uso como lubrificante para a maquinaria pesada, na forma de graxa lubrificante de eixos e motores nas ferrovias, o desenvolvimento tecnológico ao longo do século XIX ampliou grandemente as possibilidades de uso dos óleos vegetais, e do óleo de palma em particular. Antes associado ao cheiro rançoso da graxa e à sujeira das oficinas, o desenvolvimento da indústria química permitiu o progressivo clareamento do sabão produzido a partir do óleo de palma, tornando-o mais aceitável para a população britânica. Tendo se tornado a principal matéria prima desta indústria, seus fabricantes foram parte importante da pressão pela abolição do imposto de importação sobre o óleo aprovado no Parlamento em 1845.¹⁶

De maneira similar, a fabricação de velas passava do sebo ao óleo como matéria prima básica graças ao desenvolvimento de processos químicos entre o início dos anos 1830 e a década de 1850, que resultaram na vela branca de queima du-

14 LYNN, M. *Commercial exchange...*, op. cit., p. 119-120. Além disso, o caroço também foi usado na Europa para fazer ração animal.

15 ROBINS, 2021, op. cit., p. 75.

16 ROBINS, 2021, op. cit., p. 78. Para um enfoque mostrando a imagem do sabão em propagandas e sua relação com a construção de sentidos de raça e civilização, e portanto, identidade imperial, ver MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. cap. 5.

rável e praticamente nenhum odor.¹⁷ Ainda segundo Robins, a *Price's Patent Candle Co.*, principal produtora de velas da Grã Bretanha, passou a associar diretamente o comércio do óleo ao final do tráfico de escravos, apropriando-se da propaganda abolicionista para aumentar as suas vendas.¹⁸

Enfim, extremamente importante também foi a utilização do óleo na produção de folha de flandres (lata), que era um elemento fundamental na indústria alimentícia europeia de enlatados. Em 1890, apesar dos avanços tecnológicos terem diminuído o volume de óleo necessário para a produção do metro quadrado de lata, a quantidade total utilizada nesta indústria só perdia para a produção de sabão.¹⁹

Distribuição e estrutura do comércio

A despeito do grande espaço de incidência da *Elaeis Guineensis* e dos dados de exportação apresentados na tabela dizerem respeito à África Ocidental como um todo, as diferenças regionais e cronológicas são bastante importantes. Inicialmente, quase toda a produção e comércio eram realizados no chamado Delta do Níger (ou significativamente “Rios do Óleo”, nas fontes britânicas); a partir do segundo terço do século, outras regiões passaram gradativamente a entrar no mercado.

Martin Lynn indica que houve ao menos três períodos de crescimento acelerado do mercado de óleo antes do auge dos preços em meados da década de 1850. O primeiro na virada da primeira década do século, na esteira da abolição britânica do comércio de escravos. O segundo, em razão de uma alta de preços no final da década de 1820, quando, em cinco anos, o valor do mercado (volume x preços) triplicou. Finalmente, o terceiro na década seguinte, em especial pela entra-

17 O ácido sulfúrico, derivado do enxofre, foi parte importante do desenvolvimento deste processo. O desenvolvimento da indústria derivada do enxofre aparece em capítulo de Daniel Cunha neste livro que, aliás, ressalta a importância da indústria química para a revolução industrial como um todo.

18 Nota-se, portanto, mais um exemplo de propaganda de produtos derivados do óleo associando a atuação do império britânico à civilização.

19 ROBINS, op. cit., p. 86.

da de numerosas outras firmas britânicas compradoras, ainda que o preço estivesse relativamente estabilizado.²⁰

A principal área de produção e exportação ao longo de todo o século XIX foi o Delta do Níger. A região foi responsável por 80% do total exportado na primeira metade do século e mais de 50% no período restante. O principal porto de escoamento inicialmente foi Old Calabar, até ao menos a década de 1820, quando foi superado em números pela cidade de Bonny, que teria intensificado a competição pelo mercado especialmente a partir de 1818, com o mencionado primeiro pico nos preços da commodity na costa da África. Finalmente, o Rio Brass também aparece como porto importante de exportação do Delta, com cerca de 10% do total a partir da década de 1840.

A produção nesta região de alta incidência de palmeiras se dava principalmente através da coleta.²¹ Até boa parte da primeira metade do século, a manufatura do óleo usualmente se dava em pequenas unidades, a partir do trabalho familiar, e escoado para a costa por uma vasta rede de riachos, lagoas e rios. As operações comerciais eram realizadas principalmente por 'atravessadores' (Brokers) estabelecidos na costa. Em especial, pelos detentores de posições políticas, que eram, com frequência, os mesmos operadores do mercado atlântico de escravizados. Segundo Ebieri Alagoa, a região tinha uma vocação comercial histórica de longa duração, oriunda ainda da formação das estruturas políticas e de seu desenvolvimento entre os séculos XII e XVI, e posteriormente influenciados pelo mercado atlântico.²² Assim, a ausência relativa de terras agricultáveis no delta, e a complementaridade ecológica entre a região e seu interior, teriam dado lugar ao longo do tempo a formações políticas especializadas no comércio, cujas carac-

20 O pico dos preços na década de 1850 ocorreu, segundo Jonathan E. Robins, em razão da escassez de sebo devido à guerra da Criméia. *Oil palm: a global history...*

21 De fato, há indicações de que a havia grande quantidade de palmeiras que permaneciam sem ser exploradas. Ver MAIER, Donna J. E. Precolonial palm oil production and gender division of labor in nineteenth-century Gold Coast and Togoland. *African Economic History*, v. 37, p. 1-32, 2009. p. 9.

22 ALAGOA, E. J. The development of institutions in the States of the Eastern Niger Delta, *The Journal of African History*, v. 12, n. 2, p. 269-278, 1971.

terísticas se acentuaram com o advento do mercado atlântico de escravizados.²³

Em linhas gerais, no Delta do Níger na primeira metade do século XIX, o óleo era trocado por mercadorias europeias. Este pacote de mercadorias era consignado aos comerciantes africanos na costa, que, por sua vez, compravam o óleo no interior e retornavam para a costa para embarcar nos navios europeus que permaneciam atracados um pouco acima da embocadura dos Rios. O padrão era muito semelhante ao do comércio de escravizados. Operado por grandes firmas de Liverpool e Bristol com navios próprios, o mercado funcionava com “*os mesmos mecanismos de compra e venda, a mesma utilização de ‘unidade de medida’, o mesmo processo de barganha, a mesma confiança no atravessador costeiro, [e] o mesmo uso da consignação (trust) eram aplicados...*”²⁴ Praticamente desnecessário dizer que os embarques na costa africana coincidiam com os portos exportadores de escravizados.

Desta forma, o que se percebe é uma continuidade entre o comércio de escravizados e de óleo na região na primeira metade do século XIX. David Northrup já adiantara que não havia incompatibilidade entre eles, a despeito das interpre-

23 Ainda segundo Alagoa, uma série de consequências resultam deste desenvolvimento histórico. Estas sociedades se caracterizaram cada vez mais pela incorporação de escravizados nas estruturas linhageiras, favorecendo aquelas com maior capacidade de adequação às demandas Atlânticas em especial no período do comércio de escravizados. De fato, todo o interior da região também se caracterizou pela ausência de uma autoridade centralizada por um lado, e pela conexão regional estabelecida por uma rede comercial *Aro*, legitimada por uma cosmologia comum e pelo controle do oráculo em *Arochukwo*, que inclusive era o maior fornecedor de braços escravizados para a costa, através de condenações judiciais mais do que guerras e razias. Ver NWOKEJI, Ugo – *The Slave Trade and Culture in the Bight of Biafra: An African Society in the Atlantic World*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

24 LYNN, Martin. The West African Palm Oil trade in the nineteenth century and the “crisis of adaptation”. In: LAW, Robin (org.). *From Slave trade to “legitimate” commerce, the commercial transition in nineteenth century West Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. De fato, Lovejoy e Richardson sugerem que a ascensão de Bonny como maior comerciante regional é anterior ao que se pensava e teria resultado de uma centralização de autoridade mais cedo do que em outros lugares. Esta centralização ofereceria uma garantia maior ao crédito adiantado em consignação pelos europeus. De certa forma, portanto, a consignação dependia das relações pessoais estabelecidas, mas quanto maior fosse o poder para quem era concedido o crédito, maiores as garantias de recebimento. LOVEJOY, P.; RICHARDSON, D. This Horrid Hole: royal authority commerce and credit at Bonny, 1690-1840. *Journal of African History*, v. 45, n. 3, p. 363-392, 2004.

tações anteriores insinuarem que o crescimento do chamado comércio 'lícito' nas fontes britânicas ocorria em detrimento daquele de escravizados. Na verdade, segundo Northrup, o crescimento rápido do fornecimento de óleo na costa só foi possível em grande parte graças à infraestrutura de abastecimento existente para o comércio de escravizados, estabelecida principalmente ao longo do século anterior.²⁵ Sendo assim, os dois eram mais complementares do que excludentes.²⁶

É possível traçar quadro relativamente similar de continuidade no mercado para outras regiões exportadoras, no sentido em que os portos de saída, os operadores africanos e europeus na costa, e as formas de financiamento e funcionamento eram os mesmos do mercado escravista, tanto para a Costa dos Escravos – a segunda região em importância, que passou a exportar volumes significativos a partir principalmente da década de 1840 – quanto para a Costa do Ouro, que em 1850 já era responsável por 10% da exportação macrorregional.²⁷

Estas dinâmicas mudariam, contudo, a partir de 1852, quando a *African Steamship Company* amechou o contrato de transporte de correios do governo britânico entre a Inglaterra e a costa da África, e estabeleceu uma linha regular mensal neste itinerário.²⁸ A companhia tinha como principal acionista McGregor Laird, que já tinha experiência de duas décadas de viagens à costa e ao interior. Ele havia viajado nos primeiros navios a vapor oceânicos de casco metálico em 1832 para uma

25 NORTHROP, D., 1976, op. cit. A diferença principal é que Northrup sugere que não eram as mesmas pessoas que controlavam o comércio de óleo e de escravos no interior, enquanto Latham, por exemplo, indica que em parte as próprias redes de comércio também se sobrepunham. LATHAM, A. J. H. Price Fluctuations in the Early Palm Oil Trade. *The Journal of African History*, v. 19, n. 2, p. 213-218, 1978.

26 Na década de 1850, traficantes de escravos portugueses estabelecido em Nova York usavam o comércio de óleo de palma como disfarce para expedições negreiras. MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven, CT; London: Yale University Press, 2016, p. 196-197.

27 A diferença na forma de produção será abordada em tópicos seguintes. Note-se desde já, no entanto, que na região do Daomé, a dinâmica era relativamente diferente do Delta do Níger e da região ioruba, visto que ali, os comerciantes eram em parte os próprios produtores, e a produção já começou em plantações controladas em geral pelo rei ou seus grandes dignatários.

28 O contrato aparece transcrito nos Parliamentary Papers 1852, XLIX (284).

expedição ao Rio Níger, e foi em seu estaleiro em Liverpool que foram fabricados os navios da famosa expedição de 1841.²⁹

A introdução desta linha regular de navios a vapor fazendo a conexão entre Inglaterra e África Ocidental teve consequências importantes para o comércio macrorregional. Em primeiro lugar, ao oferecer espaço de frete fracionado e mais barato, começou a gerar um desafio às grandes firmas britânicas compradoras que dominavam o mercado. Antes era necessário um grande investimento de capital para armar um navio próprio, custear a longa estadia deste na costa africana, e fornecer o crédito na forma de manufaturas aos comerciantes africanos da costa e comprar óleo suficiente para fazer valer o custo da viagem do navio. Este tipo de investimento podia demorar um ano – e por vezes mais – para dar retorno, e de certa forma imobilizava o capital por este período. Além disso, a regularidade das visitas provocou uma transformação na estrutura de compras na própria costa: em vez do navio ficar esperando para ser carregado, as firmas europeias passaram a construir barracões nas cidades costeiras para comprar e armazenar o óleo, reduzindo o tempo de estadia necessário para o carregamento.

Outra transformação derivada desta conjuntura foi a instalação de casas de comissão britânicas na costa, reforçando ainda mais a entrada de firmas menores no mercado.³⁰ Obviamente, estas alterações geraram importantes tensões, com as grandes firmas tentando adiantar ainda mais crédito para garantir as safras dos anos seguintes, e com comerciantes menores *cortando* este crédito, comprando por preços melhores e deixando os africanos em dívida com seus credores europeus. A instalação do primeiro consulado britânico nas baías de Benim e Biafra em 1851 foi em grande parte em razão do crescimento em volume e importância do mercado de óleo, e o

29 Laird já tinha um plano para o final do tráfico de escravizados desde sua viagem de 1832. Cético quanto à eficácia da proibição do tráfico e da atuação do esquadra africano, era um dos que advogavam que o infame comércio só acabaria com sua substituição por outro. Ver GEBARA, Alexsander. A busca inglesa pelo curso do Rio Níger: do problema geográfico à posse potencial. *História (São Paulo)*. v. 31, n. 2, p. 146-170, jul./dez. 2012.

30 Para as transformações nas relações de crédito, ver: NEWBURY, C. W. Credit in Early Nineteenth Century West African Trade. *The Journal of African History*, v. 13, n. 1, p. 81-95, 1972 e LYNN, *Commerce and Economic Change...*, op. cit.

trabalho do cônsul nas décadas seguintes foi fortemente centrado na tentativa de regulamentação deste.

Do lado britânico, o resultado foi a multiplicação de firmas envolvidas no comércio, tendo o número saltado de 26 em 1850 para 106 em 1860. Também é importante notar a participação dos *Krios* de Serra Leoa, que conseguiram cada vez mais entrar no negócio a partir da instalação da linha de vapores e das casas de comissão.³¹ Do lado africano, no entanto, especialmente no Delta, os comerciantes da costa parecem ter conseguido controlar o mercado por mais algum tempo, impedindo um grande crescimento do número de agentes e dificultando a penetração das redes comerciais europeias no interior.³²

Este contexto sofreria nova transformação com a diminuição da rentabilidade do comércio, derivada tanto do aumento da concorrência quanto da queda de preços do óleo no mercado mundial a partir dos anos 1870. Foi então que foram organizadas, primeiramente, tentativas de combinação de preço de compra entre as firmas britânicas e, finalmente, já no final da década de 1880, uma fusão delas, resultando em gigantes compradoras como a *Royal Niger Co* e a *African Association Ltd of Liverpool*.³³ A partir de então, não haveria mais espaço para o empreendedorismo africano, ficando os seus agentes limitados basicamente às possibilidades de atuação como empregados das firmas coloniais.

Produção e trabalho

Grande parte da produção até meados do século XIX se dava em unidades pequenas, em geral familiares. O trabalho

31 Dados de LYNN, *Commerce and Economic Change...*, op. cit., p. 139. E não apenas mais a linha de vapores de Laird. Outra consequência deste momento foi a separação do comércio e do frete. Empresas especializadas apenas no carregamento do produto passaram a fazer parte do processo, e logo, repartindo parcialmente o lucro da atividade como um todo.

32 Mas não há consenso quanto a este processo, a concorrência entre africanos também parece ser um elemento a ser considerado neste contexto, ver MANNING. *Slave Trade, "legitimate trade"...*, op. cit.

33 Não deixa de ser interessante que com a criação destas gigantes compradoras, antecipava-se a política colonial monopolista antes mesmo do colonialismo formal estar completamente instalado.

era tradicionalmente feminino, excluindo, por vezes, a coleta e o transporte das frutas até os locais de produção, e do óleo dali até aos locais de exportação. De fato, segundo Robin Law, “a produção agrícola em geral e a manufatura de óleo de palma em particular eram, ao menos em muitas das sociedades africanas ocidentais, um trabalho predominantemente feminino”.³⁴ Susan Martin, por sua vez, indica também com clareza que a produção do óleo era trabalho reconhecidamente feminino entre os Ibo no interior do Delta.³⁵ Com a impressionante expansão na exportação, entretanto, parece ter ocorrido mudanças em algumas regiões, como no caso do Daomé, onde viajantes passaram cada vez mais a descrever o trabalho masculino, em especial a partir da década de 1850.

Deve ficar claro que trata-se aqui de tendências gerais, ou seja, embora a maior parte do trabalho fosse feminino, isto não excluía a participação de homens, além de exemplos localizados no tempo e no espaço poderem apresentar quadros diferentes. O mesmo pode ser dito no que diz respeito ao tamanho da unidade de produção, pois havia unidades maiores, descritas principalmente a partir dos anos 1850, em especial no Daomé, mas também em relatos sobre a região Iorubá, como a do missionário batista William Clarke. Segundo ele, em alguns locais a produção de óleo parecia mais uma fábrica do que qualquer outra coisa, empregando por vezes 50 pessoas³⁶, muito provavelmente utilizando mão de obra escravizada, pois, segundo Lovejoy, a maioria da população nestas regiões por volta da metade do século XIX era de escravizados, e “ambos, a produção e o transporte [do óleo], eram quase exclusivamente trabalho de escravos, e requeriam milhares de mãos”.³⁷

34 LAW, Robin. “Legitimate” trade and gender relations in Yorubaland and Dahomey. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. p. 195.

35 MARTIN, Susan. Slaves, Igbo women and palm oil in the nineteenth century. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

36 LAW, “*Legitimate*” trade..., *op. cit.*, p. 197.

37 LOVEJOY, P. *Transformations of Slavery: a history of Slavery in Africa*. 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000. p. 177.

Para o Daomé, onde produtores e comerciantes de óleo formavam em grande parte o mesmo grupo, frequentemente ligado às estruturas de governo, desenvolveram-se *plantations* de palmeiras e também unidades produtivas maiores, em particular a partir da década de 1840, com uso de escravizados que começavam a se concentrar em toda a região.

Ainda que no interior da Costa dos Escravos claramente tenha ocorrido a ampliação da utilização de mão de obra escravizada para manufatura e transporte do óleo, ressalte-se que a maior parte da produção ainda era realizada em outros locais, particularmente no interior do Delta do Níger e na então Costa do Ouro, e segundo as descrições, em pequenas unidades, com mão de obra familiar, escrava e feminina.³⁸

Em trabalhos da década de 1970, referindo-se à região produtora do interior do Delta ainda na primeira metade do XIX, David Northrup sugere que o comércio de óleo envolvia “uma multidão de pequenos produtores”, e Anthony Latham, praticamente com a mesma frase, afirma que o óleo era “agregado a partir de pequenas quantidades supridas por uma multidão de produtores individuais e suas famílias”. Enfim, Susan Martin, já em 1995, resume a questão ao mencionar que “há uma ampla concordância que o grosso do óleo de palma do Delta do Níger no século XIX era processado em pequena escala, quer por produtores familiares ou por escravizados.”³⁹

A questão aqui é que, enquanto Northrup ressalta a grande quantidade de trabalho necessário para não apenas produzir o óleo, mas transportá-lo até a costa, Latham sugere que, uma vez que a palmeira crescia naturalmente na região, bastaria “apenas uma pequena mudança na preferência de lazer de numerosos fazendeiros ibíbio e seus dependentes

38 Mesmo aqui, no entanto, não há consenso sobre o tamanho da unidade de produção. Segundo J. Oriji, os cabeças de linhagem e alguns membros de sociedades secretas masculinas (Okonkwo), conseguiram amealhar controle sobre pessoas e escravos suficientes para tornarem-se grandes produtores. ORIJ, J. N. A Re-assessment of the Organization and Benefits of the Slave and Palm Produce Trade among the Ngwa Igbo. *Canadian Journal of African Studies*, v. 16, n. 3, p. 523-548, 1982.

39 MARTIN, *Slaves, Igbo women...*, op. cit., p. 180. NORTHROP, *The Compatibility...*, op. cit., p. 362, LATHAM, *Price fluctuations...*, op. cit., p. 218.

durante o período de colheita” para responder ao aumento da demanda e ampliar as bases de produção.⁴⁰

Donna Maier, em estudo de caso recente, também concorda com a ampla maioria sobre o tamanho das unidades de produção na Costa do Ouro, e busca quantificar o trabalho excedente necessário para atender à demanda no final do século XIX. Ao longo de todo o período, esta região produziu cerca de 10% do óleo exportado para a Grã-Bretanha, mas por volta de 1890, cerca de um terço das importações britânicas anuais vinham dali.⁴¹

Num cálculo que utiliza, por um lado, números um tanto confiáveis, particularmente o volume anual exportado, e, por outro, uma série relativamente especulativa, como as estimativas populacionais, o número de pessoas por habitação e consumo interno médio por indivíduo – baseadas em fontes do início do século XX produzidas pelo governo colonial alemão, Maier estima o total de óleo produzido tanto para consumo quanto para exportação e, a partir daí, estabelece a proporção relacional entre o consumo doméstico e o mercado externo em $\frac{1}{3}$, ou seja, o mercado interno era igual a um terço do externo e, portanto, relativamente importante.

Além disso, utilizando-se de dados como a média de produtividade no período colonial e da produção artesanal de óleo no período pós-colonial, comparando-os com relatos europeus do século XIX, ela conclui que nos anos 1890:

cada habitação no sul do Gana e sudeste da Togolândia já produzia em média mais do que $\frac{1}{3}$ de quilo de óleo por semana e teria que produzir mais 1 kg por semana para suprir demandas de exportação. De acordo com os dados de tempo/trabalho [...] isso significaria, talvez, um dia de trabalho de uma pessoa por semana em cada habitação se o método de óleo comestível fosse usado, um custo alto para a maioria. Mas se fosse o método de produção para exportação, [...] então a capacidade de expandir a produção era muito mais realista.⁴²

40 LATHAM, *Price fluctuations...*, op. cit., p. 218

41 MAIER, *Precolonial palm oil...*, op. cit.

42 MAIER, *Precolonial palm oil...*, op. cit., p. 15.

Já Northrup apresenta outra relação, ou seja, entre a quantidade de dias de trabalho de uma pessoa necessários para produzir uma tonelada. Baseado em um relatório colonial de 1938 sobre a produção de óleo na região Ibo, Ibibio e do Rio Cross, ele indica que esta correlação era de cerca de 250 dias de trabalho/pessoa/tonelada de óleo de qualidade de exportação (hard). Como ele não faz estimativa sobre o total da população da região, ou sobre o número de habitações, como Maier realizou em seu trabalho, não há como inferir o excedente de trabalho por unidade de habitação.⁴³

Estes dados são diferentes dos mencionados por Lynn, que, por sua vez, utiliza como fonte um boletim anual do departamento agrícola da Nigéria colonial, indicando que a relação seria de 420 dias de trabalho/pessoa/tonelada para óleo macio (soft) e 132 para o duro (hard).

Independente das correlações estabelecidas e do intuito dos autores acima ao realizarem seus cálculos, nota-se que não há como escapar da certeza que uma grande quantidade de trabalho absoluto era necessária para suprir a crescente demanda externa como um todo.⁴⁴ Considerando hipoteticamente a estimativa menos conservadora de Northrup sobre dias de trabalho por tonelada, seria necessário o trabalho diário de mais de 30 mil pessoas para produzir apenas o excedente para exportação no final do século XIX.⁴⁵

Note-se, no entanto, que não são exatamente a quantidade de trabalho a mais, ou a concentração dele no espaço ou no tempo, as únicas consequências sociais resultantes da

43 NORTHROP, *The Compatibility...*, op. cit. Robin Law ressalta que estas estimativas variam também de acordo com a região pois isso altera a produtividade das palmeiras. LAW, Robin. Introduction. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to "legitimate" commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. p. 11.

44 Se levarmos em consideração a afirmação de Robins mencionada anteriormente de que a elasticidade da demanda britânica, e o fato de que mais da metade das palmeiras nativas na macrorregião não eram exploradas, a limitação na oferta parece ser um limite de trabalho.

45 Se colocarmos um terço do óleo de exportação como leve, o número salta para quase 38 mil pessoas. Note-se, no entanto, que o trabalho de produção de óleo não era realizado ao longo de todo o ano, portanto, a concentração de trabalho era muito maior. Já na estimativa de Maier, apesar da quantidade individual por habitação poder ser considerada pequena, note-se que isso significava triplicar a produção.

expansão da exportação. A carga de trabalho na produção e no pequeno comércio de óleo parece ter incidido diferencialmente sobre as mulheres. É bastante complexo elaborar interpretações gerais para o tema do impacto da transição comercial nas relações de gênero, pois as condições de controle sobre o trabalho e o corpo feminino variam significativamente em toda a África Ocidental e ao longo do tempo. Além disso, diversos outros fatores para além da produção para o comércio têm influência e impactam as condições sociais em geral, e as relações de gênero em particular. Ainda assim, há alguns importantes trabalhos que buscam compreender esta correlação entre comércio externo e relações de gênero, regional ou localmente.

Donna Maier, por exemplo, aponta que a demanda pelo trabalho feminino aumentou e que alguns dos governantes mais velhos conseguiram ampliar o número de mulheres dependentes. Assim, conseguiam controlar uma produção maior. Há indicações também de que padrões de casamento sofreram alterações em razão da ampliação do valor do trabalho feminino, sendo que pais de filhas mulheres mantinham-nas na família por mais tempo e incentivavam-nas a manter relações apenas casuais, para manterem seus netos, mas especialmente suas netas, dentro da linhagem.⁴⁶ Por outro lado, este mesmo contexto abriu algumas oportunidades de acesso ao dinheiro para as mulheres, como a comercialização do seu próprio produto ou com a oportunidade de trabalho como carregadora no comércio. Mas em termos gerais, Maier avalia que apenas uma pequena alteração da tecnologia de produção – o método do ‘fosso’, ou a forma de produção de óleo ‘duro’ – teria sido suficiente para atender a demanda externa e considera, assim, que não houve transformação social “revolucionária” na região em razão do contexto de exportação do século XIX.

Tais considerações são semelhantes às apresentadas anteriormente por Susan Martin para o caso da região Ibo Ngwa, ao longo do Rio Imo, cerca de 100 quilômetros acima de Bonny: o aumento da importância do trabalho feminino na produção do óleo de palma, a prevalência das pequenas uni-

46 MAIER, *Precolonial palm oil...*, op. cit., p. 22-23.

dades produtivas e o acúmulo de poder por parte de chefes de linhagem através da expansão da poligínia, entre outras. Segundo ela, no entanto, “as mudanças das operações agrícolas, nas cargas de trabalho de homens e mulheres” bem como “no balanço de poder entre os sexos e entre as gerações” ocorridas em razão da expansão do mercado de óleo, “não eram sem precedentes”.⁴⁷

Chima Korieh propõe uma avaliação complexa do impacto da transição comercial nas relações de gênero, que deve incorporar tanto fatores locais quanto padrões gerais, evitando pensá-lo simplesmente como ‘crise’ ou ‘continuidade’. Isto não impede, como se viu nos trabalhos citados, que mudanças significativas nas relações de gênero sejam perceptíveis em localidades bastante distantes no espaço, embora com intensidades diversas. O autor chega a afirmar que “sem dúvida a transição comercial afetou as relações de gênero”, mas que não é tão claro que estas tenham sempre desfavorecido a condição feminina, restando exemplos de regiões e momentos nos quais as mulheres dominavam localmente o mercado de óleo.⁴⁸

Parece, portanto, que a historiografia caminha no sentido de matizar, local e temporalmente, as interpretações mais gerais, com as quais estão discutindo. Constatação esta que já era indicada por Robin Law em 1996. Segundo ele, os impactos teriam sido desiguais, com grande importância para as regiões costeiras, como Bonny e outras cidades do Delta, com menor impacto, mas ainda sensível para regiões um pouco ao interior, como Daomé e Ashanti, e possivelmente sem nenhum efeito para ‘algumas sociedades muito remotas ou isoladas’.⁴⁹

47 MARTIN, Susan. Slaves, Igbo women and palm oil in the nineteenth century. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

48 Ele se refere à Onitsha, da virada do século XIX até a depressão de 1929, e que entre Efiks e Ibos houve locais onde mulheres também controlavam o mercado até o início do XX, e finalmente que houve casos de mulheres enriquecidas nas regiões ribeirinhas ibo, por estas mesmas razões. São exemplos tardios e localizados, no entanto.

49 LAW apud KOLAPO, Femi. Post abolition Niger River commerce and the nineteenth century Igala political crisis. *African Economic History*, n. 27, p. 45-67, 1999.

O próprio Robin Law considera bastante difícil a realização de “generalizações” para todo o espaço englobado pela África Ocidental, visto haver grandes diferenças nas estruturas sociais, de governo e econômicas ao longo de toda a região. Segundo ele, talvez o único fator comum teria sido o crescimento da escravidão doméstica, mas dizer apenas isto significa:

obscurecer a variedade de formas de relações sociais de produção que a escravidão poderia envolver, de um sistema quase-feudal no qual o indivíduo escravo era essencialmente um produtor independente pagando uma espécie de renda para seu senhor (que parece ter sido o caso de Old Calabar), até a forma clássica de *plantation* escravista envolvendo organização de larga escala e a apropriação total do produto pelo senhor (como no Daomé).⁵⁰

Mas quais seriam essas grandes narrativas e “generalizações”, e quais os principais debates sobre elas ao longo das últimas décadas? Sem pretensões de esgotar o tema, ou de uma apresentação enciclopédica, este trabalho mostrará, a partir de algumas reflexões historiográficas já realizadas, as principais linhas de discussão.

A transição comercial na África ocidental: sentidos e debates

Os debates sobre os impactos da transição comercial na África Ocidental, segundo Robin Law, remontam aos relatos e registros do próprio século XIX. Em meio à construção de uma ideologia abolicionista que vinculava comércio, cristianismo e civilização – e era bastante influente na Grã Bretanha – os viajantes, cônsules, militares, missionários e comerciantes britânicos tendiam a ver o desenvolvimento do chamado “comércio lícito” como fator fundamental para por fim ao tráfi-

50 LAW, R. The historiography of the commercial transition in nineteenth century West Africa. In: FALOLA, T. (org.). *African Historiography: Essays in honor of Jacob Ade Ajayi*. Londres: Longman, 1993.

co de escravos e, no limite, à escravidão.⁵¹ Diversos testemunhos coevos sugerem a relação entre o desenvolvimento do mercado de óleo e o enfraquecimento de aristocracias e governos que controlavam o tráfico, e por vezes até mesmo associam “revoltas de escravos” às novas dinâmicas comerciais do período abolicionista. Assim, por estar aberto à população em geral, incluindo escravos, a produção e venda de óleo geraria uma mobilidade social que seria potencialmente revolucionária, pois tiraria o controle da riqueza da aristocracias e governos que antes controlavam o comércio, enfraquecendo o seu poder. Por outro lado, alguns afirmavam que o fim do tráfico havia concentrado escravos na África e, assim, apesar dos exemplos daqueles que chegavam a enriquecer, as condições gerais haviam piorado consideravelmente para os “escravos comuns”.⁵² Desta forma, para uns o comércio lícito e o fim do tráfico eram potencialmente revolucionários, enquanto para outros fortalecia o poder dos escravistas no interior do continente.

No que diz respeito ao debate historiográfico propriamente dito, o tema ganhou relevo principalmente a partir da obra de Kenneth O. Dike, que praticamente reproduziu a interpretação abolicionista, mas por razões muito diferentes: assim, “o abolicionismo seria, em certo sentido, um reflexo no plano ideológico, de mudanças que tinham lugar na esfera econômica”.⁵³ Estas mudanças seriam derivadas da passagem “de uma era de mercantilismo para uma industrial e de livre comércio agressivo”, com a Grã Bretanha à frente.⁵⁴

51 CURTIN, P. *The image of Africa: British ideas and action, 1780-1850*. London: MacMillan & co., 1965. Law, Robin. *The historiography...*

52 Ainda que Law só cite como exemplo desta última perspectiva o testemunho de Richard Burton frente ao Comitê parlamentar em 1865. Claro está que na primeira metade do XIX esta era uma perspectiva cara aos próprios comerciantes de escravizados.

53 NWAUBANI, Ebere. Kenneth Onwuka Dike, *Trade and Politics*, and the Restoration of the African in History. *History in Africa*, v. 27, p. 229-248, 2000. p. 232.

54 DIKE, K. O. apud NWAUBANI, Kenneth Onwuka..., op. cit. Naquele momento, em 1950, Dike deixava a então interpretação tradicional do abolicionismo como resultado de reflexão moral europeia e aderira à tese de Eric Williams, sobre a correlação entre a revolução industrial e tráfico de escravos. “*Imperialismo do livre comércio*” também é a forma pela qual Arrighi caracteriza o período da hegemonia Britânica no XIX. Ou seja, enquanto Law sugere que os testemunhos do século XIX estariam marcados por “noções pré-concebidas sobre os efeitos

Segundo Law, as transformações eram apresentadas por Dike como um conflito de “classes” entre livres e escravos, em uma interpretação que ganhou força e nuances em outras pesquisas nos anos posteriores e finalmente foi condensada num influente manual lançado por J. B. Webster e A. Adu Boahen em 1967, segundo o qual o período foi o do surgimento de um ‘novo homem’, livre ou escravo, não conectado às linhagens governantes, que passavam a desafiar o poder hereditário.⁵⁵

Ainda naquele momento, as interpretações estavam vinculadas basicamente à região costeira do Delta do Níger, uma vez que era a região exportadora de óleo por definição. Mas logo alguns trabalhos começaram a expandir o alcance da ideia da transformação social comercialmente induzida para o interior. O mais influente deles parece ter sido Anthony Hopkins. Primeiramente em artigo de 1968, buscando compreender o avanço imperialista formal europeu no final do século XIX, ele indica que o resultado da transição comercial foi gradualmente retirando riqueza e poder de governantes militares no interior da região iorubá, ainda que houvesse tentativas destes de taxar o mercado de óleo. Tal situação se deterioraria mais ainda com a queda acentuada nos preços do mercado internacional de commodities na década de 1880, resultando em guerras constantes entre os diferentes governantes no interior e prejudicando a lucratividade do mercado, induzindo assim a intervenção imperialista.⁵⁶

Finalmente, em 1973, Hopkins expandiu a sua interpretação para a África Ocidental como um todo. Segundo ele, o “início da economia moderna” na região, teria sido marcada pela entrada dos pequenos produtores e comerciantes no negócio de exportação de commodities, com os mesmos resultados de perda progressiva de poder das elites governantes num processo que ele denominou como “crise de adaptação”.

libertadores do comércio legítimo”, Dike concorda com eles, mas como sendo representações da legitimação da expansão comercial *imperialista*, britânica.

55 Ver LAW, *The historiography...*, op. cit. O manual era intitulado *The Revolutionary years: West Africa since 1800*. A noção de disputa entre escravizados e livres não se sustenta mais historicamente.

56 LAW, *Commercial transition historiography...*, op. cit. HOPKINS, Anthony. *Economic Imperialism in West Africa: Lagos 1880-1892. Economic History Review*, n. 21, p. 580-600, 1968.

Esta conjuntura teria resultado no aumento da concorrência e consequente diminuição da lucratividade do comércio, resultando no mesmo final – anexação imperialista formal.⁵⁷

Esta interpretação, no entanto, não ficou sem questionamentos. Jacob Ajayi foi um dos principais críticos ainda nos momentos iniciais do debate. Para ele, as oportunidades de entrada no comércio não haviam sido pulverizadas como sugerido por Dike e Hopkins. As elites costeiras teriam conseguido manter o controle do comércio mesmo na segunda metade do século XIX, em especial através do sistema de consignação (*trust*). Para Ajayi, a transição “não criou uma revolução social porque os sistemas econômicos, sociais e políticos mostraram-se capazes de responder às demandas cambiantes do mercado atlântico através de adaptação mais do que de revolução.”⁵⁸ Ralph Austen também entrou cedo no debate, argumentando em artigo conjunto com Ajayi que as guerras no interior da região iorubá tinham menos a ver com o controle do mercado externo e mais com questões de hegemonia política regional.⁵⁹ Mais tarde, Austen ainda daria ênfase ao pequeno tamanho relativo do mercado externo frente à economia da região como um todo, dizendo ser improvável que uma eventual perda de controle desta área econômica pudesse gerar uma crise com potencial socialmente disruptivo.⁶⁰

57 HOPKINS, A. *Economic History of West Africa...*, op. cit. Este argumento requer ainda a suposição de que a conjuntura internacional favorecia o empreendedorismo e a capacidade de resposta às demandas de mercado por parte dos africanos, ou seja, que estes eram sensíveis às oportunidades oferecidas pelo mercado. Esta é uma noção controversa, no entanto, há interpretação similar para a resposta dos Quíoco à expansão do mercado após o final do tráfico escravo no interior da África Centro Ocidental. Ver HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola*: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997. Segundo ela, a forma de organização social quíoca, descentralizada e espacialmente móvel, facilitou a resposta desta população à nova conjuntura da segunda metade do XIX naquela região.

58 AJAYI apud LAW, *Commercial transition historiography...*, op. cit.

59 AJAYI, J. F. A.; AUSTEN, R. A. Austen. Hopkins on Economic Imperialism in West Africa. *The Economic History Review*, v. 25, n. 2, 1972, p. 303-306. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2593909>. Acesso em: 15 maio 2023.

60 AUSTEN, Ralph A. *African Economic History*. London: James Curry, 1987, nota 30 p. 5. No mesmo ano, David Eltis lançava o livro *Economic Growth*, que argumentava de forma semelhante, dizendo que a relação entre o comércio externo e o produto interno bruto da África Ocidental era muito pequena. De fato, para ele, (reproduzir a citação que tem em Lovejoy em algum lugar, sobre o impacto do comércio de escravos para a bacia atlântica... menos para a África.)

Em linhas gerais, traçavam-se duas interpretações principais inicialmente: por um lado, a ideia de transformações revolucionárias radicais advindas da nova conjuntura comercial que começou com a transição comercial do início do XIX, gerando convulsões sociais e políticas e que culminou com a anexação colonial em seu final; por outro lado, a noção de continuidade que enfatizava a maleabilidade das estruturas sociais africanas e sua adaptabilidade sem rupturas radicais, gerando mudanças sociais mais paulatinas, com o ponto de inflexão ocorrendo apenas no final do século, após a invasão colonial.⁶¹

Entretanto, como bem ressaltou Law ao referir-se à insistência de Hopkins na descontinuidade, em oposição à ênfase de Ajayi na continuidade, “a diferença entre ‘adaptação’ e ‘revolução’, ainda que não meramente verbal, é essencialmente uma de ênfase”, que aos poucos foi sendo superada com o desenvolvimento de pesquisas mais detalhadas, que mostrariam o balanço entre ruptura e continuidade em cada caso e região.⁶²

Em termos de marcos cronológicos também houve alterações. Nem o início do mercado de óleo, nem apenas a invasão colonial seriam os marcos principais. A despeito de especificidades locais, parece estar claro que um momento de transformação fundamental nas práticas de mercado na costa africana ocorreu de fato em meados do século XIX. Manning já identificava o segundo terço do século como tendo sido “um período de competição selvagem e mobilidade social não usual”.⁶³ Já vimos a interpretação de Martin Lynn sobre a continuidade das relações ao longo da primeira metade do XIX e o impacto do estabelecimento de linhas contínuas de vapor en-

61 Segundo Robin Law, a primeira interpretação predominou até o início da década de 70, quando “conflitos de facções [da elite] no lugar de classe, continuidade no lugar de mudanças revolucionárias, então se tornaram a ortodoxia no que diz respeito à história do século XIX dos estados costeiros”.

62 LAW, *The historiography of the commercial...*, op. cit., p. 109. Grifos meus. Outra forma de colocar os termos, para além da oposição continuidade X ruptura, seria o debate sobre o quão importante eram os fatores externos ao continente africano – particularmente o comércio externo – nos processos de transformação social, política e econômica, espelhando o debate sobre o próprio período do tráfico de escravos.

63 MANNING, *Slave Trade, “legitimate trade”...*, op. cit., p. 227.

tre Europa e África, que teria sido fundamental no processo de fragmentação do mercado justamente no início da década de 1850. E Paul Zeleza sugere uma mudança também em torno do mesmo período, cuja ampliação da concorrência teria levado à tendência e ao desenvolvimento de ideias de capitalismo monopolista por parte dos compradores europeus a partir de então.⁶⁴

Assim, foi possível verificar alguns dos desenvolvimentos das pesquisas que buscam de certa forma testar, local ou regionalmente, os modelos de explicação sobre continuidade ou ruptura, ou sobre os impactos externos ou internos no desenrolar da história da África Ocidental. É no contexto desses debates que os trabalhos de Donna Maier e Susan Martin, por exemplo, estão colocados, ou seja, ambas estão em discussão com a ideia de ‘crise de adaptação’, procurando compreender como se deu a produção do óleo, pensando em questões como o tamanho das unidades produtivas e seus impactos nas relações de gênero e nas estratificações sociais, em regiões e momentos específicos. Esse também é o caminho de trabalhos que procuram pensar na ampliação da escravização e do trabalho escravo no interior do continente em suas variadas formas regionais, bem como sua correlação com as estruturas de governo locais.

As pesquisas regionais ou localizadas têm trazido importantes contribuições para a compreensão dos processos de transformação no continente africano. Por outro lado, parece fundamental – inclusive para aprofundar ainda mais o nível de compreensão dos fenômenos estudados – refletir sobre o horizonte de possibilidades estruturalmente colocados para estas ‘sociedades’ em razão do processo mais amplo de conformação de um sistema-mundo capitalista, que no período em questão encontrava-se, segundo a periodização de Giovanni Arrighi, justamente na fase de expansão produtiva da hegemonia britânica.⁶⁵ Ainda que o trabalho de Arrighi diga respei-

64 MANNING, Patrick, *Slave Trade, “legitimate trade”...*, op. cit., p. 227 e LYNN, *Commerce and economic change...*, op. cit., p. 5. A década de 1850 é também momento de diversas revoltas e rebeliões escravas desde o delta até o Daomé.

65 De acordo com o modelo de Arrighi, os ciclos sistêmicos de acumulação ocorrem, grosso modo, em duas fases, uma expansão material e uma financeira. No

to apenas à ‘camada superior’ do capitalismo e, segundo ele mesmo, forneça: “uma visão limitada do que se passa na camada intermediária, a da economia de mercado, e na camada inferior, a da vida material”⁶⁶, é notável como amplas transformações no continente africano – particularmente a ampliação da escravidão e a entrada definitiva no mercado de exportação de commodities – coincidem cronologicamente com a fase de investimentos na produção do ciclo britânico de acumulação, também caracterizado pela expansão geográfica do sistema, tornando-o finalmente global. Por volta da década de 1870, no entanto, a concorrência nas atividades produtivas já diminuía a taxa de lucro e o capital britânico rapidamente migrou para sua forma mais líquida, ou seja, para o setor financeiro.

Os marcos temporais do ciclo de acumulação britânico de capital, não por acaso, coincidem em grande medida com o chamado período de *incorporação* da África Ocidental (e de grande parte do globo) na Economia-mundo capitalista, de acordo com Immanuel Wallerstein. A incorporação, segundo ele, significa “fundamentalmente que ao menos uma parte significativa do processo de produção em uma determinada localidade geográfica se torne integral às várias cadeias de mercadorias que constituem a divisão do trabalho em curso na economia-mundo capitalista.”⁶⁷

caso do ciclo britânico, a primeira teria começado ainda no final do século XVIII, e seria aquela de inversão do capital excedente na produção, ou seja, a fase de crescimento material, onde o maior lucro estaria justamente na produção – no sentido amplo – seguido do aumento da concorrência e diminuição do lucro relativo na área da produção com a consequente migração do capital para o setor financeiro, iniciando a fase financeira do ciclo britânico de expansão, onde o capital permanece mais em sua forma líquida, que está marcada no período de 1873 até meados do século XX.

- 66 ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. p. 24 em referência às camadas do funcionamento do capitalismo para Braudel.
- 67 WALLERSTEIN, I. *The modern World System III: The second era of great expansion of the Capitalist World-Economy 1730-1850*. Berkeley, CA; Los Angeles: University of California Press, 2011. p. 130 vol. 3. Neste volume, o autor discute a ‘incorporação’ de quatro zonas na Economia mundo capitalista, quais sejam, o subcontinente indiano, os impérios russo e otomano, e a África Ocidental (ao menos sua parte costeira). Para Wallerstein, o período é de 1750-1850, mas significativamente, estendendo-se até mais tarde para a África Ocidental (na década de 1870, segundo ele).

Para ele, pode-se considerar um processo de produção local como *integrado* justamente quando aqueles que o controlam respondem às mudanças conjunturais no sentido de maximizar a acumulação de capital neste mercado. Assim, ao analisar as partes que foram incorporadas no sistema-mundo capitalista no período em questão, ele nota três grandes mudanças nos processos de produção: “um novo padrão de ‘exportação’ e ‘importação’, a criação de ‘empreendimentos’ econômicos (ou entidades de tomadas de decisão econômicas) maiores nas quatro zonas; e um significativo crescimento da coerção da força de trabalho.”⁶⁸

No que diz respeito à África Ocidental estas transformações são bastante visíveis. Uma alteração fundamental no padrão de exportações/importações teve lugar no período. Ainda que ele considere que a mudança teria começado na segunda metade do século XVIII, pois com o aumento significativo do comércio de escravizados a sua captura no interior teria tornado-se cada vez mais um “processo de produção.”⁶⁹ Já no que se refere ao tamanho dos empreendimentos econômicos, como já foi discutido, afóra um período de proliferação da concorrência entre as décadas de 1840-1870, a tendência de concentração do mercado nas mãos de poucos atravessadores de ambos os lados se sustentou. No início, um negócio entre poucos grandes mercadores africanos e poucas firmas de Liverpool, como demonstrou Martin Lynn,⁷⁰ mas também

68 WALLERSTEIN, I. *The modern World System III*. p. 137. A “entidade de tomada de decisão econômica” no sentido proposto por Wallerstein pode ser também um gargalos mercantis, ou seja, “a criação de um local de coleta da produção, dado que o coletor ou seja, o comerciante, tenha algum mecanismo de controlar por sua vez as atividades de múltiplos pequenos produtores (i. e. obrigação por dívida).” Deve-se notar também que a definição de capitalismo para ele neste volume é relativamente precisa: “Na minha visão, o elemento chave que define o sistema capitalista é que ele é constituído na busca pela acumulação sem fim de capital. Isto não é meramente um valor cultural, mas um requerimento estrutural significando que existem mecanismos dentro do sistema para recompensar no médio prazo quem opera de acordo com esta lógica e punir (materialmente) aqueles que insistem em operar de acordo com outras lógicas.” *Ibid.*, p. XIV.

69 “A caçada de escravos passou da barreira de fornecer uma exportação de luxo de ‘excedentes’ coletados para ser um verdadeiro empreendimento produtivo que entrou na divisão de trabalho em curso da economia mundo capitalista”. *Ibid.*, p. 143.

70 Manning também chama a atenção para a ideia de que o controle do comércio escravo ajudou a concentrar poder nas mãos de poucos no lado africano do

em *plantations* no Daomé um pouco mais tarde. E já para o final do século, como também foi visto, houve um processo de fusão e criação de grandes empresas por parte dos britânicos, culminando com a invasão colonial para a apropriação direta da produção.

Finalmente, a ampliação da coerção da mão de obra manifestou-se mais diretamente na ampliação da escravidão, ainda que com características diversas para cada localidade, de quase jornaleiros a trabalhadores de *plantation*, como mencionado por Robin Law. Mas como se viu, houve também outras formas de expropriação de trabalho excedente, como no caso do trabalho feminino na produção e comércio de óleo, sob a forma de alteração nas relações de gênero. O fato que estas transformações estejam relacionadas justamente com a produção de commodities para exportação para suprir demandas industriais britânicas parece um sinal claro de que a região estava entrando na divisão internacional do trabalho. Este processo aparece sumarizado por Joseph Inikori. Segundo ele:

A organização fabril [da Revolução Industrial] e a manufatura mecanizada derrubou o custo de produção; a aplicação da tecnologia aos transportes marítimos (os navios de ferro e a vapor) e terrestres (particularmente as ferrovias) reduziram os custos de frete; e seus telégrafos e outras inovações nas comunicações reduziram o custo da informação nas transações comerciais e negócios de longa distância. **A consequência foi o efetivo estabelecimento da divisão do trabalho entre economias industriais e não industriais na bacia atlântica no século XIX.**⁷¹

Ou seja, muito mais do que *apenas uma pequena mudança na preferência de lazer* de fazendeiros e camponeses, como sugeriu Latham, o processo de integração da região no sistema-

comércio do Delta, em especial a partir do estudo do caso de Duke Ephraim. Ele concentrou pela primeira vez na história local os dois postos políticos mais importantes justamente no período de expansão inicial do comércio de óleo. O mesmo pode ser dito para a política em Bonny, sob forte comando da casa Anna Pepple até meados dos anos 1830. MANNING. *Slave Trade, "legitimate trade"...*, op. cit.

71 INIKORI, Joseph. *Africa and the Globalization...*, op. cit., p. 79.

-mundo capitalista exigia, das diferentes sociedades locais, respostas sobre como extrair excedentes de trabalho da forma mais barata possível – escravidão e trabalho feminino não remunerado sempre estiveram entre elas.

Enfim, importante lembrar que a integração de uma região na economia-mundo capitalista não é uma escolha livre. “Nenhuma região escolheu esta opção”, diz explicitamente Wallerstein⁷². Assim, para utilizar os termos de Braudel, recuperados por Arrighi, pode ser interessante observar os processos das camadas ‘intermediária’ (mercado) e “inferior” (a vida material) a partir desta ótica. Ao observarmos as mudanças profundas que tiveram lugar em toda a África Ocidental no período da hegemonia britânica como estruturalmente relacionadas com esta integração, torna-se possível compreender como o reconhecido processo de ampliação da escravidão em suas formas locais (e de outras formas de expropriação) respondem à fase de expansão material do capitalismo no século XIX. Com o esgotamento desta fase do ciclo de expansão, impactando na lucratividade dos negócios de produção e comércio é possível, por sua vez, notar o impulso ao retorno às formas monopolistas de relação, como sendo parte consideravelmente importante da explicação para a anexação imperialista formal no último quartel do século.

72 WALLERSTEIN, I. A África e a Economia-mundo. In: AJAYI, J. F. (ed.). *História Geral da África*. v. 6, Brasília: UNESCO, 2010. p. 33.

Tabela.⁷³
Quinquênio Toneladas
aprox.

| | |
|---------|-------|
| 1795-9 | 140 |
| 1800-4 | 327 |
| 1805-9 | 404 |
| 1810-14 | 1120 |
| 1815-19 | 2013 |
| 1820-4 | 3283 |
| 1825-9 | 5945 |
| 1830-4 | 11496 |
| 1835-9 | 14032 |
| 1840-4 | 19865 |
| 1845-9 | 23427 |
| 1850-4 | 29340 |
| 1855-9 | 38731 |
| 1860-4 | 38333 |
| 1865-9 | 41742 |
| 1870-4 | 49901 |
| 1875-9 | 42466 |
| 1880-4 | 42078 |
| 1885-9 | 44923 |
| 1890-4 | 45877 |
| 1895-9 | 44750 |

Referências

AJAYI, J. F. A.; AUSTEN, R. A. Austen. Hopkins on Economic Imperialism in West Africa. *The Economic History Review*, v. 25, n. 2, 1972, p. 303-306. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2593909>. Acesso em: 15 maio 2023.

73 Números aproximados extraídos de LYNN, *Commerce and economic change...*, op. cit.

- ALAGOA, E. J. The development of institutions in the States of the Eastern Niger Delta, *The Journal of African History*, v. 12, n. 2, p. 269-278, 1971.
- ALPERS, E. A África e o oceano Índico. In: FERREIRA, R.; REGINALDO, L. *África, Margens e Oceanos, perspectivas de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2021.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- AUSTEN, Ralph A. *African Economic History*. London: James Curry, 1987.
- CAFÉ. In: *Dicionários histórico-biográficos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [2023?].
- CARNEY, Judith. *In the Shadow of Slavery Africa's Botanical Legacy in the Atlantic World*. Berkeley: University of California Press, 2010.
- CORRY, Joseph. *Observations upon the windward coast of Africa... in the years 1805 and 1806*. London: G. and W. Nicol, 1807.
- CROSBY, Alfred. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. London: Preager, 2003.
- CURTIN, P. *The image of Africa: British ideas and action, 1780-1850*. London: MacMillan &co., 1965.
- DIKE, Kenneth Onwuka. *Trade and politics in the Niger Delta 1830-1885*. Oxford, UK: Clarendon Press, 1956.
- GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio*. São Paulo: Alameda, 2010.
- GEBARA, Alexsander. A busca inglesa pelo curso do Rio Níger: do problema geográfico à posse potencial. *História (São Paulo)*. v. 31, n. 2, p. 146-170, jul./dez. 2012.
- GREEN, Toby. *A fistfull of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.
- HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

- HOPKINS, A. G. An Economic History of West Africa. *African Economic History*, n. 1, p. 51-101, Spring, 1976.
- HOPKINS, A. G. *An Economic History of West Africa*. Londres: Longman, 1973.
- HOPKINS, Anthony. Economic Imperialism in West Africa: Lagos 1880-1892. *Economic History Review*, n. 21, p. 580-600, 1968.
- INIKORI, Joseph E. Africa and the globalization process: Western Africa 1450-1850. *Journal of Global History*, v. 2, n. 1, p. 63-86, 2007.
- KOLAPO, Femi. Post abolition Niger River commerce and the nineteenth century Igala political crisis. *African Economic History*, n. 27, p. 45-67, 1999.
- LATHAM, A. J. H. Price Fluctuations in the Early Palm Oil Trade. *The Journal of African History*, v. 19, n. 2, p. 213-218, 1978.
- LAW, Robin (org.). *From Slave trade to "legitimate" commerce: the commercial transition in nineteenth century West Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- LAW, Robin. Introduction. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to "legitimate" commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- LAW, Robin. "Legitimate" trade and gender relations in Yorubaland and Dahomey. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to "legitimate" commerce: the commercial transition in Nineteenth Century Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- LAW, R. The historiography of the commercial transition in nineteenth century West Africa. In: FALOLA, T. (org.). *African Historiography: Essays in honor of Jacob Ade Ajayi*. Londres: Longman, 1993.
- LYNN, Martin. Change and continuity in the British Palm Oil Trade with West Africa. *The Journal of African History*, v. 22, n 3, 1981, p. 331-348.

- LYNN, Martin. *Commerce and Economic Change in West Africa: The palm oil trade in the nineteenth century*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1997.
- LYNN, Martin. From Sail to Steam: The Impact of the Steamship Services on the British Palm Oil Trade with West Africa, 1850-1890. *The Journal of African History*, v. 30, n. 2, p. 227-245, 1989.
- LYNN, Martin. Technology, Trade and a “Race of Native Capitalists”: The Krio Diaspora of West Africa and the Steamship, 1852-95. *The Journal of African History*, v. 33, n. 3, p. 421-440, 1992.
- LYNN, Martin. The West African Palm Oil trade in the nineteenth century and the “crisis of adaptation”. In: LAW, Robin (ed.). *From Slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in nineteenth century West Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- LOVEJOY, P. *Transformations of Slavery: a history of Slavery in Africa*. 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.
- LOVEJOY, P.; RICHARDSON, D. This Horrid Hole: royal authority commerce and credit at Bonny, 1690-1840. *Journal of African History*, v. 45, n. 3, p. 363-392, 2004.
- MAIER, Donna J. E. Precolonial palm oil production and gender division of labor in nineteenth-century Gold Coast and Togoland. *African Economic History*, v. 37, p. 1-32, 2009.
- MANNING, Patrick. Slave Trade, “legitimate trade”, and imperialism revisited: the control of wealth in the bights of Benim and Biafra. In: LOVEJOY, Paul (org.). *Africans in bondage: studies on slavery and slave trade*. Madison, WI: University of Wisconsin Press. 1986.
- MARQUES, Leonardo. *The United States and the transatlantic slave trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven, CT; London: Yale University Press, 2016, p. 196-197.
- MARTIN, Susan. Slaves, Igbo women and palm oil in the nineteenth century. In: LAW, R. (ed.). *From Slave trade to “legitimate” commerce: the commercial transition in Nine-*

- teenth Century Africa. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. cap. 5.
- MOLONEY, Cornelius A. *Sketch of the Forestry of West Africa with Particular Reference to Its Present Principal Commercial Products*. London: S. Low, Marston, Searle, & Rivington, 1887.
- NEWBURY, C. W. Credit in Early Nineteenth Century West African Trade. *The Journal of African History*, v. 13, n. 1, p. 81-95, 1972.
- NORTHRUP, David. The Compatibility of the Slave and Palm Oil Trades in the Bight of Biafra. *The Journal of African History*, v. 17, n. 3, p. 353-364, 1976
- NWAUBANI, Ebere. Kenneth Onwuka Dike, *Trade and Politics*, and the Restoration of the African in History. *History in Africa*, v. 27, p. 229-248, 2000.
- NWOKEJI, Ugo. *The Slave Trade and Culture in the Bight of Biafra: An African Society in the Atlantic World*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.
- ORIJ, J. N. A Re-assessment of the Organization and Benefits of the Slave and Palm Produce Trade among the Ngwa Igbo. *Canadian Journal of African Studies*, v. 16, n. 3, p. 523-548, 1982.
- ROBINS, Jonathan. *Oil palm: a global history*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2021.
- RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- WATKINS, Case. African Oil Palms, Colonial Socioecological Transformation and the Making of an Afro-Brazilian Landscape in Bahia, Brazil. *Transoceanic Exchanges*, v. 21, n. 1, p. 13-42, Feb. 2015. Environment and History.
- WALLERSTEIN, I. A África e a Economia-mundo. In: AJAYI, J. F. (ed.). *História Geral da África*. v. 6, Brasília: UNESCO, 2010. p. 33.

WALLERSTEIN, I. *The modern World System III: The second era of great expansion of the Capitalist World-Economy 1730-1850*. Berkeley, CA; Los Angeles: University of California Press, 2011.

TECIDOS

TECIDOS DE LINHO, CONTAS DE VIDRO: A EUROPA CENTRAL E O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS (SÉCULOS XVI-XVIII)

Elisa Michahelles Dourado

No umbral da modernidade, não podemos ficar presos aos sucessos ruidosos, às inovações do capitalismo comercial em Lisboa, Sevilha e Antuérpia, situadas na privilegiada orla marítima. O desenvolvimento do século XVI trabalhou a Europa até suas profundezas continentais.¹

Um tecelão no interior da Silésia, um membro da família real do Daomé, um comerciante holandês e um indígena *mitayo* têm mais em comum do que o que poderíamos imaginar. Quando falamos em História Atlântica, costumamos pensar no oceano e nas suas margens; raramente adentramos os seus interiores. A face atlântica dos territórios do Sacro Império Romano-Germânico oferece um interessante ponto de partida para que possamos entender a contribuição de Estados sem colônias para a economia atlântica e vice-versa, o impacto ultramarino no desenvolvimento econômico destas áreas. O artigo busca perseguir os elos da Europa Central com o Mundo Atlântico na Idade Moderna, com especial atenção ao tráfico transatlântico de escravos, elemento basilar da integração do Atlântico e da criação de um sistema-mundo moderno.

1 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2016. 2 v. p. 297.

Para investigar a articulação da Europa Central na economia atlântica ao longo dos séculos XVI-XVIII, é preciso diferenciar os tempos e as categorias para a organização dos eventos. Na primeira parte do texto, olharemos para o papel de pessoas e mercadorias oriundas de territórios alemães na construção do Mundo Atlântico e o significado das colônias ultramarinas para o desenvolvimento do interior da Europa ao longo dos Seiscentos e Setecentos. É o tempo do chamado “sistema atlântico ibérico”, na formulação dos historiadores brasileiros Rafael Marquese, Tâmis Parron e Márcia Berbel.² A segunda parte do texto é centrada no tempo do “sistema atlântico do noroeste europeu” (c. XVII-XVIII), momento em que países como Holanda, França e Inglaterra passam a ser atores importantes no Caribe e nas Américas, e em que o volume do tráfico transatlântico aumenta expressivamente.

A Alemanha, aqui colocada como sinônimo dos territórios do Sacro Império Romano Germânico por simplificação³, fez parte da primeira economia-mundo europeia e do surgimento do sistema atlântico ibérico. Essa porção da Europa Central não teve controle político duradouro sobre colônias, mas de lá saíram agentes, mercadorias e conhecimentos essenciais para a criação do Mundo Atlântico. Na via contrária, as Américas foram importantes para o desenvolvimento econômico de toda a Europa, não só a voltada para o Atlântico. Uma síntese bibliográfica combinando pesquisas recentes e antigas elucidará a atuação de famílias de mercadores-banqueiros alemães no financiamento das primeiras expedições ibéricas e no alargamento da fronteira da prata.⁴ Veremos como mercadorias, crédito e conhecimentos oriundos da Europa Central impactaram o momento inicial de construção do

2 BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. p. 33-34.

3 Usada aqui como categoria simplificada para evitar as repetidas menções aos limites cambiantes do Sacro Império Romano-Germânico. Enquanto Estado-nação só se pode falar de “Alemanha” a partir de 1870.

4 A ideia de “fronteira de commodity” foi desenvolvida por Jason Moore e detalhada em diversos textos, dentre os quais: MOORE, Jason. *Amsterdam is Standing on Norway, Part 1: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648*. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010. p. 42.

Atlântico. O cruzamento entre pesquisas recentes com uma investigação em fontes focadas na Costa da Mina da primeira metade do século XVIII compõe a segunda parte do texto, em que a cadeia comercial dos tecidos de linho, metais e contas de vidro serve de fio condutor para a relação aqui explorada. As mercadorias analisadas tinham como destino o litoral africano e serviram de moeda de troca do tráfico transatlântico de escravos, instituição global desde o seu começo.

Crédito, mercadorias e conhecimento (s. XVI-XVII)

No século XVI, famílias de mercadores-banqueiros do Sul da Alemanha, como os Fugger, os Welser e outros, foram importantes financiadores das monarquias ibéricas e de seus empreendimentos coloniais. Conhecimentos gestados nas minas centro-europeias desde a Alta Idade Média, como os manuais de mineração e as técnicas de amalgamação da prata, foram relevantes para a exploração das veias de Potosí e Huancavelica, no Peru. Madeira, betume e cânhamo saíram das matas da Europa Central para os cascos dos navios que rumavam em direção ao Novo Mundo. Cidades alemãs como Nuremberg e Augsburg tornaram-se centros produtores de conhecimento sobre os Descobrimentos, como técnicas de cartografia e de elaboração de instrumentos náuticos. Os tipos móveis de Gutenberg foram essenciais para a propagação das notícias sobre o ultramar e incentivaram o envolvimento direto de mercadores e aventureiros do Sacro Império no mundo colonial. Na via contrária, as Américas foram importantes para toda a Europa, não só a voltada para o Atlântico. A mudança nos padrões de consumo e de paladar legadas pela revolução do açúcar já são conhecidas. Mais profundas foram as transformações econômicas, como a chamada protoindústria (discutida na segunda parte do texto). O fenômeno econômico guarda forte relação com as primeiras conexões atlânticas da Europa Central, gestadas no início da modernidade.

No alvorecer da Idade Moderna, a região montanhosa do Sul da Alemanha (ou da Alta Alemanha) era intimamente conectada às cidades-estados italianas, principalmente Ve-

neza. Os mercadores em Veneza tinham as especiarias; os comerciantes alemães, a prata. A mineração da prata crescia consideravelmente nesse período. Somente no centro da mineração do Tirol, hoje na Áustria, a extração de prata triplicou entre 1470-1474 e 1485-1489 de 20,5 a 63,8 toneladas.⁵ Além da prata, os mercadores alemães também ofereciam tecidos de fustão, um tecido de linho e algodão popular em regiões mais quentes. A manufatura do linho está por trás do florescimento das cidades alemãs do Sul. Fernand Braudel as descreve como satélites de Veneza, o centro da primeira economia-mundo europeia. No início da Idade Moderna, o linho era uma das mais importantes mercadorias escoadas da Europa Central.

No contexto da prosperidade têxtil da Alta Alemanha surgiram as principais dinastias comerciantes da região, como os Fugger e os Welser. Ambos, mas também outras famílias de mercadores-banqueiros, como os Ravestätter, os Imhof, Hirschvogel, Herwart e Höchstetter, participaram da montagem do sistema atlântico ibérico. Os Welser podem ser rastreados desde 1246 em Augsburg; os Fugger, desde 1367. Estes cresceram através do controle de jazidas de prata e ouro no arco montanhoso que se estendia dos Alpes até os Montes Cárpatos. Construíram a sua fortuna fazendo empréstimos para príncipes necessitados de liquidez. Já os Welser se voltaram preferencialmente à comercialização do têxteis e diversificaram seus negócios com a compra e venda de mercadorias. A revenda do fustão permitiu que a família estabelecesse uma série de feitorias e representações entre Veneza, Colônia, Antuérpia, Viena, Gênova, Roma, depois Lisboa e Madeira. Durante quase meio século, os Fugger e os Welser reinaram na esfera das altas finanças europeias, atentos aos movimentos da sua contraparte em Gênova e Veneza. No final do século XV, Lisboa e Sevilha ascenderam à ponta do sistema mundial, sobrepujando o período glorioso de Veneza. Para o italiano Giovanni Arrighi, o século XVI é o século dos genoveses. Na historiografia

5 HÄBERLEIN, Mark. *Aufbruch ins globale Zeitalter*. Die Handelswelt der Fugger und der Welser. Darmstadt: Theiss, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2016. p. 53.

alemã, a primeira metade do século XVI ficou conhecida como “a era dos Fugger”.⁶ Sem a expansão territorial ibérica, não haveria Fugger nem Welser. Com algum cuidado, pode-se indagar se o contrário também é verdadeiro.

Capital alemão esteve presente na primeira fase do estabelecimento do sistema atlântico ibérico, simbolizado na disputa entre Castela e Lisboa pelo domínio das ilhas atlânticas e o posterior delineamento das feições da América portuguesa e espanhola. Ao lado dos genoveses, os alemães se tornaram os principais parceiros comerciais dos portugueses nas primeiras décadas do século XVI.⁷ As famílias de comerciantes-banqueiros participaram de quatro formas principais da construção inicial do sistema atlântico ibérico: com o adiantamento de crédito para as pretensões expansionistas ibéricas, as tentativas de participação direta no comércio colonial, o fornecimento de mercadorias (principalmente metais e tecidos) e a transferência de conhecimentos e técnicas. Grande parte de sua lucratividade baseou-se na revenda de mercadorias atlânticas, principalmente o açúcar. Os Welser estavam em Lisboa desde 1502. Abriram caminho para representantes dos Fugger, que se estabeleceram na capital lusa no ano seguinte, e para outras casas comerciais da Alta Alemanha.⁸ Uma antiga ligação dinástica havia facilitado o intercâmbio entre mercadores alemães e portugueses.⁹ Em Lisboa, as casas comerciais receberam generosos privilégios de comércio, como a livre compra e venda de mercadorias em todo o território português, a isenção de tributos para o comércio da prata e a redução de impostos sobre outras mercadorias para a indústria naval, como cobre, mastros, cordas e resina, metais

6 EHRENBERG, Richard. *Das Zeitalter der Fugger*. Geldkapital und Kreditverkehr im 16. Jahrhundert. Norderstedt, Alemanha: Hansebooks, 2016. Jena Gustav Fischer, 1922, apud POHLE, Jürgen. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM, FCSH/NOVA-UAC, 2017. p. 12.

7 POHLE, op. cit., p. 191.

8 HÄBERLEIN, op. cit., p. 79.

9 D. João II e Maximiliano I eram primos de primeiro grau. Em junho de 1494, três meses antes do Tratado de Tordesilhas, assinaram o Capitólio de Pazes. D. João, era importante assegurar alianças em caso de ameaça espanhola, e Maximiliano I, o sacro-imperador, demonstrava assim seu interesse nas terras encontradas. Maximiliano também tinha interesses dinásticos em Portugal – queria suceder D. Joao II. Cf. POHLE, Jürgen, op. cit., p. 65.

(cobre cru, latão), mercúrio, e munições.¹⁰ O “Privilégio dos Alemães” reunia disposições de D. Manoel, (1495-1521), redigidas entre 1503 e 1511 e valia inicialmente por quinze anos para todos os mercadores dispostos a investir pelo menos dez mil cruzados em terras lusitanas.¹¹

Inicialmente, as casas comerciais alemãs se interessaram mais pela porção lusa da Península Ibérica. Os Welser participaram da sétima frota portuguesa destinada às Índias, em 1505. Visavam a revenda das especiarias e o seu escoamento para o interior da Europa Central. Em troca, forneciam à Coroa portuguesa mercadorias básicas para a construção do mundo atlântico. Segundo o historiador alemão Jürgen Pohle, Portugal importou anualmente dez mil quintais¹² de cobre no governo de D. Manoel I. O historiador cita Godinho: “[...] Um rio de cobre alemão corre assim de Bruges ou de Antuérpia para os portos portugueses”.¹³ Antuérpia era importante entreposto do comércio luso-alemão. Somente em 1503, registraram-se 41 barcos de Dantzig a Antuérpia carregados com cobre das minas húngaras controladas pelos Fugger.¹⁴ Das minas da região do Harz, do Tirol, da Hungria e da Boêmia, todas controladas por casas comerciais do Sul da Alemanha, saía o metal essencial para objetos domésticos, novas tecnologias militares (como o canhão de bronze) e principalmente manilhas, bacias, tigelas e outros objetos destinados à fortaleza de São Jorge da Mina, construída ainda em 1484 pelos portugueses na Costa do Ouro.¹⁵

No decurso do estabelecimento de feitorias portuguesas no litoral africano e do aprofundamento das relações teuto-lusitanas, os metais manufaturados e outras mercadorias da Europa Central acompanharam os portugueses na mon-

10 POETTERING, Jorun. *Migrating Merchants: Trade, Nation and Religion in Seventeenth Century Hamburg and Portugal*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2019. p. 36. Cf. SCHORER, Maria Thereza. Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América, no século XVI. *Revista de História*, São Paulo, n. 32, p. 275-356, 1957. p. 282-283.

11 POHLE, op. cit., p. 208.

12 Medida de massa portuguesa que equivalia a 4 arrobas.

13 GODINHO apud POHLE, op. cit., p. 186.

14 POHLE, op. cit., p. 92.

15 HÄBERLEIN, op. cit., p. 60.

tagem das redes do comércio atlântico em sua primeira fase. Em 1509, os Welser conseguiram negociar com as autoridades espanholas uma representação nas Canárias, depois de já terem se estabelecido na ilha da Madeira. Os Welser, assim como as outras casas comerciais alemãs, já haviam voltado a sua atenção para o lado espanhol da península, pois o rei Carlos I de Espanha, neto de Maximiliano I, pretendia suceder ao trono do Sacro Imperador Romano-Germânico. Para sua eleição, contou com ajuda expressiva dos Fugger e dos Welser. Os primeiros levantaram cerca de 2/3 do total de 850.000 florins despendidos para a campanha eleitoral, o restante foi dividido entre a casa dos Welser e uma associação de mercadores genoveses.¹⁶ Como de praxe, o financiamento eleitoral por grandes empresas nunca é isento de contrapartidas. Em troca, as casas alemãs continuaram tendo acesso à intermediação da prata e cobre do Tirol e da Hungria e puderam expandir seus negócios com a participação direta nos empreendimentos atlânticos. Apesar das restrições do comércio de estrangeiros com as colônias, abriram-se exceções para as casas comerciais da Alta Alemanha.¹⁷ Os créditos e as mercadorias dos Welser e Fugger sustentaram o projeto imperial de Carlos V em seu início.

Em 1526, os Welser negociaram o estabelecimento de uma feitoria em São Domingos. A ilha serviria como base de importação de bens abastecidos pela casa, como trigo, vinho, vinagre e ferramentas, e a exportação de açúcar, madeiras e plantas corantes, entre outros. Aos Welser também foi concedida uma parte do território que hoje é a Venezuela.¹⁸ Batizaram seus assentamentos principais de “Nova Nuremberg” e “Nova Augsburg”.¹⁹ A conquista e a colonização deveria ocorrer às expensas da casa, que se comprometeu com a obrigação

16 HÄBERLEIN, op. cit., p. 126.

17 SCHORER, op. cit., p. 295.

18 DENZER, Jörg. Die Welser in Venezuela: das Scheitern ihrer wirtschaftlichen Ziele. In: HÄBERLEIN, Mark; BURHARDT, Johannes (ed.). *Die Welser: Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002. p. 292.

19 WEBER, Klaus. Geography, Early Modern Colonialism and Central Europe's Atlantic Trade. *European Review*, v. 26, n. 3, p. 410-420, 2018. p. 412

de fundar pelo menos dois povoados com trezentos habitantes e três fortalezas. No contrato seguinte, foi acordado o monopólio sobre a importação de quatro mil africanos escravizados para São Domingos até 1532. Em 1529, receberam licença para transportar mais oitocentos escravos para a colônia. Não se sabe de que portos africanos e com que navios os Welser negociaram a força de trabalho humana na África. A historiadora brasileira Maria Thereza Schorer, pioneira a apontar para a importância do assunto, suspeita que os Welser já tenham tido alguma ligação anterior com o tráfico, pois o empreendimento pressupunha acúmulo de experiência. Pelo direito do transporte negreiro, pagaram 20 mil ducados e puderam vender cada escravo por, no máximo, 50 ducados.²⁰ A atuação da casa na Venezuela se resumiu basicamente a expedições em busca de riquezas, apresamentos indígenas e saques. As investidas de colonização resultaram em fracasso.²¹ A aventura colonial das famílias de mercadores-banqueiros alemães não durou muito tempo, e o insucesso do empreendimento venezuelano é visto como o início do declínio da casa.²²

O braço europeu da firma dos Welser teve importante papel na comercialização do açúcar na Europa Central. Os livros de contabilidade da firma analisados por Jürgen Pohle demonstram que a casa se tornou uma das maiores distribuidoras europeias da mercadoria.²³ É justamente nas primeiras décadas do século XVI que a expansão do consumo do novo adoçante pode ser observada no Sacro Império Romano-Germânico. Se, antes, o uso do açúcar era limitado ao consumo medicinal, recomendado para o equilíbrio dos humores, o século XVI observou a invasão do açúcar em todos os livros de culinária europeia. De Madeira e das Canárias, caixas de açúcar e frutas em conserva eram exportadas até a Antuérpia ou Lisboa, antes de serem redistribuídas para as feiras da Europa Central. Não só o açúcar impactou a vida pública alemã. O consumo de outras especiarias exóticas e o fluxo de tecidos de

20 SCHORER, op. cit., p. 304.

21 SCHORER, op. cit., p. 305.

22 SCHORER, op. cit., p. 308.

23 POHLE, op. cit., p. 188.

seda orientais foram duramente criticados pelo reformador Martinho Lutero em um tratado de 1524. Lutero defendia que as novas preferências de consumo só serviam ao luxo supérfluo, contrariando o espírito sóbrio e recatado defendido pelo protestante.²⁴

Até aqui, delineou-se uma tendência dos Welser pelo trato com as especiarias, que asseguravam diretamente nas Américas ou redirecionavam de Lisboa. Já os Fugger preferiram se concentrar no fornecimento de metais. Controlavam inúmeras veias no complexo de minas de prata e cobre da Europa Central.²⁵ No mesmo compasso, consolidavam-se as feições fundantes do sistema atlântico ibérico. Enquanto a América portuguesa se concentrava no desenvolvimento da economia açucareira com braço escravo nas áreas centrais, na América Espanhola se destacava a mineração e o trabalho indígena.

Os Fugger preferiram se voltar ao fornecimento de mercadorias básicas e dos minérios. Em 1525, os Fugger ajudaram a armar a frota que partia para as Molucas. Para participar do negócio das Índias, deveriam armar oito navios com cobre, mastros, alcatrão e estopas.²⁶ Quase oito anos depois, a nau portuguesa Bom Jesus desaparecia nas costas da atual Namíbia e naufragava com toda a sua fortuna. Os escombros foram encontrados recentemente, em 2008. Foram recuperadas cerca de duas mil moedas de origem espanhola, portuguesa e venezianas, canhões de bronze, instrumentos de navegação, marfim, chumbo, pedaços de madeira e cordas, além de cerca de 20 toneladas em lingotes de cobre.²⁷ No fundo do mar por quinhentos anos, a história do Bom Jesus foi preservada graças ao peso dos lingotes de cobre, marcados por um tridente – a marca da família Fugger. Um contrato entre

24 HÄBERLEIN, op. cit., p. 91.

25 GRAULAU, Jeanette. Finance, Industry and Globalization in the Early Modern Period: The Example of the Metallic Business of the House of Fugger. *Rivista di Studi Politici Internazionali*, Nuova Serie, Vol. 75, No. 4, 2008, p. 556.

26 Produto derivado do linho, usado para cordas. SCHORER, op. cit., p. 298.

27 WESTERMANN, Ekkehard. Die versunkenen Schätze der ‚Bom Jesus‘ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indienseglers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik, *VSWG: Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, v. 100, n. 4, p. 459-478, 2013.

os Fugger e a Coroa portuguesa permitiu observar que os alemães sabiam para onde se destinavam os seus produtos: deveriam ser fornecidos à Coroa “para o trato da Guiné”.²⁸ O controle da produção de um complexo de minas assegurado pela firma na Europa foi complementado com o arrendamento de terras espanholas que continham a maior jazida de cinábrio do mundo: Almadén, a partir de 1525. O cinábrio é o principal minério do qual se extrai mercúrio. O uso mais recente do mercúrio estava na mineração, e especificamente no Peru. No vice-reinado, a descoberta casual de riquíssimos veios de prata em Cerro Rico, Potosí, em abril de 1545, mudou o mundo.²⁹ Potosí logo virou sinônimo de prosperidade e riqueza rápida. Inicialmente, a extração de prata dependia da mão de obra e dos conhecimentos indígenas. A euforia inicial durou até a década de 1570, quando começaram os sinais de que os depósitos de superfície haviam sido completamente esgotados. A introdução do processo de amalgamação com mercúrio seria responsável pela retomada da extração intensiva do minério e pela enorme quantidade de prata em circulação no final do século XVI. Foi justamente esse processo que tornou as minas de Almadén tão lucrativas para os Fugger, servindo como bote salva-vidas em um período em que já se encontravam em apuros financeiros.³⁰ O processo se estabeleceu como método dominante na produção do metal branco no México e no Peru desde 1563. O espanhol Bartolomeu de Medina, intrigado com o declínio da disponibilidade do metal, aprendera o método com um alemão conhecido na historiografia somente como “mestre Lorenz”, e o trouxera junto com o especialista em mineração alemão, Caspar Lohmann, para as Américas.³¹ Com a

28 WEBER, Klaus. Mitteleuropa und der transatlantische Sklavenhandel: eine lange Geschichte. *Werkstatt Geschichte*, Essen, Deutschland, Klartext Verlag Themenheft „Europas Sklaven“, Heft 66-67, 2014. p. 14, HÄBERLEIN, op. cit., p. 74.

29 ROBINS, Nicholas. Mercury, Mining, and Empire: The Human and Ecological Cost of Colonial Silver Mining in the Andes. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2011. p. 16.

30 O processo de amalgamação da prata com o mercúrio consiste em facilitar o descolamento da prata de outros minérios através da sua liga com o mercúrio e, posteriormente, separá-la com mais facilidade. HÄBERLEIN, op. cit., p. 138.

31 ROBINS, op. cit., p. 21; HÄBERLEIN, op. cit., p. 138.

chegada do novo vice-rei Francisco de Toledo, em 1569, o método seria oficialmente instituído em todas as minas de prata da região, acompanhando um conjunto de reformas na região, inclusive na organização do trabalho. Para tornar a extração mais eficiente, Toledo instituiu a *mita* e uma brutal reorganização do espaço com as reduções indígenas. O contraponto europeu era o trabalho forçado de mouros cristianizados e escravos negros nas minas de mercúrio em Almadén.³²

A combinação entre a intensificação do trabalho forçado, em Potosí e Almadén, com o uso abundante do mercúrio para amalgamar a prata foi responsável pelo “boom” do metal branco em circulação no mundo, vertendo diretamente das veias peruanas. Entre 1575 e 1600, a cidade boliviana de Potosí produziu metade de toda a prata do mundo.³³ Em 1600, o frei dominicano Lizárraga alegou que, “com a fortuna que saiu de Potosí, a Itália, França, Flandres e Alemanha enriqueceram, e até o Turco tem em seu Tesouro uma barra de prata de Potosí”.³⁴ Enriquecimento que dependeu, em parte, da transferência de conhecimentos que haviam sido gestados na Europa Central, ou pelo menos sistematizados desde o início da Idade Moderna: durante todo o XVI, multiplicaram-se as publicações sobre a extração e o refinamento de minérios, grande parte na Alemanha. Ao conhecimento e à tecnologia tradicional indígena de extração do minério na região, associaram-se os tratados sobre mineração escritos na Alemanha.³⁵ O mais conhecido de todos é o “*De re metallica*”, de 1556, de Gregorius Agricola, que só era um na lista de publicações que se dedicavam às técnicas de mineração.³⁶

32 HÄBERLEIN, op. cit., p. 138.

33 MOORE, Amsterdam (...) Part 1, op. cit., p. 46.

34 Citado em ROBINS, op. cit., p. 39.

35 Conferir debate sobre conhecimentos tradicionais sobre mineração e sua incorporação pelos colonizadores em BIGELOW, Allison Margaret. *Mining Language: Racial Thinking, Indigenous Knowledge, and Colonial Metallurgy in the Early Modern Iberian World*, Williamsburg, VA: Chapel Hill, NC: Omohundro Institute of Early American History Culture; University of North Carolina Press, 2020. p. 1-23.

36 USHER, John Phillip. *Exterranean: Extraction in the Humanist Anthropocene*. New York: Fordham University Press, 2019. p. 1-20.

A era das firmas comerciais do Sul da Alemanha, aqui representadas pelas histórias dos Fugger e dos Welser, foi eclipsada no fim do século XVI pela dos genoveses. Os Fugger não resistiram à inadimplência dos Habsburgo. Seu modelo de negócios era simples e frágil: o comércio da prata ou do cobre gerava lucros que eram transformados em empréstimos aos príncipes, em troca de mais direitos de exploração mineral para expandir o comércio dos metais, e assim sucessivamente. O esgotamento do minério das minas da Europa Central e seu influxo provindo da América Espanhola, que os Fugger em particular ajudaram a fortalecer com a introdução do mercúrio, quebrou a lógica cíclica de prosperidade fácil. Deixou a própria dependência dos créditos de tantas casas mercantis obsoleta para os Habsburgo, que dispensaram os serviços dos Fugger. Encorajou o império espanhol a se envolver em guerras sem fim no continente, ininterruptas desde as primeiras décadas do século XVI, contra turcos no Mediterrâneo e holandeses no norte da Europa.³⁷ Em 1556, Filipe II proibiu definitivamente a participação de estrangeiros no comércio e colonização das Américas. A crise financeira de 1557 turbinou a desvalorização do capital no Sul da Alemanha.³⁸ Os Welser declararam oficialmente a bancarrota em 1614. Os Fugger foram perdendo importância, só gerando algum lucro das minas de Almadén e de outras fontes. Para Giovanni Arrighi, o erro dos Fugger foi sua expansão “exagerada [...] na hora errada”, ao contrário dos genoveses, que redirecionaram os excedentes do comércio para o comércio de títulos e assim não só sobreviver como prosperar na crise financeira e comercial que se iniciou em 1557.

Atlantização da protoindústria alemã (s. XVII-XVIII)

Com a intensificação da economia atlântica na virada para o século XVII, o centro de gravidade econômica passou a pender em direção ao Norte. Não foi diferente para os terri-

37 MOORE, Amsterdam (...) Part 1, op. cit., p. 43-44.

38 MOORE, *ibid.*, p. 44.

tórios do Sacro Império. As antigas cidades do Sul perderam seu brilho e deram lugar a novos centros de comércio, como Hamburgo, Amsterdam e Londres. Nesta parte do texto, percorreremos os séculos XVII e parte do XVIII, tomados como unidade do ponto de vista do Atlântico, como o tempo do “sistema atlântico do noroeste europeu”. O papel da Alemanha no Atlântico continuou sendo o de fornecedora de mercadorias de base, respondendo ainda mais às necessidades da reprodução da mão de obra africana. Como resposta ao período de contração do século XVII, a produção de bens para o tráfico se deslocou para regiões mais afastadas dos grandes centros comerciais, e passou a inserir mais pessoas no trabalho voltado para o mercado mundial. Enquanto regiões como a Silésia e as áreas ao redor do Reno passaram a integrar um ritmo de produção novo, não somente voltado ao suprimento do mercado interno, outros cantos da Alemanha, como Hamburgo e Frankfurt do Meno, puderam desenvolver novos instrumentos e instituições financeiras, “lastreadas” pelo comércio do interior da Europa com o Atlântico.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, barras de ferro e cobre adicionaram-se às contas de vidro e aos tecidos de linho dos campos da Europa Central para compor as cestas de mercadorias destinados à compra de gente em todo o litoral africano. Uma das tendências de pesquisa entre africanistas está na identificação das mercadorias do tráfico e das demandas africanas. Por que dadas mercadorias eram preferidas em dado recorte da costa e em dado momento? Sabemos que toda a logística do tráfico dependia, em última instância, da aceitação das mercadorias de troca. Em uma Europa mercantilista, era muito difícil reunir os itens necessários para viabilizar o trato negreiro. Aqui, os tecidos de linho produzidos em situação protoindustrial na Silésia, estudados por um grupo de pesquisa sediado na Universidade de Viadrina, na Alemanha, são a fresta pela qual a relação que desejamos sublinhar pode ser seguida. A seguir, a identificação das mercadorias protoindustriais no Atlântico soma-se à questão sobre a demanda africana.

O contexto atlântico é o da colonização de ingleses e franceses do Caribe e da revolução açucareira da década de 1650. No Velho Continente, assinava-se a Paz de Vestfália, que colocava fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e consolidava os limites do moderno sistema interestatal. Os custos de entrada no comércio escravista eram altos, pois era necessário grande volume de capital para a construção de feitorias e fortificações e o estabelecimento de redes de compra de escravos. Imitando a Companhia das Índias Ocidentais holandesa, franceses e ingleses criaram as suas próprias companhias monopolistas. Estados menores, como a Dinamarca, Suécia, Curlândia³⁹ e Brandemburgo também tentaram se envolver com o tráfico, mas duraram pouco no negócio escravista.⁴⁰ Com exceção dos dinamarqueses, a criação de uma rede sólida de tráfico e colônias no ultramar foi praticamente impossível para estes “poderes menores”.⁴¹ Houve alguns projetos coloniais nas cortes dos principados germânicos, e Brandemburgo chegou a sustentar uma companhia por alguns anos.⁴² Para os territórios da Europa Central, o melhor tipo de envolvimento com o tráfico mostrou-se não um de atuação direta, mas um baseado no fornecimento das mercadorias de troca.

Enquanto a Alemanha mostrava sinais de recuperação econômica da devastação verificada ao fim da Guerra de Trinta Anos (1618-1648) observou-se um fenômeno, similar em outras regiões da Europa: o alastramento de unidades produtivas de baixa concentração de capital orientadas para o mercado, principalmente no campo.⁴³ Na Idade Moderna, o

39 Hoje na Letônia, nos séculos XVII e XVIII era um ducado semi-independente vassalo do reino da Polônia, cujo duque era tio de Frederico Guilherme, príncipe de Brandemburgo. Em 1653, estabeleceram uma colônia em Tobago, no Caribe.

40 EMMER, Pieter. *Slavery and the Slave Trade of the Minor Atlantic Powers*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011. p. 450-454.

41 EMMER, *ibid.*

42 Um bom resumo encontra-se em WEINDL, Andrea. The Slave Trade of Northern Germany from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

43 Ficamos aqui com a definição mais ampla e “agnóstica” de Charles Tilly. TILLY, Charles. *Flows of Capital and Forms of Industry in Europe, 1500-1900 (Revised Version)*, University of Michigan. In: WORLD CONGRESS OF

resultado do trabalho na fiação e na tecelagem passou a integrar circuitos comerciais inter-regionais e até internacionais, em parte como resposta à crescente demanda atlântica. Regiões inteiras passaram a depender cada vez mais da produção industrial voltada para mercados longínquos, algumas até exclusivamente.⁴⁴ Os imbricamentos atlânticos anteriormente detalhados foram condição para o surgimento da chamada protoindústria na Alemanha. Assim, os historiadores econômicos Peter Kriedte, Hans Medick e Jürgen Schlumbohm afirmaram:

A economia de *plantation* e o tráfico de escravos podem ser entendidos como fator contributivo para a formação das regiões industriais rurais. Enquanto o sistema-mundo ganhava contornos, o papel da protoindustrialização ficou cada vez maior e mais ativo.⁴⁵

A “industrialização antes da industrialização”⁴⁶ recebeu diferentes alcunhas, como indústria caseira, *putting-out-system* e protoindústria. Já existia um esquema parecido desde a Idade Média, mas o período de contração econômica do século XVII estimulou a transferência das unidades protoindustriais para o campo. O termo foi exaustivamente discutido entre 1970-80 por suas implicações para a centralidade da Revolução Industrial nas Ciências Sociais, mas acabou abandonado nas últimas décadas. Para além do debate sobre as origens da Revolução Industrial, vale a pena enxergar os desenvolvimentos econômicos pré-industriais em estreita conexão com as demandas atlânticas. A Alemanha é um bom laboratório para se entender a formulação teórica em termos mais concretos. No século XVIII, dois processos inter-relacionados marcaram a Europa Central: a protoindustrialização no campo e o consu-

ECONOMIC HISTORY, 8., April 1982, Budapest. Anais [...]. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1982. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/51035/263.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 fev. 2021.

44 Em KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen. *Industrialization before Industrialization*. Rural Industry in the Genesis of Capitalism. Göttingen, Germany: Max-Planck-Institut für Geschichte, 1981. p. 6.

45 KRIEDTE, MEDICK, SCHLUMBOHM, *ibid.*, p. 8-9.

46 KRIEDTE, MEDICK, SCHLUMBOHM, *ibid.*

mo crescente de bens coloniais.⁴⁷ Vamos acompanhar a produção e o escoamento de duas mercadorias para o Atlântico, tecidos de linho e objetos de vidro, e observar, brevemente, o impacto dos bens coloniais na direção contrária.

Tecidos representaram praticamente metade do valor de todas as mercadorias exportadas para a África durante os séculos XVII e XVIII.⁴⁸ Na Idade Moderna, o tecido de linho foi uma das principais mercadorias exportadas por principais alemães via Hamburgo ou Amsterdam para as Américas e a África. O incremento do tráfico na última metade do século XVII e principalmente por volta de 1700, quando o valor dos escravos ultrapassou o da exportação de ouro, significou o crescimento da demanda por produtos de troca aceitos na África.⁴⁹ As regiões da Vestfália, os espaços ao longo do Reno e a Silésia passaram a crescer como polos de manufatura do linho, conectadas às cidades portuárias do Mar do Norte e do Mar Báltico. Para Kriedte, “a indústria do linho europeia tornou-se, no processo da protoindustrialização, parte integrante do sistema econômico atlântico”.⁵⁰ Um grupo da Universidade de Viadrina, na Alemanha, atualmente se dedica a entender o impacto da produção dos tecidos de linho para a história econômica da Silésia, região histórica que hoje se divide entre a Polônia, a Alemanha e a República Tcheca. Os autores Klaus Weber e Anka Steffen concentram-se prioritariamente nas pontas da produção e do comércio. Aqui, tentaremos olhar para os tecidos em seu destino, o consumo em costas africanas. A origem dos tecidos era traduzida em sua identificação, o que facilita seu rastreamento nas listas de carregamentos de navios e em cartas de traficantes: “*true born Osnabrughs*”, “*stout Weser flaxen*” (em alusão ao rio Weser, que ligava a Vestfália à cidade portuária de Bremen, situada em seu estuário) “*Rosas*

47 WEBER, Klaus. *Deutsche Kaufleute im Atlantikhandel 1680-1830*. Unternehmen und Familien in Hamburg, Cádiz und Bordeaux. München: Verlag C. H. Beck, 2004. p. 14.

48 KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010. p. 88.

49 KLEIN, op. cit., p. 11; p. 58.

50 KRIEDTE, Peter. *Camponeses, Senhores e Mercadores*. A Europa e a Economia Mundial (1500-1800). Lisboa: Teorema, 1980. p. 207.

de Westphalia” ou “hessias”, “sletias”, “Silesias” e “slezias”, entre outros.⁵¹

Tomaremos como exemplo a Silésia. Lá, já havia alguma produção de mercadorias controlada pela figura do *Verleger* ou do *putter out* desde a Idade Média, mas o esquema se intensificou com as guerras do século XVII, quando as liberdades dos camponeses foram sendo cada vez mais cerceadas e se oficializou o regime da servidão. É quando se pode afirmar que a Silésia estava sendo incorporada à economia-mundo: sua produção deixa de responder a demandas internas e passa a integrar a divisão do trabalho economia-mundo capitalista.⁵² A combinação da demanda externa e a conjuntura interna de controle laboral estimulou a vinda de comerciantes de outras regiões e do investimento de mercadores locais em grandes propriedades de terras. Segundo Steffen e Weber, ao final do século XVIII, cerca de 1/3 da população total da Silésia (em torno de 1.800.000 habitantes em 1793) estava envolvida de alguma maneira na manufatura do linho.⁵³ O trabalho do tecido abarcava o cultivo e a colheita do linho, a separação do caule e a semente, maceração (para obtenção do fio), a sua fiação, branqueamento e a tecelagem, que o transformava em pedaços uniformes de tecido. Intermediários encarregavam-se do transporte até os centros de comércio urbanos. Nas unidades protoindustriais, tanto nas moradas de servos quanto nas de camponeses livres, toda a família era posta a trabalhar na manufatura dos fios ou dos tecidos, mulheres, homens e crianças. No espaço doméstico, o consumo de bens coloniais caminhava com a protoindústria e corroía os rígidos códigos

51 WEBER, Klaus. “Krauts “und “true born Osnabrugs”. Ländliche Leinweberei, früher Welthandel und Kaufmannsmigration im atlantischen Raum vom 17. bis 19. Jahrhundert. *IMIS-Beiträge*, Heft 29, 2006. p. 42; WEBER, Deutsche Kaufleute (...), op. cit., p. 66, WEBER, op. cit., Mitteleuropa (...), p. 24.

52 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System III. The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840*. Berkeley, CA: University of California Press, 1989. p. 130. Para Wallerstein, a ampliação das unidades produtivas e da coerção do trabalho são indicadores de que alguma área do mundo está no processo que chamou de “periferalização”.

53 WEBER, Klaus; STEFFEN, Anke. Spinning and Weaving for the Slave Trade: Proto-Industry in Eighteenth-Century Silesia. In: ROSENHAFT, Eve; BRAHM, Felix. *Slavery Hinterland*. Transatlantic Slavery and Continental Europe, 1680-1850. Woodbridge, UK; Rochester, NY: Boydell and Brewer, 2016. p. 100.

sociais, solidificados há séculos. Nas cortes e grandes cidades, o consumo de bens coloniais já simbolizava, ao lado da roupa, prestígio e status social. A moda das cortes e das cidades alcançava os campos. Segundo Klaus Weber, o consumo de bens coloniais foi até mais evidente nas regiões protoindustriais.⁵⁴ Na Vestfália, por exemplo, o tabaco era por vezes aceito como meio de pagamento entre os tecelões de linho.⁵⁵ No Tirol, mulheres e crianças mascavam e fumavam o tabaco.⁵⁶ Em outras regiões, o salário podia ser substituído pelo açúcar e por café, como esforço dos comerciantes em trocar a cerveja ou o vinho pelos estimulantes na dieta dos trabalhadores nas manufaturas. Não só o consumo de bens coloniais, mas também o crescimento populacional e o incremento nas taxas de nutrição foram consequência da protoindústria. “A produção têxtil deslocada para áreas com menores custos salariais”, afirmou Klaus Weber, “propiciou aos habitantes de regiões pobres um rendimento adicional”⁵⁷ e impulsionou o crescimento demográfico na Alemanha do século XVIII, visível principalmente nas áreas protoindustriais.⁵⁸

A importância econômica do tecido de linho da Silésia se expressou em rixas geopolíticas no continente. Em primeiro lugar, eram um item que oficialmente escapava às restrições dos Atos de Navegação britânicos e podiam ser importados pela Inglaterra.⁵⁹ A disputa entre a dinastia dos Hohenzollern (Prússia) e dos Habsburgo austríacos em torno da posse da Silésia no início do século XVIII foi decisiva para a ascensão dos primeiros. Durante três grandes guerras, a Silésia foi disputada e conquistada pela Prússia (1740-1745). Além do peso das exportações de linho, a Silésia também era geograficamente estratégica, pois significava o acesso ao mercado polonês e fi-

54 WEBER, *Deutsche Kaufleute (...)*, op. cit., p. 41-43.

55 WEBER, *ibid.*, p. 43.

56 WEBER, *ibid.*, p. 45.

57 WEBER, *Mitteleuropa*, op. cit., p. 26.

58 WEBER, op. cit., p. 27.

59 WALLERSTEIN, I. *The Modern World System II. Mercantilism and the Consolidation of the European Economy, 1666-1750*. Berkeley, CA: University of California Press, 1980. p. 79.

xava a Prússia como potência da Europa Central.⁶⁰ A conquista da Silésia foi essencial para o Tesouro da Prússia. Entre 1747 e 1805, bens de linho totalizaram entre 45-54% das exportações anuais do reino. Segundo dados levantados por Steffen e Weber a partir de registros de exportação prussianos, 75% dos tecidos de linho da Silésia foram diretamente enviados aos portos das nações atlânticas entre 1747 e 1790.⁶¹ No fim do século XVIII aventou-se inclusive a possibilidade da adoção do *peso* de prata espanhol como moeda oficial em circulação na Silésia.⁶² Na Vestfália, o comércio do linho era chamado de o “Peru e a Índia Oriental”, assim como “o canal” por onde afluíam o ouro e a prata para a Europa Central.⁶³ Se a maior parte do tecido de linho da Vestfália foi parar nas Américas e no Caribe, as *sletias*, como eram conhecidos os tecidos da Silésia, quase todas foram parar no litoral africano. Nas palavras do historiador Klaus Weber, a longínqua província (do ponto de vista da Europa Ocidental) estava mais próxima ao espaço econômico do Atlântico do que as próprias regiões agrárias de metrópoles, como a Espanha e a França.⁶⁴

60 CAVARZERE, Marco. The Rise of a Trading Nation: Prussia and the Convention préliminaire de commerce with France (1753). In: ALIMENTO, Antonia; STAPELBROCK, Koen (ed.). *The Politics of Commercial Treaties in the Eighteenth Century*. Balance of Power, Balance of Trade. London: Palgrave Maximilian, 2017. p. 305.

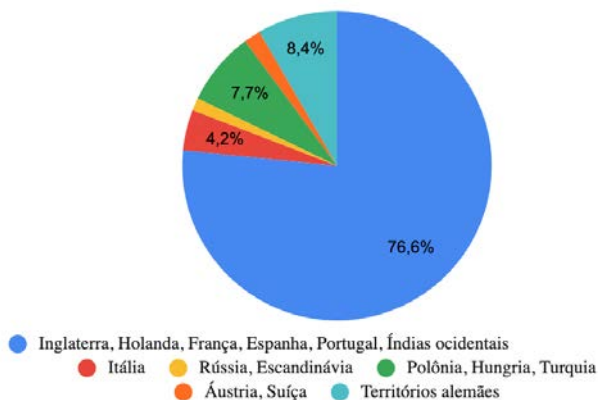
61 WEBER, Klaus; STEFFEN, Anke, op. cit., p. 101; SCHULTE-BEERBÜHL, Margrit; WEBER, Klaus. From Westphalia to the Caribbean: Networks of German Textile Merchants in the Eighteenth Century. *German Historical Institute London Bulletin Supplement*, Bd. 2, p. 53-98, 2011. p. 56.

62 WEBER, *Deutsche Kaufleute (...)*, op. cit, p. 54; WEBER, *Mitteleuropa (...)*, op. cit, p. 25.

63 C. L. P. Hüpeden em 1787, citação em KRIEDTE, Camponeses..., op. cit, e em KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen, op. cit., p. 36.

64 WEBER, *Deutsche Kaufleute (...)*, op. cit, p. 23.

Gráfico 1 – Exportação de linho da Silésia, segundo dados de Klaus Weber
Principais destinos de linho da Silésia entre 1748-1788, baseado nos dados de exportação oficiais compilados por Klaus Weber.



FONTE: WEBER, Klaus. *Deutsche Kaufleute im Atlantikhandel 1680-1830. Unternehmen und Familien in Hamburg, Cádiz und Bordeaux*. München: Verlag C. H. Beck, 2004. p. 63.

Além dos tecidos de linho, outra mercadoria oriunda da Europa Central era exportada para o litoral africano: as contas de vidro do reino da Boêmia. Perto das montanhas do Erzgebirge havia cabanas de produtores de vidro espalhadas nas florestas. Ali eram instaladas pela proximidade da fonte de energia, a madeira, e da matéria-prima, a areia de quartzo e a potassa, também obtida com a queima da madeira. Havia outras regiões no Sacro Império em que se produzia vidro, mas a Boêmia liderava os números de produção, e competia somente com Veneza, o maior centro de produção do material na Europa.⁶⁵ A autora Anne Rudermann dedicou um capítulo de sua tese ao papel das contas de vidro venezianas no tráfico de escravos. Restrições para importação do vidro germânico foram frequentes na Itália. Um conhecido traficante inglês, William Davenport, acionista da Companhia de Liverpool, importava as contas de vidro preferencialmente da Boêmia.⁶⁶ Um estudo dedicado somente

65 LUKÁS, Václav. The exportation of bohemian glass, a historical review. *Journal of Glass Studies*, v. 23, p. 56-63, 1981. p. 57.

66 RUDERMAN, Anne. *Supplying the Slave Trade: How Europeans Met African Demand for European Manufactured Products, Commodities and Re-exports, 1670-1790*. 2016. Dissertação (Doutorado em História) – Yale University, New Haven, CT, 2016. p. 41; p. 173.

ao destino escravista do trabalho nas florestas boêmias ainda não foi realizado. Nas primeiras décadas do século XVIII, inauguraram-se as primeiras casas comerciais voltadas para a venda do produto em lugares como Cádiz e Sevilha, Amsterdam, Roterdã e Lisboa. No fim do século, havia representações de famílias boêmias até em Istambul, em Lima e no México.⁶⁷

Os tecidos de linho e as contas de vidro fabricadas em situação protoindustrial nas hinterlândias da Europa Central eram direcionadas para os grandes centros comerciais através de Amsterdam ou Hamburgo. Hamburgo cumpriu dois papéis importantes no Sacro Império Romano-Germânico: o de ponta de contato da Alemanha com o sistema financeiro internacional e o de portal de trânsito de mercadorias. No período moderno, ganhou fama como eixo por onde fluíam os bens tropicais continente adentro em uma direção e, na outra, matérias-primas indispensáveis para os projetos coloniais das potências atlânticas.⁶⁸ A cidade situa-se no estuário do rio Elba, o que permitiu voltar-se para o Mar do Norte, por um lado, e, por outro, receber mercadorias das regiões protoindustriais do interior. Suas coordenadas asseguraram “extraordinárias vantagens no comércio, tanto estrangeiro quanto doméstico”, defendeu Malachy Postlethwayt, comerciante e ideólogo do tráfico de escravos, em seu *Dicionário Universal das Trocas e do Comércio* de 1757, e “tem tal porto e rio como nenhum outro lugar na Europa, exceto o rio Tâmisia”.⁶⁹ Em 1688, o príncipe Frederico Guilherme, do ducado de Brandemburgo (que em 1701 se tornaria o reino da Prússia), realizou engenhosa obra para conectar o rio Oder com o rio Spree, um dos afluentes do Elba, para possibilitar a navegação dos 763 quilômetros da Silésia até Hamburgo. O tecido de linho foi a mercadoria mais importante escoada de Hamburgo para toda a Europa Ocidental e,

67 WEBER, Klaus. *Deutsche Kaufleute (...)*, op. cit., p. 134.

68 WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre colônia e nação*. 2008. 917 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 52-55. NEWMAN, op. cit., p. 88; POTTERING, op. cit., p. 15.

69 POSTLETHWAYT, Malachy. *The Universal Dictionary of Trade and Commerce*. Williamsburg, VA: Wolf Law Library; College of William & Mary, 1757. (George Wythe Collection, 1). p. 979.

segundo a autora Karin Newman, chegou a representar entre 46% e 63% do total do valor das exportações hamburguesas no início do século XVIII.⁷⁰ Ao lado do linho, produtos de metal ou metais brutos e madeira foram as mercadorias mais exportadas por Hamburgo nas primeiras décadas do XVIII. A Companhia Real Africana inglesa (doravante RAC), criada em 1672, importava o linho da Silésia através de Hamburgo. As *sletias* foram identificadas por Kenneth Gordon Davies, “biógrafo” da RAC, dentre os itens na lista de importações da Companhia, ao lado de tecidos indianos, cobre e ferro da Suécia e da Alemanha.⁷¹ A Companhia mantinha um agente em Amsterdam que fornecia uma miríade de outros produtos alemães, incluindo as contas de vidro.⁷² Luís Lisanti Filho, em sua publicação da documentação comercial do traficante de escravos portugueses Francisco Pinheiro, dedica duas linhas de explicação para o tecido alemão encontrado em suas correspondências: “[...] Fabricava-se também na Silésia um tecido de linho de diversas cores, também denominado *holandilha*, sendo seu comércio feito principalmente em Hamburgo”.⁷³ Hamburgo era como uma “porta giratória”⁷⁴ – abastecia o interior do continente europeu com mercadorias coloniais em uma direção e, na outra, tornava possível a própria existência da produção colonial ao fornecer às nações atlânticas as matérias-primas indispensáveis para a sua construção. Citando um relatório sobre o comércio alemão redigido pelo diplomata e político britânico Charles Whitworth de 1716, Newman afirma que as conexões promovidas por Hamburgo eram essenciais para a Inglaterra distribuir sua produção doméstica e colonial. Nesta, o autor do relatório afirma que através de Hamburgo, “lãs inglesas, tabaco, drogas, mercadorias das Índias Orientais e outras” encontravam o seu caminho até Magdeburg, Leipzig, Bohemia ou Silésia, “e deste último lugar são então enviadas em meno-

70 NEWMAN, op. cit., p. 73.

71 DAVIES, K. G. *The Royal African Company*. Londres: Longmans, Green & Co., 1957. p. 172.

72 DAVIES, K. G. op. cit., p. 173.

73 LISANTE FILHO, Luis. *Negócios Coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII, v. 1. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973. p. LXII-LXIII, glossário.

74 WEBER, *ibid.*, p. 203.

res quantidades para Polônia, Ucrânia, Hungria e Viena: em retorno, todos os tipos de linho vêm da Silésia, couros crus, cera, sebo etc da Polônia [...]”.⁷⁵ O linho aparece aqui como a “chave hamburguesa para as *plantations* americanas”.⁷⁶ Em 1700, a Inglaterra reexportava 56% do linho importado das regiões germânicas, 85% em 1723 e se manteve nos 80% até o fim da primeira metade do século XVIII.⁷⁷ O dado confirma constatação de Herbert Klein, que afirmou que os tecidos de linho alemães teriam ultrapassado a importância dos tecidos indianos como mercadoria de troca durante as primeiras décadas do século XVIII. Nesse mesmo período, a historiadora Anka Steffen encontrou uma queda nos preços de tecidos de linho da Silésia importados pela Companhia Real Africana inglesa, e atribuiu o grande volume de tecidos importados pela Inglaterra aos baixos preços possibilitados pela servidão.⁷⁸ Um camponês tecelão, livre ou não livre, provavelmente não imaginava que a sua condição de vida tinha implicações para o trabalho em todo o Atlântico: contribuía para diminuir os preços do comércio de escravos na costa ocidental do continente africano e barateava os custos da exploração da mão de obra no Novo Mundo.⁷⁹ Da perspectiva inversa, o movimento que o lançara ao trabalho da fiação também provinha da demanda de produtos para o tráfico transatlântico de escravos. Os novos estimulantes que desafiavam a rigidez dos papéis sociais pelos quais se locomovia provinham das Américas. O produto de seu trabalho, o tecido de linho, foi uma das mercadorias que conectou o entorno da bacia do Atlântico às regiões do interior do continente europeu durante toda a Época Moderna. Da mesma forma, trabalhadores na mineração, na manufatura de vidro e na extração de produtos florestais eram expressão do envolvimento da Alemanha com o Atlântico. O destino de

75 NEWMAN, op. cit., p. 92-93.

76 NEWMAN, op. cit., p. 92.

77 SCHULTE-BEERBÜHL, op. cit., p. 90.

78 KLEIN, Herbert S. op. cit., p. 116; STEFFEN, Anka. A Fierce Competition! Silesian Linens and Indian Cottons on the West African Coast in the Late Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. In: WIMMLER, Jutta; WEBER, Klaus (ed.). *Globalized Peripheries*. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1860. Woodbridge, Suffolk, UK: Boydell & Brewer, 2020. p. 50-55.

79 WEBER; STEFFEN, op. cit.

grande parte das mercadorias lá produzidas, no século XVIII, foi o litoral africano.

Africanização das mercadorias do tráfico (c. 1750)

É possível inferir as preferências de consumo africanas a partir da documentação europeia? Se sim, de que maneira ela influenciou a organização do tráfico e como aparecem as mercadorias protoindustriais da Europa Central? Para essa pergunta, faz mais sentido reduzir a escala de análise e focar em um espaço e tempo recortados, a Costa da Mina (hoje, entre Gana e Nigéria) da primeira metade do século XVIII. Nas primeiras décadas do século XVIII, a região se tornou a maior exportadora de cativos do continente.⁸⁰ Africanistas divergem em relação ao número total de construções europeias na costa ocidental do continente, que varia de 43 a 60. Cartas escritas por comandantes dos fortes europeus revelam a demanda local por mercadorias. A correspondência entre os administradores ingleses dos fortes menores e o castelo de Cabo Corso, a fortificação principal, foi preservada e publicada em três volumes entre 1997 e 2003 pelo historiador Robin Law.⁸¹ A documentação é valiosa, sobretudo quando se procura investigá-la sob a ótica das preferências de consumo africanas. Súditos do rei da Dinamarca participaram do tráfico de escravos desde os anos 1660 até o édito de sua proibição, em 1792.⁸² As cartas dos governadores dos fortes, principalmente do Forte Christian-

80 ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). *Afro-Ásia*, n. 37, p. 43-73, 2008. p. 56.

81 LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1681-1683: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 1*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1997; LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1685-1688: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 2*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2001; LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1691-1699: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 3*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.

82 GREEN-PEDERSEN, S. E. The History of the Danish Negro Slave Trade, 1733-1807. An Interim Survey Relating in Particular to its Volume, Structure, Profitability and Abolition. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 62, n. 226-227, p. 196-220, 1975. p. 215.

borg, em Acra, o “quartel general” dos dinamarqueses a partir de 1685, foram publicadas e traduzidas em 2005 em dois volumes pelo historiador Ole Justesen.⁸³ A correspondência tinha a finalidade essencial de esclarecer os mecanismos do comércio local aos diretores da companhia, sediados a milhas de distância. Por se tratar de um comércio de cujo funcionamento os diretores das companhias não tinham conhecimento específico, os governadores detalhavam periodicamente a demanda por mercadorias, as justificativas sobre seus gastos com as questões locais, como consertos, pagamento de tributos à chefia africana local, comentários sobre as dinâmicas políticas locais, além de assuntos sobre o cotidiano do forte. Além da demanda africana, o conjunto da documentação revela a interação dos dinamarqueses com representantes acãs (principalmente os acuamu, fante e axante). Entre 1698-1754, vinte e seis gerenciadore passaram pelo comando da vida no forte de Christianborg. No caso da análise da documentação relativa às companhias comerciais dinamarquesa e inglesa, trata-se de fontes selecionadas e publicadas, mas com trechos suprimidos que poderiam ser de interesse, como algumas descrições de amostras dos bens enviadas à sede das companhias.⁸⁴ Não é uma fonte que lista quantitativamente os itens enviados aos portos africanos, mas que revela a necessidade de requisição dos bens. Assim, podemos lançar um olhar sobre a demanda africana de mercadorias no período, além de tentar localizar as mercadorias protoindustriais. Além das cartas dos fortes, procuramos indícios do consumo dos tecidos da Silésia em relatos de viajantes. Infelizmente, não foi possível rastrear o caminho das contas de vidro, mais difíceis de identificar.

Toda uma cadeia de estabelecimentos, como companhias de seguro, construtores de navios, armazéns, manufaturas, lojas de ferramentas, acionistas, bancos, refinarias, entre inúmeros outros no Velho Mundo, dependia essencialmente de um fator: da aceitação, por parte dos comerciantes africa-

83 JUSTESEN, Ole (ed.). *Danish Sources for the History of Ghana 1657-1754*. Copenhagen: Royal Danish Academy of Sciences & Letters, 2005. 2 v.

84 JUSTESEN, op. cit., v. i, VIII. 12, 1724, p. 312-318; v. i, VIII. 45, 1727, p. 372.

nos, das mercadorias que seriam permutadas por aquelas que os estrangeiros tanto desejavam. O africanista britânico David Richardson foi pioneiro ao apontar para a discrepância entre o tratamento historiográfico sobre a etapa do aprovisionamento dos navios negreiros na organização do tráfico, que se contentava com uma ideia difusa e homogênea (quando não preconceituosa) da demanda africana e a percepção contemporânea do problema.⁸⁵ Para acionistas de companhias comerciais, capitães, proprietários e armadores de navios, a viabilidade da operação negreira dependia do conhecimento detalhado da demanda africana e de seu suprimento com a combinação correta de mercadorias.

É possível procurar pistas sobre a demanda africana do tecido de linho da Silésia na documentação analisada. Uma carta escrita de Christianborg, em 1725, oferece um caminho para a questão. Seu título: “Especificação dos bens mais vendáveis que são a melhor moeda da Costa da Guiné, o nome que lhes é dado pelos dinamarqueses e como eles são chamados em inglês. O que eles custam na terra natal, por quanto eles são adquiridos por entrelopos⁸⁶ e finalmente por quanto eles são vendidos aos Negros”. Entre os 41 itens listados, aparecem os tecidos de linho da Silésia, identificados como “*Platillas*” ou “*Slesis*” (= *Sletias*). Em outras cartas, chama atenção a variedade de outros tipos de tecido requeridos e a popularidade do tecido de linho produzido na Silésia. *Sletias*, *slezias* ou *Silesias* aparecem em abundância na documentação analisada. Como afirmado no capítulo anterior, os portugueses as conheciam sob o nome de *olandilhas*.⁸⁷ Entre os fante, o tecido era conhecido em sua variável mais grossa como *fufu*, e os dinamarqueses chamavam o tecido de *platillas* ou simplesmente *linho da Silésia*.⁸⁸ Segundo Alpern, as *platillas* eram extremamente populares e seu nome

85 RICHARDSON, David. West African Consumption Patterns and Their Influence on the Eighteenth-Century English Slave Trade. In: GEMERY, Henry A.; HOGENDORN, Jan S. (ed.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979. p. 304.

86 Assim os dinamarqueses chamavam os intermediários africanos.

87 LISANTE, op. cit., p. LXII.

88 JUSTESEN. op. cit., v. i, II. 16, 1688, p. 83.

deve originar de “beatilha”, véu usado por freiras em Portugal.⁸⁹ Grande parte dos tecidos da Silésia, no entanto, pode não ter deixado rastro de sua origem, apagado sob o registro geral de “linhos” ou “panos”. Abaixo, o número de cartas dos fortes ingleses contendo menções indicativas de demanda pelo tecido:

Tabela 1: Número de menções contendo demandas por *sletias* por local de troca inglês na África ocidental, 1681-1699.

| Anomabu (forte Charles) | Accra (forte James) | Navios | Egya |
|-------------------------|---------------------|------------|----------------|
| 55 | 25 | 18 | 22 |
| Sekondi | Winneba | Tatumkweri | Allampo |
| 5 | 2 | 0 | 0 |
| Komenda | Anashan | Ouidá | Friedrichsburg |
| 14 | 14 | 11 | 6 |
| Amisa | Gambia | Fort Royal | Dixcove |
| 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: LAW, *The English in West Africa...*, op. cit., v. 1-3.

A documentação dinamarquesa abarca um período maior. Trinta cartas listam “*sletias*” entre os bens mais procurados na Costa. Os tecidos da Silésia podiam ser usados no próprio forte, como, por exemplo, no caso da confecção da bandeira dinamarquesa.⁹⁰ No museu virtual da lusofonia, é afirmado que o tecido original da Silésia também era usado para a fabricação de entretelas.⁹¹ No forte de Uidá, o tecido da Silésia teve uso até como mosquitoieiro nos dormitórios, para proteger os europeus incomodados pelo inseto.⁹² Seu maior uso na África, no entanto, foi como mercadoria de troca para obtenção de escravos. Do forte inglês de Anashan, um governador escreveu na década de 1680 que “os bens requeridos neste lugar são *perpetuanos*⁹³ vermelhos, azuis e verdes, [...], *sle-*

89 ALPERN, Stanley B. What Africans Got for Their Slaves. A Master List of European Trade Goods. *History in Africa*, v. 22, p. 5-43, 1995. p. 9.

90 JUSTESEN, op. cit., v. ii, XI, 73, 1748, p. 735.

91 HOLANDILHA, OLANDILHA. In: MUSEU Virtual da Lusofonia. Glossário. Disponível em: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/holandilha-olandilha/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

92 ALPERN, Stanley B. *Abson & Company*. Slave Traders in Eighteenth Century West Africa. London: Hurst & Company, 2018. p. 18.

93 Tecido europeu. Sarja muito durável (como indica o nome, praticamente perpétua), de várias cores, feita na Holanda e na Inglaterra, extremamente popular. ALPERN, 1995, op. cit., p. 9.

tias e ferro, e espero que Sua Excelência possa nos enviar assim que possível, pois dinheiro (ouro) e escravos podem voltar nos navios por esses bens”⁹⁴. No ano seguinte, escrevia o responsável pelo comércio em outro forte inglês: “Ontem recebi pela canoa 3 cestas de lenços, 50 *tapsells*⁹⁵ amplos, 14 *sletias* finas e 30 grossas, pelas quais dei crédito e anotei que são para a aquisição de escravos [...]”⁹⁶

Era comum que os administradores enviassem listas pormenorizadas de bens faltando em estoque dos fortes, de acordo com o que fosse mais requerido no comércio. A popularidade do tecido também fica clara em cartas como essa:

Espero que Sua Excelência tenha examinado a minha [carta] anterior no quesito da necessidade de bens de todos os tipos nesse forte, mas principalmente *sletias* grossas. Se não formos supridos rapidamente, pode tornar-se muito prejudicial. *Sletias* finas, lençóis, *allejars*⁹⁷, carpetes, [...] etc foram muitas vezes pedidos, mas não os recebemos em nenhum lugar.⁹⁸

O tecido era requerido, mas nem sempre de qualquer forma: “os açã querem mais do maior tipo de *sletias*” (grifo nosso), escreveu-se de Anomabu.⁹⁹ Das correspondências da RAC, o governador Edward Hill escreveu em 1725: “se vocês querem que eu envie mais escravos, preciso de *perpetuanos* e *sletias*”, entre outros tipos de tecidos.¹⁰⁰ Outra menção interessante foi feita pelo comandante Richard Willis, do forte em Ouidá, 1715: “propõe que quando não houver navios, ele venda barras de ferro por escravos e os venda para os portugueses em troca de

94 LAW, op. cit., EiWA, v. i, n. 117, Anashan, p. 65.

95 Tapsells: tecido indiano grosso e o mais barato entre os de lã e seda, listrado em azul ou outras cores. ALPERN, 1995, op. cit., p. 8.

96 LAW, op. cit., EiWA, v. i, n. 269, Anamaboe, p. 110.

97 Allejars: algodão e seda ou puro algodão, geralmente listrado em azul e branco ou vermelho e branco, às vezes quadriculado e florido. ALPERN, What Africans ..., op. cit., p. 6.

98 LAW, op. cit., EiWA, v.i, n. 390, James Fort, p. 154.

99 LAW, op. cit., EiWA, v.i, n. 241, Anamaboe, p. 101.

100 HILL, Edward, Annamaboe, 25 de janeiro de 1682, T 70 – Company of Royal Adventurers of England Trading with Africa and Successors: Records (Doravante t70), t70/5, fol 24. As referências aos tecidos da Silésia nos documentos da Companhia Real Africana (RAC) foram generosamente cedidos por David Eltis.

sletias, que eles devem ter obtido dos holandeses, o que faria os escravos saírem muito baratos.”¹⁰¹

Rastrear o caminho do tecido de sua produção, passando pelo seu transporte e comércio, é tarefa mais difícil quando se trata de procurar indícios de motivações para seu consumo. Mas existem indicações, mesmo que esporádicas. Para a autora Anne Ruderman, tecidos de linho alemães eram populares principalmente no Daomé.¹⁰² Encontramos uma menção ao uso dos tecidos envolvendo o culto ao leopardo Aguassu, cuja simbologia se confundia com a própria personalidade do rei. Se algum estrangeiro desavisado matasse o animal sagrado, devia seguir um rígido protocolo que incluía o envolvimento do bicho em peças do linho branco de tipo *platilla*, possivelmente nosso linho da Silésia, e depois enterrá-lo.¹⁰³ Um marinheiro francês comentou sobre os tributos devidos pelos locais e pelos estrangeiros nos Grandes Costumes de 1777. Ministros e autoridades das vilas deviam ao rei “dois cativos [...], um cavalo, um boi, um carneiro, dois pombos, doze galinhas, doze patos, duzentas cabeças de búzios, um pano de seda vermelha e oito *platilles*”.¹⁰⁴ Tecidos *sletias* como presentes para autoridades também são atestados no relato de William Smith, oficial enviado pela RAC para descrever a situação geográfica e comercial no litoral guineense em 1744. Em Serra Leoa, presenteou o rei de Sherbro com bacias de latão, contas e *sletias*, que o rei recebeu “com avidez, e rapidamente amarrou as *sletias* em torno de seu pescoço com nó duplo abaixo de seu queixo”.¹⁰⁵ Um documento anônimo francês, publicado em 1783, contava com uma descrição detalhada dos bens demandados no litoral africano. Os 29 bens listados eram comentados em sua qualidade e popularidade em

101 WILLIS, Richard, Whidah, to RAC, 11 de junho de 1706, T 70/5, fol 24.

102 RUDERMAN, op. cit., p. 46.

103 PARÉS, Nicolau. *O rei, o pai, a morte*. A religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África ocidental. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016. p. 169.

104 Citado em PARÉS, op. cit., p. 190.

105 SMITH, William. *A new voyage to Guinea: describing the customs, manners, soil, climate, habits, buildings, education, manual arts, agriculture, trade, employments, languages, ranks of distinction, habitations, diversions, marriages, and whatever else is memorable among the inhabitants, likewise an account of their animals, minerals, etc.* (1744). London: Cass, 1967. Disponível em: <https://archive.org/details/b30508976>. Acesso em: 7 maio 2021. p. 58.

cada trecho da costa. Os finos tecidos de *platilla* da Silésia vinham com a nota de que eram “os melhores e mais estimados” na Costa do Ouro.¹⁰⁶ O holandês Pieter de Marees já havia notado o uso difundido do tecido cem anos antes, em suas memórias sobre as atividades comerciais holandesas na Costa do Ouro. Também comenta o uso de outras mercadorias trazidas pelos europeus, como bacias de metais.

Em primeiro lugar, trazemos grande volume de linho da Silésia que lá vendem em grandes quantidades, pois eles [os Negros] se vestem com isso e é o tecido mais popular que eles usam para vestir. Em segundo lugar, todos os tipos de bacias [...], usadas para vários propósitos; [...] para guardar óleo que eles passam em si, como reverência nas tumbas dos mortos ou para carregar coisas.¹⁰⁷

O relato de Marees é riquíssimo e inclui outros usos para as bacias e caldeirões de latão, cobre e ferro importadas pelos comerciantes africanos.¹⁰⁸ Assim como outros viajantes, ficou impressionado com as cores dos diferentes tecidos que os habitantes do litoral de Gana usavam para amarrar em volta da cintura e prender armas e ferramentas.¹⁰⁹ Por fim, Marees faz coro a todos os outros observadores europeus que comentaram a demanda africana. “Ainda se aprende todos os dias quais dos bens trazidos são úteis para eles”.¹¹⁰

Pequenas diferenças nos bens dentro das categorias mais amplas faziam toda a diferença. A cor do tecido, o padrão de entrelaçamento dos fios, o brilho ou o peso de uma conta de vidro, a largura de uma barra de ferro, a qualidade de disparo de um mosquete: os critérios para a aceitação de uma mercadoria eram variados. Há incontáveis exemplos do fracasso do comércio quando a mercadoria provava ser aquém da qualidade imaginada pelos tratantes africanos. Em 1700, o governador dinamarquês Johann Thrane solicitou o envio de con-

106 Transcrito por RUDERMAN, op. cit., p. 94-95.

107 MAREES, Pieter. *The Gold Kingdom of Guinea. In: KONADU, Kwasi; CAMPBELL, Clifford C. (ed.). The Ghana Reader: History, Culture, Politics.* Durham; London: Duke University Press, 2016. p. 103.

108 MAREES, op. cit., p. 103-104.

109 MAREES, op. cit., p. 104.

110 MAREES, op. cit., p. 104

tas de vidro listradas em ouro e contas cristalinas raiadas.¹¹¹ Também “contas orientais, de sangue do maior tipo, quanto mais vermelhas e puras, melhor elas podem ser vendidas por ouro. Devem ser grossas como um dedo mindinho, e cada conta deve ter uma polegada (2,54 cm).”, escreveu outro governador de Christianborg em 1733.¹¹² A variedade de origens das contas se espelha na diversidade de suas formas e cores. Para Alberto da Costa e Silva,

a enorme variedade de tipos favoreceu o desenvolvimento de um mercado extremamente complexo, exigente, volúvel e seletivo, no qual uma conta que aqui era produzida ou corriqueira, acolá se fazia rara — e usar contas pouco vulgares era um sinal de distinção, poder e riqueza. Para atender a diferenças de gosto, certas contas eram submetidas a transformações: em alguns lugares, por exemplo, cortavam-se em duas as contas tubulares venezianas e se raspavam as suas pontas, para que ficassem mais arredondadas. E não faltavam consumidores que pagavam mais por contas que tivessem cores mais vibrantes ou que se destacassem das outras do mesmo tipo pelo tamanho, brilho ou algum desvio de forma.¹¹³

O estudo das mercadorias do tráfico abre uma miríade de perguntas essenciais, resumidas por George Metcalf em artigo de 1987¹¹⁴ e em parte não respondidas até hoje: que tipo de consumidores eram os compradores africanos? Qual seu impacto para a organização do tráfico? As importações estrangeiras contribuíram para atravancar o desenvolvimento econômico africano ou não? Os produtos importados satisfaziam interesses das elites ou de uma parcela mais ampla da população? Ao voltar o olhar com mais atenção para a origem das mercadorias trocadas, encontramos ainda uma outra arena de estudos. O foco no rastreamento dos bens produzidos nas condições protoindustriais da Europa Central e sua pre-

111 JUSTESEN, op. cit., v.i, III.7, 1700, p. 117.

112 JUSTESEN, op. cit, v.i, IX.36, 1733, p. 465.

113 COSTA E SILVA, Alberto da. *A Manilha e o Libambo*. A África e a Escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 201.

114 METCALF, George. A Microcosm of why Africans Sold Slaves: Akan Consumption Patterns in the 1770s. *The Journal of African History*, v. 28, n. 3, p. 377, 1987.

sença expressiva na África Ocidental permite que se adicione mais uma camada de perguntas às já existentes no campo dos estudos sobre o tráfico.

Conclusão

O tráfico transatlântico de escravos foi um empreendimento global desde o seu início. Capital, mercadorias e conhecimentos alemães estiveram presentes na fase inicial da montagem da estrutura do tráfico. Entre os séculos XV-XVII, dois grandes processos estiveram imbricados, a história dos Descobrimentos e o surgimento do capitalismo histórico. Como fio condutor, procuramos perseguir o papel da Alemanha, até então pouco enxergada como tendo algo a contribuir para a história do Mundo Atlântico para além do conhecido espírito protestante. Nos séculos XVII-XVIII, os alemães continuaram sendo peça fundamental da construção e expansão do Mundo Atlântico, agora respondendo aos compassos do sistema atlântico do noroeste europeu. Nesse tempo, os condicionamentos mútuos entre a Europa Central e o Atlântico tiveram como linha mestra as mercadorias protoindustriais e o consumo de bens coloniais. Competitivas pelo baixo valor do trabalho concreto, principalmente quando ancoradas no trabalho forçado da servidão, ou do baixo valor da natureza, abundante em toda a Europa Central, a exportação das mercadorias protoindustriais permitiu a disseminação do consumo de bens coloniais e a mudança nos padrões de consumo europeus, como observou Klaus Weber.¹¹⁵ Na Alemanha do século XVII, as mercadorias atlânticas entravam principalmente por Hamburgo, eram consumidas nas principais cortes e nas regiões protoindustriais, fechando o elo invisível que conectava o trabalho abstrato do camponês da Silésia e o do escravo no Caribe. Na passagem para o sistema atlântico do noroeste europeu, a demanda por mercadorias de base e principalmente

115 WEBER, Klaus, Hamburgo – Un Emporio Atlántico en Europa Central (siglo XV-XXI). In: PADRÓN, Francisco Morales (coord.). *XVIII Coloquio de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 2008. p. 892.

por produtos para o tráfico de escravos aumentou, e teve efeitos nas estruturas sociais e nas relações sociais de produção das áreas que responderam às demandas atlânticas. O significado econômico para as áreas protoindustriais alemãs ainda está sendo estudado, e ainda é discutida a relação entre a industrialização europeia e a economia escravista do Atlântico. Mas é fato que as conexões estão dadas. O artigo tentou explicitar o lugar da Alemanha no Atlântico e no sistema-mundo moderno, e demonstrar que seu maior motor, o tráfico de escravos, só pôde existir em dimensões globais desde seus primórdios. As obras que analisam as relações entre capitalismo e escravidão ainda se concentram na Europa colonizadora, a voltada para o Atlântico.¹¹⁶ Alargando-se espacialmente as lentes da História, pode-se observar os vínculos de regiões como a Europa Central, o Báltico, a África Ocidental e as Américas, e a maneira como as suas histórias estão entrelaçadas desde a primeira Época Moderna. A Europa Central estava muito mais articulada com o Atlântico do que normalmente se supõe.

Referências

- ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). *Afro-Ásia*, n. 37, p. 43-73, 2008.
- ALPERN, Stanley B. *Abson & Company*. Slave Traders in Eighteenth Century West Africa. London: Hurst & Company, 2018. p. 18.
- ALPERN, Stanley B. What Africans Got for Their Slaves. A Master List of European Trade Goods. *History in Africa*, v. 22, p. 5-43, 1995.
- BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política*: Brasil e Cuba, c. 1790-1850. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. p. 33-34.

116 A crítica é feita por Klaus Weber em: WEBER, Mitteleuropa, op. cit., p. 30: “De Williams a Inikori o olhar esteve mais focado nos Impérios Coloniais da Europa ocidental, principalmente na Gra-Bretanha [...] A produção de mercadorias para os mercados atlânticos ainda não foi compreendida até a sua Hinterlândia”.

- BIGELOW, Allison Margaret. *Mining Language: Racial Thinking, Indigenous Knowledge, and Colonial Metallurgy in the Early Modern Iberian World*, Williamsburg, VA: Chapel Hill, NC: Omohundro Institute of Early American History Culture; University of North Carolina Press, 2020.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2016. 2 v.
- CAVARZERE, Marco. The Rise of a Trading Nation: Prussia and the Convention préliminaire de commerce with France (1753). In: ALIMENTO, Antonia; STAPELBROCK, Koen (ed.). *The Politics of Commercial Treaties in the Eighteenth Century*. Balance of Power, Balance of Trade. London: Palgrave Maximilian, 2017.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A Manilha e o Libambo*. A África e a Escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- DAVIES, K. G. *The Royal African Company*. Londres: Longmans, Green & Co., 1957. p. 172.
- DENZER, Jörg. Die Welser in Venezuela: das Scheitern ihrer wirtschaftlichen Ziele. In: HÄBERLEIN, Mark; BURHARDT, Johannes (ed.). *Die Welser: Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag, 2002.
- EHRENBERG, Richard. *Das Zeitalter der Fugger*. Geldkapital und Kreditverkehr im 16. Jahrhundert. Norderstedt, Alemanha: Hansebooks, 2016.
- EMMER, Pieter. *Slavery and the Slave Trade of the Minor Atlantic Powers*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1982. 4 v.
- GREEN-PEDERSEN, S. E. The History of the Danish Negro Slave Trade, 1733-1807. An Interim Survey Relating in Particular to its Volume, Structure, Profitability and Abolition. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, v. 62, n. 226-227, p. 196-220, 1975.

- HÄBERLEIN, Mark. *Aufbruch ins globale Zeitalter*. Die Handelswelt der Fugger und der Welser. Darmstadt: Theiss, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2016.
- HOLANDILHA, OLANDILHA. In: MUSEU Virtual da Lusofonia. Glossário. Disponível em: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/holandilha-olandilha/>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- JUSTESEN, Ole (ed.). *Danish Sources for the History of Ghana 1657-1754*. Copenhagen: Royal Danish Academy of Sciences & Letters, 2005. 2 v.
- KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2010.
- KRIEDTE, Peter. *Camponeses, Senhores e Mercadores*. A Europa e a Economia Mundial (1500-1800). Lisboa: Teorema, 1980.
- KRIEDTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen. *Industrialization before Industrialization*. Rural Industry in the Genesis of Capitalism. Göttingen, Germany: Max-Planck-Institut für Geschichte, 1981.
- LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1681-1683: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 1*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1997.
- LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1685-1688: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 2*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2001.
- LAW, Robin (ed.). *The English in West Africa 1691-1699: The Local Correspondence of the Royal African Company of England, 1681-1699 Part 3*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2006.
- LISANTE FILHO, Luis. *Negócios Coloniais*. Uma correspondência comercial do século XVIII, v. 1. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.
- LUKÁŠ, Václav. The exportation of bohemian glass, a historical review. *Journal of Glass Studies*, v. 23, p. 56-63, 1981.

- MAREES, Pieter. The Gold Kingdom of Guinea. In: KONADU, Kwasi; CAMPBELL, Clifford C. (ed.). *The Ghana Reader: History, Culture, Politics*. Durham; London: Duke University Press, 2016.
- METCALF, George. A Microcosm of why Africans Sold Slaves: Akan Consumption Patterns in the 1770s. *The Journal of African History*, v. 28, n. 3, p. 377, 1987.
- MOORE, Jason. Amsterdam is Standing on Norway, Part 1: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545-1648. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33-68, 2010.
- POETTERING, Jorun. *Migrating Merchants: Trade, Nation and Religion in Seventeenth Century Hamburg and Portugal*. Berlin; Boston: De Gruyter, 2019.
- POHLE, Jürgen. *Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: CHAM, FCSH/NOVA-UAc, 2017. p. 12.
- POSTLETHWAYT, Malachy. *The Universal Dictionary of Trade and Commerce*. Williamsburg, VA: Wolf Law Library; College of William & Mary, 1757. (George Wythe Collection, 1).
- RICHARDSON, David. West African Consumption Patterns and Their Influence on the Eighteenth-Century English Slave Trade. In: GEMERY, Henry A.; HOGENDORN, Jan S. (ed.). *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*. New York: Academic Press, 1979.
- ROBINS, Nicholas. *Mercury, Mining, and Empire: The Human and Ecological Cost of Colonial Silver Mining in the Andes*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2011.
- RUDERMAN, Anne. *Supplying the Slave Trade: How Europeans Met African Demand for European Manufactured Products, Commodities and Re-exports, 1670-1790*. 2016. Dissertação (Doutorado em História) – Yale University, New Haven, CT, 2016.
- SCHORER, Maria Thereza. Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América, no século XVI. *Revista de História*, São Paulo, n. 32, p. 275-356, 1957.

- SCHULTE-BEERBÜHL, Margrit; WEBER, Klaus. From Westphalia to the Caribbean: Networks of German Textile Merchants in the Eighteenth Century. *German Historical Institute London Bulletin Supplement*, Bd. 2, p. 53-98, 2011.
- SMITH, William. *A new voyage to Guinea: describing the customs, manners, soil, climate, habits, buildings, education, manual arts, agriculture, trade, employments, languages, ranks of distinction, habitations, diversions, marriages, and whatever else is memorable among the inhabitants, likewise an account of their animals, minerals, etc.* (1744). London: Cass, 1967.
- STEFFEN, Anka. A Fierce Competition! Silesian Linens and Indian Cottons on the West African Coast in the Late Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. In: WIMMLER, Jutta; WEBER, Klaus (ed.). *Globalized Peripheries*. Central Europe and the Atlantic World, 1680-1860. Woodbridge, UK: Boydell & Brewer, 2020. p. 37-56.
- TILLY, Charles. Flows of Capital and Forms of Industry in Europe, 1500-1900 (Revised Version), University of Michigan. In: WORLD CONGRESS OF ECONOMIC HISTORY, 8., April 1982, Budapest. Anais [...]. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1982. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/51035/263.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- USHER, John Phillip. *Exterranean: Extraction in the Humanist Anthropocene*. New York: Fordham University Press, 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System III. The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840*. Berkeley, CA: University of California Press, 1989.
- WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre colônia e nação*. 2008. 917 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- WEBER, Klaus. *Deutsche Kaufleute im Atlantikhandel 1680-1830. Unternehmen und Familien in Hamburg, Cádiz und Bordeaux*. München: Verlag C. H. Beck, 2004.
- WEBER, Klaus. Geography, Early Modern Colonialism and Central Europe's Atlantic Trade. *European Review*, v. 26, n. 3, p. 410-420, 2018.
- WEBER, Klaus. Hamburgo – Un Emporio Atlántico en Europa Central (siglo XV-XXI). In: PADRÓN, Francisco Morales (coord.). *XVIII Coloquio de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria, 2008.
- WEBER, Klaus. “Krauts “und “true born Osnabrughs”. Ländliche Leinweberei, früher Welthandel und Kaufmannsmigration im atlantischen Raum vom 17. bis 19. Jahrhundert. *IMIS-Beiträge*, Heft 29, 2006.
- WEBER, Klaus. Mitteleuropa und der transatlantische Sklavenhandel: eine lange Geschichte. *Werkstatt Geschichte*, Essen, Deutschland, Klartext Verlag Themenheft „Europas Sklaven“, Heft 66-67, 2014.
- WEBER, Klaus; STEFFEN, Anke. Spinning and Weaving for the Slave Trade: Proto-Industry in Eighteenth-Century Silesia. In: ROSENHAFT, Eve; BRAHM, Felix. *Slavery Hinterland*. Transatlantic Slavery and Continental Europe, 1680-1850. Woodbridge, Suffolk, UK; Rochester, NY, USA. Boydell & Brewer, 2016. p. 100.
- WEINDL, Andrea. The Slave Trade of Northern Germany from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.
- WESTERMANN, Ekkehard. Die versunkenen Schätze der ‚Bom Jesus‘ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indiensglers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik, *VSWG: Vierteljahrschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, v. 100, n. 4, p. 459-478, 2013.

ESTAMPAS EM TECIDO E PAPEL: TEXTOS MATERIAIS INGLESES E A SOFISTICAÇÃO DAS MARCAS (RIO DE JANEIRO, 1808-1831C.)

Rosângela F. Leite

Foi no intervalo entre 1808 e 1831 que ocorreu o florescimento de uma sociedade de consumo no Brasil. Se na baliza inicial temos o fim do exclusivo colonial e a transferência da Corte Portuguesa para a sua colônia na América; no limite final contamos com a extinção do Erário Régio e a constituição do Tribunal do Tesouro Público. Nesse ínterim, os critérios de classificação dos manufaturados se alteraram, evidenciando a sofisticação das marcas:

S. M. O Imperador tomando em consideração o parecer da comissão, que houve por bem nomear pela Portaria desta Secretaria de Estado de 13 do corrente, para examinar praticamente se o expediente da alfândega desta corte sofria, ou não embaraço, em danno do comércio por causa do methodo estabelecido para os despachos pela portaria de 3 de janeiro deste anno: manda, pela secretaria de Estado dos negócios da fazenda que a mesma alfândega observe o seguinte.

1º que o dono, ou despachante possa compreender no mesmo bilhete de gêneros, ou fazendas entradas em diferentes embarcações com tanto que declare seus nomes, e as fazendas, que a cada huma delas pertencerem [...].

2º que os donos ou despachantes deverão trazer já feitas as notas, ou bilhetes, declarando sempre o número e a marca dos volumes e a quantidade e qualidade de fazendas que cada um contiver, podendo resumir aquellas que forem da mesma qualidade e pertencerem a mesma embarcação [...].¹

1 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Recomendava-se à Alfândega do Rio de Janeiro declarar o nome e a “marca dos volumes”. A palavra marca, na fonte, significava um sinal distintivo, cunho, nome da firma, ou rubrica da casa comercial.² Diante de variadas embarcações e de produtos, a atenção aos nomes dos despachantes e às “qualidades dos produtos” deveria ser redobrada.

O problema não se restringia ao fisco. No Rio de Janeiro, na mesma época, abundaram reclamações sobre a competição desleal entre comerciantes portugueses e ingleses, a respeito de instalações irregulares de novos estabelecimentos de comércio, e sobre a dificuldade para acessar o interior do Brasil e utilizar o português como língua do trato.³

Para combater o contrabando, as falsificações e ativar os mercados em regiões distantes, as modalidades de classificação dos bens tiveram que ser alteradas. Metais e tecidos são produtos valiosos para o exame dessas transformações, já que, por um lado, essas mercadorias proporcionaram uma convergência entre gostos e indústria, no contexto de expansão dos produtos europeus⁴ e, por outro, os fabricantes de tecidos e de ferro não conseguiam distinguir seus artefatos *a priori* e, assim, precisavam resolver seus problemas por meio da construção de um poderoso regime internacional de proteção à propriedade intelectual, através do aprimoramento dos desenhos das marcas comerciais e do fortalecimento dos nomes das firmas.⁵

2 SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v. v. 2, p. 268. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios>. Acesso em: 15 jun. 2022.

3 Resposta a um aviso, considerações sobre uma representação com artigos referentes ao comércio com a Índia e outros países. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Manuscritos*, II-30,34,022, Rio de Janeiro, 1808.

4 RIELLO, Giorgio. *Cotton: The Fabric That Made the Modern World*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013. p. 278.

5 HIGGINS, David M. Forgotten Heroes and Forgotten Issues: business and trademark history during the Nineteenth Century. *Business History Review*, v. 86, n. 2, p. 261-285, 2012.

A partir do contexto de entrada direta de tecidos ingleses estampados⁶ por impressão mecânica⁷, na cidade do Rio de Janeiro, este texto analisa as aproximações e as diferenças entre esses padrões têxteis e os arquétipos de gravuras coetâneas. Nossa abordagem compara as estampas dos tecidos, (e os seus contextos de produção) com os aspectos plásticos e gráficos e com as estratégias de distribuição dos catálogos.

As determinações de Estado, consubstanciadas em leis⁸, ao lado da conciliação entre tecidos, gravuras e livros de amostras evidenciam uma transformação nos sistemas domésticos ao lado da politização crescente da economia, numa justaposição de contextos e códigos que gestaram novas marcas para usuais produtos⁹.

Têxteis, papeis e livros de amostras serão considerados “textos materiais”. Essa abordagem, defendida por Danielle Skeehan e Beverly Lemire – entre outras – reconhece os bordados, os papeis e os tecidos como interfaces da mesma liturgia fundamental à disciplinarização do comércio global. Sob essa óptica, busca-se superar os determinismos geográficos e os modelos de expansão do consumo a partir das culturas

6 Há numerosas carreiras de tecidos, em diferentes épocas, no Mundo Atlântico. Veja-se: DOURADO, Elisa Michahelles. *Tecidos de linho, contas de vidro: a Europa Central e o tráfico transatlântico de escravos (séculos XVI-XVIII)*. Cap 9, deste livro.

7 As máquinas para impressão mecânica modificaram-se ao longo do tempo e sobre elas pesou uma rigorosa legislação de “invenção”. A referência aqui será sobre a Máquina para impressão em Cilindro Gravado (*Roller-Printing, Cylinder-Printing e Machine-Printing*), que se desenvolveu na Inglaterra no final do século XVIII. THOMSON, J. K. J. *The Industry in Europe and in USA*. In: FARNIE, Douglas; JEREMY, David. *The Fibre that Changed the World*. The cotton industry in international perspective 1600-1990. Oxford: Oxford University Press, 2004. p.251-252.

8 Leis e prerrogativas do Estado funcionavam tanto para facilitar a entrada de produtos ingleses, quanto para regular as situações pontuais. Foi assim que os negociantes ingleses estabelecidos na Bahia suplicaram a emissão do despacho de entrada da carga de tecidos da Ásia, apreendidos em 1811. Segundo esses comerciantes, a compra havia sido feita antes dos tratados entre Portugal e Inglaterra. Ofícios. *Arquivo Histórico do Itamaraty*, Rio de Janeiro, Legação Londres, 1811, estante 216, prateleira 1, maço 1, doc. 47.

9 Cf. OTERO-CLEVES, Ana María. *Foreign Machetes and Cheap Cotton Cloth: popular consumer and imported commodities in nineteenth Century Colombia*. *Hispanic American Historical Review*, v. 97, n. 3, p. 423-456, aug. 2017.

letradas¹⁰. Já o estudo das marcas, desde a Época Moderna, é um campo que tem crescido nos últimos anos no bojo da História do Consumo. As marcas comerciais, os nomes das firmas e as denominações de origem já foram largamente investigadas. O que se tem destacado com mais ênfase, no debate atual, é a importância das marcas para a construção de uma nova taxonomia para o comércio global.

Paul Duguid declarou que para o início do século XIX uma marca raramente foi usada para ativar um produto novo frente à concorrência. Para o autor, essas marcas funcionavam como anelos que ligavam uma imensa cadeia produtiva disforme. O que estava em questão, para homens e mulheres de negócios no século XIX, era introduzir os produtos em redes comerciais cada vez mais competitivas e as marcas funcionavam para subordinar e disciplinar essas redes¹¹. Foi David Higgins quem ofereceu uma contribuição decisiva a esse debate, ao defender que a chave para o estudo do surgimento das marcas contemporâneas estava nos bens ordinários e produzidos em larga escala. Analisando a indústria de tecido de algodão de Lancashire, Higgins descobriu um contraditório e longo processo de construção de um sistema de firmamento de códigos que ancorava aquela produção local. Ao processo de construção de códigos – atribuídos a partir de embates sociais, lutas político-econômicas e expressões plásticas e gráficas sobre um artefato – estamos dando o nome de *marca*¹².

O problema que se põe à prova é o de como um produto ordinário pôde ser sobrelevado no mundo dos bens e qual foi importância da Praça Comercial do Rio de Janeiro nessa redefinição necessária à conformação do que veio a ser chamado, mais tarde, de mercado consumidor. O exercício de interpretação aqui proposto, parte da análise de uma amostra de tecidos

10 Cf.: SKEEHAN, Danielle C. *The Fabric of Empire*. Material and literary cultures of the global Atlantic, 1650-1850. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2020; LEMIRE, Beverly. *Global Trade and the Transformation of Consumer Cultures*. The material word remade, c. 1500-1820. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

11 DUGUID, Paul. Developing the Brand: the case of alcohol, 1800-1880. *Enterprise & Society*, v. 4, n. 3, p. 405-441, 2003.

12 HIGGINS, 2012, op. cit.

do e a compara com duas gravuras de Henry de Chamberlain e com um livro de amostra têxtil.

Produtos ordinários e circulação extraordinária

Um marco no processo de sofisticação de tecidos ordinários no comércio global foi, sem dúvida, o *Calico Printers' Act*¹³ de 1797. Por meio dessa lei definiu-se que o *design* de toda estampania inglesa não podia ser copiado no intervalo de dois meses entre a invenção e a difusão dos têxteis¹⁴. Com o passar do tempo, o período entre a criação e a cópia passou para cinco meses. Para Giorgio Riello, essa lei possuía o refinamento de aceitar a cópia e, ao mesmo tempo, assegurar ao produtor o direito sobre a invenção. Também é importante assinalar que a propriedade sobre o *design* expirava rápido, mas a inovação tecnológica embutida naquela fabricação era resguardada por longo período¹⁵.

Já na tradição portuguesa, sobressaía o Alvará de 5 de agosto de 1775, que estipulava as isenções sobre os utensílios, sobre a importação de matérias primas e sobre a comercialização dos estampados¹⁶.

Com a transferência da Corte Bragantina para o Brasil e a conseqüente abertura dos portos às nações amigas, essas duas tradições de proteção tiveram que conviver. Essa duplicidade de tradições legais não se resolveu com a Independência do Brasil. As distensões e rupturas dos monopólios comerciais sofreram seu dobre de finados em 1831, quando se extinguiu o Erário Régio¹⁷ e ocorreu a superação definitiva dos estam-

13 BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (ed.). *CALICO Printers' Act. Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. London, 1787. Disponível em: https://www.copyrightthis.org/cam/tools/request/showRecord.php?id=record_uk_1787. Acesso em: 15 out. 2019.

14 RIELLO, op.cit., p. 234.

15 Idem, ibidem.

16 Em 28 de abril de 1809 foi promulgado novo Alvará. "A promulgação confirmava a política de proteção a diferentes ramos da indústria nacional". MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégio: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 67.

17 A Instituição pombalina foi reeditada no Brasil por meio do Alvará de 28 de junho de 1808. A partir de 1820, uniu-se a contadoria do Rio de Janeiro à da Baía. O Erário Régio foi extinto no Brasil em 1831.

pados portugueses pelas manufaturas oriundas da Inglaterra, nos mercados brasileiros.

A proteção temporária do *design* de superfície não chegava a ser uma novidade. Conter e equilibrar interesses de pequenos artesãos, grandes proprietários, contrabandistas e importadores foi tarefa executada, com maior ou menor sucesso, na Catalunha, na região de Provence e em Portugal durante todo o século XVIII. O vínculo entre tecnologia e ciência já havia promovido um imbricamento entre produções artísticas da Ásia e da Europa, com valorização da segunda região. James Thompson, partindo das teses de Jan de Vries, reconheceu que foi o “efeito demonstração” que produziu a substituição de importações, no caso da Grã-Bretanha, no final do século XVIII¹⁸.

É claro, porém, que a substituição de importações não era a única etapa que a Inglaterra deveria superar para alcançar novos mercados mundiais. As condições para a expansão dos tecidos ingleses não foram, nem de longe, as ideais. Para Jorge Pedreira, a indústria de estampa sobreviveu em Portugal, após as invasões do exército de Junot, justamente porque fazia uso de tecidos asiáticos branqueados e pintados em Lisboa e que possuíam qualidades têxteis superiores aos tecidos ingleses. Ao passo que as manufaturas estampadas – tanto de Portugal, quanto da Catalunha – resistiam; os tecidos ingleses encalhavam no mercado para, em seguida, serem jogados nas rotas de contrabando entre Portugal e Espanha¹⁹. Some-se à resistência da estampa portuguesa o fato de Portugal ter se especializado, durante toda a segunda metade do século XVIII, na reexportação de tecidos europeus para a África²⁰.

18 THOMSON, James K. J. Intervención Del Estado En La Industria Catalana de Estampado de Telas En El Siglo XVIII. In: BERG, Maxine (coord.). *Mercados Y Manufacturas En Europa*. Barcelona: Crítica, 1995. p. 76.

19 PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Indústria e Negócio: a estampa da região de Lisboa, 1780-1880. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 112/113, p. 537-559, 1991. p. 538.

20 LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano Mac. Vestindo o Escravismo: o comércio de têxteis e o contrato de Angola (sec. XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/g9zDPLdxF-47DX9CmYkTLPFL/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2022.

Assim, ainda que os têxteis formassem o produto global por excelência, como afirmou Robert Duplessis²¹, apenas estampados, pelo seu alto poder de continuar concorrentes (mesmo sendo produzidos por manufaturas locais, ou em larga escala) conseguiram possuir marcações cada vez mais apuradas que os distinguiam entre os demais tecidos em algodão. Os historiadores convergem na afirmação de que a indústria do algodão foi matriz para a Revolução Industrial. O que se destaca na literatura recente é que essa matriz não foi inglesa e que a Grã-Bretanha teve que combinar e recombina suas diferentes subcategorias de tecidos, produzir cópias e testar essas cópias para obter sucesso no comércio global. A impressão em papel, os livros de amostras e os retalhos de tecidos podem ser lidos como provas dessas inúmeras tentativas de recombinação e de propaganda.

Foi assim que para além da marca comercial, impressa no lote, os estampados passaram a ser caracterizados, cada vez mais, pelos *designs* de superfície; ao lado dos desígnios dos Estados e das disputas entre comerciantes que acabavam por construir um aprendizado de identificação. À proporção que esses “efeitos demonstração” sintetizavam contradições cada vez mais prementes, a cultura da marca sofisticava-se. O espaço para o qual essas contradições convergiam se tornava, por assim dizer, o potencializador da marca. O Rio de Janeiro foi o centro de experimentação dessas qualificações e requalificações dos tecidos estampados.

A sede do império português na América era um lugar de excepcional encontro entre objetos, leituras sobre o comércio e gentes. Os tecidos, na praça carioca, passaram a ser organizados por lotes, em casas de leilão que forneciam parte da mercadoria comercializada no Sul do Brasil²². Para os agentes de época, tudo isso se traduzia em disputas acirradas com relação aos produtos e numa busca pelo equilíbrio entre forças, tornando-se necessário construir conceitos e práticas

21 DUPLESSIS, Robert. Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 9-55, 2010. p. 10.

22 BOLETIM do Arquivo do Estado de São Paulo. (1808). Santos. vol. 1, São Paulo: Tipographia Globo, 1942. p. 115.

que dessem suporte aos encontros e que equacionassem as divergências²³.

O Rio de Janeiro abrigava têxteis com técnicas e *designs* da Ásia já havia bastante tempo. Um retalho em tecido, no entanto, quando analisado ao lado de imagens e catálogo coetâneos permite vislumbrar uma nova construção social do olhar²⁴.

Imagem 1: Tecido de Thomas Vaughan & Sons



Fonte: V&A Museum²⁵

-
- 23 GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 23.
- 24 Entendemos por cultura visual o “Processo histórico que se define em meio a um complexo jogo de visualidades, dispositivos, instituições, tecnologias, discursos, figurações, materialidades, poderes, desejos, linguagens, processos de significados coletivos partilhados e entremeados a processos de subjetivação, operações de memória-esquecimento, mesmo quando a imagem, que muitas vezes busca a linguagem, torna-se invisível, desaparece, ou não chega a constituir sentido.” SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto. *Cultura Visual: apontamentos sobre um campo disciplinar*. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto. (org.). *Cultura Visual e História*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 8-25.
- 25 VAUGHAN, Thomas & Sons (1800-1830). *Watercolour, Prints & Drawings Study Room*, level C, case T, shelf 55, box A, museum number E.1836-1924. London: V&A Museum, 2009. Disponível em: <http://collections.vam.ac.uk/item/O765720/design-for-a-thomas-vaughan-sons/design-for-a-thomas-vaughan/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Imagem 2: Família Brasileira



Fonte: Brasiliana Iconográfica²⁶.

A imagem 1 retrata uma amostra de tecido inglês manufaturado, produzido no período entre 1800 e 1830.

A imagem 2 é uma gravura de Henry de Chamberlain realizada entre 1819 e 1821, no Rio de Janeiro.

Naquele início de século XIX, gravura e estampa eram palavras sinônimas, demonstrando o imbricamento entre técnicas, apreensões e difusões dessas imagens.

Nos dois tecidos (amostra em pano e vestido da senhora na gravura) a folhagem e os pequenos frutos presos à ramagem se espalham por todo o espaço vazio. Não há uma cobertura completa do fundo. O que sobressai é uma síntese de flores e frutos, representada por arbustos da natureza, sem denotar nenhuma espécie em particular²⁷.

A constante separação entre artigos de luxo (para o consumo da elite) e tecidos estampados (para as populações pobres e escravas) não expressa a riqueza desses textos materiais. As referências aos *designs* indianos são marcantes na distribuição da folhagem pelo espaço, tanto na gravura, quan-

26 CHAMBERLAIN, Henry. *A Brazilian Family Album: Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*. London: Thomas McLean, 1822. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19458/a-brazilian-family>. Acesso em: 10 fev. 2021.

27 Segundo Lemire: Esses temas florais serão reproduzidos em tecidos, cerâmicas, móveis. O bordado (ou florais) foram uma persistente tradução de tecnologia, respondendo às forças globais. Os florais asiáticos foram os mais poderosos emblemas, falando para diferentes comunidades e encorajando a retórica das trocas. LEMIRE, op. cit., p. 249.

to no tecido²⁸. No início do século XIX, esses empregos dos motivos florais representaram síntese de encontros culturais ocorridos na época moderna, de sensibilidades, de adoções, de adaptações e de alterações criativas, numa retomada da natureza amorfa e em tons pasteis²⁹.

Não se trata de comprovar a transposição exata dos temas da gravura para o tecido (ou vice-versa). O que de fato ocorreu foi que as leis, os intercâmbios econômicos e a soluções cotidianas gestaram uma aproximação entre o padrão da gravura e o *design* de superfície do têxtil, para o mesmo período; e que esses suportes visuais ganharam visibilidade, tanto na cidade do Rio de Janeiro, quanto na Europa.

Embora Chamberlain tenha visitado e desenhado no tempo em que residiu no Brasil, suas gravuras foram reunidas no livro *Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*³⁰, quando ele retornou ao seu país de origem. O livro de Chamberlain e as demais cópias em gravuras ficaram a cargo de John Heaviside Clark, um dos maiores gravadores do período. A partir das reproduções de Clark, os desenhos de Chamberlain foram espalhados pelo mundo, por meio de numerosas edições e formatos³¹.

Assim, aos aspectos plásticos e gráficos, que aproximam os padrões do tecido à imagem do vestido da senhora (proprietária) retratada na gravura, é necessário acrescentar a força da materialidade dos impressos de Clark, que deram

28 A repetição dos motivos indianos, ainda que estilizados, não era gratuita. Para o Primeiro-Ministro à época, George Canning, diante de uma possível semelhança entre produtos, melhor seria privilegiar os temas indianos, já que eles garantiriam a manutenção do império britânico. Mas, então, o que fazer diante de uma variedade de um mesmo produto? Canning considerava que se deveria promover a reexportação, a manutenção da Índia e construir, no Brasil, um mercado para esses novos bens, ainda que esses bens não apresentassem originalidade alguma. LEITE, Rosângela F. *Recomendações e Princípios. As primeiras diretrizes do Foreign Office Britânico para as partes do Brasil (1808). Diálogos*, Maringá, PR, v. 17, n. 2, p. 505-521, 2013.

29 LEMIRE, op. cit., p. 11.

30 CHAMBERLAIN, op. cit.

31 A cópia utilizada neste texto é a do álbum CHAMBERLAIN, Henry. *A Brazilian Family Album: Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*. London: Thomas McLean, 1822. Comparamos, sempre que possível, esse álbum com a edição brasileira de 1947, da editora Cosmos.

visibilidade e velocidade para que os desenhos dos têxteis ingleses estampados circulassem mundo afora³².

A apreensão pictórica de Chamberlain e a propaganda promovida por meio das reproduções de Clark, e das edições subsequentes, ao passo que construíam uma “convergência de gostos”³³, faziam a popularização dos tecidos oriundos da Inglaterra, instituindo uma harmonia visual que aproximava lugares diferentes e que oferecia uma coerência entre um velho produto e uma nova apreensão sobre o artefato³⁴.

Mas, como saber se esses tecidos foram realmente destinados ao mercado do Rio de Janeiro? Josephine Tierney estudou dois estampadores da região de Manchester que iniciaram seus empreendimentos, respectivamente nos anos de 1805 e 1825³⁵. Esses estampadores registraram suas ilustrações na Junta de Comércio para proteger os *designs* de seus produtos. As firmas estudadas foram Edmund Potter & Co. e Samuel Matley & Son. Para os dois casos se encontrou *designs* de tecidos diferenciados para se destinar a cada ponto do comércio. As duas empresas atuaram na América do Sul. O problema é que o registro da Junta de Comércio, pertencente ao acervo do *National Archives*, UK, não distingue quais estampas foram criadas para quais mercados. Assim, até a década de 1830, quando se acirraram as determinações dos *Copyright*

32 MELVIN, Francis Lee. *Instruir de Maneira Intensa e Imediata: a circulação e uso de estampas no Brasil Joanino*. 2014. 395 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 39.

33 RIELLO, op. cit.

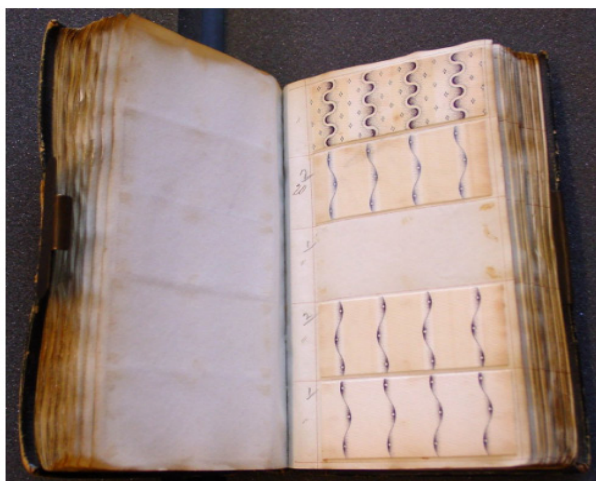
34 STYLES, John. Product Innovation in Early Modern London. *Past and Present*, n. 168, p. 124-169, Aug. 2000. Dentre pesquisas mais recentes, destaca-se o trabalho Sean Bottomley. Para o pesquisador, deve-se destacar que os chamados “inventores”, para o período entre 1796 e 1905, eram homens de posse. Utilizando um universo de 600 inventores e acompanhando suas parentalidades e difusão da herança, Bottomley descobre que esses “inventores” possuíam influência, enriqueciam ao longo da vida e tinha condições para determinar os seus legados. Essas descobertas são importantes para a história do consumo à proporção que demonstram como uma elite econômica e intelectual traçava valores e costumes ao mesmo tempo que construía “inventos”, muito embora esses produtos, em muitas situações, já existissem ou sofressem influência da Ásia. BOTTOMLEY, Sean. The returns to invention during the British industrial revolution. *Economic History Review*, v. 72, n. 2, p. 510-530, 2019.

35 TIERNEY, Josephine. Design Quality, Mechanization and Taste in the British Textile Printing Industry, 1839-1899. *Journal of Design History*, v. 30, n. 3, p. 249-264, 2017. p. 258.

Registers, pode-se afirmar apenas que existia um conjunto de amostras que era distribuído para os comerciantes que atuavam em diferentes pontos do globo³⁶.

Esses catálogos são fundamentais, porque indicam que a *Calico Printer's Association*, que possuía sede em Manchester, realizava esforços para responder às demandas de cada localidade e formar um catálogo de produtos que orientasse tanto a produção, quanto a distribuição³⁷.

Imagem 3: Livro de Amostras



Fonte: Manchester Fashion Institute³⁸

Os livros de amostras tinham função muito diferente do álbum de John Heaviside Clark. Enquanto as amostras organizavam os estampadores e facilitavam os novos pedidos; o álbum editado por Clark, com base nas gravuras de Chamberlain, fazia a propaganda da estamperia inglesa. E assim temos: álbuns de gravuras, livros de amostras e tecidos estampados circulando ao mesmo tempo. O mesmo padrão iconográfico é encontrado nos três textos materiais, difundidos por meio de três suportes diferentes.

36 CALICO PRINTERS' ASSOCIATION. Manchester Libraries, Information and Archives. GB 127. M75. Disponível em: <http://www.gmlives.org.uk>. Acesso em: 30 out. 2021.

37 Idem, Ibidem.

38 PATTERNS BOOKS. Manchester Fashion Institute. 1822. Disponível em: <https://fashioninstitute.mmu.ac.uk/staff/profile/?id=3389>. Acesso em: 25 nov. 2021.

Essas amostras têxteis/gráficas são relevantes tanto por seu alto poder de circulação, quanto por atingir diferentes leitores. Enquanto os livros de amostras eram restritos aos comerciantes e estampadores, as gravuras circulavam entre as classes letradas e as roupas formavam, segundo palavras de Ernest Dichter, “o tecido da vida”³⁹.

Havia necessidade de uma apresentação exaustiva da estamparia inglesa e uma variação dessa apresentação para cada público. Evidentemente, tamanha propaganda não é prova de sucesso imediato dessa mercadoria nas partes do Brasil.

Na prática, obter sucesso nos mercados da América do Sul era tarefa bastante complicada. A variedade do corolário de leis, como indicada no início deste capítulo, e as disputas pelo poder que redundaram nas lutas pelas independências acabavam por criar óbices. Os estampadores de Manchester, com apoio dos Estados envolvidos e dos comerciantes do Brasil⁴⁰, aos poucos, foram construindo respostas a esses empecilhos⁴¹. Uma liturgia em papel e tecido, que equacionasse a desigualdade e a violência do trabalho e igualasse os produtos, tornava-se fundamental nessas situações de guerras e disputas comerciais⁴².

39 DICTER, Ernest. Textiles: the fabric of life. In: LEE, Martin (ed.). *The Consumer Society Reader*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 221-232.

40 Em 1822, Felisberto C. Brant enviou carta a José Bonifácio oferecendo-se para fazer contatos na Inglaterra a fim de salvar o Banco do Brasil, fortalecer a comunicação entre as províncias do norte e do sul e “arranjar agentes” que ajudassem a sustentar Montevidéu. Tamanha oferta vinha acompanhada da proposta de uma casa comercial com capitais de ingleses, portugueses e residentes no Brasil. Ofícios. *Arquivo Histórico do Itamaraty*, Rio de Janeiro, legação Londres, 1822-1823, estante 216, prateleira 1, maço 1, 1 maio 1822.

41 Os valores declarados das exportações britânicas para a América do Sul dobraram no período entre 1814 e 1832. APINAL, A. *English Historical Documents*. Londres: Eyre & Spittiswoode, 1959. p. 551.

42 Essas dificuldades e situações de guerra, que num primeiro momento apareceram como óbices ao comércio; aos poucos foram se convertendo em vantagens. Larry Neal, em seu clássico estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo financeiro, demonstrou como as oscilações do período de guerras, no início do século XIX, favoreceram os fluxos internacionais de capitais financeiros; por outro turno, Manuel Llorca-Jaña, em artigo recente, assinalou como as condições de guerras de independência, no Brasil e na Bacia do Prata, levaram os comerciantes ingleses a especularem, cada vez mais, a partir dos preços dos tecidos de algodão. NEAL, Larry. *The Rise of Financial Capitalism*. International capital markets in the age of reason. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 201. LLORCA-JAÑA, Manuel. British Merchants in New Markets: the case of Wylie and Hancock in Brazil and River Plate, c. 1808-19. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 42, n. 2, p. 215-238, 2013. p. 228

Na imagem 1, enquanto a senhora (proprietária) trajava tecido com motivos florais sobre um fundo em tons claros, os escravos portavam vestes lisas, com tingimento simples⁴³. Já nas imagens nas quais Chamberlain representava apenas os cativos, a paleta era outra:

Imagem 4: Uma Barraca de Feira



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural⁴⁴

Os escravos do Novo Mundo, segundo a representação de Henry Chamberlain, trajavam *Guinea Cloth*.

Os “panos de guiné” foi o nome que os estampadores de Manchester deram, no final do século XVIII, a um padrão de estampa para o comércio com a África Ocidental. Esse comércio vinha de longa data, envolvia tecidos indianos e chineses. O que os manufatureiros de Manchester fizeram foi absorver parte dos próprios padrões e estéticas africanas, das tramas indianas e juntar tudo em um debuxo específico. Segundo Danielle Skeeahan:

43 Branqueamento e coloração. BERTOLLET, Claude-Louis. *Descrição do Branqueamento dos Tecidos, e Fiados de Linho e Algodão, pelo Acido Muriático Oxigenado e de outras Propriedades Relativas as Artes*. Lisboa: Typographia do Arco do Cego, 1801.

44 CHAMBERLAIN, Henry. *Uma Barraca de Feira*. 1821. Água-tinta e aquarela sobre papel. 20,50 cm X 28,60 cm. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra20129/uma-barraca-de-feira>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Guinea Cloth has the capacity to signify and to tell the history of how Europe underdeveloped Africa: embedded in the very fabric is a history of economics relations, aesthetic practices, and uneven distributions of power characterizing the routes of New World Slavery⁴⁵.

Os estampadores que criaram o *guinea cloth* estavam empenhados em ampliar os seus catálogos, no início do século XIX⁴⁶, e eram os mesmos que haviam sido beneficiados pelo *Calico Printers' Act*, de 1787. Ao inserirem-se na produção e impressão de tecido para o mercado atlântico, esses estampadores construía uma caracterização da África. Essa caracterização como “primária” dizia muito sobre relações econômicas e sobre as “distribuições de poder” que caracterizavam as novas investidas comerciais⁴⁷.

Pensando nesses termos, a história dos nomes e os exames de cultura material se tornam esclarecedores. No século XVIII, na Inglaterra, *chintz* era o nome dado aos tecidos que possuíam as cores indianas tradicionais, vermelho, rosa, marrom, azul e amarelo. Já o *calico* indicava tecidos pintados, em geral; e o *Guinea Cloth* foi a formulação dos estampadores de Manchester especificamente para os mercados africanos. Algodão, com diferentes cruzamentos dos fios no sentido longitudinal (teia) e transversal (trama) geravam aparência, toque e caimento diferentes. Assim, fustão, musselina, morim, vinham da mesma fibra de algodão, não possuíam, no entanto, nem o mesmo caimento, nem a mesma textura. Os agentes de época tratavam essas diferenças como “desigualdade de massa” do tecido⁴⁸.

A leitura do *design* de superfície, partindo do debuxo, não pode apagar a materialidade do impresso, nem as operações cognitivas dos sujeitos envolvidos. Listras e tecidos lisos caracterizam as roupas dos escravos, essas listras representa-

45 SKEEHAN, op. cit., p. 74.

46 Estampadores, casas comerciais fornecedoras de tecidos e agentes do comércio eram pessoas ligadas, em muitos casos, por vínculos familiares. Como era o caso da firma Wylie and Hancock, que atuavam em Glasgow, Manchester, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideo. LLORCA-JAÑA, op. cit., p. 219.

47 SKEEHAN, op. cit., p. 76.

48 BERTOLLET, op., cit., p. 26.

vam uma marcação de “pintura primária” sobre um tecido em trama de um por um⁴⁹, ou seja, a urdidura mais rudimentar do tear mecânico.

Os livros de amostras, geralmente, indicam para quais tecidos cada estampa estava disponível, quais eram as dimensões das peças e se havia estoque do produto. E os algodões iam se desdobrando em artefatos mais raros e mais caros, ou em tecidos mais ordinários e mais baratos⁵⁰.

Esses atributos de cultura material dos tecidos, somados à estamparia por processo mecânico, criavam tanto a igualdade visual, quanto demarcavam as diferenças. Deve-se, portanto, tomar muito cuidado com as interpretações que reconhecem uma igualdade visual que atravessava “de cultura a cultura”. Perante o exame detalhado da trama do tecido, a igualdade esgarça⁵¹.

Vale destacar mais uma vez: quando escravos eram representados junto ao seu senhorio, predominavam os tecidos lisos; mas quando esses cativos apareciam entre africanos, sobressaía o estilo *Guinea Cloth*, com prevalência de cores e listras. Ao recriar subcategorias de tecidos estampados (e de tramas) a Inglaterra sistematizava uma longa história de cópias, revenda de tecidos e construção de mercados na África⁵². No século XIX, qualquer tentativa de organização de um mercado

49 Um fio longitudinal por um fio transversal.

50 TIERNEY, op. cit., p. 257.

51 Nessa perspectiva, as explicações que compreendem os motivos florais como códigos que atravessaram de cultura a cultura, ficam um pouco exageradas “O grande debate intelectual da cultura popular deu lugar a uma espécie de consenso tácito sobre a noção de ‘culturas partilhadas’ da qual pouca gente se pergunta atualmente como se operaram efetivamente essas partilhas, e se não seria o momento de recolocar a questão de suas configurações. O mínimo que se pode dizer é que elas são desiguais...e que raramente são agenciadas no respeito ao outro, deixando quase sempre entrever o desejo de dominação de um grupo sobre outro”. FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2017. p. 48.

52 A relação entre escravidão e crescimento das indústrias de Liverpool e de Manchester foram enfatizadas desde os trabalhos de Eric Williams, na década de 1940. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Publicado originalmente em 1944. Um aprofundamento (necessário) dos valores e do peso do mercado consumidor africano, favorecendo os setores de fiação e de estamparia na Inglaterra foi realizado por: INIKORE, Joseph. *Africans and the Industrial Revolution in England. A study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

consumidor deveria ser informada por essas práticas de violência e trocas desiguais.

As marcas do livre comércio

Muito embora a sofisticação do sistema financeiro internacional tenha ocorrido ao longo da época moderna; foi no período entre 1792 e 1815 que se deu a substituição, em decorrência das guerras napoleônicas⁵³, das técnicas de financiamento da Grã-Bretanha sobre países do continente europeu. Essas modificações se deveram às flutuações dos estoques e às variações dos mercados, num primeiro momento, e à contração das dívidas por parte do Banco da Inglaterra, num segundo período⁵⁴. No reverso dessa moeda, a praça carioca se tornou, desde 1808, sede do império português e centro de experimentação para posteriores replicações das políticas do *Foreign Office* Britânico para toda a América do Sul⁵⁵. Por esses motivos, a praça comercial do Rio de Janeiro se tornou, desde 1808, um posto avançado para a experimentação de expressões econômicas, plásticas e gráficas que se converteriam nas bases de uma nova cultura de consumo. É a partir desse contexto que é possível problematizar como estampas ordinárias puderam se converter em marcas de uma dada nação.

Para Frank Trentmann, foi apenas a partir da década de 1840 que as perspectivas nacionais aliadas às ações parlamentares puderam fazer do livre comércio uma bandeira e uma realidade na Inglaterra. Naquela época, um discurso amarrado, via parlamento, promoveu a construção de um

53 O Bloqueio continental favoreceu as manufaturas locais no continente europeu, que se aperfeiçoaram e adquiriram know-how para o tingimento em tecido. Um ímpeto similar teve lugar nos EUA, durante o período de guerras pela independência. Com o final do Bloqueio napoleônico, esses tecidos locais foram submetidos à pesadas políticas de proteção. Cf.: BECKERT, op. cit., p. 157-158; ZANGGER, Andrea P. Chops and Trademarks: Asian Trading Ports and Textile Branding, 1840-1920. *Enterprise and Society*, Cambridge, v. 15, n. 4, p. 759-790, Dec. 2014. p. 765; TRENTAMANN, Frank. *Free Trade Nation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

54 NEAL, Larry. *The Rise of Financial capitalism*. International capital markets in the age of reason. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 206-218.

55 LEITE, op. cit., p. 505-521.

debate público sobre a relação entre comércio livre e mundo global. A ideia de mercado consumidor vinha ligada às novas formas de exploração e à manutenção de antigas formas de violência. O próprio Adam Smith, no final do século XVIII, já havia tentado contornar as discrepâncias entre livre comércio e exploração e, quando se deparou com a constatação de que o trabalho era a fonte geradora de riquezas, recorreu a uma resposta ambígua, embaralhando o “trabalho vivo” ao “trabalho materializado”. Esse dualismo metodológico tornou-se fundamental para o encadeamento das explicações smithianas⁵⁶.

Entre dualismos metodológicos, reorganização de antigas formas de violência e propaganda foi que o “efeito demonstração” e a marca comercial se engastaram. Para Trentmann, essa junção se tornou possível à proporção que as ideias de livre comércio se transformaram numa bandeira capaz de cimentar as divergências políticas, na Inglaterra. Segundo o autor, o surgimento de um suposto “consumidor livre” construiu uma nova sociabilidade pública, reestruturando as identidades e redefinindo as convivências⁵⁷.

Partindo do contexto de ampliação (das qualidades e variedades) de um mesmo produto, este texto recuperou alguns dos mecanismos que permitiram que os estampados ingleses fossem sobrelevados – com muito esforço – no Rio de Janeiro.

A engrenagem de produção e reprodução das gravuras movia um mercado editorial bem articulado com o universo dos livros de estampas e com a produção e reprodução de tecidos e *design* de superfície. Esse material, quando analisado emparelhado, flagra o momento em que um produto ordinário passou a ser manipulado, modificado e propagandeado.

Diante da situação em que a cópia era a tônica da impressão inglesa, resguardar o *design* de superfície por apenas cinco meses tornava-se uma forma de expansão e de controle, ao mesmo tempo⁵⁸. Foram controle e distensão que permitiram a

56 As relações coloniais e a “liberdade da Inglaterra” serão tratadas por Smith a partir do capítulo 6 do livro IV. SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2020. v. 2, p. 685-841.

57 TRENTMANN, op. cit., p. 18.

58 Expansão imperialista e controle, que estavam na base da lei Britânica, serviram como referência para a redação das leis de proteção da propriedade inte-

substituição de importação de mercadoria, na Europa. No final, a imitação se tornou parte da invenção. O momento de construção das leis acerca da reprodução da estampa representou uma clivagem sobre esse primeiro período de encontro entre criação e cópia. Já na década de 1840, tons pastéis, arbustos amorfos e representações de lugar nenhum foram absorvidos, de fato, como parte da gramática do livre comércio⁵⁹.

Ocorreu, nos trinta primeiros anos do século XIX, a sofisticação das estratégias de apresentação dos “tecidos de Inglaterra”. Ao passo que essa propaganda procurava inventar uma marca para os têxteis, uma variedade de tecidos de algodão tornava-se base para o *design* de superfície e era encaminhada e reproduzida por meio de livros e de catálogos. Assim, trama, *design* e estratégias de circulação, aos poucos, construíam uma nova sociabilidade pública, intrínseca à figura do “cidadão consumidor”. Contudo, as contradições, que resultavam da exploração e da violência das relações de trabalho, permaneciam. Foi nesse contexto que surgiram as “marcas nacionais”⁶⁰, alavancando os bens ordinários e acomodando uma abstração mais poderosa: o livre comércio.

lectual em diversos países. Destaca-se a forte influência da Grã-Bretanha sobre sua ex-colônia, os EUA. HAAR, Joshua Richard. *American Copyright: its English origins and evolution from Public Good to Private Property in the Nineteenth Century*. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oklahoma State University, Stillwater, OK, 2017.

59 Em 1982, foi lançado o livro *The Birth of a Consumer Society*. O esforço coletivo de Neil Mckendrick, John Brewer, e J. Plumb logo recebeu o merecido reconhecimento da academia. Já na introdução, aparecia a tese de que a revolução no consumo doméstico, proporcionada pelos intercâmbios promovidos pela *East India Company*, havia emulado as cores, as formas e os sentidos, levando à difusão do consumo, dos gostos e das modas. As principais fontes eram: Adam Smith e o poeta John Dennis. Fazia muito sentido, na década de 1980, quando Margareth Thatcher chegava ao poder, partir do liberalismo clássico para explicar como se deu o nascimento da sociedade de consumo. Hoje, passados quarenta anos do *The Birth of a Consumer Society*, as próprias fontes – Adam Smith e John Dennis – podem ser lidas como provas de uma acomodação entre propriedade privada, escravidão e livre comércio, numa tentativa de explicação e intervenção naquela realidade inglesa.

60 Frank Trentmann chama de “marcas nacionais” o conjunto de *commodities* que passou a ser identificado como produto de uma dada nação, a partir do século XVIII. Para o autor, essas identificações foram construídas por meio de estratégias de negócios, interesses de Estados, expansão de gostos (tidos como civilizados) e mudanças nas escalas de produção. O autor usa o clássico exemplo da construção do chá como “bebida nacional inglesa”. TRENTMANN, Frank. *Empire of Things*. London: Penguin, 2017. p. 90-91.

Referências

- APINAL, A. *English Historical Documents*. Londres: Eyre & Spittiswoode, 1959.
- BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: a global history*. New York: Vintage Books, 2014.
- BENTLY, L.; KRETSCHMER, M. (ed.). CALICO Printers' Act. *Primary Sources on Copyright (1450-1900)*. London, 1787. Disponível em: https://www.copyrighthistory.org/cam/tools/request/showRecord.php?id=record_uk_1787. Acesso em: 15 out. 2019.
- BERG, Maxime (ed.). *Mercados y Manufacturas en Europa*. Barcelona: Critica, 1995.
- BERTOLLET, Claude-Louis. *Descrição do Branqueamento dos Tecidos, e Fiados de Linho e Algodão, pelo Acido Muriático Oxigenado e de outras Propriedades Relativas as Artes*. Lisboa: Typographia do Arco do Cego, 1801.
- BOLETIM do Arquivo do Estado de São Paulo. (1808). Santos. vol. 1, São Paulo: Tipographia Globo, 1942.
- BOTTOMLEY, Sean. The returns to invention during the British industrial revolution. *Economic History Review*, v. 72, n. 2, p. 510-530, 2019.
- CALICO PRINTERS' ASSOCIATION. Manchester Libraries, Information and Archives. GB 127. M75. Disponível em: <http://www.gmlives.org.uk>. Acesso em: 30 out. 2021.
- CHAMBERLAIN, Henry. *A Brazilian Family Album: Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*. London: Thomas McLean, 1822. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19458/a-brazilian-family>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CHAMBERLAIN, Henry. *Uma Barraca de Feira*. 1821. Água-tinta e aquarela sobre papel. 20,50 cm X 28,60 cm. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra20129/uma-barraca-de-feira>. Acesso em: 7 jul. 2022.

- CHANDLER, Alfred D. *Scale and Scope: the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press; Harvard University Press, 1990, p. 366-371.
- DICHTER, Ernest. Textiles: the fabric of life. In: LEE, Martin (ed.). *The Consumer Society Reader*. Oxford: Blackwell, 2000. p. 221-232.
- DUGUID, Paul. Developing the Brand: the case of alcohol, 1800-1880. *Enterprise & Society*, v. 4, n. 3, p. 405-441, 2003.
- DUPLESSIS, Robert. Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII. *Afro-Ásia*, n. 41, p. 9-55, 2010.
- ESTEBAN, Javier Cuenca. Factory Cost, Market Prices, and Indian Calicos: cotton textile prices revisited, 1779-1831. *Economic History Review*, v. 4, n. 52, p. 749-755, 1999.
- FARGE, Arllete. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2017.
- FOREIGN Office. *National British Archives*. Londres. Manuscritos. FO/63/71, 1809-1821.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1828. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Manuscritos*, II-30,34,022, Rio de Janeiro, 1808.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HAAR, Joshua Richard. *American Copyright: its English origins and evolution from Public Good to Private Property in the Nineteenth Century*. 2017. 223 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oklahoma State University, Stillwater, OK, 2017.
- HIGGINS, David M. Forgotten Heroes and Forgotten Issues: business and trademark history during the Nineteenth Century. *Business History Review*, v. 86, n. 2, p. 261-285, 2012.

- INIKORE, Joseph. *Africans and the Industrial Revolution in England*. A study in international trade and economic development. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- LEITE, Rosângela F. Recomendações e Princípios. As primeiras diretrizes do *Foreign Office* Britânico para as partes do Brasil (1808). *Diálogos*, Maringá, PR, v. 17, n. 2, p. 505-521, 2013.
- LEMIRE, Beverly. *Global Trade and the Transformation of Consumer Cultures: The material world remade, c. 1500-1820*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- LLORCA-JAÑA, Manuel. British Merchants in New Markets: the case of Wylie and Hancock in Brazil and River Plate, c. 1808-19. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 42, n. 2, p. 215-238, 2013.
- LOGEMANN, Jan. (org.). *The Development of Consumer Credit in Global Perspective*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- LOPES, Gustavo Acioli; MENZ, Maximiliano Mac. Vestindo o Escravismo: o comércio de têxteis e o contrato de Angola (sec. XVIII). *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 80, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/g9zDPLdxF47DX9CmYkTLPFL/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégio: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Estampa, 1997.
- McKENDRIK, Neil; BREWER, John; PLUMB, J. H. *The Birth of a Consumer Society: the commercialization of Eighteenth-Century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- MELVIN, Francis Lee. *Instruir de Maneira Intensa e Imediata: a circulação e uso de estampas no Brasil Joanino*. 2014. 395 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- MISSÕES Diplomáticas. Rio de Janeiro. *Arquivo Histórico do Itamaraty*. Manuscritos, Estante 218, prateleira 04, maços 1, 2 e 3, 1812.
- NEAL, Larry. *The Rise of Financial capitalism*. International capital markets in the age of reason. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OTERO-CLEVES, Ana María. Foreign Machetes and Cheap Cotton Cloth: popular consumer and imported commodities in nineteenth Century Colombia. *Hispanic American Historical Review*, v. 97, n. 3, p. 423-456, aug. 2017.
- PATTERNS BOOKS. Manchester Fashion Institute. 1822. Disponível em: <https://fashioninstitute.mmu.ac.uk/staff/profile/?id=3389>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial*. Portugal e Brasil, 1780-1830. Lisboa: Difel, 1994.
- PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Indústria e Negócio: a estamperia da região de Lisboa, 1780-1880. *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 112/113, p. 537-559, 1991.
- RIELLO, Giorgio. *Cotton: The Fabric That Made the Modern World*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto. Cultura Visual: apontamentos sobre um campo disciplinar. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto. (org.). *Cultura Visual e História*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 8-25.
- SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v. v. 2, p. 268. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- SKEEHAN, Danielle C. *The Fabric of Empire: material and literary cultures of the global Atlantic, 1650-1850*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2020.

- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- STYLES, John. Product Innovation in Early Modern London. *Past and Present*, n. 168, p. 124-169, Aug. 2000.
- THOMSON, James K. J. Intervención Del Estado En La Industria Catalana de Estampado de Telas En El Siglo XVIII. In: BERG, Maxine (coord.). *Mercados Y Manufacturas En Europa*. Barcelona: Crítica, 1995. p. 74-110.
- THOMSON, J.K. J. The Industry in Europe and in USA. In: FARNIE, Douglas; JEREMY, David. *The Fibre that Changed the World*. The cotton industry in international perspective 1600-1990. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 249-282.
- TIERNEY, Josephine. Design Quality, Mechanization and Taste in the British Textile Printing Industry, 1839-1899. *Journal of Design History*, v. 30, n. 3, p. 249-264, 2017.
- TRENTMANN, Frank. *Empire of Things*. London: Penguin, 2017.
- TRENTAMANN, Frank. *Free Trade Nation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- VAUGHAN, Thomas & Sons (1800-1830). *Watercolour, Prints & Drawings Study Room*, level C, case T, shelf 55, box A, museum number E.1836-1924. London: V&A Museum, 2009. Disponível em: <http://collections.vam.ac.uk/item/O765720/design-for-a-thomas-vaughan-sons/design-for-a-thomas-vaughan/>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Publicado originalmente em 1944.
- ZANGGER, Andrea P. Chops and Trademarks: Asian Trading Ports and Textile Branding, 1840-1920. *Enterprise and Society*, Cambridge, v. 15, n. 4, p. 759-790, Dec. 2014.

MINERAIS

A PRATA DE POTOSÍ E O MUNDO GLOBAL DAS TROCAS (SÉCULOS XVI AO XVIII)

Rossana Barragán Romano

Introdução

A pintura de Potosí (figura 1) produzida no Império Otomano representa o Cerro Rico, vermelho e seco, situado a 4.060 metros acima do nível do mar, em um espaço verde e até mesmo exuberante, com palácios, em uma referência à produção da prata. A sua existência é certamente uma expressão da importância de Potosí, que se tornou uma das cidades mais populosas do planeta na época, e resultado das interações entre diferentes continentes ocorridas há cinco séculos atrás.¹ Potosí é menos visível hoje quando comparada ao passado, mesmo em relação à história do mundo global. Esse paradoxo tem sua razão de ser. Na historiografia mais recente, o principal problema tem sido a emergência do Ocidente (a Europa) como principal poder político e econômico, em especial à luz da existência de condições muito semelhantes na Ásia. O papel das Américas ficou em segundo plano. Nesse contexto, podemos entender por que Potosí é hoje um nome praticamente desconhecido, ainda que tenha produzido quase metade de toda a prata do mundo durante a sua “era dourada”, contri-

1 Frequentemente se diz que a cidade alcançou 160.000 habitantes em princípios do século XVII. Ainda que este número não seja muito confiável, em 1660 a cidade tinha 145.000 e em 1680, 110.000 (TANDETER apud MANGAN, J. E. *Trading roles: gender, ethnicity, and the urban economy in colonial Potosi*. Durham, NC: Duke University Press, 2005. p. 165). A população de Londres em meados dos anos 1670 era de aproximadamente 500.000 e de Paris algo em torno de 400.000 em 1640.

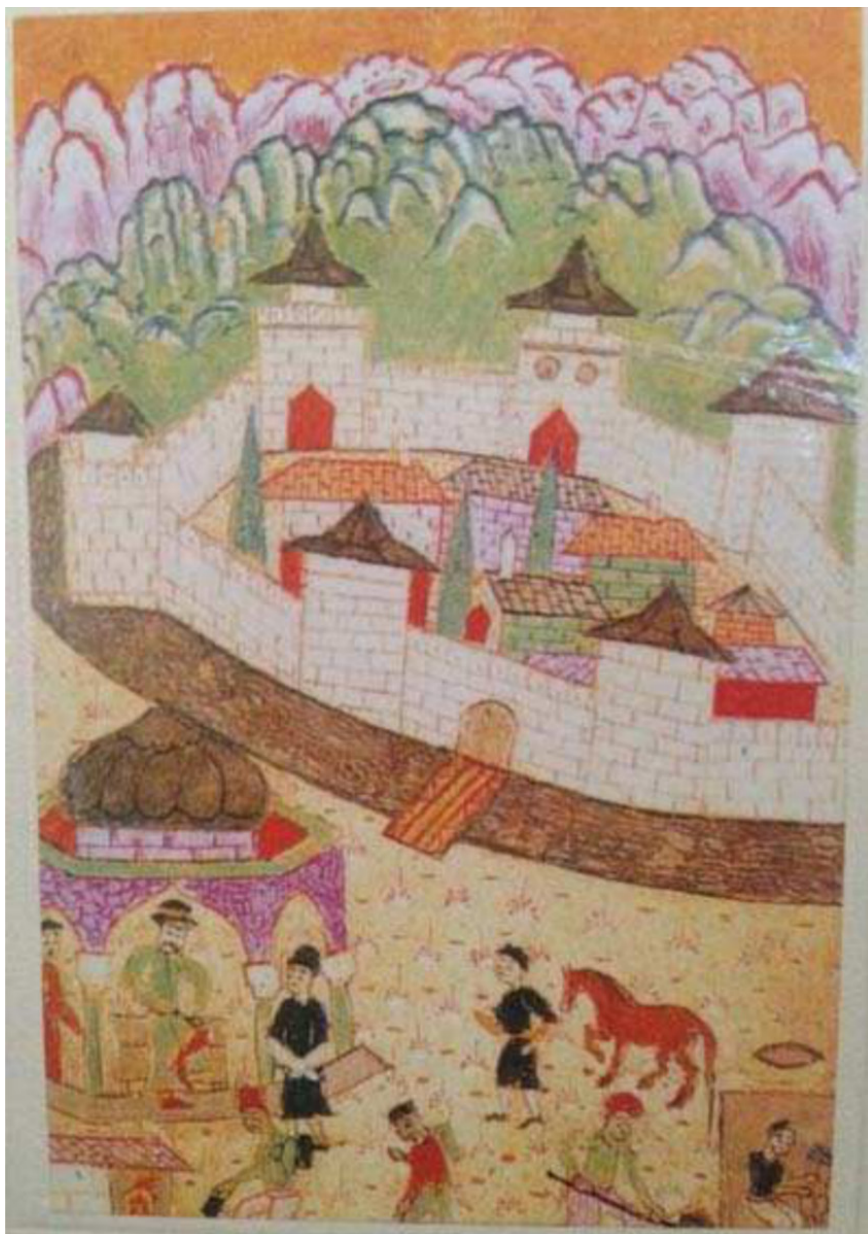
buindo, com isso, para a construção de conexões entre diferentes continentes.

A historiografia, contudo, não enfatizou tais conexões. Em vez disso, pesquisadores se especializaram em diferentes aspectos dessa história, como as relações de trabalho e produção, o comércio regional andino ou a quantificação dos fluxos de metais preciosos e seus impactos na Europa. Uma forma interessante de superar tal visão fragmentada é oferecida pela análise de cadeias mercantis.

Em um livro recente sobre a América Latina, Topik, Marichal e Frank escrevem que “a cadeia da mercadoria [...] definida como a produção de bens comercializáveis, de sua concepção, e passando por sua elaboração e transporte, até o destino final nas mãos de consumidores” é um “instrumento básico” que pode “complementar estudos mais tradicionais de recorte nacional ou regional”.² A ideia, conseqüentemente, é perseguir a trajetória de uma mercadoria e conectar os diferentes estágios intermediários entre a produção e a sua venda final. Isso também implica um esforço para compreender e esclarecer as conexões entre produtores e consumidores, ou, em outras palavras, como a prata, enquanto mercadoria, foi usada.

2 TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham, NC: Duke University Press, 2000. p. 14.

Figura 1. *Vista de Potosí, fins do século XVI* de Tarih-i Hind-i Garbí Veya Hadîs-i Nev.³



O fato de que a prata pode imediatamente comprar outros bens a torna uma mercadoria difícil de ser “perseguida”. Ela pode rapidamente ser transformada em várias outras mercadorias, o que demonstra os limites da análise de cadeias mercantis quando se trata do estudo desse metal precioso e moeda.

De qualquer forma, este capítulo busca transcender as histórias “nacionais” e conectar as zonas de produção em Potosí, no coração da América do Sul, às esferas de circulação locais e internacionais, na Europa e na Ásia. A primeira parte explica brevemente como a prata perdeu a sua preeminência e visibilidade, com uma descrição da transição dos modelos produzidos pelas teorias da dependência para os debates da “grande divergência”. A segunda seção sintetiza as estimativas de fluxos de prata, seus ciclos e seu papel em Potosí. A terceira parte reconstrói as diferentes rotas do comércio de prata não apenas da América para a Espanha e a Europa, mas também para o Oriente Médio e a Ásia, contornando a África. O caso da VOC (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, ou Companhia Holandesa das Índias Orientais) oferece um exemplo cristalino do papel da prata nas trocas globais, bem como das formas pelas quais a prata foi trocada por sedas, especiarias e outras mercadorias. A quarta e última parte explora as relações de trabalho em Potosí, demonstrando a coexistência e articulação entre trabalhadores livres, não-livres e autônomos, um resultado da combinação entre a coerção colonial e as atividades dos próprios trabalhadores. O artigo conclui com a discussão de outro paradoxo: apesar do volume de prata que permaneceu na região ter sido a base de conexões regionais, o vibrante centro econômico de Potosí decaiu junto com seus minérios, sem qualquer re-inversão na região.

Das perspectivas dependentistas à Grande Divergência; ou, da América Latina à Ásia

Até recentemente, Potosí era um termo que imediatamente remetia à prata e riquezas. O ditado *vale un Potosí* era reflexo disso. Potosí era igualmente o exemplo paradigmático de

exploração desde o seu nascimento, tornando-se particularmente central no best seller de Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, que descreveu cinco séculos de pilhagem de um continente, e que foi lido por milhares de pessoas ao redor do mundo.⁴ Hoje, Potosí e a América Latina parecem estar menos presentes no trabalho historiográfico da *global history*, centrada que está na chamada “Grande Divergência”. Esse é um enorme paradoxo quando lembramos que a prata foi a base do comércio global entre os séculos XVI e XVIII. Como entender, portanto, esse processo de marginalização da prata e da América Latina na historiografia contemporânea?

Acredito que parte da explicação resida nas questões levantadas nesses debates. Interações e conexões estão presentes na *global history* hoje e eram também um dos principais temas das perspectivas dependentistas desenvolvidas na América Latina. Ainda assim, a transição de perspectivas dependentistas para a discussão sobre o comércio global e a Grande Divergência foi também uma mudança de foco da relação entre Europa e América para aquela entre Europa e Ásia, respectivamente, e nessa transição os questionamentos também mudaram. É este processo que gostaria de destacar aqui.

A teoria da dependência, derivada de uma combinação do estruturalismo latino-americano com o marxismo, não é, como se sabe, uma forma homogênea de análise. Ainda assim, suas principais questões giravam em torno das relações causais que podiam explicar a presença ou ausência de crescimento econômico, bem como a desigualdade entre (e no interior de) diferentes países, ou as disparidades entre regiões e grupos. As exportações de recursos primários e a importação de bens manufaturados de maior valor eram vistos como a troca desigual básica. A ausência de desenvolvimento na América Latina era atribuída, conseqüentemente, a esses padrões de trocas, inicialmente com a Europa, posteriormente com os EUA.

4 Eduardo Galeano foi um jornalista de esquerda cujo livro, publicado em 1971, foi traduzido para mais de 20 línguas. GALEANO, Eduardo H. *Las venas abiertas de América Latina*. México, D. F.: Siglo Veintiuno, 1971.

A ideia central era rejeitar a teoria da modernização – como uma transição unilinear e progressiva de uma sociedade pré-moderna e subdesenvolvida para uma desenvolvida e moderna – e superar uma visão de sociedade dualista na América Latina, que teria um setor atrasado e tradicional, caracterizado como feudal, coexistindo com um setor capitalista. Em vez de considerar as duas esferas como separadas, a teoria da dependência as interpretou como interligadas. Uma era a causa da outra, um resultado de relações produzidas pelo contexto internacional.

De uma perspectiva dependentista, as economias de certos países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras economias sob as quais aquelas estão sujeitas. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio global, toma a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir e se tornar autossustentáveis.⁵

Foi o economista argentino Raúl Prebisch que introduziu os conceitos-chave de “centro” e “periferia”, bem como a noção de troca desigual entre eles.⁶ Da mesma forma, Celso Furtado desde o início argumentou que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam interligados.⁷ O subdesenvolvimento não podia ser apenas uma fase no caminho para o desenvolvimento. Cardoso e Faletto enfatizaram não apenas o sistema capitalista internacional, mas também as relações complexas entre Centro e Periferia.⁸

Um dos mais conhecidos dependentistas foi Andre Gunder Frank. De acordo com ele, o capitalismo produz subdesenvolvimento em algumas áreas e desenvolvimento em outras. Frank enfatizou a drenagem de riquezas de satélites ou periferias para as metrópoles ou centros, o que levaria ao

5 CHILCOTE, Ronald H. *Dependency: A Critical Synthesis of the Literature. Latin American Perspectives*, v. 1, n. 1, p. 4-29, 1974. p. 4.

6 LOVE, Joseph L. *The Origins of Dependency Analysis. Journal of Latin American Studies*, v. 22, n. 1-2, p. 143-168, mar. 1990. p. 45.

7 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

8 LOVE, op. cit., p. 158-159.

“desenvolvimento do subdesenvolvimento”.⁹ As regiões atrasadas surgiam, então, não apenas como inseridas no sistema capitalista mundial há séculos, mas como resultado daquela mesma inserção.

As explicações produzidas seguindo o modelo das teorias dependentistas foram objeto de amplo escrutínio e avaliação desde então. Duas das críticas mais importantes foram as de que a sua tese não era sustentada por evidências empíricas suficientes e que o comércio e as corporações transnacionais também podem trazer benefícios.¹⁰

Enquanto a teoria da dependência ainda pensava em termos de países, a perspectiva de sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein transcendia os estados-nação. A perspectiva de sistemas-mundo é concebida como um sistema interdependente que consiste de um centro, uma periferia (que é explorada pelo centro por meio da troca desigual) e uma semiperiferia.¹¹

O determinismo da abordagem de sistemas-mundo tem sido alvo de críticas, particularmente por sua ênfase nos requisitos de um centro capitalista que afetou regiões periféricas. Um exemplo dessa crítica aparece em Steve Stern, que escreveu: “a explicação histórica que reduz os padrões de trabalho e economia na periferia a uma reação do sistema-mundo capitalista é unidimensional e enganosa, até mesmo para o caso da prata, o tesouro americano mais valioso da fase inicial do sistema-mundo.” Stern ofereceu um modelo alternativo no qual “três grandes motores” explicariam, juntos, o desenvolvimento das relações de trabalho periféricas: “o sistema-mundo, as estratégias populares de resistência e sobrevivência na periferia e os interesses mercantis e de elite juntos a um ‘centro de gravidade’ americano”.¹²

9 Ibid., p. 165.

10 REYES, Giovanni E. Four main theories of development: modernization, dependency, world-systems, and globalization. *Sincronía*, v. 4, n. 2, 2001.

11 VAN DER LINDEN, Marcel; DRUCKER, Peter. Global Labor History and “the Modern World-System”: Thoughts at the Twenty-Fifth Anniversary of the Fernand Braudel Center. *International Review of Social History*, v. 46, n. 3, p. 423-459, 2001. p. 424-425.

12 Ibid., p. 451.

Nesse contexto, a pesquisa histórica de Sempat Assadourian o motivou a ir além do conceito de enclave de Frank, demonstrando, em seu lugar, vastas regiões de integração econômica. Ele desenvolveu uma análise sofisticada com base no conceito de zonas em um vasto espaço econômico colonial na América Latina.¹³ Em cada zona, um ou mais produtos eram a base de uma relação com a metrópole, mas elas eram também marcadas por diferentes regiões especializadas economicamente, ainda que todas tivessem uma relação fundamental com a principal produção básica. Uma dessas zonas recebeu o nome de “espaço peruano” (que incluía os territórios do Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Paraguai), com Potosí como o centro econômico da produção de prata e Lima como centro político e ponto de articulação com a metrópole.¹⁴ Essa região possuía um alto nível de autossuficiência econômica e, ao mesmo tempo, de relações altamente interligadas entre as suas diferentes partes. As importações consistiam em tecidos de alta qualidade (da Itália, França, Espanha e Países Baixos), ferro da Espanha (Vizcaya) e escravos para complementar a força de trabalho requerida. Todo o resto era produzido na própria região: tecidos, vinho, trigo, milho, peixe, arroz, carne, madeira, gado, sal, combustível etc., mas toda essa produção estava ligada à produção de prata.¹⁵ O foco nas economias locais e regionais da América Latina tem aparecido, desde então, como um vasto campo de pesquisa que permitiu a ênfase, uma vez mais, nas dinâmicas periféricas que eram negligenciadas em teorias da dependência.

Pouco depois das contribuições de Sempat Assadourian, perspectivas europeias e eurocêntricas que tendiam a ver o mundo pelas lentes de sua posição enquanto poder hegemônico passaram a ser contestadas. Por um lado, autoras como Janet Abu-Lughod recuaram no tempo para mostrar que já existia uma economia importante e ativa no sudoeste

13 SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México, D.F.: Nueva Imagen, 1983. p. 14.

14 *Ibid.*, p. 111.

15 *Ibid.*, p. 112-13, 145.

asiático e na Ásia.¹⁶ Por outro lado, o papel da China e da Ásia, de modo geral, começou a ser colocado no centro. Quatro autores foram particularmente importantes nesse movimento: Flynn e Giraldez, que, em inúmeros trabalhos, sublinharam que a prata da América foi destinada à China; Gunder Frank, que enfatizou o papel da Ásia na economia global em sua obra *ReOrient*; e, finalmente, Kenneth Pomeranz, que analisou a “Grande Divergência” entre Ocidente e Oriente no século XIX, também dando enorme peso à análise das conexões.¹⁷

Em torno de 1995, Flynn e Giraldez defendiam que a prata era a origem do comércio mundial e que ocorreria uma “pratificação da China”.¹⁸ Os autores discordaram da explicação convencional de que os fluxos de dinheiro do Ocidente para Oriente eram reflexo da demanda europeia por exportações asiáticas, com a prata se deslocando para a Ásia como forma de pagamento de um permanente déficit comercial dos europeus.¹⁹ Para eles, essa era uma explicação de déficit comercial convencional que deveria ser deixada de lado para que estudiosos passassem a considerar, em seu lugar, como a arbitragem ou as diferenças de preços permitiam lucros significativos.²⁰ De acordo com os dois autores, a China era “o mercado final de prata mais dinâmico do mundo”, em grande medida porque o país alterou seu sistema baseado em pape-

16 ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

17 FLYNN, Dennis O.; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. Born with a “Silver Spoon”: The Origin of World Trade in 1571. *Journal of World History*, v. 6, n. 2, p. 201-221, 1995; FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998; POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

18 GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. *Born with a Silver Spoon: China, American Silver and Global Markets during the Early Modern Period*. 1999. Amsterdam: University of Amsterdam, 1999. p. 10; p. 31.

19 “Não havia ‘desequilíbrio comercial’ a ser compensado contanto que reconhecamos que a prata em si era a mercadoria-chave distribuída globalmente e que era trocada por itens, na maior parte seda e porcelana, mas também ouro, da Ásia” (FLYNN; GIRÁLDEZ RIVERO, op. cit., p. 207). O pensamento dos dois autores é baseado em um debate entre teorias monetárias clássicas e neoclássicas (Ibid., p. 103-106).

20 GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; FLYNN, Dennis Owen. Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century. *Journal of World History*, v. 13, n. 2, p. 391-427, 10 jan. 2002. p. 395.

l-moeda para uma economia baseada na prata.²¹ O preço da prata era mais alto na China do que em qualquer outro lugar do mundo: em princípios do século XVI, 6 onças de prata podiam ser trocadas por 1 onça de ouro na China, enquanto as mesmas 6 onças de praça equivaliam a metade de uma onça de ouro na Europa.²² De um ponto de vista chinês, portanto, europeus eram intermediários que transportavam a prata entre o Japão e a China e entre a América e a China.²³

Os dois autores enfatizaram a alta integração da economia global em operação desde o século XVI e os erros presentes em análises da ascensão e queda de regiões específicas de modo isolado, sem considerar suas conexões com o resto do mundo.²⁴ Eles criticaram a ausência de uma definição geral de globalização e sua data de nascimento, sugerindo que o ano de 1820, proposto por O'Rourke e Williamson, era economicista e limitado, além de depender da convergência internacional de preços. Para eles, a verdadeira data de nascimento da globalização foi 1570, quando a América começou a se reconectar com o Velho Mundo Afro-Euroasiático e todos os continentes fortemente povoados começaram a trocar produtos continuamente, em uma escala que direta e indiretamente gerou um impacto profundo e duradouro em todos eles.²⁵ Finalmente, os autores consideraram que a China não era um entreposto de uma economia mundial centrada em Sevilha. Para eles, a lógica era outra: Sevilha seria um entreposto de uma economia mundial que tinha não um, mas três centros: Pequim no lado da demanda e América e Japão no lado da oferta.²⁶ Flynn e Giraldez, conseqüentemente, postularam a existência de uma

21 GIRÁLDEZ, *Born with a silver spoon*, op. cit., p. 10-11.

22 GIRÁLDEZ; FLYNN, *Cycles of Silver*, op. cit., p. 393.

23 GIRÁLDEZ, *Born with a silver spoon*, op. cit., p. 10-11.

24 GIRÁLDEZ; FLYNN, *Cycles of Silver*, op. cit., p. 392.

25 FLYNN, Dennis Owen, GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. *China and the birth of globalization in the 16th century*. Farnham, UK; Burlington, VT: Ashgate Variorum, 2010. p. xi; p. 83; p. 360. Eles se opõem àqueles que argumentam que nenhuma economia global existiu entre os séculos XVI e XVIII porque os preços da prata convergem várias vezes ao longo daquele período; pois nenhuma história mundial sustentaria a tese de que os mercados da era moderna deveriam ser caracterizados como perfeitamente competitivos (Ibid., p. 110).

26 Ibid., p. 218.

economia global unificada em vez de “sistemas-mundos”.²⁷ Eles acreditavam que a divisão do mundo entre centros independentes com suas periferias exclusivas simplesmente não correspondia às evidências do comércio global.²⁸

O trabalho posterior de Gunder Frank, pensado em termos de uma análise holística, enfatizou a importância de se levar em consideração a Ásia e a África para compreender o que aconteceu na Europa ou nas Américas.²⁹ A tese de seu livro *ReOrient* é o da existência de uma única economia global na qual, antes de 1500, a Europa não era mais poderosa do que a Ásia, fosse em termos econômicos, tecnológicos ou produtivos.³⁰ Além disso, essa economia global não “incorporou” uma região após a outra em uma economia-mundo europeia.³¹ Ao contrário de Braudel e Wallerstein, Gunder Frank afirmou que a história de princípios da era moderna já havia sido moldada por uma economia mundial e não apenas pela expansão de um sistema-mundo europeu.³² Nesse contexto, Frank considerou os metais preciosos como “as rodas desse mercado global [...], lubrificadas pelos fluxos globais da prata” ou o sistema circulatório que conectava, lubrificava e expandia a economia mundial.³³ O autor afirmava que os europeus não eram capazes de vender qualquer coisa em termos competitivos com a Ásia, tornando-se intermediários na reexportação da prata em troca de bens asiáticos e outros produtos enquanto a China demandava um volume cada vez maior do metal branco.³⁴ Em 1615, 94% das exportações da Companhia Holandesa das Índias Orientais era em metais preciosos; entre 1660 e 1720, a prata era responsável por aproximadamente dois terços do total de exportações europeias enquanto metais preciosos correspondiam a 87% das importações da companhia holandesa na Ásia.³⁵

27 Ibid., p. 111.

28 Ibid., p. 419.

29 FRANK, *ReOrient*, op. cit., p. 37.

30 Ibid., p. 52.

31 Ibid., p. xxiv-xxv, 128.

32 Ibid., p. 327.

33 Ibid., p. 30; p. 55.

34 Ibid., p. 74.

35 Ibid.

Em seu conhecido livro de 2000, Pomeranz falou da importância da prata para o desenvolvimento de um “comércio de larga escala, verdadeiramente global.”³⁶ Mas seu principal interesse era explicar a “Grande Divergência” ou por que a revolução industrial ocorreu na Inglaterra (ainda que após 1800) e não na China e no Oriente, que possuía uma economia vibrante e desenvolvimentos semelhantes aos da maior parte da Europa. A extração ultramarina e a acumulação de capital, contudo, não estavam no centro da explicação. Metais preciosos como a prata não eram mais considerados como parte do desenvolvimento econômico europeu. A contribuição de regiões não-europeias no financiamento do crescimento europeu era mencionada, mas o autor argumentava que “seria [...] igualmente arriscado presumir” que ela teve um papel crítico.³⁷ Exportações do Novo Mundo “eram cruciais, mas não eram uma condição para o crescimento continuado e acelerado.”³⁸ Metais “podem ter ajudado a lubrificar as rodas do comércio europeu”, permitindo à Europa expandir suas importações.³⁹ No entanto, de acordo com Pomeranz, outras razões explicariam a sua emergência como um centro privilegiado no século 19. Para ele, fatores como mercados, sistemas familiares e outras instituições são insuficientes para explicar o crescimento: seu argumento é o de que a América representou um alívio ecológico para a Europa. Sem a América, a Europa poderia ter sido forçada a seguir um caminho de desenvolvimento com base em muito mais trabalho intensivo.⁴⁰

A cronologia e as causas da Grande Divergência entre Ocidente e Oriente estimulou uma historiografia importante na qual o papel da prata desapareceu paralelamente à ideia de que havia outras razões, para além da prata e do tráfico de escravos, que explicariam a decolagem econômica de alguns países da Europa, em especial a Grã-Bretanha. O trabalho recente de Vries, que contém uma análise das origens do cresci-

36 POMERANZ, *The Great Divergence*, op. cit., p. 190.

37 *Ibid.*, p. 188.

38 *Ibid.*, p. 206.

39 *Ibid.*, p. 270.

40 *Ibid.*, 274; p. 283.

mento econômico moderno em que sintetiza outros estudos, afirma explicitamente que o argumento de que “o Ocidente se tornou rico por sobre as costas do resto [do mundo] é uma tese indefensável.”⁴¹ Para ele, o mais importante é avaliar o volume de metais preciosos que chegaram à Europa. Tendo estabelecido que o saldo líquido por habitante era de 3 gramas de prata em 1700 e 4,5 gramas em 1800, o autor concluiu ser impossível considerar metais preciosos como “a principal causa da emergência [...] do crescimento econômico moderno no noroeste europeu.”⁴² A acumulação ou a contribuição da “periferia em termos de rendas não era necessária para a decolagem do Ocidente, mesmo em casos nos quais elas eram substanciais [...], mas ela nunca pode explicar as enormes mudanças econômicas e os enormes crescimentos de riqueza nas economias ocidentais.”⁴³

Deve ter ficado claro que a rejeição da ideia de que a riqueza do Ocidente foi produto principalmente da exploração de recursos de outras partes do mundo levou a uma análise que era, uma vez mais, centrada na Europa, ainda que produzida em comparação com outras partes do mundo. A América latina – e, junto com ela, a prata que alimentou o comércio global – foi, de certa forma, minimizada. É hora de voltarmos a esse fator novamente.

Avaliação dos fluxos e ciclos da prata

Ainda que existam diferentes avaliações a respeito do volume de prata produzido e enviado para a Europa, há algum consenso em torno de sua importância. De acordo com Barrett, entre 1493 e 1800, 71% do ouro e 85% de toda a prata do mundo veio das Américas.

O mesmo autor analisou diferentes estimativas entre 1500 e 1800, mostrando que elas vão de 130.000 a 150.000 toneladas de prata e ouro e de 97.182 a 190.666 toneladas de

41 VRIES, P. H. H. *Escaping poverty: the origins of modern economic growth: with numerous figures*. Göttingen, DE: V&R Unipress, 2013. p. 249.

42 *Ibid.*, p. 252.

43 *Ibid.*, p. 421.

prata.⁴⁴ Para o mesmo período, TePaske estimou que o valor total de ouro e prata produzidos no Novo Mundo foi de 5.5 bilhões de pesos (pesos de 272 *maravedies*), ou 88 milhões em quilogramas (Figura 2).

Estimativas da produção de prata variam de autor para autor. Essa variação se deve a três fatores principais. Primeiro, dados incompletos ou desaparecidos para algumas minas; segundo, a produção que não foi registrada; terceiro, problemas metodológicos relacionados a diferentes tipos de documentação, unidades e lugares de registro. Em todo caso, a mineração do Novo Mundo contribuiu com aproximadamente 100.000 toneladas entre os séculos 16 e 18 e a produção foi particularmente importante durante o Setecentos (com algo em torno de 50.000). O mesmo padrão pode ser visto em outras estimativas independentes, que demonstram que a porcentagem de prata e ouro na produção mundial total aumentou, respectivamente, de 68% para 89% e de 39% para 84%.⁴⁵

Há quatro tipos de documentos oficiais que são usados para estimar a produção de prata: 1) registros dos impostos reais sobre a produção (20% em potosi e Peru e 10% na Nova Espanha); 2) registros das casas da moeda reais; 3) registros dos carregamentos de prata para a Espanha; 4) registros do monopólio oficial do suprimento de mercúrio, necessário à produção da maior parte da prata.⁴⁶ Enquanto Hamilton, Chaunu e outros autores usaram os registros de carregamentos, TePaske e Sluiter usaram os registros dos impostos reais sobre a produção.

Em 1930, Earl Hamilton e sua esposa publicaram um trabalho gigantesco sobre os carregamentos da América para

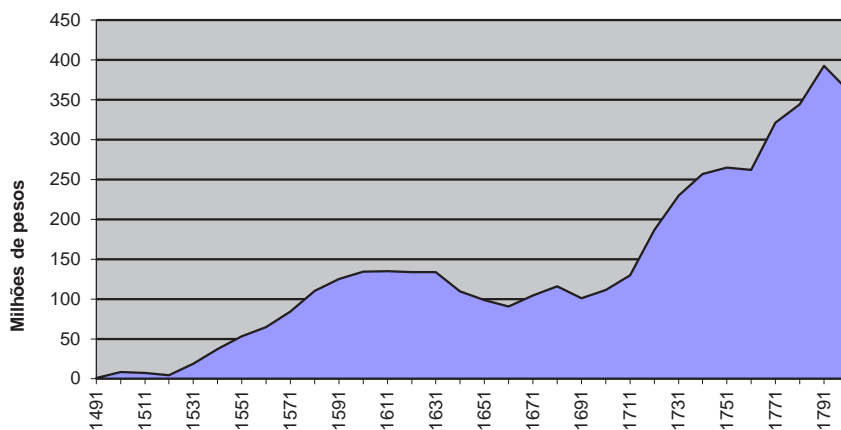
44 BARRETT, Ward. World bullion flows, 1450-1800. In: TRACY, JAMES D. (org.). *The Rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750*. Studies in comparative early modern history. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990. p. 239.

45 Essa estimativa é baseada nos números de produção de metais preciosos coletados nos anos 1920 pelo US Bureau of Mines (CROSS, Harry. South American Bullion Production and Export, 1550-1750. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983. p. 402).

46 BARRETT, World bullion..., op. cit., p. 239.

a Espanha entre 1501 e 1650 baseado no Arquivo das Índias em Sevilha. Eles documentaram os metais carregados nos *galeones* do Peú via Tierra Firme (atual Panamá) e as frotas da Nova Espanha (atual México). O autor claramente afirmou que analisava as “importações de ouro e prata e não a produção total desses metais nas Índias”.⁴⁷

Figura 2. Total de produção de ouro e prata, 1491-1791⁴⁸



Por essa razão, TePaske sublinhou como os números de Hamilton refletiam os envios oficiais das minas americanas e não correspondiam necessariamente ao total de metais extraídos.⁴⁹ Vinte anos mais tarde, Pierre Chaunu e Huguette Chaunu documentaram os navios saídos da Espanha com destino às Índias entre 1581 e 1660, com resultados que não correspondiam aos números de Hamilton.⁵⁰ Em fins dos anos 1970 e ao longo da década seguinte, García Fuentes forneceu dados para o período entre 1650 e 1700 enquanto García-Ba-

47 HAMILTON, Earl Jefferson. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España 1501-1650*. Barcelona: Ariel, 1975. p. 23.

48 TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden, NLD; Boston: Brill, 2010. p. 5; p. 306.

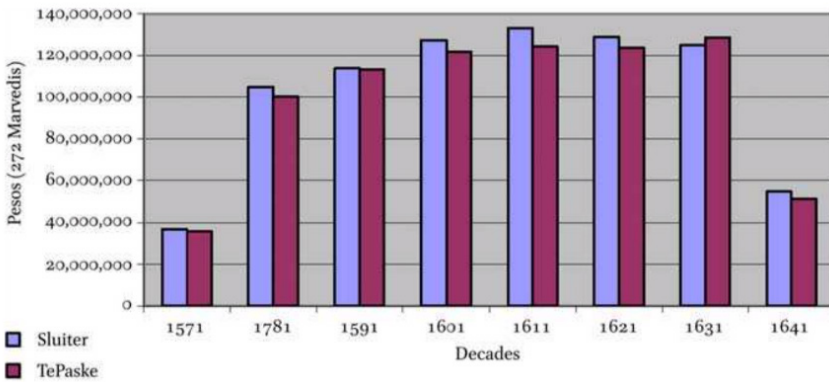
49 GARNER, Decennial TPGsex-2xls. Quilogramas, tabela 1. Inside my desk. www.insidemydesk.com

50 CHAUNU, Huguette. *Séville et l'Atlantique, 1504-1650*. Paris: A. Colin, 1955.

quero fez o mesmo para o período entre 1717 e 1778.⁵¹ Para o último período, após 1778, há os números de John R. Fisher.⁵²

Morineau criticou o trabalho de Chaunu e seu pressuposto básico de que havia uma distribuição uniforme da prata nos carregamentos e de que havia uma “adequação entre as tonelagens do medidor e os volumes ou valores das cargas”, colocando sérias dúvidas em torno do trabalho dos Chaunu.⁵³

Figura.3. Comparação dos registros de prata entre os dados de TePaske e Sluiter, 1571-1645⁵⁴



Morineau foi também o único a utilizar outras fontes para estimar o volume de metais preciosos e, mais precisamente, as chegadas de prata das Américas: as gazetas comerciais holandesas, que mostram que os volumes totais eram maiores do que aqueles presentes nos documentos espa-

51 GARCÍA-BAQUERO GONZÁLEZ, Antonio. *Cádiz y el Atlántico (1717-1778): el comercio colonial español bajo el monopolio gaditano*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, C.S.I.C.; Excelentísima Diputación Provincial de Cádiz, 1976; GARCÍA-BAQUERO GONZÁLEZ, Antonio. Las remesas de metales preciosos americanos en el siglo XVIII: Una aritmética controvertida. *Hispania*, Madrid, v. 56, n. 192, p. 203-266, 2019.

52 FISHER, John R. *Relaciones económicas entre España y América hasta la independencia*. Madrid: MAPFRE, 1992; FISHER, John R. Mining and Imperial Trade in Eighteenth-Century Spanish America. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003.

53 MORINEAU, Michel. Revoir Séville. Le Guadalquivir, l'Atlantique et l'Amérique au XVIe siècle. *Anuario de estudios americanos*, v. 57, n. 1, p. 277-293, 2000. p. 281.

54 GARNER, Richard L. Mining Trends in the New World 1500-1800. *Inside my desk*, 3 set. 2007. Disponível em: <http://www.insidemydesk.com/lapubs/miningtrends.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022. p. 10.

nhóis. Morineau demonstrou que mais prata estava chegando à Europa e em outros lugares além de Sevilha.⁵⁵ TePaske argumentou, contudo, que as estimativas presentes nas gazetas também podem ser enganosas. De acordo com ele, a prata que podia ser contrabandeada não poderia ter correspondido a mais de 25% do total.⁵⁶

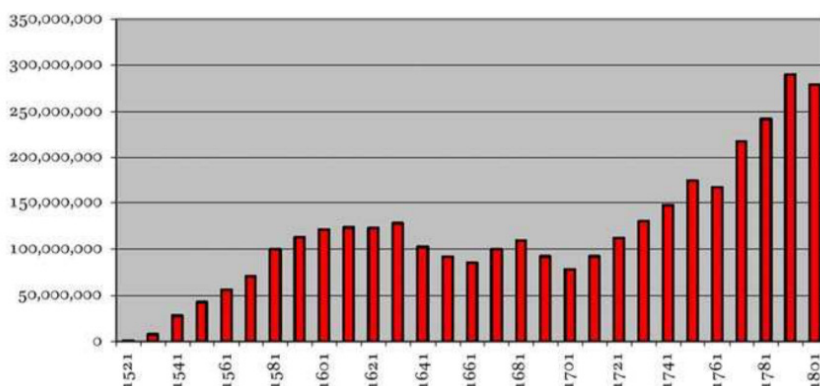
Recentemente, duas fontes principais têm sido exploradas nas estimativas dos fluxos de prata. Ambas são baseadas nos registros dos impostos reais sobre a produção. O primeiro foi compilado por John TePaske e Herbert Klein e o segundo por Engel Sluiter.⁵⁷ Ambas foram usadas por Garner e baseadas praticamente nas mesmas fontes. Ainda que os totais por década sejam muito próximos, eles não são idênticos (Figura 3).

TePaske estabeleceu os índices de produção de prata do Novo Mundo (Figura 4) ao longo de três séculos. De acordo com ele, houve uma ascensão impressionante entre 1530 e 1630 (de 7.550.000 pesos a 128.600 pesos). Os dados mostram um declínio e queda no século XVII em função de um conjunto de fatores – principalmente a exaustão das minas, da provisão de mercúrio e da retenção de recursos da Coroa nas Índias. Após 1721, a produção cresceu novamente, uma tendência que persistiu até fins do século XVIII.

55 BARRETT, World bullion..., op. cit., p. 235. John Munro criticou os dados de Morineau. Cf. HAMILTON, Earl Jefferson. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934. Disponível em: http://eh.net/book_reviews/american-treasure-and-the-price-revolution-in-spain-1501-1650. Acesso em: 10 dez. 2022.

56 TEPASKE, *A New World...*, op. cit., p. 312.

57 GARNER, Mining trends..., op. cit., p. 5.

Figura 4. Produção de prata por décadas, 1521-1801⁵⁸**Tabela 1.** Propriedade dos envios de ouro e prata em pesos fuertes (de 8 reales), 1717-1796⁵⁹

| | Tesouro Real | | Envios particulares | | TOTAL |
|---------|--------------|-------|---------------------|-------|---------------|
| | No. | % | No. | % | |
| 1717-39 | 25,347,396 | 12.8% | 173,369,002 | 87.2% | 198,716,398 |
| 1740-57 | 25,516,794 | 12.0% | 186,820,697 | 88.0% | 212,337,491 |
| 1758-78 | 26,8912,471 | 8.0% | 308,546,138 | 92.0% | 335,437,609 |
| 1779-96 | 81,143,921 | 22.0% | 287,473,628 | 78% | 368,617,549 |
| Total | 158,899,582 | 14.2% | 956,209,465 | 85.8% | 1,115,109,047 |

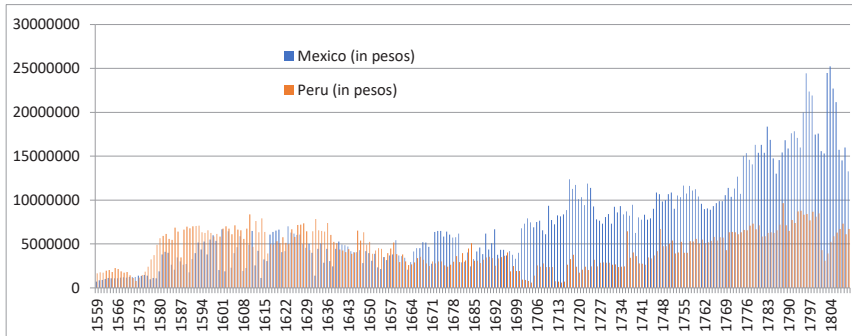
Esse aumento importante é atribuído ao uso de explosivos para abrir novos veios e drenar os túneis das minas; a disponibilidade do mercúrio de Almadén, Idria e Huancavelica; novas descobertas de prata; recuperação da população nativa; e, no caso do Peru, uma diminuição dos impostos.⁶⁰

García Baquero González analisou os envios de ouro e prata no século XVIII (Tabela 1). O autor diferenciou os envios do Tesouro Real (principalmente impostos: o quinto real e outros tributos, multas e afins) dos envios privados de comerciantes e outras pessoas que viviam nas Américas.

58 Ibid., p. 28.

59 GARCIA-BAQUERO GONZALEZ, Antonio. American Gold and Silver in the Eighteenth Century: From Fascination to Accounting. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003. p. 111.

60 TEPASKE, *A New World...*, op. cit., p. 75-77.

Figura 5. Produção de prata por Vice-Reino, 1559-1804⁶¹

Os envios privados foram responsáveis por 85.8% enquanto os envios públicos por 14.2% do total.⁶²

No período entre 1747 e 1796, metais preciosos foram responsáveis por 71.9% e outros produtos por 28.1%; entre 1747 e 1778, metais preciosos representaram 76.4% e produtos coloniais 23.6%; e entre 1779 e 1796 as figuras foram, respectivamente, de 66% e 34%.⁶³

Ouro e prata foram responsáveis por 56% (42.5% nos envios privados e 13.9 nos envios da Coroa) enquanto outros produtos representaram 36% (tabaco com 13.6%, cacau com 7.8%, açúcar com 5.5%, anil com 5.2% e cochonilha com 4.2%).⁶⁴

Dois regiões dominavam a produção de prata: México e Potosí (no Peru e Rio da Prata) produziram mais de 99% de toda a prata do Novo Mundo. Ainda que as minas do México tenham produzido a maior parte da prata ao longo da era colonial (Figura 6.5), Potosí produziu muito mais durante os séculos XVI e XVII.⁶⁵

61 GARNER, Richard L. SpAmSilverOutputex.xls. Colonial Table 1. *Inside my desk*. Disponível em: <https://www.insidemydesk.com/ladata/SpAmSilverOutputex.xls>. Acesso em: 10 dez. 2022.

62 GARCÍA-BAQUERO GONZALEZ, American Gold and Silver..., op. cit., p. 110-111.

63 *Ibid.*, p. 120.

64 Os 14% restantes de mercadorias consistiam de outros produtos.

65 TEPASKE, *A New World...*, op. cit., p. 141.

Os envios por origem geográfica mostram a importância da Nova Espanha no século XVIII. Em segundo lugar estava o Rio da Prata/Peru.⁶⁶

Tabela 2. Exportações de Buenos Aires para a Espanha, 1715-78⁶⁷

| Produtos | Envios particulares ou contas particulares | % | Tesouro real | % | TOTAL | % |
|-----------------|--|--------|--------------|-------|------------|--------|
| Prata | 41,338,206 | 76,07 | 3,082,360 | 83,11 | 44,420,567 | 76,52 |
| Ouro | 6,087,818 | 11,20 | 5,988 | 0,16 | 6,093,806 | 10,50 |
| Total metais | 47,426,025 | 87,27 | 3,088,348 | 83,28 | 50,514,373 | 87,02 |
| Outros produtos | 6,915,779 | 12,73 | 620,242 | 16,72 | 7,536,021 | 12,98 |
| TOTAL | 54,341,804 | 100,00 | 3,708,590 | 99,99 | 58,050,395 | 100,00 |
| | 93.61% | | | | 6.39% | |

Em 2000, Fernando Jumar também reconstruiu os números de carregamentos de retorno do Rio da Prata para a Espanha. Seus dados vêm de 256 navios entre 1715 e 1778 (248 com informações detalhadas). Enquanto García-Baquero ofereceu um total de 45.882.020 para o Rio da Prata, Jumar apresentou um total de 58.050.395.⁶⁸

Tais dados confirmam que o Tesouro Real teve um papel pequeno enquanto os envios privados foram responsáveis por 93% do total. A prata foi responsável por 76% enquanto produtos diversos formaram 13% e o ouro outros 10% (Tabela 2). Entre outros produtos, os couros e a lã de vicunha eram os mais importantes.

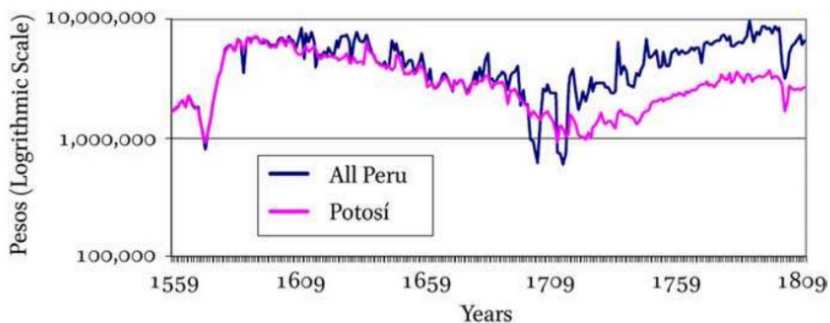
66 GARCÍA-BAQUERO, American Gold and Silver..., op. cit., p. 114.

67 JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlantique au Río de la Plata, 1680–1778*. 2000. 915 f. Tese (Doutorado Ecoles des Hautes Études en Sciences Sociales) - Facultad de Humanidades y Ciencias, Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, ARG, 2000. Disponível em: <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.364/te.364.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022. p. 248, Tabela 13. Adicionei as porcentagem a esta tabela.

68 Cf. JUMAR, *Le commerce...*, op. cit., p. 248; p. 670. Os totais obtidos por Jumar são distintos dos totais obtidos por García-Baquero, Morineau e outros autores para o mesmo período. De qualquer modo, em sua tese Jumar apresentou uma análise cuidadosa das possíveis razões para tais divergências: a aplicação de diferentes unidades monetárias e a avaliação de metais não cunhados.

Como se pode ver na Figura 6, Potosí era a principal região produtora de prata no Peru e região do Prata.⁶⁹

Figura 6. Potosí e a produção colonial.⁷⁰



A introdução da amalgamação nos anos 1570, o fornecimento constante de mercúrio de Huancavelica e a introdução da *mita* em Potosí explicam o crescimento vertiginoso nas últimas décadas do século XVI e o seu papel central na produção até 1640 (Figuras 6 e 9), quando a sua participação na produção peruana oscilou entre 84% e 98%. De 1621 a 1690, Potosí permaneceu na faixa dos 60%, caindo para a faixa dos 40% entre 1711 e 1790.⁷¹ A produção cresceu novamente no século 18, em parte como resultado da redução do imposto sobre a prata de um quinto para um décimo em 1736, bem como pelo fornecimento adicional de mercúrio de Almadén. A produção foi de 57.570.000 pesos em 1760 e 86.960.000 pesos em 1790.⁷²

As tendências gerais de produção de prata na América mostram por que Flynn e Giraldez estabeleceram dois ciclos principais no comércio global de prata: o ciclo Potosí-Japão de 1540 a 1640 e o ciclo mexicano do século XVIII.⁷³ O ciclo Potosí-Japão estimulou uma intensa circulação e comércio: a prata foi comprada em lugares como Amsterdã e vendida a preços mais altos na China. Ainda assim, para Flynn e Giraldez, a acumulação de prata americana e japonesa levou a uma que-

69 GARNER, *Mining trends...*, op. cit., p. 28.

70 Ibid., p. 39.

71 TEPASKE, *A New World...*, op. cit., p. 152; GARNER, *Mining trends*, p. 11.

72 TEPASKE, *A New World...*, op. cit., p. 146.

73 GIRÁLDEZ RIVERO; FLYNN, *Cycles of Silver...*, op. cit., p. 392.

da anual nos preços da prata. Adam Smith já havia observado que “o metal ficou proporcionalmente abaixo do milho”.⁷⁴ O esgotamento dos minérios e a queda do preço da prata para os custos de produção teve como consequência o fato de que os lucros da prata não eram mais interessantes.⁷⁵ Essa foi uma crise marcante que perdurou até o século XVIII.

Há um debate em torno das causas que levaram ao segundo ciclo: alguns atribuem a expansão à oferta, outros à demanda. É provável que uma combinação dos dois fatores explique o fenômeno. Por um lado, a coroa espanhola tinha uma política de fortalecimento da produção de prata. Por outro lado, argumenta-se que a China teve uma revolução demográfica produzida pela introdução de novos cultivos como as batatas. A produção da prata no século XVIII foi mais que o dobro dos séculos XVI e XVII combinados: o Peru, incluindo Potosí, produziu três vezes mais do que a sua produção no século XVII, enquanto a produção do México foi o dobro da do Peru.⁷⁶

As rotas da prata

Para onde foi a prata após ser entregue aos agentes nos entrepostos espanhóis? Um acompanhamento preciso desses fluxos é difícil de documentar porque a prata era enviada aos confins do mundo. Metais preciosos fluíam da Espanha para a Inglaterra, França e Países Baixos para a compra de bens manufaturados que não estavam disponíveis em Castela. Dos portos ingleses, franceses, flamengos e holandeses, os pesos espanhóis eram enviados pelo Báltico ou Murmansk com destino à Escandinávia ou à Rússia para ser trocada por peles. Na Rússia, a prata seguia para o sudeste pelo Volga até o Mar Cáspio e a Pérsia, de onde era então enviado por terra ou por mar para a Ásia. Metais preciosos hispano-americanos também fluíam da Espanha pelo Mediterrâneo e para o Leste por terra e mar até o Levante. A Índia buscava prata americana por

74 Ibid., p. 402.

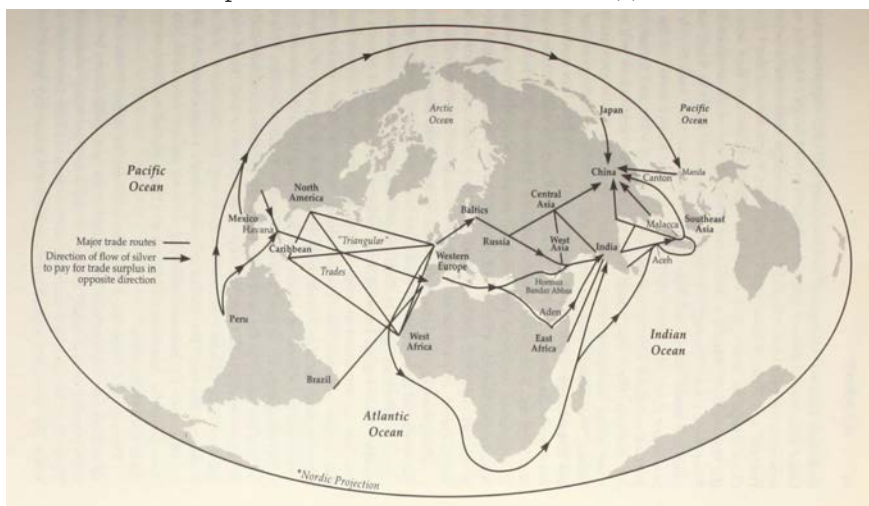
75 Flynn e Giráldez afirmam que a prata perdeu dois terços de seu poder de compra no período (Ibid., p. 414).

76 Ibid., p. 407.

meio do comércio de Suez, pelo Mar Vermelho, até o Oceano Índico, ou por terra, do leste do Mediterrâneo, pela Turquia e Pérsia até o Mar Negro, eventualmente também alcançando o Oceano Índico, ou diretamente da Europa em navios que contornavam o Cabo da Boa Esperança, na rota originalmente descoberta por Vasco da Gama. Esta última rota era também usada por navios portugueses, holandeses e ingleses para carregar o tesouro hispano-americano diretamente para portos da Ásia em troca de bens asiáticos. Finalmente, em uma rota por muito tempo ignorada por historiadores, a prata americana cruzava o Pacífico com uma conexão entre Acapulco e Manila.⁷⁷

A prata estava claramente fluindo para toda parte. Da América, a prata ia para a Europa e da Europa para o Báltico, para o Levante e, pelo Cabo, para o sudeste asiático.⁷⁸ As principais rotas podem ser vistas nos mapas a seguir.

Figura 7. Produção e exportação mundial de prata entre os séculos XVI e XVIII (a)⁷⁹

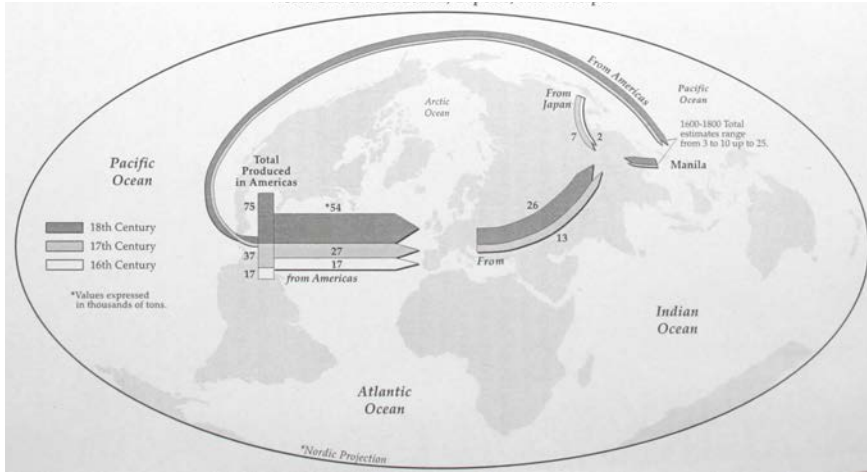


77 TEPASKE, John J. New World Silver, Castile and the Philippines, 1590-1800. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983.

78 DE VRIES, Jan. Connecting Europe and Asia: a quantitative analysis of the cape-route trade, 1497-1795. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003. p. 35-106.

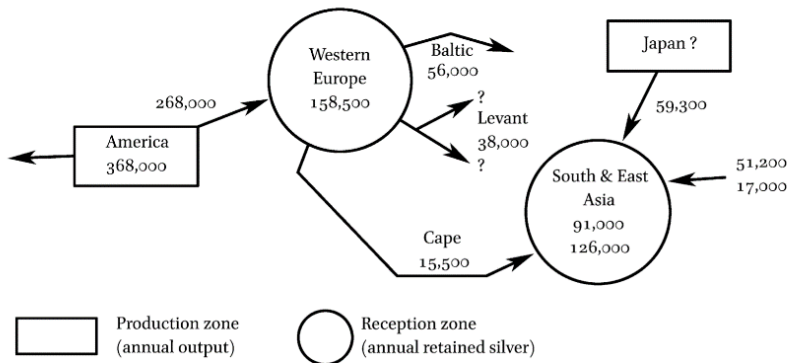
79 FRANK, *ReOrient...*, op. cit., mapa 2.1.

Figura 8. Produção e exportações mundiais de prata entre os séculos XVI e XVIII (b)⁸⁰



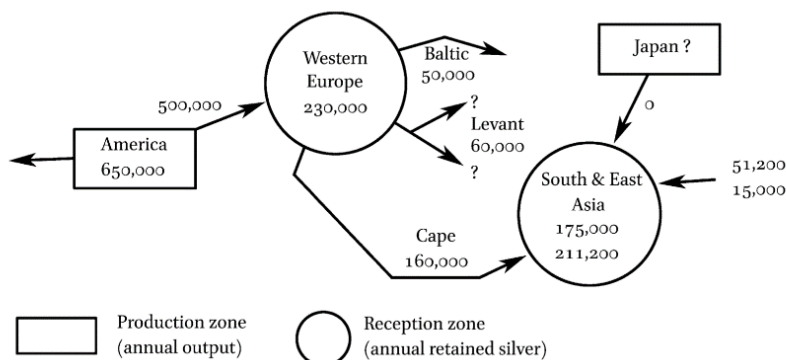
Frank sintetizou nesses mapas algumas das estimativas de Barrett e Attman com o volume de prata em toneladas: 17.000 para o século XVI, 37.000 para o século XVII e 75.000 para o século XVIII. Em torno de metade desse total foi para a Ásia: 13.000 no XVII e 26.000 no XVIII (Figura 8). Os fluxos de prata durante os séculos XVII e XVIII também foram brevemente resumidos por de Vries (Figuras 9 e 10).

Figura 9. Fluxos de prata (em Kg), 1600-50⁸¹



80 Ibid., mapa 3.1.

81 DE VRIES, Connecting Europe and Asia, op. cit., p. 80.

Figura 10. Fluxos de prata (em Kg.), 1725-50⁸²

De qualquer forma, a circulação era extremamente complexa. Havia quatro rotas principais: dos centros de produção para os principais portos da América espanhola e Espanha; da Europa para o leste por meio do Báltico e do Levante para a Ásia Central, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Oceano Índico; da Europa para a Ásia e de Acapulco para Manila; e, de uma perspectiva mais ampla, do Pacífico para as Filipinas e a China.

De Potosí para os portos da América espanhola e Europa

De modo geral, as principais rotas usadas pelos espanhóis no Vice-Reino do Peru eram parte do sistema de estradas dos incas, em um total de 39.900 quilômetros.

A estrada de Potosí para o oceano Pacífico era de aproximadamente 1.670 quilômetros; ela levava ao norte, para Lima, capital do Vice-Reino do Peru, ou para Arica e de lá para Lima por navio. A primeira ia para Oruro, lago Titicaca, Puno, Cusco e Lima. A segunda, para Oruro e, então, para oeste, em direção a Arica. Essa era a rota mais curta, conhecida como a “estrada da prata”. Em Arica, os navios costumavam ir para Callao, o porto de Lima. Essa mesma rota era usada para o mercúrio que ia de Huancavelica para Chinca e Arica, e de lá para Potosí.

82 Ibid., p. 80.

A outra estrada importante, de 2.980 quilômetros, ia para o oceano Atlântico através de Buenos Aires. A estrada passava pelos pampas rumo a Tupiza, Jujuy, Tucumán, Córdoba e Buenos Aires. Essa estrada era frequentemente chamada de “porta dos fundos” do Vice-Reinado, um caminho ilegal para a importação de bens europeus. O contrabando era significativo no porto de Buenos Aires porque a rota era mais curta do que a que conectava o Peru ao Panamá. De acordo com Cross, durante os anos de maior sucesso, algo em torno de um a dois milhões de pesos passaram ilegalmente das minas por Buenos Aires, o equivalente a 15% a 30% do total de prata extraída de Potosí. Em 1625, o comércio começou a decair como resultado do estabelecimento de uma alfândega entre Buenos Aires e Potosí. Ainda assim, o contrabando nunca parou e foi favorecido pelo estabelecimento de Sacramento, localizada próxima ao Rio da Prata.⁸³

A estrada para o Pacífico era o principal canal de comunicação com a Espanha durante os séculos XVI e XVII. Nesse período, o sistema comercial transatlântico tinha três centros: Lima, México e Sevilha. Cada centro tinha o seu próprio porto: Callao no Peru (Lima, com a rota que levava ao Panamá e Portobelo), Veracruz no México e Sevilha-Cádiz na Espanha.⁸⁴

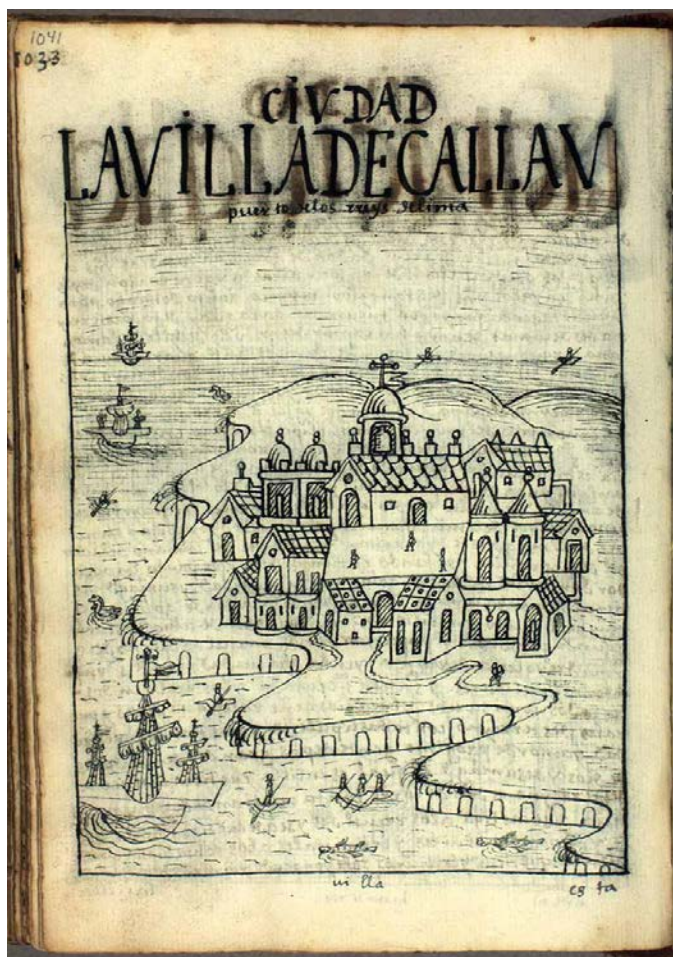
A navegação entre Lima e o Panamá era livre até o ataque de Francis Drake em 1581, quando a coroa espanhola deu início ao sistema de comboios conhecido como *Armada del Mar del Sur*.⁸⁵

83 CROSS, *South American Bullion...*, op. cit., p. 413-415.

84 FISHER, *Relaciones económicas...*, op. cit., p. 98.

85 SUÁREZ, Margarita. El Perú en el mundo atlántico, 1520-1739. In: CONTRERAS, Carlos et al. (org.). *Compendio de historia económica del Perú (tomo 3)*. Historia económica. Lima, Peru: Banco Central de Reserva del Perú; IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2008. p. 239; FISHER, *Relaciones económicas...*, op. cit., p. 71.

Figura 11. Porto de Collao em Lima, Peru. Ciudad La Villa de Callau.⁸⁶



Os comerciantes costumavam se deslocar de Lima a Nombre de Dios, no Panamá (até 1597), e de lá para Portobelo. As famosas *ferias* (feiras) de Portobelo começaram a diminuir no século XVIII, quando ocorreram apenas quatro feiras entre 1700 e 1740 (1708, 1726, 1730 e 1739, ano em que foi destruída pelos britânicos).⁸⁷

86 GUAMÁN POMA DE AYALA, F. *El primer nueva corónica y buen gobierno*. México: Siglo Veintiuno, 1980. p. 382.

87 MAZZEO, Cristina. El comercio colonial a lo largo del siglo XVIII y su transformación frente a las coyunturas de cambio. In: CONTRERAS, Carlos *et al.* (org.). *Compendio de historia económica del Perú (tomo 3)*. Historia económica. Lima, Peru:

O conflito entre a Grã-Bretanha e a Espanha (a Guerra da Orelha de Jenkins ou *Guerra del Asiento*) levou ao fim do sistema de frotas e a introdução de diferentes navios (*barcos* ou *navíos de registro*) que iam de portos chilenos e peruanos no Pacífico, ou de Buenos Aires no Atlântico, para a região caribenha.⁸⁸

Em 1756, o livre comércio foi introduzido e, em 1778, vários portos na América e na Espanha obtiveram permissão para participar das rotas comerciais, dando fim à exclusividade das trocas entre Sevilha e os principais portos coloniais da América (Veracruz, Cartagena, Lima/Callao e Panamá).

Da Europa para o Báltico

A região do Báltico (leste da Prússia, Polônia e Rússia) produzia grãos (trigo), cânhamo, linho, barras de ferro, couros e peles. Sabe-se que este comércio dependia de moedas de prata.⁸⁹ Attman chama a atenção para o fato de que a rota do Báltico carregava ao menos 50 toneladas por ano.⁹⁰

Controlar as rotas de longa distância e intercontinentais também era crucial para autoridades otomanas, que reconheciam suas dinâmicas econômicas positivas. Com uma citação de Inalcik, Flynn e Giraldez afirmam que a prata e as moedas de prata eram os itens mais importantes de troca com o Ocidente. Para encorajar a sua livre importação, os otomanos removeram todas as taxas alfandegárias sobre a prata, que passou a fluir em grandes quantidades para o mercado levantino a partir dos anos 1580.⁹¹

A seda persa era exportada para a Europa sob o controle dos otomanos. Tais exportações de seda passavam pela Turquia, onde armênios eram os principais intermediários neste comércio: Izmir teve papel central como entreposto na circu-

Banco Central de Reserva del Perú; IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2008, p. 223-285. (Historia Económica, 5).

88 FISHER, *Relaciones económicas...*, op. cit., p. 158.

89 BARRETT, *World Bullion Flows...*, op. cit., p. 250.

90 FLYNN, Dennis Owen, GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. *China and the birth of globalization in the 16th century*. Farnham, UK; Burlington, VT: Ashgate Variorum, 2010.

91 *Ibid.*, p. 16.

lação global de prata.⁹² Era até mesmo mais importante que Istambul.

De Acapulco para Manila

Receitas da Coroa iam para Manila não apenas em apoio aos estabelecimentos espanhóis na ilha, mas também para adquirir – por meios legais e ilegais – bens orientais para revenda nas Índias. Estimativas são de que não mais que 17% dos envios durante esse período de 220 anos saíram do México para outro destino que não Castela (responsável pelos 83% restantes). Isso significava algo em torno de 200.000 pesos (5.100 quilogramas) anuais.⁹³ Havia também um fluxo de metais preciosos (difícil de estimar) no setor privado que começou a ser regulamentado. O comércio podia ser praticado apenas por dois galeões de 300 toneladas cada e estes não poderiam carregar mais que 250.000 pesos em bens orientais das Filipinas para Acapulco, e nem mais que 500.000 pesos (12.800 kg) de prata para Manila. Tais limitações estiveram em vigor até 1702, quando as restrições foram inicialmente ampliadas para 300.000, depois para 600.000 e, finalmente, para 1.000.000 pesos.⁹⁴

De acordo com Barrett, que se baseou no trabalho de TePaske, a média anual de carregamentos não excedeu 17 toneladas, o que era muito menos que o 1 milhão de pesos anuais (sendo 1 milhão de pesos o equivalente a 25.6 toneladas antes de 1728).⁹⁵ Flynn e Giraldez também citam TePaske, oferecendo números muito mais altos. O próprio TePaske afirmou, no mesmo trabalho, que a prata saindo de Manila excedeu os limites impostos sobre seu transporte (500.000 pesos) e estimou que 128 toneladas ou 5 milhões de pesos foram carregados anualmente. Algo em torno de 307 toneladas ou 12 milhões de pesos foram contrabandeados em 1597. A média combinada das exportações portuguesas para a Ásia com os

92 Ibid., p. 17; p. 27.

93 TEPASKE, *New World Silver...*, op. cit., p. 434.

94 Ibid., 436.

95 BARRETT, *World Bullion Flows...*, op. cit., p. 248.

valores das Companhias holandesa e inglesa das Índias Orientais era de 50 toneladas de prata.⁹⁶

Barrett também notou a discrepância entre a produção na América espanhola e os carregamentos para a Europa, concluindo que a produção excedeu as exportações atlânticas em 40.000 toneladas. Disso decorreria que 5.5 milhões de pesos (135 toneladas) permaneceram anualmente na América ou foram enviados para as Filipinas. Para se ter uma ideia desses números comparativamente, os portugueses enviaram 8,47 toneladas de prata por ano enquanto a Companhia Holandesa das Índias Orientais mobilizou 24,93 toneladas de prata e a sua congênere inglesa enviou uma média anual de 17,57 toneladas entre 1660 e 1700. O volume de prata que atravessava a Europa em direção à Ásia foi estimado como ao menos três vezes maior que os números para Manila.⁹⁷ A grandeza desse comércio entre a América e a Ásia tem sido enfatizado recentemente. Bonialian argumenta que havia um Pacífico hispano-americano.⁹⁸

Da Europa para a Ásia por meio da VOC

Na virada do século XVI para o XVII, um dos principais poderes presentes na Ásia era a VOC, ou Companhia Holandesa das Índias Orientais. Ainda que a VOC tenha produzido uma ampla bibliografia, o papel da prata nessa história não recebeu um estudo especializado e detalhado. Ainda assim, reconhece-se a importância da prata. Gaastra escreveu que o comércio na Ásia foi em grande medida conduzido com metais preciosos da Europa e que a VOC foi responsável por uma par-

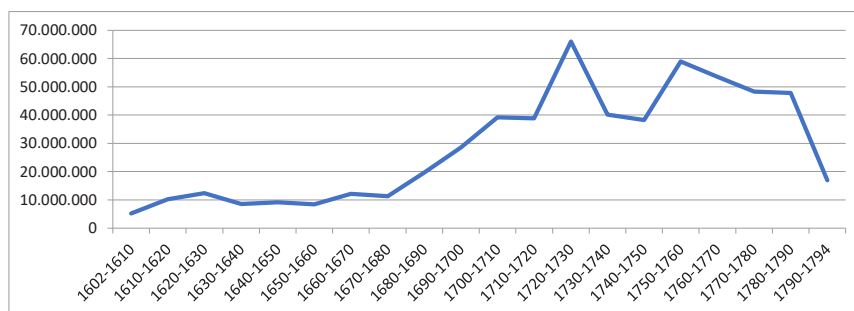
96 Citado em FLYNN; GIRÁLDEZ RIVERO, China and the birth of globalization..., op. cit., p. 204-205.

97 Ibid., p. 17.

98 Sua pesquisa é muito rica e abre um vasto campo de investigação. Ver BONIALIAN, Mariano Ardash. *El pacífico hispanoamericano: política y comercio asiático en el imperio español, 1680-1784: la centralidad de lo marginal*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2014 e BONIALIAN, Mariano Ardash. *China en la América colonial: bienes, mercados, comercio y cultura del consumo desde México hasta Buenos Aires*. México D.F.: Instituto Mora, 2014.

te considerável das exportações para o Oriente (Figura 6.12).⁹⁹ É por isso que cada navio tinha moedas, principalmente de prata, além de algumas adicionais de ouro e cobre.

Figura 12. Exportações de moeda pela VOC entre 1602 e 1794 (em guilders, FL)¹⁰⁰



O *real de a ocho*, também conhecido como dólar espanhol, vindo da América e da Espanha, era a moeda de prata mais comum e famosa, e assim permaneceu até o final do século XVIII (ainda que nem toda moeda viesse da América).¹⁰¹

A rota do Cabo era central para esse comércio e, de acordo com Jan de Vries, teve um papel modesto no século XVII, tornando-se muito mais importante apenas nas primeiras décadas do século seguinte.¹⁰² Vries afirmou que as companhias comerciais europeias forneceram algo entre 7% e 12% da moeda que entrou na Ásia continental, assim como foram responsáveis por apenas 6% da prata que entrou na Europa a partir do Novo Mundo. No século XVIII as coisas mudaram. Algo em torno de 35% da prata passou por essa rota e formou, ao mesmo tempo, três quartos de toda moeda que chegou ao Sul e Leste da Ásia. O autor também argumentou que a rota do Cabo era uma troca entre exportações de prata e importações

99 GAASTRA, F. S. The Exports of Precious Metals from Europe to Asia by the Dutch East India Company, 1602-1795. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983. p. 447.

100 BRUIJN, J. R.; GAASTRA, F. S.; SCHÖFFER, Ivo. *Dutch-Asiatic shipping in the 17th and 18th centuries*. The Hague, NLD: Nijhoff, 1979. p. 179; p. 184.

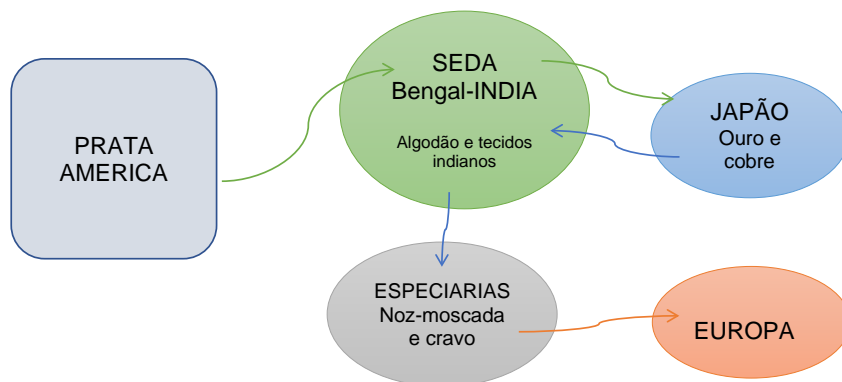
101 Ibid., p. 187.

102 DE VRIES, Connecting Europe and Asia..., op. cit.

de mercadorias, com algo em torno de 150 toneladas de prata todo ano.¹⁰³

Especiarias e pimentas eram importantes e representavam em torno de $\frac{1}{4}$ das receitas da VOC entre os anos 1640 e 1780. Salitre, drogas e porcelanas chinesas eram as outras mercadorias presentes nos carregamentos de retorno. Mas tecidos, em especial os indianos de algodão, se tornaram mais importantes após 1660, com a adição de mais duas mercadorias posteriormente: café do Iêmen e chá da China.¹⁰⁴

Figura 13. Prata como mercadoria primária do comércio da VOC na Ásia¹⁰⁵



A maior parte dos metais preciosos chegava à Batávia, de onde era então redistribuída para outros entrepostos. De modo geral, a prata ia para o Ceilão e Bengala enquanto o ouro ia para a Costa de Coromandel. O comércio de Bengala era um dos mais importantes para a VOC, responsável por 36% do total de ganhos para os Países Baixos no final do século XVII. As mercadorias de Bengala eram compradas com prata, o que também era o caso em Surrate. Mas nem todo dinheiro dos Países Baixos chegava na Ásia a partir da Batávia. Alguns navios eram enviados diretamente para Surrate, Ceilão, Coromandel, Bengala e, no século XVIII, Cantão.¹⁰⁶

103 Ibid., p. 82.

104 Ibid., p. 65.

105 Gráfico da autora com base em JACOBS, Els M. *Merchant in Asia: the trade of the Dutch East India Company during the eighteenth century*. Leiden, NLD: CNWS Publications, 2006.

106 GAASTRA, *The Exports of Precious Metals...*, op. cit. p. 455.

De acordo com Jacobs, que estudou o comércio entre a Ásia e os holandeses, estes possuíam mercadorias suficientes para o comércio asiático, o que forçava a companhia a “financiar o comércio com metais preciosos” trazidos da Europa para o leste da Índia. A Companhia desenvolveu, portanto, atividades comerciais em águas asiáticas com base na prata, adquirindo seda crua na Índia para a revenda no mercado japonês.¹⁰⁷ No Japão, conseguiam ouro e cobre, que era então exportado e trocado por tecidos na Índia. No arquipélago da Indonésia, a Companhia adquiria especiarias para o mercado europeu (Figura 13).

É importante olhar mais cuidadosamente para este comércio. As exportações da Batávia, um ponto fundamental em uma vasta rede e lar do governo da VOC na Ásia, eram responsáveis por mais de 50% do total de trocas, seguidas por Bengala (10.55%), Coromandel (7.26%) e Surrate (4.15%).¹⁰⁸ As importações da República Holandesa também eram importantes naquelas mesmas localidades (Batávia com 50,58%; Bengala com 10,55%; Coromandel com 7,26%). A proporção de prata importada era, ainda assim, maior em Bengala (41,90%) e Bantam (11,34%).

Tabela 3. Volume de comércio da VOC entre Ásia e a república holandesa em guilders holandeses (Ceilão, Bengala, Coromandel, Cantão, Batavia, Boa Esperança), 1713-1790¹⁰⁹

| | Exportações totais da Ásia aos Países Baixos | Importações de prata dos Países Baixos à Ásia | % | Importações totais da Ásia aos Países Baixos |
|-------|--|---|-------|--|
| 1713 | 4.300.500 | 2.447.700 | 52,35 | 4.675.600 |
| 1732 | 4.686.100 | 4.018.000 | 67,17 | 5.981.500 |
| 1753 | 8.986.600 | 5.528.100 | 73,06 | 7.566.300 |
| 1773 | 6.961.400 | 3.606.900 | 58,50 | 6.165.200 |
| 1790 | 6.199.800 | 4.798.200 | 63,16 | 7.596.900 |
| Total | 31.134.400 | 20.398.900 | 63,78 | 31.985.500 |

107 JACOBS, *Merchant in Asia...*, op. cit. p. 2.

108 Ibidem, p. 3.

109 Tabela baseada em Ibid., p. 354-355.

Tabela 4. Comércio da VOC na Ásia, 1713-1790¹¹⁰

| | 1713 | 1732 | 1753 | 1773 | 1790 | TOTAL | % |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------|
| Prata e outras moedas | 7.200.000 | 7.563.300 | 12.922.800 | 5.376.400 | 3.798.600 | 36.861.100 | 26,66 |
| Outros produtos | 25.913.900 | 19.473.300 | 25.763.600 | 15.646.300 | 14.601.400 | 101.398.500 | 73,34 |
| TOTAL | 33.113.900 | 27.036.600 | 38.686.400 | 21.022.700 | 18.400.000 | 138.259.600 | |

O sistema comercial interasiático consequentemente ajudou a financiar as importações europeias de bens asiáticos. Ainda que a prata não receba atenção especial no livro de Jacobs, as tabelas de seu apêndice permitem observar a sua importância na VOC. No comércio direto entre a Ásia e a República Holandesa, a prata representava algo entre 50% e 63% das importações entre 1713 e 1790 (Tabela 3).

A prata também estava presente, ainda que em menor proporção, no comércio da VOC dentro da Ásia, representando algo em torno de 26% de todos os bens que eram exportados da República Holandesa (Tabela 4).

É importante ressaltar que, para Jacobs, um dos principais motivos por trás do declínio do comércio da VOC estava ligado justamente à prata. De acordo com ela, após 1668, como consequência de políticas japonesas, os holandeses estavam proibidos de exportar prata e impedidos de vender seda crua no Japão, além de terem perdido praticamente todas as suas fontes de ouro e prata na Ásia no século 18, pois tecidos indianos não podiam mais operar como produto essencial das trocas na Ásia em função de sua enorme demanda na Europa.¹¹¹

Em todo caso, o comércio da VOC é o exemplo perfeito da complexidade das trocas que envolviam a prata. Esse exemplo demonstra as dificuldades em rastrear seus caminhos, como é o caso de análises clássicas de cadeias mercantis envolvendo outras mercadorias.

110 Tabela baseada em *Ibid.*, p. 373.

111 *Ibid.*, p. 286.

Um sistema Inca na base da produção global de prata

As minas de Potosí foram “descobertas” em 1545 e rapidamente começaram a ser exploradas, com a produção de mais um milhão de pesos por ano (Figura 6). O gráfico claramente mostra um aumento vertiginoso após 1575. No século XVII, esse volume começou a declinar, com uma queda brusca particularmente após 1640. Em fins do século XVII, a produção estacionou em níveis mais baixos, até o renascimento produtivo de 1740. Ainda que este segundo período pareça pequeno em comparação ao primeiro, ele ainda assim teve grande importância. Garner escreve que “sem o revival de Potosí no século XVIII, tanto a economia mineradora quanto a economia em geral poderiam ter permanecido estacionadas até o fim da era colonial, ou ao menos até a reorganização do Vice-Reinado em 1778.”¹¹²

A *mita*, o sistema de recrutamento instituído em 1573-1575, permaneceu viva ao longo de quase três séculos, ainda que coexistindo com outras formas de trabalho. Por trás da continuidade da *mita* estavam transformações importantes que parecem ter sido resultado principalmente das ações dos trabalhadores.¹¹³

Em sua fase inicial, o processo de extração, fusão e fundição nos fornos movidos a vento (uma tecnologia pré-hispânica tradicional chamada *huayras*) e a venda em mercados locais eram controlados pela população indígena.¹¹⁴ Ela levou adiante a extração usando seus próprios meios de produção e arcando com os custos da exploração de parte das minas.¹¹⁵ Tais indígenas o fizeram em grande medida para seu próprio benefício. Ainda que nenhuma definição tenha sido aplicada a tais relações de trabalho, está claro que se tratava de alguma forma de parceria ou de aluguel da propriedade.

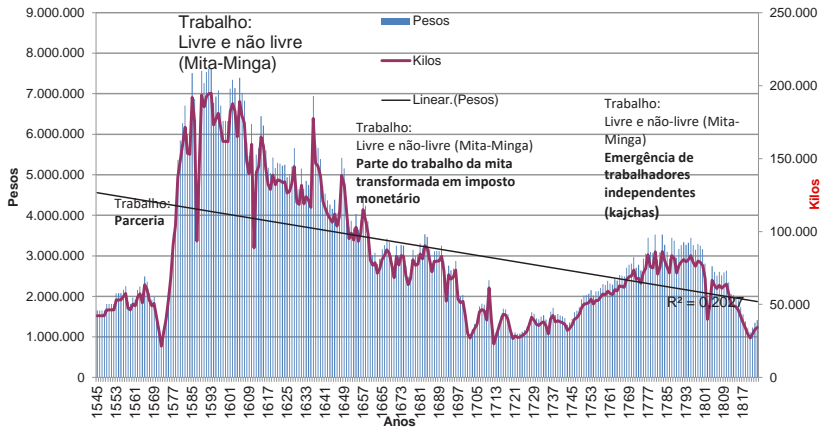
112 GARNER, Richard L. Long-Term Silver Mining Trends in Spanish America: A Comparative Analysis of Peru and Mexico. *The American Historical Review*, v. 93, n. 4, p. 898-935, out. 1988. p. 910-911.

113 BARRAGÁN R., Rossana. ¿Ladrones, pequeños empresarios o trabajadores independientes? K’ajchas, trapiches y plata en el cerro de Potosí en el siglo XVIII. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 10 mar. 2015.

114 SEMPAT ASSADOURIAN, *El sistema de la economía colonial...*, op. cit. p. 22.

115 *Ibid.*, p. 295.

Figura 14. Produção de prata em Potosí e as principais relações de trabalho, 1545-1817¹¹⁶



Mudanças significativas foram introduzidas pelo Vice-Rei Toledo, entre 1572 e 1576, em função da escassez de minérios mais ricos. As técnicas indígenas de fusão e fundição foram substituídas pelo processo de amalgamação (a partir do refino do minério pulverizado com mercúrio), que se tornou a principal tecnologia de refino. Esse processo demandava o fornecimento de mercúrio da mina de Huancavelica, água para os engenhos de refino e um contingente importante de trabalhadores, que eram então obrigados a trabalhar em um regime de corveia. Esse conjunto de mudanças explica o boom na produção após 1577.

O fornecimento constante de trabalho era baseado em um antigo e sofisticado sistema de trabalho desenvolvido pelos Incas que se chamava *mita*. O termo *mita* em quéchua e aymara significa “turno” ou trabalho por turnos. Os espanhóis deram continuidade a essa tradição, mas não sem antes introduzir algumas mudanças. O sistema se traduzia em aproximadamente 14,000 trabalhadores homens, de idade entre 18 e 50 anos, vindos de 17 províncias que ocupavam um raio de aproximadamente 300 km, e que eram enviados por suas autoridades locais (caciques ou *curacas*) para trabalhar nas minas e engenhos. Eles eram supervisionados pelos capitães da *mita*, inicialmente 6, posteriormente 11, que eram também in-

116 Planilhas de Garner para o Peru, baseado em TePaske. www.insidemydesk.com. As relações de trabalho especificadas no gráfico foram adicionadas pela autora.

dígenas, mas supervisionados por autoridades espanholas em Potosí. Os trabalhadores *mitayo* têm sido descritos como “trabalho recrutado” e “trabalho não-livre”. Eles iam para Potosí com suas famílias, o que significava mais de 40.000 pessoas chegando na cidade todo ano.

Os trabalhadores da *mita* (ou trabalho recrutado) formavam uma parte do sistema de trabalho de Potosí, com a outra parte sendo formada pelos trabalhadores *minga*. Enquanto a *mita* era considerada não-livre, os *mingas* surgiram como trabalhadores livres. No entanto, a pesquisa que venho conduzindo me faz acreditar que devemos falar de um único sistema de trabalho, o sistema *mita-minga*, em vez de duas categorias separadas e opostas de trabalhadores. As mesmas pessoas podiam atuar como trabalhadores não-livres ou *mitayos* em uma semana e como trabalhadores livres ou *minga* pelas duas semanas seguintes. O sistema como um todo pode, portanto, ser compreendido como uma combinação entre a corvêia com baixos salários (a *mita*) e o trabalho bem pago (dos *mingas*).

Os *mitayos* e os *mingas* recebiam salários por seu trabalho, e os ganhos de todos os trabalhadores em um ano, com uma média de 110 pesos anuais por indivíduos, seria de algo em torno de 2 milhões de pesos; Potosí produzia quase três vezes mais em seu período de auge e algo em torno de 3 milhões de pesos após 1630 (Tabela 5).

Os trabalhadores *mitayo* diminuíram de 14.000 – tal como estabelecido por Toledo em 1573-5 – para não mais do que 4.000 em fins do século XVII, uma queda de até 70%, e para algo em torno de 3.000 no século XVIII.¹¹⁷ Ainda que não saibamos o papel exato das doenças e das condições de trabalho, as migrações internas foram certamente um dos principais motivos para essa redução drástica do número de *mitayos*.¹¹⁸ A

117 O número de *mitayos* ou trabalhadores era, de qualquer forma, apenas 3.199 a cada ano em vez de 17.000 (Decree of Viceroy Castelfuerte, 1736, TANDETER, Enrique. Forced and Free Labour in Late Colonial Potosi. *Past & Present*, n. 93, p. 98-136, 1981).

118 Essas migrações eram parte de estratégias indígenas para escapar da *mita*, ao se estabelecerem em outras cidades e comunidades como outsiders (forasteiros) ou em propriedades rurais (haciendas) como trabalhadores (*yanaconas*). Houve, portanto, uma grande redistribuição da população andina, ocorrida fundamentalmente no século 17.

fuga de pessoas para outras províncias, onde elas não eram registradas, ou que não estavam sujeitas ao serviço da *mita*, foi então uma das consequências mais importantes do sistema de recrutamento.

Outra mudança importante foi o cumprimento das obrigações da *mita* com pagamentos em prata – ou a “metamorfose da *mita*” (Cole). Neste novo arranjo, os *mitayos* davam dinheiro para evitar trabalhar nas minas, subsidiando a contratação de *mingas* em seu lugar.¹¹⁹ A corvéia em trabalho foi se transformando em uma corvéia monetária. Em meados do século XVII, as comunidades enviavam poucos *mitayos*, o que em um período de crise abria a oportunidade para que empregadores recebessem dinheiro, redirecionando tais somas para outras atividades econômicas.

Tabela 5. Salários em fins do século XVI e produção de prata em Potosí¹²⁰

| | Salários por dia | Salários por semana em pesos | Salários por mês em pesos | Salários por 12 meses ou 1 ano em pesos | Salários totais dos trabalhadores 1 ano em 110 pesos | Prata entre 1580 e 1630 | Prata depois de 1630 |
|--|------------------|------------------------------|---------------------------|---|--|-------------------------|-------------------------|
| Trabalhadores livres ou <i>mitayos</i> | 3.5 reales | 2 | 8 | 96 | | | |
| Trabalhadores livres ou <i>mingas</i> | 4 reales | 2.5 | 10 | 120 | | | |
| 14.000 trabalhadores | | | | | 2,100,000 | | |
| Produção de prata por 1 ano | | | | | | Mais de 5.000.000 pesos | Mais de 3.000.000 pesos |

119 Ver BAKEWELL, P. J. *Miners of the Red Mountain: Indian Labor in Potosí, 1545-1650*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 1984. p. 197 e COLE, Jeffrey A. *The Potosí mita, 1573-1700: compulsory Indian labor in the Andes*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1985. p. 57. TANDETER, Enrique. *Coacción y mercado: la minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*. Cuzco, Perú: Centro de Estudios Regionales Andinos “Bartolomé de las Casas, 1992. p. 88. Para 1801, Tandeter notou que, em algumas províncias, 75% das pessoas pagavam em vez de irem para o trabalho.

120 O volume calculado para trabalhadores não livres e trabalhadores livres para um ano não corresponde ao tempo efetivamente trabalhado por eles, pois os *mitayos* trabalhavam uma semana a cada três e, conseqüentemente, um total de 17 semanas por ano. Tais estimativas buscam comparar o valor dos salários comparado ao total de produção de prata.

No começo do século XVIII, os pagamentos em dinheiro parecem ter desaparecido gradualmente conforme as atividades minerárias cresciam novamente, em especial após 1730.¹²¹

Nesse período, outra categoria de trabalhador surgiu: os *kajchas* ou autônomos. Estes extraíam minérios durante os fins de semana e os refinavam em engenhos rudimentares conhecidos como *trapiches*. Os proprietários desses engenhos, os *trapicheros*, formavam um mundo com grandes diferenciações internas, como pode ser visto de modo mais evidente nos dois extremos. Alguns deles vendiam pequenas porções de prata por valores que não excediam 20 pesos. A grande maioria vendia por valores abaixo dos 200 pesos, representando 75% dos *trapicheros*, ainda que juntos representassem no máximo 12% do total de prata produzida. No outro extremo, 25 *trapicheros* vendiam pouco mais que 60% de toda a prata.¹²²

Está claro, portanto, que as mudanças introduzidas nas relações de trabalho em fins dos anos 1570 explicam o período de boom da produção de Potosí e, conseqüentemente, da produção global de prata. A *mita*, contudo, não permaneceu a mesma e trabalhadores lutaram para ter alguma participação na produção, tornando-se trabalhadores autônomos no final da era colonial.

Conclusões

Ao longo de mais de três séculos, ouro e prata foram as principais exportações da América espanhola. No século XVIII, como vimos, eles foram responsáveis por mais de 70% das exportações. Como outras regiões da América, Potosí produziu prata por séculos, mas esta mesma prata foi embora também por séculos. O setor não-minerador, representado principalmente pela cochonilha, anil, madeira, pérolas, seda, plantas

121 Em 1793, o governador de Potosí, Sanz, em resposta ao Discurso contra a *mita*, explicou que o 'abuso' que existia antes era também devido ao fato de que as minas naquela época estavam explorando os restos que haviam se acumulado. AGN, Buenos Aires, *Ibid.*, f. 98.

122 BARRAGÁN R., Rossana. Working Silver for the World: Mining Labor and Popular Economy in Colonial Potosí. *Hispanic American Historical Review*, v. 97, n. 2, p. 193-222, 1 maio 2017.

medicinais e açúcar, correspondia a algo entre 14% e 20% das exportações entre 1561 e 1650; 90% da prata era enviada para a metrópole.¹²³ De acordo com algumas estimativas, 80% da prata e do ouro passaram pela economia europeia.¹²⁴ Isso significa que apenas 20% permaneceu nas Américas. TePaske demonstra, no entanto, que uma parcela significativa das receitas da Coroa foram retidas desde o século XVII. Na última década do século XVI, no Vice-Reinado do Peru, 64% de toda a receita saída de Lima foi para Castela. Esses números caíram para 45% entre 1601 e 1610 e para 12% em 1660.¹²⁵ A retenção da prata poderia ter estimulado a vitalidade econômica nessas regiões. Além disso, esse dinamismo pode ajudar a explicar o comércio inter-regional do espaço peruano analisado por Assadourian.¹²⁶ Ainda assim, é importante frisar que, por um lado, as receitas da Coroa retidas na América foram usadas para manter a dominação espanhola no espaço colonial.¹²⁷ Por outro lado, nota-se que 93% da prata e do ouro enviados de Buenos Aires entre 1715 e 1778 era de envios particulares, como vimos, baseado no trabalho de Jumar.¹²⁸

Por fim, a prata não foi reinvestida em Potosí ou na região. Os planos para reviver a mineração chegaram muito tarde, em fins do século XVIII. As melhorias técnicas de Thaddeus Von Nordenflucht, que incluíam um novo processo de amalgamação, é um dos melhores exemplos. As mudanças fracassaram principalmente por causa dos pesados investimentos que eram necessários, custos com os quais os produtores da época não conseguiram arcar. Nenhuma grande inovação técnica ou empreendimento foi colocado em prática após 1575. Sob es-

123 SEMPAT ASSADOURIAN, *El sistema de la economía colonial...*, op. cit. p. 211; p. 216. Garner sustenta, baseado nos dados de Sluiter, que entre 1575 e 1650, 83% saiu da América: 76% para a Europa e 7% para o Leste (GARNER, Richard L. Where did all the silver go? Bullion outflows 1570-1650: A review of the numbers and the absence of numbers. *Inside my desk*, 21 out. 2006. Disponível em: <https://www.insidemydesk.com/lapubs/NetDraft-SilverGoRev.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022).

124 CROSS, *South American Bullion...*, op. cit., p. 404.

125 TEPASKE, *New World Silver...*, op. cit., p. 428-429.

126 SEMPAT ASSADOURIAN, *El sistema de la economía colonial...*, op. cit.

127 TEPASKE, *New World Silver...*, op. cit., p. 431.

128 JUMAR, *Le commerce Atlantique...*, op. cit.

sas condições, o nome de Potosí, como a prata que produzia, foi desaparecendo. Ainda assim, o comércio mundial não teria sido possível sem os dois.

Referências

- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- BAKEWELL, P. J. *Miners of the Red Mountain: Indian Labor in Potosí, 1545-1650*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 1984.
- BARRAGÁN R., Rossana. ¿Ladrones, pequeños empresarios o trabajadores independientes? K'ajchas, trapiches y plata en el cerro de Potosí en el siglo XVIII. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 10 mar. 2015.
- BARRAGÁN R., Rossana. Working Silver for the World: Mining Labor and Popular Economy in Colonial Potosí. *Hispanic American Historical Review*, v. 97, n. 2, p. 193-222, 1 maio 2017.
- BARRETT, Ward. World bullion flows, 1450-1800. In: TRACY, JAMES D. (org.). *The Rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750*. Studies in comparative early modern history. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990. p. 224-254.
- BONIALIAN, Mariano Ardash. *China en la América colonial: bienes, mercados, comercio y cultura del consumo desde México hasta Buenos Aires*. México D.F.: Instituto Mora, 2014.
- BONIALIAN, Mariano Ardash. *El pacífico hispanoamericano: política y comercio asiático en el imperio español, 1680-1784: la centralidad de lo marginal*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2014
- BRUIJN, J. R.; GAASTRA, F. S.; SCHÖFFER, Ivo. *Dutch-Asiatic shipping in the 17th and 18th centuries*. The Hague, NLD: Nijhoff, 1979.

- CHAUNU, Huguette. *Séville et l'Atlantique, 1504-1650*. Paris: A. Colin, 1955.
- CHILCOTE, Ronald H. Dependency: A Critical Synthesis of the Literature. *Latin American Perspectives*, v. 1, n. 1, p. 4-29, 1974.
- COLE, Jeffrey A. *The Potosí mita, 1573-1700: compulsory Indian labor in the Andes*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1985.
- CROSS, Harry. South American Bullion Production and Export, 1550-1750. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983. p. 425-439.
- DE VRIES, Jan. Connecting Europe and Asia: a quantitative analysis of the cape-route trade, 1497-1795. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003. p. 35-106.
- FISHER, John R. Mining and Imperial Trade in Eighteenth-Century Spanish America. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003.
- FISHER, John R. *Relaciones económicas entre España y América hasta la independencia*. Madrid: MAPFRE, 1992
- FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. Born with a "Silver Spoon": The Origin of World Trade in 1571. *Journal of World History*, v. 6, n. 2, p. 201-221, 1995.
- FLYNN, Dennis Owen, GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. *China and the birth of globalization in the 16th century*. Farnham, UK; Burlington, VT: Ashgate Variorum, 2010.
- FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- GAASTRA, F. S. The Exports of Precious Metals from Europe to Asia by the Dutch East India Company, 1602-1795. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983. p. 446-475.
- GALEANO, Eduardo H. *Las venas abiertas de América Latina*. México, D. F.: Siglo Veintiuno, 1971.
- GARCIA-BAQUERO GONZALEZ, Antonio. American Gold and Silver in the Eighteenth Century: From Fascination to Accounting. In: FLYNN, Dennis Owen; GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; VON GLAHN, Richard (org.). *Global connections and monetary history, 1470-1800*. Aldershot, UK; Burlington, VT: Ashgate, 2003.
- GARCIA-BAQUERO GONZALEZ, Antonio. Las remesas de metales preciosos americanos en el siglo XVIII: Una aritmética controvertida. *Hispania*, Madrid, v. 56, n. 192, p. 203-266, 2019.
- GARCÍA-BAQUERO GONZÁLEZ, Antonio. *Cádiz y el Atlántico (1717-1778): el comercio colonial español bajo el monopolio gaditano*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, C.S.I.C.; Excelentísima Diputación Provincial de Cádiz, 1976
- GARNER, Richard L. Long-Term Silver Mining Trends in Spanish America: A Comparative Analysis of Peru and Mexico. *The American Historical Review*, v. 93, n. 4, p. 898-935, out. 1988.
- GARNER, Richard L. Mining Trends in the New World 1500-1800. *Inside my desk*, 3 set. 2007. Disponível em: <http://www.insidemysdesk.com/lapubs/miningtrends.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022. p. 10.
- GARNER, Richard L. SpAmSilverOutputex.xls. Colonial Table 1. *Inside my desk*. Disponível em: <https://www.insidemysdesk.com/ladata/SpAmSilverOutputex.xls>. Acesso em: 10 dez. 2022.

- GARNER, Richard L. Where did all the silver go? Bullion outflows 1570-1650: A review of the numbers and the absence of numbers. *Inside my desk*, 21 out. 2006. Disponível em: <https://www.insidemysdesk.com/lapubs/NetDraft-SilverGoRev.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022
- GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo. *Born with a Silver Spoon: China, American Silver and Global Markets during the Early Modern Period*. 1999. Amsterdam: University of Amsterdam, 1999.
- GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; FLYNN, Dennis Owen. Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century. *Journal of World History*, v. 13, n. 2, p. 391-427, 10 jan. 2002.
- GUAMÁN POMA DE AYALA, F. *El primer nueva corónica y buen gobierno*. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- HAMILTON, Earl Jefferson. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934. Disponível em: http://eh.net/book_reviews/american-treasure-and-the-price-revolution-in-spain-1501-1650. Acesso em: 10 dez. 2022.
- HAMILTON, Earl Jefferson. *El tesoro americano y la revolución de los precios en España 1501-1650*. Barcelona: Ariel, 1975.
- JACOBS, Els M. *Merchant in Asia: the trade of the Dutch East India Company during the eighteenth century*. Leiden, NLD: CNWS Publications, 2006.
- JUMAR, Fernando. *Le commerce Atlantique au Río de la Plata, 1680-1778*. 2000. 915 f. Tese (Doutorado Ecoles des Hautes Études en Sciences Sociales) - Facultad de Humanidades y Ciencias, Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, ARG, 2000. Disponível em: <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.364/te.364.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- LOVE, Joseph L. The Origins of Dependency Analysis. *Journal of Latin American Studies*, v. 22, n. 1-2, p. 143-168, mar. 1990.

- MANGAN, J. E. *Trading roles: gender, ethnicity, and the urban economy in colonial Potosí*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.
- MAZZEO, Cristina. El comercio colonial a lo largo del siglo XVIII y su transformación frente a las coyunturas de cambio. In: CONTRERAS, Carlos *et al.* (org.). *Compendio de historia económica del Perú (tomo 3)*. Historia económica. Lima, Peru: Banco Central de Reserva del Perú; IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2008, p. 223-285. (Historia Económica, 5).
- MORINEAU, Michel. Revoir Séville. Le Guadalquivir, l'Atlantique et l'Amérique au XVIe siècle. *Anuario de estudios americanos*, v. 57, n. 1, p. 277-293, 2000.
- POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- REYES, Giovanni E. Four main theories of development: modernization, dependency, world-systems, and globalization. *Sincronía*, v. 4, n. 2, 2001.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983.
- SUÁREZ, Margarita. El Perú en el mundo atlántico, 1520-1739. In: CONTRERAS, Carlos *et al.* (org.). *Compendio de historia económica del Perú (tomo 3)*. Historia económica. Lima, Peru: Banco Central de Reserva del Perú; IEP Instituto de Estudios Peruanos, 2008, p. 193-206. (Historia Económica, 5).
- TANDETER, Enrique. *Coacción y mercado: la minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*. Cuzco, Perú: Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas, 1992.
- TANDETER, Enrique. Forced and Free Labour in Late Colonial Potosí. *Past & Present*, n. 93, p. 98-136, 1981.
- TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden, NLD; Boston: Brill, 2010.

- TEPASKE, John J. New World Silver, Castile and the Philippines, 1590-1800. In: RICHARDS, J. F. (org.). *Precious metals in the later medieval and early modern worlds*. Durham, NC: Carolina Academic Press, 1983.
- TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr; MARICHAL, Carlos (org.). *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000*. Durham, NC: Duke University Press, 2000.
- VAN DER LINDEN, Marcel; DRUCKER, Peter. Global Labor History and “the Modern World-System”: Thoughts at the Twenty-Fifth Anniversary of the Fernand Braudel Center. *International Review of Social History*, v. 46, n. 3, p. 423-459, 2001.
- VRIES, P. H. H. *Escaping poverty: the origins of modern economic growth: with numerous figures*. Göttingen, DE: V&R Unipress, 2013. p. 249.

POR UM PUNHADO DE PESOS OU DE PEÇAS: FLUXOS GLOBAIS DE PRATA E DE ESCRAVOS NO ATLÂNTICO SUL SEISCENTISTA¹

Caio Mathias Vaz Pereira

Introdução

Se a equivalência entre indivíduos escravizados e quantias de metais preciosos é um problema histórico, não apenas moral, mas também econômico, no Atlântico Sul surgiu um rearranjo específico que transformou a prata na contraparte da mercadoria escrava e no objetivo último dos traficantes negreiros. Tendo o tráfico intra-americano de escravos – e em especial a rota que unia o Rio de Janeiro e o Rio da Prata – como lente, pretendemos neste capítulo indagar de que maneira tal correlação ilumina a própria formação do Atlântico Sul enquanto unidade distinta no interior do Sistema Mundo Capitalista, e de seus laços com as demais partes deste. Desta forma, buscamos questionar como a vinculação dos interesses negreiros lusos e coloniais hispânicos sustentaram o primeiro projeto de união das duas margens atlânticas num só complexo econômico, como também as contradições engendradas que levaram a sua derrocada. Das ruínas deste projeto, argumentamos que o Atlântico Sul nasceu reatualizando a correla-

1 Este texto sintetiza algumas ideias exploradas em VAZ PEREIRA, Caio Mathias. *O Grande Pumbo: O tráfico intra-americano de escravos na formação do Atlântico Sul (1640-1700)*. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Agradeço ao CNPq que financiou e tornou esta pesquisa possível.

ção entre prata e escravos frente às pressões do Atlântico Norte e num contexto de crise global dos fluxos do metal branco que tinham na Ásia seu fim. O resultado é um novo padrão de acumulação de capitais construído sobre as rotas negreiras e argentíferas unindo o Alto Peru, as praças atlânticas no Brasil e na África e os rincões da Europa.

A reorientação da historiografia em direção a Ásia nos últimos anos foi também a elevação da prata como problema central para a compreensão do mundo moderno. O livro de Andre Gunder Frank² aparece como um possível marco inicial, na medida em que sua argumentação da preponderância econômica chinesa ao longo da história passa exatamente por sua capacidade de atrair os fluxos globais da prata. A trajetória do metal branco, entretanto, não era exatamente um terreno intocado por Clio. Desde Earl Hamilton, a chamada revolução dos preços trouxe à tona o debate sobre as transformações ocorridas na Europa após a profusão de metais preciosos americanos. Contudo, a tese de Ruggiero Romano sobre a estabilidade econômica do Novo Mundo em oposição à crise deflagrada no Velho Continente durante o Seiscentos ganhou aceitação e delimitou fronteiras mais duras a este campo. Ganhou primazia os debates sobre as quantias totais produzidas nas Américas ao mesmo tempo em que as formas de trabalho necessárias para a extração do minério eram compreendidas como específicas e desconectadas das transformações em curso na economia-mundo. De certa forma, ao contribuir para a exclusão da categoria “capitalismo” das discussões, a nova virada historiográfica liderada por Gunder Frank e outros sinólogos favoreceu tal invisibilização³. Afinal, aquilo que era entendido como Atlântico passou a ser combatido como excessivamente provinciano e encerrado em si, um lago pequeno demais para a história global que pretendia-se escrever. Da América interessavam os galeões de Manila e o metal branco de Potosí, mas não exatamente em suas dinâmicas atlânticas,

2 FRANK, Andre Gunder. *ReOrient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

3 MARQUES, Leonardo. *The making of a Slave-Trading Entrepôt: Rio de Janeiro in the Economic Spaces of Mining, 1565-1763*. No prelo.

e sim somente na medida em que seus movimentos ajudavam a explicar a primazia chinesa.

Se este é o pano de fundo deste trabalho, buscamos aqui tensionar tais ideias. Para tanto, olharemos para a correlação entre a cadeia mercantil da prata, eleita como global por excelência, e a cadeia mercantil de escravos, atlântica por excelência⁴. Em especial, olharemos para o tráfico intra-americano de escravizados no Atlântico Sul, isto é, para a rota que unia Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires. A escolha não é casual. O Atlântico Sul foi palco de uma reconstrução histórica na relação entre cativos e o metal branco, onde um era o sinônimo mercantil do outro. Não só mero cenário, o Atlântico Sul enquanto subsistema se formou aproximando praças tão distantes exatamente pela redimensionalização desta conexão, ao mesmo tempo que se vinculava ao Sistema Mundo Capitalista igualmente por meio dela.

Prata e escravos no longo século XVI

Se é impossível falar da Conquista sem falar da obsessão pelos metais preciosos, tal fascínio não se explica somente pela utopia do enriquecimento rápido dos conquistadores. Estes não podem ser entendidos somente em sua dimensão de repositório de valor, mas principalmente nas suas características históricas próprias que lhes conferiam papel econômico ímpar. Neste sentido, o longo século XVI foi um período que elevou a prata à função de motor propulsor das transformações globais em curso⁵. A formação de estados fiscais-militares na Europa dependia do metal branco para firmar sua posição no cenário internacional, pagando com este as trocas

4 Me refiro aqui ao tráfico transatlântico de escravizados. Há que se destacar o papel do milenar tráfico negreiro no Índico e através do Saara que fogem do escopo deste trabalho

5 Arturo Giráldez Rivero e Dennis Flynn caracterizam este período como o de um primeiro grande ciclo aurífero, ligado à exploração das minas de Potosí e do Japão que, tendo na China um amplo mercado consumidor de minérios, criou pela primeira vez, na visão dos autores, um comércio verdadeiramente global. GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; FLYNN, Dennis Owen. *Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century*. *Journal of World History*, v. 13, n. 2, fall, 2002.

com as nações amigas e os mercenários que guerreavam com as nações rivais⁶. As feiras, os títulos bancários e as nascentes bolsas de valores dependiam igualmente deste enquanto repositório de valor que garantia a credibilidade dos instrumentos financeiros nascentes⁷. E, como já comentamos, este era essencial enquanto mercadoria que dava acesso ao mercado asiático.

Ao adotar a prata como moeda corrente e meio único para o pagamento de impostos, a Dinastia Ming criou uma enorme demanda argentífera na China, transformando-a, nos dizeres de Gunder Frank, na pia de prata do mundo⁸. A disparidade do preço do minério nas praças chinesas em relação ao restante do globo se dava na razão de dois para um, ou seja, mercadores envolvidos no comércio oriental tinham a oportunidade de duplicar seus lucros mesmo considerando os custos de frete⁹. A balança comercial favorável na China em relação às demais áreas do globo amparava a atração exercida sobre a cadeia global da prata, na medida em que esta era utilizada enquanto pagamento pela importação de sedas, porcelanas e outras manufaturas orientais. Assim, a pratificação do Império Chinês resultou na entrada de toneladas de minérios oriundos da América e do Japão pelas suas fronteiras ao longo da segunda metade do Século XVI. Para as potências europeias, o manejo financeiro do metal branco se apresentava não só se inserindo no comércio asiático e controlando os afluxos do Novo Mundo, mas também abriam possibilidades de troca

6 Sobre o entrelaçamento entre a prata americana, o front de guerra na Europa e a política fiscal de Castela, STEIN, S. J.; STEIN, B. H. *Silver, Trade, and War: Spain and America in the Making of Early Modern Europe*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 47-51.

7 O desenrolar de mecanismos financeiros na Europa é discutido em BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 11-115.

8 Jan De Vries questiona as estimativas de Gunder Frank ao sublinhar que, ao menos na primeira metade do século XVII, a prata era absorvida especialmente pelo comércio do Báltico e do Levante e através do Oceano Pacífico. Entretanto, não deixa de destacar a centralidade chinesa enquanto ponto final das cadeias globais da prata. apud FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin H. *Power and Plenty: trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

9 GIRÁLDEZ RIVERO; FLYNN, *Cycles of Silver...*, op. cit., p. 393-396.

com o Levante e com o Báltico, pontos finais de cadeias mercantis múltiplas que desembocavam na China¹⁰.

A própria ascensão da Espanha torna-se inexplicável sem o saque da Conquista e a exploração das jazidas americanas. A elevação de um Estado enquanto instrumento de coerção e legitimação da exploração argentífera dependia do escoamento contínuo do metal que aportava todos os anos em Sevilha¹¹. A regularidade e o tamanho das remessas possibilitou o financiamento da burocracia global Habsburgo e seu projeto expansionista na Europa. Os empréstimos contínuos que eram realizados junto aos Fugger, Welser, Schetz e outras tantas casas bancárias dependiam da promessa dos pagamentos em metais preciosos no próximo desembarque da *Carrera de Indias*. O *peso de ocho* se converteu numa espécie de moeda universal ao combinar alta produção e qualidade na cunhagem¹², sendo encontrado nos bolsos de mercadores no Índico, banqueiros no Mediterrâneo, negreiros em África e onde mais as cadeias mercantis se entrelaçaram com a da prata potosina. Os europeus possuíam agora não só pela primeira vez uma mercadoria que criava interesse junto a seus pares asiáticos, como lhes facultou um lugar na proa de um comércio verdadeiramente global.

Mas se o genocídio da população indígenas na exploração de metais preciosos das Antilhas, o saque de Tecnochticlán e Cuzco e por fim a descoberta das minas do norte do México e do Cerro de Potosí ofertou uma montanha literal de prata aos espanhóis, o mesmo não se repetiu no mundo português. Em vão os lusos enviaram missões nas duas margens do Atlântico em busca dos ditos minérios. Mas somente do outro lado da linha de Tordesilhas é que se encontravam as minas. Todavia,

10 FRANK, *ReORIENT...*, op. cit.

11 Sobre a prata e a construção da arquitetura imperial e financeira Habsburgo, ver STEIN; STEIN, *Silver, Trade, and War...*, op. cit.

12 Para uma discussão sobre a prata americana em sua dimensão de facilitadora global de trocas comerciais a partir da perspectiva das cadeias mercantis, ver MARICHAL, Carlos. The spanish-american peso: export commodity and global money of the Ancient Regime, 1550-1800. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. p. 25-52.

o mesmo tratado havia outorgado a Portugal acesso privilegiado ao comércio de escravizados africanos, o que se revelaria um problema estrutural para o Império Espanhol. Carente de mão de obra após o impacto demográfico da Conquista sobre os indígenas, a Monarquia Católica se viu obrigada a recorrer a traficantes lusos para adquirir escravos lançando mão da prata recém descoberta em Potosí. Foi para unir aquilo que o meridiano de Tordesilhas havia dividido que se aventou a possibilidade da União Ibérica em fins do século XVI, conjugando os interesses coloniais hispânicos e negreiros portugueses. Tratava-se de um ousado projeto de dominação da economia-mundo, englobando sob uma só coroa o que cada vez mais se apresentava como dois pólos complementares, a região extratora de prata e o mercado de mão de obra compulsória de onde viriam os trabalhadores para exercer as atividades essenciais para a exploração argentífera.

A União Ibérica foi consolidada em 1595 com a criação dos *asientos de negros*, um sistema de contratos de longo prazo entre a Coroa e mercadores particulares que teriam licença para exportar cativos para a América Espanhola. Nos marcos dessa política, todos os *asientistas* seriam escolhidos entre traficantes portugueses que também detinham a titularidade dos contratos de Angola ou de Cabo Verde¹³. A importância do sistema estava não só em sanar as deficiências do setor produtivo americano, mas também em consolidar as conquistas em África – elas próprias financiadas pelos lucros auferidos em tais contratos¹⁴.

Neste sentido, os *asientos* podem ser entendidos no quadro maior de reforma do mercado de trabalho na América Espanhola levado a cabo na segunda metade do Século XVI. Em conjunto com a organização da *mita* pelo Vice-Rei do Peru, Francisco de Toledo, e o combate às *encomiendas*, as medidas operavam sobre os gargalos produtivos que a falta de trabalhadores criava, garantindo a viabilidade financeira do projeto colonial e direcionando a reprodução do capital em direção ao

13 ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 80-83.

14 ALENCASTRO, *O trato dos viventes...*, op. cit.

Atlântico. Se a exploração direta da prata seria levada a cabo com a exploração dos indígenas sob controle dos colonizadores locais, escravos africanos encontravam-se em uma gama diversa de atividades que possibilitavam a viabilidade do empreendimento minerador. Refiro-me ao que Carlos Sempat Assadourian¹⁵ chamou de espaço econômico peruano, ou seja, ao alargado mercado intrarregional e de especialização geográfica da produção que floresceu ao redor da mineração em Potosí. Para suprir a demanda em cadeia que emanava do Alto Peru, o interior do continente foi transformado de forma a abastecê-lo com alimentos, gados bovinos e muares, sacas para carregar as patacas, couro, mercúrio, sal e outros produtos essenciais para que o minério jorasse pelas Américas. É nestas atividades que encontramos o largo uso dos cativos africanos ao lado dos indígenas, interligando com seu suor e sangue os mercados regionais.

A complementaridade das trocas entre Potosí e as regiões circunvizinhas fazia a prata escoar para todo o interior do continente. Monsieur de Massiac, francês que visitou e registrou suas impressões num relato publicado à época, comentou sobre a riqueza dos habitantes de Córdoba oriunda do comércio de mulas com o Peru, assim como sobre a pecuária em Santa Fe e as trocas de charque em Tucumán¹⁶. A prata funcionava como óleo condutor das trocas inter-regionais, uma mercadoria que aglutinava e permitia a realização das demais cadeias mercantis que dela dependiam e criando rotas de caravanas que cortavam e uniam o continente enriquecendo as elites locais e expandindo a colonização a sua imagem e semelhança. Mesmo onde a moeda não se apresentava fisicamente, ela funcionava enquanto lastro para operações feitas a base de crédito, monetarizando e correlacionando preços¹⁷.

15 SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983.

16 MASSIAC, B. de. Mémoires du Sr de Massiac sur son voyage de la Guinée a la Riviere de la Plata. In: SALMON, Pierre. *Le Voyage de M. de Massiac en Amérique du Sud au XVIIe siècle*. Bruxelles: Académie royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques Mémoires in-8°, 1984 [1669]. Nouvelle Série, Tome XLVII, fasc. 3, p. 37-38.

17 Sobre esta característica da moeda, ver BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo...*, op. cit., p. 402-408.

Dentre as mercadorias trocadas ao redor do continente pela prata, destacavam-se os escravizados. Mas os pampas argentinos não eram abastecidos destes pelos contratos do *asiento* ou pela *Carrera de Indias* que se concentravam em Lima ou Potosí. Nestas paragens, a União Ibérica possibilitou uma aproximação do Alto Peru com a América e a África Portuguesa por meio da refundação de seu porto na embocadura do Rio da Prata, a cidade de Buenos Aires. Já nos primeiros anos de união política, o comércio ao arrepio do exclusivo colonial limenho e sevilhano era tamanho que o Rei Felipe II enviou uma carta ao cabildo bonaerense em 1594 dizendo ter sido “informado que pelo Rio da Prata se metem nestas províncias ferro e outras mercadorias do Brasil e entram estrangeiros [...] por contrabando”¹⁸. A identificação do Brasil enquanto provedor de escravos africanos é salientada na proibição à entrada de “escravos nem de qualquer outro gênero de mercadorias do Brasil, Angola, Guiné nem nenhuma outra parte da Coroa de Portugal”. Mas apesar das tentativas régias de impedir tal comércio, o fluxo de manufaturados, de produtos atlânticos e, principalmente, de escravizados, içaram a praça de Buenos Aires enquanto nóculo do trato sul-atlântico e do espaço econômico peruano. Novas rotas no interior do continente foram abertas provendo integração e circularidade aos mercados intrarregionais. Neste sentido, o tráfico negreiro é essencial não só em sua dimensão produtiva, impulsionando a força de trabalho na região, mas também enquanto a principal mercadoria a ser trocada via Buenos Aires ao redor de todo o caminho que ligava o porto até Potosí ao Chile e mais além.

Na outra margem do Atlântico Sul, a demanda *asientista* e do Rio da Prata promoveu a interiorização da colonização portuguesa em Angola, afastando os negreiros do trato sobre a alçada do Reino do Congo e financiando e gerando a demanda para a fundação de Luanda e da ocupação da antiga província do Ngola. Deste modo, a África Centro Ocidental tornou-se uma região tão importante quanto a Costa da Guiné no supri-

18 Correspondencia de los Oficiales Reales de Hacienda del Río de la Plata con los Reyes de España, p. 508 apud CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984 [1944]. p. 86.

mento de escravizados para toda a América Espanhola, do Rio da Prata ao Circum-Caribe¹⁹. No Brasil, o Rio de Janeiro e as demais capitanias do sul foram igualmente atraídas pelas novas oportunidades mercantis que lhes davam acesso a prata potosina, acumulando capitais necessários para subsidiar o tráfico negreiro com Buenos Aires e possibilitando o surgimento de uma elite mercantil com controle sobre a câmara local²⁰. A complementaridade fica patente numa fala de 1633 do Padre Gonçalo de Sousa, que de Luanda afirma que “o labor dos açúcares do Estado do Brasil e benefício das minas do Peru e Nova Espanha não pode-se conservar sem a escravaria que deste porto se tira”²¹.

Sem Angola não há Peru: tráfico negreiro intra-americano e a formação do Atlântico Sul

A Restauração Portuguesa é simultaneamente crepúsculo de uma era e aurora de uma nova. Ela marcou o fim do sonho de um Atlântico Ibérico enquanto parte de um monopólio global. Ao mesmo tempo, abriu espaço para a ascensão holandesa, inglesa e francesa sobre o Atlântico e o Índico²². Críticos de primeira hora do exclusivismo pretendido por portugueses e espanhóis, estes passaram do curso ao controle de ilhas escanteadas no Caribe, de feitorias africanas e ao comér-

19 Sobre a ocupação de Angola durante a União Ibérica, ver SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Sobre o comércio de cativos na Costa da Guiné e em Angola para o Caribe Espanhol neste mesmo período, ver WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

20 LOBO, Eulália Maria Lameyer. O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercados no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII. Separata da Revista de História, São Paulo, n. 101, p. 50-53, 1975.

21 Carta do Padre Gonçalo de Sousa em nome da câmara de Luanda, 6 de Julho de 1633. BRÁSIO, António [Pe.] (org.). *África Ocidental (1631-1642)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960. (Monumenta Missionaria Africana, 8.). p. 243-244.

22 Sobre a ascensão das potências do Noroeste Europeu e a formação de um novo sistema escravista no Atlântico, especialmente no caribe, ver BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política*. Brasil e Cuba, c.1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010, em especial o capítulo 1; e BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003, em especial os capítulos 6, 7 e 8.

cio oriental. Neste sentido, evidenciam o processo de longa duração onde o eixo do Sistema Mundo Capitalista se deslocou das cidades italianas que financiavam o expansionismo Habsburgo para o Noroeste Europeu²³. Explicitam assim as insuficiências produtivas e financeiras do poderio espanhol em sua incapacidade de manter a homogeneidade do império. As possessões portuguesas foram os primeiros alvos, determinando o fim do virtual monopólio luso no tráfico negreiro, além de pôr em xeque o domínio na América e na África²⁴. Aclamar um novo rei passou a significar para os portugueses uma forma de se despir dos ônus políticos de uma união com a Espanha e manter as colônias.

Por detrás deste cenário, disseram Barbara e Stanley Stein, “jaz a luta pelo acesso às fontes da prata espanhola, de produtos coloniais, e dos mercados consumidores ultramarinos para as manufaturas européias”²⁵. Ao longo das primeiras décadas do Século XVII os preços inflacionados da prata na China foram se equalizando em relação ao restante do mundo²⁶, enfraquecendo as bases de sustentação do Império Espanhol que dependia de tais lucros exorbitantes. A crise nos fluxos globais do metal branco se traduziu na primeira crise do capitalismo enquanto sistema, onde a expansão do período anterior dá espaço a um momento de estagnação e luta pela consolidação das posições previamente conquistadas²⁷. O fortalecimento dos aparatos estatais do Noroeste Europeu e o enfraquecimento espanhol dão vazão ao reconhecimento do sistema interestatal e à lógica de competição entre estes agentes

23 Para uma síntese dessa discussão, ver WALLERSTEIN, Immanuel. *O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974. (O Sistema Mundial Moderno, 2).

24 Para uma discussão sobre as disputas entre holandeses e portugueses com destaque para o Atlântico Sul, ver ALENCASTRO, *O trato dos viventes...*, op. cit., capítulo 6.

25 STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 38.

26 É o que Dennis Flynn e Arturo Giraldez reconhecem como um período comprimido entre dois grandes ciclos da prata, o peruano e o mexicano, respectivamente nos séculos XVI e XVIII. Ver GIRÁLDEZ RIVERO; FLYNN, *Cycles of Silver...*, op. cit., p. 393-396.

27 Sobre a segunda metade do século XVII como um período de estagnação sistêmica, ver WALLERSTEIN, *O mercantilismo e a consolidação...*, op. cit.

pelo controle de uma economia-mundo que não poderia mais ser encampada sobre a égide de um só império.

A perseguição à mercadores e banqueiros lusos na Península e na América Espanhola e a subsequente crise no abastecimento de escravizados para a região despertou nos círculos madrilenhos a consciência de sua dependência da escravidão. No vácuo deixado pelos negreiros portugueses no Circum-Caribe, holandeses e depois ingleses passaram a fornecer cativos a partir de Curaçao e da Jamaica como forma de acessar a prata²⁸. Num primeiro momento explorando a informalidade da ilegalidade, o novo regime seria consolidado com o ressurgimento do *asiento* em 1663 agora em novas bases, reconhecendo a nova realidade de fornecedores escravistas múltiplos, do tráfico intra-americano e da competição entre negreiros que vendiam, revendiam e especulavam sobre o direito de ofertar escravizados para os hispânicos²⁹. Mas a estratégia adotada pelas potências do Atlântico Norte não pôde ser replicada ao sul, onde os luso-brasílicos se mantiveram no controle do trato.

Após os primeiros anos que sucedem o rompimento político, em que a falta de prata em Buenos Aires decorrente da interrupção do comércio atlântico se fez notar até mesmo nas *pulperias* da cidade³⁰, a reconstrução das rotas negreiras e a formação de um subsistema no Atlântico Sul em resposta às pressões do Atlântico Norte entraram na ordem do dia. Mas a reabertura do tráfico com o Rio da Prata e o acesso aos metais essenciais para a consolidação da independência portuguesa frente a Espanha e ao embate contra a Holanda passavam mais uma vez pela África. A reconquista de Angola das mãos holandesas pela missão encabeçada pelo governador do Rio de Janeiro Salvador Corrêa de Sá e Benevides teve como objetivo

28 O'MALLEY, Gregory E. *Final Passages: The intercolonial Slave Trade of British America, 1619-1807*. Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History and Culture; Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014. p. 123-125; p. 136-142.

29 VILA VILAR, Enriqueta. Las contradicciones estructurales del Imperio español en América: el ejemplo del puerto de Cartagena de Indias. *Tempus. Revista en Historia General*, Medellín, Colombia, n. 3, p. 114-134, abr./mayo 2016. p. 125.

30 Acuerdos Del Extinguido Cabildo De Buenos Aires, 1ª Ed., 1639-1643, p. 434-436, Ata de 21 de Maio de 1642.

refundar os vínculos negreiros para o Sul³¹. Mas a expulsão dos invasores não bastou. Os anos de ocupação e as guerras travadas contra a Rainha Jinga desarticularam as redes que os luso-africanos haviam constituído. À retomada de Luanda seguiu-se uma missão punitiva contra os sobas rebeldes e uma expansão do controle colonial em Angola. Os reinos do Congo e do Ndongo, aliados de outrora, foram derrubados e vitimados pela sanha negreira. Já Matamba e Kassanje, e em fins do século o império Lunda, surgiram como principais fornecedores de cativos para os tumbeiros que cruzavam o Atlântico. Ao sul, a recém-fundada praça de Benguela ascendeu enquanto porto escravista após a derrota do soba de Caconda, ao passo que no norte o Loango se manteve fora da malha administrativa lusa e tornou-se um ponto visitado por traficantes de outras nacionalidades³².

O reequilíbrio geopolítico na África Centro Ocidental permitiu o desenrolar de um tráfico bilateral entre o Brasil e Angola liderados pelos traficantes do Rio de Janeiro, de onde se organizavam a maioria das viagens negreiras. Tais transformações possibilitaram que Angola ascendesse como principal região fornecedora de escravizados para o Atlântico Sul, consolidando e expandindo o escravismo ao redor do oceano. Já em Lisboa, ocorreu um reposicionamento do capital mercantil para a venda de mercadorias e de crédito para os brasílicos de modo a apropriar os lucros auferidos na circulação entre o Reino e o Brasil sem lidar com os riscos do envolvimento direto do comércio de seres humanos³³.

O próximo passo, vincular o Rio da Prata à imensa afluência de escravizados vindos de Angola por meio das praças do Brasil, pode ser creditado à junção de interesses mútuos. Do lado hispânico, havia a demanda por escravos em Buenos Aires e em todo o interior do continente. As crises pro-

31 BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973. p. 292 e ALENCASTRO, *O trato dos viventes...*, op. cit., p. 110.

32 Para uma síntese da geopolítica africana na segunda metade do Seiscentos, ver VAZ PEREIRA, *O Grande Pumbo...*, op. cit., cap. 2; MILLER, Joseph Calder. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

33 MILLER, *Way of death...*, op. cit., p. 459-460.

dutivas em Potosí e reforço da pressão régia sobre os fluxos de prata intensificaram os extravios do metal pelos descaminhos que fugiam da *Carrera de Indias*. Em sua posição privilegiada, ainda que ilegal, de porto do Alto Peru, “os vínculos de Buenos Aires com o Atlântico implicavam necessariamente fortes laços com o interior mantidos pelo comércio intrarregional”³⁴. Isto é, a cidade conseguia drenar a prata na medida em que era capaz de ofertar em troca mercadorias atlânticas adquiridas junto aos comerciantes luso-brasílicos. Não só cunhada, mas também em barras, patacas e outras formas que fugissem ao fisco, a prata corria em direção ao Atlântico e ao mundo – dimensão que muitas vezes escapou aos historiadores sinólogos mais preocupados com as moedas e com o *peso de ocho*. Já do lado português, o contrabando com os bonaerenses era estimulado nas ordens reais, uma vez que a expectativa de metais preciosos e da tributação sobre estes facultavam à Coroa crédito junto às instituições de financiamento europeias num momento em que Portugal não era reconhecido pelo sistema interestatal em razão da ruptura com a Espanha³⁵. O estímulo ao contrabando de agentes administrativos e de particulares se institucionalizou por meio da regulamentação e estampamento dos metais preciosos trazidos ilegalmente nas casas da moeda ao redor do império.

Para os cativos, isto significava que, após o trauma do sequestro em África, do transporte forçado até a costa e da travessia atlântica, seriam conduzidos novamente aos tumbeiros até o Rio da Prata, e de lá para o interior do continente. Entre 1640 e 1700, 39.943 escravizados podem ter sido transportados para o Rio da Prata no tráfico intra-americano³⁶. Eram majoritariamente africanos da região do Congo-Angola, mas também de outras áreas que haviam chegado nas Américas primeiro pela Bahia e Pernambuco, ou até mesmo nascidos

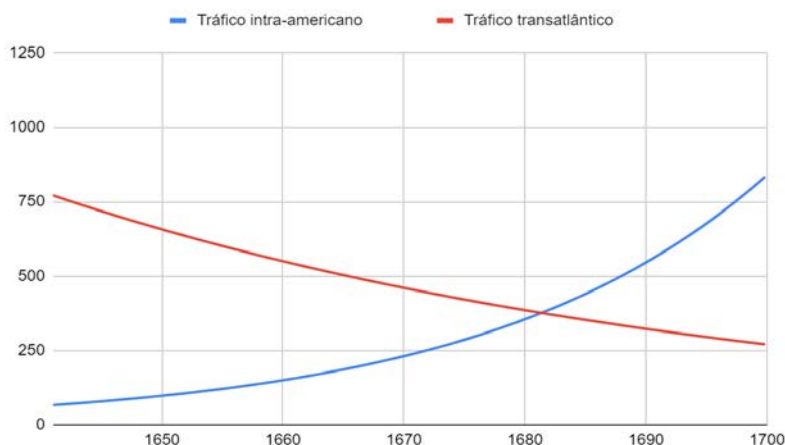
34 MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988. p. 179.

35 LÜDERS, Pedro Christian. *Portugal e o Comércio do Rio da Prata (1640-1680)*. 2017. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 157.

36 As estimativas utilizadas podem ser consultadas em VAZ PEREIRA, *O Grande Pumbo...*, op. cit.

no Brasil, que eram então enviados para o Rio de Janeiro e de lá para a América Espanhola. O Rio de Janeiro se consolidou enquanto porto atlântico atrelado ao tráfico de escravizados, importando mas também exportando escravos (cerca de 22% daqueles que ali desembarcaram no período 1640-1700) e outras mercadorias para o Rio da Prata seguindo o comércio de cabotagem. O êxito da rota intra-americana pode ser comparado contrastando suas cifras com a dos 6.990 cativos desembarcados em viagens transatlânticas para a região (sobretudo pelas bandeiras holandesa e portuguesa):

Gráfico 1: Escravos desembarcados no Rio da Prata (1641-1700)³⁷



Fonte: linha de tendência a partir dos dados da *Transatlantic Slave Trade Database*, adaptado pelo autor.

A envergadura do tráfico intra-americano e da transformação do Brasil, e mais especificamente do Rio de Janeiro, enquanto nóculo do trato negreiro com a América Espanhola, era tamanha que a Coroa Portuguesa se viu obrigada a baixar um decreto reservando a terça parte dos escravizados vendidos para as suas próprias possessões americanas³⁸. Mas o seu

37 VAZ PEREIRA, *O Grande Pumbo...*, op. cit., p. 57.

38 Alvará de Sua Majestade porque é servido que haja comércio entre os vassallos da Coroa de Portugal e Castela nas Índias Ocidentais, 3 de Março de 1646. BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Registro do Conselho da Fazenda, Bahia 1699-1700. Cartas régias 1642-1651*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944. (Documentos Históricos, 65). p. 334-336.

sucesso não se resumia às somas de indivíduos vendidos. O ramo intra-americano do trato negreiro foi essencial para a consolidação do tráfico bilateral, estendendo o escravismo a portos de menor porte e garantindo uma demanda constante que viabilizava e amortecia os riscos para aqueles que se lançavam no comércio através do Atlântico. Estas economias passaram a se vincular ao sistema atlântico, e uma série de outras mercadorias eram vendidas junto aos cativos aproveitando-se da estrutura de transporte dos negócios negreiros. Tais mercadorias tinham sua produção igualmente agitada ao entrelaçar-se ao comércio escravista, não só absorvendo escravos enquanto força de trabalho, mas igualmente em atividades essenciais para a realização do trato. Refiro-me a alimentos como a farinha de São Paulo ou o charque do sul do Brasil, o açúcar e a cachaça do Recôncavo da Guanabara, aos navios armados no Rio de Janeiro e outras tantas que viajavam com os cativos em direção ao Rio da Prata e a Angola. O papel aglutinador que a prata possuía dentro do espaço econômico peruano era no Atlântico Sul exercido pelo escravo³⁹, tendo Buenos Aires como um ponto de interseção desta dança macabra de aproximação entre ambos que permitia o desenrolar de um amplo leque de mercadorias pelo seu entorno.

A opção pelo tráfico intra-americano dos negreiros luso-brasilícos pode ser creditada a uma série de fatores. Em primeiro lugar, a demanda bonaerense e a ilegalidade do comércio aberto de seu porto, assim como o estímulo real português para a prática e a conivência dos administradores coloniais hispânicos. Kara Schult destaca ainda a evasão fiscal propiciada pelas paradas feitas na América Lusa antes de seguir viagem e a motivações técnicas decorrentes da navegação, como escalas para reparos, ajustes de rotas e reposição de suprimentos⁴⁰. Devemos adicionar ainda a escolha dos próprios traficantes pelo Atlântico Sul, em prosseguir a viagem e todos os riscos decorrentes de sujeitar os cativos a mais uma

39 Sobre o escravo enquanto mercadoria aglutinante, ver ALENCASTRO, *O trato dos viventes...*, op. cit.

40 SCHULTZ, Kara D. "The Kingdom of Angola is not very Far from here": The South Atlantic Slave Port of Buenos Aires, 1585-1640. In: LANDERS, Jane. *Slavery and Abolition in the Atlantic World*. London: Routledge, 2017. p. 255-256.

perigosa e cara travessia em nome da promessa de lucros adquiridos em prata – ao contrário do corrente pagamento em crédito oferecido pelos senhores de engenho cariocas. Tal forma de investimento corrente e cobiçado criou uma camada de mercadores especializados nesta rota, os chamados peruleiros. Em embarcações menores do que as transatlânticas e levando grupos menos numerosos de cativos remetidos junto a outras mercadorias, estes conseguiram criar redes unindo o Rio de Janeiro e Buenos Aires – além dos portos menores a estes conectados – no arrepio da legalidade e possibilitando o florescimento de uma nova lógica mercantil no Atlântico Sul.

Neste sentido, devemos destacar o papel das redes comerciais portuguesas em Buenos Aires, criadas ainda durante a União Ibérica por meio de casamentos, sociedades comerciais e pela ocupação de cargos administrativos⁴¹. Tais portugueses foram centrais para a transformação da cidade num dos eixos do comércio sul-atlântico, assim como para a reconstrução dos vínculos após a ruptura de 1640. Num movimento simultâneo e conectado ao que ocorria no Rio de Janeiro, estes representantes da elite mercantil passaram a ocupar cada vez mais cadeiras no cabildo. Oscar Trujillo calcula que se entre 1630 e 1650 somente dois filhos de portugueses adentram o cabildo, esta cifra pula para vinte e quatro na década de 1660⁴². Mobilizando os aparatos estatais e laços de confiança essenciais para o desenrolar das trocas nas sombras da legalidade, foram parte da reformulação do comércio bonaerense em direção a normatização do contrabando.

O tráfico intra-americano deu ainda aos traficantes luso-brasílicos vantagens competitivas em relação às demais potências que igualmente buscaram no comércio de homens, mulheres e crianças em Buenos Aires a tão sonhada prata de Potosí. A competitividade do preço dos cativos por eles sequestrados possibilitado pelo controle das rotas sul-atlânti-

41 CANABRAVA, O comércio português no Rio da Prata..., op. cit.

42 TRUJILLO, José Oscar. Integración y conflicto en una elite fronteriza: los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XVII. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013. p. 263-264.

cas era fortalecido pela proximidade geográfica com o Brasil – que garantia a viabilidade do negócio caso os funcionários bonaerenses impedissem a negociação – e uma estrutura naval apropriada à navegação na região, com navios menores e armados desde o Brasil capazes de desviar dos bancos de areia do Rio da Prata, ao contrário das grandes embarcações transoceânicas.

Os laços sul-atlânticos foram cimentados com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680. Na margem oposta a Buenos Aires, o fluxo de canoas e pequenas embarcações através do Rio da Prata popularizou o contrabando incorporando pequenos e médios comerciantes⁴³. A missão fundadora da cidade, liderada pelo então governador do Rio de Janeiro, deu o tom das relações que esperava-se construir⁴⁴. Os primeiros colonos traziam duas caixas de açúcar, um barril de azeite e outros bens para serem trocados no mercado bonaerense. Planejavam também vender dois cativos em Buenos Aires, inaugurando a prática que viria a se tornar corrente das vendas individualizadas ou em pequenos lotes entre as duas praças. Já nos primeiros anos após a fundação da Colônia de Sacramento, podemos encontrar a prata ali adquirida circulando no Rio de Janeiro – a despeito dos interesses mercantis limenhos que denunciavam o comércio ilegal⁴⁵. Neste sentido, devemos deslocar nosso olhar das leituras a partir dos conflitos entre ibéricos na região e atentar para aquilo que Fernando Jumar⁴⁶ chama de um complexo portuário do Prata. Na longa duração, é o comércio complementar entre os portos e o equilíbrio, ainda que instável, que marcou o tom das relações e arregimentou interesses comuns de sacramentinos e bonaerenses. Se

43 MOUTOUKIAS, *Contrabando y Control Colonial...*, op. cit., p. 160-163; PRADO, Fabricio. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

44 *Acuerdos Del Extinguido Cabildo De Buenos Aires*, 2ª Ed., 1682-86, pp. 19-33, Ata de 20 de Fevereiro de 1682.

45 *Acuerdos Del Extinguido Cabildo De Buenos Aires* 2ª Ed., 1682-86, pp. 200-206, Atas de 6 e 27 de Julho de 1684; COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII: raízes e trajetória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009. p. 151.

46 JUMAR, Fernando. La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Régimen. In: FRADKIN, Raúl (dir.). *Historia de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidad Pedagógica de la Provincia de Buenos Aires; EDHASA. Tomo II, p. 124-157.

Buenos Aires fazia o intermédio entre o mercado peruano e o atlântico escoando a prata, era da Colônia de Sacramento que vinham os produtos europeus, brasileiros e africanos a preços mais baixos em relação às vias oficiais. Ao mesmo tempo, a praça mercantil carioca manteve o acesso ao entreposto sacramentino, preservando-o sobre sua jurisdição política e privilégio comercial. Desta maneira, planejava-se manter as dinâmicas mercantis restritas aos mares do Atlântico Sul. O tráfico bilateral com a África e intra-americano com o Rio da Prata uniam Angola, Brasil e a América Espanhola num só complexo, animando e expandindo o Atlântico Sul enquanto unidade distinta no interior do Sistema Mundo Capitalista, ampliando o escravismo e as bases geográficas do capital.

O que se compra com prata, e o que compra a prata: mercadorias, crédito e o Atlântico Norte

A história da formação do Atlântico Sul é também a história da sua inserção desigual no interior do Sistema Mundo Capitalista. Portanto, é impossível falar deste sem tratar da sua metade ao norte. Ainda que possamos destacar suas dinâmicas próprias, o Atlântico Norte sempre penetrou o Atlântico Sul, desenvolvendo estratégias para acessar o valor gerado e os metais preciosos independente do controle territorial ou das rotas mercantis coordenadas pelos negreiros luso-brasílicos.

No Caribe, como já adiantamos, o acesso à prata se deu por meio do tráfico intra-americano e do controle do *asiento*⁴⁷. A venda de cativos e o contato direto com os colonos hispânicos abriu a possibilidade da venda de manufaturas e produtos industriais contrabandeados. Têxteis, ferramentas, produtos de ferro, móveis, vidros e outros bens demandados no mercado americano eram trocados pelo metal branco, já que a Espanha era incapaz de fabricá-los e ofertá-los. A fraqueza produtiva ibérica já se mostrava patente durante a União Ibé-

47 Sobre o comércio intra-americano de escravizados no Caribe e para a América Espanhola, ver O'MALLEY, *Final Passages...*, op. cit.; BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David. *Atlantic history and the Slave Trade to Spanish America. The American Historical Review*, v. 120, n. 2, p. 433-461, Apr. 2015.

rica, mas, na segunda metade do século XVII, a problemática se intensificou na medida em que o eixo econômico europeu se transferiu para o Norte enquanto a Península Ibérica se voltava à produção agrícola de bens que as colônias nas Américas se autossupriam. Tratava-se de mercadorias essenciais para o desenrolar do cotidiano e da própria colonização do Novo Mundo que a metrópole se via incapaz de fornecer, gerando brechas para a rapina e para o contrabando de prata por britânicos, holandeses e franceses. Estes primeiros viam ainda uma oportunidade de estimular as indústrias locais, garantindo mercados e cristalizando a semiperiferização espanhola⁴⁸. Não à toa, o contrato do *asiento* assinado com a *South Sea Company* deu prerrogativas legais para a venda de outras mercadorias junto aos tumbeiros, reconhecendo a prática corrente das últimas décadas.

No Atlântico Sul, entretanto, a derrota holandesa pelo controle das rotas negreiras impediu a replicação da estratégia. Em Buenos Aires, a demanda por produtos atlânticos ia muito além dos escravizados. Luso-brasílicos dividiam o porão dos tumbeiros implicados no tráfico intra-americano com caixas de açúcar, sacas de farinha de mandioca, madeira e outros artigos coloniais, além de manufaturas vindas da Europa. Em troca recebiam, além da prata, couro, charque e sebo. Um traficante de escravos que redigiu um relato de viagem anônimo nos anos iniciais do Setecentos contou que comprou um baú e uma cama no Rio de Janeiro (sem falar no seu próprio navio) antes de rumar para o Rio da Prata, pois havia sido avisado que lá não conseguiria adquirir tais bens⁴⁹.

As demais mercadorias manufaturadas que o mercado bonaerense ansiava, contudo, eram igualmente produzidas fora de Portugal. Não só no fim da viagem, mas também para o seu planejamento, adquirir produtos industrializados era importante, pois sem eles os escravos não poderiam ser comprados na costa da África. A demanda africana era variável e aque-

48 SWINGEN, Abigail L. *Competing Visions of Empire: Labor, Slavery, and the Origins of the British Atlantic Empire*. New Haven, CT: Yale University Press, 2015, cap. 7.

49 FERREZ, Gilberto (ed.). Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias Espanholas (1702-1703). O tráfico de escravos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 267, p. 3-42, abr./jun. 1965. p. 34.

les interessados em adquirir cativos deveriam estar preparados para ofertar uma gama variável de itens sem as quais o negócio não teria sucesso. Do Brasil, os navios negreiros levavam tabaco, cachaça, ouro das Minas Gerais, farinha, plumas e penas, mas também lhes era requisitado produtos industrializados. Assim, deveriam-se somar nos custos de armação dos navios quantias para a compra de tecidos indianos e europeus, manilhas de cobre, contas e outros objetos de vidro, lingotes de ferro, mosquetes, barris de pólvora e quantas outras moedas de troca que as chefias africanas poderiam requisitar. Aproveitando-se da fragilidade produtiva portuguesa e da instabilidade política que se seguiu à ruptura de 1.640, holandeses e ingleses penetraram no comércio luso por meio de trocas desiguais e tratados mercantis desfavoráveis drenando a prata que os negreiros portugueses adquiriam no comércio bonaerense⁵⁰.

A subordinação e dependência do Atlântico Sul completavam-se por meio do controle das cadeias de crédito que dinamizavam sua economia. O uso do crédito enquanto mecanismo mediador das trocas era corrente nestas paragens, começando pelo tráfico negreiro. A cada fase da operação, cadeias de adiantamento e endividamento, como denominou Manolo Florentino⁵¹, se faziam presentes coordenando atores geograficamente dispersos e criando laços pessoais. Da montagem dos navios ao contato com os intermediários que organizavam as caravanas de escravos nos sertões de Angola, fluxos crediários se multiplicavam. Até mesmo em Buenos Aires, ainda que pesem as vicissitudes do contrabando, encontramos negociações crediárias pautando e muitas vezes ocultando compras e vendas de cativos e de outros artigos. Sobre estes tipos de operação, Martin Wassermann⁵² afirma que “permitiam articular a antecipação

50 Sobre os tratados, com olhar especial para aqueles assinados entre Portugal e Inglaterra, ver RICUPERO, Rodrigo. O Exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História*, n. 176, p. 1-33, 2017.

51 FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

52 WASSERMAN, Martín L. E. Círculos sociales, contextos normativos y crédito: Buenos Aires, siglo XVII. *América Latina en la historia económica*, México, v. 20, n. 1, p. 35-77, abr. 2013. p. 70.

a crédito de mercadorias e escravos, dinamizar o segmento de consumo que requer pagamento em metálico [...] e lubrificar, em suma, os mecanismos capilares de interação econômica”.

As cadeias de crédito que atravessavam o Atlântico Sul podem ser traçadas até Lisboa e Madri e de lá rumo ao noroeste europeu. Para administrar as mais antigas violências, modernos mecanismos financeiros foram gerados de modo a transferir valor do Atlântico Sul em direção à Londres e Amsterdã e lucrar sobre a sua especulação⁵³. Refiro-me a operações sobre os juros do *asiento*, dos contratos de Angola, dívidas, empréstimos, adiantamentos de bens e letras de câmbio. A modernização dos esquemas financeiros para gerir a escravização, a guerra e a barbárie se fazem presentes também no próprio Atlântico Sul, como percebe Alice Canabrava⁵⁴, que aponta para inovações das “mais avançadas da evolução capitalista” se desenvolvendo em Buenos Aires concomitantemente e em razão da transformação daquela praça em entreposto escravista. E aqui repousa uma diferença central entre o acúmulo metálico na China em oposição ao que ocorria no Norte da Europa. Nesta última, diz Leonardo Marques⁵⁵, “metais preciosos do Novo Mundo operaram como estoques monetários que permitiram estados europeus criarem um espaço monetário unificado, com uma rede de bancos e uma oferta elástica de crédito.”, sendo, portanto, essenciais para a transformação de uma economia orientada ao mercado. Mas por trás das cadeias de endividamento que drenavam a prata para as bolsas de valores e para os bolsos de grandes financistas, jazia a violência sistêmica, onde a escravização era o resultado final de cada operação crediária elencada.

Conclusão

A partir do que discutimos, podemos afirmar que o Atlântico Sul é fruto de uma reorganização original na relação entre duas mercadorias, a prata e o escravo. Este sinistro casa-

53 Para um resumo sobre os mecanismos financeiros da extração da prata americana, ver STEIN; STEIN, *Silver, Trade, and War...*, op. cit., cap. 2.

54 CANABRAVA, O comércio português no Rio da Prata..., op. cit., p. 114.

55 MARQUES, *The making of a Slave-Trading Entrepôt...*, op. cit.

mento sustentou o projeto de união dos reinos ibéricos, e foi o motivo de seu fracasso devido à explosão de suas contradições quando a prata perdeu o valor inflacionado na economia-mundo na segunda metade do Século XVII. No esforço de reatar o comércio tal qual ele havia se constituído ao longo da União Ibérica, ambas as mercadorias ganharam nova centralidade mercantil possibilitando o reencontro daqueles agora separados pelas fronteiras dos impérios português e espanhol. Para os luso-brasílicos, o controle das rotas negreiras entre Brasil e Angola seguido pela transformação deste fluxo transatlântico em um feixe com vários portos de desembarque através do tráfico intra-americano permitiu a estes se readequar em um quadro global de crise sistêmica. Da mesma maneira, atrair a prata pelos descaminhos do Alto Peru por meio da redistribuição multifocal das mercadorias atlânticas (incluindo e com destaque para os cativos) foi a forma que a praça de Buenos Aires encontrou de se firmar neste mesmo contexto disruptivo. A prata só poderia ser extraída com o trabalho dos cativos nas atividades que permitiam a exploração dos veios argentíferos. Os escravos, por sua vez, só poderiam ser adquiridos pelas mercadorias acessíveis com a prata e tinham, da parte dos negreiros, o objetivo último de serem trocados por esta – preferível por sua capacidade de armazenar valor sem a deterioração inerente da mercadoria escrava em razão da alta taxa de mortalidade do tráfico. O trabalho morto de milhões de africanos e indígenas explorados até o limite de seus corpos era trocado pelo trabalho vivo daqueles que seriam agora explorados.

Ambas as mercadorias possuíam também papel de aglutinador das demais cadeias mercantis que cortavam o Atlântico Sul. Suas características comerciais intrínsecas, isto é, a necessidade de um leque de produtos para adquirir os escravos em África e mantê-los durante as múltiplas etapas do tráfico negreiro, e uma variedade igualmente extensa de bens mobilizados para extrair a prata das montanhas peruanas e atraí-la até Buenos Aires, davam a elas uma centralidade que provocava outros artigos a lhes orbitarem. O Atlântico Sul foi construído pelas rotas negreiras, apoiando-se sobre estas, aproximando atores e lugares geograficamente e socialmente distantes de

forma a criar e suprir uma demanda elástica e crescente por mãos cativas. Se as relações sociais eram importantes para apertar tais laços, o que encontramos é uma economia largamente monetarizada, seja por meio da presença direta da prata ou então mediante o crédito que esta possibilitava. Assim, fica claro que o escravismo sustentou a expansão do capitalismo, e o Atlântico Sul fazia parte de uma nova geografia alavancada pelos interesses de autoexpansão do capital.

Mas o Atlântico Sul enquanto subsistema nunca esteve alheio a penetrações externas. Assim, a derrota holandesa pelo controle dos Mares do Sul foi o ponto de partida para a criação de novos mecanismos de acumulação de capitais que independiam do controle territorial direto, uma tática que passou então a fazer parte do escopo de ferramentas de exploração e espoliação do capitalismo em seu caráter de sistema histórico. O controle luso-brasílico da distribuição mercantil dos escravizados que lhes facultou acesso à prata potosina esbarrava na incapacidade produtiva portuguesa em gerar manufaturas e outros itens almejados na África e nas Américas. Os minérios adquiridos deviam então ser empenhados na compra destes bens junto a ingleses, holandeses e franceses. A hierarquização das trocas era visível também no âmbito financeiro. As cadeias de crédito que permitiam toda a roda do comércio sul-atlântico partiam em última medida de Londres e Amsterdã, garantindo a subordinação. A armadilha da dependência assim se apertava. Gerar a riqueza necessária para romper o peso das correntes e pagar os vencimentos só podia ser feito mediante o crescimento do cativo e da força de trabalho que reproduzia capitais no Atlântico Sul, mas os meios necessários para tanto estavam no norte da Europa. A expansão do Atlântico Sul e de seu escravismo, portanto, significava o aprofundar da dependência e aumento do fluxo de prata para além do mundo ibérico. Estes metais preciosos estariam por trás do desenrolar dos mecanismos especulativos e monetários que animavam as finanças do capitalismo na Europa. Iriam também à Ásia, lubrificando o mercado mundial. Nos bastidores do Sul, o preço pago era a escravização e o transporte forçado de milhões.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política*. Brasil e Cuba, c.1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David. Atlantic history and the Slave Trade to Spanish America. *The American Historical Review*, v. 120, n. 2, p. 433-461, Apr. 2015.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. *Registro do Conselho da Fazenda, Bahia 1699-1700. Cartas régias 1642-1651*. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944. (Documentos Históricos, 65).
- BRÁSIO, António [Pe.] (org.). *África Ocidental (1631-1642)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960. (Monumenta Missionaria Africana, 8.).
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984 [1944].
- COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII: raízes e trajetória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009.
- FERREZ, Gilberto (ed.). Diário anônimo de uma viagem às costas d'África e às Índias Espanholas (1702-1703). O tráfico de escravos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 267, p. 3-42, abr./jun. 1965.

- FINDLAY, Ronald; O'ROURKE, Kevin H. *Power and Plenty: trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- GIRÁLDEZ RIVERO, Arturo; FLYNN, Dennis Owen. Cycles of Silver: Global Economic Unity through the Mid-Eighteenth Century. *Journal of World History*, v. 13, n. 2, fall, 2002.
- JUMAR, Fernando. La región Río de la Plata y su complejo portuario durante el Antiguo Régimen. In: FRADKIN, Raúl (dir.). *Historia de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidad Pedagógica de la Provincia de Buenos Aires; EDHASA. Tomo II, p. 124-157.
- LOBO, Eulália Maria Lameyer. O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII. *Separata da Revista de História*, São Paulo, n. 101, p. 50-53, 1975.
- LÜDERS, Pedro Christian. *Portugal e o Comércio do Rio da Prata (1640-1680)*. 2017. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MARICHAL, Carlos. The spanish-american peso: export commodity and global money of the Ancient Regime, 1550-1800. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham; London: Duke University Press, 2006. p. 25-52.
- MARQUES, Leonardo. *The making of a Slave-Trading Entrepôt: Rio de Janeiro in the Economic Spaces of Mining, 1565-1763*. No prelo.
- MASSIAC, B. de. Mémoires du Sr de Massiac sur son voyage de la Guinée a la Riviere de la Plata. In: SALMON, Pierre. *Le Voyage de M. de Massiac en Amérique du Sud au XVIIe siècle*.

Bruxelles: Académie royale des Sciences d'Outre-Mer, Classe des Sciences Morales et Politiques Mémoires in-8°, 1984 [1669]. Nouvelle Série, Tome XLVII, fasc. 3, p. 37-38.

MILLER, Joseph Calder. *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1988.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y Control Colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

O'MALLEY, Gregory E. *Final Passages: The intercolonial Slave Trade of British America, 1619-1807*. Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History and Culture; Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2014.

PRADO, Fabrício. *A Colônia de Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

RICUPERO, Rodrigo. O Exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História*, n. 176, p. 1-33, 2017.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SCHULTZ, Kara D. "The Kingdom of Angola is not very Far from here": The South Atlantic Slave Port of Buenos Aires, 1585-1640. In: LANDERS, Jane. *Slavery and Abolition in the Atlantic World*. London: Routledge, 2017. p. 424-244.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 38.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *Silver, Trade, and War: Spain and America in the Making of Early Modern Europe*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2000. p. 47-51.

- SWINGEN, Abigail L. *Competing Visions of Empire: Labor, Slavery, and the Origins of the British Atlantic Empire*. New Haven, CT: Yale University Press, 2015.
- TRUJILLO, José Oscar. Integración y conflicto en una elite fronteriza: los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XVII. In: CARDIM, Pedro; COSTA, Leonor Freire; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e de conflito*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2013. p. 249-269.
- VAZ PEREIRA, Caio Mathias. *O Grande Pumbo: O tráfico intra-americano de escravos na formação do Atlântico Sul (1640-1700)*. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.
- VILA VILAR, Enriqueta. Las contradicciones estructurales del Imperio español en América: el ejemplo del puerto de Cartagena de Indias. *Tempus. Revista en Historia General*, Medellín, Colombia, n. 3, p. 114-134, abr./mayo 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1974. (O Sistema Mundial Moderno, 2).
- WASSERMAN, Martín L. E. Círculos sociales, contextos normativos y crédito: Buenos Aires, siglo XVII. *América Latina en la historia económica*, México, v. 20, n. 1, p. 35-77, abr. 2013.
- WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

UMA MERCADORIA ESPECIAL: O OURO E A ATIVIDADE MINERADORA NO PERÍODO COLONIAL

Angelo Alves Carrara

O presente capítulo tem por objeto o ouro e a atividade mineradora durante o período colonial brasileiro e está estruturado em três seções nas quais são discutidos os seguintes temas: as perspectivas teóricas adotadas pela historiografia, as estatísticas relativas à produção de ouro ao longo do século XVIII e, por fim, o papel do ouro sobre a fiscalidade imperial portuguesa.

Mineração: perspectivas teóricas e historiografia

Não fosse por consideração de simples ordem na exposição, deveria ter-me ocupado da mineração logo depois da grande lavoura. É que participa do mesmo caráter econômico desta última e pertence à mesma categoria. Ambas se destinam à exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração; são atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira. [...] Já vimos isto com relação à grande lavoura, que entre outros efeitos até impediu que a agricultura resolvesse o mais elementar problema da população brasileira, e que é o da sua subsistência alimentar. Iremos encontrar coisa semelhante na mineração.

Com estas palavras Caio Prado Júnior abria o capítulo intitulado “mineração”, de sua *Formação do Brasil contemporâneo*, do qual destacam-se dois pontos principais:

1. a mineração extraía produtos (ouro e diamantes) destinados unicamente à exportação;
2. a mineração impediu o desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Em outros lugares busquei demonstrar os problemas teóricos dessa perspectiva.¹ Quanto ao primeiro item, Caio Prado afasta-se da perspectiva marxiana, segundo a qual “para funcionar como dinheiro, o ouro evidentemente tem de entrar no mercado por algum ponto situado em sua fonte de produção, onde se troca como produto direto do trabalho por outro produto de trabalho do mesmo valor”.² Este pressuposto permitiu um avanço considerável na historiografia latino-americana sobre a mineração, em particular na construção do conceito de espaço econômico. Na década de 1970 um conjunto de historiadores, e em particular Carlos Sempat Assadourian, chamava a atenção para uma “línea de investigación ... centrada en los procesos y efectos que la producción de metales preciosos ocasiona en el propio espacio andino colonial”.³

A decorrência mais imediata do emprego deste conceito foi compendiada por Enrique Tandeter, Vilma Milletich e Roberto Schmit:

... Carlos Sempat Assadourian señaló que durante el auge inicial de la minería de Potosí, a fines del siglo XVI, sus tráficos mercantiles articulaban un territorio mucho mayor y que él llamó “espacio peruano”. La “influencia directa del mercado minero”, a través de la demanda tanto de medios de producción como de medios de subsistencia, contribuyó entonces a la mercantilización de

1 CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*; produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

2 MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996 [1863]. cap. 3, seção 2.

3 SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos *et al.* *Minería y espacio económico en los Andes, siglos XVI-XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980. p. 23 (grifos meus). O conceito também estava presente em SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial. In: FLORESCANO, Enrique (comp.). *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y de América Latina (1500-1975)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

ese espacio y determinó la especialización regional dentro de él. Quedó así planteada la fructífera hipótesis de una relación entre el *quantum* de la producción minera y la extensión de las relaciones mercantiles.⁴

Desde o seu surgimento, este conceito tem possibilitado a consolidação de uma historiografia que “no sólo refuerza la idea de una cadena de efectos generados a partir de la minería, sino que plantean la hipótesis de una creciente autonomización de zonas productoras y circuitos mercantiles respecto a los mercados mineros”.⁵ A aplicação desse conceito em estudos sobre o espaço andino contagiou com frequência cada vez maior o conjunto da historiografia hispano-americana.

Ao assumir a perspectiva marxiana de que a mineração no século XVIII em Minas constituiu, antes de tudo, produção de uma moeda que podia ser posta em circulação já imediatamente após sua extração, e que independia de financiamentos externos para se implantar, destaquei que a primeira consequência que o setor minerador ocasionou sobre o conjunto da economia colonial brasileira foi a colocação em disponibilidade de uma enorme quantidade de moeda distribuída por um número de pessoas bem maior do que até então se vira.

Em segundo lugar, essa produção de moeda era limitada pelo rendimento das lavras, derivado da qualidade e da quantidade dos minerais nas jazidas. Este rendimento fixava, por um lado, o tempo de duração de todas as empresas mineradora; por outro lado, condicionava o tamanho da “fábrica” (particularmente o número dos escravos), e os gastos com ela (alimentação e vestuário dos escravos e manutenção/reposição das ferramentas, por exemplo) em cada unidade de

4 TANDETER, E.; MILLETICH, V.; SCHMIT, R. Flujos mercantiles en el Potosí colonial tardío. In: SILVA RIQUER, Jorge; GROSSO, Juan Carlos; YUSTE, Carmen (org.). *Circuitos mercantiles y mercados en Latinoamérica*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora; Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, 1995. p. 13-55. Cf. também: SEMPAT ASSADOURIAN, *La producción de la mercancía dinero...*, op. cit., p. 234; SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: IEP, 1982. Também publicado no México: Editorial Nueva Imagen, 1983. p. 255-306.

5 TANDETER; MILLETICH; SCHMIT, R. Flujos mercantiles..., op. cit., p. 16. Para uma análise mais ampla, cf. JUMAR, Fernando. El espacio colonial peruano en la historiografía sobre circulación mercantil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 2, p. 475-534, 2014.

produção. Em decorrência, era a produção mineral o que sustinha e permitia a reprodução das unidades de produção escravistas mineradoras. Em outras palavras: o volume de ouro produzido pelas áreas mineradoras funcionava como o limite estrutural da sustentação e da possibilidade de reprodução do escravismo em Minas Gerais. Como consequência, o modo de produção escravista nas áreas mineradoras dependeu desde o início das demandas geradas pela circulação monetária correspondente à produção aurífera.⁶ É exatamente nesta dependência da circulação de uma moeda produzida na própria colônia, e não originária de uma demanda externa, que reside a especificidade da economia de Minas: a determinação última da atividade (e não economia) mineradora era absolutamente interna. Seu tempo de duração era determinado pela soma dos tempos de duração do conjunto das empresas. Isto quer dizer que o setor minerador não experimentou nenhuma dependência de oscilações de preços ou de demanda externa por seus produtos – ouro e pedras preciosas.

O que talvez levasse Prado Júnior a colocar a mineração ao lado da grande lavoura era o fato de que tanto a produção aurífera, quanto a produção agrícola ou pecuária escravistas encontravam-se maximamente concentradas no que respeita à riqueza gerada, a qual se destinava em sua maior parte à sustentação e à reprodução do próprio setor, isto é, às compras de escravos, fazenda seca, ferragem, gêneros alimentícios, serviço de oficiais mecânicos e jornais de escravos. Portanto, tanto os movimentos de importação de mercadorias como os de comercialização da produção agrária referem-se, na sua ampla maioria, à parcela da sociedade mineira participante do modo de produção escravista. A demanda inicial, inerente e imprescindível ao modo de produção escravista colonial em Minas Gerais compreende-se assim em ambos os setores – minera-

6 “O modo de produção escravista colonial americano tinha um caráter de modo de produção dependente já que, desde o começo, as formas sociais correspondentes foram dependentes, periféricas e deformadas.” CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *La Guyane française (1715-1817)*. Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique. 1971. Tese (Doutorado em História) – Institut des hautes études de l'Amérique Latine, Université de Paris X, Nanterre, Paris, 1971. cap. 3, p. 224, “El modo de producción esclavista colonial en América”.

dor e agrário: monopólio de terras e de águas. Ora, como o limite de reprodução do escravismo era dado pelo rendimento das lavras, o esgotamento das minas significou o esgotamento do escravismo naquelas áreas correspondentes. É exatamente isto que explica o caráter colonial (isto é, periférico e subordinado) do escravismo nas Minas.⁷

Apesar de constituir tema para o qual não tenha dedicado o mesmo número de páginas que outros, é sem dúvida notável a apreciação que Fernando Novais faz do que ocorre com a mineração:

No caso do Rio de Janeiro, uma relativa autonomização parece estar também ligada ao fato de ser esse porto a principal via de escoamento da mineração: a posse do metal nobre amoeável, de fato, independizava os coloniais (produtores, mercadores) da venda de seus produtos para a aquisição dos produtos de fora; daí uma maior flexibilidade nas suas transações, um maior desembaraço, uma mais efetiva possibilidade de resistência ao exclusivo.

Novais em nota lembra as palavras de Virgílio Noya Pinto, segundo quem, “na economia aurífera, as posições se invertem: quem detém o dinheiro, no caso, o ouro, é colono, enquanto que os mercadores, representados pelas frotas, são os detentores das mercadorias”.⁸

Portanto, a afirmação de que a mineração teria impedido o desenvolvimento da agricultura de subsistência não se sustenta historicamente. Por serem incapazes de se auto-abastecerem de gêneros alimentícios, as unidades de produção escravistas do setor minerador (como de sorte a quase totalidade da população das vilas e arraiais), independentemente de abrigarem em seu interior roças de mantimentos, demandavam das unidades de produção escravistas do setor agrário aqueles produtos que lhes faltavam. Em razão disso, parte do setor escravista agrário consolidou uma produção agrícola e pastoril voltada para o abastecimento dos gêneros

7 Cf. CARDOSO, *La Guyane française (1715-1817)*..., op. cit., cap. 3, p. 212, “El modo de producción esclavista colonial en América”. p. 212.

8 NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 192-193.

demandados pela quase totalidade da população dos núcleos mineradores. É isso que explica que, a partir do momento em que a produção mineral começou a diminuir, todas as demais atividades dependentes direta ou indiretamente da mineração começaram também a se arrefecer. Esse movimento podia ser flagrado pelo declínio da importação de mercadorias e da produção agrícola e pastoril.

No caso específico de Minas Gerais, não foi propriamente a mineração ou o ouro que ofuscou as análises sobre a agricultura e a pecuária, mas o volume da documentação produzida pelo Estado Português com o objetivo de fiscalizar a produção e a cobrança de direitos sobre o ouro ou sobre a entrada e a saída de mercadorias. É sem dúvida isto o que mais se manifesta no texto de Caio Prado. Não é de se estranhar que a principal fonte fiscal para as atividades agrárias – os livros dos dízimos – constituam uma parcela ínfima no conjunto da massa documental de caráter fiscal.

A produção de ouro no Brasil, século XVIII⁹

Apesar de não apresentar um aporte metodológico novo para estabelecer um cálculo que resultaria em cifras mais precisas, buscamos aqui lançar uma nova luz sobre um tema condenado a meios enigmas. Para tanto, combinamos dados conhecidos há mais de dois séculos com algo que escapou a todos os que se debruçaram sobre a questão da produção de ouro em Minas Gerais: a rotina da produção aurífera e de sua circulação interna e posterior saída da capitania. Quanto à possibilidade de se alcançar valores próximos da precisão, cremos que a posição mais correta seja a formulada por Eschwege há quase dois séculos: é muito difícil determinar com rigor matemático a quantidade *de ouro que se tem extraído no Brasil desde a sua descoberta*. A frase mantém-se verdadeira, bem como as razões que a produziram e também por ele apontadas: a li-

9 Uma versão ampliada desta seção foi publicada em: CARRARA, Angelo Alves. La producción de oro en Brasil, siglo XVIII. In: HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. *Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda*. México: El Colegio de México, 2014. p. 251-271.

berdade que o minerador dispunha para apresentar ou não o ouro para ser quintado, o que gerava grandes defraudações, as constantes mudanças do sistema de cobrança e, para o que nos interessa aqui, as transferências do acervo arquivístico para outros locais. Contudo, a conclusão de Eschwege é perfeitamente adequada para os dados a ele disponíveis para a primeira metade do século XVIII, muito fragmentados ou então inferidos a partir de registros que não correspondiam exatamente à produção. Esta situação alterou-se substancialmente com a incorporação de outras fontes, em particular a correspondência consular por Virgílio Noya Pinto e as Gazetas Holandesas, por Michel Morineau, em particular para o quadro da primeira metade do século XVIII.¹⁰ Estes dois trabalhos ajudaram a tornar menos válida a afirmação de Calógeras quanto a ser *impossível, dentro do quadro atual das pesquisas sobre o ouro, estabelecer com alguma precisão quantitativa a produção brasileira daquele metal no século XVIII*, tendo em vista o sistema burocrático deficiente e o desleixo na conservação dos registros.¹¹

A primeira estimativa da produção de ouro deve-se ao abade Raynal, segundo o qual a produção anual, a julgar pelos dados dos quintos, chegaria a 45 milhões de libras, ou 13.130 kg de ouro puro. A este total, dever-se-ia acrescentar o ouro contrabandeado, calculado por Raynal entre 600 e 700 mil piastras anuais. Entre 1770 e 1780, Raynal dá um total de 26.312.500 libras (total corrigido por Soetbeer ao total de 25.312.500 libras).¹² Soetbeer avalia que a estimativa sumá-

10 PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979; MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fabuleux métaux; les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises, 16e-18e siècles*. Paris: MSH, 1985. Anteriormente, Vitorino Magalhães Godinho já havia se referido à correspondência consular.

11 CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904; PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 112-113.

12 RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Genève: Chez Jean-Léonard Pellet, 1780. v. 3, p. 385: Os dados de Raynal parecem confirmados ainda em CARNOTA, John Smith Athelstane, Conde da [1813-1886]. *Memoirs of the Marquis of Pombal: with extracts from his writings, and from despatches in the state paper office, never before published*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1843. v. 2, p. 40. Segundo este autor, entre 1696 e 1756 teriam sido carreadas para Portugal 100 milhões de libras de ouro. Infelizmente,

ria das 2.400 milhões de libras é até agora um componente essencial da estatística da produção de metal precioso, e não deve ser recusada, em razão de suas fontes, os “manifestos das naus”.¹³

Ao lado dessa estimativa, Soetbeer também apresenta os dados das amoedações nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro e de Lisboa.¹⁴

De fato, a historiografia sobre a atividade mineradora em Minas tem-se limitado a reproduzir os dados sistematizados pela primeira vez por José Joaquim da Rocha, em torno de 1780, complementados mais tarde por Diogo Pereira de Vasconcelos e reproduzidos por Eschwege.¹⁵ Não que se possa encontrar diferentes dados de conjunto da produção aurífera de Minas, especialmente para o período posterior a 1751, apresentados por estes autores. Uma breve consulta aos livros do balanço da receita e despesa das casas de fundição que nos

Smith não menciona suas fontes. Merece também atenção os dados coligidos por SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros e Sousa, visconde de [1791-1856]. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1876. v. 5, p. 262-265, em que há notícias sobre o valor dos carregamentos chegados do Brasil a Lisboa de 1712 a 1746, a partir dos relatórios consulares.

- 13 SOETBEER, Adolf. *Die Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zum Gegenwart*. Gotha: J. Perthes, 1879. p. 84.
- 14 Os dados da amoedação na Casa da Moeda de Lisboa – que cobrem apenas o período de 1752 a 1810 – foram extraídos de UNITED STATES. Monetary Commission. *Report and accompanying documents of the United States Monetary Commission*; organized under joint resolution of August 15, 1876. Washington, USA: Govt. Print. Off., 1877-1879. v. 2; já os dados da amoedação na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, Soetbeer apresenta como referência uma “tabela demonstrativa do ouro de vinte e dois quilates amoedado na Casa da Moeda da Corte, “welche unter den Aktenstücken der Brasilianischen Kammern veröffentlicht ist”. Até o momento (setembro de 2007), não me foi possível localizar esta fonte, apesar das buscas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no arquivo da própria Câmara dos Deputados, em Brasília.
- 15 ROCHA, José Joaquim da Rocha. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, n. 3, p. 425-517, [1780]; VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1803]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, p. 757-965. p. 964-965; ESCHWEGE, W. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922; cf. também MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais, 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979/1981. v. 2.

alcançaram permite confirmar as cifras disponíveis.¹⁶ Para o período até 1750, o quadro é diferente, em razão das alterações nos sistemas de cobrança do quinto. Além disso, deve-se sempre levar em consideração o contrabando, já que as áreas mineradoras tinham *muitas portas abertas, com campanhas desertas, matos incógnitos e caminhos desusados e varedas para sair*.¹⁷

As “tabelas sinóticas” do ouro extraído em Minas Gerais apresentadas por Eschwege — de longe a fonte mais conhecida e citada por todos quantos se debruçaram sobre o tema — reproduzem os valores precisos correspondentes ao quinto cobrado nas casas de fundição a partir de 1751 só até 1777. Vê-se, portanto, que este autor se serviu da mesma fonte de José Joaquim da Rocha para esta matéria (apesar de que este apresenta as cifras do quinto válidas até 1778), mas não conheceu o estudo de Diogo de Vasconcelos, cuja tabela vai até 1801. Para o período de 1778 até 1807, Eschwege recorre a um cálculo do que teria sido a produção aurífera, com base numa progressão aritmética negativa. É, contudo, notável que o resultado de seu cálculo não se distancie de maneira significativa dos números exatos. Em 1777, o quinto rendera 70 arrobas, 2 marcos e 50 grãos (286.848,69 oitavas). Em 1808, os “dados exatos obtidos nos livros de registros” que ele consultou informavam que o quinto correspondera a 30 arrobas, 24 marcos, quatro onças e 66 grãos de ouro (124.448,91 oitavas). Essa diferença entre o quinto arrecadado nesse período de trinta e um anos, de 1777 a 1808, equivalente a 39,64 arrobas (ou 162.399,77 oitavas), sugeriu a Eschwege que a diminuição anual da produção aurí-

16 Um rápido exemplo: de acordo com uma certidão do intendente da Casa de Fundição de Vila Rica, os quintos de agosto de 1755 a julho de 1756 renderam 114 arrobas, 45 marcos, 5 onças, uma oitava e 33 grãos e três quintos, valor idêntico ao de Vasconcelos (p. 964): ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. MINAS GERAIS. Carta de Casimiro Pereira Machado, intendente da comarca de Vila Rica, enviando mapas, certidões das quatro intendências e comarcas dos quintos reais; anexos: três certidões; Vila Rica, 16 de abril de 1757 [cx. 71, doc. 66].

17 BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Divisão de Manuscritos, II-31, 25, 009: carta de Pedro Barbosa Leal ao Rei. O contrabando deve de imediato ser invocado como uma das formas como o sertão do Brasil foi irrigado com uma circulação regular de moeda paralela às grandes rotas comerciais, como a estrada geral da Bahia, por exemplo, em uso desde o século XVII.

fera fora da ordem de 1,25 arroba (ou 5.124 oitavas). Foi esta a razão do cálculo por ele utilizada.

Quanto às cifras dos quintos de 1808 a 1810, a tendência de queda parece ser quebrada em 1809, quando se observa um salto positivo de quase 20% em relação ao ano anterior: em 1809 o quinto rendeu mais de 47 arrobas (ou 194.776,44 oitavas). No entanto, este crescimento inopinado em meio a uma inexorável tendência de queda não se relaciona a um incremento da produção, mas às consequências da lei de 1º de setembro de 1808. Se fosse mantida a média de declínio anual da produção, o quinto em 1809 deveria estar na faixa das 29 arrobas. As 20 arrobas a mais nesse ano correspondem ao ouro entesourado em Minas então permutado pelos bilhetes e moeda provincial. Nos anos seguintes, a produção segue a tendência normal de queda

Como se disse anteriormente, os dados apresentados por Eschwege anteriores a 1751 são ou fragmentários ou inferidos a partir de registros que não correspondiam exatamente à produção. Para o período de 1700 a 1713, a fonte é o volume 20001 da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Sem dúvida, esta foi a fonte tanto de Teixeira Coelho quanto de Eschwege e Cunha Matos, apesar das divergências de algumas cifras. As concordâncias são maiores na tabela de Cunha Matos.¹⁸

Há também divergências entre os totais lançados nesta tabela na rubrica dos confiscos e o total de confiscos apurado junto aos *Autos de Denúnciação e Tomadia* instruídos pela Guardamoria.¹⁹ Os valores totais correspondentes aos confiscos segundo os processos autuados pelas guardamorias só concordam precisamente com os dados para 1701.

Para o período seguinte, de 20 de março de 1714 a 19 de março de 1725, Eschwege toma para o cálculo da produção

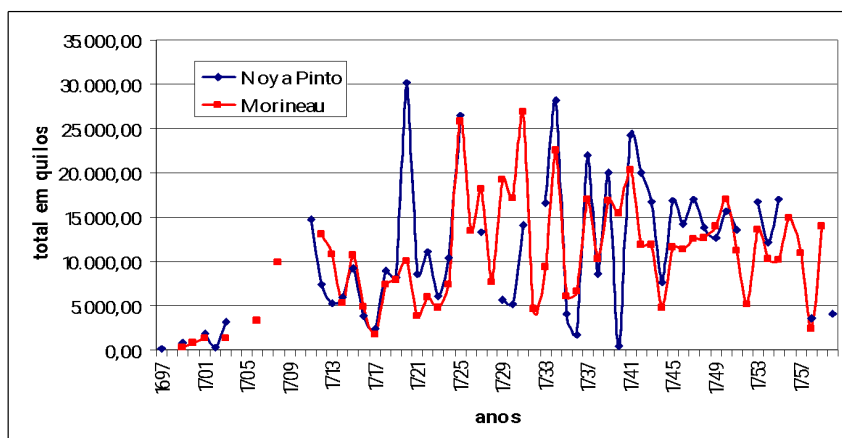
18 MATOS, *Corografia histórica...*, op. cit., p. 218; COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais, 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 8, 2007.

19 A relação detalhada desses processos é apresentada em CARRARA, *Minas e currais...*, op. cit. (cf. a seção correspondente às fontes); foi também reproduzida em CARRARA, Angelo Alves. *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da Casa dos Contos de Ouro Preto*. Mariana, MG: UFOP, 2005. (Instrumento de Pesquisa, 2).

um imposto considerado como quinto, a capitação. De 20 de março de 1725 até 1º de julho de 1735, o cálculo do quinto descontado efetivamente nas casas de fundição não pôde ser feito, porque faltaram-lhe os dados exatos. Finalmente, de 1735 a 1751 novamente a capitação foi a base.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que os valores apresentados tanto por Morineau quanto por Noya Pinto não divergem significativamente. A figura 1 mostra uma relativa coincidência entre os dados apresentados por fontes diferentes (correspondência consular e gazetas holandesas).

Figura 1: Quantidade de ouro desembarcado em Lisboa, 1697-1760²⁰

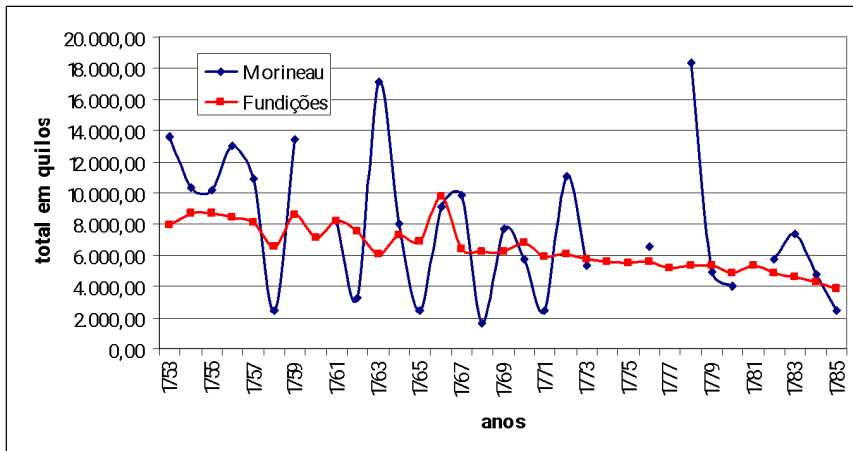


Mas o que mais surpreende é o equilíbrio entre os valores totais para o período: o total segundo Noya Pinto seria de 529.372,70 kg de ouro desembarcado em Lisboa, ao passo que para Morineau o total alcançaria a cifra de 566.658,44 kg. Levando-se em conta a premissa de que não sonhamos com precisão, uma diferença de 6,5% não é de fato considerável, e permite mesmo pensar que estamos diante de níveis de produção bastante consistentes. No entanto, uma comparação entre os valores de Noya Pinto ou Morineau com os dados estimados por Eschwege para o mesmo período revela uma enorme diferença: o total estimado por este último para o período de 1700 a 1751 foi da ordem de 211.230 kg!

20 PINTO, *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 137-184; MORINEAU, *Incroyables gazettes...*, op. cit., p. 474-475.

Interessa-me aqui, contudo, proceder à mesma comparação para o período de 1752 a 1801, quando as casas de fundição recomeçaram a fundir o ouro produzido em Minas Gerais. Como os dados apresentados por Morineau avançam até 1785, e como os valores apresentados por ele guardam relativa concordância com os de Noya Pinto, comparei-os com os valores das fundições até esse ano (figura 2).

Figura 2: Quantidade de ouro desembarcado em Lisboa e entrado nas casas de fundição da capitania de Minas Gerais, 1753-1785²¹



Adianto já o resultado: enquanto o total de ouro apresentado nas fundições entre 1753 e 1785 chegou a 213.240,24 kg, o total apurado por Morineau foi de 219.817,00 kg. Ou seja, uma diferença de 3%! Observe-se, porém, que os dados de Morineau incorporam todo o ouro procedente do Brasil, enquanto aqui só se consideram os dados das fundições de Minas Gerais. Mas como Minas respondia pela produção da

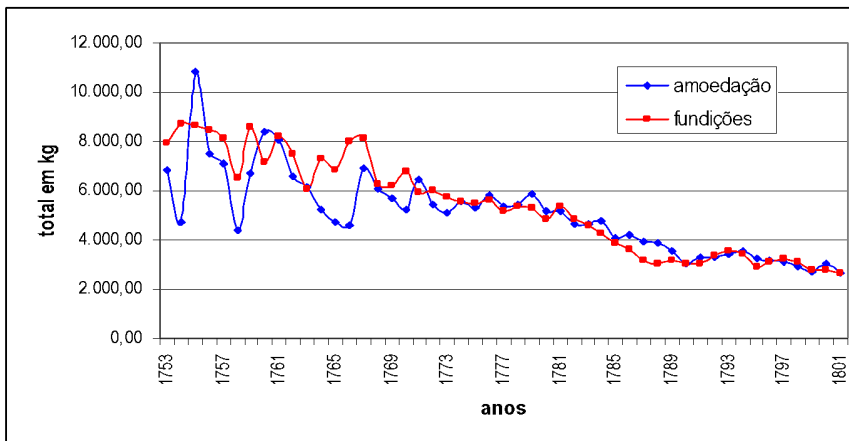
21 MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fabuleux métaux*. Les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIIIe siècles). Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme; Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 474-475; "Rendimento do real quinto na capitania de Minas Gerais, de 1o de agosto de 1751, em que teve princípio o método das casas de fundição". VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, n. 3-4, p. 855-965, jul./dez. 1901. p. 964-965; "Quinto do ouro permutado no registro da Paraíba, de que se tira o quinto na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que cede a benefício da contribuição anual de 100 arrobas", ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

quase totalidade do ouro brasileiro nesse período, a diferença torna-se ainda mais aceitável. Além disso, há outro elemento, este sim, que escapou a todos quantos levaram em conta os registros do quinto para estabelecer os montantes da produção de ouro brasileiro: o fato de que sobre a circulação do ouro em Minas Gerais incidia outra exigência, além da quintagem – a proibição de sair da capitania com ouro em pó. Em vez disso, o viajante deveria trocar, nos registros espalhados em pontos específicos, todo o ouro em pó que trazia consigo por moeda provincial. Estes valores deveriam ser de imediato incorporados à massa de ouro apresentado nas fundições para se aferir o total de ouro em circulação naquele ano. A tabela apresentada primeiramente por José Joaquim da Rocha já fazia menção ao “quinto do ouro permutado no registro da Paraibuna, de que se tira o quinto na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que cede a benefício da contribuição anual de 100 arrobas”, mas esta seria uma parte muito reduzida do total, e um teste tornará mais claro o que acabei de afirmar: o quinto para 1767, ano para o qual dispõe-se de dados completos foi de 85 arrobas, 15 marcos, 4 oitavas, 2 grãos, isto é, 349.124,02 oitavas, ou 1.251,9587 kg de ouro. Já os quintos cobrados no registro do Paraibuna chegaram a 4,16 kg (87 marcos, 6 onças, 7 oitavas e 54 grãos, ou 5794,5 oitavas, que teriam rendido de quinto 17 marcos, 4 onças, 3 oitavas e 44 grãos). Contudo, de acordo com o *Erário Régio*, em todos os registros da capitania nesse ano foram permutadas 52.787,5 oitavas de ouro em pó, isto é, 189,29597 kg. Esta última cifra está mais acorde com outra fonte, a contabilidade da Real Fazenda. Convertidas a 1\$200 réis a oitava, estes quase 190 kg perfazem o total de 63:345\$000 réis. Segundo os balancetes de receita e despesa, o total gasto com a permuta em 1767 foi de 66:149\$780 rs., diferença facilmente explicável: sempre ficavam remanescentes da permuta de um ano para outro. Assim, o cálculo final da produção deveria corresponder a uma fórmula do tipo $(Q.5 + P)$, isto é, a cinco vezes o montante total dos quintos (Q) mais todo o ouro permutado nos registros (P). Com isto, teríamos então para 1767 um total de 6.596 kg, contra 6.406 kg. Aplicada a fórmula para todos os

anos posteriores a 1751, certamente a diferença mencionada acima entre os valores apresentados por Morineau e pelas casas de fundição sem dúvida se reduziria.

Por fim, uma última comparação: o total de ouro amoeado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e fundido em todas as casas de fundição de Minas Gerais entre 1753 e 1801 (figura 3).

Figura 3: Amoeação na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e quintagem de ouro nas casas de fundição de Minas Gerais, 1753-1801²²



Uma vez mais, a equivalência dos montantes chama a atenção: no período em questão, foram amoedados na Casa da Moeda do Rio 247.186,21 kg de ouro, enquanto entraram nas fundições 263.001,06 kg. Estes dados estão absolutamente acordes com os resultados que Rita Martins de Sousa encontrou nos manifestos das naus: entre 1720 e 1764, 66% dos registros referem-se a moeda, e os 34% restantes, a ouro em barra ou em pó. Contudo, esta atividade na Casa da Moeda está relacionada fundamentalmente a demandas dos particulares, já que 88% do montante remetido por eles a Lisboa segue sob a forma de moeda. O inverso se dá para a Coroa, que recebe 93% do ouro sob a forma em pó ou barra.

22 SOETBEER, Adolf. *Die Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zum Gegenwart*. Gotha, Alemanha: J. Perthes, 1879. p. 86-87; b) para as casas de fundição: cf. Figura 2.

Ouro e fiscalidade imperial portuguesa

Numa perspectiva de longa duração e do ponto de vista estritamente fiscal, o império mercantil português inaugurado por Vasco da Gama em 1498 experimentou uma conjuntura de alta ininterrupta até 1620. Ainda que entre 1580 e 1640 Portugal fosse uma província do vasto império espanhol, foram mantidas as estruturas administrativas, bem como da gestão dos recursos financeiros vigentes no período anterior à União Ibérica. Esse primeiro império nascido no alvorecer e consolidado ao longo do século XVI começou a desaparecer de modo igualmente rápido a partir da ruptura da trégua com os holandeses em 9 de abril de 1621.²³ Para Portugal, o período que se estende de 1622 aos fins da década de 1660 tem por elemento fundamental a queda drástica das receitas do comércio externo. O antigo território do império português começara a encolher, ao mesmo tempo que cresciam os gastos militares. O 9 de abril de 1621 abriu a crise cujos componentes materializavam-se ora pela interrupção completa, ora pela absoluta imprevisibilidade da Carreira da Índia.

O inventário das perdas territoriais no ultramar é extenso e se inicia logo em 1623, com a conquista de Ormuz pelos ingleses. No Atlântico, eram os holandeses que impunham derrotas: em 1624 conquistaram Salvador, onde permaneceram por um ano; em 1630 foi a vez de Pernambuco; e em 1641, Angola. No oriente, uma vez mais os holandeses determinavam as maiores perdas: Colombo em 1656 e Jaffna em 1658 marcaram a expulsão definitiva dos portugueses do Ceilão; em 1657, Nagapattinam, na costa do Coromandel, e em 1658,

23 Sem dúvida, nesta conjuntura mais longa podem ser percebidos movimentos mais curtos. Nos anos finais do século XVI, por exemplo, nota-se uma queda acentuada do volume de especiarias transportadas pela rota do Cabo: entre 1570 e 1595 a média situou-se na casa dos 25.000 a 30.000 quintais; em 1597 o total foi de 7.895 quintais e em 1617, 10.500. A este respeito, cf. OLIVAL, Fernanda. *Gouverner le Portugal et administrer les finances portugaises au temps de Philippe III*. In: DUBET, Anne (org.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVIe-XIXe siècles)*. Rennes, FRA: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 55-71; MATOS, Artur Teodoro de. A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581- 1635). In: MATOS, Artur Teodoro de. *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. Macau, CHN: Instituto Cultural de Macau, 1994. p. 61-107.

Quilon (atual Kollam), na costa de Kerala. Em 1652 os portugueses foram expulsos dos seus fortes no Canará.

Os efeitos sobre as finanças do Estado foram imediatos. Apesar dos dados fragmentários, é inequívoca a fortíssima baixa das receitas das alfândegas do Reino entre 1619 e 1641. A solução encontrada para a diminuição das rendas ordinárias do comércio externo e rápido aumento das despesas militares foi o estabelecimento de meios extraordinários para fazer frente aos déficits. Além dos empréstimos, estancos, finças, subsídios, retenção de dois quartéis de juros e tenças. Durante os dezoito anos para os quais se conhecem os quantitativos das receitas, foram arrecadados sob estas rubricas cerca de 2.600 contos, com média anual de 150 contos.²⁴

Por fim, a “décima”, o primeiro tributo universal, incidente sobre todas as rendas dos bens de raiz, juros, ordenados, tenças, rendas ou dos ofícios e do trato mercantil, sem privilégio algum, em 1641. Acrescentem-se ainda novos impostos, como os novos direitos, em 1643.²⁵

O impacto desta quadra de fragilidade fiscal sobre a moeda foi inevitável: entre 1640 e 1688 ocorreram seis desvalorizações para o ouro (da ordem de 243% entre as duas datas) e cinco para a prata (133%).²⁶

Na década de 1660, “a Índia já não é, de há muito, o que era, e o Brasil ainda demorará a ser o que virá a ser, do ultramar não se esperam grandes ajudas”.²⁷ Uma consulta do Conselho da Fazenda de 1656 descreve a Índia “reduzida miseravelmente a seis praças (Moçambique, Goa, Diu, Cochim,

24 HESPANHA, Antônio Manuel. A Fazenda. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4. p. 227.

25 Sobre a fiscalidade portuguesa entre 1641 e 1668 cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração. *Hispania – Revista Española de Historia*, v. 64, n. 1, p. 157-182, 2004. Há também o estudo de COSTA, Leonor Freire. Fiscal innovations and the making of the modern state: which war did really matter in the Portuguese case? *Iberian Economic History Workshop: Iberometris III*, Valência, 23-24 mar. 2007; HESPANHA, A Fazenda..., op. cit., p. 228-230. O imposto do selo de 1660, e o da moagem sobre moendas dos cereais, em 1661, são incluídos nessa conjuntura por Hespanha, não obstante algo tardios.

26 SOUSA, Rita Martins. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista, 1688-1797*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006. p. 79-94.

27 HESPANHA, A Fazenda..., op. cit., p. p. 232.

Columbo e Macau); na Casa da Índia “era notório que a receita não chegava para a despesa”; Angola, “o nervo das fábricas do Brasil” sob o fogo dos castelhanos, ingleses e holandeses, na mira de se apossarem do comércio de escravos, São Tomé, Mina e Guiné, praticamente perdidas; Cabo Verde, “ao arbítrio de quem o queira tomar”; o Brasil, já então “substância principal” da Coroa, pedindo reforços; o Maranhão, mal se sustentando; as ilhas “em pobreza nunca vista”; no Reino, a Fazenda exausta.²⁸

Esta visão do Brasil encontrava forte eco nas palavras de Antônio de Sousa de Macedo: “nosso principal cabedal [consiste] no Brasil”, comparado ao qual “as Índias são nada”.

Mas seria de fato o Brasil esta “substância principal” assinalada pelo Conselho de Fazenda? A resposta só é positiva apenas por comparação com o que restou do Estado da Índia. O próprio D. João IV, à iminência da paz franco-espanhola com suas repercussões para a posição internacional do Reino, havia

decidido a buscar a acomodação com os países Baixos a qualquer preço, inclusive oferecendo a restituição do Nordeste em troca de Portugal na paz de Munster ou ao menos numa trégua com a Espanha. Em fevereiro de 1647, El-Rei autorizou Sousa Coutinho a fazer uma derradeira proposta de compra da região por três milhões

28 ANTT, Manuscritos da Livraria, 1146/Representação do Conselho de Fazenda sobre as necessidades urgentes em que estava o Reino, apontando os remédios; 23 de maio de 1656; fols.62-80. Estas lamúrias tornaram-se recorrentes. O jesuíta Manuel Godinho, que fez a viagem por terra da Índia até Portugal, via golfo Pérsico, em 1663, assim apresenta seu “lamento pelas glórias passadas e pelas misérias presentes”: “o império ou Estado indiano lusitano, que anteriormente dominava a totalidade do Oriente e compreendia 8 mil léguas de soberania, 29 capitais de província e muitas outras de menor importância, e que ditava leis a 33 reinos tributários, espantando todo o mundo com sua enorme extensão, assombrosas vitórias, próspero comércio e imensas riquezas, está agora reduzido, por causa de seus próprios pecados ou devido à inevitável decadência dos grandes impérios, a tão poucas terras e cidades que se pode muito bem duvidar que o Estado fosse mais pequeno mesmo em seu início do que é agora no fim. (. . .) Se ainda não expirou completamente, é porque não encontrou um túmulo digno de sua anterior grandeza. Se era uma árvore, é agora um tronco; se era um edifício, é agora uma ruína; se era um homem, é agora um coto; se era um gigante, é agora um pigmeu; se era grande, não é nada agora; se era a vice-realeza da Índia, está agora reduzido a Goa, Macau, Chaul, Baçaim, Damão, Diu, Moçambique e Mombaça, com algumas outras fortalezas e locais de menor importância” (apud BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 141-142).

de cruzados [equivalentes a 1.200 contos de réis]. Em caso de rejeição, propunha-se devolver os territórios reconquistados à W. I. C., que se comprometeria a anistiar os insurretos, dando-lhes o direito de se retirarem do Brasil holandês com seus bens.²⁹

Em síntese, nas décadas de 1640 e 1650 os números que o Brasil podia expor não convidavam a grandes esforços de uma Coroa receosa de perder não mais o ultramar, mas o próprio Reino. No que respeita aos rendimentos fiscais, mostrei com relativo detalhamento que os montantes arrecadados ao longo do século XVII no Brasil não eram muitas vezes sequer suficientes para fazer frente às despesas.³⁰

Por tudo isto, cabe perguntar: era império, ainda? A abrangência territorial dos fragmentos que podiam ser ainda respigados no oriente, além do Estado do Brasil e as conquistas em África sugerem, sem dúvida, um império, embora com as finanças em frangalhos.

O período posterior a 1667 até 1808 pode ser caracterizado por uma longa conjuntura de alta, obviamente recortada por fases distintas. Em 1636 a população no Reino foi estimada em 1.100.000 habitantes. Cem anos depois, havia quase dobrado: 2.143.368, e não parou mais de crescer: 2.850.444 em 1770, 3.352.310 em 1776; 2.931.930 em 1801, 2.876.602 em 1811; 3.200.000 em 1838.³¹ No Brasil o impacto foi ainda maior: o ouro ativou uma acelerada migração de portugueses e elevou acentuadamente a importação de indivíduos escravizados da África, cujo resultado foi a forte elevação da população residente no Brasil. Se no final do século XVII a população brasileira corresponderia a uma cifra em torno de, e de modo

29 MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 103.

30 CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas do Estado do Brasil: século XVII*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.

31 MACHADO, José T. M. No Centenário do I Recenseamento Populacional Português. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n. 16, 1965, apud BAGANHA, Maria Joannis; MARQUES, José Carlos. População. In: VALÉRIO, Nuno. *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001. p. 33-126. p. 33.

algum, muito superior a 200 mil indivíduos, no início do século XIX ela havia aumentado mais de dez vezes.³²

Entre 1667 e 1697, a mudança consolidada pelas perdas comerciais/territoriais ocorridas entre as décadas de 1630 e 1660 efetivamente tendeu a deslocar o eixo de gravidade financeira para o Reino, de onde passou a provir a maior parte das rendas do Estado. Mas a paz com Espanha não teve efeito imediato apenas no Reino. No Estado da Índia a mudança começou a ocorrer logo a partir de 1667. Entre 1668 e 1682 houve 28 viagens de Goa para Lisboa ou uma média de 1,87 por ano. Segundo Ames, estas estatísticas revelam que após o fraco período de 1640 a 1662, quando a Carreira estava moribunda e o contato entre Lisboa e Goa foi interrompido por anos, um comércio marítimo regular entre a metrópole e a Índia foi definitivamente restabelecido. Passagens rápidas de Lisboa a Goa tornaram-se a regra após 1674. Animado talvez com esta recuperação, o príncipe regente Pedro abandonou a primazia que seu pai, D. João IV havia mostrado para com o Brasil e decidiu redirecionar o patrocínio e os recursos da Coroa numa tentativa de salvar e ressuscitar o Estado da Índia.³³

Como consequência, os tributos cobrados na Casa da Índia começaram a dar sinais de alguma recuperação, chegando a registrar em 1681 um rendimento da ordem de 62:192\$841 réis. A fiscalidade do império ensaiava assim o retorno a seu traço estrutural dominante, fortemente fundado nas receitas do comércio com o ultramar.

Por tudo isto, a situação à roda de 1680 é menos terrível em termos fiscais, mas as causas estavam basicamente na entrada em cena dos impostos sobre o tabaco e os donativos voluntários. O grande destaque a partir da década de 1670 foi o tabaco, colocado já em 1634 sob regime de monopólio da Coroa. As rendas geradas pelo monopólio de comércio do taba-

32 CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, p. 1-21, 2014; BOTELHO, T. R. A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais. *Anais de História de Além-Mar*, v. XVI, p. 79-106, 2015.

33 AMES, Glenn Joseph. *Renascent Empire? The House of Braganza and the quest for stability in Portuguese monsoon Asia, ca.1640-1683*. Chicago University Press, 2000, p. 97-100.

co pelo Estado equivaliam em grande medida ao tamanho da produção de fumo no Brasil.

Outra fonte de recursos começou a fluir a partir da década de 1670, com a exportação de vinhos para a Inglaterra.³⁴ A consequência fiscal não se fez esperar. Enquanto em 1641, a Alfândega de Lisboa registrou um rendimento de 152:245\$841 réis, e a do Porto, 11:002\$857 réis, em 1681 a relação havia já se transformado por completo: o rendimento da Alfândega do Porto saltara para 60:763\$929, e a de Lisboa, 269:856\$721 réis, uma relação de 4,5 vezes contra 13 vezes em 1641.

Mas estes números devem ser tomados com todo o cuidado: se as receitas globais do império correspondiam em 1607 a 55.472 marcos de ouro (1.672:270\$430 réis), em 1681 os rendimentos de 1.746:780\$848 réis equivaliam a 20.471 marcos de ouro: em 1607 o marco de ouro amoedado valia 30\$000 réis, e em 1680, 85\$330. Sinal de que a conjuntura de baixa estava longe de ter sido superada. A rigor, os mesmos 55.472 marcos de ouro em 1607 correspondiam a 5.325:312\$000 réis a partir de 1688, quando o marco amoedado chegou aos 102\$400 réis, o que ocorreu na década de 1720, sob o impacto de “uma nova força econômica [que] intervém já poderosamente: é o ouro do Brasil”.³⁵ Era chegado o tempo do segundo império, que igualmente coincide com uma fase de intensificação da alta tímida iniciada em 1667.

Do ponto de vista demográfico, as mudanças foram enormes. Em Portugal verificou-se uma forte emigração, “a tal ponto que, em 1720, a Coroa teve que intervir, limitando a passagem de gente ao Brasil para estancar a despovoação do Reino”. Os dados disponíveis não permitem determinar o momento preciso do movimento: em 1706 havia 578.733 fogos; já em 1732, o total havia caído para 549.799. Vitorino Magalhães Godinho estimou a emigração entre 8 e 10 mil pessoas.³⁶

34 NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 76; p. 88; p. 122; FISHER, H. E. S. *The Portugal trade*. Londres: Methuen & Co., 1971. p. 24-28.

35 GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Ensaio, II. Sobre História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1968. p. 60-61.

36 SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4. p. 49-69. p. 52; GODINHO, Vitorino de Magalhães.

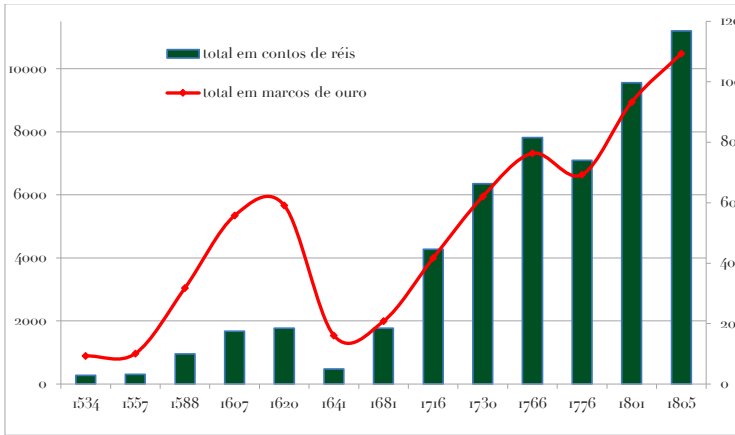
Ainda que fontes de qualidade comparáveis às de 1607 e 1619 só as tenhamos a partir de 1762, os dados disponíveis para 1716, 1720, 1730, 1738-1740 e 1761 permitem ao menos entrever com muita clareza o crescimento súbito das receitas imperiais: os quase 4.300 contos em 1716 correspondiam já a mais de 44.000 marcos de ouro amoadado. Quatorze anos depois, os rendimentos eram superiores a 66.000 marcos. Esta fase parece ter um pico pouco antes ou não muito após 1766, quando as receitas totais chegaram a mais de 81.000 marcos de ouro.

No entanto, os valores observados a partir da década de 1770 não estão mais ligados diretamente à mineração do ouro, então em franco declínio, mas principalmente ao incremento das atividades rurais no Brasil. Assim, é possível que o valor observado em 1776 já fizesse parte da fase de recuperação econômica sob novos motores de crescimento. Nos anos finais do século XVIII as receitas totais do império alcançaram a cifra de 9.558 contos de réis, pouco mais de 93 mil marcos de ouro amoadado. E a julgar pelos dados apresentados por Balbi, dos anos imediatamente anteriores à partida do rei para o Brasil a maior renda foi a de 1805, que alcançou 11.200 contos de réis, 109,3 mil marcos de ouro.³⁷ Observado em perspectiva mais abrangente, o movimento geral é sintetizado pela figura 4.

L'émigration portugaise (XVe-XXe siècle): une constante structurale et le réponses aux changements du monde. *Revista de História Econômica e Social*, v. 1, p. 5-32, 1978.

37 COUTINHO, Rodrigo de Souza, [conde de Linhares]. *Memória apresentada ao Príncipe Regente relativa às balanças de receitas e despesas da Real Fazenda no ano de 1800*. [s. l.]: [1801]. 12 p. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Manuscritos, Coleção Portugal, I, 32, 28, 001, n.º 009; BALBI, Adrien. *Essai statistique du Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*. Paris: Rey et Gravier, 1822. p. 304.

Figura 4: receitas totais do império português, 1534-1805, em contos de réis e em marcos de ouro³⁸



Ao longo de um século redondo, o ouro brasileiro provocou uma completa reestruturação do império português em diferentes âmbitos. A população decuplicou, distribuindo-se por todas as áreas do território do Estado do Brasil. Independentemente do montante extraído, e apesar de a mineração ser atividade que demandava um número menor de trabalhadores, o fato concreto é que o ouro posto em circulação no século XVIII estimulou a produção agrícola e pecuária, bem como o comércio. O ouro fertilizou novos circuitos mercantis no interior de extensas áreas do Estado do Brasil, os quais conformaram espaços econômicos especiais, que se articulavam a territórios externos ao Estado do Brasil. E no âmbito fiscal, impactou fortemente as finanças da Real Fazenda em ambas as margens do Atlântico. Tudo isso não devia ser novidade. Afinal de contas, esses são os impactos esperados da produção de uma mercadoria especial: o ouro, metal precioso cuja circulação entre o seu local de extração e a sua entrada em alguma casa da moeda, sempre funcionou como dinheiro.

38 CARRARA, Angelo Alves. *As receitas imperiais portuguesas: estruturas e conjunturas, séculos XVI-XVIII (parte primeira)*. 2011. 60 f. Relatório de pesquisa. Departamento de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relatório-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 12. dez. 2022.

Referências

- BAGANHA, Maria Joannis; MARQUES, José Carlos. População. In: VALÉRIO, Nuno. *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001. p. 33-126.
- BALBI, Adrien. *Essai statistique du Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*. Paris: Rey et Gravier, 1822.
- BOTELHO, T. R. A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais. *Anais de História de Além-Mar*, v. XVI, p. 79-106, 2015.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *La Guyane française (1715-1817). Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. 1971. Tese (Doutorado em História) – Institut des hautes études de l'Amérique Latine, Université de Paris X, Nanterre, Paris, 1971.
- CARNOTA, John Smith Athelstane, Conde da [1813-1886]. *Memoirs of the Marquis of Pombal: with extracts from his writings, and from despatches in the state paper office, never before published*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1843.
- CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, p. 1-21, 2014.
- CARRARA, Angelo Alves. *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da Casa dos Contos de Ouro Preto*. Mariana, MG: UFOP, 2005. (Instrumento de Pesquisa, 2).
- CARRARA, Angelo Alves. *As receitas imperiais portuguesas: estruturas e conjunturas, séculos XVI-XVIII (parte primeira)*. 2011. 60 f. Relatório de pesquisa. Departamento de Pesquisa, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relatório-de-pesquisa.pdf>. Acesso em: 12. dez. 2022.

- CARRARA, Angelo Alves. La producción de oro en Brasil, siglo XVIII. In: HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. *Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda*. México: El Colegio de México, 2014. p. 251-271.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.
- CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas do Estado do Brasil: século XVII*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais, 1780. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 8, 2007.
- COSTA, Leonor Freire. Fiscal innovations and the making of the modern state: which war did really matter in the Portuguese case? *Iberian Economic History Workshop: Ibero-metris III*, Valência, 23-24 mar. 2007.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.
- COUTINHO, Rodrigo de Souza, [conde de Linhares]. *Memória apresentada ao Príncipe Regente relativa às balanças de receitas e despesas da Real Fazenda no ano de 1800*. [s. l.]: [1801]. 12 p. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/Divisão de Manuscritos, Coleção Portugal, I, 32, 28, 001, n.º 009.
- ESCHWEGE, W. von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922
- FISHER, H. E. S. *The Portugal trade*. Londres: Methuen & Co., 1971.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. *Ensaio, II. Sobre História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1968.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. L'émigration portugaise (XVe-XXe siècle): une constante structurale et le réponses aux changements du monde. *Revista de História Econômica e Social*, v. 1, p. 5-32, 1978.

- HESPANHA, Antônio Manuel. A Fazenda. In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4.
- JUMAR, Fernando. El espacio colonial peruano en la historiografía sobre circulación mercantil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 2, p. 475-534, 2014.
- MACHADO, José T. M. No Centenário do I Recenseamento Populacional Português. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n. 16, 1965.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração. *Hispania – Revista Española de Historia*, v. 64, n. 1, p. 157-182, 2004.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996 [1863].
- MATOS, Artur Teodoro de. A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581- 1635). In: MATOS, Artur Teodoro de. *Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. Macau, CHN: Instituto Cultural de Macau, 1994. p. 61-107.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais, 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979/1981. v. 2.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fabuleux métaux*. Les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIIIe siècles). Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme; Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985.
- NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- OLIVAL, Fernanda. Gouverner le Portugal et administrer les finances portugaises au temps de Philippe III. In: DUBET,

- Anne (org.). *Les finances royales dans la monarchie espagnole (XVIe-XIXe siècles)*. Rennes, FRA: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 55-71.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissemens et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Genève: Chez Jean-Leonard Pellet, 1780.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- ROCHA, José Joaquim da Rocha. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, n. 3, p. 425-517, [1780].
- SANTARÉM, Manuel Francisco de Barros e Sousa, visconde de [1791-1856]. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1842-76.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: IEP, 1982.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos *et al.* *Minería y espacio económico en los Andes, siglos XVI-XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial. *In: FLORESCANO, Enrique (comp.). Ensayos sobre el desarrollo económico de México y de América Latina (1500-1975)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- SERRÃO, José Vicente. O quadro humano. *In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1992. v. 4. p. 49-69.

- SOETBEER, Adolf. *Die Edelmetall-Produktion und Werthverhältniss zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerika's bis zum Gegenwart*. Gotha: J. Perthes, 1879.
- SOUSA, Rita Martins. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista, 1688-1797*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006. p. 79-94.
- TANDETER, E.; MILLETICH, V.; SCHMIT, R. Flujos mercantiles en el Potosí colonial tardío. In: SILVA RIQUER, Jorge; GROSSO, Juan Carlos; YUSTE, Carmen (org.). *Circuitos mercantiles y mercados en Latinoamérica*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora; Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, 1995.
- UNITED STATES. Monetary Commission. *Report and accompanying documents of the United States Monetary Commission; organized under joint resolution of August 15, 1876*. Washington, USA: Govt. Print. Off., 1877-1879.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais [1803]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, n. 3-4, p. 757-965, jul./dez. 1901.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, n. 3-4, p. 855-965, jul./dez. 1901.

Anexo

Rendimento dos quintos reais de Minas Gerais e ouro embarcado do Brasil para Lisboa, 1697-1801

| Registros das Casas de Fundição | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|--------|--------|--------|---------|-------------------|-----------------|------------|-----------|-----------|---------|----------|----------|
| quintos | quintos no registro Paraíba | | | | total | Noya Pinto quilos | Morineau quilos | Manifestos | Amoedação | | | | |
| | arrobos | marcos | onças | olivas | | | | | | grãos | quintos | total/kg | |
| | marcos | onças | olivas | grãos | quintos | total/kg | | | | | | | |
| 1697 | | | | | | | 1697 | 115,20 | | | | | |
| 1698 | | | | | | | 1698 | | | | | | |
| 1699 | | | | | | | 1699 | 725,00 | | 292,00 | | | |
| 1700 | | | | | | | 1700 | | | 786,00 | | | |
| 1701 | | | | | | | 1701 | 1.785,00 | | 1.330,00 | | | |
| 1702 | | | | | | | 1702 | 264,00 | | | | | |
| 1703 | | | | | | | 1703 | 3.146,00 | | 1.274,00 | | | 1.469,51 |
| 1704 | | | | | | | 1704 | | | | | | 1.684,39 |
| 1705 | | | | | | | 1705 | | | | | | 871,17 |
| 1706 | | | | | | | 1706 | | | 3.268,00 | | | 877,62 |
| 1707 | | | | | | | 1707 | | | | | | 995,59 |
| 1708 | | | | | | | 1708 | | | 9.804,00 | | | 1.110,17 |
| 1709 | | | | | | | 1709 | | | | | | 1.007,06 |
| 1710 | | | | | | | 1710 | | | | | | 877,62 |
| 1711 | | | | | | | 1711 | 14.700,00 | | | | | 373,29 |
| 1712 | | | | | | | 1712 | 7.350,00 | | 13.072,00 | | | 593,33 |
| 1713 | | | | | | | 1713 | 5.292,00 | | 10.787,00 | | | 948,57 |
| 1714 | | | | | | | 1714 | 5.951,00 | | 5.310,00 | | | 4.125,28 |
| 1715 | | | | | | | 1715 | 9.216,00 | | 10.620,00 | | | 1.783,73 |
| 1716 | | | | | | | 1716 | 3.839,00 | | 4.911,00 | | | 4.858,74 |
| 1717 | | | | | | | 1717 | 2.304,00 | | 1.736,00 | | | 4.600,01 |



Amplie a
tabela

| | | | | | |
|------|------|-----------|-----------|-----------|----------|
| 1718 | 1718 | 8.925,00 | 6.709,00 | | 4.914,11 |
| 1719 | 1719 | 8.193,70 | 8.708,00 | | 5.994,24 |
| 1720 | 1720 | 30.112,20 | 9.288,00 | 6.862,36 | 4.862,93 |
| 1721 | 1721 | 8.512,50 | 3.785,00 | 4.383,56 | 5.044,21 |
| 1722 | 1722 | 11.000,00 | 5.907,00 | 12.329,32 | 3.673,10 |
| 1723 | 1723 | 6.000,00 | 4.748,00 | 8.712,61 | 3.744,82 |
| 1724 | 1724 | 10.368,00 | 7.353,00 | 4.369,78 | 3.621,92 |
| 1725 | 1725 | 26.438,40 | 25.768,00 | 25.412,79 | 3.597,22 |
| 1726 | 1726 | | 13.480,00 | 14.229,06 | 1.245,06 |
| 1727 | 1727 | 13.341,00 | 18.137,00 | 13.107,33 | 943,95 |
| 1728 | 1728 | | 7.684,00 | 8.962,92 | 1.315,03 |
| 1729 | 1729 | 5.616,00 | 19.199,00 | 13.623,81 | 1.807,57 |
| 1730 | 1730 | 5.184,00 | 17.057,00 | 10.568,00 | 2.187,83 |
| 1731 | 1731 | 14.113,20 | 26.828,00 | 13.151,66 | 1.679,51 |
| 1732 | 1732 | | 4.585,00 | 3.687,60 | 3.806,15 |
| 1733 | 1733 | 16.588,80 | 9.314,00 | 13.855,58 | 1.399,20 |
| 1734 | 1734 | 28.219,50 | 22.466,00 | 20.756,30 | 2.844,53 |
| 1735 | 1735 | 4.040,70 | 6.023,00 | 12.624,03 | 5.894,27 |
| 1736 | 1736 | 1.728,00 | 6.536,00 | 3.591,12 | 5.350,94 |
| 1737 | 1737 | 21.998,50 | 16.920,00 | 18.085,39 | 5.225,66 |
| 1738 | 1738 | 8.588,40 | 10.212,00 | 6.292,23 | 5.011,08 |
| 1739 | 1739 | 19.942,70 | 16.830,00 | 5.737,60 | 7.385,73 |
| 1740 | 1740 | 345,60 | 15.434,00 | 18.592,51 | 4.621,29 |
| 1741 | 1741 | 24.192,00 | 20.224,00 | 14.427,67 | 6.719,68 |
| 1742 | 1742 | 20.044,80 | 11.781,00 | 14.023,65 | 6.863,17 |
| 1743 | 1743 | 16.691,00 | 11.858,00 | 12.935,90 | 7.556,25 |
| 1744 | 1744 | 7.695,20 | 4.716,00 | 6.062,73 | 6.594,91 |
| 1745 | 1745 | 16.799,90 | 11.543,00 | 14.678,69 | 7.096,49 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|------|-----|----|---|----|----|----------|----------|----|---|----|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1746 | | | | | | | | | | | 1746 | 14.227,00 | 11.288,00 | 9.467,04 | 7.000,16 |
| 1747 | | | | | | | | | | | 1747 | 16.938,60 | 12.520,00 | 11.613,86 | 7.640,22 |
| 1748 | | | | | | | | | | | 1748 | 13.860,00 | 12.635,00 | 11.525,40 | 7.587,80 |
| 1749 | | | | | | | | | | | 1749 | 12.570,40 | 13.895,00 | 14.769,54 | 6.188,98 |
| 1750 | | | | | | | | | | | 1750 | 15.605,10 | 17.025,00 | 14.004,53 | 8.615,72 |
| 1751 | | | | | | | | | | | 1751 | 13.560,30 | 11.149,00 | 12.565,34 | 8.734,81 |
| 1752 | | | | | | | | | | | 1752 | | 5.147,00 | 6.932,93 | 8.127,14 |
| 1753 | 107 | 50 | 6 | 7 | 25 | 1 | 7.916,59 | | | | 7.916,59 | 16.678,10 | 13.594,00 | 18.240,79 | 6.810,13 |
| 1754 | 118 | 22 | 4 | 3 | 56 | 2 | 8.691,96 | | | | 8.691,96 | 12.043,80 | 10.326,00 | 20.021,83 | 4.677,66 |
| 1755 | 117 | 57 | 5 | 5 | | | 8.658,85 | 7 | 3 | 55 | 1 | 1,62 | 8.660,47 | 16.570,31 | 10.846,56 |
| 1756 | 114 | 45 | 5 | 1 | 33 | 3 | 8.424,69 | 12 | 4 | 32 | 2 | 2,77 | 8.427,46 | 13.072,00 | 7.497,04 |
| 1757 | 110 | 18 | 5 | 5 | 36 | | 8.099,29 | 5 | 4 | 3 | 7 | 1 | 8.100,57 | 10.898,00 | 7.097,78 |
| 1758 | 88 | 63 | 2 | 7 | 8 | 2 | 6.535,54 | 17 | 6 | 6 | 67 | 1 | 6.536,54 | 2.422,00 | 4.417,72 |
| 1759 | 116 | 46 | 1 | 4 | 23 | 4 | 8.572,20 | 13 | 1 | 4 | 36 | | 8.575,22 | 13.480,00 | 6.686,63 |
| 1760 | 97 | 32 | 1 | 1 | 1 | 3,5 | 7.160,54 | 27 | 1 | 3 | 14 | 2 | 7.166,78 | | 8.383,98 |
| 1761 | 111 | 19 | 2 | 6 | 64 | 4 | 8.174,20 | 16 | 6 | 6 | 26 | 2 | 8.178,06 | 8.170,00 | 8.057,80 |
| 1762 | 102 | 10 | 1 | 61 | 1 | 7.502,52 | | 23 | 2 | 7 | 7 | 1 | 7.507,88 | 3.268,00 | 6.582,23 |
| 1763 | 82 | 47 | 5 | 3 | 13 | 1 | 6.076,89 | 23 | 4 | 5 | 36 | | 6.082,31 | 17.157,00 | 6.146,38 |
| 1764 | 99 | 44 | 1 | 7 | 30 | 3 | 7.321,45 | 11 | 0 | 61 | 1 | 2,53 | 7.323,98 | 8.007,00 | 5.253,29 |
| 1765 | 93 | 30 | 7 | 6 | 53 | 2 | 6.865,59 | 18 | 5 | 3 | 62 | 2 | 6.869,88 | 2.451,00 | 4.723,39 |
| 1766 | 132 | 13 | 2 | 6 | 7 | 70 | 9.709,56 | 25 | 5 | 1 | 58 | 1 | 9.715,45 | 9.069,00 | 4.579,81 |
| 1767 | 87 | 15 | 1 | | 44 | 1 | 6.406,76 | 18 | 2 | 6 | 64 | 4 | 6.410,97 | 9.804,00 | 6.872,44 |
| 1768 | 84 | 50 | 4 | 61 | 1 | 6.226,53 | | 13 | 0 | 1 | 57 | 3 | 6.229,52 | 1.634,00 | 6.073,28 |
| 1769 | 84 | 20 | 4 | 6 | 48 | 4 | 6.192,71 | 12 | 4 | 2 | 7 | 1 | 6.195,59 | 7.696,00 | 5.708,88 |
| 1770 | 92 | 19 | 4 | 4 | 1 | 1,5 | 6.779,05 | 16 | 2 | 3 | 64 | 3 | 6.782,79 | 5.719,00 | 5.223,05 |
| 1771 | 80 | 54 | 2 | 52 | 4 | 5.937,32 | | 12 | 1 | 4 | 43 | 4 | 5.940,12 | 2.451,00 | 6.422,44 |
| 1772 | 82 | | 5 | 1 | 40 | 3 | 6.022,93 | 10 | 5 | 6 | 25 | | 6.025,39 | 11.030,00 | 5.422,66 |
| 1773 | 78 | 17 | 6 | 2 | 13 | | 5.748,83 | 5 | 3 | 4 | 1 | 1,25 | 5.750,08 | 5.310,00 | 5.070,09 |

Fontes:

- a) para o rendimento do quinto segundo os registros das casas de fundição da ‘capitania de Minas Gerais: “Rendimento do real quinto na capitania de Minas Gerais, de 1º de agosto de 1751, em que teve princípio o método das casas de fundição, com a diferença que os anos seguiram, segundo o estabelecimento das ditas casas, de agosto a fim de julho até ao ano de 1766, no qual, por observância das reais ordens, se estabeleceu, de janeiro a dezembro, o que atualmente se pratica”. VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Minas e quintos do ouro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, n. 3-4, p. 855-965, (1901), 1902, p. 964-965; “quinto do ouro permutado no registro da Paraibuna, de que se tira o quinto na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que cede a benefício da contribuição anual de 100 arrobas”. ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 151.
- b) para os dados de Noya Pinto: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979;
- c) para os dados de Morineau: MORINEAU, Michel. *Incrovables gazettes et fabuleux métaux; les retours des trésors américains d’après les gazettes hollandaises, 16e-18e siècles*. Paris: MSH, 1985;
- d) para os manifestos das naus: COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. *O ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013. p. 192-194;
- e) para a amoedação na Casa da Moeda do Rio de Janeiro: SOETBEER, Adolf. *Edelmetall-Produktion und Werthverhältniß zwischen Gold und Silber seit der Entdeckung Amerikas bis zur Gegenwart*. Gotha: Justus Perthes, 1879. p. 86-87.

A FRONTEIRA DO OURO E A DEGRADAÇÃO DO OUTRO NOS CONFINES DO BRASIL COLONIAL (CAPITANIA DE MATO GROSSO, SÉCULO XVIII)

Leonardo Marques¹

Introdução: a fronteira da mercadoria, fato social total

Entre setembro de 2018 e junho de 2019, aproximadamente 200 kg de ouro foram extraídos e exportados ilegalmente de terras Yanomami em Roraima com destino à Índia. O produto esteve atrás apenas da soja como principal exportação da região, com efeitos deletérios para as populações locais e indígenas, as matas, os morros e os rios da região. Este foi um dos muitos episódios recentes de uma história catastrófica, que vem sendo denunciada há anos, mas cujas verdadeiras dimensões começam a vir à tona agora, no começo do ano de 2023, quando mudanças políticas no Brasil abriram a possibilidade de ações mais efetivas para remediar a situação. O garimpo ilegal em territórios indígenas no Brasil subiu 632% entre 2010 e 2021, uma expansão particularmente acentuada ao longo dos últimos anos, quando o país teve um presidente abertamente favorável a tais práticas. Os milhares de garimpeiros que invadiram terras indígenas, com respaldo e apoio político do Estado, responderam a um crescimento da deman-

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - CNPJ 88.887.466409/2019-00 e da Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019. Agradeço a Gisele Batista Candido por suas sugestões e a Eduardo Daflon, Rafael Marquese, Thiago Krause e Tiago Kramer de Oliveira pela ajuda com fontes e bibliografia.

da global por ouro decorrente da crise econômica de 2007-2008, que motivou inúmeros investidores a buscar o metal amarelo como uma opção mais segura diante da fragilidade do sistema financeiro internacional.²

A tragédia na Amazônia contemporânea expressa processos de *longa duração* que marcaram a história da América. O vínculo entre a violência no continente e a demanda global por metais preciosos foi uma das marcas de nascimento da América colonial em 1492, com a invasão europeia e a rápida devastação das populações indígenas das Grandes Antilhas, produto de uma combinação sinistra de novas doenças com a brutalidade do trabalho compulsório na extração de ouro. O motor dessa busca desenfreada por metais preciosos não foi uma obsessão atemporal com o ouro ou uma simples busca por lucros, mas o surgimento de um sistema histórico em que o dinheiro, na forma de capital, tornou-se o principal elemento estruturante. Como bem notam Marc Bloch e Fernand Braudel, um fator decisivo na história do capitalismo foi o descolamento das economias comerciais de uma circulação puramente metálica, processo possibilitado pela criação e proliferação de diferentes instrumentos de crédito, como as letras de câmbio, os bancos de depósito, a moeda de conta, dentre outras inovações. Esse desenraizamento gradual da economia, no entanto, não diminuiu a demanda por metais preciosos; pelo contrário, intensificou-a. Foi o jogo articulado entre a circulação da moeda e a formação de estoques monetários que deu base aos altos voos das grandes finanças; estas, por sua vez, foram o motor da expansão das fronteiras da mercadoria.³

2 Dentre inúmeras reportagens sobre o tema, ver as seguintes: “Roraima exporta 194 kg de ouro à Índia sem ter nenhuma mina operando legalmente”, de João Fellet, 12 de junho de 2019, BBC News: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48534473>; “Bolsonaro cumpre promessa e garimpo em terras indígenas cresce 632% em uma década”, de Maurício Angelo, 27 de setembro de 2022, Observatório da Mineração: <https://observatoriodamineracao.com.br/bolsonaro-cumpre-promessa-e-garimpo-em-terras-indigenas-cresce-632-em-uma-decada/>; “Crianças Yanomami morrem 13 vezes mais por causas evitáveis do que média nacional”, de Rafael Oliveira, 14 de dezembro de 2022, Publica: <https://apublica.org/2022/12/criancas-yanomami-morrem-13-vezes-mais-por-causas-evitaveis-do-que-media-nacional/>.

3 DAY, John. *Money and finance in the age of merchant capitalism*. Oxford; Malden, MA: Blackwell Publishers, 1999, p. 131; INGHAM, Geoffrey K. *The Nature of Money*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2004.

A fronteira da mercadoria, conceito originalmente formulado por Jason Moore, representa um ponto de observação privilegiado do capitalismo enquanto um sistema histórico que se fez (e continua a se fazer) *por meio* da exploração e apropriação da natureza humana e extra-humana, ou da “teia da vida”, como tem colocado em trabalhos mais recentes. Aqui, a natureza não é um elemento a mais para ser analisado ao lado da luta de classes, da geopolítica e da expansão de mercados, mas a própria base por meio da qual tais processos se desenvolvem. Em trabalhos posteriores, Moore desenvolveu a ideia, herdada da perspectiva de sistemas-mundo, de que o capitalismo dependeu de uma reorganização imperial da ecologia mundial, com uma análise das estratégias de barateamento da natureza. Dentre tais estratégias está o “dinheiro barato”: formas de crédito que deram e continuam dando sustentação ao sistema, em um “círculo virtuoso de dinheiro barato e novas fronteiras”. As fronteiras da mineração, portanto, são produto e produtoras das formas de dinheiro abstrato que regeram a expansão da economia-mundo capitalista. “O dinheiro é uma relação ecológica”, observam Moore e Patel. Mesmo hoje, as formas abstratas do dólar como dinheiro mundial estão organicamente relacionadas à expansão das fronteiras do petróleo no Oriente Médio.⁴

“As praças comerciais são os motores decisivos da vida econômica”, argumenta Braudel, “elas rompem a hostilidade do espaço, lançam as grandes circulações que, à velocidade permitida pela época, triunfam das distâncias custe o que custar”. Ao longo da era moderna, duas conjunturas específicas de enorme demanda por metais preciosos marcaram a história do capitalismo: uma em meados do século XV, que estimulou tanto a busca ibérica por metais preciosos (da qual a expansão portuguesa pela costa da África e a expedição de Colombo para a América foram parte) quanto o crescimento da extração

4 Ver o prefácio e capítulo de Moore neste volume. MOORE, J. W.; PATEL, Raj. *A history of the world in seven cheap things: a guide to capitalism, nature, and the future of the planet*. Oakland, CA: University of California Press, 2017; Sobre as fronteiras do petróleo e o dólar, ver HANIEH, Adam. World Money and Oil: Theoretical and Historical Considerations. *Science & Society*, v. 87, n. 1, p. 50-75, jan. 2023.

de prata nas minas da Europa Central, posteriormente substituída pela fronteira da prata em Potosí; outra na segunda metade do século XVII, que se manifestou nas buscas e achados do ouro na América portuguesa e no eventual boom de prata na Nova Espanha. A grande demanda por metais preciosos na virada para o século XVIII produziu a fronteira da mercadoria mais distante dos grandes centros da economia-mundo capitalista até então conhecida, levando colonos e escravizados ao coração da América do Sul. Recorrendo a diferentes métodos, mas principalmente ao garimpo nos depósitos de aluvião, mineradores extraíram aproximadamente 857 toneladas de ouro da América portuguesa entre 1700 e 1799: 74% desse total em Minas Gerais, 19% em Goiás e 7% no Mato Grosso, nas estimativas clássicas de Noya Pinto. Apesar de corresponder a um volume muito inferior ao da prata, em termos de valor este ouro representava 40% do total de metais preciosos extraídos do Novo Mundo em meados do século XVIII. As mudanças foram drásticas no interior do espaço colonial, com a destruição e subordinação violenta de populações indígenas, a importação de trabalhadores escravizados da África e a transformação radical de paisagens.⁵

O outro lado dessa moeda foi a construção das maiores estruturas de dinheiro barato jamais vistas até então. Na longa luta entre Grã-Bretanha e França pela hegemonia no sistema mundial, a chamada Segunda Guerra dos 100 anos (1688-1815), a estabilidade da libra esterlina foi o fator diferencial: “sem fixidez da medida monetária não há crédito fácil, não há segurança para quem empresta seu dinheiro ao príncipe, não há grandeza, não há superioridade financeira”. Essa estabilidade (e as formas de dinheiro barato que ela permitiu) esteve ligada a diferentes fatores, dentre eles os enormes fluxos de ouro do Brasil, a “bota de sete léguas” da trajetória britânica,

5 BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016, p. 501; VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; DAY, *Money and Finance*, op. cit., p. 22-27; PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição dos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979; sobre as estimativas do ouro, ver CARRARA, neste volume. Para a comparação dos valores, ver TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden, NLD; Boston: Brill, 2010.

nos termos de Braudel, acessado pela articulação privilegiada que a Grã-Bretanha adquiriu nos tratados com Portugal, particularmente o de Methuen, de 1703. Estimativas apontam que até dois terços do metal amarelo carregado para Portugal foram redirecionados para a Grã-Bretanha.⁶

Ao criar um ambiente financeiro favorável, os fluxos de metais preciosos lubrificaram os jogos das trocas e permitiram o desenvolvimento e a consolidação de diferentes instrumentos financeiros. Estes, por sua vez, foram a base do crescimento de investimentos em diferentes fronteiras da mercadoria, incluindo as colônias escravistas do Caribe (e, nesse sentido, a história da escravidão nas minas do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais estiveram imbricadas com a das *plantations* da Jamaica, Barbados e outras colônias). As mercadorias baratas produzidas por meio da extração violenta de trabalho nas unidades produtoras de açúcar, café e tabaco, por sua vez, dinamizaram os padrões de consumo e trabalho de estratos cada vez mais amplos das populações do noroeste europeu. Na década de 1930, Roberto Simonsen captou essa articulação ao escrever que, “por um desses paradoxos, de que a História é tão rica, os escravos africanos, que o ouro dos mineradores introduziu para labutar nos sertões brasileiros, trabalharam poderosamente para o aperfeiçoamento das condições sociais e políticas do povo daquela grande nação, melhorando consideravelmente as condições do trabalho agrícola nas Ilhas Britânicas”. Os novos padrões de consumo estavam ligados também aos fluxos crescentes de mercadorias asiáticas, possibilitadas pela atuação da Companhia das Índias Orientais, que dependia da prata para fechar os circuitos mercantis em lugares como a Índia e a China. Foi o ouro do Brasil que, ao dar uma enorme estabilidade à libra, permitiu que se enviasse um enorme volume de prata para a Ásia sem grandes solavancos na economia britânica. Finalmente, o estoque monetário

6 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 3, p. 329; p. 333-336; MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-532.

formado por esse ouro constituiu uma base importante para a construção da dívida pública e o financiamento do estado-fiscal militar de modo mais dinâmico e eficiente do que na França, nas disputas que se revelaram decisivas para a eventual construção da hegemonia britânica no longo século XIX.⁷

Tomando como fio condutor uma fronteira da mercadoria, a do ouro, em uma localidade específica, o Mato Grosso, em um dado momento, o século XVIII, o presente texto explora as possibilidades abertas pela história das mercadorias e de suas fronteiras. Se, por um lado, as diferentes fronteiras auríferas, da ilha de Hispaniola no século XVI à Amazônia no 21, estão historicamente unificadas pela economia-mundo capitalista, por outro, tais manifestações nunca são as mesmas. As fronteiras da mercadoria se desenrolam em ambientes distintos, formando processos cumulativos que alteram as condições de desenvolvimentos posteriores. No caso das fronteiras do ouro, podemos elencar as características físicas e geológicas do metal, as condições ambientais de sua extração, as configurações de poder no acesso às lavras, a disponibilidade de trabalho e as distâncias em relação ao circuito completo da cadeia mercantil como elementos determinantes de suas trajetórias históricas. Nesse sentido, ao observarmos as suas características específicas, compreendemos as “relações e processos historicamente complexos e mediados que formam o sistema-mundo como uma totalidade historicamente abrangente e estruturada”.⁸

A primeira seção do texto a seguir apresenta as principais características ecológicas, econômicas, políticas, geopolíticas e sociais da ascensão da fronteira do ouro no Mato

7 SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 339; MARQUES; MARQUESE, *Ouro, café e escravos*, op. cit., p. 112; LEMIRE, Beverly. *Global Trade and the Transformation of Consumer Cultures: The Material World Remade, c.1500-1820*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2018; DESAN, Christine. *Making Money: Coin, Currency, and the Coming of Capitalism*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. p. 381-386.

8 TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar, Second Edition: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Binghamton: SUNY Press, 2016. p. 32. Para um exemplo concreto de abordagem semelhante em torno do café, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Berlin: EB Verlag, 2023. p. 40-44.

Grosso, seguida de um panorama dos processos de escravidão de milhares de indivíduos e suas consequências para a transformação da região. Na seção seguinte, a lente de observação é reduzida em torno da trajetória da família Falcão, em um esforço para visualizar como o poder político, econômico e sociocultural se entrelaçaram, concretamente, na construção e reprodução de uma fronteira da mercadoria. Por fim, as duas últimas seções tratam, respectivamente, do declínio da fronteira do ouro e das implicações historiográficas dessa história para o presente. Ao longo do texto lançarei mão de diferentes fontes primárias, em especial os relatos e imagens produzidos pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que visitou a região em fins do século XVIII, além da ampla bibliografia especializada sobre o tema.⁹

O que se almeja não é apenas elaborar comparações históricas com a nossa época, ainda que elas também se façam presentes, mas compreender os diferentes tempos da crise contemporânea, com processos que remontam à era colonial, o grande laboratório da expansão capitalista da era moderna.

A formação de uma fronteira da mercadoria no Mato Grosso setecentista

A ocupação humana da região que viria a se tornar a capitania de Mato Grosso remonta há pelo menos 25.000 anos, como demonstram as evidências do sítio Santa Elina. Às vésperas da invasão europeia, de acordo com as estimativas de John Hemming, a população da região era de aproximadamente 256.000 pessoas, organizada em dezenas de grupos étnicos distintos. Uma das marcas da longa história indígena da região é a sua diversidade, com migrações de diferentes origens, em momentos distintos, como foram os casos dos Guarani e Arawak, e processos de adaptação a ambientes igualmente di-

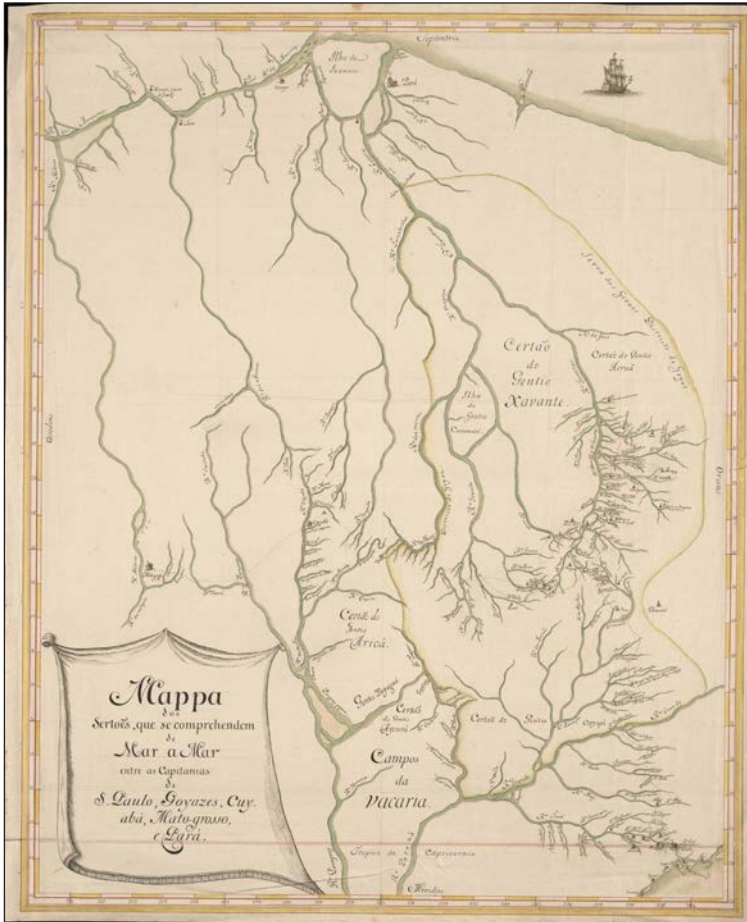
⁹ Para considerações a respeito da expedição de Ferreira, ver RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, n. 6, p. 157-182, 1998. Para uma síntese de sua passagem pelo Mato Grosso, ver COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8, p. 993-1014, 2001.

versos. A região que formaria a capitania possui três dos principais biomas do Brasil: o cerrado, a Amazônia e o Pantanal (além de partes do Chaco). As evidências arqueológicas apontam para a presença de caçadores e coletores, mas também de povos horticultores, além de uma longa tradição de povos canoeiros do Pantanal. No Planalto Central, vários grupos de ceramistas horticultores do tronco linguístico macro-Jê viviam em grandes aldeias circulares, uma forma de organização milenar entre grupos como os Kayapó, que ocupavam um território que ia do noroeste da Vila de São Paulo ao norte de Cuiabá, e os Bororo, que ocupavam toda a bacia do rio Cuiabá. Em suma, a região era caracterizada por uma diversidade de grupos, com diferentes formas de organização política, social e econômica.¹⁰

Essa enorme região e seus habitantes, com uma história milenar no centro da América do Sul, foram profundamente impactados e transformados pelas fronteiras da mercadoria. O colonialismo europeu na América foi certamente sentido pelos grupos indígenas da região muito antes da construção da fronteira do ouro no século XVIII, fosse pela fundação de cidades e missões espanholas nos arredores, fosse nas várias bandeiras paulistas do século XVII. Um dos melhores exemplos dessas mudanças anteriores vem dos Guaykuru, família linguística que abarcava diferentes grupos étnicos estabelecidos no Chaco (Mbayá, Toba, Abipon, Mocovi, Pilagá, Payaguá e Guaxarapo). Já no fim do século XVI, alguns desses grupos possuíam milhares de cavalos. A partir da incorporação dos animais, os Mbayá-Guaykuru se espalharam por toda a região conhecida como Vacaria (Mapa 1), zona que se estendia até o atual Mato Grosso do Sul, e forçaram os paulistas a estabelecer uma rota que percorria apenas os rios ao norte da região.

10 O processo de aceitação deste e de tantos outros sítios arqueológicos da América do Sul pela comunidade arqueológica permanece em disputa, mas os dados parecem muito convincentes. Ver VIALOU, Denis *et al.* Peopling South America's centre: the late Pleistocene site of Santa Elina. *Antiquity*, v. 91, n. 358, p. 865-884, ago. 2017; HEMMING, John; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007; OLIVEIRA, Jorge Eremites. *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 23-58.

Mapa 1. Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.¹¹



Os Payaguá, por sua vez, que adotaram a canoa a partir do contato com outros grupos da região muito antes da chegada europeia, fizeram uso dessa história antiga nas águas do rio Paraguai para reagir à invasão europeia, em um jogo de alianças e conflitos com espanhóis e portugueses. Não era, portanto, um mundo indígena estático, alterado apenas pela invasão europeia; esta, no entanto, não deixou de marcar uma

11 BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [17--]. 1 mapa ms : col., desenhado a nanquim; 62 x 50cm em f. 63,4 x 52. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/21671>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ruptura. As bandeiras paulistas de escravização indígena produziram uma devastação humana sem precedentes na região, preparando o chão para a expansão das fronteiras mineradoras. Manuel de Campos Bicudo, por exemplo, fez 24 entradas na região entre a Chapada dos Parecis (toponímia que faz referência a um dos principais grupos indígenas da região) e o sul do Paraguai. Em uma das mais famosas, acompanhado de seu filho, Antônio Pires de Campos, após ataques no Mato Grosso, recuou para leste e encontrou-se com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, que estava igualmente acompanhado de seu filho. A bandeira produziu não apenas um grande número de indígenas escravizados, mas também a famosa lenda da “Serra dos Martírios”, um território supostamente riquíssimo em ouro, localizado nas terras dos Araés.¹²

Foi em meio àquele mundo, e por meio dele, que a fronteira do ouro no extremo oeste da América portuguesa foi construída. Os filhos dos bandeirantes, que participaram daquelas entradas da segunda metade do século XVII, foram figuras centrais nas expedições que eventualmente levaram às descobertas do ouro no Mato Grosso e em Goiás. As notícias dos achados de ouro no rio Coxipó em 1718 estimularam a organização de inúmeras expedições nos anos seguintes, com a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727, que operou como uma espécie de base para novas explorações do interior. Em 1734, foram descobertas as minas de Santana e do Brumado, seguidas das minas do rio Arinos em 1739 e de Corumbiara e Araés (que acreditava-se estar próxima da dos Martírios) em 1745. Novas minas foram descobertas na segunda metade do século XVIII, como as de Poconé, o que explica um quadro geral de relativa estabilidade no volume de ouro extraído ao longo do século, ainda que com um gradual declínio. O tempo geológico de formação do ouro o torna um recurso não-renovável, uma escala de tempo impos-

12 CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre a emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do Rio Paraguai (c. 1650-1800). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, n. 4, p. 1-20, 12 dez. 2006, p. 6-7; MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 3. ed., corrigida e ampliada. Rio: EPASA, 1944. p. 129-130; KARASCH, Mary C. *Before Brasília: frontier life in central Brazil*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 2016. p. 69.

sível de ser reproduzida pelo capital. Esse é o caso de minerais em geral, mas o ouro tem características físicas e formas de ocorrência geológica que se refletem em dificuldades particulares para prospectá-lo. Apesar de ser encontrado por todo o planeta, o ouro é notório por sua relativa escassez física, o que faz do esforço de exploração – que se torna uma estratégia permanente em função do esgotamento iminente do mineral – um empreendimento extremamente especulativo e de alto risco. Tais características se refletiram não apenas na busca constante por novas minas, mas também na ênfase nos métodos mais simples e baratos de exploração do ouro de aluvião, conforme a distância dos portos atlânticos se acentuava. Em fins da década de 1730, diamantes também começaram a ser encontrados em algumas minas. Por ocasião desses achados, contudo, a Coroa portuguesa já havia estabelecido regulamentações proibindo a sua extração, nomeadamente o decreto de 1734 do Conde de Galveias (em uma tentativa de estabilizar os preços, que haviam caído abruptamente no mercado mundial em função das grandes descobertas brasileiras). O bando, destinado originalmente a Minas Gerais, passou a valer também para os achados do extremo Oeste; mas enquanto novas formas para a sua extração no Arraial do Tejuco foram estabelecidas, a prática permaneceu proibida no Mato Grosso até o final do século.¹³

As corridas do ouro no Mato Grosso tiveram enormes consequências geopolíticas. Como argumenta David Davidson, as descobertas no extremo oeste da colônia cumpriram papel fundamental na reformulação das fronteiras políticas da América portuguesa. Na segunda metade do século XVII,

13 A escassez do ouro é relativa por ser politicamente construída. Ver SCHOENBERGER, Erica J. *Nature, choice and social power*. Abingdon-on-Thames, UK; New York, NY: Routledge, 2015, p. 79; BANOUB, Daniel *et al.* Industrial dynamics on the commodity frontier: Managing time, space and form in mining, tree plantations and intensive aquaculture. *Environment and planning. E: Nature and space*, v. 4, n. 4, p. 1533-1559, 2021. Sobre a legislação referente aos diamantes, ver FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: FUMARC; São Paulo: Letra & Voz, 2009. p. 31-34; CEGATI, Evandro Gabriel. *Proibição e extração de diamantes na Capitania de Mato Grosso*. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017. p. 37.

a Coroa incentivou as explorações em busca de metais preciosos na região da Vacaria, entre os rios Paraná e Paraguai (Mapa 1), mas não estimulou a colonização efetiva da região, em razão dos potenciais conflitos com a Espanha. Uma vez descoberto o ouro, contudo, “o estado reivindicaria o território potencialmente disputável, como evidenciado pela reação vigorosamente positiva aos achados de Cuiabá, em uma região ainda mais a oeste que a vacaria e, conseqüentemente, com potencial ainda maior de causar conflitos com a Espanha”. As descobertas de ouro foram instrumentais nos debates dentro do império português, servindo de subsídio para Alexandre de Gusmão convencer as autoridades lusas das vantagens de se abdicar da luta em torno do Rio da Prata para focar na incorporação do extremo oeste. Se as terras de Mato Grosso e Goiás foram desprezadas trinta anos antes “como inúteis”, “por serem uns sertões incultos,” argumentou Gusmão, “a experiência nos tem mostrado o pouco que se devem desprezar os sertões do Brasil; pois que, em semelhantes desertos, é que se tem achado grandes tesouros”. A consolidação dessa posição na administração portuguesa culminaria no Tratado de Madrid de 1750, que entregou Sacramento aos espanhóis e tornou a imensa região Norte, demarcada pelos rios Alto Paraguai, Guaporé e Madeira, parte da América portuguesa.¹⁴

Não por acaso, em 1752, às margens do Guaporé, foi oficialmente fundada a Vila Bela de Santíssima Trindade, capital da então capitania de Mato Grosso e Cuiabá (formalmente estabelecida em 1748), aumentando a proximidade dos territórios de presença espanhola, principalmente as missões jesuítas de Chiquitos e Moxos. A fundação da capital consolidou a existência do que foram dois núcleos minerários na capitania, as minas do Mato Grosso e as do Cuiabá.

14 DAVIDSON, David M. How the Brazilian West Was Won: Freelance and State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752. In: ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of modern Brazil*; papers of the Newberry Library Conference. Berkeley, CA: University of California Press, 1973. p. 70. A citação de Gusmão vem de BRITO, Adilson J. I. Retóricas transfronteiriças: tópicos territoriais na incorporação do Rio Amazonas ao Império português (1746-1751). In: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 68. Sobre o tema, ver, também, CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

Delas emergiram dois espaços articulados entre si, mas relativamente distantes (Mapa 1) e com características, conexões e funções particulares, ainda que ambos tivessem a mineração do ouro como principal atividade econômica. Vila Bela adquiriu uma evidente função defensiva após o Tratado de Madri, o que explica o seu nascimento planejado como capital, mas os obstáculos para o seu estabelecimento foram inúmeros, do ambiente insalubre produzido pelos períodos de cheia do Guaporé (insalubridade que foi objeto de manipulação política na rivalidade entre os distritos de Mato Grosso e de Cuiabá) às dificuldades de atrair colonos e financiar a defesa da fronteira. Não foram poucos os esforços do governador Antônio Rolim de Moura (1751-1765) para consolidar o estabelecimento da capital na região, em sintonia com os interesses geopolíticos da Coroa. Chegando com a planta da cidade, planejada em Portugal, Moura comandou a construção dos edifícios da Ouvidoria, Intendência, Provedoria, Casa de Fundação, além de igreja, palácio, porto e quartéis, tudo com vistas a “torná-la mais estável e garantir-lhe certa margem de irreversibilidade”. A estratégia teve certo sucesso, pois Cuiabá se tornou capital apenas em 1835, já no contexto de independência do Brasil.¹⁵

As vilas de Cuiabá e Vila Bela foram pontos fundamentais de consolidação das estruturas econômicas e políticas que sustentaram a expansão da fronteira do ouro. Com a fundação das vilas vinham os cargos e as patentes, a organização dos instrumentos de fiscalidade, o estabelecimento das câmaras municipais, dentre outras instituições. Uma elite local formada por mineradores, donos de engenho, negociantes e militares, que não raro concentraram mais de uma dessas atividades, fez amplo uso de mecanismos políticos para avançar os seus interesses, com momentos de antagonismo, mas também de sintonia com os desejos da Coroa. As câmaras mu-

15 BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988. p. 111. Sobre a rivalidade crescente entre Vila Bela e Cuiabá, ver JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados, MS: UFGD, 2011. Ao longo do presente capítulo, quando não se refere à capitania, o termo Mato Grosso é acompanhado de designativos como “minas”, “distrito” e “núcleo”.

nicipais, como bem nota Tiago Kramer de Oliveira, não eram “sinônimo de *poder local*”, mas um espaço de mediação de diversos interesses locais e metropolitanos. Tensões e conflitos com frequência surgiram nesses espaços, mas é evidente que as diferentes instâncias da política foram mobilizadas para garantir a construção da fronteira do ouro, com a formalização do acesso às lavras de ouro, organizadas em datas, e às sesmarias, voltadas para a produção agrícola e a criação de animais. Tais instrumentos políticos foram essenciais para organizar a formação da fronteira, pois rapidamente se constituiu um “espaço econômico” do ouro, para usar a expressão de Sempat, destinado a abastecer as zonas mineradoras. Para além do cultivo de alimentos e da pecuária, foram sendo instalados engenhos para a produção de açúcar e, principalmente, cachaça, a despeito de legislação que proibia este tipo de produção específica desde 1715 (portanto, antes das descobertas de Mato Grosso). O argumento das autoridades régias era de que a cachaça produzia desordens, mas a proibição era expressão clara do interesse oficial na mineração. Em seu diagnóstico dos problemas enfrentados pela mineração em fins do século 18, Alexandre Rodrigues Ferreira reprisou argumentos usados ao longo do século para tentar coibir outras atividades nas zonas de mineração: “algumas lavras de ouro estão presentemente trocadas em canaviais e algodoais; muitos mineiros transformados em senhores de engenho de açúcar, e aguarde[n]te de cana; outros empregando seus escravos em fiar e tecer o algodão. [...] Por mais repetidas que têm sido e mais terminantes as ordens de Sua Majestade, contra os engenhos de aguardente, [...] é quase impossível extinguir estas oficinas do cívico, das turbulências e dos roubos”. Os engenhos de cana, portanto, se tornaram uma realidade, a despeito da legislação, inclusive com seu uso político em determinados momentos.¹⁶

16 OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando especializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 2012. 313 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 187. Por ocasião da descobertas das minas de Mato Grosso, e a consequente transformação de Cuiabá em base de abastecimento daquela nova área, donos de engenho cuiabanos mobilizaram argumentos semelhantes aos

Além da expansão agrícola na própria capitania, novas rotas surgiram, o que contribuiu também para desenvolver a fronteira do ouro e seu espaço econômico. Até fins da década de 1730, a única rota para as minas de Cuiabá era fluvial, por meio das monções, que articulavam o Mato Grosso a São Paulo (e dali, ao mercado do Rio de Janeiro). Uma das passagens mais vivas do trabalho de Sérgio Buarque de Holanda está em sua descrição das dificuldades em se transportar animais de grande porte, como cavalos e gado, nas embarcações que saíam de São Paulo rumo às minas de Cuiabá. Em diferentes ocasiões, colonos tentaram contrabandear animais e outros bens com espanhóis nas missões de Moxos e Chiquitos, mas geralmente sem sucesso nessa fase inicial. A abertura de uma rota terrestre de Goiás a Cuiabá no ano de 1737 ajudou a amenizar o problema, com a introdução significativa de animais e o estabelecimento de grandes propriedades dedicadas à pecuária. Melhoraram-se não apenas as condições de alimentação, mas também de transporte, e os escravizados que eram colocados para carregar bens entre os núcleos de Cuiabá e do Mato Grosso podiam, então, ser substituídos por animais de carga. Em princípios da década de 1750, um terceiro caminho conectou o Mato Grosso à capitania do Pará por meio dos rios

da proibição de 1715 para tentar impedir a produção de aguardente na nova zona mineradora (sem destruir, evidentemente, os engenhos já existentes em Cuiabá). OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008. p. 132. A citação de Ferreira está em SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (org.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis, RJ: Kapa, 2005. (Coleção etnográfica: a expedição filosófica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 3). p. 62. Sobre a noção de espaço econômico, ver SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983. Para o seu uso em Minas Gerais, ver o capítulo de Angelo Carrara no presente volume, além de CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2007. Para uma perspectiva que reconhece a formação de um mercado interno no Mato Grosso, mas apresenta bons argumentos em torno de seus limites, ver LIMA, André Nicacio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. 2010. 366 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 45-46; p. 67-68.

Guaporé, Madeira e Amazonas, ainda que as dificuldades aqui também não fossem poucas e tal conexão se desse principalmente com o distrito de Mato Grosso. De todo modo, as monções paulistas conectaram a capitania com os mercados de São Paulo e, por extensão, Rio de Janeiro; a rota terrestre para Goiás deu acesso aos mercados de Minas Gerais e, de lá, para os portos de Salvador e Rio de Janeiro; e a rota Amazônica conectou a capitania ao porto de Belém. O Mapa 1 oferece uma excelente representação das três principais rotas que davam acesso à capitania do Mato Grosso. O mapeamento dos rios e grupos indígenas, principalmente os não conquistados, era também um instrumento de poder, uma representação gráfica que contribuía para a expansão da fronteira do ouro e a espacialização do colonialismo na América.¹⁷

Apesar de superadas as imagens da historiografia a respeito de uma situação de penúria permanente na capitania, é importante evitar a imagem oposta, de um mercado interno abstrato, em plena operação, sem grandes dificuldades. Muitos itens necessários à reprodução dos complexos mineradores continuaram a vir de fora, como ferramentas, tecidos, dentre inúmeros outros bens demandados na região, e nas minas do Mato Grosso os problemas sempre pareceram mais acentuados do que na vizinha Cuiabá. Rodrigues Ferreira falava do alto preço do ferro na capitania como uma das causas da estagnação das minas da região, pois com ele se fazem “as enxadas, as foices, os machados, os marrões, as alavancas, as cunhas e os almocafres”. Parte do problema, segundo Ferreira, estava nas taxas que negociantes e mineiros tinham que pagar sobre tais importações. A outra parte estava no pouco uso que se fazia da rota fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé, que permitiria que tais bens fossem fornecidos a melhores pre-

17 OLIVEIRA, *Ruralidade na terra da conquista*, op. cit., p. 141; p. 143-146; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 82; LIMA, *Caminhos da integração*, op. cit., p. 43-44; MARTINS, Diego de Cambraia. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os Grupos Mercantis no Império Português (c.1755-c.1787)*. 2019. 322 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. p. 109-115. Sobre cartografia e poder, ver OLIVEIRA, *Desconstruindo velhos mapas*, op. cit.

ços do que a rota vinda do Rio de Janeiro, dinamizando, assim, o comércio intracolonial. “Não é assim que aumentado o comércio interior”, prosseguia ele, “poder-se-ia talvez realizar o interessante plano de comércio exterior com os espanhóis; entendendo-se entre si os generais dos portos do mar e o desta Capitania; e sabendo este, sem comprometer o ministério, ajuntar ao ouro destas minas a prata das do Peru?” Tal dinamismo, evidentemente, continuaria a depender do ouro, a única mercadoria capaz de produzir tais mudanças nas condições dadas. O naturalista baiano reconhecia tal centralidade ao comentar as dificuldades para explorar as plantas de alto valor comercial que encontrou na região, como o anil: “suposta a distância em que estão estes estabelecimentos, supostas as despesas e os perigos que é preciso vencer para se entrar ou sair deles e suposta finalmente a imperiosa necessidade de tirar deles o metal precioso, dever-se-á consentir que por aqui se cultive mais que o que for indispensavelmente preciso para o sustento dos habitantes?” Ferreira, portanto, dava sinais de que as suas propostas para solucionar o problema dos preços talvez fossem insuficientes. As dezenas de cachoeiras desenhadas por seus riscadores são evidências explícitas das dificuldades de se acessar aquela fronteira. Basta lermos algumas páginas de *Monções* para chegarmos a conclusões parecidas.¹⁸

Finalmente, todas essas rotas articulavam a fronteira do ouro nos confins da América portuguesa ao motor último de sua expansão, a economia-mundo capitalista. Por elas chegavam os comboios de mercadorias, inserindo a região nas redes de comércio e crédito globais, enormes cadeias de endividamento que incluíam vendedores e varejistas locais, comissários volantes, negociantes de grosso trato e os grandes financistas europeus. “O reordenamento das fronteiras do comércio europeu e colonial, mediada por um sem número de interesses,” argumenta Oliveira, “drenava para os grandes centros do comércio europeu grande parte dos lucros da exploração colonial portuguesa e espalhava redes de crédito, que tinham como topo da cadeia os grandes credores interna-

18 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 59; p. 61; p. 67; HOLANDA, *Monções*, op. cit., p. 47-72.

cionais.” No topo, as altas finanças europeias; na base, mundos heterogêneos que foram sendo criados e recriados a partir da capacidade do capital de romper “a hostilidade do espaço”. Nos confins da América portuguesa, a apropriação da natureza no processo de expansão do capital dependeu da escravização e mercantilização de seres humanos.¹⁹

A degradação do Outro: extermínio, escravidão e sobrevivência na fronteira do ouro

Ao fim e ao cabo, quem construiu a fronteira do ouro no Mato Grosso? A despeito das narrativas clássicas em torno das grandes famílias e governadores, foi, evidentemente, o “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos” de milhares de indígenas e africanos escravizados que tornou possível essa história.²⁰ De certa forma, a definição de trabalho de Marx cabe bem aqui, pois um dos temas que têm animado historiadores nos últimos anos é o da importância dos conhecimentos indígenas e africanos na construção do mundo Atlântico. No caso da mineração do ouro na América colonial, o trabalho clássico de Robert C. West demonstrou como populações indígenas da região que hoje é a Colômbia desenvolveram diferentes técnicas para acessar o ouro, da extração simples nas margens de rios durante os verões, quando os níveis das águas estão mais baixos, à mudança dos cursos de rios para explorar o seu leito (com a criação de canais de água com bambu para lavar o ouro em antigos depósitos de cascalho) e a escavação de túneis verticais que podiam alcançar 6 ou 7 metros em lugares como Buriticá e Mariquita. As práticas, conhecimentos e tecnologias desses grupos foram amplamente incorporados pelos colonos europeus, que fizeram uso desses elementos para construir a fronteira do ouro em Nova Granada. Processos semelhantes provenientes de práticas in-

19 OLIVEIRA, *Desconstruindo velhos mapas*, op. cit., p. 285

20 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 121.

dígenas antigas também estiveram na base das sociedades mineradoras da prata no Peru e Nova Espanha.²¹

Apesar das crescentes escavações arqueológicas no Centro-Oeste do Brasil, não há evidências de práticas de extração e manipulação de metais entre as populações locais e de outras partes do Brasil pré-cabralino como as descritas para a Colômbia. Ainda assim, seus conhecimentos e tecnologias foram centrais para a história posterior da mineração do ouro no espaço colonial. A colonização da capitania de São Vicente, ponto de partida das bandeiras posteriores que eventualmente levariam às descobertas do ouro, dependeram, nas palavras de José Carlos Vilardaga, de “um saber indígena que foi utilitariamente apropriado e capturado pela lógica da colonização, e ancorado na mão de obra desses mesmos índios.” Para tanto, o rio Anhembi (futuro Tietê) e seus afluentes foram fundamentais para a interiorização da presença colonial e, consequentemente, para a história posterior da fronteira do ouro nos confins da América portuguesa (Mapa 1). O rio se tornou o ponto de partida das já citadas monções, e a vida material construída na longa duração da ocupação indígena no continente permaneceu central para o empreendimento: do conhecimento de caminhos, plantas e animais, às técnicas de construção de canoas e habitações. Tais conhecimentos também foram vitais nas próprias zonas mineradoras, fosse na posição dos remeiros das canoas, tanto das monções paulistas quanto das que eventualmente conectaram o Mato Grosso ao Pará, fosse no estabelecimento de novos caminhos terrestres, que evitassem o conflito com grupos indígenas. Parte das práticas pré-colombianas de extração e manipulação do ouro que foram incorporadas por colonos na América espanhola podem, também, ter entrado no Brasil a partir da ampla circulação de

21 Para técnicas e artefatos de ouro na América pré-colombiana, ver WEST, Robert Cooper. *La minería de aluvión en Colombia durante el período colonial*. Bogotá: Imp. Nacional, 1972. p. 49-57; WHITEHEAD, Neil L. The Mazaruni Pectoral: A Golden Artefact Discovered in Guyana and the Historical Sources Concerning Native Metallurgy in the Caribbean, Orinoco and Northern Amazonia. *Journal of Archaeology and Anthropology*, n. 7, p. 19-38, 1990. Para uma discussão mais ampla sobre a importância de conhecimentos na construção do Mundo Atlântico, ver o debate “Colapso ambiental e histórias do capitalismo” in *Esboços*, v. 28, n. 49, p. 640-812, 2021.

especialistas e outras autoridades das colônias vizinhas nos séculos XVI e XVII. Igualmente importante foram os conhecimentos dos africanos escravizados trazidos para a América. Apesar de, ao contrário dos índios, não terem conhecimento do novo território para onde foram trazidos, alguns desses indivíduos podiam ter alguma prática com a mineração e a manipulação de metais em suas sociedades de origem.²²

Uma das peculiaridades da fronteira do ouro no Mato Grosso, de acordo com Virgílio Noya Pinto, em comparação a Minas Gerais e Goiás, foi a maior presença do trabalho de indígenas escravizados (e os Parecis foram uma fonte particularmente privilegiada de cativos). Um número substancial de indígenas escravizados vinham com seus proprietários nas monções paulistas, em grande medida porque, como vimos, eram essenciais às expedições por seus conhecimentos e técnicas. Em 1740, os “administrados” formavam 35% de toda a população do termo de Cuiabá. Os altos preços que reconhecidamente marcaram a história da capitania se estendiam aos africanos escravizados, o que certamente também contribuiu para a persistência da escravidão indígena na re-

22 VILARDAGA, José Carlos. No fluxo do Anhembi-tietê: o rio e a colonização da capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 15 dez. 2020. A importância dos conhecimentos indígenas na formação do Brasil é um tema buarqueano clássico, que recebeu seu tratamento mais refinado em HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Ver, também, GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araraguaba na rota das monções (1718 a 1838)*. 2002. 239 f. /Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002. Sobre a importância dos indígenas na construção dos caminhos terrestres, ver ESSELIN, Paulo Marcos. A escravização indígena e o processo de ocupação territorial de Mato Grosso. *Revista Digital Estudos Históricos*, n. 21, p. 1-19, 2019. p. 14-15. Uma ligação relativamente crua tem por vezes sido feita entre a preferência dos senhores por escravos “mina” e uma suposta apropriação de conhecimentos minerários. Apesar das referências à Costa da Mina, no entanto, a grande maioria dos escravos vindos da África Ocidental vieram do Benim e não da Costa do Ouro. Isso não elimina a possibilidade da transmissão de conhecimentos, que evidentemente se reflete no uso de instrumentos como a bateia, mas este não é um processo automático. Para uma discussão sóbria e bem elaborada dos múltiplos conhecimentos envolvidos na mineração setecentista, ver REIS, Flavia Maria da Mata. *Das faisqueiras às galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século dezoito(1702-1763)*. 2007. 299 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 48-80. Uma ótima contribuição recente ao debate é FURTADO, Junia Ferreira. Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, n. 1, p. 1-49, 2020.

gião. Oliveira usa o exemplo da diferença nos preços dos escravos para exemplificar aquilo que Braudel chama de “mais valia mercantil”: resgatado por 6\$000 na Costa da África na primeira metade do século XVIII, ele era vendido por 180\$000 na Bahia ou quase 200\$000 no Rio de Janeiro, 345\$000 na Vila do Carmo e 450\$000 em Cuiabá. Conseqüentemente, as descobertas do ouro não substituíram as antigas expedições de escravização indígena; pelo contrário, intensificou-as. Os mecanismos da “guerra justa”, mobilizados nos conflitos contra grupos não conquistados, permaneceram em operação no Mato Grosso até o fim da era colonial. Uma expedição de 1733 contra os Payaguá levou à morte de 600 indígenas e a escravização de outros 206. Na década seguinte, Antônio Pires de Campos, bandeirante filho de Manuel de Campos Bicudo, que havia conquistado uma enorme população de indígenas Bororo no início das descobertas de Mato Grosso, foi contratado para combater os grupos Kayapó que resistiam fortemente à expansão da fronteira do ouro em Goiás. Após três meses de uma expedição com 500 Bororo, Campos retornou a Vila Bela com algo em torno de 1.000 cativos.²³

As instruções de 1749 ao governador Rolim de Moura estabeleciam que indígenas capturados nas guerras deveriam ser aldeados, e não ficar sob o domínio de particulares. Para tanto, o governador chegou acompanhado de dois jesuítas portugueses, que fundaram a aldeia de Santa Ana da Chapada na região de Cuiabá e a de São José às margens do Guaporé. Após a construção da rota fluvial entre o Guaporé e o Amazonas, Moura denunciou a chegada de carregamentos de indígenas escravizados do Pará, além da prática generalizada de escravização de indígenas na própria capitania, que os sertanistas “vendiam como Pretos”. Em 1759, um dos jesuítas denunciava que “os índios assim trazidos, vendidos e postos em casas dos portugueses, eram logo chamados Negros: nome

23 PINTO, *O ouro brasileiro*, op. cit., p. 89; OLIVEIRA, *Desconstruindo velhos mapas*, op. cit., p. 282-283; JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2007. p. 14; KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 144-145; CANOVA, Loiva. *Os Paresi na conquista portuguesa de Mato Grosso (1719-1757)*. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

que ainda hoje dura”. Como demonstra Francismar de Carvalho, o governador tentou redefinir os objetivos das expedições de apresamento para criar núcleos de povoamento na fronteira com os domínios espanhóis, mas a escravização e a venda persistiram até o século XIX na capitania. Bandeiras organizadas com a justificativa de prospecção de ouro, destruição de quilombos ou mapeamento de rios resultavam em grandes números de indígenas escravizados. Em 1800, uma delas, destinada a eliminar um quilombo, trouxe um carregamento de índios Xavante (que teriam destruído o próprio quilombo antes da chegada da expedição) e os distribuiu entre os colonos de Cuiabá, onde um grande número morreu por doenças. Em suma, a escravidão indígena esteve na gênese e desenvolvimento da capitania. A despeito de diferentes leis em torno da prática, a figura do indígena “administrado”, sob o controle de particulares, persistiu na região. No entanto, os indígenas tornaram-se gradualmente menos centrais na mineração e em outras atividades econômicas da capitania, com um predomínio crescente de africanos escravizados. Raros nas minas de ouro de Cuiabá e do Mato Grosso em fins do século, eles eram encontrados, principalmente, nas atividades relacionadas às monções paulistas e do Norte, trabalhando como remeiros.²⁴

De acordo com Alexandre Rodrigues Ferreira, africanos escravizados eram vendidos na região por algo entre 190\$ e 220\$ réis em fins do Setecentos, uma redução significativa dos preços em relação ao praticado na primeira metade do século. A diminuição dos preços era um reflexo da melhoria das conexões com a capitania, ainda que o maior fluxo de africanos aparentemente tenha ocorrido no segundo quarto do século, auge das descobertas do ouro. Entre 1720 e 1750, uma estimativa aponta para a entrada de 350 africanos escravizados por ano, totalizando 10.500 cativos. O número não é distante do oferecido por Edvaldo Assis, que fala da entrada de 15.380 escravos entre 1720 e 1772, 70% dos quais nas três primeiras décadas. Em 1800, Vila Bela tinha 2.392 escravos enquanto

24 BANDEIRA, *Território negro*, p. 109; CARVALHO, Francismar Alex Lopes De. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo, SP, São Paulo, SP: Alameda, 2014, p. 164-5, 168, 182; LIMA, *Caminhos da integração*, p. 23-4.

Cuiabá tinha 7.930. No fim da era colonial, a capitania tinha uma população total de 37.396 indivíduos, dos quais 14.180 eram escravizados, o que sinaliza para novos fluxos de escravizados nas primeiras décadas do século XIX, provavelmente como resultado da abertura das minas em Diamantino. A rota inicial do comércio de escravos em Cuiabá era aquela formada pelas tradicionais monções paulistas, ampliada pela abertura da rota terrestre para Goiás em 1737. A formalização das monções do Norte, com a rota Guaporé-Madeira-Mamoré, por sua vez, articulou o distrito de Mato Grosso especificamente à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755, apenas três anos após Vila Bela. Há poucos dados a respeito do comércio de escravos na capitania, mas tudo indica que o número de cativos trazidos pelas monções do Norte foi bastante reduzido quando comparado aos carregamentos vindos do Rio de Janeiro. Em um documento de 1771, o governador do Mato Grosso descreveu a origem dos cativos introduzidos na capitania nos dois anos anteriores: de 952 cativos, 120 vieram do Pará, 121 da Bahia, 261 de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, e, finalmente, 450 do Rio de Janeiro. Em seu relatório sobre as minas de Mato Grosso, Ferreira argumentou que a rota fluvial do Norte era subutilizada; maiores investimentos nela poderiam baratear o preço dos cativos na região, para ele uma das causas do que considerava uma crise da mineração.²⁵

25 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 57. Para preços de escravizados e suas origens na segunda metade do XVIII, ver RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008. p. 123-124; p. 127. Para os dados da população de africanos escravizados, ver CRIVELENTE, Maria Amélia Assis Alves. *Um lugar para Valentim “...nos estados do Brasil”*: emigração portuguesa e mobilidade social nas minas de Mato Grosso – séc. XVIII e XIX. Um estudo de caso. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2014. p. 122-123; CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008; MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Volume II. São Paulo; Brasília: EDUSP; Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

De todo modo, viessem os escravos pelos rios do Norte, pelas terras do Centro-Oeste ou pelas monções paulistas, a jornada era simplesmente brutal, uma segunda travessia. As viagens de Belém para as minas do Mato Grosso, por exemplo, a princípio previstas para durar até sete meses, podiam passar de um ano, com obstáculos extremos e, não raro, com os próprios cativos colocados para trabalhar como remeiros. Não por acaso, uma das maiores dificuldades para o início da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira para a região em 1788, que seguiu a rota Madeira-Mamoré-Guaporé, como nota Costa, foi encontrar indígenas dispostos a trabalharem como remeiros, pois “as viagens aterrorizavam a população, principalmente pelo alto índice de óbitos”. O medo vinha não apenas das inúmeras dificuldades físicas e geográficas da rota, com muitas cachoeiras e doenças, mas também pelos crescentes conflitos com grupos indígenas que habitavam o caminho, como os Mura e os Munducuru. Uma ampla bibliografia vem explorando o fato de que os primeiros portos de chegada de africanos escravizados na América nem sempre foram o seu destino final, com novas jornadas em comboios terrestres e/ou embarcações marítimas e fluviais que poderiam ser tão brutais quanto a travessia atlântica. O caso do Mato Grosso merece destaque aqui: os cativos eram coercitivamente levados para o centro da América do Sul, em viagens que com muita frequência excederam o tempo gasto na travessia anterior pelo Atlântico e foram marcadas por obstáculos naturais e humanos extremos. O seu motor era a fronteira da mercadoria.²⁶

Para além da ampla apropriação de seus conhecimentos, africanos e indígenas escravizados foram colocados para trabalhar em diferentes atividades relacionadas ao espaço econômico do ouro, como na agricultura, na pecuária, no transporte de mercadorias, na construção da infraestrutura

26 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 123; BANDEIRA, *Território negro em espaço branco*, op. cit., p. 101; COSTA, *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso*, op. cit., p. 1001. Para a bibliografia sobre o tráfico de escravos intra-americano, ver O'MALLEY, Gregory E. *Final passages: the intercolonial slave trade of British America, 1619-1807*. Chapel Hill, NC: the University of North Carolina Press, 2014; ELTIS, David *et al.* (org.). *From the galleons to the highlands: slave trade routes in the Spanish Americas*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 2020.

que acompanhava a expansão da fronteira, na abertura de estradas e ruas, na construção das vilas (casas de autoridades, prédios públicos, igrejas, açudes etc.), além das atividades militares, acentuadas em períodos de conflito aberto com os vizinhos da América espanhola. Mas foi na extração aurífera que a maior parte dos africanos levados para os confins do Brasil terminaram suas vidas. Como em outras partes da colônia, a mineração no Mato Grosso ocorreu nos rios e morros, recorrendo a diferentes métodos, como a abertura de catas, a exploração de grupiaras e a faiscação, mas, no geral, com tecnologias muito simples. O “engenho de roda”, ou “rosário”, como era chamado, um mecanismo para extrair a água que se infiltrava nas escavações de Minas Gerais, foi raro no Mato Grosso. A falta de água em Cuiabá gerou esforços, em 1732, para se construir um canal que levasse água de um dos tributários do Coxipó, o Mutuca, até os arredores da vila, em um trajeto de aproximadamente 15 quilômetros. O empreendimento fracassou, mas em 1749, por ordens do governador Rolim de Moura, uma nova tentativa foi realizada. Novo fracasso, a despeito de todo o trabalho de escravizados. A mineração de talho aberto, por sua vez, que usava grandes quantidades de água para produzir o desbarranque, era também menos comum que em Minas Gerais. Em sua passagem por uma zona mineradora do Mato Grosso, Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu que nem todas as minas do distrito haviam sido exploradas: “por falta de água, quase estão intactos os morros da Melgueira, do Membeca e do Pilar”. A falta de água é também um dos problemas recorrentemente referidos no relato clássico do padre José Manuel de Siqueira. Portanto, enquanto a ausência da água como recurso aproveitável dificultava o uso de determinados métodos na mineração, a sua presença como problema na infiltração das catas era agravada pela ausência de mecanismos como o rosário. O resultado, nos dois casos, era um volume maior de trabalho braçal. A ausência de tecnologias que economizasse o trabalho de escravos era um dos pontos recorrentemente enfatizados por Ferreira em seu relato: “não se substituiu a falta de escravos com as máquinas vivas que tanto servem na Europa, para em menos tempo e com

menos número de braços se fazerem outros serviços, tanto ou mais pesados que estes.” O mesmo problema se aplicava em relação à ausência do uso de força animal e carros para carregar as “terras desmontadas”, o que evitaria “ocupar gente em semelhante trabalho nem prodigalizar vidas de escravos”. Por fim, Ferreira notava também a ausência de mós e engenhos de pilões movidos à força das águas, dos ventos ou dos animais para triturar as pedras. “Tudo ao contrário do que por aqui se pratica”, concluía. “Aonde quanto se faz; é tão somente à força de braços e não de outra sorte. É assim, que destas minas em particular se pode dizer o que se diz que no Brasil não se tira ouro, senão à força de ouro”.²⁷

Fica evidente pelos relatos que a intensidade do trabalho empregado na mineração era colossal. Em 1752, o governador Antônio Rolim de Moura falava que, “dos poucos negros que há muitos passam de quarenta, e cinquenta anos de idade bastantemente avançada para os que se ocupam em mineração, principalmente nestas minas aonde envelhecem e se envalidam mais depressa”. As condições na mineração do ouro eram reconhecidamente duras. A mineração predominante de aluvião nos rios com as bateias dependia dos escravos passando muito tempo com a parte de baixo de seus corpos nas águas geladas, enquanto a parte superior ficava exposta ao sol. O mergulho em busca de cascalho no fundo das águas era também uma prática comum (designada particularmente às mulheres no caso de Nova Granada, de acordo com West, com a circunstância agravante de ataques em potencial dos

27 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 58; p. 69; CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850*. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. p. 43-44. Para uma descrição dos diferentes métodos da mineração em Minas Gerais, mas incluindo exemplos do Mato Grosso e Goiás, ver REIS, *Das faisqueiras às galerias*. De acordo com o padre Siqueira, o método “mais aseado, mais cômodo e de mais utilidade, e se chama serviço de talho aberto, que se desbarranca com água para cima, e é todo fundado em lavagem desde a serapilheira, aliás terra humosa, até o xisto ou pissarra, que também a quebram e lavam. Porém, onde estão as águas superiores que bem possam cobrir os terrenos auríferos? E quais mineiros com posses para formarem aquedutos de muitas léguas?”. SEQUEIRA, José Manuel de. Memória sobre a decadência das três Capitâneas e os meios de as reparar (1802). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 203, p. 103-104, jun. 1949.

dentón, versão colombiana das conhecidas piranhas do Brasil). Febres e disenterias causadas por insolação, além da tuberculose decorrente de longos períodos sob a água, eram doenças frequentes, enquanto a repetição dos movimentos e posições demandadas pela mineração produziam inúmeros problemas físicos.²⁸

Maria do Carmo Brazil comenta que, para além da dureza do trabalho, somavam-se a carestia de alimentos e o ambiente insalubre. O primeiro ponto foi amenizado ao longo do tempo pela emergência e relativa estabilidade do espaço econômico do ouro, inclusive com a produção de cachaça, que era amplamente fornecida, junto com tabaco, aos escravos; “os suavizadores do rude trabalho das lavras”, nas palavras de Mafalda Zemella. Períodos de seca, ainda assim, podem ter afetado a oferta de alimentos. Mais complicada era a insalubridade da região, que, combinada aos rigores do trabalho compulsório, intensificava a mortalidade escrava. Rodrigues Ferreira fez uma longa descrição das inúmeras doenças que assolavam a região e concluiu que “elas vão por seu turno sepultando este punhado de homens, neste cemitério do Brasil, a que se dá o nome de Mato-Grosso”. De algumas, como os bócios, “padece uma grande parte dos habitantes; porém os negros mais do que os brancos”. Não foram poucos os observadores a comentar a presença descomunal de insetos e, conseqüentemente, de doenças como a malária. O governador Antônio Rolim de Moura referia-se ao vale do Guaporé como “paragens doentias”, com “falta de alimentos, e com grandíssima perseguição de mosquitos, que faz intolerável aquela habitação”. Em outra ocasião, falou da “irregularidade do clima, que é muito quente, e ao mesmo tempo tem friagens rigorosíssimas, com que padecem muito, principalmente os pretos”. Ademais, as águas calmas, que eram as melhores para se lavar o ouro, favoreciam a disseminação da malária e outras doenças. E se o

28 BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2002. p. 62; WEST, *La minería de aluvión*, op. cit., p. 58; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America. *The Journal of Economic History*, v. 37, n. 1, p. 59-83, 1977.

ambiente marcado por cheias tendia a criar tais problemas, eles eram agravados pela mineração, como notou um observador da primeira metade do século 19: “como estes terrenos tem sido em muitas partes revolvidos pelos Mineiros, o que há produzido largas e fundas escavações, sem que tenham o cuidado de lhes preparar escoantes, acontece que enchendo-se d’água, no tempo das chuvas, e ficando esta represada, vem a corromper-se, e por sua evaporação a causar grandes males”. Como aponta Noya Pinto, a passagem se equivoca apenas pela descrição do agente do problema, que não era a evaporação das águas, mas sim os insetos transmissores de doenças, que, favorecidos pelo ambiente, proliferavam. Em suma, a mortalidade era alta e assim se reproduzia o tráfico transatlântico de escravos, que repunha as vidas perdidas na extração do ouro. Rolim de Moura referia-se às minas do Mato Grosso como o “terror da América”.²⁹

Os impactos ambientais extra-humanos relacionados diretamente à mineração foram localizados, mas significativos onde ocorreram. Afinal, o primeiro passo para o estabelecimento de uma lavra de ouro é o desmatamento absoluto da área, ponto de partida para as transformações posteriores da paisagem. O assoreamento dos rios, com os detritos deixados pela atividade, era uma consequência frequente da alteração dos cursos das águas, dentre outras transformações. Em sua discussão a respeito da mineração em Minas Gerais, Warren Dean menciona os efeitos desconhecidos do mercúrio na amalgamação do ouro, mas o seu uso – especificamente o clo-

29 Zemella refere-se especificamente ao trabalho em Minas Gerais, mas a afirmação certamente pode ser estendida a inúmeros outros espaços escravistas da era moderna. ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1990. p. 186. Seu consumo evidentemente não se restringia aos cativos. De acordo com Rodrigues Ferreira, “os remédios da gente popular são os mais extravagantes que tenho visto. Tais são os eméuticos, que tomam do sumo de dous até três limões azedos, em uma chávena de aguardente da terra, a que se chama cachaça”. SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 111. Para uma discussão mais detalhada no contexto de Minas Gerais, ver SILVA, Valquíria Ferreira Da. *Cachaça mineira: produção e consumo de aguardente no século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2019. A citação de D’Alincourt está em D’ALINCOURT, Luiz. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da provincia de Mato-Grosso. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, v. III, ago. 1877; PINTO, *O ouro brasileiro*, op. cit., p. 86. As citações de Moura aparecem em CHAVES, *Escravidão, fronteira e liberdade*, op. cit., p. 96, BRAZIL, *Fronteira negra*, op. cit., p. 62 e BANDEIRA, *Território negro*, op. cit., p. 92.

reto de mercúrio (HgCl_2), mais conhecido como solimão – se restringiu às casas da moeda e de fundição (e, nesse sentido, a sua comparação com as práticas de amalgamação no garimpo contemporâneo da Amazônia é equivocada). Um observador espanhol comentou a dificuldade da mineração em Cuiabá por falta de água, agravada por não usarem o *azogue* (mercúrio) como eles, os espanhóis. Ainda assim, a despeito de inúmeros problemas relacionados ao abastecimento do produto, o mercúrio e suas variações foram usados nas casas oficiais de fundição, e a capitania do Mato Grosso teve a sua, com a produção de vapores cujas consequências humanas e ambientais ainda não foram plenamente compreendidas no caso brasileiro. Para além dos impactos específicos da mineração, a unidade de observação apropriada para tal avaliação é a do espaço econômico do ouro em sua totalidade, como sugerido por Dean. Os impactos sobre a floresta, por exemplo, devem incluir a história da formação de fazendas e pastos para a produção de alimentos e criação de animais. “Perto dos arraiais é de reçar”, dizia Rodrigues Ferreira, “que cedo não haja lenha, e o que mais é, nem a madeira precisa para as fábricas e para os prédios rústicos e urbanos, se também aqui não tiver lugar a polícia das matas, e do corte das madeiras, cada um corta a que quer, sem providência para o restabelecimento das matas úteis particularmente daquelas que mais perto ficam dos povoados.” As monções, que também podem ser lidas como um componente do espaço econômico do ouro, produziram uma crescente escassez das enormes árvores usadas na construção das canoas, como demonstra Sérgio Buarque, processo interrompido apenas pelo fim das expedições paulistas no século XIX.³⁰

30 REIS, Flávia Maria da Mata; GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; Villalta, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, volume 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 332-333; CORRÊA FILHO, Virgílio. A cata de ouro e diamante. *Boletim Geográfico*, ano 28, n. 209, p. 4-27, mar./abr. 1969; BARCELOS, Reginaldo. *Entre o ouro e a escória: arqueometalurgia do ouro no Brasil dos séculos XVIII e XIX*. 2016. 319 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2016. p. 221; SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 56.

Esse mundo extremamente opressivo construído no centro da América do Sul, com todas as suas implicações brutais para a natureza humana e extra-humana, produziu diferentes formas de resistência e estratégias de sobrevivência. Para além da resistência cotidiana, dado universal de qualquer espaço escravista, o número de fugas não foi desprezível, muitas delas rumo aos domínios espanhóis, o que ocasionalmente se refletiu em tensões entre autoridades dos dois impérios. Em seu relatório sobre as minas de Mato Grosso, Rodrigues Ferreira apontava como um dos primeiros problemas o fato de que “dos que desertam ou para os centros dos matos, ou para a fronteira de Espanha, raros são apreendidos e voltam ao cativo”. Parte dos fugitivos também formou um bom número de quilombos, que pontuaram toda a história da escravidão na capitania. No entanto, igualmente presentes foram os mecanismos de captura (incluindo acordos com autoridades espanholas para a devolução de cativos, que eram ocasionalmente enviados de volta ao Mato Grosso, a despeito do pessimismo de Rodrigues Ferreira), punição e destruição, como foi o caso de vários quilombos descritos na documentação.³¹

As possibilidades de fugas eram dificultadas não apenas pelos obstáculos do ambiente (ainda que estes também pudessem atuar no sentido contrário), mas por potenciais hostilidades de grupos indígenas da região, como os Paiaguás, que com frequência capturaram africanos escravizados das monções para a venda em outras paragens. Com o tempo, esses grupos se aproximaram dos principais núcleos mineradores com vistas ao apresamento de outros africanos. Nesse sentido, apesar da impressionante capacidade de resistência e adaptação de grupos como os Paiaguás e os Guaicurus ao novo contexto, tal processo se deu no interior das novas condições impostas pelo colonialismo e não raro reproduziu algumas de suas lógicas, como os mercados coloniais de escravos, as fronteiras da mercadoria, e a nova escala de violência que foi imposta. As rela-

31 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 57; LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Escravos negros na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010. p. 81-82.

ções tensas entre indígenas e a população negra persistiram pelo século XX adentro. Quando fez seu trabalho de campo em Vila Bela na década de 1980, Maria de Lourdes Bandeira notou que todas as famílias negras da região tiveram ao menos um parente morto por ataques indígenas na primeira metade do século.³²

Para os africanos que permaneceram no cativeiro, alguma possibilidade de mobilidade estava aberta, em meio à violência e a alta mortalidade que caracterizavam o complexo minerador. Os faiscaidores (ou faisqueiros) escravizados, figura típica de mineiros menos abastados, ainda que não restrita a eles, frequentemente trabalhavam sem qualquer supervisão na busca por rios e morros ainda desconhecidos ou em minas abandonadas e menos exploradas. Assim, muitos deles tinham oportunidades para a acumulação de algum capital, pois geralmente podiam guardar parte dos ganhos para si (e alguma experiência com a manipulação de metais era certamente útil aqui, como pode ter sido o caso de alguns escravizados). Rodrigues Ferreira descreveu a presença de vários deles conforme passava por diferentes distritos mineradores na Serra de São Vicente em fins do século XVIII. Segundo ele, tais figuras tornavam-se mais predominantes conforme se agravava a crise da mineração, ainda que não tenha deixado de notar, também, a persistência de algumas “fábricas de minerar”.

Família, poder e escravidão na construção da fronteira da mercadoria: os senhores de Cocais

Uma das representações mais impressionantes da mineração de ouro na América veio de um dos riscadores que

32 HEMMING, *Ouro vermelho*, op. cit., p. 571-577; BANDEIRA, *Território negro*, op. cit., p. 63-64. Fica evidente a insuficiência da inversão que parte da história social promoveu do paradigma anterior da “visão dos vencidos”. Ao reter os signos de vencidos e vencedores, ela acabou ignorando que a “vitória” indígena não levava necessariamente a uma derrota do colonialismo, como evidenciado pelos inúmeros casos de africanos escravizados que foram capturados pelos Paiaguá ou Mbaya-Guaykuru. Para um exemplo desse problema em outro contexto, ver BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007.

acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira em sua expedição pelo Mato Grosso. Por meio dela é possível ter a noção do tamanho e das diferentes partes de uma das “fábricas de minerar” mencionadas em seus relatos. A *planta da canoa da lavagem do ouro da mesma Lavra* (Figura 1) apresenta a estrutura para o desmonte da terra e a lavagem do ouro no interior de uma cata. Os pequenos números apontam para os canais de desvio da água para lavar o ouro (número 2, no topo), bem como para retirar a água da cata (número 8, no centro, na parte de baixo). É possível ver também as zonas de desmonte da terra (número 9, abaixo, à esquerda) e as “canoas” onde se apurava o ouro e se retiravam as pedras (números 11 e 12, ligeiramente abaixo do centro). Com a planta em mente, podemos visualizar algumas de suas partes em *Prospecto da Lavagem de Ouro na Fábrica de minerar da mma. Lavra* (Figura 2). No centro da imagem estão as canoas de lavagem de ouro e de retirada de pedras, que, evidentemente, concentram mais de 20 escravos. É possível ver, também, os canais (e pequenas pontes para atravessá-los) e as zonas de terras desmontadas. Um número menor de escravos, com os carumbés na cabeça, carrega o material enquanto dois feitores, ambos negros, garantem a eficiência do processo, um mais distante das canoas, de modo a visualizar a cata em toda a sua amplitude, e outro mais próximo da área de lavagem de ouro, fiscalizando a manipulação direta do metal. Há também uma figura peculiar no meio dos escravos na canoa, mas de pé e vestida, aparentemente branca, que talvez represente um supervisor ou terceiro feitor (Figura 3). Para além dos detalhes do processo de trabalho, chama a atenção a escala de transformação da paisagem, com o desmatamento total da zona lavrada e o enorme volume de terra escavada. Outro desenho (Figura 4) oferece uma perspectiva distinta da mesma cata, nesta sem a presença dos feitores, mas com os escravos trabalhando no desmonte de terra, lavagem do ouro e transporte dos materiais nos carumbés. Apesar de não aparecer em nenhuma das duas imagens, e nem mesmo na planta, o riscador incluiu a imagem de uma roda hidráulica, supostamente utilizada na mesma lavra (Figura 5).

Figura 1.³³

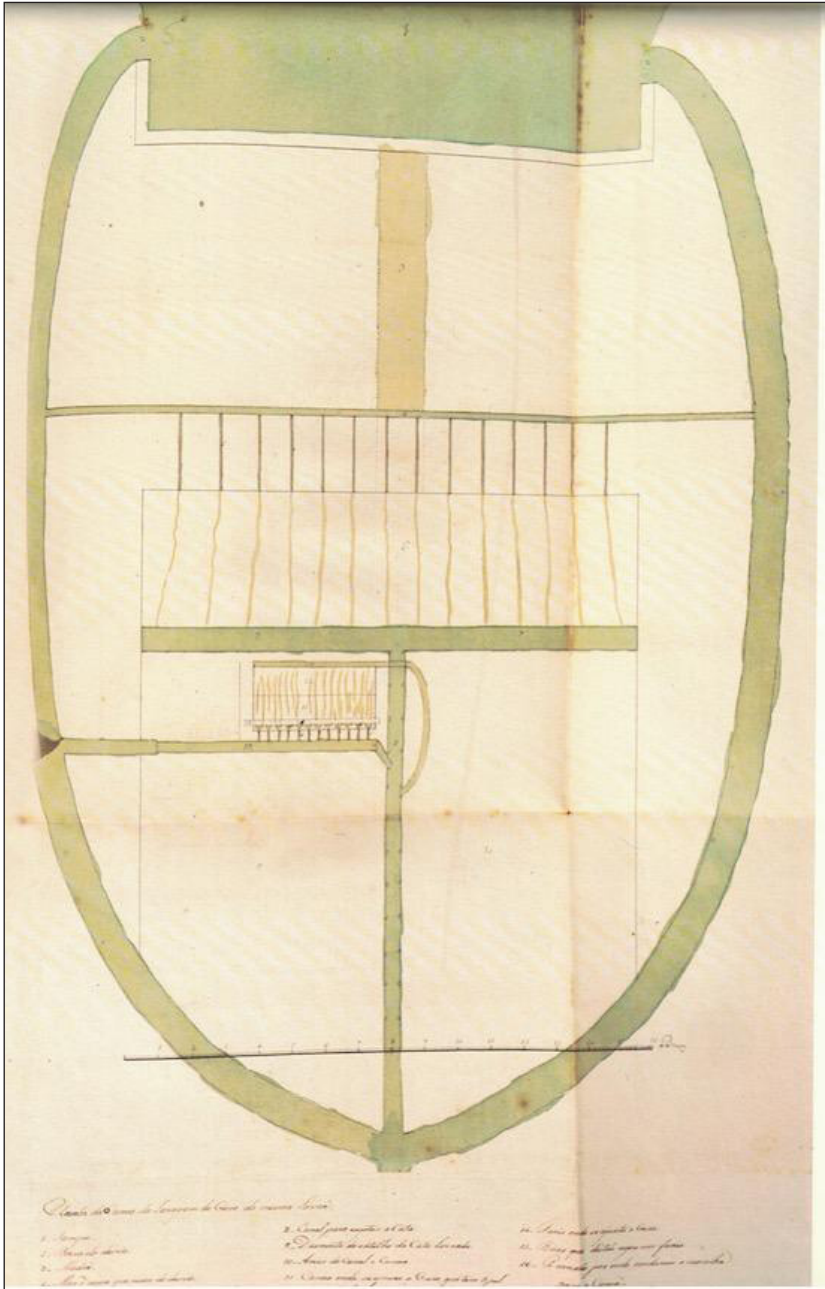


Figura 2.³⁴



Figura 3. Detalhe³⁵

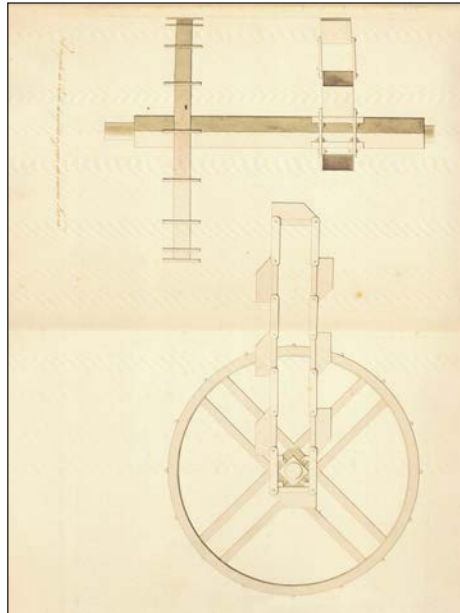


34 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit.
35 Ibidem.

Figura 4.³⁶



Figura 5.³⁷



36 Ibidem.

37 Ibidem.

A fábrica de minerar representada nesta sequência de imagens era, de acordo com a lenda, de propriedade de José Paes Falcão das Neves, no arraial de São José da Vila de Cuiabá (mais conhecida por Cocais). Neves foi um dos principais escravistas e autoridades políticas da capitania, com uma história que remontava à invasão e ocupação da região na primeira metade do século XVIII. Seu avô, Fernando Dias Falcão, participou das descobertas do ouro em Minas Gerais, criou a Vila de Pitangui e nela assumiu cargos que já exercera em Sorocaba (juiz de órfãos e provedor da fazenda dos defuntos e ausentes). Logo depois, o mesmo sertanista participou das descobertas de Mato Grosso, chegando em Cuiabá acompanhado de 130 homens, pouco depois de Pascoal Moreira Cabral, em 1718, e auxiliou este nas guerras contra populações indígenas locais. Em 1719, levou as notícias para São Paulo e, dali a alguns meses, regressou com “40 negros, entre os quais ferreiros, carpinteiros e alfaiates”. Suas ações logo seriam recompensadas, com uma carta régia instruindo o governador de São Paulo a conceder um hábito das três ordens militares a ele (bem como a Pascoal Moreira Cabral e João Antunes Maciel) e tenças no rendimento das minas, “não excedendo a cinquenta mil réis anuais”. Em 1724, Falcão foi nomeado para o cargo de capitão-mór das minas e, em torno da mesma época, se encarregou de levar a São Paulo a primeira grande remessa de ouro oriunda dos quintos devidos à Coroa. A partir de laços de parentesco e de aliança com outros sertanistas que fundaram Cuiabá, Fernando Dias Falcão participou de um pequeno grupo de famílias que, como argumenta Vanda da Silva, passou a “deter o domínio tanto econômico quanto de cargos administrativos”, com seus sucessores referindo-se constantemente à origem nobre da família para a solicitação de mercês e outros privilégios.³⁸

Fernando Dias Falcão teve dez filhos, dos quais quatro construíram suas vidas em Cuiabá, dentre eles José Paes Falcão, pai de José Paes Falcão das Neves. Foi ele, José Paes

38 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 188-189; p. 192; BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001. p. 18; SILVA, *Engenhos*, op. cit., p. 169. Esta seção se baseia amplamente no trabalho de Silva, que oferece uma ótima genealogia e trajetória histórica da família.

Falcão, que fundou o arraial de São José dos Cocais, posteriormente Distrito de Cocais, em 1738, tornando-se um grande proprietário de minas e escravos. Paes Falcão também ocupou o posto de “capitão de ordenanças”, o que lhe dava grande poder político na região. Em 1751, o recém-chegado governador, Rolim de Moura, referiu-se a ele como “um dos mineiros mais bem estabelecido nestas minas”, em uma carta na qual acusava o ouvidor da região, João Antônio Vaz Morilhas, de tirar vantagens ilícitas por meio de seu cargo. Moura descreveu um caso específico ocorrido em Cocais, no qual um mulato fugiu com a esposa de um “homem dos graves da terra”, além de parente de vários moradores. Estes organizaram uma expedição armada e assassinaram o mulato. Na devassa instaurada, além de “ser a maior parte das testemunhas carijós, e alguns por batizar”, o ouvidor acusou inúmeras pessoas além do marido, incluindo o seu cunhado, Paes Falcão. Para escapar da acusação, Falcão teve que “oferecer-lhe várias peças de prata de bastante importância que o dito Ouvidor aceitou de boa vontade, sem embargo de estar sendo seu Juiz; e depois disto o sentenciou solto e livre justamente pois não tinha culpa”. O problema, de acordo com o governador, não estava no suborno, afinal, tratava-se de “um dos mineiros mais bem estabelecidos” (e Moura afirmou a sua inocência em mais de uma ocasião na carta), mas no fato do Ouvidor ter aceitado a oferta. Ainda que não existam referências explícitas à origem dessa prata, é muito provável que ela tenha chegado até ali por meio do contrabando com a América espanhola, prática que se acentuaria na segunda metade do século XVIII.³⁹

Poucos anos depois, em 1755, por ocasião da morte de Fernando Dias Falcão, pai de Paes Falcão, Rolim de Moura escreveu ao governo português dizendo “que este homem

39 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (org.). *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*. v. 1. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982. p. 60. O próprio Ouvidor, como demonstra Nauk Maria de Jesus, era um grande contrabandista, ainda que, principalmente, de ouro e diamantes. JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. cap. 6. Sobre o contrabando com domínios espanhóis, ver CHAVES, *Política de povoamento*, op. cit., p. 179-216; LIMA, *Caminhos da integração*, op. cit., p. 124-126.

fez muitas entradas ao sertão, e muitas partes delas ou todas no Distrito do Cuiabá, fazendo nestas entradas as violências e roubos, que nelas praticam os sertanistas”. Pouco antes de morrer, Dias Falcão “achando nesta parte muito gravada a sua consciência, por descargo, dela e por satisfação ao prejuízo que tinha causado aos índios aplicou, por sua tenção parte de sua fazenda para cativos, e outras esmolas”. O problema foi que tal concessão não entrou em seu testamento; o pedido foi ouvido apenas pelos que estavam presentes quando de sua morte, “principalmente seu filho José Pais Falcão a quem ele encarregou muito se não servisse dos índios, nem os procurasse porque o que com eles havia praticado, era o que maior pendor, lhe fazia na consciência”. Rolim de Moura argumentou que era muito provável que os indígenas da aldeia de Santa Ana, que ele mesmo havia formado por ocasião de sua chegada, fossem parentes e descendentes dos índios “prejudicados por Fernão Dias Falcão”, e que este, apesar de querer reparar os danos, não especificou os meios de fazê-lo, pelo que o governador havia pedido a suspensão do testamento.⁴⁰

É impossível saber se Paes Falcão seguiu o pedido do pai e concedeu terras e esmolas aos cativos indígenas, mas em 1763, ainda nas lavras de São José dos Cocais, ele prosseguia “extrahindo grandes cabedaes de ouro com numerosíssima escravatura”. Quando necessário, principalmente no contexto de tensões com os vizinhos espanhóis, aqueles numerosos escravos também eram colocados para lutar. O Tratado de Madri de 1750 não resolveu por completo os problemas da fronteira, que permaneceu em disputa. Vila Bela, como vimos, fundada dois anos após a passagem do tratado, foi estabelecida e transformada em capital com a finalidade de garantir a posse do extremo oeste, diretriz fielmente seguida pelo governador Rolim de Moura, que não apenas selecionou a localização da vila às margens do Guaporé, mas ordenou a construção do Forte de Nossa Senhora da Conceição em 1760, próximo de onde ficava a missão jesuíta de Santa Rosa (entregue aos portugueses

40 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (org.). *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*. v. 2. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982. p. 21-22.

pelos termos do Tratado de Madri). No ano seguinte, Portugal e Espanha concordaram em anular o Tratado de Madri com a passagem do Tratado de El Pardo, que proibia a construção de fortes na zona fronteira, acentuando as hostilidades. O estopim veio com o início da Guerra Fantástica em 1762, um conflito entre Portugal e Espanha nos estertores da Guerra dos Sete Anos que ficou famoso pela ausência de grandes batalhas. O começo da guerra produziu tensões do outro lado do Atlântico, com receios de invasões e ataques dos rivais de lado a lado, mas também sem grandes batalhas. A exceção foi no Mato Grosso, com trocas de tiros, capturas e mortes em abril e maio de 1763. Dentre as tropas estavam os escravos de Paes Falcão, que, em auxílio ao governador da capitania, “aprontou de tudo o necessario a trinta homens, entre os quase se comprehendião vinte escravos dos melhores, mais alentados e rezolutos, e debaixo da direcção de hum cabo experimentado os mandou com carta ao dito General para que este se serviço delles não só todo o tempo que durasse a guerra, mas todo o mais que bem lhe parecesse”. Impossível dizer se eram todos africanos ou se havia indígenas entre eles, mas era muito provável tratar-se de uma força mista. De acordo com Rolim de Moura, em um dos ataques às tropas espanholas, “os nossos eram todos muito poucos mais de cem; e destes, soldados unicamente 24 Dragões e 6 infantes, e tudo o mais, pedestres, mulatos, negros, escravos e carijós, com alguns paisanos brancos”.⁴¹

O general em questão defendia a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e, no ano seguinte, recompensou Paes Falcão com “o melhor de três mil oitavas de ouro de 1500, entrando os jornaes que perdeu dos vinte escravos feito o calculo pello menor”. As batalhas de 1763 às margens do Guaporé ocorreram depois de Espanha e Portugal já terem assinado um tratado de paz, em 10 de fevereiro, em mais um exemplo das dificuldades de comunicação nos confins da América do Sul. O conflito na região cessou oficialmente apenas em agosto, quando notícias da paz finalmente lá chegaram; a notícia

41 SUZUKI, Yumiko Takamoto; ARQUIVO PÚBLICO DO MATO GROSSO (org.). *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007. p. 90; MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 137-138.

permanecia “mercadoria de luxo”, para citar Braudel. Mas as tensões na fronteira persistiram nos anos seguintes. Em 1766, Paes Falcão auxiliou novamente na defesa da mesma fortaleza, desta vez enviando seu filho, José Paes Falcão das Neves, “com hum grandiozo, e luzente trem de Cavalos para o seo servisso”, acompanhado de “40 homens, entre os quaes se comprehendião 24 pretos todos bem armados”. José Paes Falcão havia se tornado uma figura central não apenas para o distrito de Cocais, que recebia novos colonos ao longo daquelas décadas, mas para a capitania como um todo, participando ativamente de alguns dos principais desenvolvimentos políticos da região. Durante o período em que os homens foram enviados para a fronteira, o capitão-minerador sustentou as esposas que ficaram em Cuiabá.⁴²

José Paes Falcão teve ao menos dois filhos, um dos quais foi José Paes Falcão das Neves, que herdou muito do capital econômico e político de seu pai, como indicado pela “fábrica de minerar” que vimos no início desta seção. Entre sesmarias e mercês, a família ampliou e reproduziu o seu poder ao longo dos anos. Como demonstra Silva, não foram poucas as terras acumuladas pela família, com investimentos em engenhos de cana de açúcar, criação de gados, cavalos e mineração. Como seu pai e seu avô, Falcão das Neves também se tornaria figura de destaque na capitania. Um exemplo de sua preponderância se deu em 1786, quando um escravista local pediu permissão para extrair ouro de terras que havia recebido por sesmaria. Nos casos em que era encontrado ouro, o minerador deveria fazer um pedido ao governo e aguardar a distribuição das “datas” para a exploração dos minérios, tendo preferência na seleção da primeira delas. Mas neste caso o requerente buscava apenas uma autorização em sua própria sesmaria, tentando, com isso, evitar a divisão entre outros mineradores. Quando o juiz de fora enviou um minerador local para avaliar se a dispo-

42 SUZUKI, *Annaes do Senado*, op. cit., p. 91; p. 93; BRAUDEL, *O Mediterrâneo*, op. cit., p. 487; IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. “Entre sustos y alegrías”: Noticias y rumores en las fronteras amazónicas durante la Guerra Fantástica (1762-1763). *Anuario de Estudios Americanos*, v. 78, n. 2, p. 469-500, 14 dez. 2021; SILVA, *Engenhos*, op. cit., p. 172; SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Chronicas do Cuyabá*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. IV, p. 4-218, 1898. p. 145-146.

nibilidade de ouro na região era suficiente para transformá-la em datas, os filhos do requerente o expulsaram. Diante das dificuldades, Falcão das Neves se voluntariou para avaliar as terras: além de resultar na prisão de um dos filhos do requerente, em um ambiente marcadamente tenso pela presença de escravos armados, Neves declarou que as terras eram ricas em ouro e deveriam ser divididas (possivelmente já de olho em uma futura data para si).⁴³

Ao longo dos anos, Falcão das Neves acumulou diversos cargos: sargento de ordenanças em 1766 (mesmo ano em que acompanhou as tropas de seu pai para defender a fronteira) e guarda-mor das terras e águas minerais do distrito de Cocais em 1790; em 1795, tornou-se mestre de campo da Vila do Cuiabá. A posição de mestre de campo, uma espécie de braço militar do governador, foi anteriormente exercida por seu sogro, figura que lhe deixou de herança conflitos acumulados com outras autoridades de Cuiabá (fruto de sua forte aliança com o governador Luís de Albuquerque, com quem tinha laços de compadrio), em especial com os juízes de fora, como demonstra Carlos Alberto Rosa. Um dos conflitos envolveu o irmão de Tiradentes, o padre Domingos da Silva Xavier, que, endividado, fugiu de Minas Gerais para Cuiabá com um novo nome, Joaquim José Ferreira, e uma nova profissão, a de homem de negócios. Em 1791, Xavier foi acusado de contrabando de diamantes, joias que, de acordo com testemunhas, “havia comprado a uns negros fugidos”. O argumento do juiz de fora, que tinha ligações com o padre, foi de que as falsas acusações foram fruto de sua rivalidade com o mestre de campo (no caso, o sogro de Falcão das Neves), e ao menos uma das testemunhas posteriormente disse ter mentido e subornado com ouro as outras duas.⁴⁴ O padre eventualmente seria inocentado. Mas o que chama a atenção é a mobilização

43 ALMEIDA, Gustavo Balbuena De. *Os juízes de fora e a administração da justiça na Capitania do Mato Grosso (1748-1813)*. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. p. 118-124.

44 ROSA, Carlos Alberto. *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vila Urbana em Mato Grosso no Século XVIII: 1722-1808)*. 1996. 362 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 283; p. 292-293.

do argumento de “negros fugidos” vendendo diamantes, um reflexo do fato de que muitos ex-escravos faziam da faiscação um modo de sobrevivência.

As tensões de seu sogro com o juiz de fora foram renovadas por ocasião da troca deste último. O próprio Falcão das Neves se manifestou a respeito do conflito ao governador: “nesta vila existem dois chefes: um das justiças e outro do militar, a cujas vozes obedecemos todos [...]; há porém diferentes vontades entre os povos, quando as ações dos chefes não são reguladas debaixo de uma recíproca amizade”. Neves falava das duas figuras como honradas, mas frisava que o mestre de campo sempre tratou o juiz de fora com o máximo respeito. Tratava-se de um conflito entre bandos distintos, que levavam adiante as disputas ao longo dos anos. Com a morte de seu sogro, Neves tornou-se mestre de campo e levou a ferro e fogo as orientações do governador em seu conflito com o juiz de fora e a Câmara de Cuiabá. Nas palavras de Joaquim da Costa Siqueira, “esquecendo-se do seu honroso dever, cuidou na continuação da intriga, apropriou-se todas as autoridades, fez continuadas prisões em troncos: eram muitos os seus sequazes e executores, constituiu bastante comandantes seus delegados nos diferentes bairros do distrito desta vila, passou a conhecer de todos os fatos verbalmente, fez persuadir ao povo, como ele dizia, que ele tinha os ilimitados poderes do general, e por isso a ele recorriam em tudo, e ele a tudo deferia, desprezada a autoridade da justiça”. No auge de suas ações, seus emissários trouxeram as cabeças decapitadas de um indivíduo que ele havia mandado prender e seu escravo, e “as apresentaram ao dito mestre de campo, sucesso este que causou grande horror e amedrontou muito aos povos”. Diante dessas ações, o juiz de fora escreveu diretamente ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, com a denúncia de “um mestre de campo ignorante, soberbo e orgulhoso, como o que atualmente governa esta Vila”. Segundo ele, Neves prendeu 140 pessoas, “sem outro crime que a desgraça de desagradar a ele e seus amigos e comadres [...]. Marat e Robespierre não foram mais insolentes, se compararmos a estreiteza do Cuiabá e a grandeza de Paris. A única diferença

que poderá marcar-se entre aqueles e o Mestre de Campo de Cuiabá, será o terem aqueles à sua discricção uma guilhotina, e este não ter mais que ferros e um tronco, onde tem feito gemer presas pelo pescoço a 144 pessoas”.⁴⁵

A morte do governador João de Albuquerque, no entanto, esfriou as tensões. Neves ainda tentou acusar o juiz de fora de contrabandear diamantes, mas o novo governador não acreditou. Ainda assim, Neves foi perdoado, após reconhecer os excessos cometidos, e continuou no cargo de mestre de campo. Uma devassa foi realizada sobre o governo anterior de João Albuquerque em torno de seu rápido enriquecimento, levantando provas de inúmeras práticas ilegais, da monopolização da venda de escravos e sal à recepção de “dádivas” em ouro de seus representantes em Cuiabá (o sargento mór e o mestre de campo), mas a Coroa optou por manter as descobertas em sigilo. Em 1800, o governador finalmente conseguiu liberar a exploração de diamantes no rio Coxipó. Neves continuava ativo como mestre de campo: como nos tempos de seu pai, colaborou na defesa da fronteira por ocasião dos novos conflitos de 1801.⁴⁶

Neves também deu continuidade aos empreendimentos mineradores e agrícolas da família, levando adiante uma trajetória familiar que combinou poder político, empreendimentos econômicos e reprodução de hierarquias sociais. O mestre de campo era proprietário de mais de 116 cativos em 1798 (não por acaso, suas terras eram das poucas que tinham mais de uma senzala). A grande maioria de seus cativos estava empregada na extração de ouro, como descreveu em uma carta ao governador, na qual defendia que outros senhores de engenho também deveriam concentrar o trabalho de seus escravos na extração do ouro e

45 SIQUEIRA, Joaquim da Costa. Compêndio histórico chronológico das notícias de Cuyabá, repartição da capitania de Mato Grosso. Desde o princípio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817. *Revista trimensal de históriae geographia ou Jornal do do Instituto historico e geographico brasileiro*, Tomo XIII, 2. ed., 1872. p. 30-31; ROSA, *Vila Real*, op. cit., p 300-301. Sobre a noção de bando, ver GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 127-162.

46 Carta de Caetano Pinto de Mirante Montenegro à rainha D. Maria, 11 de setembro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 37, doc. 1875; ROSA, *Vila Real*, op. cit., p. 305-309.

na descoberta de novas minas. Ele mesmo utilizava apenas 16 cativos em seu engenho dedicado à produção de aguardente, todos eles inaptos, em sua visão, para o trabalho no ouro.⁴⁷ Em 1802, Neves usou nove escravos como garantia de que pagaria os juros de uma dívida. Não são pequenas as chances de que alguns deles estivessem representados nas imagens analisadas anteriormente. O documento da dívida, discutido por Otávio Ribeiro Chaves, apresenta dados dos nove cativos, que, na verdade, consistiam basicamente de duas famílias escravizadas. Uma delas era formada pelo marido José, natural da capitania, 38 anos, e casado com a escrava Maria, também nascida na capitania, e de 38 anos, ambos pais de três crianças, igualmente penhoradas: duas de 4 anos, chamadas Ana e Justiniano, e outra de nome ilegível, com 6 anos de idade. A outra família escravizada era formada por Eva, nascida na capitania, seu marido Manoel, de nação Mina, de 30 anos, e seu filho Joaquim, de 4 anos. Finalmente, o nono escravo se chamava João, de nação Benguela, com 30 anos e sem referências a laços familiares.

Eram grandes as chances de que José, Maria, Eva, Manoel e João estivessem entre os indivíduos trabalhando nas lavras de ouro de Falcão das Neves quando por lá passou, poucos anos antes, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que produziu os registros visuais analisados anteriormente. Estarão eles retratados lá? Imagens de um sistema de trabalho brutal, que foi a base da reprodução da posição política, econômica e social de Fernando Dias Falcão, José Paes Falcão e José Paes Falcão das Neves – avô, pai e filho. Na base de toda essa história estava o ouro, um mineral que era extraído dos rios e morros para servir como representação de valor nos jogos das trocas e finanças da economia-mundo capitalista.

O declínio da fronteira do ouro no Mato Grosso

As características de escassez e distribuição geológica do ouro, como vimos, fazia da busca por novas fontes do mine-

47 SILVA, *Engenhos*, op. cit., p. 51, 63-64.

ral uma estratégia permanente. Seu ritmo, no entanto, era determinado pelo volume de ouro encontrado, principalmente nos depósitos que podiam ser explorados a partir das técnicas mais comumente utilizadas. Na virada do século, era evidente a necessidade de novas buscas, como o próprio Ferreira argumentou em suas propostas de solução para o que enxergava como uma crise da mineração. Falcão das Neves também falava da necessidade de novas expedições em busca do metal dourado. Não por acaso, em 1803, o governador do Mato Grosso mandou Neves em uma expedição pelo Rio Manso para descobrir se era o mesmo que “nos Araés se denominava Rio das Mortes”. Além do reconhecimento deste e de outro rio, “que fizesse todos os exames para descobrir ouro”. É muito provável que o esforço estivesse ligado às tentativas de encontrar as lendárias minas dos Martírios. Um ano antes, o Padre José Manoel de Siqueira escreveu a *Memória a respeito do descobrimento dos Martírios*, em que descrevia aquilo que ouviu de seu pai sobre esse assunto. Segundo Siqueira, a capitania ainda não havia organizado expedições para aquelas minas dos Martírios até aquele momento porque “talvez a Providência tenha destinado este descobrimento para a época presente, em que tanto se precisa de ouro e em que temos um governo que muito se interessa pelo aumento da Real Fazenda e utilidade de seus súditos”. Foi esse o contexto da expedição de Neves, que, apesar de trazer notícias de ouro em algumas paragens (“Nas antigas pedreiras dos Araés não bulio, e nem examinou as vizinhanças d’aquelle local por não haver dúvida no ouro, que por ser de pouco toque confirmam todos os que ahi minerar, que os jornais de oitava por semana são seguros”), também relatava as dificuldades do percurso: a comitiva que lhe forneceu informações fez o caminho até o “porto dos Araés” passando por 123 cachoeiras em 56 dias, tempo que poderia ser reduzido para 25 após a preparação dos varadouros.⁴⁸

Se o declínio gradual da mineração era evidente em fins do século 18, foi no começo do seguinte que uma crise efeti-

48 SIQUEIRA, Padre José Manoel de. *Memória a respeito do descobrimento dos Martírios. Roteiros vários às Minas dos Martírios*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. p. 14; NEVES, José Paes Falcão das. O rio Manso. *Revista da Sociedade de Geografia*, fasc. II, 1885. p. 125.

va da atividade se instalou, inicialmente no Vale do Guaporé (em torno de 1800), depois em Cuiabá (em meados da década de 1810). Em Diamantino, onde a exploração foi iniciada apenas na virada do século, após a liberação da exploração de diamantes pelo governador, a crise ocorreu em torno de 1825; fato que nos ajuda a compreender o crescimento da população de escravizados ao longo daquele período. A crise se desenrolou com diferentes tempos, de acordo com as regiões, e esteve longe de significar o fim da mineração, que continuou sendo praticada nesses diferentes espaços, ainda que em menor escala e sem o peso de antes para a reprodução daquelas sociedades. No caso de Cuiabá, foi a força do espaço econômico constituído ao longo do século XVIII que ofereceu condições para o enfrentamento da crise por elites locais, com a expansão das fronteiras do gado, dos engenhos e da produção de alimentos.⁴⁹

As elites mineradoras de Vila Bela, por sua vez, tiveram dificuldades muito maiores por ocasião da crise da fronteira do ouro, cujo início, como vimos, foi vivamente relatado por Rodrigues Ferreira em sua passagem pela Serra de São Vicente. Na Chapada de São Francisco Xavier, o viajante falava que, apesar da extração de muito ouro no passado por grandes empreendimentos, naquele momento “apenas existem alguns insignificantes lotes ou de pretos libertos ou de escravos empregados em faisqueiras”. Em São Vicente, “tudo o mais não passa de alguns poucos brancos, mulatos e pretos libertos ou ainda escravos, que se ocupam em faiscar o ouro mais oitavas de peso”. Nas Lavrinhas do Guaporé a atividade permanecia intensa, com duas “fábricas” de mineração com mais de 100 escravos cada, e outras duas com mais de 50 escravos. “Além destas e outras menos significantes, também a alguns pretos forros pertencem alguns pequenos serviços de 3 até 20 escravos cada um”. A principal estratégia, em Vila Bela, foi redirecionar a produção para os engenhos de açúcar e aguardente. Apesar de algumas iniciativas para a criação de gado, algumas delas também descritas por Ferreira, as dificuldades revelaram-se muito maiores que em outras partes da capitania e o

49 LIMA, *Caminhos da integração*, op. cit., p. 49-50.

setor nunca se desenvolveu plenamente. As minas continuaram ativas, mas com rendimentos decrescentes. Em torno da década de 1840, com a capital já em Cuiabá, a maior parte da elite de Vila Bela abandonou a cidade e boa parte de seus escravos, que passaram a ter um maior controle da região. Como demonstra o belíssimo trabalho de Bandeira, Vila Bela tornou-se um território eminentemente negro, a Vila Bela dos pretos, o segundo ato de uma longa história iniciada pela formulação de uma capital por autoridades portuguesas reunidas em Lisboa em meados do século XVIII. O colapso da fronteira do ouro abriu espaço para um esforço de reconstrução da vida material por parte dos africanos e seus descendentes, com a formação de uma comunidade negra regida por relações de reciprocidade.⁵⁰

O declínio na arrecadação da Coroa por meio da mineração nas últimas décadas do século XVIII levou a um grande debate sobre a natureza da crise e suas possíveis soluções. Uma ampla produção ilustrada – da qual o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira foi parte – buscou compreender as raízes da crise e suas implicações. Com frequência, a simplicidade dos métodos era criticada, bem como o foco dos mineiros no ouro de aluvião, em sintonia com as tecnologias por eles empregadas. “Os mineiros de Mato Grosso, digamos assim, não têm feito mais que desflorar a terra do ouro virgem que tem”, dizia Ferreira. “Para esta casta de mineiros ou há de ser muito ou nada”. O padre Siqueira, por sua vez, também enfatizava o pouco uso de maquinário e argumentava que os métodos empregados no Mato Grosso à época em que escrevia eram “os mesmos que nos ensinaram os pretos da Costa de Ouro e os mesmos que se praticam há 100 anos a esta parte”. Construiu-se uma imagem de arcaísmo nos métodos da mineração setecentista que acabou sendo reproduzida por vários historiadores posteriormente. Tal imagem foi fortalecida pelos discursos de empresários e políticos no século XX, que com frequência mobilizaram a oposição entre um garimpo pré-capitalista e uma mineração propriamente

50 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, op. cit., p. 67-70; BANDEIRA, *Território negro*, op. cit., p. 112; p. 128-129.

capitalista das grandes empresas, com grandes investimentos em maquinário e métodos científicos de prospecção e exploração. O que parece evidente, contudo, é que os métodos da mineração do século XVIII foram totalmente apropriados às condições que se apresentavam, como argumenta Carolina Capanema em relação às Minas Gerais. A ausência de maquinário tem relação com distâncias, com dificuldades de acesso ao ferro, dentre inúmeros outros fatores que dificultavam a sua instalação nas zonas de mineração, a despeito da facilidade com que soluções eram apresentadas pelos críticos ilustrados. No caso do Mato Grosso, o uso de tecnologias específicas se revelava ainda mais complicado por um conjunto de fatores, que iam das enormes e difíceis distâncias que davam acesso à região, às condições ambientais específicas, como era o caso da escassez de águas nos morros a serem minerados. Nesse sentido, a famosa passagem do padre Siqueira na qual fala que o minerador de Mato Grosso era mais ignorante em relação aos métodos do que os de Goiás (e estes mais do que os de Minas Gerais), que Sérgio Buarque descreve como talvez um pouco exagerada, tem menos relação com ignorância do que com as condições colocadas àqueles indivíduos.⁵¹

Do outro lado do Atlântico, conforme declinavam os fluxos de ouro do Brasil nas últimas décadas do século XVIII (situação agravada no caso inglês pelas políticas pombalinas), o papel foi tornando-se predominante na Inglaterra. Como nas feiras de séculos anteriores, o crédito instalou-se acima do dinheiro, mas agora “com novas dimensões a soluções antigas”. O auge desse processo se deu a partir de 1797, em meio

51 SOARES; FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*, p. 56. SEQUEIRA, *Memória sobre a decadência*, op. cit., p. 104. CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das minas: mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII*. Belo Horizonte: Letramento, 2019. p. 87-137; HOLANDA, *Monções*, op. cit., p. 85. Apesar de referências como essa do padre Siqueira a respeito da Costa do Ouro em alguma medida sustentarem a ideia de que conhecimentos de africanos foram centrais na história da mineração no Brasil, como é o caso também de passagens semelhantes na obra de Eschwege, tais comentários eram acentuadas por aqueles observadores em um movimento de crítica do arcaísmo da mineração brasileira. Nesse sentido, a associação à África, sinônimo de atraso na mente de observadores europeus, reforçava a posição dos próprios denunciadores, que podiam ser contratados para colocar em prática métodos efetivamente científicos capazes de resolver a crise.

à guerra contra a França, quando o dinheiro deixou de estar oficialmente lastreado no ouro por um quarto de século, ainda que o procedimento fosse visto como temporário e o governo emitisse sinais de uma eventual volta à paridade com o ouro. Um desses sinais foi o abandono oficial do bimetalismo e o estabelecimento do padrão ouro na economia em 1816, antes do fim da política monetária estabelecida na guerra. O segredo do sucesso estava, evidentemente, na produção de mercadorias em escala inédita, resultado do processo de industrialização que transformaria as ilhas, o continente e o resto do planeta. Nos “100 anos de paz” que se seguiram, sob a égide da hegemonia britânica, o padrão ouro foi o grande instrumento de naturalização da ideia de um mercado autorregulável, na análise clássica de Karl Polanyi. Nesse processo, a demanda pelo metal amarelo permaneceu alta, especialmente porque outros países além da Grã-Bretanha foram aderindo ao padrão-ouro em suas próprias economias.⁵²

O novo mundo do século XIX favoreceu a ampla exportação do capital britânico, que rapidamente estimulou a expansão de novas fronteiras auríferas pelo mundo. Após uma corrida do ouro inicial na Sibéria, as grandes fronteiras auríferas do século XIX deslocaram-se para o oeste dos Estados Unidos (Califórnia, Alaska), Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, dentre outros lugares, com novas tecnologias como a mineração hidráulica. Estudiosos dessas corridas do ouro descrevem uma “longa transformação de uma ocupação artesanal para uma indústria tecnologicamente sofisticada de metais”. Capitalistas britânicos rapidamente aproveitaram o novo contexto de abertura comercial do século para investir nas antigas zonas mineradoras da América ibérica. Apesar de alguns casos de sucesso, como a Saint John del Rey e seus 1.400 africanos escravizados, contudo, um grande número de empresas de capital internacional, que finalmente puderam investir e acessar diretamente o ouro do Brasil, simplesmente naufragaram. No Pará, as grandes empresas do século XIX que

52 BRAUDEL, *Tempo do mundo*, op. cit., p. 336-337; REDISH, Angela. The Evolution of the Gold Standard in England. *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 4, p. 789-805, 1990; POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

tentaram explorar as regiões ricas em ouro, inicialmente descobertas por quilombolas, também fracassaram, a despeito de suas tecnologias inovadoras. As suas ruínas permanecem lá, no meio da floresta. São vários os exemplos semelhantes no Mato Grosso oitocentista, como a Companhia de Mineração de Cuiabá, que tentou reviver as minas de Araés a partir de 1819, ou os diferentes casos descritos por Corrêa Filho em seu balanço dessa história.⁵³ Na prática, as promessas de uma mineração científica ventiladas pelos intelectuais ilustrados da virada do século revelaram-se muito mais difíceis de serem cumpridas do que se imaginava.

A Revolução Industrial criou e ampliou a demanda por outros metais, como ferro e cobre, fazendo com que a mineração continuasse sendo importante no Brasil contemporâneo, recorrendo a essas novas tecnologias com sucesso. Mas em relação ao ouro e diamantes, as operações que faziam uso dos métodos tradicionais do garimpo continuaram firmes, ainda que em escala reduzida. Grandes companhias de mineração de ouro e diamantes no Mato Grosso surgiram na primeira metade do século XX, mas poucas com sucesso. O garimpo prosseguiu forte em algumas partes do estado, e não necessariamente como atividade restrita a camadas marginalizadas, como evidenciado pela trajetória de José Morbeck, figura que poderia entrar em qualquer definição clássica de coronelismo. Engenheiro agrônomo que trabalhou como Diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização para o Estado do Mato Grosso, Morbeck reivindicou para si um espaço de terra de 500 mil acres entre os rios das Garças, Diamantino e Araguaia, e atuou diretamente contra a concessão de uma área para mineração no Vale do Rio das Garças para a companhia de Antônio Mota Moreira, eventualmente levando ao conflito armado com o estado na figura de Manoel Balbino de Carvalho (mais conhecido como “Carvalhinho”) e a fundação de uma Liga Garimpeira. Na década seguinte, Morbeck organizou uma

53 MOUNTFORD, Benjamin; TUFFNELL, Stephen (org.). *A global history of gold rushes*. Oakland, CA: University of California Press, 2018. p. 23; CLEARY, David. *Anatomy of the Amazon gold rush*. Basingstoke: Macmillan; StAntony's College, Oxford, 1990. cap. 2; CORRÊA FILHO; *A cata de ouro e diamante*, op. cit.; LIMA, *Caminhos da integração*, op. cit., p. 252-253.

expedição para “redescobrir as hoje quase legendárias mas riquíssimas minas de Araés [...], que foram, superficialmente apenas, exploradas de 1753 a 1776, pelo famoso Amaro Leite, que as descobriu quando a caminho e procura das fascinantes minas dos Martyrios”, nas palavras de seu representante em São Paulo. O anúncio buscava o investimento de capitalistas de São Paulo na expedição, que seria baseada em informações colhidas “de um descendente direto do destemido bandeirante Toledo Piza”. Como outras antes dessa, e por motivos parecidos, a expedição fracassou. Entretanto, tal como no século XVIII, a escassez do ouro fazia da sua busca permanente uma necessidade, mesmo em um contexto no qual a mineração se tornou apenas uma estratégia dentre outras exploradas por elites locais. E o garimpo prosseguiu sendo um de seus principais instrumentos.⁵⁴

Na segunda metade do século XX, após uma subida dramática nos preços do ouro como resultado da crise do petróleo da década de 1970, a fronteira do ouro re-emergiu com força, principalmente na região Norte do país, mas também ao norte do Mato Grosso, que contava com uma população de quase 80.000 garimpeiros em fins da década de 1980. A extração de ouro e diamantes certamente não ocupa a centralidade que teve para a região no século XVIII, mas a sua existência – seja pelo garimpo, seja por grandes empresas multinacionais, além de arranjos que borram a fronteira entre esses setores – continua firme, com implicações humanas e ambientais que transcendem os números apresentados nos diferentes índices econômicos.

Conclusão: o arcaísmo como prática do capitalismo

Como interpretar a história da ascensão e queda da fronteira do ouro no Mato Grosso colonial, com seu espaço

54 Uma das análises mais detalhadas da trajetória de Morbeck pode ser encontrada em BORGES, Pedro Pereira. *Poxoréu: percursos histórico-políticos*. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Sobre o anúncio da expedição, ver Correio Paulistano, 16 fev. 1936. p. 23.

econômico, seus processos de transformação da paisagem, sua enorme escala de exploração e apropriação da natureza humana e extra-humana? Quais são os sentidos da trajetória de uma figura como José Paes Falcão das Neves, ou de seu pai, ou de seu avô, ou das centenas de escravizados que passaram por suas mãos, como a crioula Eva e suas crianças, ou seu marido Manuel, nascido na Costa da Mina para morrer do outro lado do Atlântico, no centro da América do Sul?

Historiadores com frequência analisam a mentalidade de figuras como Falcão das Neves, com a sua busca por privilégios, suas práticas autoritárias e sua larga escravaria, como evidência de que estamos diante de algo diferente do capitalismo. Como vimos, a trajetória da família desde o início da história colonial do Mato Grosso foi caracterizada por violência, fosse contra as populações indígenas que habitavam a região, a partir de então crescentemente desterritorializadas por processos de escravização e expansão da fronteira do ouro, fosse contra as centenas de africanos escravizados, que foram adquiridos e levados para trabalhar nas “fábricas de minerar”, fosse, ainda, contra os bandos rivais na política local. Caracteriza-se a sociedade, nesse caso, a partir da mentalidade aristocrática de sua elite e das relações de patronagem que a sustenta. A um suposto toma lá, dá cá capitalista opõe-se o predomínio de relações sociais, dos dons e contradons que caracterizaram as sociedades arcaicas. Igualmente popular, e frequentemente combinada à abordagem anterior, é a análise de inspiração institucionalista que tende a focar em empreendimentos específicos para compreender a natureza da sociedade. Em sua versão marxista ortodoxa, que faz das relações de produção o elemento definidor do sistema, as formas de trabalho coercivo presentes nos principais empreendimentos de uma sociedade a tornam não capitalista. Este era, evidentemente, o caso das fábricas de minerar de Falcão das Neves e tantos outros. Essas definições se manifestam também na historiografia específica sobre ouro que se dedicou aos séculos XIX e XX, com a oposição entre uma mineração efetivamente capitalista de grandes empresas e as formas mais rústicas e artesanais de exploração

do ouro, como o garimpo, geralmente caracterizado como não capitalista.⁵⁵

O principal problema dessas abordagens reside nas definições de capitalismo com que se opera e a unidade de análise apropriada para apreendê-lo no tempo e no espaço. No que se refere à história do Brasil, algumas das interpretações acima estão próximas de perspectivas tradicionais da teoria social brasileira, que caracterizaram o país como “escravista e estamental, de razão essencialmente diversa da sociedade de classes, do trabalho livre e da racionalidade capitalista”, na descrição certa de Maria Sylvia de Carvalho Franco (e, nesse sentido, são menos inovadoras do que se pretendem). Implícita ou explicitamente, a comparação é com um capitalismo ideal, caracterizado pela atuação de indivíduos livres em um mundo totalmente mercantilizado e regido por livres trocas. Tais perspectivas estavam (e continuam) atreladas a projetos políticos inspirados por teorias desenvolvimentistas da modernização. “Ainda hoje essa condição primitiva e propedêutica é atribuída ao sertão brasileiro, às regiões fronteiriças onde a violência do trabalho forjado é imposta pelas multinacionais, pontas da modernidade”, prossegue ela. “Não obstante, a violência dessa forma de acumulação é explicada pelo legado de antigos mores escravistas, por sobrevivências culturais, embora seja posta em prática pelo capitalismo internacional mais adiantado.” No lugar da explicação circular de como a violência colonial é fruto do trabalho coercivo, Franco argumenta que “o recurso ao regime escravista – sua própria violência – foi se determinando no interior do sistema capitalista, não como elemento justaposto pela atividade mercantil, mas como recurso rápido e plástico para suprir as necessidades de organização do trabalho postas pelas novas articulantes da produção e da circulação de mercadorias.” Em

55 O exemplo clássico da primeira abordagem é FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c1840*. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1993. Para exemplos da segunda, ver MARQUES, Leonardo. *Slavery and Capitalism*. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2022. Um exemplo da bibliografia dedicada aos séculos XIX e XX é RIBEIRO, Loredana. *Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, Garimpo e Capitalismo*. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2, p. 153-167, 24 dez. 2013.

suma, Franco sinaliza para a necessidade de pensarmos a escravidão enquanto parte constitutiva do capitalismo.⁵⁶

No fundo, a discussão remete àquela travada em torno da natureza da chamada “segunda servidão” no leste europeu. Ao comentar a obra de Witold Kula, Braudel concorda que o senhor polonês não é caracterizado pela racionalidade capitalista, marcada por cálculos para a maximização dos lucros. Diferentemente de Kula, contudo, que, a partir dessas características, fala da persistência de um sistema feudal até o século XVIII, o historiador francês argumenta que “a segunda servidão é o reverso de um capitalismo mercantil que encontra suas vantagens na situação do Leste e até, numa parte de si, a sua razão de ser. O grande proprietário não é um capitalista, mas é um instrumento e um colaborador a serviço do capitalismo de Amsterdam ou de outro lugar. *Faz parte do sistema*”.⁵⁷ O mesmo raciocínio cabe para a história da América colonial, como demonstra o mesmo Braudel, ao se deparar com os antigos debates sobre uma suposta natureza feudal do mundo colonial:

A América, no seu conjunto, apresenta-se como uma justaposição, um amontoado de sociedades e de economias diversas. Na base, economias semifechadas, chamem-lhes como quiserem; acima delas, economias semi-abertas, se assim se pode dizer; finalmente, nos planos superiores, as minas, as plantações, talvez certas grandes organizações de pecuária (não todas) e os negócios. O capitalismo é, quanto muito, uma última

56 TRANS/FORM/AÇÃO, R. Entrevista: Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia*, v. 34, n. especial, p. 167-177, 2011. p. 170; p. 173. Para considerações acerca das inovações da obra de Franco, ver BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 331-366, dez. 2013.

57 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 2, p. 235. Em outra passagem, Braudel argumenta que “a explicação ‘idealista’, unívoca, que faz do capitalismo a encarnação de uma certa mentalidade, é apenas a saída encontrada, à falta de outra, por Werner Sombart e Marx Weber, para escaparem ao pensamento de Marx. Nada nos obriga, com toda a imparcialidade, a segui-los. Não creio, por conseguinte, que tudo seja material, ou social, ou relação social no capitalismo. A meu ver, há um ponto fora de dúvida: ele não pode ser oriundo de uma única e obscura origem: a economia teve uma palavra a dizer; a política teve uma palavra a dizer; a cultura e a civilização tiveram uma palavra a dizer. E também a história, que em geral decide em última instância as relações de força”.

fase mercantil: os *aviadores* dos mineiros, os mercadores privilegiados dos *consulados*, os mercadores de Vera Cruz em conflito constante com os da Cidade do México, os mercadores que se refestelam por trás da máscara das Companhias criadas pelas metrópoles, os mercadores de Lima, os mercadores do Recife, em face da 'senhorial' Olinda, ou os da cidade baixa da Bahia em face da cidade alta. Mas, com todos esses homens de negócios, encontramos-nos, na realidade, no tecido das ligações da economia-mundo europeia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismo nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa.⁵⁸

Ou seja, o capitalismo na leitura braudeliana forma uma camada superior que, no entanto, sincroniza diferentes tempos históricos e estende a sua malha até a América profunda. Nesse sentido, pouco importa que a família Falcão se orgulhasse de seus antepassados bandeirantes ou possuísse uma enorme escravaria, suas práticas estiveram ligadas à expansão da fronteira do ouro enquanto componente fundamental da economia-mundo capitalista. Não se trata de um desvio da trajetória ideal do sistema, mas de um instrumento fundamental de sua própria expansão. A criação de dinheiro barato foi produzida pela escravização de milhares de indígenas e africanos na América, que gastaram as suas vidas extraíndo um minério específico do solo, processo que teve em figuras como Falcão das Neves alguns de seus principais vetores. A variável decisiva para se compreender essa história, portanto, é a economia-mundo capitalista, que se apropria e sincroniza diferentes temporalidades. Nesse sentido, não há uma forma institucional propriamente capitalista dos empreendimentos mineradores, no século XVIII ou XXI, pois o capital pode comportar o senhor aristocrático que possui centenas de escravos ou o grande investidor de nossa época, que organiza grandes empreendimentos e coloca em movimento um maquinário altamente capitalizado; ou os ex-escravos e quilombolas faisca-dores dos séculos XVIII e XIX ou o garimpeiro pobre que migrou de alguma outra parte do Brasil para tentar a sorte na Amazônia do século XXI. Tal enquadramento é fundamental

58 BRAUDEL, *O tempo do mundo*, op. cit., p. 396-397.

para compreendermos as dimensões dos problemas contemporâneos, incluindo o enraizamento social da mineração hoje para além de meia dúzia de grandes capitalistas.

José Martins de Souza comenta que, quando fez sua pesquisa de campo na Amazônia na década de 1970, momento de expansão de diferentes fronteiras da mercadoria na região, deparou-se com formas de trabalho que não se enquadravam no que alguns teóricos geralmente classificavam como livre, mas que certamente estava diante do que aqueles mesmos teóricos chamavam de capitalismo. Em determinadas situações, decorrentes de circunstâncias históricas específicas, o capitalismo faz amplo uso de formas de trabalho não-livre. E é enquanto parte desse processo que a fronteira adquire “um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Múltiplos aspectos de longa duração da fronteira mineradora no Brasil permanecem vivos: a vasta apropriação de recursos naturais, a exploração extrema do trabalho racializado, a violência contra povos indígenas e a degradação ambiental. A expansão dessa fronteira Amazônica adentro foi tornada possível não apenas pelos ciclos de mercantilização anteriores na região, como argumenta Stephen Bunker, mas também pelos efeitos mais amplos do ciclo do ouro no Brasil setecentista, que, como vimos, estendeu as fronteiras políticas da colônia e incorporou a maior parte da floresta em seu interior. A abertura e o mapeamento dos caminhos, a transformação da paisagem, a destruição de povos indígenas, a reorganização política da terra, o processo de territorialização do colonialismo, o desenvolvimento de outras fronteiras da mercadoria associadas ao ouro: todos esses elementos foram parte de uma história cumulativa e multissecular que criou as condições para o que vemos acontecendo no Brasil hoje. Problema de difícil resolução, pois envolve muito mais do que a proteção e preservação de espaços e povos específicos. A fronteira de degradação do Outro é a ponta obscura e persistente de um sistema sustentado por todos nós.⁵⁹

59 MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 13; p. 91-92; DE THEIJE, M. *Brazil: Forever*

Referências

- ALMEIDA, Gustavo Balbuena De. *Os juízes de fora e a administração da justiça na Capitania do Mato Grosso (1748-1813)*. 2019. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. p. 118-124.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988.
- BANOUB, Daniel *et al.* Industrial dynamics on the commodity frontier: Managing time, space and form in mining, tree plantations and intensive aquaculture. *Environment and planning. E: Nature and space*, v. 4, n. 4, p. 1533-1559, 2021.
- BARCELOS, Reginaldo. *Entre o ouro e a escória: arqueometalurgia do ouro no Brasil dos séculos XVIII e XIX*. 2016. 319 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2016.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Mapa dos sertões que se compreendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [17--]. 1 mapa ms : col., desenhado a nanquim; 62 x 50cm em f. 63,4 x 52. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/21671>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007.

Informal. In: VERBRUGGE, B.; GEENEN, S. (ed.). *Global Gold Production Touching Ground*. Cham, Suíça: Springer; Palgrave Macmillan, 2020. p. 127; WANDERLEY, Luiz Jardim. Corrida do Ouro, Garimpo e Fronteira Mineral na Amazônia. *Revista Sapiência*, n. 8, p. 113-137, 2019; BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1985.

- BORGES, Pedro Pereira. *Poxoréu: percursos histórico-políticos*. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 331-366, dez. 2013.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016.
- BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2002.
- BRITO, Adilson J. I. Retóricas transfronteiriças: tópicos territoriais na incorporação do Rio Amazonas ao Império português (1746-1751). In: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2020.
- BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1985.
- CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.
- CANOVA, Loiva. *Os Paresi na conquista portuguesa de Mato Grosso (1719-1757)*. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das minas: mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2007.

- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre a emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do Rio Paraguai (c. 1650-1800). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 3, n. 4, p. 1-20, 12 dez. 2006.
- CEGATI, Evandro Gabriel. *Proibição e extração de diamantes na Capitania de Mato Grosso*. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850*. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CLEARY, David. *Anatomy of the Amazon gold rush*. Basingstoke: Macmillan; StAntony's College, Oxford, 1990.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. A cata de ouro e diamante. *Boletim Geográfico*, ano 28, n. 209, p. 4-27, mar./abr. 1969.
- COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 8, p. 993-1014, 2001.
- CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. *Um lugar para Valentim “...nos estados do Brasil”*: emigração portuguesa e mobilidade social nas minas de Mato Grosso – séc. XVIII e XIX. Um estudo de caso. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2014.

- D'ALINCOURT, Luiz. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, v. III, ago. 1877.
- DAVIDSON, David M. How the Brazilian West Was Won: Free-lance and State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752. In: ALDEN, Dauril (org.). *Colonial roots of modern Brazil*; papers of the Newberry Library Conference. Berkeley, CA: University of California Press, 1973.
- DAY, John. *Money and finance in the age of merchant capitalism*. Oxford; Malden, MA: Blackwell Publishers, 1999.
- DE THEIJE, M. *Brazil: Forever Informal*. In: VERBRUGGE, B.; GEENEN, S. (ed.). *Global Gold Production Touching Ground*. Cham, Suíça: Springer; Palgrave Macmillan, 2020.
- DESAN, Christine. *Making Money: Coin, Currency, and the Coming of Capitalism*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014.
- ELTIS, David *et al.* (org.). *From the galleons to the highlands: slave trade routes in the Spanish Americas*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 2020.
- ESSELIN, Paulo Marcos. A escravização indígena e o processo de ocupação territorial de Mato Grosso. *Revista Digital Estudos Historicos*, n. 21, p. 1-19, 2019.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: FUMARC; São Paulo: Letra & Voz, 2009.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c1840*. Rio de Janeiro, RJ: Diadorim, 1993.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- FURTADO, Junia Ferreira. . *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, n. 1, p. 1-49, 2020.

- GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguba na rota das monções (1718 a 1838)*. 2002. 239 f. /Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- HANIEH, Adam. World Money and Oil: Theoretical and Historical Considerations. *Science & Society*, v. 87, n. 1, p. 50-75, jan. 2023.
- HEMMING, John; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. “Entre sustos y alegrías”: Noticias y rumores en las fronteras amazónicas durante la Guerra Fantástica (1762-1763). *Anuario de Estudios Americanos*, v. 78, n. 2, p. 469-500, 14 dez. 2021.
- INGHAM, Geoffrey K. *The Nature of Money*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2004.
- JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2007.
- JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados, MS: UFGD, 2011.

- KARASCH, Mary C. *Before Brasília: frontier life in central Brazil*. Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 2016.
- KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- LEMIRE, Beverly. *Global Trade and the Transformation of Consumer Cultures: The Material World Remade, c.1500-1820*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2018.
- LIMA, André Nicacio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. 2010. 366 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Escravos negros na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. 3. ed., corrigida e ampliada. Rio: EPASA, 1944.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, Volume II. São Paulo; Brasília: EDUSP; Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.
- MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-532.
- MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2022

- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Asymmetrical Dependencies in the Making of a Global Commodity: Coffee in the Longue Durée*. Berlin: EB Verlag, 2023.
- MARTINS, Diego de Cambraia. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os Grupos Mercantis no Império Português (c.1755-c.1787)*. 2019. 322 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro – o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 121.
- MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MONTENEGRO, Caetano Pinto de Mirante. [Correspondência]. Destinatária: rainha D. Maria. 11 set. 1799. Arquivo Histórico Ultramarino. Caixa 37, doc. 1875.
- MOORE, J. W.; PATEL, Raj. *A history of the world in seven cheap things: a guide to capitalism, nature, and the future of the planet*. Oakland, CA: University of California Press, 2017
- MOUNTFORD, Benjamin; TUFFNELL, Stephen (org.). *A global history of gold rushes*. Oakland, CA: University of California Press, 2018
- NEVES, José Paes Falcão das. O rio Manso. *Revista da Sociedade de Geografia*, fasc. II, 1885.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites. *Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da*

- América do Sul (primeira metade do século XVIII). 2012. 313 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- O'MALLEY, Gregory E. *Final passages: the intercolonial slave trade of British America, 1619-1807*. Chapel Hill, NC: the University of North Carolina Press, 2014
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição dos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*, n. 6, p. 157-182, 1998.
- REDISH, Angela. The Evolution of the Gold Standard in England. *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 4, p. 789-805, 1990.
- REIS, Flavia Maria da Mata. *Das faisqueiras às galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século dezoito (1702-1763)*. 2007. 299 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- REIS, Flávia Maria da Mata; GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; Villalta, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, volume 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

- RIBEIRO, Loredana. Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, Garimpo e Capitalismo. *Revista Espinhaço*, v. 2, n. 2, p. 153-167, 24 dez. 2013.
- RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- ROSA, Carlos Alberto. *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vila Urbana em Mato Grosso no Século XVIII: 1722-1808)*. 1996. 362 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Technology and Society: The Impact of Gold Mining on the Institution of Slavery in Portuguese America. *The Journal of Economic History*, v. 37, n. 1, p. 59-83, 1977.
- SCHOENBERGER, Erica J. *Nature, choice and social power*. Abingdon-on-Thames, UK; New York, NY: Routledge, 2015.
- SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. *El Sistema de la economía colonial: el mercado interior: regiones y espacio económico*. México: Nueva Imagen, 1983.
- SEQUEIRA, José Manuel de. Memória sobre a decadência das três Capitanias e os meios de as reparar (1802). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 203, p. 103-104, jun. 1949.
- SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da Silva. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, v. 28, n. 49, p. 640-812, 2021.
- SILVA, Valquíria Ferreira Da. *Cachaça mineira: produção e consumo de aguardente no século XVIII*. São Paulo: Alameda, 2019.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Chronicas do Cuyabá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. IV, p. 4-218, 1898.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio histórico chronologico das notícias de Cuyabá, repartição da capitania de Mato Grosso. Desde o princípio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817. Revista trimensal de históriae geographia ou Jornal do do Instituto historico e geographico brasileiro*, Tomo XIII, 2. ed., 1872.
- SIQUEIRA, Padre José Manoel de. *Memória a respeito do descobrimento dos Martírios. Roteiros vários às Minas dos Martírios*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.
- SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina (org.). *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Petrópolis, RJ: Kapa, 2005. (Coleção etnográfica: a expedição philosophica pelas Capitancias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 3).
- SUZUKI, Yumiko Takamoto; ARQUIVO PÚBLICO DO MATO GROSSO (org.). *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.
- TEPASKE, John J. *A new world of gold and silver*. Leiden, NLD; Boston: Brill, 2010.
- TOMICH, Dale W. *Slavery in the Circuit of Sugar, Second Edition: Martinique and the World-Economy, 1830-1848*. Binghamton: SUNY Press, 2016.
- TRANS/FORM/AÇÃO, R. Entrevista: Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia*, v. 34, n. especial, p. 167-177, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (org.). *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*. v. 1. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (org.). *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de*

- Azambuja; Correspondências*. v. 2. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982.
- VIALOU, Denis *et al.* Peopling South America's centre: the late Pleistocene site of Santa Elina. *Antiquity*, v. 91, n. 358, p. 865-884, ago. 2017.
- VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história 1450-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- VILARDAGA, José Carlos. No fluxo do Anhembi-tietê: o rio e a colonização da capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 15 dez. 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. Corrida do Ouro, Garimpo e Fronteira Mineral na Amazônia. *Revista Sapiência*, n. 8, p. 113-137, 2019.
- WEST, Robert Cooper. *La minería de aluvión en Colombia durante el período colonial*. Bogotá: Imp. Nacional, 1972.
- WHITEHEAD, Neil L. The Mazaruni Pectoral: A Golden Artefact Discovered in Guyana and the Historical Sources Concerning Native Metallurgy in the Caribbean, Orinoco and Northern Amazonia. *Journal of Archaeology and Anthropology*, n. 7, p. 19-38, 1990.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1990.

METAIS PRECIOSOS NO PENSAMENTO ILUSTRADO IBERO-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O OURO E A PRATA EM MINAS GERAIS, NOVA GRANADA E NOVA ESPANHA

Felipe Mesquita Antunes

Metais preciosos foram essenciais para o funcionamento da economia-mundo capitalista em seus primeiros séculos de existência. O ímpeto que deram aos primeiros movimentos de expansão ultramarina europeia e a importância que tiveram para o surgimento do mercado mundial, bem como para o estabelecimento e a expansão das relações capitalistas, são alguns dos exemplos bem documentados que corroboram tal assertiva¹. No entanto, na maior parte dos trabalhos especializados no assunto, foi a função monetária do ouro e da prata que ganhou relevo, ao passo que o seu aspecto metálico – a prata e o ouro como natureza – e os processos socioeconômicos e geoculturais² que precediam a sua circulação como dinheiro foram omitidos ou relegados ao segundo plano, re-

1 Para exemplos de obras que enfocam a importância do ouro e da prata para a economia mundial na Era moderna, ver: GODINHO, Vitorino Magalhaes. *Descobrimientos e a economia mundial*. Lisboa: Arcadia, 1963; GREEN, Toby. “Three Measures of Gold”: The Rise and Fall of the Great Empires of the Sahel. In: *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2019. cap. 1, p. 31-66.

2 Nos referimos ao conceito de geocultura formulado originalmente por Immanuel Wallerstein. Na sua leitura, ela deve ser entendida como “um conjunto de ideias, valores e normas que eram amplamente aceitas em todo o sistema e que constroem a ação social” (WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011. p. 16, tradução nossa).

sultando em um apagamento das dinâmicas e dos impactos humanos e ambientais que eram constitutivos da produção desses metais.

Tendo isso em vista, neste capítulo iremos observar este outro lado da moeda – o processo de mineração de metais preciosos – de um ponto de vista específico: o das representações do ouro e da prata em três das quatro principais regiões de mineração de metais preciosos da América no contexto das reformas ilustradas, impulsionadas pelos impérios ibéricos desde a segunda metade do século XVIII³. Isto é, enfatizaremos aquilo que David Worster assinalou como o terceiro nível de análise a ser observado na construção de uma história ambiental: a esfera do pensamento, o “puramente mental”, mas que nos ajuda a compreender os processos cognitivos que informam sobre os valores, os comportamentos e os planos de ação de indivíduos e grupos sociais diante da natureza⁴.

Nesse sentido, o nosso foco será apreender quais eram as visões sobre a produção do ouro e da prata em território americano por parte dos diferentes atores sociais que integravam a estrutura administrativa responsável por essas atividades nos impérios ibéricos. Trabalharemos com os escritos produzidos por figuras de destaque na condução da mineração em Minas Gerais, em Nova Granada e na Nova Espanha,

3 Ao longo do século XVIII, Minas Gerais e Nova Granada se destacavam, respectivamente, como as principais regiões produtoras de ouro na América portuguesa e na América espanhola, enquanto a Nova Espanha ocupava o posto de principal centro produtor de prata na América espanhola, além de também ter uma importante produção aurífera. O Vice-reinado do Peru era a outra região mineradora de grande importância, principalmente por suas minas de prata e mercúrio, mas não será incluída nesse estudo comparativo. Para uma estimativa da produção geral do ouro e da prata nas Américas durante o período colonial, ver: TEPASKE, John J. *A New World of Gold and Silver*. Leiden, Netherlands; Boston: Brill, 2010.

4 Worster aponta para a existência de três níveis no estudo ambiental, um primeiro relacionado à natureza propriamente dita, um segundo voltado ao aspecto socioeconômico e um terceiro nível que enfatiza o pensamento e o desejo, ou seja, “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”. Importante ressaltar que, nessa concepção, “Embora possamos distinguir esses três níveis de estudo ambiental, eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo”. Citações da nota e do texto em: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. p. 212-213.

procurando unir o que quase sempre foi visto de maneira separada pela historiografia que se especializou no estudo da mineração americana. Ou seja, trata-se de um esforço por uma análise comparativa a respeito da produção intelectual de indivíduos inseridos em um mesmo processo sistêmico – a produção de metais preciosos em colônias americanas –, embora situados em contextos com muitas especificidades (sociais, econômicas, geográficas, culturais e políticas). A partir desse novo olhar para os ilustrados ibero-americanos, buscou-se estimar de que modo o pensamento e as representações sobre os metais preciosos contribuíram para as dinâmicas de avanço e recuo das fronteiras do ouro e da prata nessas regiões⁵.

Os impérios ibéricos em tempos de reformismo ilustrado

O período de reformas ilustradas nos impérios ibéricos é predominantemente avaliado na historiografia com base na identificação da existência de um atraso econômico, científico e cultural dos impérios ibéricos em relação aos países centrais da economia-mundo – como Inglaterra, França e Holanda⁶ –, situação que teria gerado uma reação por parte dos ibéricos, com a proposição de uma agenda de reformas marcada pela incorporação dos novos métodos administrativos e técnicas científicas que estavam em voga no noroeste europeu. Segundo essa perspectiva, as coroas de Portugal e Espanha adotaram a ciência de viés utilitarista promovida no noroeste europeu e passaram a aplicar os novos conhecimentos a ela vinculados para os seus objetivos específicos, entre os quais pode-se destacar a ideia de aperfeiçoar a administração e a exploração dos recursos naturais dos seus domínios ultramarinos como uma

5 Aqui se tem como premissa a perspectiva elaborada por Jason Moore acerca do movimento de expansão da fronteira da mercadoria: a noção de que o momento da mercantilização não é puramente econômico, mas o resultado de um processo geocultural e geopolítico que cria as condições para os movimentos de fronteira da mercadoria (MOORE, Jason W. *Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life*. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./Dec. 2021, p. 746).

6 Seguindo a conceituação exposta por Wallerstein em: WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno – II. O Mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento. 1996.

maneira de aumentar a riqueza dos reinos ibéricos e diminuir a distância econômica e militar para as principais potências europeias⁷. Essa chave de leitura pode ser vista tanto na historiografia das últimas décadas que se dedicou ao estudo dos impérios ibéricos no final do XVIII quanto nos próprios intelectuais ibero-americanos que participaram desse movimento reformista – o que não é mera coincidência, como veremos adiante.

No caso luso-brasileiro, parte-se da avaliação do atraso do império português⁸, o que teria começado a ser enfrentado com a administração pombalina (1750-1777), sobretudo a partir da reforma da Universidade de Coimbra de 1772, quando a instituição passou a absorver e promover as ideias ilustradas, o estudo das ciências naturais e a visão de ciência pautada na ideia de uma ciência útil e que buscava o aperfeiçoamento constante⁹. Desde então, mediante o apoio da coroa portuguesa, a Coimbra reformada se colocou como centro difusor do reformismo ilustrado português, local em que uma camada de intelectuais, incluindo brasileiros como José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara, se formaram e logo passaram a realizar estudos – as Memórias Econômicas¹⁰ – voltados para os

7 Essa explicação pode ser vista em diversos trabalhos que abordaram os impérios ibéricos no século XVIII, como por exemplo: ARANGO, D. S. *et al.* (orgs.). *La ilustración en América colonial*. Madrid: CSIC/Doces Calles/Colciencias, 1995; ELLIOTT, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven, CT: Yale University Press, 2006; e FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

8 Nas palavras de Francisco Falcon, “[...] A sociedade lusa apresenta-se material e mentalmente defasada, salvo alguns progressos limitados e sem quebra dos baluartes da tradição e institucionais” (FALCON, *op. cit.*, p. 196-197).

9 Manuel Ferreira da Câmara explicita essa perspectiva ao afirmar sobre a Academia Real de Ciências de Lisboa: “O fim primeiro desta respeitável Academia é a utilidade do Estado: eis aqui portanto a obrigação do cidadão, e do cidadão acadêmico – aquêle que mais a desempenhar será o que com mais justiça mereça este título, e sem dúvida desta maneira agradecerá melhor à Academia o que ela há feito” (CÂMARA, Manuel Ferreira da. Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, intendente geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 500).

10 Tais memórias tinham como principal característica a realização de descrições e análises sobre a geografia, a natureza e os diferentes ramos da economia do império português, tendo como objetivo a identificação de problemas e a proposição de uma agenda de reformas ilustradas que, na visão dos autores, levariam ao aperfeiçoamento dessas atividades e ao enriquecimento do reino.

objetivos de aprimorar a administração e a produção de riquezas na América portuguesa e, em seguida, era comum que eles próprios ocupassem cargos relativos às atividades estudadas.

De maneira similar, a narrativa principal para o reformismo ilustrado espanhol perpassa a caracterização de uma decadência em relação aos estados do noroeste europeu e um afastamento perante as luzes dos seus vizinhos europeus¹¹. Frente a esse cenário, o momento de guinada teria vindo com os reis Bourbons, sobretudo a partir de Carlos III (1759-1788), quando teria ocorrido uma maior abertura para as ideias ilustradas no governo espanhol. Foi o momento em que ganhou destaque toda uma literatura chamada de *projectista*, caracterizada pela produção de longos projetos que buscavam analisar a situação econômica e política do reino e oferecer alternativas por meio de um conjunto de medidas concretas¹². Ao mesmo tempo, a coroa passou a incentivar, principalmente a partir da condução do secretário das Índias, José de Gálvez¹³, uma série de visitas gerais e expedições de caráter científico em seus territórios ultramarinos, incluindo algumas voltadas especificamente para a mineração¹⁴. A despeito da retórica filantrópica dos ministros espanhóis – que ressaltavam “o bem da humanidade” como propósito para as expedições, tratavam-se de “missões geoestratégicas”, nas palavras de David Goodman, que combinavam a atividade científica com as pretensões geopolíticas e econômicas da coroa, em sintonia com o projeto mais amplo do reformismo bourbônico de colo-

11 Como se pode ver em: HAZARD, Pablo. *El pensamiento europeo en el siglo XVIII*. Madrid: Alianza, 1998; e ARDAO, Arturo. *La filosofía polémica de Feijoo*. Buenos Aires: Losada, 1962.

12 O *projectismo* pode ser considerado um gênero constituído por projetos, escritos sobretudo durante os reinados de Fernando VI e Carlos III, que giravam em torno do reajuste econômico do Império (PÉREZ, José Muñoz. Los proyectos sobre España e Indias en el siglo XVIII: El projectismo como género. *Revista de Estudios Políticos*, n. 81, p. 169-196, 1955. p. 170, tradução nossa).

13 José de Gálvez foi figura de destaque do reformismo bourbônico, tendo inicialmente atuado como *Visitador general* na Nova Espanha (1764-1772) e posteriormente como secretário das Índias (1775-1787).

14 Como foi o caso das missões na Nova Espanha, chefiadas por Fausto de Elhuyar; em Nova Granada, liderada pelo irmão de Fausto, Juan José de Elhuyar; e a missão no Peru, dirigida pelo Barão de Nordenflicht (FISHER, John R. *The Economic Aspects of the Spanish Imperialism in America, 1492-1810*. Liverpool: Liverpool University Press, 1997. p. 190-192).

car em prática uma “segunda colonização” de seus territórios americanos¹⁵.

Os ilustrados e o tema da decadência ibérica

Diante dessa breve recapitulação, pode-se notar as semelhanças nas análises sobre as duas trajetórias imperiais. Porém, ainda que tais abordagens nos revelem alguns dos elementos fundamentais para a compreensão dos movimentos adotados pelos ibéricos nesse período, é preciso pontuar que elas também deixam de fora aspectos importantes e acabam por confeccionar uma ótica de análise que prejudica a compreensão dos fenômenos concretos que estavam ocorrendo.

Vejamos, por exemplo, o tema do suposto atraso científico dos ibéricos. Nos últimos anos, muitos trabalhos têm rebatido a ideia de um movimento unilateral na constituição da ciência moderna, usualmente visto a partir de uma dinâmica em que os estados do noroeste europeu desempenham a função de centro de criação e irradiação dos conhecimentos que depois seriam transmitidos para os ibéricos e suas colônias. Autores como Jorge Cañizares-Esguerra têm se dedicado a combater especificamente esse apagamento do papel dos impérios ibéricos, incluindo suas colônias americanas, na constituição das técnicas e conhecimentos que moldaram a Era Moderna. Em seus trabalhos, há um destaque para o pioneirismo ibérico na produção de conhecimentos desde os princípios da modernidade, sobretudo com a ampla produção de estudos na área da cartografia e da história natural¹⁶. Nas

15 Em: GOODMAN, David. Science, Medicine, and Technology in Colonial Spanish America: New Interpretations, New Approaches. In: BLEICHMAR, Daniela *et al.* (ed.). Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 9-34. p. 16; p. 19. Para John Elliott, havia a compreensão entre os ministros espanhóis que se colocaram à frente desse projeto reformista de que “a recuperação política e administrativa das Índias era um *sine qua non* para a recuperação interna e internacional da Espanha” (ELLIOTT, op. cit., p. 307, tradução nossa).

16 Segundo Esguerra, a ciência que foi patrocinada pelos ibéricos, principalmente a cartografia e a história natural, é tradicionalmente vista pelos pesquisadores da história da ciência como periféricas para a Revolução Científica, a qual costuma estar associada prioritariamente aos desenvolvimentos nas áreas da matemática, da física e da astronomia. Combatendo essa visão, Esguerra

palavras de Esguerra, no século XVI, “os espanhóis criaram uma extensa cultura de conhecimento empírico, experimental e utilitário”¹⁷. Era algo que também podia ser notado entre os portugueses desde os primeiros tempos da expansão ultramarina, como apontou a autora Claudia Beatriz Heynemann ao destacar o pragmatismo e o realismo como uma influência direta da ordem racional escolástica e do humanismo presente no Renascimento português¹⁸. Contudo, questões como a cultura de segredo dos impérios ibéricos (a cautela com a divulgação desses trabalhos para não favorecer os rivais), a preferência pelos manuscritos em vez das impressões e a instrumentalização da chamada *leyenda negra*, especialmente como parte do embate dos protestantes do noroeste europeu contra as monarquias ibéricas, teriam ajudado a esconder esse florescimento da ciência em ambos os impérios¹⁹.

Durante o século XVIII, com o aumento do poderio da França e da Inglaterra e o declínio relativo dos impérios ibéricos – que vinha ocorrendo pelo menos desde o século XVII – houve o reforço dessa imagem de descolamento e atraso de Portugal e Espanha também no âmbito cultural e científico. Como resultado, ampliou-se a difusão da visão pejorativa sobre os ibéricos, vistos como irracionais, supersticiosos, dogmáticos e pouco afeitos ao trabalho,²⁰ ao mesmo tempo em que ocorria a exaltação da nova filosofia mecânica newtoniana como o verdadeiro método científico em oposição ao aristote-

entende que essas ciências estimuladas pelos ibéricos também foram importantes para o momento de transformações epistêmicas da modernidade. (CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006. cap. 2).

- 17 Conhecimento esse que teria sido obtido não da leitura de clássicos ou dos acadêmicos, mas por meio da ação dos mercadores, colonizadores e burocratas que estavam no Novo Mundo (Ibidem, p. 19, tradução nossa);
- 18 HEYNEMANN, Cláudia Beatriz Heynemann. *As culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 21.
- 19 CAÑIZARES-ESGUERRA, op. cit., cap. 2. Sobre a *leyenda negra*, esse foi o nome dado ao conjunto de representações pejorativas sobre os espanhóis originalmente relacionado às acusações de que os espanhóis seriam inerentemente cruéis e brutais em seu trato com os povos indígenas dominados.
- 20 CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Introduction. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE (ed.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2009. p. 1-6.

lismo da escolástica ibérica. Esses discursos ganharam força e se tornaram dominantes entre a comunidade letrada europeia no final do século XVIII, levando os intelectuais ibero-americanos do período a incorporarem os paradigmas dessa nova ciência e, de maneira quase unânime, tomarem o discurso da decadência dos impérios ibéricos como ponto de partida para as suas reflexões. Afinal, a motivação principal dos escritos desses autores era justamente a tentativa de compreender as causas e apontar soluções para a superação desse quadro.

Podemos ver isso ocorrendo nos escritos de intelectuais como Dom José Celestino Mutis, figura importante em Nova Granada, tendo sido diretor da Real Expedição Botânica de Nova Granada, professor universitário em Santafé e referência nos estudos sobre o mundo natural americano entre o final do XVIII e início do XIX. Grande defensor do método de Newton e da difusão dos conhecimentos que estavam sendo desenvolvidos em outras partes da Europa, Mutis fez duras críticas em relação aos “imponderables atrasos de este reino”, que teria como causa principal “el total abandono de sus preciosas minas y riquezas naturales”. Abandono este que Mutis explica em decorrência justamente da ausência “de los conocimientos sólidos de las ciencias útiles en este nuevo mundo”²¹. Apesar de elogiar a administração de Carlos III por começar a incentivar as ciências úteis, considerava que muito pouco tinha sido descoberto no âmbito da história natural até aquele momento, e afirmava que “nada se sabrá hasta que llegue a propagarse por acá el buen gusto de las ciencias”²². Ou seja, para Mutis, a ignorância em conhecimentos científicos era o que explicava o paradoxo de haver regiões tão ricas em recursos naturais, como era o caso de Nova Granada, mas que permaneciam extremamente pobres²³.

21 MUTIS Y BOSIO, José Celestino. *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*. Tomo II. Matemáticas, Astronomía, Ciencias Naturales y Crítica literaria. Bogotá, D. E.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica; Editorial Kelly, 1953. p. 165; p. 197.

22 Ibidem.

23 “Siendo tan poderoso el influjo que las ciencias tienen en las artes y el comercio; del abandono de aquéllos se podrá inferir fácilmente el actual estado de las artes y del comercio en estos fertilísimos países, pobres y desdichados, a pesar de sus minas y de sus riquísimas producciones” (Ibidem).

A percepção de uma decadência nos impérios ibéricos transcendia a situação da mineração no Novo Mundo. Manuel Ferreira da Câmara²⁴ apontava para uma decadência portuguesa iniciada ainda no século XVI com a perda do domínio do comércio de especiarias na Ásia – um comércio que seria, para os portugueses, a “origem da sua riqueza e do luxo”. Segundo Câmara, “Com a perda das conquistas que aí possuíam, ficaram com o luxo, mas sem riqueza: eis aqui o princípio da ruína, se lhe não obstasse as minas então descobertas”. Em outras palavras, os portugueses, “ricos e corrompidos pelo luxo”, tiveram no ouro do Brasil um meio para encobrir aquele estado de decadência econômica e manter de maneira artificial um padrão de gastos incompatível com a nova situação do reino²⁵.

Quem também identificou uma trajetória de decadência do império português foi D. Rodrigo de Souza Coutinho, figura de destaque na administração portuguesa, sobretudo por ter sido o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos no período mariano. D. Rodrigo é outro a pontuar as perdas dos portugueses no Oriente como o início dessa derrocada, mas considerava que o “verdadeiro motivo da nossa decadência” encontrava-se no famoso tratado de Methuen²⁶, “[...] o qual destruindo todas as manufaturas do reino, e fazendo cair todo o nosso comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa [Grã-Bretanha], fixou contra nós a balança do comércio em tal

24 Câmara estudou leis e filosofia natural na Universidade de Coimbra, tendo sido membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. Concluída a sua formação em Coimbra, ele ainda permaneceu na Europa para uma viagem pelos principais centros científicos e mineiros da Europa junto com José Bonifácio e depois regressou ao Brasil, onde passou a atuar nos assuntos relativos à mineração e assumiu, em 1807, o cargo de intendente do Distrito Diamantino.

25 “Se eles não tinham nêsse tempo com que compensar o muito que gastavam, porque a nação arruinada com guerras e conquistas havia perdido a pouca agricultura e industria que então havia, tinham porém a mercancia universal que tudo representava e que as minas copiosamente lhes ofereciam. Contentes com este estado, que eu não sustentarei ser o melhor, continuaram no mesmo sistema de economia, até ao fim do reinado do snr. D. João V” (Tanto essa quanto as últimas citações do texto em: CÂMARA, op. cit., p. 501). Veremos na sequência que esse raciocínio de Câmara apenas começa a expressar as muitas restrições do autor com o setor da mineração, sendo ele um exemplo de ilustrado do império português que considera a agricultura o setor mais importante e benéfico para a economia do reino.

26 Tratado comercial anglo-português assinado em 1703, também conhecido como tratado dos panos e vinhos.

maneira, que o imenso produto das minas foi limitado para a soldar”. Em sua exposição repete-se a ideia do ouro do Brasil ajudando a escamotear por um certo tempo a decadência portuguesa, como se vê pelo trecho a seguir: “As minas [do Brasil] retardaram por algum tempo sentir-se os efeitos daquele desigual tratado, e foram contudo culpadas, quando principiou a conhecer-se a ruína da indústria nacional”²⁷.

O mesmo D. Rodrigo faz uma análise semelhante do histórico do império espanhol ao indicar o início da sua decadência já no século XVI. Na sua leitura,

Jamais Carlos V e Filipe II teriam podido sustentar as guerras que fizeram, sem a total ruína dos seus reinos; jamais poderiam ter oprimido tanto a indústria e as artes, sem logo sentirem o dano imediato, se as riquezas que as minas acumularam não servissem de retardar os maus efeitos duma balança prejudicial, e nascida da opressão e extermínio da parte mais útil e industriosa da nação [judeus e mouros]²⁸.

É um discurso próximo ao que se encontra nos escritos do importante mineralogista espanhol Fausto de Elhuyar, mais um exemplo de intelectual ilustrado que teve destaque na condução da mineração americana, mais especificamente na Nova Espanha, nesse período de reformas do final do XVIII e início do XIX²⁹. Fausto também cita as guerras do tempo de Carlos V e Felipe II como fatores, mas centra a sua explicação para a decadência espanhola na expulsão dos mouros em 1492 e dos judeus no início do século XVII, os quais, na

27 COUTINHO, Rodrigo de Souza. Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa. In: SILVA, André Mansuy Diniz (ed.). Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, econômicos e financeiros: 1783-1811*. Tomo I. Coleção de Obras Clássicas do pensamento econômico português. Lisboa: Mirandela Artes Gráficas e Banco de Portugal, 1993, p. 172.

28 Ibidem.

29 Fausto de Elhuyar, assim como seu irmão Juan José, fez viagens pela Europa para estudar os métodos mais modernos de mineração e, em seguida, foi enviado para ocupar funções importantes na administração das atividades mineradoras nas colônias espanholas. Enquanto Fausto foi enviado para a Nova Espanha para assumir o cargo de Diretor Geral das Minas, seu irmão Juan José de Elhuyar foi cumprir o mesmo papel em Nova Granada, vindo a ser o Diretor Geral das Minas naquele vice-reino.

sua opinião – que ele alega estar embasada pelos trabalhos de historiadores e economistas espanhóis – seriam “dos razas [...] que en aquellos tiempos se ejercitaban en España casi exclusivamente en los oficios mecánicos, en las manufacturas, en el comercio y aun en la agricultura”. Na sequência, Elhuyar ainda complementa indicando que a saída dessa parcela importante da população teria causado “un vacío muy considerable en la industria de la Península”, sendo essa uma situação difícil de superar por causa de uma suposta “aversión que al mismo tiempo se asegura manifestaban los españoles à dedicarse”.

Assim, embora as causas específicas variem, aqui também podemos ver o diagnóstico da decadência que teria ocorrido apesar da contribuição das minas americanas. Ainda mais importante: é possível destacar que as análises dos próprios ibéricos do século XVIII estavam pautadas por discursos sobre a decadência de seus impérios que extrapolavam as questões puramente econômicas – como a inferioridade no comércio e na indústria – na medida em que buscavam explicações também na esfera da moralidade e dos costumes de seus antepassados, como pudemos ver nas citações anteriores de corrosão moral de portugueses pelo luxo e pela ideia de espanhóis avessos ao trabalho. Tais justificativas remontam, desse modo, às projeções pejorativas que eram realizadas sobre os ibéricos na esteira da *leyenda negra*.

Se, por um lado, é importante assinalar a absorção de um novo paradigma científico e de discursos sobre a decadência ibérica originados nos países centrais, também deve-se ter em vista que esta visão dualista – em que ingleses, franceses e holandeses estão no polo da modernidade e da racionalidade capitalista, enquanto os ibéricos se encontram no polo do atraso e da superstição – é insuficiente para explicar a complexidade encontrada nas diferentes colônias americanas, tanto no âmbito do pensamento quanto nas práticas econômicas, e tampouco representa o único sentido pelo qual os conhecimentos fluíam. O utilitarismo e o pragmatismo, como vimos, não eram uma novidade na tradição ibérica, e a influência da ciência e das ideias ilustradas que eram cultivadas no noroeste europeu não pode ser entendida como uma ruptura que

apaga toda a tradição aristotélica anterior. Há uma nova composição, com permanências e mudanças, gerando uma espécie de “ecletismo filosófico”³⁰. É por isso que Sérgio Buarque de Holanda, ao falar sobre a ilustração no Brasil, trouxe como síntese que a tendência da nossa ilustração era ser “ao mesmo tempo religiosa e racional, realista e utópica”³¹, e Cañizares-Esguerra, comentando a ilustração na América espanhola, assinala a influência duradoura do Barroco até o final do período colonial³². Além disso, variados estudos vêm apresentando que a circulação de conhecimentos no mundo atlântico ocorreu em diferentes sentidos, de modo que as populações americanas, incluindo os conhecimentos de origem indígena e africana, tiveram papel ativo na elaboração desse universo de técnicas e conhecimentos que moldaram as paisagens dos territórios³³. É o que o próprio caso da mineração americana evidencia, pois ao longo de todo o período colonial o que se viu foi a persistência de métodos e técnicas concebidas na própria América Latina, como por exemplo o *beneficio de patio*, do qual voltaremos a falar adiante³⁴.

30 HEYNEMANN, op. cit., p. 25.

31 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Letras e Ideias no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de et al. (ed.), *História geral da civilização brasileira. Vol. 1. Tomo 2*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 116

32 CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como Escrever a História do Novo Mundo: Historiografias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2011. p. 323.

33 Temática que foi desenvolvida no debate “Colapso ambiental e histórias do capitalismo” publicado pela revista esboços (Ver mais em: MARQUES, Leonardo. Commodity chains and the global environmental history of the colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, set./dez. 2021; BOUCHARD, Jack. Making the leap: commodity chains and the potential for global environmental histories of capitalism. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 698-715, set./dez. 2021; MOORE, op. cit.).

34 O *beneficio de patio* foi o método de amalgamação com mercúrio que produziu a maior parte da prata da América durante o período colonial, tendo sido inventado pelo sevilhano Bartolomé de Medina nas minas de Pachuca a partir de 1555 (LANG, M. F. Azogueria y Amalgamación: Una apreciación de sus esencias químico-metalúrgicas, sus mejoras y su valor metalúrgico en el marco científico de la época colonial. *Llull: Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas*, v. 22, n. 45, p. 655-674, 2009. p. 656).

Leituras sobre a mineração americana

Quando se trata de abordar a mineração americana do final do setecentos, as reverberações dessa visão dualista voltam a aparecer com força na historiografia que se especializou no tema. O primeiro ponto a se ressaltar é que a maioria dos trabalhos sobre a mineração americana enfatizou o aspecto da produtividade, de modo que, via de regra, as análises estiveram condicionadas às tentativas de demonstrar as razões pelas quais determinada região obteve ganhos ou perdas na produção. É por esse motivo que os trabalhos sobre a mineração do ouro em Minas Gerais a partir de meados do século XVIII costumam ter como tema central a decadência na produção. Ao mesmo tempo, na Nova Espanha, o destaque vai para as causas do enorme aumento na produção, sobretudo na mineração de prata, que ocorre nos setecentos. Em Nova Granada, repete-se o procedimento: busca-se explicar o aumento na produção de ouro que ocorreu em regiões específicas desse vice-reino no mesmo período³⁵. A escolha por essa ótica de análise, embora bastante compreensível pela centralidade da produção de mercadorias na sociedade capitalista, não raro é acompanhada da incorporação acrítica, por parte dessa historiografia, de termos como “decadência” e “progresso”, conforme defendido pelos próprios atores sociais da época, além de uma reprodução acrítica das análises e das conclusões dos intelectuais ilustrados sobre o estado da mineração.

Um importante trabalho na historiografia brasileira que, em parte, escapou dessa armadilha metodológica foi a obra clássica de Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*. Nela, a autora não apenas descreve as diferentes relações de trabalho existentes na Minas Gerais setecentista, mas oferece uma instigante leitura crítica das representações que eram

35 Como exemplos de trabalhos com esse enfoque, temos: PINTO, Virgilio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1979; COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia I*. Santafé de Bogotá: TM, 1997; FISHER, op. cit.; BRADING, D. A. *Miners and Merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1971. (Cambridge Latin American Studies, 10).

feitas sobre o ouro ao longo daquele século³⁶. Mello busca ir além de uma aceitação do discurso da “decadência” ao expor que, tanto a exaltação nostálgica e idealizada de um passado de “opulência mítica” das minas quanto o discurso da decadência durante o final do século, deveriam ser entendidos como um encobrimento e uma tergiversação da dura realidade de pobreza e desigualdade que se viu em Minas Gerais durante todo o século³⁷. Com isso, há um importante apontamento sobre outros sentidos que podem ser extraídos do debate sobre a decadência. Contudo, em sua conclusão, a autora acaba por subordinar, de maneira mecânica, esse procedimento ideológico presente no discurso da decadência das minas no Brasil a uma tentativa de evitar a crise na dominação colonial – entendida segundo a perspectiva do Antigo Sistema Colonial³⁸.

No que se segue, percorreremos um caminho parecido ao da autora, mas expandindo o escopo da análise para além do Brasil, com a incorporação das representações sobre metais preciosos presentes em Nova Granada e na Nova Espanha, evitando, assim, uma perspectiva restrita às relações de dominação entre uma metrópole específica e sua colônia. Por meio de uma análise conjunta dos discursos produzidos nas três regiões mineradoras em questão, buscaremos desvelar os limi-

36 A autora divide as representações sobre o ouro de Minas Gerais em três níveis: um primeiro caracterizado pela explicação de que não havia riqueza devido ao extravio e ao contrabando; um segundo nível que priorizava a crítica pela rudimentariedade nas explorações e a falta de conhecimentos adequados à extração do ouro; e um último nível em que o ouro era visto como uma riqueza enganadora ou falsa, contraposta à agricultura como uma riqueza verdadeira. (SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 52-55).

37 Ibidem, p. 47-48.

38 “A percepção da decadência do ouro provocou, do lado da Metrópole, medidas reformistas visando à preservação dos seus domínios. Não era a pobreza da colônia que se achava em questão, nem a percepção clara da pobreza da Metrópole, pois esta implicaria transformações radicais que levariam à supressão do sistema colonial e da dependência portuguesa ante a Inglaterra; daí o debate ter se centrado na decadência do ouro e nos meios de remediá-la”. Assim, para a autora, “A riqueza enganadora – apanágio de poucos [...], filha da fome de muitos e escamoteada, através dos tempos, pelo tema da decadência; palheta dourada que a ilusão transformava em pepita maciça e que o reformismo ilustrado procurava ultrapassar com paliativos – aparecia em toda a sua transparência, uma vez desvelada a sua verdadeira função: propulsionar a acumulação primitiva nos centros hegemônicos europeus, ou seja, desempenhar o papel máximo das colônias na época do Antigo Sistema Colonial” (Ibidem, p. 58-59; p. 60).

tes de abordagens marcadas pelo nacionalismo metodológico, como ocorre em *Desclassificados do ouro* e nos estudos pautados prioritariamente pelos índices de produtividade.

A defesa da mineração diante de seus críticos

Em um primeiro momento, a leitura dos escritos sobre os metais preciosos nesses territórios causa um estranhamento: chama a atenção o aparente paradoxo que existe entre a extraordinária produtividade atingida pela mineração americana durante o século XVIII e a forte presença de uma crítica aos metais preciosos no mercado de ideias que circulavam nos impérios ibéricos³⁹. Ainda que se possa argumentar que havia uma correspondência entre a intensidade dessas críticas e os períodos de queda na produção, uma análise dos escritos de alguns dos atores sociais inseridos nas zonas mineradoras evidencia que elas não se resumiam a esses momentos. A crítica aos metais preciosos apareceu em diferentes contextos e guardou um significado mais profundo do que um mero reflexo de uma situação conjuntural.

Observando os escritos de Fausto de Elhuyar, que residia na Nova Espanha, região mineradora mais próspera do século XVIII e do início do XIX⁴⁰, percebe-se como a rejeição à mineração – que, nas suas palavras, estava “difundido y arraigado demasiado hasta en las gentes de mayor ilustración”⁴¹ – tinha um longo histórico e muitas camadas, como se pode ver nos trechos a seguir, em que Elhuyar enumera os varia-

39 Só na América espanhola, a produção de metais preciosos quadruplicou ao longo do século XVIII – com destaque para os aumentos de 600% na Nova Espanha e de 250% no Peru; no mesmo período, o Brasil produziu 856,5 toneladas de ouro, sendo que 74% desse ouro foi extraído em Minas Gerais. (dados expostos em: PINTO, op. cit., p. 114; e FISHER, op. cit., p. 187-188).

40 Embora o texto em questão faça parte de uma memória escrita em 1821, e reflita sobre os anos anteriores em que houve uma queda na mineração mexicana por causa dos conflitos relativos ao movimento por independência a partir de 1810, chama a atenção o grau de resistência que havia ao setor que era de longe o mais importante para a Nova Espanha. Nas palavras de Elhuyar, ele tinha percebido “la necesidad de desvanecer las falsas ideas, que acerca de su verdadera esencia política, importancia y relaciones con los demás ramos, tenían formadas algunas personas de poca o ninguna versación en negocios – de esta clase” (ELHUYAR, op. cit., p.7-8).

41 Ibidem, p. 102.

dos motivos que eram alegados pelos opositores da mineração para criticar o setor:

la apariencia de su menor necesidad, la restriccion de su cultivo á países regularmente montuosos, y poco frecuentados, la repugnancia que naturalmente inspira su ejercicios y el concepto de la poca estabilidad de sus empresas [...] De aqui procede, que por muchos se contemple como un simple recurso aislado, para terrenos inservibles y gentes estrechadas por la necesidad á buscar en ellos su precisa subsistencia, ó de otras arrastradas por la codicia á conseguir una fortuna violenta, las mas veces imaginaria [...], sin trascendencia al bien general, ni relacion con la felidad [sic] común del Estado⁴².

Em outra passagem, ainda complementa:

Unas veces se ha aparentado despreciar como cosas inútiles el oro y la plata, por no ser de las que satisfacen las primeras necesidades del hombre; otras se han calificado estos metales de fuentes de vicios funestos, que pervirtiendo el corazon humano, alteran las buenas costumbres y corrompen la sana moral; y otras se ha mirado su abundancia como perjudicial al mismo principal objeto á que se aplican en la sociedad. [...] y acarrean la despoblacion y miseria de los países en que se cultivan, designando inuchos este resultado, como la causa principal de la grande destruccion, que suponen ha sufrido la América española de sus primitivos numerosos habitantes. Igualmente se ha coñtemplado como origen de la despoblacion de España, la multitud de sus naturales, que arrastrados de la codicia de dichios metales, han emigrado de la Península, por la esperanza de hacerse poderosos con facilidad y prontitud. Ultimamente se ha atribuido a la abundancia de las riquezas de oro y plata [...] la decadenzia ó completo aniquilamiento de su brillante anterior perspectiva en fábricas, manufacturas, agricultura, comercio y grandiosa representacion entre las naciones europeas⁴³.

Nota-se que as objeções eram múltiplas, perpassando aspectos morais, as características físicas e demográficas das regiões mineradoras, uma rejeição às características da

42 Ibidem, p. 5-6.

43 Ibidem, p. 101.

produção e ao tipo de trabalho exercido no setor⁴⁴ e uma série de acusações sobre supostos efeitos deletérios que a atividade causaria sobre o povoamento e a indústria no império espanhol. Em sua memória sobre a importância da mineração na Nova Espanha, Elhuyar busca reagir a essas críticas respondendo a cada um desses argumentos, oferecendo especial atenção às últimas alegações – de que as minas teriam causado despovoamento e destruição da indústria espanhola –, as quais eram as mais influentes à época. Em sua argumentação, os metais preciosos seriam os “verdaderos cimientos de la mayor parte de su [Novo Mundo] civilizacion y prosperidad”, além de ser “uno de los principales agentes de la regeneracion de la Europa”. No caso da Nova Espanha, afirma que “desde los primeros tiempos de su conquista, formó la minería el móvil principal que facilitó sus progresos y afianzó la posesión de estos dilatados dominios”, tendo o setor “conservado en los posteriores y hasta el dia la superioridad y primacia sobre todos los demas ramos de industria que sucesivamente se fueron estableciendo”⁴⁵.

Em relação ao argumento do despovoamento da península, Elhuyar contrapõe as saídas de espanhóis para o Novo Mundo com os números da emigração forçada de mouros e judeus e das mortes ocorridas nas guerras que a Espanha lutou nos séculos XVI e XVII, concluindo que “A vista de tan enorme y pernicioso disipacion de gente y de fondos, no merece parar la atención la moderada emigración para América, mayormente habiendo sido entre todas la única útil y ventajosa al Estado”⁴⁶. Como vimos anteriormente, Elhuyar considerava

44 Sobre esse ponto, Elhuyar relata o histórico de aversão ao trabalho na mineração da seguinte maneira: “Por su naturaleza, ha sido también siempre este género de trabajo penoso, molesto y repugnante, por practicarse a mayor o menor profundidad dentro de la tierra, con la escasa claridad de la luz artificial, con el poco desahogo que permite la limitada amplitud de los labrados, y otras incomodidades que llevan consigo su misma disposición y las faenas que requieren [...]. No es pues extraño que en los tiempos en que esta clase de industria mereció poca atención a los Gobiernos, y los particulares la miraban con vilipendio, y en que la escasez de conocimientos y auxilios aumentaba sus penalidades y riesgos, se formasen de ella las gentes ideas espantosas y funestas, inspirándoles horror y aversión” (Ibidem, p. 108).

45 Ibidem, p. 123; p. 72.

46 Ibidem, p. 112. Sobre essas perdas, Elhuyar afirma que “La espulsion de los judios en 1492 fue de un millon de individuos, y la de los moros que principiò en

que as guerras e sobretudo a expulsão de mouros e judeus teriam produzido a decadência da indústria e do comércio. Por isso, mesmo reconhecendo que os metais americanos, à medida que saldavam as mercadorias estrangeiras que abasteciam o império espanhol, estimularam o avanço da indústria dos rivais europeus⁴⁷, o ilustrado espanhol rechaçava a ideia de que os metais preciosos teriam causado a ruína das manufaturas espanholas. Em vez disso, entendia que a abundância desses metais teria como efeito o “positivo fomento á la industria y al comercio, tanto en América como en Europa, cualquiera que llegue á ser el aumento progresivo de su masa”⁴⁸.

No contexto lusitano, a situação não foi diferente: viu-se a mesma crítica a respeito das minas terem causado a ruína da indústria portuguesa. Escrevendo no final do século XVIII, D. Rodrigo de Souza Coutinho afirma que “homens célebres na literatura e na política”, incluindo Montesquieu, propagavam essa noção de que as minas de metais preciosos seriam “a principal causa da decadência das nações que as possuem e da ruína das suas indústrias”.⁴⁹ O argumento consistia em apontar que o aumento rápido na produção de metais preciosos traria efeitos negativos para a economia, como o despoamento e o aumento dos salários – os quais, por seu turno, teriam como resultado final o abalo da indústria do país. D. Rodrigo rejeita esse raciocínio e busca demonstrar os efeitos positivos dos metais preciosos para as economias dos impérios

1600 de dos millones: ambas fueron unas tremendas sangrias que de golpe sufrió la nacion [...]. Las continuas furiosas guerras que desde el reynado de Carlos I hasta fines del siglo diez y siete, sos tuvo la corona en Flandes, Italia y Portugal, con numerosos ejércitos de españoles [...] forman un conjunto de sacrificios de gente que no es posible ponderar bastante” (Ibidem).

47 “Las circunstancias fueron desde los principios muy favorables para las extranjeras, juntándose á los nuevos pedidos de América la decadencia de la industria en España que imposibilitaba cubrirlos, y la necesidad de valerse em mucha parte de materias y géneros estraños para satirfacerlos. Así [...] acudian de todas partes á la Península las mercancías extranjeras: lo que no podia verificarse sin un aumento contemporáneo en las fábricas y talleres de los países de su procedência” (Ibidem, p. 121).

48 (Ibidem, p. 119). Com essa frase, Elhuyar também visava rebater a crítica de que o aumento da produção dos metais preciosos seria algo negativo para o país produtor por causar uma desvalorização desses metais. Na sua exposição, ele busca demonstrar que essa desvalorização ocorria lentamente e afetava todos os estados, não apenas os produtores (Ibidem).

49 COUTINHO, op. cit., p. 169.

que controlavam a sua produção. Na sua visão, o despovoamento causado no período inicial logo seria compensado por um crescimento na exportação e no consumo de manufaturas. Na sequência, o impacto da extração contínua dos metais preciosos seria o mesmo que ter uma balança comercial muito positiva, algo que provocaria um ciclo virtuoso de melhorias nas condições econômicas do reino⁵⁰. Assim, D. Rodrigo insiste que os problemas econômicos dos impérios ibéricos que eram observados pelos críticos da mineração não estavam relacionados a essa atividade, mas eram decorrentes das outras causas que citamos anteriormente⁵¹.

Esse ambiente de críticas aos metais preciosos também incidia sobre os reformistas ilustrados em Nova Granada. Na colônia espanhola, D. José Celestino Mutis demonstra toda a sua contrariedade com esse quadro ao contrapor as polêmicas sobre os efeitos do ouro e da prata, que eram repercutidas no âmbito da política oficial, com os resultados expressivos que a mineração conseguia, especialmente na Nova Espanha: “Dejamos a los políticos disputar acerca de las ventajas o desventajas que hayan ocasionado o puedan ocasionar las minas, deberá decidirse el problema por los hechos, tendiendo la vista a más de 24 millones al año desentrañadas en las minas de Méjico”. Para completar sua defesa da mineração americana – que tinha como exemplo a Nova Espanha e o Peru –, Mutis ainda apontava a importância que tinham para o comércio internacional⁵² e o efeito positivo que poderiam ter na agricultura⁵³.

50 “Crescendo o seu produto, e crescendo a povoação, crescem igualmente as necessidades, estas aumentam a indústria da metrópole, e as fortunas dos comerciantes tomando então um rápido voo, todos os gêneros da metrópole, acham uma pronta saída em navios nacionais, e o comércio de cabotagem e economia, vem ainda enriquecer a nação [...] (Ibidem, p. 169-170).

51 “Ultimamente a história das nações que possuem minas nas suas colônias [...] não produz nada contra a minha [opinião]; pois que jamais estas nações padeeceram os efeitos de uma extrema riqueza; e só neles se viram os de uma grande falta, que nasceu de bem diferentes causas”. (Ibidem, p. 171.).

52 “[...] debiéndose concluir que ya no puede subsistir el comercio de casi todo el mundo sin este ramo de industria americana.” (MUTIS Y BOSIO, *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*, op. cit., p. 193).

53 “Lejos de impedir las minas el ramo de agricultura, ellas le darán mayor impulso a beneficio de la rapidez con que se va aumentando la población de estos dominios, cuyos preciosos frutos inclinarán también la balanza de comparación en la opulencia de la Nueva España y Perú” (Ibidem).

Afirmar essa compatibilidade entre a mineração e a agricultura era um dos pontos mais importantes para os reformistas ilustrados que estavam engajados no setor da mineração. Afinal, as críticas sobre os metais preciosos costumavam ser propagadas justamente pelos defensores da agricultura como o principal ramo a ser incentivado nas colônias ibéricas. Frente a essa disputa, o próprio Fausto de Elhuyar utilizava o caso do Brasil como um exemplo de que a mineração poderia gerar um efeito dinamizador sobre toda a economia, não devendo ser preterida pela agricultura⁵⁴. Nesse particular, ele pontua que “en los dos primeros siglos de su posesion [Brasil] por los portugueses progresos de su agricultura y poblacion fueron muy lentos y bastante limitados”, o que, na sua leitura, teria se alterado drasticamente com a descoberta do ouro em Minas Gerais. A partir desse momento, as minas do Brasil teriam provocado um rápido crescimento da população na região acompanhado de um aumento no “consumo interior de las producciones de las [províncias] maritimas, dando lugar á que su cultivo y ramos de indústriá lograsen un fomento considerable, coadyuvando la mayor estension de su comercio con los preciosos productos de las minas”⁵⁵. Além do mais, para Elhuyar, a escolha pela mineração era a mais correta não apenas segundo uma racionalidade econômica, mas também se justificava por uma concepção transcendental – e instrumental – da relação do ser humano com a natureza:

54 Diante dos críticos que viam as *plantations* das Antilhas como o modelo a ser seguido, Elhuyar enaltece os exemplos do Brasil, do Peru e da Nova Espanha como “desengaño á los que, queriendo que en todas partes sea la agricultura el principal resorte de la prosperidad, á vista del floreciente estado de algunas de las islas Antillas se figuran, que si en Nueva España se aplicára el correspondiente empeño á fomentar el cultivo de los feraces terrenos de sus costas, sin necesidad de sus minas se conseguirian mayores adelantamientos en su poblacion y riqueza, que los quiere se han logrado con el auxilio de aquel ramio. [...] Por apreciables que sean las producciones que dan y admiten aquellas tierras bajas, las mas son frutos consumibles con poca ó ninguna preparacion, ó materiales que para su espendio deben buscar las artes y manufacturas donde con especialidad se ejerciten; y bajo de este aspecto su simple cultivo nunca ofreceria la multiplicada y peremne ocupacion necesaria para un aumento de poblacion capaz de producir en la mesa central el grande fomento que consigue con la mineria” (ELHUYAR, op. cit., p. 127-128).

55 As duas últimas citações em: *Ibidem*, p. 126.

conveniencia y rigorosa necesidad con que en cada pais ha querido el Criador sujetar al hombre al cultivo y aprovechamiento de las peculiares producciones que le ha señalado, siendo las mas distinguidas que tocaron en su distribucion a las regiones altas delas Américas, las riquezas que encierran las entrañas de sus elevadas cordilleras⁵⁶.

Apoiado nessa perspectiva, o autor defende que “todo el empeño debe dirigirse á fomentar y cuidar quanto sea posible en dichas regiones este ramo privilegiado, por ser el mas proprio de su misma constitucion fisica”⁵⁷.

Mas essa defesa enfática da mineração não era uma posição unânime entre os ilustrados ibéricos. O brasileiro Manuel Ferreira da Câmara é um exemplo que revela essa situação. Por um lado, Câmara também se afastava dos maiores críticos da mineração ao se mostrar contrário à ideia de que as minas do Brasil não teriam contribuído para o enriquecimento de Portugal, o que, na sua visão, seria “sustentar um paradoxo que não deixa de ter prevalecido entre muitos políticos, que não consideraram os diferentes Estados desta Monarquia”⁵⁸. Por outro, é interessante notar que mesmo uma figura como Câmara, que teve longa trajetória lidando com a mineração, não era exatamente um entusiasta do ramo. Na sua concepção, a mineração deveria ser estimulada, mas era a agricultura o setor “mais estável e interessante à nação portuguesa”⁵⁹. Ele expressava, assim, a perspectiva fisiocrata, caracterizada por apontar uma primazia da agricultura sobre os outros ramos

56 Ibidem, p. 72.

57 Ibidem, p. 73.

58 CÂMARA, op. cit., p. 501.

59 Ibidem, p. 502. Câmara justifica o estímulo à mineração a partir dos seguintes argumentos: “Mas como a nação que tem industria, agricultura e comércio e minas é mais rica que outra, que tendo Indústria, agricultura e comércio, não tem minas, claro fica que só por esta razão devem as minas ser fomentadas. De mais como nenhuma nação, por mais ativa e industriosa que seja, pode bastar a si própria [...] nem Portugal pode em breve tempo, e nas atuais circunstâncias ter os generos precisos a seu consumo, e que sirvam à permutação dos estrangeiros – temos por consequência, que o remédio mais pronto é o de animar as minas, e tirar delas todo o partido com que possa pagar o que recebe de fora, e pôr-se êle mesmo no estado de independência” (Ibidem).

da economia, a qual teve considerável influência entre os ilustrados portugueses do período⁶⁰.

As diferentes reações que vimos até aqui evidenciam o alcance das críticas aos metais preciosos e a variedade de reações que ocorreram entre os ilustrados dos impérios ibéricos. Isso só foi possível porque esses intelectuais compartilhavam com a comunidade letrada europeia uma espécie de espaço público de debates que transcendia as fronteiras nacionais, no qual circulavam diferentes percepções sobre os assuntos relativos aos interesses econômicos e geopolíticos dos estados. Não se tratava, portanto, de discussões circunscritas apenas às questões locais ou de escopo limitado a um império específico, mas sim de um embate de ideias de alcance sistêmico, que incidiam diretamente sobre o movimento de fronteira de diversas mercadorias, incluindo os metais preciosos. Em outras palavras, retomando o que apontamos no início do capítulo, era o processo geocultural de constituição da dinâmica de fronteira do ouro e da prata que se delineava com essas discussões. Sendo assim, salta aos olhos que os agentes responsáveis pela agenda reformista na mineração americana estivessem inseridos em um ambiente de desconfiança e tensionamento constantes. Embora tenha sido incorporada na política oficial das coroas ibéricas, a opção pelo estímulo à mineração – diferentemente da imagem que tende a ser retratada pela historiografia –, estava longe de ser um ponto pacífico para essas administrações⁶¹.

60 Em: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 119-120.

61 Ainda que se possa dizer que as coroas ibéricas trataram de incentivar projetos de valorização da mineração no final do XVIII, incluindo as missões científicas, percebe-se, pela comunicação dos próprios agentes que estavam à frente do processo de reformas, que não havia um projeto sistematizado nesse período, sendo comuns as queixas sobre o abandono e o descaso com a mineração – embora isso nunca fosse direcionado para as principais autoridades, como podemos ver neste trecho de Elhuyar: “A pesar de este grande empeño de nuestros Soberanos en favorecer a la minería en aquellas regiones, se han visto en varios casos contraria a sus benéficas intenciones, por el indiscreto celo y falta de conocimientos en la materia, de los que debian coadyuvar á realizarlas, esmerándose en solicitar los arbitrios conducentes, y en admitir los que se les propusiesen de esta especie, en vez de repugnarlos y desecharlos con tenacidad” (ELHUYAR, op. cit., p. 7).

Em busca da reforma – a crítica ilustrada ao estado da mineração setecentista

Em meio a esse contexto, os intelectuais ligados às reformas na mineração que temos acompanhado cumpriram um duplo papel, pois não apenas defendiam a mineração diante dos críticos mais ferrenhos de tal atividade. Paralelamente, seus escritos estavam munidos de muitas críticas ao estado da mineração americana, resultado de trajetórias de estudos norteadas pela nova ciência promovida no noroeste europeu. Ao retornarem para as Américas, tais intelectuais se deparavam com um universo de técnicas e práticas que não estavam balizadas por aquela concepção específica de ciência. Em consequência, o diagnóstico que faziam era de que a ignorância, a defasagem técnica e a rudimentariedade marcavam a mineração americana, e somente a aplicação da ciência e dos métodos administrativos modernos poderia reerguer o setor⁶².

Uma parcela importante da historiografia acabou em grande medida incorporando as análises e conclusões da-

62 Essa perspectiva é uma característica marcante dos escritos desses ilustrados reformistas ibero-americanos. Isso pode ser visto na obra de Domingos Vandelli, importante naturalista italiano radicado em Portugal, segundo o qual as minas de ouro do Brasil “athé agora se deixou somente nas mãos de pessoas ignorantes de mineralogia, com grave prejuizo do Estado” (VANDELLI, Domingos. Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XX, 1898. p. 266); e no fragmento em que Manuel Ferreira da Câmara descreve qual seria o perfil do mineiro no Brasil: “Fraco e desanimado, pensionado com o quinto, e com todos os direitos que paga sôbre as matérias que servem à extração das minas, e mais que tudo ignorante, extrái ordinariamente o ouro de mais fácil extração” (CÂMARA, op. cit., p. 518). Uma caracterização semelhante é encontrada nos trechos em que Mutis fala sobre a mineração na América espanhola: “Observé las operaciones de América y a poco tiempo conocí que no sólo no había método ni ciencia sino también que era incapaz de reducir a reglas científicas unas operaciones en que procedían a ciegas los que se tenían por maestros: defecto que especialmente provenía como esencial de aquel arte” (MUTIS Y BOSIO, José Celestino. *Archivo epistolar del sabio naturalista don José Celestino Mutis*. Compilación, Prólogo y Notas de Guillermo Hernández de Alba. 2. ed. Tomo I: Cartas de José Celestino Mutis. Bogotá, D. E.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica; Editorial Presencia, 1983. p. 223). Ele ainda diz que: “Destruir los cerros por pilas de agua, llevar sus labores a tajo abierto, moler los minerales a mano y aprovechar alguna pequeña parte de su riqueza, son unas prácticas groseras y totalmente opuestas a las ordenanzas de minas; operaciones que piden una urgente reforma y que podrá introducir el Gobierno par sus bien dictadas” (MUTIS Y BOSIO, *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*, op. cit., p. 192).

queles autores. Ao fazê-lo, essa historiografia sedimentou a imagem da rudimentariedade da mineração americana, sobretudo para os casos do ouro no Brasil e em Nova Granada⁶³. Mediante uma leitura crítica desses intelectuais, na qual os termos empregados em suas obras não são naturalizados e as projeções que eles faziam são contrapostas às evidências sobre as condições de produção dessas zonas mineradoras, fica nítido que uma parte considerável de suas críticas e das ações reivindicadas não estavam realmente embasadas por procedimentos empíricos, nos moldes da concepção científica que eles próprios defendiam, mas eram uma projeção do que acreditavam que seria possível realizar com a aplicação de técnicas que se mostravam bem sucedidas em contextos completamente diferentes do ponto de vista geofísico, político, social e cultural⁶⁴. Não é por outro motivo que as missões

63 A esse respeito, é importante destacar que trabalhos como os de Flávia Reis e Dejanira Rezende evidenciam, a partir de registros históricos, que é questionável o discurso, sugerido pelos memorialistas luso-brasileiros, de que os mineiros no Brasil se dedicavam mais ao ouro de aluvião por um desconhecimento das técnicas adequadas. Nesses estudos, nota-se que, embora a exploração do ouro de aluvião tenha predominado, os mineiros não só dominavam diversas técnicas de exploração, como a coexistência da mineração de cascalho e da mineração de morro foi algo que se manteve ao longo de todo o século XVIII. Assim, a preferência pelo ouro de aluvião não se deve a um desconhecimento técnico, mas ao entendimento de que esse tipo de exploração seria mais vantajoso por garantir lucros mais imediatos e representar menos riscos aos proprietários. Mais do que isso, diante da possibilidade de extrair o ouro mais acessível com menos gastos, não haveria razão para os mineradores priorizarem as jazidas de mais difícil acesso e os serviços mais dispendiosos (em: REIS, op. cit., p. 96; e REZENDE, Dejanira Ferreira. *“Arraia-miúda” mos morros das minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710*. 2010. 235 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. p. 24. Essa imagem também recai sobre Nova Granada por apresentar um panorama semelhante no quesito das técnicas e práticas empregadas na mineração: segundo Ann Twinam, durante o século XVIII, a maior parte do ouro produzido na região da Antioquia veio pelo ouro de aluvião explorado pelos *mazamorreros* (em geral utilizando a bateia assim como ocorria no Brasil), enquanto a exploração do filão, que era mais capitalizada e mais monopolista, permaneceu praticamente ausente até a virada nos anos 1820. Mas o domínio dessas técnicas menos sofisticadas não se dava pelo desconhecimento técnico. Para Twinam, foi “o equilíbrio particular entre as possibilidades e as limitações impostas pelos recursos naturais e humanos existentes que moldou o desenvolvimento antioquenho” (TWINAM, Ann. *Miners, Merchants, and Farmers in Colonial Colombia*. Austin, TX: University of Texas Press, 1982. (Latin American Monographs, 57). p. 32-33; p. 46, tradução nossa).

64 Para esses autores, as minas situadas nas atuais Alemanha e Suécia eram a principal referência em matéria de novos conhecimentos e técnicas na área da química, da metalurgia e da mineralogia, como se vê pela passagem elogiosa de

científicas voltadas para a mineração nas Américas portuguesa e espanhola tiveram resultados que, no cômputo geral, foram muito aquém do esperado. Ainda que algumas melhorias tenham acontecido, especialmente na parte administrativa e na instrução dos mineiros, as transformações técnicas que eram desejadas ainda demorariam a ocorrer⁶⁵.

O caso da prata da Nova Espanha pode ser considerado um ponto fora da curva nesse cenário, pois há um reconhecimento por parte da historiografia de que a ação reformista do estado espanhol contribuiu para o grande aumento na produção que se viu no final do XVIII – mas os impactos de cada medida continuam dividindo opiniões. De todo modo, segundo Peter Bakewell, quanto às técnicas empregadas na mineração mexicana setecentista, só é possível destacar uma melhora na prospecção subterrânea por meio do sistema de *voladura*, a “única inovação radical do processo de produção que se conhece”⁶⁶. No mais, os principais fatores de estímulo à produção citados são medidas como reduções do preço do mercúrio, recorte de direitos reais, a implementação de uma nova legislação para a mineração e o estímulo para o estudo de temas ligados à mineração – estes dois últimos sendo resultado direto das ações de Fausto de Elhuyar como diretor das minas na Nova Espanha⁶⁷. Já em Minas Gerais e em Nova

Câmara: “Minas mais celebres da Europa. – As de Saxonia, por exemplo, – de Eisleben – de Mansfield – as de Huart – de Beri – Cornual – e outros muitos onde por sábios Regulamentos se tem chegado ao cume da felicidade” (CÂMARA, op. cit., p. 521).

65 No geral, as missões científicas do XVIII fizeram melhoras na organização da mineração em seu aspecto administrativo-financeiro, porém não tiveram sucesso no aspecto metalúrgico (LANG, op. cit., p. 668).

66 BAKEWELL, Peter J. La minería en la Hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (ed.). *História de América Latina 3*. Barcelona: Crítica, 1990. p. 85-86, tradução nossa.

67 Outros fatores, contudo, parecem ter sido mais decisivos para essa imensa produção na Nova Espanha setecentista: além das condições naturais de enorme riqueza mineral, a ampla disponibilidade de mercúrio à baixo custo; a existência de uma classe de mineiros com grande disponibilidade de capital e interessada em fazer inversões crescentes possibilitando explorações maiores e mais organizadas; e o aumento da população podendo ter impulsionado a demanda por produtos importados, aumentando a demanda de prata para pagá-los (Ibidem, 86 -88). Ainda sobre esse debate acerca das causas do aumento da produção argentífera na Nova Espanha, ver também: FISHER, op. cit.; e BRADING, D. A., op. cit.

Granada, apesar da insistência de reformistas como Mutis e Câmara, até mesmo essa reivindicação por mudanças institucionais – nova legislação, a criação de tribunais e escolas locais específicas para a mineração –, que espelhavam o modelo da Nova Espanha, foi ignorada ou apenas parcialmente implementada⁶⁸.

O fato é que, nesse período, o impacto que os novos conhecimentos científicos poderiam ter foi em grande parte superestimado por esses autores. O salto tecnológico da indústria metalúrgica que viria com o uso em larga escala de materiais como o carvão mineral, o ferro fundido, o aço e o cobre ainda era uma realidade distante⁶⁹. Seguiu havendo uma grande dependência de recursos como a água, a madeira, o mercúrio e uma ampla disponibilidade de mão de obra para ser intensamente explorada em uma combinação de formas de trabalho livre e compulsó-

68 Mutis insistiu em diversos momentos pela criação de um Tribunal de mineiros aos moldes do que existiu no México: “[...] sería absolutamente imposible llenar los deseos del Ministerio en el establecimiento de las minas de plata y restablecimiento de las de oro de vetas si no seguíamos los mismos pasos que han conducido al Reino de Méjico a su admirable estado de opulencia, proyectando también aquí la erección del cuerpo de minería, suministrando los arbitrios de su fondo y adaptando sus ordenanzas generales a las circunstancias locales del país” (MUTIS Y BOSIO, *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*, op. cit., p. 193); Câmara também propõe um modelo próximo ao da Nova Espanha, pois defende o estabelecimento de “colégios nos países mineiros, onde se ensina tudo que é necessário à extração dos metais”. Além disso, afirma que o melhor modelo para se incrementar a produção seria pelo estabelecimento de Companhias de Mineiros, “as quais por privilégios reais vençam em razão de suas maiores forças as grandes dificuldades, e obstáculos que se encontram na extração de muitas minas que se julgam impossibilitadas” (CÂMARA, op. cit., p. 522; p. 520). No caso de Minas Gerais, apenas em 1803 tivemos a aprovação de um alvará, cuja autoria é atribuída à Manuel Ferreira da Câmara, que buscou dar novo tratamento jurídico ao tema da mineração, mas que não chegou a estabelecer vários dos projetos que Câmara defendia, como a criação das escolas de mineiros no Brasil (MENDONÇA, op. cit., p. 36). Em Nova Granada, o visitador Juan Antonio Mon y Velarde, durante seu período atuando em Antioquia (1782-1785), chegou a produzir uma legislação para a mineiração, contando com o apoio de Mutis e Juan José de Elhuyar, mas “seu código nunca foi colocado em prática e desapareceu de vista” (TWINAM, op. cit., p. 30, tradução nossa).

69 Importante ressaltar que mesmo com o grande avanço tecnológico das últimas décadas, o uso de métodos tradicionais e menos sofisticados de se extrair metais preciosos seguem ocorrendo até hoje, em grande medida porque continuam sendo os mais eficazes em determinadas condições, o que nos mostra a fragilidade de se conceber a história do desenvolvimento tecnológico e das técnicas empregadas na mineração de maneira linear.

rio, que assumia diferentes configurações em cada região⁷⁰. Entretanto, podemos ver em diversas passagens dos trabalhos dos ilustrados ibero-americanos a presença de um deslumbramento com as possibilidades de aperfeiçoar a mineração mediante as novas técnicas que circulavam.

Como exemplo, temos trechos em que Domingos Vandelli e Manuel Ferreira da Câmara denunciam o suposto desperdício em Minas Gerais causado pelos mineradores brasileiros, que teriam deixado de explorar uma enorme quantidade de “ouro mineralizado” por não terem os conhecimentos necessários para realizar a sua extração – algo que foi largamente superdimensionado por eles⁷¹. A mesma coisa pode ser dita sobre os momentos em que Mutis, em Nova Granada, busca convencer as autoridades locais de que o *beneficio de patio* – método que para Mutis estaria associado a “*engaños y supercherías*”⁷² – , o mais utilizado na América espanhola desde o século XVI, deveria ser substituído pelo método da fundição⁷³.

70 Sobre os diferentes regimes de trabalho observados nas principais regiões mineradoras, ver: FISHER, John Robert. *Silver Mines and Silver Miners in Colonial Peru, 1776-1824*. [Liverpool]: Centre for Latin-American Studies, University of Liverpool, 1977; BAKWELL, P. J. *Silver Mining and Society in Colonial Mexico: Zacatecas, 1546-1700*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1971. (Cambridge Latin American Studies, 15); COLMENARES, op. cit.; REIS, , op. cit.; TWINAM, op. cit.; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. London: Palgrave Macmillan, 1982.

71 Sobre esse tipo de ouro, Câmara diz: “[...] que não falta em nossas minas, mas de que ainda se não aproveitou um só real – porque nossos mineiros não reconhecem por ouro, senão aquêle que se apresenta aos seus olhos debaixo do aspecto brilhante e aspecto metálico” (CÂMARA, op. cit., p. 513); Para Vandelli, “O descobrimento do ouro no Brasil foi por acaso e porque o ouro existe no seu estado de perfeição [...] todo o mais ouro, que hé misturado nas minas de ferro, das quaes abundão os montes das minas geraes [...] não é conhecido nem procurado” (VANDELLI, op. cit., p. 267). Essa ideia de haver em Minas Gerais uma grande quantidade de ouro depositada em camadas profundas acabou se mostrando equivocada.

72 MUTIS Y BOSIO, *Archivo epistolar del sabio naturalista don José Celestino Mutis*, op. cit., p. 224.

73 Conforme exposto neste trecho: “la natural imperfección del beneficio por azogue, introducido por curiosidad, que después se hizo necesidad y costumbre hasta quedar ignorado el arte de la fundición en aquel estado de atraso e imperfección con que se hacía al tiempo del descubrimiento de la América entre todas las naciones y con que se beneficiaron sus minas por más de medio siglo. El beneficio por azogue sólo tiene lugar en las minas ricas, en que a pesar de los muchos desperdicios siempre se logra sacar abundante porción de plata [...] vendremos siempre a parar en la absoluta necesidad de trabajar las minas de este Reino por el beneficio de fundición, que ha sido en todos los siglos y en

Contudo, o naturalista espanhol acabou tendo que ver a continuidade da preferência pelo uso do método do *patio*, não só a despeito da fundição, mas também depois da introdução fracassada do novo método de amalgamação do metalúrgico austríaco Ignaz von Born, o qual já seguia os critérios da química moderna⁷⁴. Tal fracasso também ocorreu na Nova Espanha, onde o cientista alemão Friederich Sonneschmidt, figura importante da missão comandada por Fausto de Elhuyar, passou dez anos buscando introduzir outros métodos na região, entre eles o de Born, e não obteve sucesso, terminando por se tornar um admirador do *beneficio de patio*⁷⁵. Esse caso é emblemático por mostrar que havia, entre os ilustrados ibero-americanos e os membros das academias científicas da Europa, uma pré-disposição a subestimar as práticas criadas e/ou adotadas nas Américas durante a colonização e supervalorizar as técnicas avalizadas pela ciência moderna, mesmo antes de obter qualquer comprovação sobre a sua efetividade nas condições específicas da mineração americana⁷⁶. Ou seja, por trás da aparente neutralidade do discurso científico, da busca por aplicar novas técnicas e aperfeiçoar determinada atividade,

todas las regiones del mundo el más natural, más sencillo y menos costoso.” (MUTIS Y BOSIO, *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*, op. cit., p.168-169).

74 Nesse caso, houve uma coexistência entre diferentes métodos de extração dos metais preciosos, o que incluía a fundição – que tendeu a cair com o tempo, apesar de frequente depois de 1700 (BAKEWELL, *La minería en la Hispanoamérica colonial*, op. cit., p. 86) –, mas com um predomínio do *beneficio de patio*. Apesar das críticas que o sistema de *patio* recebia pela sua lentidão, baixa previsibilidade e pelo caráter fundamentalmente empírico, abarcando conceitos e entendimento da amalgamação que remontavam à alquimia, ele se mostrou muito eficaz para as condições específicas da mineração de prata na América, que contava com depósitos extensos, mas “mayormente de mineiral de baja ley” (LANG, op. cit., p. 656). Em contrapartida, o método de Born fracassou “dadas las circunstancias idiosincráticas de la minería americana, donde las cantidades de minerales a procesar multiplicaban por mucho las cantidades manejadas en las minas europeas, el reparto de la masa en barriles y el coste de la fuerza motriz que necesitaba la agitación, junto con la inferior ley de los minerales, hacían poco rentable este sistema” (Ibidem, p. 668).

75 Ibidem.

76 Como se pode ver pela reação de Mutis ao tomar conhecimento do novo método e registrar a ação imediata da coroa espanhola de aplicar o novo método na América espanhola: “Se ha descubierto en Alemania por el Barón de Born el ventajoso beneficio de amalgación; se va adoptando en los Minerales de Europa, y de orden del Rey se introducirá en todos sus Dominios de América” (MUTIS Y BOSIO, *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*, op. cit., p. 180).

temos um procedimento ideológico que exclui outras formas de conhecimento e está diretamente relacionado a essa visão de mundo hierarquizada que é própria da conformação da economia-mundo capitalista.

Conclusão

Os elementos abordados no presente texto nos mostram a importância de se ir além de uma visão compartimentada da história da exploração dos metais preciosos nas Américas. Dada a centralidade que tinham para a economia-mundo capitalista, pôde-se ver nesse período do final do XVIII e início do XIX o desenrolar de uma disputa de ideias a nível interimperial que contribuiu em termos geoculturais para o avanço da fronteira do ouro e da prata nas Américas. Contudo, esse embate teve como especificidade um aspecto contraintuitivo: apesar da enorme produtividade alcançada no século, a exploração dos metais preciosos americanos foi a todo momento alvejada por intensas críticas, fosse pelo argumento dos efeitos deletérios que recaíam sobre a economia do império produtor, fosse pelo apontamento da falta de conhecimentos dos mineiros e do caráter rudimentar do trabalho nas minas. Com base no que foi analisado neste capítulo, a depreciação da atividade minerária não pode ser vista apenas como um véu a encobrir a pobreza local e a injustiça da dominação colonial, aos moldes do que propôs Laura de Mello pensando a realidade brasileira. Em vez disso, buscamos demonstrar que seus significados transcendiam essa esfera da luta pela manutenção da dominação colonial em uma conjuntura de crise sistêmica e apresentavam raízes mais profundas, estando eles intimamente relacionados com a produção do discurso sobre o atraso e a decadência dos impérios ibéricos.

Em suma, a crítica à mineração não era uma crítica ao ouro ou à prata. Longe disso, era uma crítica que estava indissociada da identificação dos executores daquela atividade, os ibéricos, como impérios subalternos e atrasados. Razão pela qual, mesmo entre os intelectuais ibero-americanos, tanto opositores quanto defensores da mineração incorporavam traços

desse discurso da superioridade do que era desenvolvido pelos países centrais da economia-mundo: os primeiros por demonstrarem uma preferência pelas atividades econômicas reconhecidas como as mais relevantes para as economias dos estados do noroeste europeu; os últimos por exaltarem a ciência e as técnicas promovidas em seus domínios. Os caminhos escolhidos podiam ser distintos e até disputarem entre si, mas ambos os lados do debate vislumbravam nesses estados o modelo a ser seguido. Com isso, tinha-se, por um lado, um reforço da projeção de poder daquele centro hegemônico, como se eles trilhassem um caminho de sucesso econômico e geopolítico apartado do que acontecia nas Américas ibéricas. Por outro, ocorria a incorporação da ideia do atraso ibérico acompanhada por um senso de necessidade de intensificar a espoliação sobre as pessoas e a natureza dos territórios dominados. Eis o resultado prático das ideias e valores que estavam por trás das representações sobre os metais preciosos no período abordado.

Referências

- ARANGO, D. S. *et al.* (orgs.). *La ilustración en América colonial*. Madrid: CSIC/Doces Calles/Colciencias, 1995
- ARDAO, Arturo. *La filosofía polémica de Feijoo*. Buenos Aires: Losada, 1962.
- BAKEWELL, Peter J. La minería en la Hispanoamérica colonial. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina 3*. Barcelona: Crítica, 1990.
- BAKEWELL, Peter J. *Silver Mining and Society in Colonial Mexico: Zacatecas, 1546-1700*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1971. (Cambridge Latin American Studies, 15).
- BOUCHARD, Jack. Making the leap: commodity chains and the potential for global environmental histories of capitalism. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 698-715, set./dez. 2021

- BRADING, D. A. *Miners and Merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1971. (Cambridge Latin American Studies, 10).
- CÂMARA, Manuel Ferreira da. Memória de Observações Físico-Econômicas Acerca da Extração do Ouro do Brasil. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, intendente geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 499-523.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como Escrever a História do Novo Mundo: Historiografias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico*. São Paulo: Edusp, 2011.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Introduction. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE (ed.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2009.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, Empire, and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.
- COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia I*. Santafé de Bogotá: TM, 1997
- ELLIOTT, John H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.
- ELHUYAR, Fausto de. *Memoria sobre el influjo de la minería en la agricultura, industria, población y civilización de la Nueva-España en sus diferentes épocas, con varias disertaciones relativas a puntos de economía pública conexos con el propio ramo..* Madrid: Imprenta de Amarita, 1825.
- FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FISHER, John Robert. *Silver Mines and Silver Miners in Colonial Peru, 1776-1824*. [Liverpool]: Centre for Latin-American Studies, University of Liverpool, 1977

- FISHER, John Robert. *The Economic Aspects of the Spanish Imperialism in America, 1492-1810*. Liverpool: Liverpool University Press, 1997.
- GODINHO, Vitorino Magalhaes. *Descobrimientos e a economia mundial*. Lisboa: Arcadia, 1963.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.
- GOODMAN, David. Science, Medicine, and Technology in Colonial Spanish America: New Interpretations, New Approaches. In: BLEICHMAR, Daniela *et al.* (ed.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 9-34.
- GREEN, Toby. “Three Measures of Gold”: The Rise and Fall of the Great Empires of the Sahel. In: *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2019. cap. 1, p. 31-66.
- HAZARD, Pablo. *El pensamiento europeo en el siglo XVIII*. Madrid: Alianza, 1998.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz Heynemann. *As culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Letras e Ideias no Brasil Colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* (ed.), *História geral da civilização brasileira. Vol. 1. Tomo 2*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- LANG, M. F. Azoguería y Amalgamación: Una apreciación de sus esencias químico-metalúrgicas, sus mejoras y su valor metalúrgico en el marco científico de la época colonial. *Llull: Revista de la Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas*, v. 22, n. 45, p. 655-674, 2009.
- MARQUES, Leonardo. Commodity chains and the global environmental history of the colonial Americas. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 640-667, set./dez. 2021.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O intendente Câmara: Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, intendente ge-*

- ral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- MOORE, Jason W. Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./Dec. 2021
- MUTIS Y BOSIO, José Celestino. *Archivo epistolar del sabio naturalista don José Celestino Mutis*. Compilación, Prólogo y Notas de Guillermo Hernández de Alba. 2. ed. Tomo I: Cartas de José Celestino Mutis. Bogotá, D. E.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica; Editorial Presencia, 1983.
- MUTIS Y BOSIO, José Celestino. *Escritos científicos de Don José Celestino Mutis*. Tomo II. Matemáticas, Astronomía, Ciencias Naturales y Crítica literaria. Bogotá, D. E.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica; Editorial Kelly, 1953.
- PÉREZ, José Muñoz. Los proyectos sobre España e Indias en el siglo XVIII: El proyectismo como género. *Revista de Estudios Políticos*, n. 81, p. 169-196, 1955.
- PINTO, Virgilio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979
- REIS, Flávia Maria da Mata. Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762). 2007. 299 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- REZENDE, Dejanira Ferreira. “*Arraia-miúda*” nos morros das minas: conflitos sociais na Vila do Carmo, década de 1710. 2010. 235 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. London: Palgrave Macmillan, 1982.
- SILVA, Andréa Mansuy Diniz (ed.). Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, econômicos e financeiros: 1783-1811*. Tomo I. Lisboa: Mirandela Artes Gráficas; Banco de Portugal,

1993. (Coleção de Obras Clássicas do pensamento econômico português).
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- TEPASKE, John J. *A New World of Gold and Silver*. Leiden, Netherlands; Boston: Brill, 2010.
- TWINAM, Ann. *Miners, Merchants, and Farmers in Colonial Colombia*. Austin, TX: University of Texas Press, 1982. (Latin American Monographs, 57).
- VANDELLI, Domingos. Memória sobre as Minas de Ouro do Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. XX, 1898. p. 266-278.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno II. O Mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento. 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

A FRONTEIRA DO INFERNO:¹ A SICÍLIA, O ENXOFRE, E A ASCENSÃO DA INDÚSTRIA QUÍMICA BRITÂNICA, 1750-1840

Daniel Cunha

Deixai, ó vós que entraís, toda a esperança!
Dante Alighieri, A Divina Comédia, Inferno, Canto III:9

Acabamos de receber notícias inesperadas: a Sicília está sendo ameaçada com um bloqueio naval pela Inglaterra. Reporta-se que já oito navios de guerra serão enviados à ilha. Mesmo que o número de forças navais dedicadas a fazer uma demonstração de força na costa do reino da Sicília tenha sido exagerado, é certo que o governo napolitano está embarcando tropas com a máxima velocidade para fazer frente ao desembarque da marinha inglesa... Essa agressividade por parte da Inglaterra contra uma nação amistosa tem por motivo a recusa do Rei a desfazer o tratado que concede o monopólio do enxofre siciliano a uma empresa francesa – Taix, Aycard & Co.²

1 Versão revisada de artigo originalmente publicado em inglês: CUNHA, Daniel. The Frontier of Hell: Sicily, Sulfur, and the Rise of the British Chemical Industry, 1750-1840. *Critical Historical Studies*, v. 6, n. 2, p. 279-302, 2019. Esta pesquisa recebeu o apoio de uma Provost's Doctoral Summer Fellowship na Binghamton University e do Center for Humanities and Information, The Pennsylvania State University. Agradecimentos a Jason W. Moore, Leslie Gates, Marion Dixon, and Raphael F. Alvarenga, pelas discussões; John A. Davis por compartilhar informação sobre o imperialismo britânico na Sicília; Jacqueline Marchioro pela pesquisa no National Archives (Londres); e aos revisores anônimos e editores da *Critical Historical Studies* pelas sugestões. A responsabilidade é exclusivamente minha.

2 The Sulphur Question. *The Times*. London, April 2 1840, p. 5. The Times Digital Archive 07.07. 2017.

Assim reportou o *The Times* de Londres em 2 de abril de 1840: “O rei das Duas Sicílias, Ferdinando II, enviou 35 mil soldados por mar, mais a cavalaria, para defender a ilha”. Algumas embarcações comerciais foram de fato detidas e inspecionadas pelos britânicos. O “tratado”, assinado em 1838, visava controlar o volume de produção e o preço do enxofre siciliano.³

Uma ameaça de bloqueio da Baía de Nápoles não é um evento histórico sem importância. Apesar disso, ele se faz totalmente ausente da historiografia da Revolução Industrial (1750-1840). Neste artigo argumentarei que essa medida aparentemente exagerada é explicada pelo fato de que as minas de enxofre sicilianas eram uma importante fronteira de mercadorias para o capital britânico, especificamente para o setor têxtil. O suprimento de enxofre barato era essencial para a manufatura de produtos químicos usados no acabamento de têxteis. Mais especificamente, de ácido sulfúrico, agentes alvejantes clorados, e soda sintética. Fronteiras de mercadorias reestruturam o espaço geográfico nas margens da economia-mundo, onde a natureza e força de trabalho são apropriados e tornados mercadoria.^{4; 5}

Este artigo começará com uma breve descrição dos desenvolvimentos da nascente indústria química britânica no período entre 1750 e 1823 (da síntese de ácido sulfúrico à síntese de soda) e com uma avaliação da sua importância para a cadeia de mercadorias da indústria têxtil. Na sequência, uma seção discorre sobre a fronteira de mercadoria siciliana, incluindo as operações de mineração, divisão do trabalho, e a história natural das minas. A partir disso, a crise do enxofre de 1838-1840 será explicada. A conclusão arguirá que as mi-

3 GIURA, Vincenzo. *La questione degli zolfi siciliani, 1838-1841*. Geneva: Droz, 1973; DAVIS, John. Palmerston and the Sicilian Sulphur Crisis of 1840. *Risorgimento*, n. 1-2, p. 5-24, 1982; THOMSON, Dennis W. Prelude to the Sulphur War of the 1840: The Neapolitan Perspective. *European History Quarterly*, n. 25, p. 163-180, 1995).

4 MOORE, Jason W. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy. *Review*, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.

5 Uso o conceito de “economia-mundo” como Wallerstein (WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. San Diego: Academic Press, 1974. p. 347-348).

nas de enxofre da Sicília devem ser incorporadas à história da Revolução Industrial e que relações mediadas pelo valor são fundamentais para o entendimento da mediação entre a mecanização na Grã-Bretanha e a fronteira de mercadoria na Sicília, colocando em relação a “trajetória da produção” temporal com o padrão espacial de desenvolvimento da economia-mundo.⁶ Este argumento busca conceituar a agência histórica como “uma propriedade emergente de configurações determinadas de atividade humana com o restante da vida” e a natureza como uma “matriz, o campo no qual o capitalismo se desenvolve”, bem como entender o Antropoceno, a assim chamada época geológica dominada pelo homem, em sua especificidade histórica.⁷

O acabamento de tecidos e a ascensão da indústria química

O acabamento de tecidos foi um importante ramo da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, sendo objeto de tantas inovações quanto a fiação e tecelagem. Ainda que a maior parte das avaliações históricas da Revolução Industrial enfatizem apenas a importância das duas etapas prévias, para os contemporâneos a importância do acabamento era evidente, como ilustra o fato de que o livro *History of the Cotton Manufacture* (1835) de Edward Baines dedica-lhe um capítulo inteiro, no qual se lê:

Quando a manufatura do tecido está completa, há o importante processo de alvejamento a ser levado a cabo em todos os produtos de algodão; e o processo seguinte de impressão, nas musselinas e produtos de algodão destinados ao vestuário externo, ou para móveis. Esses são dois ramos extensivos da indústria: o primeiro é ne-

6 Aplico a noção de “trajetória da produção” como em Postone (POSTONE, Moishe. *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993).

7 MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. New York: Verso, 2015. p. 36; p. 44; CUNHA, Daniel. The Anthropocene as Fetishism. *Mediations*, v. 28, n. 2, p. 65-77, 2015; MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis. *Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

cessário para remover a sujeira e a graxa contraídas na manufatura e na preparação dos fios, e também para destruir a cor da matéria-prima, a fim de tornar o tecido perfeitamente branco; e o segundo acresce significativamente o valor e a beleza dos tecidos... A química fez para facilitar e aperfeiçoar esses processos ao menos tanto quanto a mecânica para facilitar e aperfeiçoar as operações da manufatura.⁸

A importância do acabamento também é destacada pelo fato de que o investimento nessas operações estava entre a metade e dois terços daquele da fiação e tecelagem, tendo sido sugerido que gerava a metade da receita.⁹ A partir da metade do século XVIII, aquelas inovações e reorganizações do trabalho e da natureza na indústria têxtil britânica e no cultivo do algodão possibilitaram um extraordinário aumento de produtividade. Inventos mecânicos como a *jenny* para fiação (patenteada por Hargreaves em 1770), o *water frame* (patenteada por Arkwright em 1769), e o tear mecânico (construído originalmente em 1785), associadas à mobilização em massa do trabalho escravo, à apropriação da fertilidade natural de solos, e o aperfeiçoamento da máquina descaroçadora no Vale do Mississippi, forneceram a base para a produção ampliada de algodão e têxteis.¹⁰ Destarte, após o cultivo e colheita do algodão, seu transporte, fiação e tecelagem (e antes da impressão), algumas operações ainda eram necessárias: o acabamento, para limpar e branquear os fios e tecidos.¹¹

8 BAINES, Edward. *History of the Cotton Manufacture*. London: M. Fisher, 1835.

9 CHAPMAN, S. D. *The Cotton Industry of the Industrial Revolution*. 2. ed. London: Macmillan, 1987. Tabela IV, p. 56

10 ALLEN, Robert C. *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009; BERG, Maxine. *The Age of Manufactures: 1700–1820*. New York: Routledge, 1993; JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2013; BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Knopf, 2014; LAKWETE, Angela. *Inventing the Cotton Gin: Machine and Myth in Antebellum America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

11 CLOW, Archibald; CLOW, Nan L. *The Chemical Revolution: A Contribution to Social Technology*. London: Batchworth, 1952. cap. 6; MUSSON, A. E.; ROBINSON, Eric. *Science and Technology in the Industrial Revolution*. Manchester: Manchester University Press, 1969. cap. 8; WOLFF, Klaus H. Textile Bleaching and the Birth of the Chemical Industry. *Business History Review*, v. 48, n. 2, p. 143-163, 1974; GITTINS, Lawrence. Innovations in Textile Bleaching in Britain in the Eighteenth Century. *Transactions of the Newcomen Society*, n. 75, p. 139-159, 1979; HIGGINS,

O acabamento incluía uma série de operações: lavagem, ensaboamento, *bowking* (imersão do tecido em solução alcalina), “azedagem” (*souring*) (imersão do tecido em solução ácida), e alvejamento (remoção da cor).¹² Antes da Revolução Industrial, as operações eram levadas a cabo com a utilização de álcalis naturais (potassa, extraída das cinzas de lenha), leite talhado e o chamado *crofting*, a exposição dos tecidos ao sol e ar em campos de alvejamento. Todas as operações eram necessárias, em sequência e às vezes com repetições, porque cada uma tinha um mecanismo e função diferente: a imersão em álcali removia graxas dos tecidos com uma reação de saponificação (similar à que produz sabão); a azedagem era necessária para remover sais insolúveis formados durante o *bowking* aderidos ao tecido; o *crofting* promovia oxidação fotoquímica, decompondo moléculas que conferiam coloração em incolores. Entre as operações, lavagens removiam as impurezas processadas na etapa anterior.

Até a metade do século XVIII, as manufaturas britânicas enviavam uma fração elevada dos tecidos à Holanda para o acabamento, especialmente no entorno de Haarlem, com a sua abundância de laticínios (o leite talhado era basicamente um subproduto da abundância) e famosa pureza da água (Higgins 1923a). O processo completo se estendia por meses, e requeria terra e força de trabalho – quando expostos ao sol,

S. H. Modern Bleaching. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 7, n. 1, p. 30-43, 1916; HIGGINS, S. H. I. Early Developments. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 14, n. 8, p. T209-T216, 1923a; HIGGINS, S. H. II. The English Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 9, p. T277-T286, 1923b; HIGGINS, S. H. The Evolution of Bleaching. III. Materials Used. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 14, n. 10, p. T319-T328, 1923c; HIGGINS, S. H. IV. The Chemical Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 11, p. T441-T446, 1923d; HIGGINS, S. H. Evolution of Bleaching. V. Engineering Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 12, p. T534-T541, 1923e; HIGGINS, S. H. VI. The Tennant Patent. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 1, p. T39-T42, 1924a; HIGGINS, S. H. VII. Costs, Etc. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 2, p. T43-T52, 1924b; HIGGINS, S. H. VIII. Some English Works. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 3, p. T115-T119, 1924c.

12 É comum o uso do termo “alvejamento” (bleaching) como sinônimo para o conjunto de operações. Uso “alvejamento” para fazer referência às operações de descoloração por oxidação, como explicado adiante; e “acabamento” para o conjunto de operações. A impressão e tingimento não estão incluídos nessa discussão. Deve-se notar que impressão e tingimento requeriam as operações prévias de acabamento.

os tecidos não podiam secar, o que requeria constante supervisão em uma área considerável. O processo envolvia uma luta contra as condições do tempo: nuvens podiam bloquear o sol e retardar a operação.¹³

O acabamento precisava ser acelerado conjuntamente com a fiação e tecelagem: sem isso, o rápido crescimento da indústria têxtil teria sido comprometido. O primeiro passo nessa direção foi a substituição do leite talhado pelo ácido sulfúrico. O ácido sulfúrico tinha o enxofre como matéria-prima básica. Sua produção em larga escala começou com John Roebuck, auxiliado por James Watt, por volta de 1746 em Birmingham. O ácido sulfúrico podia azedar os tecidos não apenas melhor, mas também com mais rapidez do que o leite talhado. De acordo com Joseph Black, eminente químico contemporâneo, “o leite leva cinco dias para cumprir a sua tarefa, mas o azedo de vitriol o fazem neste número de horas, não, talvez neste número de minutos.”¹⁴ Roebuck abriu uma fábrica maior de ácido sulfúrico em Prestonpans (Escócia) em 1749 para abastecer o acabamento da indústria de linho.^{15; 16} Um obstáculo para a sua produção em massa era o uso de frágeis vasos de vidro, pois os metais eram corroídos pelo ácido. A introdução da câmara de chumbo, um novo tipo de reator viável, já que o chumbo não era corroído por ácidos como outros metais, foi uma inovação decisiva para o barateamento do ácido sulfúrico:

A introdução do aparato de chumbo é um evento memorável na história do progresso dessa manufatura, pois

13 Um típico campo de alvejamento holandês foi retratado pelo pintor Jacob van Ruisdael em Vista de Haarlem com Campos de Alvejamento. Ver em RUISDAEL, Jacob van. *View of Haarlem with Bleaching Grounds*. c. 1670-1675. Kunsthau Zürich, Zurich. 1 original de arte, óleo sobre tela, 62,2 cm × 55,2 cm. Disponível em: <https://www.mauritshuis.nl/en/our-collection/artworks/155-view-of-haarlem-with-bleaching-grounds/>. Acesso em: 26 maio 2022.

14 Citado em CLOW; CLOW, op. cit., p. 143.

15 PARKES, Samuel. *Chemical Essays: Principally Relating to the Arts and Manufactures of the British Dominions*. 3. ed. London: Baldwin & Cradock, 1830. p. 217; CLOW; CLOW, op. cit., p. 135.

16 O papel de liderança exercido por químicos e pela indústria de acabamento da Escócia parece estar relacionada ao fato de que o linho, uma fibra cujo processamento se concentrava naquela região, era de mais difícil branqueamento do que o algodão. Ver CLOW; CLOW, op. cit., cap. 9.

ela foi a fundação de sua atual magnitude [1830], e em pouco tempo reduziu o preço para cerca de uma duodécima parte do seu nível anterior.¹⁷

O mais lento dentre os processos “tradicionais” de acabamento, porém, era o *crofting*, a longa exposição dos tecidos ao sol ao ar livre, intensiva em requerimentos de terra e força de trabalho. O *crofting* foi superado pelo desenvolvimento da química do cloro. O cloro é um forte agente oxidante, e portanto pode substituir a oxidação fotoquímica pela química. O ácido muriático (HCl) era obido através da reação entre ácido sulfúrico e cloreto de sódio (sal de cozinha). Parkes relata em 1830 o efeito da produção de cloro na demanda por ácido sulfúrico, e, conseqüentemente, enxofre:

No ano de 1788 [...], quando o novo método de alvejamento por cloro foi introduzido, as vendas de ácido sulfúrico cresceram muito [...] A partir de então a demanda se tornou enorme, e quase ilimitada em magnitude; de maneira que, desta circunstância única e inesperada, os fabricantes deste ácido consideraram necessário erguer câmaras de muito maior dimensão para a queima de enxofre; e essas foram expandidas repetidamente pelos grandes fabricantes, de maneira que hoje uma manufatura ordinária de ácido sulfúrico é realmente um estabelecimento considerável no que diz respeito ao capital e à magnitude.¹⁸

Várias formas de alvejamento com cloro eram utilizadas, incluindo agentes líquidos e gasosos, assim como a produção de hipoclorito no próprio processo. Mas ao fim e ao cabo a melhor solução foi o alvejante em pó patenteado por Charles Tennant, de Glasgow, em 1798. Ele resolveu a inconveniência do transporte de líquidos e os perigos do uso do cloro na forma gasosa, altamente agressiva, bem como tornou desnecessária a produção de hipoclorito no processo.¹⁹

17 PARKES, op.cit., p. 217. Para ilustrações da câmara de chumbo, ver ADLAM, George H. J. *Acids and Alkalis*. London: Isaac Pittman & Sons, 1919. (Common Commodities and Industries Series). Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/50552/50552-h/50552-h.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019. cap. 2.

18 PARKES, op.cit., p. 220.

19 HIGGINS, 1923b, op. cit.; MUSSON; ROBINSON, op. cit., cap. 8.

Outro desenvolvimento importante no acabamento de têxteis (assim como para a fabricação de vidro e sabão) foi a produção de soda sintética utilizando o processo Leblanc. Na Grã-Bretanha, ele começou a ser utilizado em 1823, quando James Muspratt abriu uma fábrica em Liverpool.²⁰ Fabricantes franceses já estavam produzindo soda desde o início do século XIX para a produção de sabão em Marselha, após perder o acesso às cinzas naturais (barrila espanhola e potassa russa) durante as guerras napoleônicas.²¹

Os efeitos do alvejamento à base de ácido sulfúrico e cloro form vários: além da aceleração do acabamento, ele diminuiu a necessidade de terra e força de trabalho e tornou o processo independente das intempéries. Adicionalmente, a redução da necessidade de estoques barateou o crédito.²² Acima de tudo, os desenvolvimentos ocasionados para suprir a demanda da indústria têxtil por ácido sulfúrico, hipoclorito e soda sintética (com a demanda adicional de álcali para a produção de sabão e vidro) gerou um novo ramo da indústria, a indústria química. Esse novo setor tinha no enxofre a sua matéria-prima básica. O diagrama da figura 1 ilustra uma possível operação integrada, e deve-se notar que todos os produtos relevantes (ácido sulfúrico, ácido muriático, alvejante em pó e soda sintética) derivam do enxofre.

O contexto desse novo ramo industrial foi bem descrito por Parkes:

É preciso uma grande soma inicial para erguer um estabelecimento de ácido sulfúrico, sendo a sua operação tediosa, o retorno lento, e o produto muito pequeno comparado ao capital, o valor do dinheiro deve ser uma carga pesada para negócio; e isso é um incentivo constante para o fabricante, fazendo-o ansioso para obter uma produção tão grande quanto possível de cada câmara.²³

20 BARKER, T. C.; DICKINSON, R.; HARDIE, D. W. F. The Origins of the Synthetic Alkali Industry in Britain. *Economica*, v. 23, n. 90, p. 158-171, 1956; REED, Peter. *Entrepreneurial Ventures in Chemistry: The Muspratts of Liverpool, 1793-1934*. Burlington, VT: Ashgate, 2015; MUSSON; ROBINSON, op. cit., cap. 10.

21 JULIANNY, Jules. *Essai sur le commerce de Marseille*. Tome III. 2. ed. Marseille: Jules Barile, 1842. cap. XIX.

22 GITTINS, op. cit.

23 PARKES, op.cit., p. 221.

Deve-se então investigar de onde vinha esse enxofre, a principal matéria-prima ou capital circulante para a câmara de chumbo, requerido para satisfazer a “ansiedade” de seu proprietário. Mais especificamente, como ele era extraído, processado, transportado; quem trabalhava em suas minas; e em que condições esse trabalho era exercido.

A fronteira siciliana

A península italiana sofreu transformações significativas nos últimos quatro séculos da economia-mundo. Entre as duas longas fases de “crescimento econômico”, com as poderosas cidades-estado antes de 1570 e mais tarde no século XX, a península perdeu a sua posição de liderança na economia-mundo, ficando relegada a uma condição periférica. Nesse processo de declínio, o norte e o sul se distanciaram comercialmente; fluxos comerciais do sul foram redirecionados para Nápoles e para o norte da Europa, e não mais para o norte da península. Trigo era suprido principalmente para Nápoles, enquanto a demanda do norte europeu ditava o comércio de óleo de oliva e seda.²⁴ Paralelamente às grandes transformações da Revolução Industrial britânica a partir da metade do século XVIII, a Sicília também se transformou. Notavelmente, ela passou de uma paisagem dedicada principalmente ao cultivo de trigo para uma de extração de enxofre. Em 1792, o trigo era a principal mercadoria de exportação da Sicília, totalizando 2,1 milhões de ducados, enquanto o enxofre ficava muito aquém como a décima primeira em importância, somando 90 mil ducados. Em 1834, a situação se inverteu: o trigo era então a quinta mercadoria exportada, com 442 mil ducados, e o enxofre se tornou a mais importante, totalizando 1,9 milhão.²⁵

24 MALANIMA, Paolo. *La fine del primato: Crisi e riconversione nell'Italia del Seicento*. Milano: Bruno Mondadori, 1998.

25 BLANDO, Antonino. Da un “monopolio naturale” all'altro: il grano e lo zolfo siciliano. In: SALVEMINI, Biagio (ed.). *Lo spazio tirrenico nella “grande trasformazione”*: Mercè, uomini e istituzioni nel Settecento e nel primo Ottocento. Bari, ITA: Edipuglia, 2009. p. 1-39.

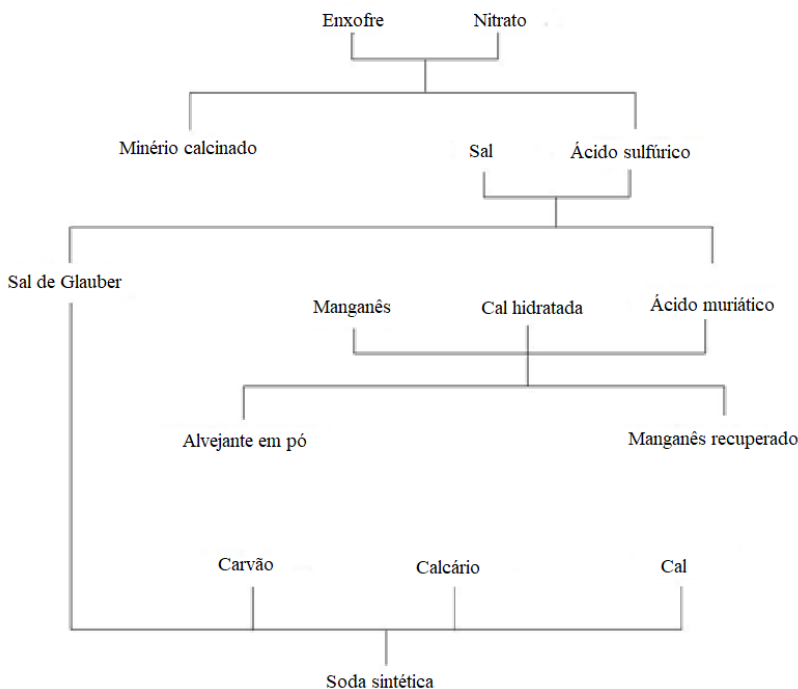
Operações de mineração e divisão do trabalho

As minas de enxofre da Sicília se localizam nas províncias de Palermo, Catania, Girgenti e Caltanissetta, com maior concentração nas duas últimas. Em 1838, havia 193 minas em Girgenti, 169 na Caltanissetta, 27 na Catania e 9 em Palermo. Comparadas àquelas de outros países da Europa, as minas sicilianas eram subdesenvolvidas. Um observador inglês em 1838 registrou o “baixo nível no que se refere a ordem e inteligência” ou “qualquer consideração pelo planejamento” na excavação, um “labirinto de confusão”, e a falta de “disciplina”. O mineral era extraído até a interrupção pela inundação, falta de ventilação ou desmoronamento. Devido a problemas de inundação e ventilação, em 1838 as minas mais profundas não ultrapassavam 120 pés (36,5 metros). O mineral contendo enxofre era quebrado com picaretas pesadas, o que requeria grande esforço físico. Explosões com pólvora não eram permitidas, devido ao perigo de combustão. Os mineiros trabalhavam seis horas por dias, exceto nos feriados, 250 dias por ano. A preparação do mineral era simples, geralmente na própria mina em pequenos fornos (*calcarelle*).²⁶ O mineral era colocado no forno e queimado a partir do topo. O enxofre se fundia e sedimentava. Quando uma carga suficiente era coletada, o forno era descarregado e o enxofre líquido despejado em moldes, cada um contendo 65 “*ballate*” (blocos amarelados). Não era necessário combustível: o próprio enxofre era queimado por doze horas ao ar livre nessa forma de operação, de maneira que com esse método uma grande quantidade de enxofre era desperdiçada como gás sulfuroso, causando intensa poluição, com danos às fazendas e pessoas dos arredores. Em poucos anos, os terrenos próximos a minas de enxofre perdiam a fertilidade e a vegetação. Conflitos relacionados ao uso da terra

26 Mais tarde, foram utilizados fornos mais eficientes: o calcarone, de maior dimensão, a partir de 1850; a fornalha de Gill, a partir de 1880, que recuperava o gás de combustão; a fornalha San Filippo, que podia reciclar o refugo de calcarelli e fornalhas de Gill, a partir de 1903; fornalhas a vapor, a partir do final do século XIX; e após a Segunda Guerra Mundial, processos de flotação produziam enxofre com 99 por cento de pureza, mas a esta altura o enxofre siciliano não era mais competitivo. Ver FERRARA, Vincenzo. The Sulphur Mining Industry in Sicily. In: SORGE, Francesco; GENCHI, Giuseppe (ed.). *Essays on the History of Mechanical Engineering*. New York: Springer, 2016. p. 120-124.

eram comuns, incluindo processos judiciais.²⁷ A lei permitia a combustão entre 1º. de julho de 21 de dezembro (PRO/FO 70/185; Calcara 1853, 7; Vaupel 1990; Caico 1910, 178-181; Squarzina 1963; Barone 2000, cap. 1).²⁸

Figura 1: matérias-primas e produtos da nascente indústria química britânica.²⁹



27 A poluição causada pelo enxofre e relacionada a conflitos no uso da terra inspirou Luigi Pirandello em seu conto *Il fumo* (A fumaça).

28 PRO/FO 70/185. Public Record Office (PRO), Foreign Office (FO) 70/185, National Archives, London. S. Charters, "Memorandum on the Sulphur Mines of Sicily," p. 239-247; CALCARA, Pietro. *Sulle miniere di zolfo in Sicilia*. Palermo: Lorusneider, 1853. p. 7; VAUPEL, Elisabeth C. *Ökonomie, Ökologie und technischer Wandel: Zur Bedeutung der Sizilianischen Schwefelkrisen für die Entwicklung der chemischen Industrie im 19. Jahrhundert. Wissenschaftliches Jahrbuch des Deutschen Museum*, n. 7, p. 97-131, 1990; CAICO, Louise. *Sicilian Ways and Days*. New York: D. Appleton, 1910. p. 178-181; SQUARZINA, Federico. *Produzione e commercio dello zolfo in Sicilia nel secolo XIX*. Torino: ILTE, 1963; BARONE, Giuseppe. *Zolfo: economia e società della Sicilia industriale*. Catania, ITA: Bonanno, 2000. cap. 1.

29 Adaptado de CLOW; CLOW, op. cit., p. 111.

A divisão do trabalho na mina incluía um *aministratore* ou *gabellotto* (agente), *scrivani* (contadores), *capo maestro* (capitão da mina), *guarditori* (vigilantes), *picconieri* (mineiros trabalhando com picaretas), *regazzi* ou *carusi* (garotos sob as ordens dos mineiros que carregavam o minério nos ombros de dentro da mina para o lugar de disposição), *arditori* (fundidores de enxofre), *trombatori* (operadores de bombas), e *bordonari* (condutores de animais de transporte). Em 1838, estimou-se que trabalhavam nas minas 1.500 mineiros, 3.000 carusi, 214 vigilantes, 107 capitães de mina, 237 *bordonari* utilizando 4.739 mulas, e 1.000 trabalhadores em outras atividades (fundidores, operadores de bombas, artífices, etc.³⁰

Os *gabelloti* alugavam as minas do proprietário para explorá-las, e pagavam os mineiros por peso de minério extraído.³¹ Para manter os mineiros sob coerção, os *gabelloti* antecipavam vários meses de pagamento no início do trabalho (o chamado *soccorso morto*). Quando o mineiro deixava a mina, a conta era fechada. Este sistema era obviamente afeito ao abuso e superexploração. Cada *gabellotto* empregava vários *picconieri* e lhes designava um par de *carusi*. Os *carusi* eram pagos de acordo com a distância do local de extração ao local de disposição do mineral. Eles eram responsáveis pela supervisão do minério, e assim dormiam ao seu lado. Comerciantes ingleses implementaram o pagamento em espécie (*truck system*), ou seja, os mineiros eram pagos com produtos (sobrevalorizados) coletados em uma *bottega*, e não com um salário, supostamente para evitar a evasão do *soccorso morto*. A mão de obra barata dos *carusi* não incentivava a mecanização.³² Um engenheiro de mina declarou em 1889 que “com o transporte nas costas é possível levar a cabo, de maneira econômica e sem capital inicial, empreendimentos que seriam de outra maneira impossíveis sob as mesmas condições”.³³ Não era incomum a morte na mina: contando apenas as grandes catástrofes no século

30 PRO/FO 70/185, op. cit.

31 SQUARZINA, op. cit., p. 105.

32 SQUARZINA, op. cit., p. 105; p. 115; MACK SMITH, Denis. *A History of Sicily: Modern Sicily after 1713*. New York: Dorset Press, 1988. p. 385.

33 TRAVAGLIA, Riccardo. *I giacimenti di solfo in Sicilia e la loro lavorazione*. Padova: Sacchetto, 1889. p. 64.

XIX, houve 479 mortes devido a desmoronamentos, incêndios, afogamentos e intoxicação por dióxido de enxofre.³⁴

Contrastando fortemente com a dura condição dos *carusi* e *picconieri*, os proprietários fundiários, legalmente proprietários também do subsolo, viviam à distância, em seus palácios em Palermo, Girgenti e Catania. Eles recebiam dos seus agentes (*gabelloti*) o *estaglio*, uma quota significativa da produção. Os *sborsanti* financiavam as operações. Completando a paisagem laboral da ilha estavam operadores de armazéns, exportadores, carroceiros, ferreiros e lojistas (essa lojas geralmente pertenciam ao proprietário da mina ou ao *gabelloto*, que impunha o pagamento em espécie).

A esse apanhado da divisão do trabalho relacionado ao enxofre deve-se adicionar a prestação de proteção privada, um tipo de atividade (proto-)mafiosa que constituiu parte da origem da Cosa Nostra. A abolição da lei fundiária feudal em 1812, que criou um mercado fundiário, e a lei concedendo liberdade de mineração ao possuidor da terra em 1826, juntamente com a explosão do mercado de exportação de enxofre em um estado periférico dotado de fracos instrumentos de aplicação da lei criou as condições para a constituição de grupos extorsores de proteção privada. A ameaça de incendiar as minas era usada como forma de extrair renda de proteção, e então pressão era exercida para que o *latifondisti* empregasse criminosos como *guardiani*. Nas palavras de Mack Smith, “todos os ingredientes da máfia estavam presentes, exceto o próprio nome.” O prefeito de Girgenti em 1875 apontou as minas de enxofre como a “origem da corrupção” da máfia, e relatou-se que os *carusi* eram recrutados pela máfia em tenra idade. Ainda em 1905 relatou-se que o policiamento estatal na região das minas era absolutamente ausente, o que favorecia um “espírito de camorra” nas regiões mineradoras. Esses esquemas que se nutriam de “rendas de proteção”, longe de ser um sintoma de “atraso”, eram parte integral da divisão do trabalho da Revolução Industrial, que pode ser chamada de “empreen-

34 SQUARZINA, op. cit., p. 61-62.

dimento da violência”.³⁵ A máfia pode igualmente ter servido como autoproteção dos mineiros, já que “a melhor forma do camponês ou mineiro mitigar a sua opressão era cultivar a reputação de ser durão ou amigo de durões”.³⁶

De acordo com um engenheiro de minas e topógrafo do subsolo de Caltanissetta, a evolução da produção foi como segue. Em 1700 havia cinco minas, empregando não mais do que cem mineiros produzindo quinhentas toneladas por ano. Na metade do século XVIII, 19 minas adicionais foram estabelecidas. No começo do século XIX, 32 *solfare* (locais de mineração) estavam em operação, alguns deles com mais de uma mina. A produção provável não era maior do que 4 mil toneladas por ano. Entre 1800 e 1820, quinze novos *solfare* estavam operando, e mais 36 entre 1820 e 1830. Neste ano a produção atingiu 10 mil toneladas, empregando 1.300 mineiros. Até então a Sicília havia produzido um total de 700 mil toneladas de enxofre, das quais 50 mil no século XVIII. De 1830 a 1838, 99 novos *solfare* entraram em operação, alguns deles explorando várias minas, incluindo exploração intensificada de minas previamente existentes ou fechadas. O censo de 1839 realizado para o uso da empresa Taix-Aycard (ver adiante) registrou 407 minas ativas e inativas, metade delas pertencendo a famílias aristocráticas e ordens religiosas, e a outra metade, que compreendia dois terços da produção, propriedade de um núcleo restrito de empreendedores. Durante o período da Taix-Aycard, apenas dois novos *solfare* foram abertos.³⁷

35 SQUARZINA, op. cit., p. 1-7; p. 127-135; MACK SMITH, op. cit., p. 367-368; BUONANNO, Paolo *et al.* Poor Institutions, Rich Mines: Resource Curse in the Origins of the Sicilian Mafia. *Economic Journal*, n. 125, p. F171-F202, 2015; FRANCHETTI, Leopoldo. *Condizioni politiche e amministrative della Sicilia*. Florença: Barbera, 1877. p. 149-240; DICKIE, John. *Cosa Nostra: A History of the Sicilian Mafia*. New York: Palgrave, 2004. p. 54-60; p. 77-83; LANE, Frederic C. *Profits from Power: Readings in Protection Rent and Violence-Controlling Enterprises*. Albany, NY: SUNY Press, 1979; BAGLIO, Gaetano. *Ricerche sul lavoro e su i lavoratori di Sicilia: Il solfaraio*. Napoli: Luigi Pierro, 1905. p. 537; p. 554; BARONE, op. cit., p. 62.

36 Contrariamente à visão expressa neste artigo, porém, Hobsbawm qualifica a máfia siciliana como “extremamente primitiva”. HOBBSAWM, Eric J. *Primitive Rebels*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1959. p. 36; p. 39.

37 GATTO, Mario. Cenni sulla storia delle solfare di Sicilia. *Archivio Nisseno*, v. VI, n. 11, p. 120-142, 2012; BARONE, op. cit., p. 41; p. 47.

Os carusi: crianças como virtuais escravas na fronteira siciliana

A mão de obra dos *carusi* era adquirida através do *soccorso morto* (um pagamento adiantado) aos seus pais, que eram camponeses e trabalhadores pobres.³⁸ Enquanto famílias sicilianas ricas em propriedade fundiária aumentavam os seus *latifondi*, em parte através de cercamentos ilegais, os camponeses pobres dividiam a terra entre os filhos, tornando as frações menores e menos viáveis. O trabalho de reprodução do resultante fluxo de mão de obra barata fluía a partir da margem da acumulação de capital.³⁹ Nestas circunstâncias, os *soccorsi morti* eram um recurso econômico importante para as famílias camponesas.⁴⁰ Em 1824, Smyth registrou em suas memórias de viagem a extrema pobreza dos camponeses vivendo perto das minas em Siculiana (Girgenti).⁴¹ Portanto, o fluxo contínuo de mão de obra infantil reproduzida por famílias camponesas pobres (especialmente a atividade invisibilizada das mulheres) era apropriada pelo circuito do capital, configurando uma fronteira da mercadoria força de trabalho.

Os britânicos estavam oficialmente informados sobre o trabalho infantil nas minas ao menos desde 1841, quando o relatório no qual estimou-se que três mil crianças trabalhavam nas minas (ver seção anterior) foi inserido em um inquérito parlamentar sobre a disputa em torno do enxofre. Esse número foi relatado como uma estatística entre outras sobre as minas, o que não é surpreendente em época na qual crianças trabalhavam também em fábricas e minas britânicas.⁴² Outra estimativa computa quatro mil crianças trabalhando nas minas de enxofre em 1838, compreendendo dois terços dos trabalhadores.⁴³ Os *carusi* e *picconieri* eram quase todos analfabe-

38 SQUARZINA, op. cit., p. 116.

39 Ver MACK SMITH, op. cit., p. 470-471.

40 COLAJANNI, N. I laboratori delle zolfare di Sicilia. *La Riforma Sociale*, ano I, p. 637-660, 1894.

41 SMYTH, William H. *Memoir Descriptive of the Resources, Inhabitants and Hydrography of Sicily and Its Islands*. London: Murray, 1824. p. 215-216.

42 PRO/FO 70/185, op. cit.

43 SQUARZINA, op. cit., p. 135.

tos, o que provavelmente explica o fato de que aparentemente não há relatos dos próprios acerca de sua condição no século XIX.⁴⁴

O debate sobre a condição dos *carusi* começou no década de 1870, mas não há razão para crer que as condições fossem muito diferentes antes disso, exceto pela profundidade médias das minas. O relatório de Sonnino e Franchetti sobre a condição da Sicília afirmou que os *carusi* estavam sob “vera condizione di schiavitù” (verdadeira condição de escravidão). À medida que as minas ficavam mais profundas, o esforço e sofrimento dos *carusi* tendia a ser intensificado. Entre os nascidos na década de 1840, foram registradas taxas inusuais de rejeição para o serviço militar, fazendo referência a deformidades na parte superior do corpo.^{45; 46} As condições nas minas foram testemunhadas por Booker T. Washington, que, tendo nascido escravo em uma plantação de algodão nos EUA, sabia o significado de sê-lo. Quando visitou uma mina de enxofre na Sicília no começo do século passado, procurando pelo “homem mais abaixo na escala social [*the man farthest down*]”, ele disse que

Não estou preparado neste momento para dizer até que ponto acredito em um inferno físico na outra vida, mas uma mina de enxofre na Sicília é em minha opinião o que de mais próximo de um inferno se pode conceber. Na mina que visitei encontrei o calor, o enxofre, e a gente; com esses três elementos, não parecia faltar nada para constituir um inferno... As crueldades a que eram submetidas as crianças, como relatado por aqueles que estudaram, eram tão más quanto qualquer coisa já relatada sobre a crueldade da escravidão dos negros. Esses garotos escravos eram frequentemente espancados, para extrair de seus corpos exaustos até a última gota de força. Quando espancar não era suficiente, o costume era queimar as suas panturrilhas com lanternas para que se reerguessem. Se eles tentassem escapar dessa

44 SQUARZINA, op. cit., 127.

45 FRANCHETTI, Leopoldo; SONNINO, Sidney. *La Sicilia nel 1876*. 2. ed. Florença: Vallecchi, 1925. cap. sup.; IPSEN, Carl. *Italy in the Age of Pinocchio: Children and Danger in the Liberal Era*. New York: Palgrave, 2006. p. 95.

46 Sobre o debate parlamentar na sequência do relatório e a consequente legislação contra o trabalho infantil, ver FRANCHETTI; SONNINO, op. cit., cap. 3.

escravidão, eram capturados e espancados, às vezes até mortos.⁴⁷

Louise Caico descreveu vividamente o trabalho dos *carusi* em seu diário de viagem:

No fundo desse golfo em trevas, podemos ver a lanterna de um mineiro, começamos a escutar o som distante de gemidos, e finalmente vemos o primeiro dos garotos mineiros – os *carusi*, como são chamados – sob a carga do minério, que carregam em suas costas dentro de um saco rústico. Eles sobem em triste procissão, galgando com dificuldade os degraus de terra, alternando direita e esquerda, vergando-se sob o peso, suas faces e troncos cobertos de suor. À medida que se aproximam do topo, seus corpos magros emergem da escuridão da mina à luz do sol, franzinos, seminus, suas faces pálidas expressando sofrimento. Mas acima de tudo nossos corações se entristecem com a visão de seus peitos nus, o suor escorrendo, ofegando violentamente com o esforço de subida da escada íngreme da mina, ao som do lamento doloroso que irresistivelmente escapa de suas bocas a cada degrau que os conduz ao topo.⁴⁸

Um médico descreveu em detalhe a resultante degeneração física dos *carusi* e mineiros ainda em 1910:

O efeito sobre os garotos de ter de carregar nos ombros essa pesada carga de 50 quilos de minério, ou pouco menos que 110 libras, e frequentemente mais que isso, é visto na sua baixa estatura e na peculiar distorção da sua coluna. Anteriormente, os garotos começavam na mina aos 7 anos; agora a idade mínima é 12, mas a lei não se faz cumprir. Os *carussi* [sic] não apenas se tornam corcundas e desenvolvem pernas deformadas, mas pior; devido à dura natureza do seu trabalho, o tratamento inumano pelos homens, as longas horas e a monotonia do seu emprego, o desenvolvimento mental e o crescimento físico não são compatíveis com a idade, e como consequência a sua maturidade é atrasada. Além dos garotos transportando minério, o trabalho também é levado a cabo por homens que começaram a vida nas minas como *carussi* [sic], e que, como resultado de haver passado anos carregando minério nas costas, apre-

47 WASHINGTON, Booker T. The Man Farthest Down: Child Labor and the Sulphur Mines. *The Outlook*, June 17, p. 342-348, 1911.

48 CAICO, op. cit., 172.

sentam uma grande corcunda em suas costas na qual se coloca o minério, a coluna desviada, extremidades inferiores deformadas, e tórax distorcido. A estatura desses homens é tão diminuta, e tal a sua deformação física, que o governo raramente obtém conscritos para o exército em um distrito minerador de enxofre... Alguns dos homens que medi, ainda que com 30 anos ou mais, mediam apenas 4 pés [1,22 metros], e em termos de desenvolvimento mental eram meras crianças. A perda parcial ou completa da visão não é incomum entre os mineiros como resultado de lesões nos olhos.⁴⁹

Angelo Mosso, um dos primeiros a estudar doenças laborais, descreveu a sua experiência ao examinar conscritos para o serviço militar na Sicília:

Às vezes passavam à minha frente todos os conscritos de comunas inteiras, dentre os quais nenhum era apto a pegar em armas, tanto a labuta e a fadiga deformou e enfraqueceu a sua população. Os inspetores sentiram-se constrangidos por tanta degradação. “Eles são *carusi*”, me disseram; ou seja, homens que desde criança trabalharam como carregadores de enxofre.⁵⁰

Os *carusi* sofriam a tarefa de infinitamente carregar cargas pesadas de enxofre nos ombros, nus por causa do calor, e respirando vapores nocivos, da infância à vida adulta. A negatividade radical dessa vida de trabalho abstrato para alimentar as bocas de chumbo insaciáveis das câmaras de enxofre é talvez o mais próximo que se pode chegar de uma vida de Sísifo.⁵¹

49 OLIVER, Thomas. The Sulphur Mines of Sicily: Their Work, Diseases and Accident Insurance. *British Medical Journal*, v. 2, n. 2635, p. 12-14, 1911.

50 MOSSO, A. *Fatigue*. New York: Putnam's Sons, 1906. p. 160.

51 Alguns autores afirmaram que relacionar o *soccorso morto* ao trabalho análogo à escravidão é impreciso. Baglio sustenta que o *soccorso morto* é uma operação de crédito como qualquer outra. Mas o próprio Baglio diz que “a antecipação de salário pelo *piconiere* ao *caruso*, que é geralmente miserável, impõe ao devedor, devido à dificuldade da restituição, o vínculo moral de não rescindir o contrato de trabalho e não abandonar o *piconiere* até que a dívida esteja paga, ou compensada com retenção de salário. A antecipação do *piconiere* ao *caruso* vincula o primeiro ao último, porque a falta de capital para investir em *soccorsi morti* dificulta a rescisão de um contrato de *carusato* para a celebração de outro, antes que a antecipação seja restituída, ou compensada com trabalho”. Mas esta assim chamada obrigação moral, de acordo com a descrição do próprio Baglio, apresenta todas as características do trabalho análogo à escravidão com determinações econômicas!

Apropriação da atividade biogeoquímica da Terra

Como lembrado por Rosa Luxemburgo, “nas indústrias extrativas, minas, etc. as matérias-primas não são parte do capital avançado. O objeto do trabalho neste caso não é o produto de um trabalho prévio, mas é fornecido gratuitamente pela natureza, como no caso dos metais, minerais, carvão, rochas”.⁵² Este foi o caso do enxofre siciliano durante a Revolução Industrial, um traço definidor que qualifica uma fronteira de mercadoria, uma zona de apropriação de natureza não-capitalizada.⁵³ Mas se o enxofre é fornecido “gratuitamente”, isso não significa que tenha sido “rápido e fácil”; o enxofre elementar (S) ocorre com relativa raridade, e as minas sicilianas, em particular, tiveram uma longa e complexa história biogeoquímica. Há cerca de seis milhões de anos, a ligação do Mar Mediterrâneo com o oceano se fechou, transformando-o em uma bacia salina gigante. O evento é conhecido como a crise de salinidade messiniana, que modificou a química do oceano e de ecossistemas marinhos e terrestres. O Mar Mediterrâneo fechado começou a evaporar, e esse processo favoreceu a cristalização e sedimentação de minerais. Na região da Sicília, cristais de gipsita (sulfato de cálcio, CaSO_4) foram depositados. Águas pluviais dissolveram esse material e o transportaram para depósitos em locais sem ou com níveis muito baixos de oxigênio. Então entrou em cena um tipo especial de microor-

Ver BAGLIO, op. cit. Destarte, a alienação nunca é absoluta: fissuras no tecido da dominação sempre emergem e se expandem. Desta negatividade radical do trabalho nas minas emergiram os fasci (sindicatos), a começar pela organização dos mineiros de enxofre na década de 1880, assim como formas estéticas de protesto, como uma rica literatura que usou as minas como tema. Ver CONSOLO, Vincenzo. *People and Land of Sulphur*. In: BOUCHARD, Norma; LOLLINI, Massimo (ed.). *Reading and Writing the Mediterranean*. Toronto: Toronto University Press, 2006. p. 129-152. Ver também pinturas de Tomaselli (TOMASELLI, Onofrio. *I carusi*. 1905. Galleria d'Arte Moderna, Palermo, ITA. 1 original de arte, óleo sobre tela, 184 cm x 333,5 cm. Disponível em: <https://www.gampalermo.it/images/gallery/pianoprimo/23.jpg>. Acesso em: 6 abr. 2022) e Guttuso (GUTTUSO, Renato. Onofrio. *La zolfara*. 1953. Museo d'Arte Moderna Mario Rimoldi, Cortina d'Ampezzo, ITA. 1 original de arte, óleo sobre tela. Disponível em: <https://www.musei.regole.it/Mur-Images/Catalogo/guttuso180.jpg>. Acesso em: 6 abr. 2022). Sobre fissuras no tecido da dominação, ver HOLLOWAY, John. *Fissurar o Capitalismo*. São Paulo: Publisher, 2013.

52 LUXEMBURGO, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Trans. Agnes Schwarzschild. New York: Modern Reader, 1968. p. 356

53 MOORE, 2000, op. cit.

ganismo que pode “respirar” na ausência de oxigênio, chamados de “bactérias redutoras de sulfato”, que queimam matéria orgânica usando o oxigênio de sulfatos (SO_4), assim decompondo a gipsita, produzindo calcáreo (CaCO_3) e, *voilà*, enxofre elementar (S). Desta forma veio a ser o *Calcare Solfifero* siciliano (calcáreo contendo enxofre). O fechamento da bacia, evaporação, sedimentação de calcáreo, solubilização e redução por bactérias levou cerca de quinhentos mil anos.⁵⁴ Portanto, o que os mineiros extraíam e era então pré-processado em *calcarelle* e posto para reagir em câmaras de chumbo britânicas era o resultado de centenas de milhares de anos de atividade biogeoquímica da Terra que foi apropriada para a acumulação de capital. O fato de que a formação e extração do *Calcare Solfifero* são assíncronas, separadas por milhões de anos, não deve obliterar o fato de que “os maiores terraformadores (e reformadores) planetários foram e ainda são as bactérias e seus aparentados, também em intra/interação de uma miríade de tipos (incluindo com pessoas e suas práticas, tecnológicas e outras)”⁵⁵; “a geologia, em outras palavras, co-produz poder e produção quando se condensa com relações humanas historicamente específicas”.⁵⁶

Imperialismo, fronteiras e capital circulante: a crise do enxofre de 1838-1840

Tendo descrito as transformações mediadas da Grã-Bretanha e da Sicília a partir de 1750, o cenário está posto para uma explicação histórica do bloqueio britânico da Baía de Nápoles. Em julho de 1838, o rei das Duas Sicílias, Ferdinando II, assinou um acordo com a companhia francesa Taix-Aycard para limitar a produção, e assim controlar o preço do enxofre. De acordo

54 ZIEGENBALG, S. B. *et al.* Formation of Secondary Carbonates and Native Sulphur in Sulfate-Rich Messinian Strata, Sicily. *Sedimentary Geology*, n. 227, p. 37-50, 2010; BRIAND, F. (ed.). *The Messinian Salinity Crisis from Mega-deposits to Microbiology – a Consensus Report*, CIESM Workshop Monographs. Monaco: CIESM, 2007.

55 HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, n. 6, p. 159-165, 2015.

56 MOORE, *Capitalism in the Web of Life...*, p. 44.

com os termos do tratado, a companhia era obrigada a comprar 600 mil *cantaia* de enxofre por ano.⁵⁷ Uma vez que a produção já havia alcançado 900 mil *cantaia* por ano, um prêmio de quatro *carlini* por *cantaio* seria pago aos produtores de enxofre pelos 300 mil *cantaia* extras cuja extração seria proibida. Os produtores poderiam vender e exportar enxofre livremente desde que pagassem à companhia um prêmio de 20 *carlini* por *cantaio*. A partir de 1839, a companhia deveria pagar 400 mil *ducati* por ano ao tesouro, enquanto nos meses restantes de 1838 ela deveria pagar 66 2/3 grana por cada *cantaio* de enxofre exportado. A companhia não poderia vender enxofre por preços superiores àqueles estabelecidos pelo acordo (material de terceira: 41 *carlini* por *cantaio*; de segunda: 43; de primeira: 45). A companhia se comprometia a construir, em quatro anos, uma planta de ácido sulfúrico e soda sintética em Girgenti, empregando mão de obra siciliana. O contrato seria válido por dez anos, começando em 1º de julho de 1838. Se as exportações excedessem 600 mil *cantaia*, o prêmio de 400 mil *ducati* devido ao governo seria acrescido proporcionalmente.⁵⁸

Os números da importação de enxofre siciliano para a Grã-Bretanha revelam que por volta de 1830 houve um forte aumento (fig. 2), que correspondeu ao concomitante declínio de importações de cinzas naturais.⁵⁹ O tratado, portanto, foi selado no momento em que a transição do leite talhado para o ácido sulfúrico e do *crofting* para a química do cloro estava completa, e aquela das cinzas naturais para a soda sintética estava em um estágio avançado na Grã-Bretanha. Um aumento do preço do enxofre, portanto, tinha um impacto nas operações de alvejamento e conseqüentemente em toda a indústria têxtil.

O pano de fundo do acordo do enxofre com a Taix-Aycard foi uma crise de superprodução. A indústria mineradora na Sicília era desarticulada, com cada produtor individual tentando maximizar o volume de enxofre produzido, já que o subsolo

57 Um *cantaio* corresponde a cerca de 90 kg.

58 Giura reproduz o texto completo do acordo. GIURA, Vincenzo. *La questione degli zolfi siciliani*, 1838-1841. Geneva: Droz, 1973. p. 41-49.

59 BARKER; DICKINSON; HARDIE, op. cit.

não era propriedade do Estado, mas do proprietário fundiário. Após os preços atingirem o seu nível mais alto em 1832-33, a produção passou a exceder a demanda em até 30 por cento, e os preços caíram em 50 por cento. Os britânicos dominavam o comércio, com cerca de vinte casas comerciais baseadas em Messina, Palermo, Agrigento. Essas casas passaram a ter interesse na mineração em si por volta de 1830, na esteira da explosão de exportações. Os produtores locais e proprietários de minas raramente possuíam o capital necessário para aproveitar o grande aumento da demanda, e assim tinham que recorrer a comerciantes estrangeiros em busca de crédito. Em troca de adiantamentos de capital, os proprietários de minas tinham de antecipar a produção como colateral, a preços baixos e por vários anos. Mas o crescimento explosivo das exportações era tão promissor que os comerciantes britânicos logo começaram a procurar por investidores em seu próprio país. Entre eles estavam os proprietários das duas maiores plantas químicas, Charles Tennant de Glasgow e James Muspratt de Liverpool. Eles pretendiam usar máquinas a vapor para a drenagem de minas previamente fechadas devido à inundação. Capital britânico, assim, estava bastante envolvido na produção direta quando o acordo com a Taix-Aycard foi assinado. Esse controle comercial representava um aporte de capital de dois milhões de libras anuais.⁶⁰

Os britânicos protestaram imediatamente contra o acordo, alegando que o contrato infringia um tratado de 1816 entre a Grã-Bretanha e o Reino das Duas Sicílias. De acordo com esse tratado, os bens entrando no porto napolitano tinham dez por cento de redução de tarifas e deveriam ter as mesmas condições comerciais que a nação mais favorecida. Não havia reciprocidade para o comércio napolitano na Grã-Bretanha. Para compensar essa situação desigual contra a maior potência industrial, o governo napolitano implementou uma política alfandegária protecionista em 1820-25.⁶¹

Porém, Ferdinando II não cedeu imediatamente às exigências britânicas. Ele era apoiado no governo pela ala cha-

60 GIURA, op. cit.; DAVIS, op. cit.

61 DAVIS, op. cit.; THOMSON, op. cit.; GIURA, op. cit.

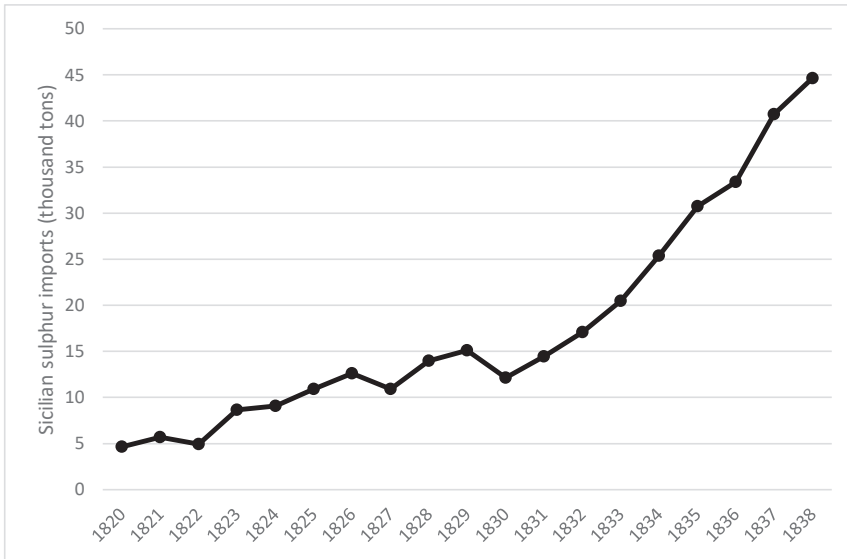
mada de “partido da resistência”, que favorecia o protecionismo e a sobrevivência de empresas locais, no contexto de uma política de corte conservador. Essa atitude de confronto foi viabilizada pela arrogância de Palmerston (então secretário de relações exteriores) e o estilo individualista de Ferdinando II (um Bourbon). Mas em suas pretensões, Ferdinando II estava também articulando uma longa tradição napolitana de Iluminismo e economia política. Após uma crítica britânica do acordo baseada no liberalismo econômico, ele afirmou que os britânicos não podiam proclamar um “monopólio da ciência política e econômica no país de Broggio, Vico, Galiani e Genovese”.⁶² Economistas políticos italianos por longo tempo haviam especulado sobre as razões da *décadence* italiana para uma condição periférica e o simultâneo sucesso britânico. Tendo isto em mente, em 1764 Antonio Genovesi publicou a sua tradução comentada do *Essay on the State of England* (1695) de Cary, uma obra que afirmava que o protecionismo havia sido crucial para o sucesso britânico.⁶³ Genovesi e outros economistas políticos italianos, precursores da “modernização retardatária”, propunham a emulação da política protecionista britânica. É interessante notar que alguns deles já em 1730-1740 haviam antecipado o perigo de guerra em caso de interferência nos interesses comerciais britânicos, um século antes da questão do enxofre surgir. Bernardo Tanucci observou: “Notem as guerras ferozes e extremamente caras que são necessárias para manter o comércio. Notem os tratados extremamente desiguais e a violência cometida contra os direitos naturais e nacionais às custas de estados e príncipes inocentes. O comércio... sem conduta violenta não pode subsistir por muito tempo.” Para Paolo Mattia Doria, uma expansão do comércio exterior napolitano afetando os ingleses, franceses e holandeses “causaria uma guerra con-

62 THOMSON, op. cit.; GIURA, op. cit., p. 48.

63 REINERT, Sophus A. *Translating Empire: Emulation and the Origins of Political Economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011. cap. 2, 4.

tra esses poderes, a cujas forças as Duas Sicílias não podem fazer frente”.^{64; 65}

Figura 2: importações de enxofre siciliano pela Grã-Bretanha.⁶⁶



O enxofre foi usado com relativa consciência como barganha: ele era necessário para os britânicos, e não era fácil substituí-lo.⁶⁷ A disparidade de forças, porém, era enorme, e os britânicos não hesitaram em impor o cancelamento do contrato com a Taix-Aycard, apesar que até mesmo juristas britânicos sustentaram que o contrato não infringiu o tratado de 1816.⁶⁸ O primeiro passo foi remover a proteção contra piratas albaneses. Os comerciantes britânicos também mobilizaram

64 Citado em RAO, Anna Maria. *Il Regno di Napoli nel Settecento*. Nápoles: Guida, 1983. p. 72-73; ROBERTSON, John. *The Case for the Enlightenment: Scotland and Naples, 1680-1760*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 187.

65 É interessante notar que as raízes históricas comuns do Iluminismo napolitano e escocês, traçadas por Robertson (2005), não impediram trajetórias muito diversas, incluindo o caso da indústria química. Com a incorporação da Escócia à Grã-Bretanha, a maior planta química do século XIX localizava-se em Glasgow, onde o enxofre siciliano era processado, se necessário com o auxílio de mobilização militar. Entre filosofias iguais, a força decide, como visto na “crise do enxofre”.

66 ROYAL STATISTICAL SOCIETY. On the Sulphur Trade of Sicily, and the Commercial Relations between That Country and Great Britain. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 2, n. 6, p. 446-457, 1840.

67 DAVIS, op. cit.

68 GIURA, op. cit., p. 74.

forças políticas influentes de seu país. A partir de 1839, começaram a exigir não apenas o cancelamento do contrato, mas também compensação pelas perdas dos comerciantes britânicos que não podiam exportar seu enxofre livremente. “Os senhores sabem que estamos em guerra?”, perguntou casualmente Palmerston ao representante napolitano em Londres em 1840. A Taix-Aycard prontamente exigiu compensação em caso de rescisão do contrato. Ferdinando II esperava contar com apoio diplomático internacional, mas quando os navios de guerra britânicos começaram a tomar embarcações napolitanas, não houve protestos.⁶⁹ Finalmente, com a mediação da França, o contrato foi rescindido em julho de 1840, e o Reino das Duas Sicílias teve de pagar compensações aos comerciantes britânicos e à Taix-Aycard, bem como remover proteções alfandegárias, destruindo assim a indústria têxtil napolitana. Não faltou cinismo no caso, já que os comerciantes britânicos, ao invés de incorrer em perdas, auferiram lucro significativo especulando com o preço do enxofre. Por seu turno, a Taix-Aycard, juntamente com outros produtores e proprietários de minas, especulava com o enxofre quando o preço estava alto e ainda mantinha grandes estoques quando o preço caiu.⁷⁰ A tentativa de industrializar a Sicília fracassou miseravelmente; a Marinha Britânica foi bem-sucedida em garantir o fluxo “normal” de capital circulante barato para a indústria química. O capital produz o exército e a marinha para defender a forma mais eficiente de acumulação, sem atrasos ou desvios.

O grande químico alemão contemporâneo Justus von Liebig tinha boa consciência do contexto motivador do conflito:

Podemos julgar justamente a prosperidade comercial de um país a partir da quantidade de ácido sulfúrico que ele consome. Refletindo sobre a importante influência que o preço do enxofre exerce sobre o custo de produção de itens de algodão alvejados e estampados, sabão, vidro, etc., e lembrando que a Grã-Bretanha os fornece para a América, Espanha, Portugal, e o Oriente, trocando-os por algodão, seda, vinho, passas, índigo, etc. etc., podemos entender por que o governo inglês resolveu

69 DAVIS, op. cit.; GIURA, op. cit., p. 72.

70 GIURA, op. cit.; DAVIS, op. cit.

recorrer à guerra contra Nápoles visando abolir o monopólio do enxofre que o último tentou recentemente estabelecer.^{71:72}

O episódio foi qualificado por um comentarista italiano como “colonialismo”, que viu no evento algo “sem nenhuma dúvida mais usual em relação a um sultanato em Bornéu do que a um Estado europeu”.⁷³ Mas ao fim e ao cabo o capital resolveu o gargalo do enxofre, utilizando mais inovações para evitar qualquer surpresa no fornecimento, substituindo o enxofre pela pirita. As piritas (sulfetos de ferro) são menos puros e requeriam adaptações no equipamento industrial, mas assim se contornava a dependência de um único fornecedor. A pirita era inicialmente extraída na Irlanda. Neste período (1845) o ácido sulfúrico começou a ser usado para dissolver ossos para a produção de superfosfatos para fertilização, seguindo sugestão de Liebig.⁷⁴ Em 1873 a extração começou na Espanha, onde o enxofre estava combinado com cobre, que também era valioso. As minas espanholas foram a origem da companhia mineradora transnacional Río Tinto.⁷⁵ O desenvolvimento da reciclagem de enxofre para o processo Leblanc, combinado com a descoberta de minas na Lousiana e o desenvolvimento do processo Frasch para extraí-lo, deslocou ainda mais o enxofre siciliano como fonte principal da produção de ácido sulfúrico. Ele permaneceu como fonte de enxofre, porém, para o controle de pestes em vinhedos, pólvora, e outros

71 LIEBIG, Justus von. *Familiar Letters on Chemistry and Its Relations to Commerce, Physiology and Agriculture*. New York: Appleton, 1843.

72 Liebig, porém, colocou esta verdade em perspectiva de uma Realpolitik conservadora. Ele estava ao final certo ao dizer que seriam encontrados substitutos para o enxofre, mas considerava qualquer impedimento ao “livre comércio” uma “opressão”. Portanto, “esta manufatura [de ácido sulfúrico] faz com que imensas somas fluam anualmente para Sicília”. Mas nenhuma parte, é claro, chegava às mãos dos mineiros e carusi. Qualquer limitação ao livre comércio, e também a “combinação de trabalhadores contra os seus empregadores” inevitavelmente “traria consigo a sua própria punição.” (LIEBIG, op. cit., cap. 3). Pobre capital, sempre oprimido por trabalhadores e mesmo governos reformistas!

73 GIURA, op. cit., p. 10; p. 102-105.

74 CLOW; CLOW, op. cit., p. 509-511; DIXON, Marion. Chemical Fertilizer in Transformations in World Agriculture and the State System, 1870 to Interwar Period. *Journal of Agrarian Change*, v. 18, n. 4, p. 768-786, 2018.

75 LYNCH, Martin. *Mining in World History*. London: Reaktion Books, 2002. p. 162-167.

usos, o que foi suficiente para que as exportações crescessem cerca de seis vezes entre 1840 e 1900.⁷⁶

Conclusão: as bocas de chumbo vorazes da fronteira siciliana

As apreciações do desenvolvimento da indústria química na Grã-Bretanha a partir de 1750 são marcadamente inconsistentes ou simplesmente imprecisas, e com frequência completamente ausentes da historiografia da Revolução Industrial. Conjugando-se com o nacionalismo metodológico de historiadores e a falta de conhecimento da crise do enxofre de 1838-40, o resultado é que a fronteira siciliana está ausente da historiografia. Isso se aplica à mais diversas escolas de pensamento.

Um dos primeiros historiadores, Mantoux menciona o alvejamento com cloro mas não o relaciona com o ácido sulfúrico ou ao enxofre, e o caracteriza como um dos muitos “aperfeiçoamentos secundários”. A produção de ácido sulfúrico é apresentada fora de contexto, sem referência ao enxofre ou à Sicília.⁷⁷ Entre os autores da perspectiva do sistema-mundo (certamente insuspeitos de nacionalismo metodológico), Wallerstein cita a importância de inovações mecânicas na manufatura de algodão, mas ignora o acabamento⁷⁸; Braudel, enfatizando a importância das inovações mecânicas, também ignora o acabamento⁷⁹; e Arrighi reconhece um “grande salto na mecanização da indústria têxtil britânica” e menciona o acabamento, mas não faz nenhuma referência ao enxofre, ao ácido sulfúrico, ou à Sicília.⁸⁰ Chapman enfatiza a importância do acabamento, mas não menciona nem o enxofre e nem a

76 VAUPEL, op. cit.

77 MANTOUX, Paul. *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century: An Outline of the Modern Factory System in England*. London: Cape, 1961. p. 245.

78 WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion, 1730-1840s*. San Diego: Academic Press, 1989. p. 23.

79 BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism 15th-18th Century, vol. 3: The Perspective of the World*. New York: Harper & Row, 1982. p. 566-567; p. 572.

80 ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. New York: Verso, 1994. p. 262; p. 283.

Sicília.⁸¹ Deane relata as inovações mecânicas nas operações com algodão, mas não o acabamento, e portanto tampouco o enxofre ou a indústria química.⁸² Hobsbawm se refere ao alvejamento e à química, mas não os relaciona com o ácido sulfúrico, o enxofre, a Sicília, ou o imperialismo⁸³; por outro lado, quando lida com a máfia siciliana e aponta as minas de enxofre como uma de suas origens, ele não relaciona o enxofre à Grã-Bretanha ou à Revolução Industrial.⁸⁴ Entre os autores que enfatizaram as inovações químicas, Musson e Robinson apresentam relatos abrangentes dos desenvolvimentos na química do alvejamento e da soda sintética, sem mencionar o enxofre⁸⁵; Clow e Clow⁸⁶, assim como Haber⁸⁷, fazem menção ao enxofre siciliano, mas apenas em relação a um pico no preço e à crise subsequente, sem qualquer discussão das minas sicilianas. Em trabalhos mais recentes, Berg (1993) reconhece que importações da Ásia e da América foram importantes para as operações de acabamento, mas se refere apenas à cochonilha, ao índigo, e a outros corantes; ela enfatiza a importância da impressão de chitas, mas não se refere ao alvejamento.⁸⁸ Mokyr reconhece a importância do alvejamento à base de cloro para resolver o gargalo do acabamento de têxteis e da soda sintética para as indústria do sabão e do vidro, mas não relaciona os agentes alvejantes e tampouco a soda sintética à produção de ácido sulfúrico, que é mencionado fora de contexto, ou ao enxofre ou à Sicília, e deixa de relatar o uso da soda no acabamento.⁸⁹ Beckert descreve a mecanização na indústria têxtil como consistindo de fiação, tecelagem e impres-

81 CHAPMAN, op. cit., p. 23.

82 DEANE, Phyllis. *The First Industrial Revolution*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1979. p. 88.

83 HOBSBAWM, Eric J. *Industry and Empire: From 1750 to the Present Day*. New York: New Press, 1999. p. 38.

84 HOBSBAWM, 1959, op. cit., cap. 3.

85 MUSSON; ROBINSON, op. cit., cap. 8; cap. 10.

86 CLOW; CLOW, op. cit., p. 148.

87 HABER, L. F. *The Chemical Industry during the Nineteenth Century*. Oxford: Clarendon, 1958. p. 21.

88 BERG, op. cit., p. 55; p. 127; p. 246-247.

89 MOKYR, Joel. *The Enlightened Economy: An Economic History of Britain, 1700–1850*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009. p. 80; p. 103; p. 133.

são, elidindo o acabamento.⁹⁰ Allen discorre sobre a câmara de chumbo, o ácido sulfúrico, e o alvejamento à base de cloro, mas não relaciona o ácido sulfúrico ao cloro ou ao enxofre, e subestima a importância da câmara de chumbo, que não é considerada uma macro-invenção (contrariamente às inovações mecânicas).⁹¹ Nenhuma dessas obras menciona os *carusi*.

Sustento que a história da fronteira siciliana do enxofre deve ser incorporada à história da Revolução Industrial. A fronteira siciliana foi fundamental para a constituição da indústria química britânica como um ramo à parte, que resolveu o gargalo da cadeia de mercadorias de têxteis a partir de 1750, ao produzir agentes químicos que aceleraram o acabamento de tecidos. Essa constituição foi possibilitada pela apropriação de força de trabalho e natureza não-comodificada na fronteira siciliana. A resultante produção de capital circulante barato amorteceu o aumento da composição orgânica do capital na Grã-Bretanha, sendo as câmaras de chumbo um investimento considerável em capital fixo pressionando a taxa de lucro. Esse mecanismo compensatório mostra que a valorização do valor produz uma “trajetória da produção” articulada com padrões espaciais de mecanização e fronteiras de mercadorias, coincidindo, grosso modo, com centro e periferia. A industrialização britânica foi possível apenas com a simultânea reorganização do campo como *locus* de “natureza barata”.⁹²

Esforços recentes na historiografia da Revolução Industrial introduziram conceitos como “império do algodão”⁹³ e “capital fóssil”.⁹⁴ Essas obras são esclarecedoras de muitas maneiras. Porém, seus autores evitaram teorizar o valor e o capitalismo.⁹⁵ Em contraste com isso, o enfoque usado neste artigo não propõe nada como “capital sulfúrico” ou “império

90 BECKERT, op. cit., p. 142-144.

91 ALLEN, op. cit., p. 157; p. 167; p. 243-244; p. 250; p. 255.

92 POSTONE, op. cit.; MOORE, Jason W. Nature in the limits to capital (and vice versa). *Radical Philosophy*, n. 193, p. 9-19, 2015.

93 BECKERT, op. cit.

94 MALM, Andreas. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. New York: Verso, 2016.

95 JAKES, Aaron J.; SHOKR, Ahmad. Finding Value in the Empire of Cotton. *Critical Historical Studies*, v. 4, n. 1, p. 107-136, 2017; CLEGG, John J. Capitalism and Slavery. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, p. 281-304, 2015.

do enxofre”. Ao invés disso, ao centrar foco nas relações estruturadas pelo valor, argumento que a Revolução Industrial deve ser entendida como uma constelação de mercadorias, tecnologias e regimes de controle do trabalho mediados pelo valor na economia-mundo, com a valorização do valor como seu fim último. Algodão, carvão, enxofre, e outras mercadorias constituíram um regime ecológico de acumulação, e nenhuma mercadoria individual pode ser abstraída violentamente de suas relações mediadas pelo valor.⁹⁶ Não haveria fronteira do algodão sem fronteira do enxofre, e vice-versa e além. Argumento que o enxofre e a fronteira do enxofre devem ser incorporados neste regime de acumulação. Por fim, o problema do Antropoceno ou Capitaloceno, a época geológica supostamente dominada pela humanidade que produz o aquecimento global e muitos outros problemas ecológicos, deve ser entendido nesse contexto de relação estruturadas pelo valor, ao invés de abstrair-se violentamente os combustíveis fósseis.⁹⁷

A Revolução Industrial é com frequência apresentada como uma época de grande progresso para a humanidade, com enormes ganhos de produtividade e riqueza material, resultando de instituições e mentalidades adequadas.⁹⁸ Não pretendo negar unilateralmente o potencial emancipatório da Revolução Industrial, mas enfatizar a violência e alienação que foi e é imbricada com ela e que evitou e ainda evita a realização de suas promessas.⁹⁹ De fato, processos geralmente caracterizados como “atraso” – trabalho (análogo ao) escravo, trabalho fisicamente extenuante, crime organizado – são parte integrante dos processos mais avançados do período, um resultado de relações de classe e do padrão de centro/periferia da “trajetória da produção”. A Revolução Industrial colocou em movimento a trajetória de crescimento dos “autômatos vorazes” com necessidade ilimitada de capital circulante barato

96 MOORE, *Capitalism in the Web of Life...*, cap. 6.

97 CUNHA, 2015, op. cit.; MOORE, 2017, op. cit.

98 MOKYR, op. cit.; LANDES, David S. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. New York: Cambridge University Press, 1969.

99 Sobre o Antropoceno como imbricação dialética de dominação distópica e promessa utópica, ver CUNHA, 2015, op. cit.

(explorando força de trabalho barata) como um mecanismo de compensação sistêmica em relação ao aumento da composição orgânica do capital.¹⁰⁰ A acumulação primitiva e a exploração de trabalho proletarizado na Grã-Bretanha são bem conhecidas.¹⁰¹ Deve-se também reconhecer o trabalho infantil análogo à escravidão nas minas sicilianas como um componente da ascensão da indústria química. Além disso, quando confrontada, ainda que da maneira mais tímida, a acumulação de capital pode usar o estado de exceção para garantir a sua “normalidade”, como na questão do enxofre na Sicília. Vale notar que o seu momento mais violento, o trabalho infantil análogo à escravidão, persistiu tanto sob o capitalismo de “livre comércio” quanto sob sua versão “protecionista”. Essa dialética de emancipação, alienação e violência é um processo histórico que ainda se desenrola. Os autômatos se tornam cada mais mais vorazes à medida que a trajetória alienada da produção desdobra o aumento da composição orgânica do capital, produzindo e reproduzindo o Capitaloceno.

Referências

- ADLAM, George H. J. *Acids and Alkalis*. London: Isaac Pittman & Sons, 1919. (Common Commodities and Industries Series). Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/50552/50552-h/50552-h.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- ALLEN, Robert C. *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. New York: Verso, 1994.
- BAGLIO, Gaetano. *Ricerche sul lavoro e su i lavoratori di Sicilia: Il solfaraio*. Napoli: Luigi Pierro, 1905.
- BAINES, Edward. *History of the Cotton Manufacture*. London: M. Fisher, 1835.

100 Uso o conceito de “autômato” como em MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. London: Penguin, 1990. p. 502; p. 544-553.

101 ENGELS, Friedrich. *The Conditions of the Working Class in England*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

- BARKER, T. C.; DICKINSON, R.; HARDIE, D. W. F. The Origins of the Synthetic Alkali Industry in Britain. *Economica*, v. 23, n. 90, p. 158-171, 1956.
- BARONE, Giuseppe. *Zolfo: economia e società della Sicilia industriale*. Catania, ITA: Bonanno, 2000.
- BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Knopf, 2014.
- BERG, Maxine. *The Age of Manufactures: 1700-1820*. New York: Routledge, 1993.
- BLANDO, Antonino. Da un “monopolio naturale” all’altro: il grano e lo zolfo siciliano. In: SALVEMINI, Biagio (ed.). *Lo spazio tirrenico nella “grande trasformazione”*: Merci, uomini e istituzioni nel Settecento e nel primo Ottocento. Bari, ITA: Edipuglia, 2009. p. 1-39.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism 15th-18th Century, vol. 3: The Perspective of the World*. New York: Harper & Row, 1982.
- BRIAND, F. (ed.). *The Messinian Salinity Crisis from Mega-deposits to Microbiology – a Consensus Report*, CIESM Workshop Monographs. Monaco: CIESM, 2007.
- BUONANNO, Paolo *et al.* Poor Institutions, Rich Mines: Resource Curse in the Origins of the Sicilian Mafia. *Economic Journal*, n. 125, p. F171–F202, 2015.
- CAICO, Louise. *Sicilian Ways and Days*. New York: D. Appleton, 1910.
- CALCARA, Pietro. *Sulle miniere di zolfo in Sicilia*. Palermo: Lorisneider, 1853.
- CHAPMAN, S. D. *The Cotton Industry of the Industrial Revolution*. 2. ed. London: Macmillan, 1987.
- CLEGG, John J. Capitalism and Slavery. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, p. 281-304, 2015.
- CLOW, Archibald; CLOW, Nan L. *The Chemical Revolution: A Contribution to Social Technology*. London: Batchworth, 1952.
- COLAJANNI, N. I lavoratori delle zolfare di Sicilia. *La Riforma Sociale*, ano I, p. 637-660, 1894.

- CONSOLO, Vincenzo. People and Land of Sulphur. In: BOUCHARD, Norma; LOLLINI, Massimo (ed.). *Reading and Writing the Mediterranean*. Toronto: Toronto University Press, 2006. p. 129-152.
- CUNHA, Daniel. The Anthropocene as Fetishism. *Mediations*, v. 28, n. 2, p. 65-77, 2015.
- CUNHA, Daniel. The Frontier of Hell: Sicily, Sulfur, and the Rise of the British Chemical Industry, 1750-1840. *Critical Historical Studies*, v. 6, n. 2, p. 279-302, 2019.
- DAVIS, John. Palmerston and the Sicilian Sulphur Crisis of 1840. *Risorgimento*, n. 1-2, p. 5-24, 1982.
- DEANE, Phyllis. *The First Industrial Revolution*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1979.
- DICKIE, John. *Cosa Nostra: A History of the Sicilian Mafia*. New York: Palgrave, 2004.
- DIXON, Marion. Chemical Fertilizer in Transformations in World Agriculture and the State System, 1870 to Interwar Period. *Journal of Agrarian Change*, v. 18, n. 4, p. 768-786, 2018.
- ENGELS, Friedrich. *The Conditions of the Working Class in England*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- FERRARA, Vincenzo. The Sulphur Mining Industry in Sicily. In: SORGE, Francesco; GENCHI, Giuseppe (ed.). *Essays on the History of Mechanical Engineering*. New York: Springer, 2016. p. 111-130.
- FRANCHETTI, Leopoldo. *Condizioni politiche e amministrative della Sicilia*. Florença: Barbera, 1877.
- FRANCHETTI, Leopoldo; SONNINO, Sidney. *La Sicilia nel 1876*. 2. ed. Florença: Vallecchi, 1925.
- GATTO, Mario. Cenni sulla storia delle solfare di Sicilia. *Archivio Nisseno*, v. VI, n. 11, p. 120-142, 2012.
- GITTINS, Lawrence. Innovations in Textile Bleaching in Britain in the Eighteenth Century. *Transactions of the Newcomen Society*, n. 75, p. 139-159, 1979.
- GIURA, Vincenzo. *La questione degli zolfi siciliani, 1838-1841*. Geneva: Droz, 1973.

- GUTTUSO, Renato. Onofrio. *La zolfara*. 1953. Museo d'Arte Moderna Mario Rimoldi, Cortina d'Ampezzo, ITA. 1 original de arte, óleo sobre tela. Disponível em: <https://www.musei.regole.it/Mur-Images/Catalogo/guttuso180.jpg>. Acesso em: 6 abr. 2022
- HABER, L. F. *The Chemical Industry during the Nineteenth Century*. Oxford: Clarendon, 1958.
- HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, n. 6, p. 159-165, 2015.
- HIGGINS, S. H. Modern Bleaching. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 7, n. 1, p. 30-43, 1916.
- HIGGINS, S. H. I. Early Developments. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 14, n. 8, p. T209-T216, 1923a.
- HIGGINS, S. H. II. The English Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 9, p. T277-T286, 1923b.
- HIGGINS, S. H. The Evolution of Bleaching. III. Materials Used. *Journal of the Textile Institute Proceedings and Abstracts*, v. 14, n. 10, p. T319-T328, 1923c.
- HIGGINS, S. H. IV. The Chemical Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 11, p. T441-T446, 1923d.
- HIGGINS, S. H. Evolution of Bleaching. V. Engineering Development. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 14, n. 12, p. T534-T541, 1923e.
- HIGGINS, S. H. VI. The Tennant Patent. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 1, p. T39-T42, 1924a.
- HIGGINS, S. H. VII. Costs, Etc. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 2, p. T43-T52, 1924b.
- HIGGINS, S. H. VIII. Some English Works. *Journal of the Textile Institute Transactions*, v. 15, n. 3, p. T115-T119, 1924c.
- HOBSBAWM, Eric J. *Industry and Empire: From 1750 to the Present Day*. New York: New Press, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. *Primitive Rebels*. Manchester, UK: Manchester University Press, 1959.

- HOLLOWAY, John. *Fissurar o Capitalismo*. São Paulo: Publisher, 2013.
- IPSEN, Carl. *Italy in the Age of Pinocchio: Children and Danger in the Liberal Era*. New York: Palgrave, 2006.
- JAKES, Aaron J.; SHOKR, Ahmad. Finding Value in the Empire of Cotton. *Critical Historical Studies*, v. 4, n. 1, p. 107-136, 2017.
- JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2013.
- JULIANNY, Jules. *Essai sur le commerce de Marseille*. Tome III. 2. ed. Marseille: Jules Barile, 1842.
- LAKWETE, Angela. *Inventing the Cotton Gin: Machine and Myth in Antebellum America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- LANDES, David S. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. New York: Cambridge University Press, 1969.
- LANE, Frederic C. *Profits from Power: Readings in Protection Rent and Violence-Controlling Enterprises*. Albany, NY: SUNY Press, 1979
- LIEBIG, Justus von. *Familiar Letters on Chemistry and Its Relations to Commerce, Physiology and Agriculture*. New York: Appleton, 1843.
- LUXEMBURGO, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Trans. Agnes Schwarzschild. New York: Modern Reader, 1968.
- LYNCH, Martin. *Mining in World History*. London: Reaktion Books, 2002.
- MACK SMITH, Denis. *A History of Sicily: Modern Sicily after 1713*. New York: Dorset Press, 1988.
- MALANIMA, Paolo. *La fine del primato: Crisi e riconversione nell'Italia del Seicento*. Milano: Bruno Mondadori, 1998.
- MALM, Andreas. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. New York: Verso, 2016.

- MANTOUX, Paul. *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century: An Outline of the Modern Factory System in England*. London: Cape, 1961.
- MARX, Karl. *Capital: A Critique of Political Economy*. London: Penguin, 1990.
- MOKYR, Joel. *The Enlightened Economy: An Economic History of Britain, 1700-1850*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009.
- MOORE, Jason W. Nature in the limits to capital (and vice versa). *Radical Philosophy*, n. 193, p. 9-19, 2015.
- MOORE, Jason W. Sugar and the Expansion of the Early Modern World-Economy. *Review*, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. New York: Verso, 2015.
- MOORE, Jason W. Cheap Food and Bad Climate: From Surplus-Value to Negative Value in the Capitalist World-Ecology. *Critical Historical Studies*, v. 1, n. 1, p. 1-43, 2015.
- MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: On the Nature and Origins of Our Ecological Crisis. *Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.
- MOSSO, A. *Fatigue*. New York: Putnam's Sons, 1906.
- MUSSON, A. E.; ROBINSON, Eric. *Science and Technology in the Industrial Revolution*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- OLIVER, Thomas. The Sulphur Mines of Sicily: Their Work, Diseases and Accident Insurance. *British Medical Journal*, v. 2, n. 2635, p. 12-14, 1911.
- PARKES, Samuel. *Chemical Essays: Principally Relating to the Arts and Manufactures of the British Dominions*. 3. ed. London: Baldwin & Cradock, 1830.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- PRO/FO 70/185. Public Record Office (PRO), Foreign Office (FO) 70/185, *National Archives, London*. S. Charters, “Memorandum on the Sulphur Mines of Sicily,” p. 239-247.
- RAO, Anna Maria. *Il Regno di Napoli nel Settecento*. Nápoles: Guida, 1983.
- REED, Peter. *Entrepreneurial Ventures in Chemistry: The Muspratts of Liverpool, 1793-1934*. Burlington, VT: Ashgate, 2015.
- REINERT, Sophus A. *Translating Empire: Emulation and the Origins of Political Economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- ROYAL STATISTICAL SOCIETY. On the Sulphur Trade of Sicily, and the Commercial Relations between That Country and Great Britain. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 2, n. 6, p. 446-457, 1840.
- ROBERTSON, John. *The Case for the Enlightenment: Scotland and Naples, 1680-1760*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- RUISDAEL, Jacob van. *View of Haarlem with Bleaching Grounds*. c. 1670-1675. Kunsthaus Zürich, Zurich. 1 original de arte, óleo sobre tela, 62,2 cm × 55,2 cm. Disponível em: <https://www.mauritshuis.nl/en/our-collection/art-works/155-view-of-haarlem-with-bleaching-grounds/>. Acesso em: 26 maio 2022.
- SMYTH, William H. *Memoir Descriptive of the Resources, Inhabitants and Hydrography of Sicily and Its Islands*. London: Murray, 1824.
- SQUARZINA, Federico. *Produzione e commercio dello zolfo in Sicilia nel secolo XIX*. Torino: ILTE, 1963.
- TOMASELLI, Onofrio. *I carusi*. 1905. Galleria d'Arte Moderna, Palermo, ITA. 1 original de arte, óleo sobre tela, 184 cm x 333,5 cm. Disponível em: <https://www.gampalermo.it/images/gallery/pianoprimo/23.jpg>. Acesso em: 6 abr. 2022.
- TRAVAGLIA, Riccardo. *I giacimenti di solfo in Sicilia e la loro lavorazione*. Padova: Sacchetto, 1889.

- THOMSON, Dennis W. Prelude to the Sulphur War of the 1840: The Neapolitan Perspective. *European History Quarterly*, n. 25, p. 163-180, 1995.
- VAUPEL, Elisabeth C. Ökonomie, Ökologie und technischer Wandel: Zur Bedeutung der Sizilianischen Schwefelkrisen für die Entwicklung der chemischen Industrie im 19. Jahrhundert. *Wissenschaftliches Jahrbuch des Deutschen Museum*, n. 7, p. 97-131, 1990
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. San Diego: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion, 1730–1840s*. San Diego: Academic Press, 1989.
- WASHINGTON, Booker T. The Man Farthest Down: Child Labor and the Sulphur Mines. *The Outlook*, June 17, p. 342-348, 1911.
- WOLFF, Klaus H. Textile Bleaching and the Birth of the Chemical Industry. *Business History Review*, v. 48, n. 2, p. 143-163, 1974.
- ZIEGENBALG, S. B. *et al.* Formation of Secondary Carbonates and Native Sulphur in Sulfate-Rich Messinian Strata, Sicily. *Sedimentary Geology*, n. 227, p. 37-50, 2010.

SOBRE OS AUTORES

Alexsander Gebara é mestre e doutor em História Social pela FFLCH-USP com estágio sanduíche na London School of Economics em 2004/2005. Fez estágio sênior financiado pela Capes no King's College London entre 2015/2016. É professor de História da África da Universidade Federal Fluminense desde 2007. Seu trabalho de doutorado foi premiado na série Teses e publicada em 2010 como *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio*. Desenvolve pesquisas sobre a análise do discurso colonial e sobre as interações da África Ocidental com a Grã-Bretanha e o espaço atlântico ao longo do século XIX.

André Luiz Sales Melo é licenciado em História (2019) e mestre em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (2022), com a dissertação *A Cadeia Mercantil do Cacau-Chocolate na América do Sul dos Séculos XVII e XVIII*. Em coautoria com Diego Martins, publicou o artigo Mercantilização do *Fruto de Ixcacao* na revista LOCUS (UFJF). Atualmente, prepara um projeto de doutorado para dar continuidade ao estudo da cadeia mercantil do cacau no período colonial.

Angelo Alves Carrara é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto; pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicações: *Minas e Currais* (Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora 2007); *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, séculos XVII e XVIII* (Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora 2007); *As finanças do Estado brasileiro, 1808-1898* (Fino Traço, 2022)

Caio Mathias Vaz Pereira é licenciado e mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente é doutorando do programa de História da Princeton University. Desenvolve pesquisas a respeito das dimensões globais do tráfico intra-americano de escravizados entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, pensando-o à luz do Capitalismo Histórico. Dentre suas publicações, destaca-se a dissertação *O Grande Pumbo : o tráfico intra-americano de escravos na formação do Atlântico Sul (1640 - 1700)*, trabalho que deu origem ao capítulo nesta coletânea.

Daniel Cunha é pesquisador visitante no Center for Humanities and Information, The Pennsylvania State University. Com doutorado em Sociologia (Binghamton University), mestrado em Ciência Ambiental (UNESCO-IHE) e graduação em engenharia química (UFRGS), produz pesquisa transdisciplinar. Seu estudo atual é sobre a sociogênese da ciência climática, tema sobre o qual está preparando um livro e publicou o artigo *Climate Science as Counterculture* (Liinc em Revista). O artigo desta coleção é parte de sua pesquisa de doutorado sobre a Revolução Industrial como processo histórico-mundial de imposição de trabalho abstrato e extrativismo (ca. 1760-1840). O autor publicou artigos nas revistas *Mediations*, *Critical Historical Studies*, *Journal of World-Systems Research*, *The Anthropocene Review* e *Revista Rosa*. É cofundador e coeditor da revista *Sinal de Menos*.

Elisa Michahelles Dourado é formada em História pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado defendido na mesma instituição. Na dissertação, pesquisou o papel da Europa Central na produção de mercadorias para o tráfico de escravos entre os séculos XVI-XVIII, em pesquisa apoiada pela Faperj. Orientada pelo professor doutor Leonardo Marques, a pesquisa recebeu o Prêmio de Excelência UFF 2022 na categoria mestrado. Seus temas de interesse são: história global e atlântica, sistemas-mundo, história ambiental e tráfico negreiro. Atualmente, trabalha na área da educação.

Felipe Mesquita Antunes é estudante do Doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGH-UFF), com projeto de pesquisa sobre a mineração de metais preciosos na América na época do reformismo ilus-

trado ibérico, sob a orientação do professor doutor Leonardo Marques (UFF). Além disso, concluiu o Mestrado em História pelo PPGH-UFF com um estudo acerca da representação dos ibéricos no pensamento mercantilista inglês, resultando na dissertação de mestrado *Para além do Império: o Mercantilismo Inglês e a Representação dos Ibéricos (1688-1713)*.

Gustavo Acioli é graduado e mestre em História pela UFPE e doutor em História Econômica pela USP. Entre o mestrado e o doutorado, foi bolsista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Foi professor de História Econômica da UFS e da UFPB e, desde 2013, leciona esta disciplina no departamento de História da UFRPE. Tem realizado pesquisas sobre a economia colonial e o comércio transatlântico de escravos.

Jonas Vargas é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. É autor de *Os Barões do charque e suas fortunas: as elites regionais a partir de um estudo das famílias charqueadoras de Pelotas, século XIX* (2016), fruto de sua tese, premiada com Menção Honrosa no Concurso de Teses promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH), em 2014. Atualmente pesquisa as cadeias de produção, comércio e consumo das mercadorias com origem na pecuária da Bacia do Prata e a história da escravidão e do tráfico transatlântico na fronteira do sul do Brasil.

Lara de Melo dos Santos é mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (2004) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2022), com a tese *A farinha de mandioca e a construção do mundo atlântico (Brasil, Caribe e África, sécs. XVI ao XVIII)*. Desde 2013 é professora da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Leonardo Marques é professor de História da América Colonial e membro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2006) e doutor em História pela Emory University (2013). É autor de *Por aí e por muito longe: migrações, dívidas e os libertos de 1888* (Apicuri, 2009) e *The United*

States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867 (Yale University Press, 2016), além de artigos e capítulos de livro em torno da história do tráfico de escravos, da escravidão e de suas relações com o capitalismo. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre a história ambiental da era colonial, com foco específico na história da mineração na América.

Rafael de Bivar Marquese é professor titular do Departamento de História da USP e pesquisador 1C do CNPq. Ele é autor dos livros *Administração e Escravidão. Ideias sobre a administração da agricultura escravista brasileira* (Hucitec, 1999); *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860* (Companhia das Letras, 2004); *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850* (Hucitec, 2010); *Os Tempos Plurais da Escravidão no Brasil. Ensaio de História e Historiografia* (Intermeios, 2020); *Reconstructing the Landscapes of Slavery. A Visual History of the Plantation in the Nineteenth-Century Atlantic World* (The University of North Carolina Press, 2021). Atualmente, escreve um livro sobre a história global do café e da escravidão.

Rosângela Ferreira Leite é doutora em História Econômica pela USP e professora associada do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Realizou pós-doutoramento no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e atualmente é coordenadora do grupo de pesquisa Neoliberalismos e Capitalismo (NELCA/ CNPq).

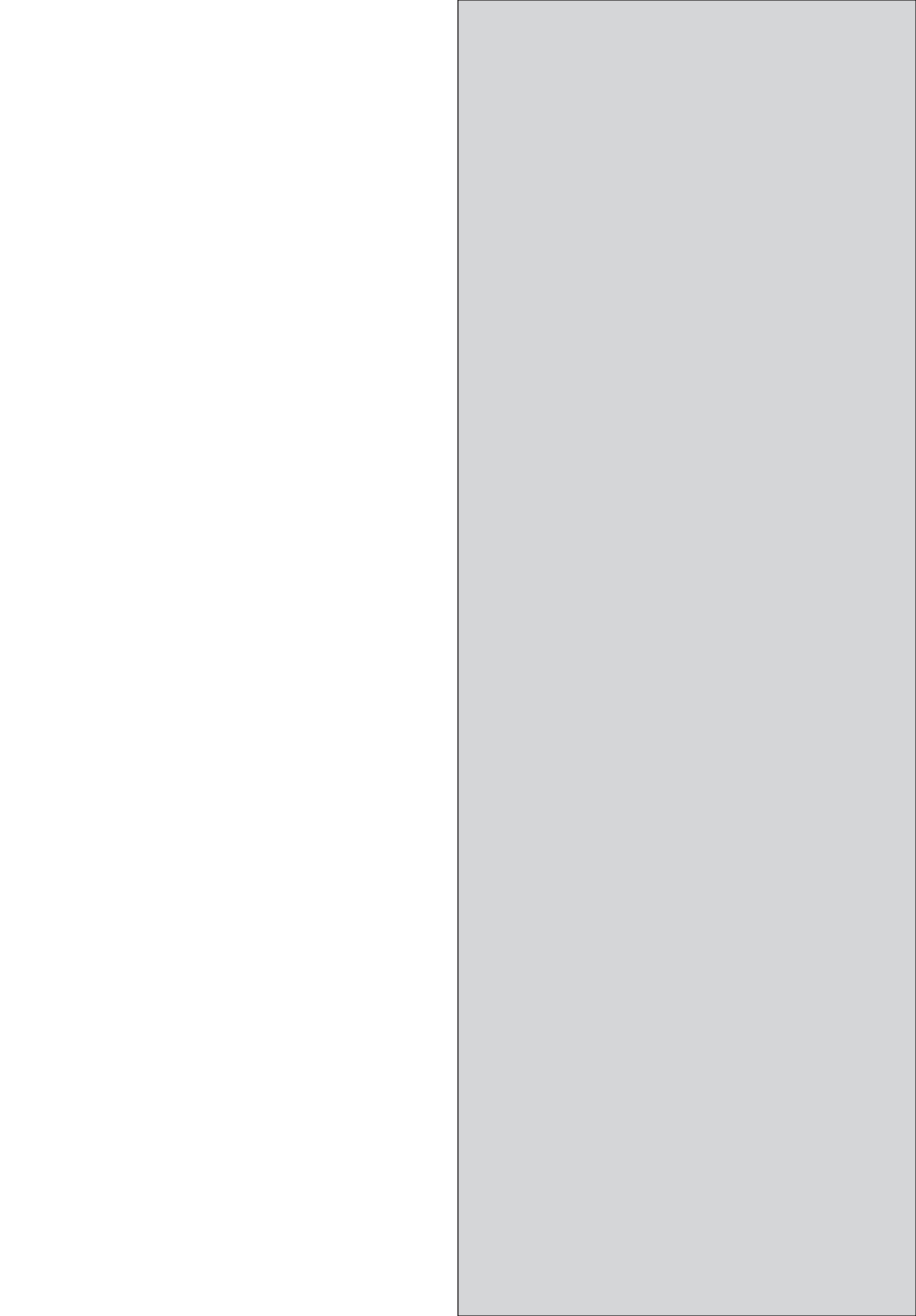
Rossana Barragán Romano é pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidad Mayor de San Andrés (La Paz). Foi diretora dos Archivos de La Paz 2004-2011 e Senior Researcher do International Institute of Social History (2011-2022). Graduada em História pela Universidade de Paris I e doutora em História Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. É autora de *Working Silver for the World: Mining Labor and Popular Economy in Colonial Potosi* (2017); *Trabajos y trabadores en América Latina (Siglos XVI-XXI) (Comp.)* (2019), editora da *Revista Latinoamericana de Trabajos on line* (REVLATT); e *Potosi in the Global Silver Age (16th.-19th. Centuries) (Comp.)* com Paula Zagalsky (2023). Atualmente está

preparando, com Carmen Soliz, *Natural Resources and Political Struggles (in Bolivia)*, a ser lançado pela New Mexico Press.

Wellington Castellucci Júnior é graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (1995); Mestre em História Social pela PUC-SP (1999); Doutor em História Social pela USP (2005). Pós-Doutorado pela Brown University (2019). Líder do Grupo de Pesquisa História Regional e Local. Docente de História da América Latina da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Publicações: *Whaling in the South Atlantic: Hunting Whales along the Brazilian Coast (1760/1850)*. *Latin American History* (Oxford University Press, 2022); *Fronteiras oceânicas: baleação e ambiente marinho na era do capitalismo industrial, 1740-1850*. (TEMPO – Revista do Departamento de História da UFF, 2022); *Baleias e Império: os Estados Unidos e a expansão baleeira nos mares do Atlântico Sul (1761-1844)* (Revista de História, 2021).



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
casaleiria@casaleiria.com.br



ISBN 978-85-9509-084-2



9 788595 090842 >